

DEFENSOR CRISTÃO DIÁRIO



**SESSÃO ESPECIAL 2019 DA
CONFERÊNCIA GERAL
A IGREJA METODISTA UNIDA**

VOLUME 1
MANUAL DOS DELEGADOS, RELATÓRIOS E PETIÇÕES

Conteúdo

Carta da Comissão da Conferência Geral	4
Cartas dos Bispos das Conferências dos Grandes Rios de Illinois e do Missouri	6
Programa da Conferência Geral	8
Registro, chegada e outras informações importantes	9
Registro e chegada	9
Mapa do centro da Cidade de St. Louis	10
Diagrama da área do plenário	11
Atribuição de assentos em plenário	12
O Acordo de Responsabilidade	15
Relatórios e informação sobre legislação	16
Orçamento para a Conferência Geral de 2019	16
Plano de Organização e Regras de Ordem	18
Processo legislativo	60
Carta dos Procedimentos Parlamentares	61
Abreviaturas e códigos	62
Delegados à Conferência Geral de 2019	63
Lista alfabética de delegados votantes e das primeiras reservas	63
Delegados votantes e reservas pela Conferência	73
Comitê Legislativo	114
Objetivo de Sessão Especial da Conferência Geral	115
Chamada do Conselho dos Bispos para a Sessão Especial da Conferência Geral, 24 de Abril de 2017	115
Alteração à Chamada para a Sessão Especial da Conferência Geral, 9 de Julho de 2018	116
Decisão do Conselho Judicial n.º 1360	118
Relatório da Comissão sobre um Caminho a Seguir	123
Relatório da Comissão sobre um Caminho a Seguir à Conferência Geral	123
Uma conversa dentro da Comissão sobre um Caminho a Seguir: O Plano da Igreja Una	129
Uma conversa dentro da Comissão sobre um Caminho a Seguir: O Plano da Conferência Conexional	136
Uma conversa dentro da Comissão sobre um Caminho a Seguir: O Plano Tradicionalista	147
Apêndice 1: Trabalho da Comissão sobre um Possibilidade se Igrejas que Desejem	
Mudar a sua Relação com a Igreja Metodista Unida	149
Apêndice 2: Colaboração do Concílio dos Bispos com a Comissão sobre Um Caminho a Seguir	151
Apêndice 3: Uma Conversa no Concílio dos Bispos: um Plano Tradicional	153
Apêndice 4: Um Recurso da Wespeth	157
Legislação proposta	164
Legislação proposta pela Comissão sobre um Caminho a Seguir	164
Legislação proposta por outras organizações e indivíduos	196



OFICIAIS

Presidente

Samuel “Duncan” McMillan IV

Vice-presidente

Rev. Musinga Kashala

Secretária

Kim Simpson

Presidentes de Comitês

Comité da Educação e Inovação

Rev. Juliet Spencer

Comité de Programas

Rev. A. Lynn Hill

Comité de Regulamentos

Stephanie Henry

Ex-Officio

Secretário da Conferência Geral

Rev. Gary W. Graves

Gestora de Assuntos da

Conferência Geral

Sara Hotchkiss

Representante do Conselho dos Bispos

Bispo Thomas J. Bickerton

Pessoal

Coordenadora do Calendário

Susan Brumbaugh

Secretária das Petições

Abby Parker Herrera

Editor do DCA

Brian Sigmon

Director de Culto e Musical

Raymond Trapp

Gestora Comercial Assistente

Raquel Perez-Molloy

Para obter informação actualizada, pode encontrar-nos em www.umc.org ou seguir-nos no Facebook em @umcgeneralconference.

Comissão da Conferência Geral

Saudações e sejam bem-vindos à Sessão Especial da Conferência Geral 2019!

A Comissão sobre a Conferência Geral tem orado, falado, planeado e trabalhado durante os últimos três anos para organizar não uma, mas duas sessões da Conferência Geral. Um enorme agradecimento a todos aqueles que investiram todos os seus esforços nas várias etapas necessárias. Para esta Sessão Especial, estes esforços incluíram criar uma agenda diária; distribuir o *Defensor Cristão Diário*; garantir a infra-estrutura necessária para a conferência; acomodar as necessidades relativas a deslocações, hospedagem e alimentação dos delegados, pessoal e convidados; disponibilizar um processo de análise das petições autorizadas pela Decisão 1360 do Conselho Judicial; e muitas outras tarefas. Agradecemos o trabalho das equipas da conferência anual das Conferências Anuais dos Grandes Rios de Missouri e Illinois, que disponibilizam hospitalidade local. Todos nós recebemos apoio nestes ministérios do pessoal competentíssimo do “Go!” de St. Louis e Centro da América.

A Edição Antecipada do *Defensor Cristão Diário* encontra-se reunida num volume para esta Conferência Geral. Encontrará informação sobre as delegações (nas listas dos representantes, os nomes dos clérigos estão em *itálico*), a atribuição de assentos, o programa da Conferência, o Plano de Organização e os Princípios do Regulamento e outra informação útil. Neste volume também consta o Relatório da Comissão para a Via do Progresso e as petições apresentadas conjuntamente com este. Adicionalmente, as petições válidas apresentadas em conformidade com a Decisão 1360 do Conselho Judicial estão incluídas e serão analisadas pelo Comité sobre Referência para determinar se estão em harmonia com o propósito declarado na chamada do Conselho dos Bispos de reunir em Sessão Especial (consultar o Parágrafo 14 de *O Livro da Disciplina de 2016*). A carta de chamada encontra-se impressa nas páginas 115-117 nas suas versões original e alterada.

Três alterações efectuadas pela Conferência Geral de 2016, agora incluídas no *Livro da Disciplina de 2016*, produzem efeito directo nesta publicação e nas edições diárias do *Defensor Cristão Diário*, que serão publicadas durante a Conferência Geral:

Parágrafos 507.5, 507.6, e 507.7 têm agora um prazo para apresentação de petições não superior a 230 dias antes da sessão de abertura da Conferência Geral (o prazo anterior era de 210 dias).

Os §§ 507.10 e 507.11 requerem agora que todas as petições recebam um voto no comité legislativo e que todas as aprovadas por comité legislativo recebam um voto plenário. Assim, uma vez que são necessários dois passos, mesmo que exista apenas um comité legislativo que compreenda todos os delegados, esse mesmo órgão, reunindo-se como o plenário, terá de votar uma segunda vez sobre o material anteriormente aprovado pelo comité legislativo. Esses itens surgirão na secção de calendário das edições diárias do *Defensor Cristão Diário*.

O parágrafo 511.4c exige que as agendas diárias, listas de petições, informação sobre as nomeações e outras informações de elevada importância, publicadas na versão inglesa do *Defensor Cristão Diário* sejam agora disponibilizadas em francês, português e suaíli de modo oportuno e conveniente.

Serão distribuídas cópias gratuitas das edições diárias *Defensor Cristão Diário* tanto aos delegados como aos primeiros membros suplentes. Se estiverem presentes delegados suplentes, estes deverão usar o material inicialmente destinado à pessoa que cada um deles substitui, ou poderão adquirir cópias. Todas as edições do *Defensor Cristão Diário* são publicadas sob a autoridade da Comissão da Conferência Geral.

Graça e paz,

Samuel “Duncan” McMillan IV, Presidente da Comissão da Conferência Geral

Reverendo Gary W. Graves, Secretário da Conferência Geral

Sara Hotchkiss, Gestora de Assuntos da Conferência Geral



Carta do Bispo da Conferência do Grandes Rios de Illinois

Delegados e amigos,

Bem-vindos à Sessão Especial da Conferência Geral 2019. Tenho a honra de vos dar as boas-vindas à grande *entrada para o Midwest*, St. Louis, Missouri. Temos estado ansiosos pela vossa chegada e vamos fazer o nosso melhor para que se sintam em casa.

O trabalho que irão realizar está rodeado de orações. A nossa esperança é que, enquanto conferenciam com irmãos e irmãs de todo o mundo, sintam o poder e presença de Cristo. Há milhões de pessoas que vos apoiam e ao vosso trabalho através das suas orações. Mantenham-se atentos ao que Deus diria, pois em conjunto identificam um *caminho a seguir*!

Obrigado pelo serviço de sacrifício que estão a realizar. A vossa oferta altruísta irá permitir que a Igreja Metodista Unida continue a disponibilizar o amor transformante de Deus, através de Jesus Cristo, a todos.

O Comité Anfitrião, Pessoal da Conferência, Diretores, Superintendentes, Clero e Leigos da Conferência de Illinois Great Rivers cumprimentam-vos e dão-vos as boas-vindas. Estamos ansiosos por ver onde Deus nos irá levar, à medida que confrontamos os desafios que enfrentamos.

Deus vos abençoe enquanto lidam com a tarefa de ajudar a nossa denominação a avançar. Lembrem-se que estamos aqui para vos servir e ajudar, para que possam concluir esta desafiante tarefa.

Obrigado novamente pela vossa vontade em servir durante esta Sessão Especial. Caso necessitem de alguma coisa, não hesitem em contactar-me. Bem-vindos! Espero que tenham uma experiência positiva enquanto estão connosco.

Deus vos abençoe,

Frank J. Beard
Bispo Residente, Conferência de Illinois Great Rivers
A Igreja Metodista Unida



Carta do Bispo da Conferência do Missouri

Delegados da Conferência Geral 2019

Caros amigos,

Em nome da Conferência Anual do Missouri, tenho o prazer de dar as boas-vindas aos participantes da Sessão Especial de 2019 da Conferências Geral da Igreja Metodista Unida, em St. Louis, Missouri.

A Conferência do Missouri inclui 781 igrejas locais, aproximadamente 1000 membros do clero ativos e reformados e mais de 72,000+ devotos semanais, disponibilizando ministério através de igrejas locais, faculdades, ministérios de campus e projetos de missão em todo o mundo. A nossa visão ajuda-nos a viver a missão da Igreja de criar discípulos de Jesus Cristo para a transformação do mundo: *A Conferência do Missouri irá liderar as nossas igrejas para se tornarem seguidoras de Cristo viradas para o exterior e espiritualmente centradas.*

Durante esta Sessão Especial da Conferência Geral, é minha esperança que sigamos práticas de centrar as nossas vidas em Cristo, na oração, audição ativa, conversações honestas, solicitar esclarecimento quando necessário e espalhar o amor e respeito mútuos. Ainda mais importante, rezo para que estejamos abertos a ouvir para onde Deus nos leva, como servos de Cristo e líderes da igreja, a encontrar um *caminho a seguir*.

É para nós uma honra sermos coanfitriões desta Conferência juntamente com a Conferência Illinois Great Rivers, e esperamos mostrar a nossa hospitalidade do midwest a todo o mundo. Caso necessitem de algo, contactem um dos nossos membros da Equipa de Hospitalidade, identificados com uma camisa vermelha e um crachá da Equipa de Hospitalidade. Gostaria de agradecer de forma especial à Reverenda Kim Jenne e Nancy Patton, copresidentes da Equipa de Hospitalidade. É apenas através do trabalho e compromisso da Equipa de Hospitalidade para oferecer o melhor que podemos dar-vos as boas-vindas com a fantástica hospitalidade pela qual a Conferência do Missouri é bem conhecida.

Em Cristo,

Robert D. Farr
Bispo Residente, Conferência do Missouri
A Igreja Metodista Unida

Programa da Sessão Especial 2019 da Conferência Geral

Registo		
<i>Sexta-feira, 22 de Fevereiro</i>	<i>9h00 até às 14h00</i>	<i>Registo dos Delegados e Reservas da Conferência Central</i>
	<i>14h00 às 21h00</i>	<i>Registo (todas as categorias)</i>
<i>Sábado, 23 de Fevereiro</i>	<i>7h00 – 20h00</i>	<i>Registo (todas as categorias)</i>
<i>Domingo, 24 de Fevereiro</i>	<i>7h00 – 19h00</i>	<i>Registo (todas as categorias)</i>
<i>Segunda-feira, 25 de Fevereiro</i>	<i>7h00 – 19h00</i>	<i>Registo (todas as categorias)</i>
<i>Terça-feira, 26 de Fevereiro</i>	<i>7h00 – 18h30</i>	<i>Registo (todas as categorias)</i>

Em baixo encontra-se o programa geral da Sessão Especial 2019 da Conferência Geral em St. Louis, Missouri. Será publicado um programa mais detalhado na primeira edição diária do Defensor Cristão Diário.

Sábado, 23 de Fevereiro

9h00 – 18h30

Dia de Oração e Preparação

O programa detalhado será ainda anunciado.

Domingo, 24 de Fevereiro

8h00 – 8h20

Culto de abertura

8h20 – 12h30

Sessão da manhã 1

Intervalo

Sessão da manhã 2

12h30 – 13h30

Almoço

13h30 – 18h30

Sessão da tarde 1

Intervalo

Sessão da tarde 2

Culto

18h30

Encerramento

Segunda-feira, 25 de Fevereiro

8h00 – 8h20

Culto

8h20 – 12h30

Sessão da manhã 1

Intervalo

Sessão da manhã 2

12h30 – 13h30

Almoço

13h30 – 18h30

Sessão da tarde 1

Intervalo

Sessão da tarde 2

Culto

18h30

Encerramento

Terça-feira, 26 de Fevereiro

8h00 – 8h20

Culto

8h20 – 12h30

Sessão da manhã 1

Intervalo

Sessão da manhã 2

12h30 – 13h30

Almoço

13h30 – 18h30

Sessão da tarde 1

Intervalo

Sessão da tarde 2

Culto de encerramento

18h30

Encerramento final

Registo, chegada, e Outras Informações Importantes

Registo e Chegada

O registo para os delegados, participantes oficiais e visitantes irá ocorrer no The Dome no America's Center, na Entrada B. O registo para a imprensa será realizado no The Dome do America's Center, na Entrada Central Broadway. Todos aqueles que participam têm de se registar e usar um crachá emitido pela Conferência Geral. As datas e horas de registo são as seguintes:

Sexta-feira, 22 de Fevereiro

9h00 – 14h00: Registo apenas para o Delegado e Reserva da Conferência Central

14h00 – 21h00: O registo irá abrir e continuar durante as seguintes horas:

Sábado, 23 de Fevereiro: 7h00 – 20h00

Domingo, 24 de Fevereiro: 7h00 – 19h00

Segunda-feira, 25 de Fevereiro: 7h00 – 19h00

Terça-feira, 26 de Fevereiro: 7h00 – 18h30

Os delegados e reservas têm de apresentar o cartão emitido pelo Secretário da Conferência Geral, assinado e distribuído pelo secretário da conferência anual, ao efectuar o registo.

Assentos dos Delegados Suplentes

Um delegado suplente que tome o lugar de um delegado, receberá uma Autorização de Assento Provisório, assinada pelo

presidente da delegação, autorizando a sua entrada na barra da conferência para uma sessão específica. No final da sessão, a autorização deve ser devolvida ao presidente da delegação.

O que trazer

- O seu cartão credencial
- *DCA Edição Avançado*, que os delegados e os primeiros suplentes recebem por correio
- *Livro da Disciplina* 2016; útil para consulta de legislação
- *Livro de Resoluções* 2016; para consulta quando se trata de novas resoluções

Tempo que fará durante a Conferência Geral

Média de temperaturas máximas: 48 F° / 9° C

Média de temperaturas mínimas: 30° F / -1° C

Média de precipitação para o mês: 2,24 pol. / 5,69 cm

Tempo nublado (Dias por mês): 13 dias

Os hotéis e o America's Center são aquecidos; vista-se adequadamente.

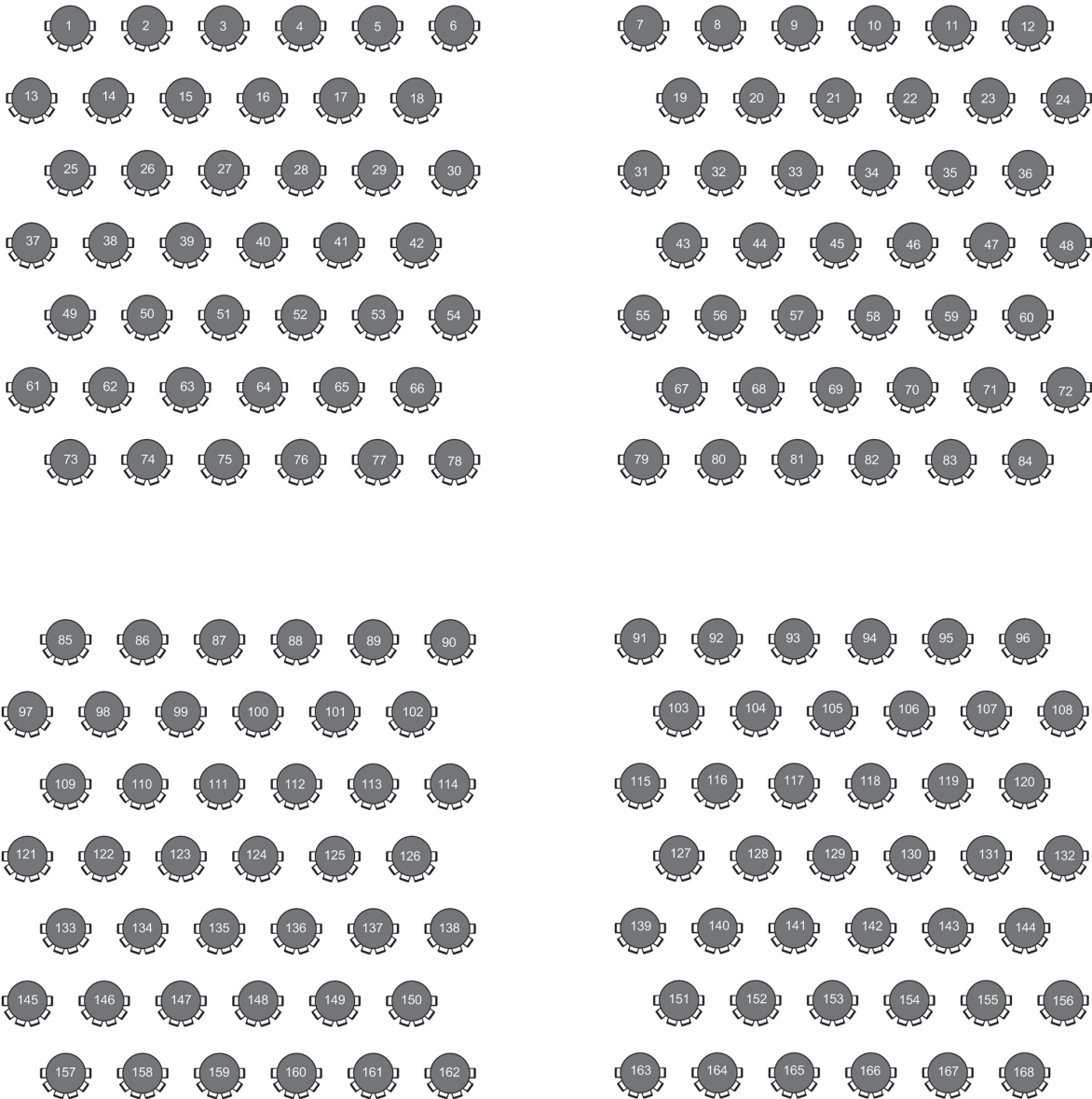
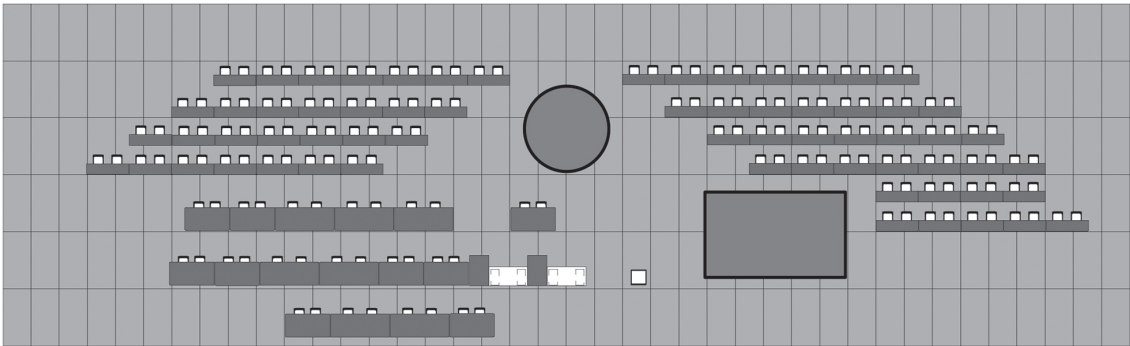
Restrições ao fumo

É proibido fumar em qualquer parte do America's Center.

2019 Special Session of the General Conference
February 23-26, 2019



Diagrama da área do plenário



Atribuição de assentos em plenário Por ordem alfabética e por conferência

Igrejas da				
Concordata	# Delegados	Filas	Mesas	Assentos
Caraíbas e Américas	2	8	90	5-6
Grã Bretanha	4	4	48	3-6
México	2	5	54	5-6
Porto Rico	2	5	54	3-4
Conferências	# Delegados	Filas	Mesas	Assentos
Alabama-Flórida				
Ocidental	10	12	137	3-6
		12	138	1-6
Alasca	2	3	36	1-2
Arkansas	8	13	148	5-6
		13	149	1-6
Áustria Provisória	2	2	16	5-6
Baltimore-Washington	12	7	82	1-6
		7	83	1-6
Bicol Filipinas				
Provisória	2	1	1	1-2
Bulacan Filipinas	2	2	19	1-2
Bulgária-Roménia				
Provisória	2	2	17	1-2
Burundi	8	11	129	1-6
		11	130	1-2
Califórnia-Nevada	6	12	140	1-6
Califórnia-Pacífico	8	2	13	1-6
		2	14	1-2
Congo Central	6	7	78	1-6
Central Luzon				
Filipinas	2	4	45	5-6
Nigéria Central	6	4	37	1-6
Rússia Central	2	6	69	3-4
Texas Central	8	11	124	3-6
		11	125	1-4
Costa do Marfim	34	8	85	1-6
		8	86	1-6
		8	87	1-6
		8	88	1-6
		8	89	1-6
		8	90	1-4
Repúblicas Checa				
e Eslovaca	2	2	17	3-4
Dakotas	2	9	106	1-2
Dinamarca	2	6	71	1-2
Deserto do Sudoeste	2	6	72	5-6
Detroit	6	7	79	1-6
África Oriental	4	11	130	3-6
Congo Oriental	12	5	52	1-6
		5	53	1-6

Conferências	# Delegados	Filas	Mesas	Assentos
Filipinas Mindanau				
Ocidental	2	1	1	3-4
Ohio Oriental	12	10	109	1-6
		10	110	1-6
Zimbabué Oriental	4	3	28	1-4
Angola Oriental	2	2	16	3-4
Pensilvânia Oriental	8	12	141	1-6
		12	142	1-2
Rússia Oriental e Ásia				
Central Provisória	2	6	69	5-6
Estónia	2	6	71	3-4
Finlândia-Finlandesa				
Provisória	2	6	71	5-6
Finlândia-Sueca				
Provisória	2	6	72	1-2
Flórida	18	1	7	1-6
		1	8	1-6
		1	9	1-6
Alemanha de Leste	2	4	42	1-2
Alemanha do Norte	2	4	42	3-4
Alemanha do Sul	2	4	42	5-6
Grandes Planícies	12	2	23	1-6
		2	24	1-6
Grand Nova Jérсия	8	12	134	5-6
		12	135	1-6
Holston	12	2	14	3-6
		2	15	1-6
		2	16	1-2
Hungria Provisória	2	2	17	5-6
Illinois Great Rivers	10	1	4	3-6
		1	5	1-6
Indiana	16	5	49	1-6
		5	50	1-6
		5	51	1-4
Iowa	12	11	127	1-6
		11	128	1-6
Kasai	2	7	77	3-4
Kentucky	10	9	103	1-6
		9	104	1-4
Kivu Provisória	2	5	51	5-6
Libéria	12	10	113	1-6
		10	114	1-6
Louisiana	8	12	136	1-6
		12	137	1-2
Lukoshi	14	5	55	1-6
		5	56	1-6
		5	57	1-2
Malawi Provisória	2	3	27	5-6

Conferências	# Delegados	Filas	Mesas	Assentos
Memphis	4	3	31	1-4
Filipinas Médias	2	2	19	3-4
Filipinas Mindanau	2	1	1	5-6
Minnesota	4	9	106	3-6
Mississippi	12	3	29	1-6
		3	30	1-6
Missouri	12	10	115	1-6
		10	116	1-6
Moçambique Norte	2	10	101	1-2
Moçambique Sul	6	10	100	1-6
ova Inglaterra	6	12	139	1-6
Novo México	2	1	6	1-2
Nova Iorque	8	8	93	5-6
		8	94	1-6
Alabama do Norte	8	7	80	3-6
		7	81	1-4
Carolina do Norte	16	4	43	1-6
		4	44	1-6
		4	45	1-4
Filipinas Central Norte	2	4	46	1-2
Geórgia do Norte	22	13	145	1-6
		13	146	1-6
		13	147	1-6
		13	148	1-4
Katanga do Norte	48	6	61	1-6
		6	62	1-6
		6	63	1-6
		6	64	1-6
		6	65	1-6
		6	66	1-6
		7	73	1-6
		7	74	1-6
Texas do Norte	10	13	151	1-6
		13	152	1-4
Filipinas Luzon				
Nordeste	2	4	46	3-4
Filipinas Nordeste	2	4	46	5-6
Illinois Norte	6	3	35	1-6
Nigéria Norte	4	4	40	1-4
Filipinas Norte	2	4	47	1-2
Katanga do Noroeste	10	5	57	3-6
		5	58	1-6
Filipinas Mindanau				
Noroeste	2	1	2	1-2
Filipinas Noroeste	2	4	47	3-4
Rússia Noroeste				
Provisória	2	6	70	1-2
Texas Noroeste	4	1	6	3-6
Noruega	2	6	72	3-4

Conferências	# Delegados	Filas	Mesas	Assentos
Oklahoma	14	9	97	1-6
		9	98	1-6
		9	99	1-2
Missionária Índia				
Oklahoma	2	9	99	3-4
Oregon-Idaho	2	3	36	3-4
Oriental e Equador	2	5	54	1-2
Pacífico Noroeste	2	3	36	5-6
Filipinas Palawan	2	2	19	5-6
Filipinas Pampango	2	2	20	1-2
Filipinas Pangasinán	2	4	47	5-6
Península-Delaware	4	12	142	3-6
Filipinas	2	2	20	3-4
Filipinas Cavite	2	2	20	5-6
Polónia	2	2	18	1-2
Cidade Quezón	2	2	21	1-2
Missionária Red Bird	2	9	104	5-6
Rio Texas	10	12	133	1-6
		12	134	1-4
Rizal Filipinas Leste	2	2	21	3-4
Rocky Mountain	6	4	41	1-6
Sérvia-Macedónia				
Provisória	2	2	18	3-4
Serra Leoa	12	10	111	1-6
		10	112	1-6
África do Sul Provisória 2	2	9	99	5-6
Carolina do Sul	16	3	25	1-6
		3	26	1-6
		3	27	1-4
Congo do Sul	14	6	67	1-6
		6	68	1-6
		6	69	1-2
Geórgia do Sul	8	11	125	5-6
		11	126	1-6
Conferência South Nueva				
Ecija Philippines Annual 2	2	2	21	5-6
Rússia do Sul Provisória 2	2	6	70	3-4
Nigéria Sul	12	4	38	1-6
		4	39	1-6
Filipinas Tagalog				
Setentrionais Provisória 2	2	2	22	1-2
Katanga Sudoeste	6	5	59	1-6
Filipinas Sudoeste	2	2	22	3-4
Susquehanna	10	9	101	3-6
		9	102	1-6
Suíça-França-África				
do Norte	2	2	18	5-6
Tanganica	8	7	76	1-6
		7	77	1-2
Tanzânia	6	7	75	1-6

Conferências	# Delegados	Filas	Mesas	Assentos
Filipinas Tarlac	2	4	48	1-2
Tennessee	8	3	31	5-6
		3	32	1-6
Texas	18	1	10	1-6
		1	11	1-6
		1	12	1-6
Ucrânia e Moldávia	2	6	70	5-6
Parte Alta de Nova Iorque	12	3	33	1-6
		3	34	1-6
Virgínia	22	13	152	5-6
		13	153	1-6
		13	154	1-6
		13	155	1-6
		13	156	1-2
Filipinas Visayas	2	1	2	3-4
Congo Ocidental	2	7	77	5-6
Michigan Ocidental	2	7	80	1-2
Filipinas Médias Ocidentais	2	2	22	5-6

Conferências	# Delegados	Filas	Mesas	Assentos
Ohio Ocidental	16	8	91	1-6
		8	92	1-6
		8	93	1-4
Virgínia Ocidental	6	9	105	1-6
Zimbabué Ocidental	2	3	28	5-6
Angola Ocidental	10	1	2	5-6
		1	3	1-6
		1	4	1-2
Carolina do Norte Ocidental	20	11	121	1-6
		11	122	1-6
		11	123	1-6
		11	124	1-2
Pennsylvania Ocidental	12	10	117	1-6
		10	118	1-6
Wisconsin	6	13	150	1-6
Yellowstone	2	4	40	5-6
Zâmbia	6	5	60	1-6

Acordo de Responsabilidade

Este acordo de responsabilidade foi usado pela Comissão sobre Um Caminho a Seguir para guiar o seu trabalho. É indicado aqui na esperança de que irá guiar os delegados e outros participantes na Sessão Especial de Conferência Geral 2019.

Quais são as práticas que são tão essenciais para o nosso trabalho em conjunto que temos de as realizar com excelência de modo a cumprir a nossa missão?

Concordamos em orar uns pelos outros, pela Igreja Metodista Unida, pela missão de Cristo e por um caminho a seguir em conjunto.

Concordamos participar em todas as reuniões excepto em urgências que o impeçam, preparar-nos adequadamente para as reuniões ao ler os livros ou documentos atribuídos, permanecer empenhados e focados, participar activamente nas experiências de aprendizagem e conversações e a seguir quaisquer tarefas ou projectos que concordamos em aceitar. Vamos oferecer o nosso melhor para o trabalho que partilhamos como servos de Cristo e líderes da Igreja.

Concordamos tratar-nos uns aos outros com respeito, assumir o melhor nos outros, representar-nos uns aos outros da melhor forma possível, falar a verdade com amor e praticar e esperar confiança. Todos vamos fazer a nossa parte para oferecer graça, criar uma atmosfera de hospitalidade e moderar a nossa ansiedade através do encorajamento mútuo, boa disposição e amor genuíno uns pelos outros.

Concordamos ouvir-nos uns aos outros, procurar compreender em vez de ser compreendido, pedir clareza ou ajuda de outros, permanecer atento à diversidade cultural, idioma e contextual, sermos pacientes uns com os outros e promover a esperança e encorajamento mútuo.

Concordamos em manter a confidencialidade e, assim, vamos evitar a partilha não adequada de informação pessoal, histórias ou perspectivas de outros sem o seu consentimento.

Quais são os comportamentos que são tão prejudiciais que não os evitar fará com que falhemos?

Concordamos em evitar o discurso prejudicial com ou sobre outros, durante as nossas reuniões e fora das nossas reuniões. Não vamos culpar outros, falar de forma indevida sobre outros, fazer juízos de valor sobre outros ou usar discurso depreciativo sobre outros.

Concordamos evitar as práticas de interromper outros, ignorar outros, não dar valor a outros, falar sobre outros ou exibir comportamento dominante ou dominador. Vamos ter consciência sobre nós próprios, responsabilizando-nos de forma gentil quando ocorre comportamento divisivo ou ofensivo.

Concordamos em evitar as divisões em facções, politizar os nossos processos e fechar-nos em campos e silos com base em ideologias e afinidades regionais e, assim, vamos procurar cultivar intencionalmente relações mais profundas com aqueles que não conhecemos, em vez de passar apenas tempo com aqueles que já conhecemos.

Concordamos em não termos comportamentos distractivos durante as nossas sessões de reunião para que possamos permanecer atentos uns aos outros e a fazer o nosso trabalho, e assim não iremos consultar e-mails, ler notícias online e, de forma geral, distrair-nos com obrigações externas.

Concordamos em cumprir os protocolos acordados para partilhar notícias, informação ou fotos na redes sociais.

Mandamento adicional:

Vamos usar Mateus 18 enquanto modelo de como trabalhar uns com os outros.

Relatórios e Informação sobre Legislação

Sessão Especial 2019 da Conferência Geral Relatório de Orçamento

O plano original de financiar a Sessão Especial 2019 da Conferência Geral incluía uma redução dos dias na Conferência Geral 2020, permitindo que uma parte do orçamento da Conferência Geral 2020 fosse alocada à Sessão Especial 2019. O Conselho Geral de Finanças e Administração (GCFA) financiaria o restante da Sessão Especial. Contudo, após rever as alterações ao *Livro da Disciplina* colocado em vigor pela Conferência Geral 2016 (especificamente ¶¶ 101 e 507.10-11), a Comissão da Conferência Geral decidiu não reduzir o número de dias em 2020.

O parágrafo 101 do *Livro da Disciplina 2016* indica que a “Comissão da Conferência Geral foi instruída a reservar tempo adequado nos primeiros três dias da Conferência Geral 2020 para consideração plenária e acção sobre a *Parte VI, Administração e Organização Geral*, enviada pelo Comité Permanente sobre Assuntos da Conferência Central”. O parágrafo 507.10-11 indica que “Todas as petições que foram aprovadas pela comissão legislativa receberão um voto pela sessão plenária na Conferência Geral desse ano”, e “Todas as petições que foram enviadas à Conferência Geral receberão um voto da comissão legislativa”.

À luz destes novos requisitos disciplinares, a Comissão da Conferência Geral chegou à conclusão que uma Conferência Geral 2020 mais curta não seria realístico.

O conselho de directores do GCFA aprovou até 3 milhões de dólares em financiamento para a Sessão Especial 2019 da Conferência Geral. A liderança da United Methodist Communication (UMCom) aprovou o financiamento para pagar as necessidades relacionadas com a produção da Conferência Geral, levando a poupanças estimadas de 300 000 dólares no orçamento da Conferência Geral. Adicionalmente, o conselho de directores da UMCom aprovou um empréstimo de 450 000 dólares para abranger as necessidades relacionadas com a comunicação fora do âmbito das suas responsabilidades, que viriam normalmente do orçamento da Conferência Geral. A colaboração com outros parceiros de ministério resultou num rendimento adicional de 154 000 dólares americanos.

Foram efectuados esforços significativos para implementar medidas de poupança de custos para financiar a Conferência Geral 2019 dentro do orçamento. Foram realizados contratos conjuntos para as Conferências de 2019 e 2020, incluindo tradução, decoração e sistemas de votos. O alojamento será realizado por pagamento directo aos hotéis para os delegados, o que eliminará, aproximadamente, 10% de imposto do Missouri.

O orçamento total para a Sessão Especial 2019 da Conferência Geral é apresentado na página 17.

Orçamento da Sessão Especial 2019**Rendimento**

Financiamento Aprovado pelo GCFA ¹	2 986 000 \$
Bolsa de Comunicação Metodista Unida ²	450 000
Parceiros de Ministério	154 000
Outros rendimentos	25 000

Rendimento total	3 605 000 \$
-------------------------	---------------------

Despesas

Comités e Comissões da Conferência Geral – Comissão da Conferência Geral, Comité de Correlação e Revisão Editorial,	27 000
--	--------

Escritórios do pessoal da Conferência Geral – Administrador, Secretário e Tesoureiro	57 000
--	--------

Operações – centro de convenções e aluguer de equipamento, publicação e distribuição do ADCA e DCA, culto e música, mão-de-obra	816 000
--	---------

Serviços linguísticos – Tradução e interpretação	500 000
---	---------

Despesas dos delegados – Deslocação e ajudas de custo	2 205 000
--	-----------

DESPESA TOTAL	3 605 000 \$
----------------------	---------------------

Excedente / (Deficit)	0 \$
------------------------------	-------------

¹ O financiamento do Conselho Geral de Finanças e Administração é de até 3 000 000 \$. Quaisquer alterações em outros rendimentos ou despesas afectarão directamente este valor, mas a quantia não irá exceder os 3 000 000 \$.

² As United Methodist Communications também providenciaram financiamento para os custos de produção (aproximadamente 300 000 \$) além da bolsa de 450 000 \$.

Plano de Organização e Regras de Ordem para a Conferência Geral de 2016

Índice

PREÂMBULO	Linha 2
 PLANO DE ORGANIZAÇÃO	
I. Sessão de Abertura e Organização	Linha 29
II. Discursos Episcopais, de Laicado e Jovens	Linha 52
III. Dirigentes Presidentes.....	Linha 62
IV. Secretário da Conferência Geral.....	Linha 66
V. Nomeações e Eleições.....	Linha 92
VI. Comissão da Conferência Geral	Linha 117
VII. Comissões.....	Linha 132
A. Comissões Administrativas	Linha 136
1) Ordem de Trabalhos e Calendarização.....	Linha 147
2) Correlação e Revisão Editorial	Linha 189
3) Cortesias e Privilégios	Linha 207
4) Credenciais.....	Linha 227
5) Jornal.....	Linha 236
6) Dirigentes Presidentes	Linha 241
7) Referência....	Linha 250
B. Painel de Pesquisa Legislativa do Avançado	Linha 288
C. Comissão sobre Ética	Linha 316
D. Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais.....	Linha 328
E. Comitês Legislativos.....	Linha 349
F. Membros dos Comitês Legislativos.....	Linha 359
G. Reuniões dos Comitês	Linha 393
H. Função e Autoridade dos Comitês	Linha 472
VIII. Proposta Relativa à Despesas de Fundos Não Orçamentados.....	Linha 480
IX. Despesas de Delegados	Linha 506
X. Material para Inclusão no <i>Livro de Disciplina</i>	Linha 539
XI. Distribuição de materiais dentro da sala de Audiências da Conferência	Linha 572
XII. Distribuição de materiais fora do Plenário ou da sala do Comité	Linha 579
XIII. Relatórios a serem enviados antes da Conferência Geral	Linha 600

PRINCÍPIOS DO REGULAMENTO

I.	Calendário Diário	
	Regra 1. Horas das Reuniões.....	Linha 622
	Regra 2. Ordem de Trabalhos.....	Linha 639
II.	Dirigentes Presidentes	
	Regra 3. Autoridade do Dirigente Presidente.....	Linha 646
	Regra 4. Chamada à Ordem da Conferência.....	Linha 666
III.	Direitos e Deveres dos Delegados	
	Regra 5. Presença e Reservas dos lugares	Linha 670
	Regra 6. Instruções para obtenção do uso da palavra no Plenário	Linha 697
	Regra 7. Oradores do Plenário - Contra e a Favor.....	Linha 709
	Regra 8. Interrupção do Orador.....	Linha 735
	Regra 9. Uso da palavra mais do que uma vez; duração do discurso.....	Linha 739
	Regra 10. Ponto de Ordem	Linha 749
	Regra 11. Sala de Audiências da Conferência.....	Linha 764
	Regra 12. Comportamentos Incómodos.....	Linha 769
	Regra 13. Registo Electrónico	Linha 779
	Regra 14. Direito de Apresentação de Moções.....	Linha 784
	Regra 15. Procedimento de Votação do Plenário.....	Linha 787
	Regra 16. Eleições	Linha 801
	Regra 17. Divisão de um Ponto	Linha 814
IV.	Comportamento dos Convidados e Observadores	
	Regra 18. Comportamento Incómodo	Linha 820
	Regra 19. Registo Electrónico.....	Linha 831
V.	Procedimento dos Trabalhos	
	Regra 20. Moção para Adopção de Relatórios das Comissões Legislativas e Administrativas.....	Linha 837
	Regra 21. Formulários Necessários para Relatórios, Resoluções, Moções, Emendas	Linha 842
	Regra 22. Alterações de Moções	Linha 847
	Regra 23. Moções Sem Contestação	Linha 852
	Regra 24. Direitos da Questão Principal.....	Linha 867
	Regra 25. Precedência das Moções Secundárias.....	Linha 873
	Regra 26. Moção Adiada.....	Linha 889
	Regra 27. Encerramento final.....	Linha 901
	Regra 28. Procedimento para Emenda através de Substituição	Linha 903
	Regra 29. Relatório Minoritário	Linha 922
	Regra 30. Moção Ilícita Após Uso da Palavra	Linha 951
	Regra 31. Excepções ao Voto Maioritário	Linha 954
	Regra 32. Reconsideração.....	Linha 979
	Regra 33. Calendário Normal e Calendário de Consentimento	Linha 984
	Regra 34. Relatório dos Artigos Não Calendarizados	Linha 1023
	Regra 35. Princípios do Regulamento dos Comitês Legislativos.....	Linha 1041
	Regra 36. Deveres e Prerrogativas dos Comitês Legislativos	Linha 1044
	Regra 37. Trabalhos não Concluídos nos Comitês Legislativos	Linha 1078
	Regra 38. Relatório do Comité Legislativo para o Daily Christian Advocate.....	Linha 1082
	Regra 39. Relatórios Publicados na posse da Conferência	Linha 1096
	Regra 40. Preparação e Impressão dos Relatórios.....	Linha 1106
VI.	Suspensões, Emendas e Suplementos	
	Regra 41. Suspensão de Regras	Linha 1120
	Regra 42. Emenda de Regras	Linha 1124
	Regra 43. Princípios do Regulamento de Robert, Autoridade Suplementar.....	Linha 1133

Plano de Organização e Regras de Ordem para a Conferência Geral

PREÂMBULO

Desde os dias de John Wesley, o "Povo designado por Metodista" reuniu-se e continua a reunir-se para a Conferência Cristã como um meio de graça. Os primeiros Metodistas, mesmo quando cuidavam das necessidades práticas do movimento, focavam-se essencialmente nas questões espirituais. Os problemas espirituais da Igreja e a sua missão vêm sempre antes do organismo, sejam ou não aparentes nas paixões do debate sobre as preocupações temporais. Através da conferência Cristã, a Igreja reúne-se à procura de unidade no meio da diversidade, sempre pretendendo conhecer a mente de Cristo. A Conferência Geral é a representante, o organismo deliberativo da Igreja Metodista Unida. Desenvolveu um processo ordeiro, racional e justo para a maioria das tomadas de decisões nos assuntos práticos da Igreja; no entanto, também protege os direitos das posições minoritárias. Os delegados reúnem-se com a firme convicção de que a unidade do Metodismo Unido é a vontade de Deus e o melhor modo para "divulgar as sagradas escrituras" neste movimento de Igreja global.

A finalidade do Plano de Organização e dos Princípios do Regulamento é de auxiliar a Conferência Geral a ser meios de graça, de discernimento da vontade de Deus e esforçar-se por alcançar a sabedoria de Cristo em todas as decisões. Durante a deliberação, poderemos efectuar pausas, ouvir em silêncio, rezar em conjunto e voltar a focar a nossa visão no caminho que o Espírito direcciona a Igreja. Estes tempos de silêncio, oração e discernimento podem ser diversos e surpreendentes. Embora não sejam substitutos do debate respeitoso e ordeiro, servem para colocar os nossos assuntos temporais numa perspectiva mais abrangente e de missão comum da Igreja Metodista Unida, que é fazer discípulos de Jesus Cristo para a transformação do mundo. Acreditando que Deus actua através de toda a vida, a Conferência Geral convida a Igreja e outros a observarem as nossas deliberações, conduzindo os trabalhos em reuniões abertas (em conformidade com ¶ 722 do *Livro de Disciplina*).

28 PLANO DE ORGANIZAÇÃO

29 I. Sessão de Abertura e Organização

30 A Conferência Geral reunir-se-á no local e à hora marcada, iniciando-se a sessão
31 com o Culto. Na sessão de abertura dos trabalhos da Conferência terá o uso da
32 palavra o bispo designado, conforme indicado no *Livro de Disciplina* ¶ 16.11.

33 Será observada a seguinte ordem de trabalhos:

34 A. Lista de Chamada. Serão registadas as presenças por escrito na Secretaria da
35 Conferência Geral, através do:

- 36 1) Secretário do Conselho dos Bispos, para os bispos;
- 37 2) Secretário do Conselho Judicial, para o organismo;
- 38 3) Secretário Executivo da Mesa Conexional, para todos os Secretários-
39 Gerais;
- 40 4) Presidente de cada delegação das conferências anuais, para os seus
41 membros (Ver Regra 5), e
- 42 5) Presidente da cada delegação para a Concordata, Metodistas Afiliados
43 Autónomos e Igrejas Unidas.

44 B. Estabelecimento da sala de audiências da conferência.

45 C. Relatório da Comissão da Conferência Geral.

- 46 1) Adopção do Plano de Organização e Regras de Ordem

47 D. Eleições

- 48 1) Coordenador do Calendário (Ver IV.C)

49 E. Relatório da Comissão sobre a Ordem de Trabalhos.

50 F. Trabalhos Diversos.

51 G. Encerramento.

52 II. Discursos Episcopais, de Laicado e Jovens

53 Os Discursos Quadrienais serão efectuados no início da Conferência,
54 conforme a hora determinada pela Comissão da Conferência Geral. O
55 Conselho dos Bispos coordenará a preparação e a apresentação do Discurso
56 Quadrienal Episcopal. A Associação da Conferência Anual de Guias Leigos
57 coordenará a preparação e a apresentação do Discurso Quadrienal dos
58 Laicado. Esta oportunidade será aberta aos guias leigos de todas as

59 conferências anuais. A Divisão dos Ministérios com os Jovens dos
60 Metodistas Unidos coordenará a preparação e a apresentação do Discurso
61 Quadrienal dos Jovens. Esta oportunidade será aberta a todos os jovens.

62 **III. Dirigentes Presidentes**

63 Os dirigentes presidentes para os plenários da Conferência, com excepção da
64 abertura do plenário (Ver Secção I), serão escolhidos entre os bispos efectivos
65 pelo Comité dos Dirigentes Presidentes (Ver Secção VII.A.6).

66 **IV. Secretário da Conferência Geral**

67 A. O Secretário da Conferência Geral será responsável por todas as
68 funções de gabinete atribuídas por 504.3 em preparação para a sessão da
69 Conferência Geral e será também responsável perante a Comissão da
70 Conferência Geral.

71 B. O Secretário da Conferência Geral seleccionará pessoas entre os clérigos e
72 membros leigos da Igreja Metodista Unida para servirem como colaboradores de
73 apoio ao secretariado.

74 C. A Conferência elegerá, após nomeação pelo Secretário da Conferência
75 Geral, um Coordenador do Calendário, que irá assistir a Comissão sobre a
76 Ordem de Trabalhos e Calendarização, na apresentação de relatórios, por
77 forma a agilizar os trabalhos da Conferência, e noutras responsabilidades do
78 comité (Ver I.D.1 e VII.A.1).

79 D. O Secretário da Conferência Geral nomeará um Secretário de
80 Petições, que preparará as petições, resoluções e relatórios que
81 cumpram os requisitos de ¶ 507 do *Livro de Disciplina* para
82 referência ao Comité Legislativo adequado, sujeitas à análise do
83 Comité da Referência (Ver Secção VII.A.7.).

84 E. A Comissão da Conferência Geral apresentará junto do Conselho Geral de
85 Finanças e Administração um orçamento para o trabalho do Secretário da
86 Conferência Geral. Esse orçamento será pago através do Fundo de Administração
87 Geral.

88 F. Se, por qualquer motivo, o lugar de Secretário da Conferência Geral
89 ficar vago no período intercalar entre as sessões quadrienais da
90 Conferência Geral, o Conselho dos Bispos elegerá um sucessor para
91 servir até à próxima sessão.

92 **V. Nomeações e Eleições**

93 O Secretário da Conferência Geral desenvolverá um cronograma para submissão
94 das nomeações, eleições e indicações pelo Conselho dos Bispos. Ao efectuar estas
95 nomeações, eleições e indicações, dever-se-á prestar atenção no facto de ser
96 assegurada a continuidade dos membros do quadriénio anterior. O Conselho dos
97 Bispos terá a responsabilidade de apresentar as nomeações para a Comissão da
98 Conferência Geral, Comité Permanente sobre Assuntos das Conferências
99 Centrais, comissões administrativas da Conferência Geral e para o secretário
100 designado da Conferência Geral. Estas nomeações serão apresentadas à
101 Conferência Geral para eleição.

102 As disposições disciplinares regerão os procedimentos de nomeação e eleitorais para:

- 103 O Conselho Geral de Finanças e Administração (§ 805.1)
- 104 A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde (§ 1502.1)
- 105 A Comissão Geral de Arquivos e História (§ 1704.2)
- 106 O Senado Universitário (§ 1414.2)
- 107 O Conselho Judicial (§§ 2602, 2603, 2604.1)

108 e os membros Episcopais:

- 109 Na Junta Geral de Igreja e Sociedade (§ 705.4d)
- 110 Na Junta Geral do Discipulado (§ 705.4d)
- 111 Na Junta Geral de Ministérios Globais (§§ 705.4d, 1311.6)
- 112 Na Junta Geral de Educação Superior e Ministério (§ 705.4d)

113 O *Defensor Cristão Diário* publicará a lista dos nomeados para eleição do
114 Conselho Judicial e do Senado Universitário. Serão submetidos breves biografias,
115 que não excedam as 100 palavras, para cada nomeado e serão publicadas
116 conforme submetidas.

117 VI. Comissão da Conferência Geral

118 A. Existirá uma Comissão da Conferência Geral composta por membros leigos e
119 clérigos, conforme definido em ¶ 511 do *Livro de Disciplina*. Estes serão
120 responsáveis pela supervisão de todas as providências necessárias à reunião da
121 Conferência Geral.

- 122 1. Idiomas da Conferência Geral: O *Defensor Cristão Diário* será
123 publicado em inglês.¹ Será disponibilizada interpretação simultânea
124 e/ou directa das sessões do plenário e do comité legislativo em francês,
125 português, espanhol, kisuaíli, alemão, russo, coreano e Linguagem
126 Gestual Americana e/ou outras, se indicado pela Comissão da
127 Conferência Geral em consulta com os Recursos Multilíngues da Junta
128 Geral de Ministérios Globais.
- 129 2. Os intérpretes devidamente credenciados, e outros assistentes pessoais para
130 pessoas com necessidades especiais, se necessário, poderão sentar-se com os
131 delegados com direito de voto em todas as sessões plenárias e do comité.

132 VII. Comités

133 A Conferência Geral terá comissões permanentes e especiais, caso as
134 ordene, com funções, responsabilidades e limitações conforme
135 atribuídas.

136 A. Comissões Administrativas

137 Os membros das seguintes comissões serão nomeados pelo Conselho dos
138 Bispos na sua reunião de outono, precedente à Conferência Geral. Todos
139 eles, excepto para a Comissão de Correlação e para a Revisão Editorial,
140 sairão dos delegados eleitos à Conferência Geral (Ver Secção V). Os
141 membros das comissões administrativas que se reúnam antes do dia da
142 convocação da Conferência Geral receberão o per diem de delegado por
143 cada dia adicional em que é solicitada a sua presença. Os delegados que

¹ O *Livro de Disciplina de 2016* no seu ¶ 511.4.c exige que as agendas diárias, listas de petições, informação sobre as nomeações e outras informações de elevada importância publicadas no *DCA* sejam também disponibilizadas em francês, português e suaíli. Estas devem ser disponibilizadas em formato electrónico.

144 sejam nomeados para essas comissões com menos de 60 dias de
145 antecedência da sessão de abertura da Conferência Geral terão direito a
146 reembolso de quaisquer custos de transporte adicionais.

147 *1) Ordem de Trabalhos e Calendarização*

148 (a) Haverá uma Comissão para a Ordem de Trabalhos e Calendarização
149 composto por quinze membros, um de cada conferência central e jurisdição,
150 dos quais pelo menos seis serão leigos; o Coordenador de Calendarização; o
151 Presidente do Comité de Programa da Comissão da Conferência Geral ou
152 mandatário; e o Presidente da Comissão da Conferência Geral ou
153 mandatário.

154 Nenhum membro do comité poderá ser presidente de um comité legislativo ou
155 colaborador de uma agência geral. O Comité será convocado pelo Secretário da
156 Conferência Geral ou pelo seu mandatário, com o objectivo de organização, pelo
157 menos com um dia antes da abertura da Conferência Geral. Após a apresentação e
158 adopção do relatório da Comissão da Conferência Geral durante a sessão de
159 abertura da Conferência Geral, a Comissão de Ordem de Trabalhos e
160 Calendarização ficará imediatamente responsável pela orientação da ordem de
161 trabalhos da Conferência.

162 (b) A Comissão de Ordem de Trabalhos e Calendarização irá:

163 (1) Apresentar relatórios sobre a calendarização, por ordem a agilizar os
164 trabalhos da Conferência;

165 (2) Informar o bispo presidente, logo que possível, dos artigos da ordem
166 de trabalhos, incluindo a ordem de prioridade a ser considerada;

167 (3) Manter uma visão geral da progressão do calendário;

168 (4) Recomendar o relatório para cada sessão da Conferência Geral relativamente
169 à ordem de trabalhos, incluindo as alocações de tempo e as respectivas ordens,
170 pelas quais os relatórios do comité legislativo serão apresentados;

171 (5) Dar prioridade em plenários para consideração legislativa, à medida
172 que os artigos ficam disponíveis: em primeiro lugar os artigos que afectam

173 a igreja de um modo global, e segundo lugar os artigos com implicações
174 financeiras e em terceiro lugar os artigos com relatórios minoritários;

175 (6) Anunciar, na última sessão plenária de cada dia, uma ordem de
176 trabalhos provisória para o próximo dia;

177 (7) Consultar diariamente os presidentes do comité legislativo para
178 agilização dos trabalhos da Conferência Geral; e

179 (8) Receber todos os pedidos para ordens especiais desse dia, excepto as
180 que constam do relatório da Comissão da Conferência Geral no dia
181 inaugural da Conferência.

182 (c) As propostas, questões, comunicações, resoluções e outros assuntos não
183 incluídos nos trabalhos normais da Conferência Geral serão referidas à Comissão
184 de Ordem de Trabalhos e Calendarização sem moção ou debate. Esta comissão
185 determinará se o assunto apresentado será considerado pela Conferência Geral. A
186 decisão desta comissão poderá ser contestada submetendo à Conferência as
187 assinaturas de dez delegados. O artigo será apresentado à Conferência se a
188 contestação for apoiada por um terço dos votos.

189 2) *Correlação e Revisão Editorial*

190 Haverá uma Comissão e Correlação e Revisão Editorial de oito pessoas e dois
191 substitutos não delegados à Conferência Geral, e o Editor Livreiro ou
192 mandatário, que será um membro ex-officio. Terão direito a reembolso de
193 despesas para acompanhamento das reuniões da comissão. O Editor Livreiro ou
194 o seu mandatário reunir-se-á com o comité para fins organizacionais. Durante a
195 sessão da Conferência Geral e após o seu encerramento, a função desta comissão
196 será:

197 (a) Rever toda a legislação proposta inserida no *Defensor Cristão Diário* ou
198 apresentada à Conferência Geral através dos relatórios especiais. A
199 Comissão relatará aos respectivos comités, ou à Conferência Geral, caso a
200 situação se justifique, todas as contradições, duplicações e inconsistências
201 detectadas.

202 (b) Garantir que, caso um artigo calendarizado e aprovado no Calendário de
203 Consentimento, ou sob uma votação de legislação múltipla, esteja em conflito
204 com partes de um outro artigo calendarizado discutido e votado pela sessão
205 plenária, irá prevalecer o artigo discutido e votado.

206 (c) Editar o *Livro de Disciplina* em conformidade com a Secção X.B.

207 3) *Cortesias e Privilégios*

208 Haverá um Comité de Cortesias e Privilégios composto por doze
209 membros, um de cada conferência central e jurisdição, dos quais pelo
210 menos seis serão leigos. O comité será convocado por um bispo para fins
211 organizacionais. O comité possui os seguintes deveres e
212 responsabilidades:

213 (a) Considerar todos os assuntos de privilégio e, se estes puderem ser
214 considerados como tais, recomendar à Conferência que estes sejam ouvidos.

215 (b) Considerar as resoluções de louvores, cortesias, reconhecimentos, etc.,
216 submetidas por escrito pelos delegados. O comité poderá dar início à resoluções
217 semelhantes e poderá editar e emendar as que lhe forem submetidas. As
218 resoluções aprovadas pelo comité serão publicadas no *Defensor Cristão Diário* e
219 trazidas para debate caso o comité as considere de importância ou urgência
220 extraordinária.

221 (c) Organizar a extensão das cortesias adequadas da Conferência.

222 (d) Limitar o seu relato, incluindo a declaração do presidente e a audição dessas pessoas,
223 eventualmente apresentadas, a um limite máximo de dez minutos em qualquer dia que
224 decorram trabalhos. Nenhuma pessoa ou pessoas deve(m) ser apresentada(s), cujo pedido
225 tenha sido negado pela Comissão da Conferência Geral, nem após o sexto dia, excepto
226 com a aprovação por dois terços dos votos da Conferência (Ver Regra 31.6).

227 4) *Credenciais*

228 Haverá uma Comissão de Credenciais composto por doze membros, um de cada
229 conferência central e jurisdição, pelo menos seis dos quais serão leigos. A
230 comissão será convocada por um bispo para fins organizacionais. A comissão

231 dará orientação ao Secretário da Conferência Geral, relativa à aprovação das
232 credenciais dos delegados, e poderá rever decisões relativas aos assentos
233 reservados aos delegados, incluindo os delegados de reserva. A comissão relatará
234 as suas decisões e recomendações à Conferência Geral relativas a problemas com
235 o assento de qualquer delegado.

236 *5) Jornal*

237 Haverá uma Comissão sobre o Jornal de três delegados para aprovar o registo
238 diário dos Procedimentos da Conferência Geral preparado pelo Secretário da
239 Conferência Geral e assistente(s). A comissão será convocada por um bispo para
240 fins organizacionais.

241 *6) Dirigentes Presidentes*

242 Haverá uma Comissão sobre Representantes Presidentes composta por doze
243 membros, um de cada conferência central e jurisdição, dos quais seis serão
244 clérigos e seis serão leigos. A Comissão será convocada por um bispo para fins
245 organizacionais. A Comissão seleccionará e notificará o(s) dirigente(s)
246 presidente(s) de cada sessão plenária com, pelo menos, 24 horas de antecedência,
247 na medida do possível. A Comissão será livre de seleccionar um bispo para mais
248 do que uma sessão e de alterar o dirigente presidente durante a sessão, sempre que
249 isso seja aconselhável (Ver Secção III).

250 *7) Referência*

251 Haverá uma Comissão sobre Referência composta por vinte e quatro membros,
252 um clérigo e um leigo de cada conferência central e jurisdição. Os membros
253 desta Comissão incluirão, pelo menos, um membro de cada comité legislativo,
254 que será mandatado como coordenador de petições para o seu comité
255 legislativo. Se possível, os coordenadores de petições terão servido
256 anteriormente no comité legislativo da Conferência Geral. Estes coordenadores
257 de petições servirão como conselheiros aos dirigentes do comité legislativo, do
258 qual eles são membros. Os membros adicionais da Comissão sobre Referência
259 assistirão o coordenador de petições no comité legislativo, do qual eles são
260 membros. Este comité será convocado pelo Secretário da Conferência Geral ou
261 pelo seu mandatário, com o objectivo de organização, um dia antes da abertura
262 da Conferência Geral.

263 (a) Após revisão das atribuições propostas pelo Secretário da Conferência
264 Geral das petições, resoluções e comunicações similares respeitantes aos
265 trabalhos normais da Conferência para os comités legislativos, este
266 comité referirá o mesmo aos comités legislativos adequados (Ver Secção
267 IV.D). Este comité também será responsável pela revisão da atribuição,
268 pelo Secretário da Conferência Geral, de todos os relatórios,
269 recomendações e resoluções das agências gerais, comissões e comités
270 especiais ou permanentes, e de todas as outras comunicações que são
271 submetidas ao Secretário da Conferência Geral após convocação da
272 Conferência Geral, as quais serão referenciadas directamente aos comités
273 legislativos adequados, sem apresentação a uma sessão plenária da
274 Conferência Geral.

275 (b) A Comissão sobre Referência poderá retirar um artigo que tenha sido atribuído
276 a um comité, quer seja solicitado ou seja oficiosamente. Poderá ainda recusar a
277 referência ou publicação de qualquer documento que considere inadequado.

278 (c) O Secretário da Conferência Geral, ou o Secretário de Petições, poderá recusar
279 a publicação de quaisquer petições que sejam consideradas difamatórias de um
280 indivíduo ou obscenas. A Comissão sobre Referência analisará todas essas
281 decisões.

282 (d) Caso a Comissão considere duas ou mais petições substancialmente
283 idênticas, poderá agrupá-las sob um título e número, indicando o número total
284 de petições.

285 (e) Nenhuma petição será atribuída pela Comissão sobre Referência a um
286 comité da Conferência Geral, excepto se cumprem os requisitos do *Livro de*
287 *Disciplina*.

288 **B. Painel de Pesquisa Legislativa do Advance**

289 (a) Haverá um Painel de Pesquisa Legislativa do Advance, escolhido pelo Comité
290 Executivo da Comissão da Conferência Geral, composto por um número de
291 membros igual ao número de comités legislativos.

- 292 (b) Membros do painel serão escolhidos com base no seu abrangente
293 conhecimento do *Livro de Disciplina* conforme evidenciado pela sua previa
294 participação na vida geral da igreja, através do serviço no Conselho Judicial, no
295 Comité de Correlação e Revisão Editorial, ou como chanceler de conferência. Os
296 membros do painel têm de estar dispostos a dedicar horas consideráveis antes da
297 Conferência Geral.
- 298 (c) Todas as petições recebidas, após serem compiladas em parágrafos
299 Disciplinares, serão atribuídas pelo comité legislativo aos membros do painel. Por
300 sua vez, os membros do painel analisarão todas as petições que lhes foram
301 atribuídas e localizarão quaisquer outros parágrafos do *Livro de Disciplina*,
302 incluindo a Constituição, que estejam intimamente relacionados com o assunto da
303 petição, bem como intimamente relacionados com as decisões e memorandos do
304 Conselho Judicial. Os membros de painel registrarão então o parágrafo, decisão ou
305 memorandos relacionados com cada petição.
- 306 (d) Não será incluído qualquer opinião ou comentário editorial sobre qualquer petição.
- 307 (e) A notação dos parágrafos relacionados tornar-se-á um anexo permanente da
308 petição com a passagem pelo processo do comité legislativo da Conferência
309 Geral.
- 310 (f) Os comités legislativos terão em consideração de como os parágrafos
311 relacionados produzirão impacto ou serão afectados pela adopção dessa petição.
- 312 (g) O trabalho do Painel de Pesquisa Legislativa do Advance será coordenado
313 pelo Secretário de Petições.
- 314 (h) Um membro do painel não está impedido de ser um delegado da Conferência
315 Geral.

316 **C. Comissão sobre Ética**

- 317 Haverá uma Comissão sobre Ética, composta por membros do Comité do Plano
318 de Organização e Regras de Ordem para a Conferência Geral. Os delegados
319 individuais poderão relatar ao Secretário da Conferência Geral as suas
320 preocupações sobre alegadas violações de regras, o qual investigará, tentará

321 resolver todas essas reclamações, e relatará a resolução à Comissão sobre Ética e
322 ao(s) delegado(s) que enunciaram as suas preocupações. Com base na gravidade
323 das preocupações, o Secretário da Conferência Geral poderá referenciar o assunto
324 à Comissão sobre Ética. As alegadas violações das regras também poderão ser
325 referenciados directamente à Comissão sobre Ética através de um quinto dos
326 votos do Plenário. A Comissão sobre Ética analisará os assuntos aí referenciados
327 e relatará ao Plenário as suas conclusões com a acção recomendada.

328 **D. Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais**

329 (para estatuto de membros, ver *Livro de Disciplina* ¶ 2201.)

330 Serão referenciadas a esta Comissão todas as petições, resoluções, etc., relativas
331 às Conferências Centrais, Igrejas Metodistas Autónomas, Igrejas Metodistas
332 Autónomas Afiliadas, Igrejas Unidas Afiliadas e das relações Concordatas.

333 *Livro de Disciplina* parágrafos

334 28-31.....Constituição: Conferências Centrais
335 423.....Conferência dos Bispos Metodistas
336 540-548.....Conferências Centrais
337 560-567.....Conferências Centrais Provisórias
338 570-575.....Metodistas Autónomos, Metodistas Autónomos
339 Afiliados, Unidos Afiliados, Igrejas de Convénio e da Concordata
340 2201.....Comissão Permanente sobre Assuntos das
341 Conferências Centrais

342 A Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais submeterá
343 directamente à Conferência Geral o seu relatório e quaisquer propostas
344 legislativas relacionadas aos parágrafos a si atribuídos. Caso a Comissão
345 Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais tenha alguma preocupação
346 por qualquer um dos parágrafos atribuídos a um dos comités legislativos, a
347 Comissão oferecerá a sua recomendação ao comité legislativo adequado para
348 consideração e recomendação à Conferência Geral.

E. Comitês Legislativos

Haverá comitês legislativos aos quais serão atribuídos as petições e relatórios submetidos de modo adequado. A Comissão da Conferência Geral definirá o número de comitês legislativos e a atribuição dos parágrafos e tópicos Disciplinares a esses comitês em consulta com o Secretário da Conferência Geral e o com o Gestor dos Trabalhos da Conferência Geral (§ 511.4.f). Qualquer comitê legislativo que considere que a legislação interfere com as responsabilidades atribuídas pela Comissão Permanente sobre Assuntos da Conferência Central consultará a Comissão antes de submeter à Conferência a legislação proposta.

F. Membros dos Comitês Legislativos

1) Dentro da delegação da conferência anual, cada delegado escolherá um comitê legislativo para servir, sendo a escolha a efectuar por ordem de eleição.

Em 2016, o laicado primeiramente eleito, terá direito à primeira escolha, o clérigo delegado primeiramente eleito, à segunda escolha e, assim, o direito de escolha continuará a alternar entre leigos e clérigos delegados pela ordem da sua eleição. Para as Conferências Gerais subsequentes, a primeira escolha alternará entre os clérigos e leigos delegados, de acordo com o seguinte calendário:

2020	clérigos
2024	leigos
2028	clérigos
2032	leigos
2036	clérigos
2040	leigos

Dois membros de uma delegação podem não servir no mesmo comitê legislativo, excepto se a referida delegação esteja representada em todos. Sempre que uma delegação tenha mais do que um delegado num comitê legislativo, os seus delegados serão divididos, tanto quanto possível, entre leigos e clérigos. Assim, caso existam três delegados num comitê, eles deverão ser dois clérigos e um leigo, ou vice-versa. O Secretário da Conferência Geral disponibilizará estas

380 instruções e exemplos com as instruções de eleição de delegados, enviadas para
381 cada secretário das conferências anuais.

382 2) Se um assunto está sob consideração em qualquer comité legislativo, o qual, na
383 opinião de qualquer delegação das conferências anuais, afecta os interesses dos
384 seus representados, e se a referida conferência anual não possui representação
385 através de um dos seus membros no referido comité, então a delegação poderá
386 escolher um dos seus delegados para representar a sua conferência anual no
387 comité durante a consideração do supracitado assunto. Este delegado terá assento
388 no comité, enquanto esse determinado assunto estiver a ser considerado e terá
389 direito a expressar-se, mas sem direito a voto (Ver Secção VII.G.3.(e)).

390 3) Cada pessoa com assento na Conferência Geral com direito a expressar-se, mas sem direito
391 a voto, poderá submeter ao Secretário da Conferência Geral uma escolha de um comité
392 legislativo e nesse comité terá o mesmo direito de expressar-se, mas sem direito a voto.

393 **G. Reuniões dos Comités**

394 1) Comités de Organização e Quórum. Todos os comités legislativos e
395 administrativos reunir-se-ão para organização em data determinada pela Comissão
396 da Conferência Geral. A maioria dos membros constituirá quórum para a
397 transacção dos trabalhos em todos os comités.

398 Em coerência com o espírito de ¶ 722 no *Livro de Disciplina*, as reuniões dos
399 comités e subcomités da Conferência Geral serão abertas.

400 2) Comités Administrativos

401 (a) Um bispo nomeado pelo Conselho dos Bispos e um secretário de organização
402 nomeado pelo Secretário da Conferência Geral servirão, respectivamente, como
403 presidente e secretário, para organizar os comités, excepto se existir outra
404 disposição específica.

405 (b) A eleição do presidente, vice-presidente e secretário de cada comité
406 administrativo será por escrutínio escrito, em separado e sequencial, para cada
407 posição. Será dada a devida consideração para a abrangência que espelhe a

408 natureza global da igreja, incluindo gênero, idade, etnicidade, geografia, jovens,
409 clérigos e leigos.

410 3) Comitês Legislativos

411 Todos os comitês legislativos reunir-se-ão para organização, na(s) data(s) que
412 a Comissão da Conferência Geral determinar. Um bispo nomeado pelo
413 Conselho dos Bispos e um secretário de organização nomeado pelo
414 Secretário da Conferência Geral servirão, respectivamente, como presidente e
415 secretário, para organizar cada um dos diversos comitês. A primeira reunião
416 dos comitês legislativos ocorrerá logo que possível, após a primeira sessão
417 plenária da Conferência Geral. A orientação do comitê, seguida pela eleição
418 dos seus dirigentes, será a ordem dos trabalhos da primeira reunião do
419 comitê.

420 (a) Eleição dos Dirigentes. O presidente, vice-presidente e secretário e os
421 presidentes dos subcomitês de cada comitê serão eleitos por escrutínio escrito, em
422 separado e sequencial, para cada posição. Será dada a devida consideração para a
423 abrangência que espelhe a natureza global da igreja, incluindo gênero, idade,
424 etnicidade, geografia, jovens, clérigos e leigos. Caso não ocorra a eleição através
425 de votação por maioria simples após três (3) escrutínios consecutivos, será
426 reaberta a audiência para nomeações.

427 (b) Formação. O Secretário da Conferência Geral será responsável pela
428 formação de todos os presidentes, vice-presidentes, secretários e presidentes de
429 subcomitês dos comitês legislativos. A formação incluirá instruções sobre os
430 seus deveres, todos os procedimentos sobre a abordagem das petições, os prazos
431 finais para publicação dos relatórios e outras informações para agilização dos
432 trabalhos dos comitês. A Comissão da Conferência Geral organizará a altura e
433 local para essa sessão de formação. Nenhum dirigente poderá servir sem
434 concluir esta formação.

435 (c) Parlamentares. Será atribuído um parlamentar a cada comitê legislativo pelo
436 Secretário da Conferência Geral. Os Bispos Reformados nomeados pelo
437 Conselho dos Bispos serão incluídos no agrupamento dos parlamentares. Será
438 responsabilidade do Gestor de Trabalhos da Conferência Geral desenvolver um

439 agrupamento de outras pessoas, que não sejam actualmente delegados, para
440 servirem como parlamentares. É preferível que essas pessoas sejam membros da
441 Igreja Metodista Unida, tenham conhecimento dos Regulamentos da Conferência
442 Geral e possuam formação em procedimentos parlamentares. Será dada prioridade
443 aos bispos reformados em serem atribuídos aos comités legislativos. A convite do
444 dirigente presidente, o parlamentar aconselha sobre assuntos de procedimentos
445 parlamentares.

446 (d) Reuniões Regulares. Os comités legislativos reunir-se-ão para trabalho,
447 conforme calendarizado pelo Comissão de Ordem de Trabalhos, excepto se
448 contrariamente ordenado pela Conferência, e noutras alturas conforme os comités
449 poderão determinar, desde que nenhum comité legislativo se reúna em alturas que
450 colidam com as sessões plenárias. Qualquer legislação não concluída pelo comité
451 legislativo até ao encerramento de Sábado à noite da primeira semana da
452 Conferência Geral, permanecerá incompleta e os comités legislativos serão
453 encerrados (Ver Regra 37).²

454 (e) Área de Votação. Cada comité legislativo e subcomité estabelecerá uma área,
455 onde apenas estarão sentados membros votantes do comité e os seus assistentes ou
456 tradutores devidamente credenciados. Em cada comité legislativo, o Gestor de
457 Trabalhos da Conferência Geral disponibilizará quatro lugares designados para
458 monitores da Comissão Geral de Religião e Raça e da Comissão Geral sobre o Estado
459 e o Papel das Mulheres. Será também estabelecida uma área para os que estão
460 presentes com direito a expressar-se, mas sem direito de voto (Ver Secção VII.F.2).
461 Os membros colaboradores da Secretário da Conferência Geral e do Gestor de
462 Trabalhos da Conferência Geral podem proferir da palavra no desempenho dos seus
463 deveres. Os colaboradores da agência geral, outras pessoas de recurso e visitantes,
464 apenas podem usar da palavra com autorização, em cada instância através de votação
465 de um terço do comité ou subcomité, ou por convite do presidente (Ver Regra 31.3).

² O Livro de Disciplina de 2016 no seu ¶ 507.11 exige que todas as petições submetidas à Conferência Geral tenham sido sujeitas a voto de um Comité Legislativo. O requisito disciplinar tem precedência sobre este texto e sobre a Regra 37.

466 (f) Relatórios Minoritários. Os relatórios minoritários permitem a expressão de
467 diferentes visões sustentadas por uma parte significativa de um comité legislativo
468 e que podem ser apresentadas em conformidade com as Regras 29, 38 e 39.

469 (g) Relatórios. Os Relatórios dos Comités Legislativos devem ser submetidos logo
470 que possível, após a actuação do comité. Todos os Relatórios dos Comités
471 Legislativos serão submetidos antes das 17h00 de segunda-feira, da segunda semana.

472 **H. Função e Autoridade dos Comités**

473 1) Os comités administrativos, sem instruções ou indicações específicas da
474 conferência, assumirão a responsabilidade de consideração e de relato à
475 Conferência, sobre todos os assuntos que sejam da sua responsabilidade e
476 competência (Ver Secção VII.A).

477 2) Os comités legislativos irão considerar e relatar sobre o que lhe for referido
478 pela Comissão sobre Referência, ou que lhe tenha sido referido directamente pela
479 Conferência (Ver Secção 36).

480 **VIII. Proposta relativa à despesas de Fundos não Orçamentados**

481 A. Qualquer acção proposta ao plenário da Conferência Geral para estabelecimento
482 de um conselho, comissão, comité, ou grupo de trabalho provisório ou de
483 continuação será referida ao Conselho Geral de Finanças e Administração e à Mesa
484 Conexial, ou aos seus comités executivos, ou ao seu grupo de análise de despesas,
485 para emissão de um relatório e recomendação, antes de ser efectuada a acção final.
486 O Conselho Geral de Finanças e Administração e a Mesa Conexial, ou os seus
487 comités executivos, ou o seu grupo de análise de despesas, disponibilizarão à
488 Conferência Geral os seguintes elementos, antes de ser efectuada a acção final:

489 1) um orçamento estimado para o conselho, comissão, comité, ou grupo de
490 trabalho proposto para o próximo quadriénio; e

491 2) uma declaração a indicar como a criação do conselho, comissão, comité, ou
492 grupo de trabalho proposto, irá afectar o orçamento ou orçamentos dos conselhos,
493 comissões, comités e grupos de trabalho existentes , já apresentados pelo
494 Conselho Geral de Finanças e Administração.

495 B. Qualquer acção proposta ao plenário da Conferência Geral que envolva
496 despesas de fundos será referida ao Conselho Geral de Finanças e Administração
497 e à Mesa Conexial, ou aos seus comités executivos, ou ao seu grupo de análise de
498 despesas, para emissão de um relatório e recomendação, antes de ser efectuada a
499 acção final. Quaisquer pedidos de agências gerais para fundos suplementares será
500 identificado como tais; caso contrário, serão considerados como tendo sido
501 incluídos no orçamento da agência.

502 C. Qualquer proposta que se enquadre nas disposições desta secção será referida ao
503 Conselho Geral de Finanças e Administração e à Mesa Conexial, ou aos seus comités
504 executivos, ou ao seu grupo de análise de despesas, com uma antecedência nunca inferior
505 a setenta e duas horas do levantamento de sessão agendado da Conferência Geral.

506 **IX. Despesa de Delegados**

507 A. Serão pagas na totalidade as despesas de viagem e per diem para o número
508 atribuído de delegados votantes de cada conferência, em conformidade com o
509 relatório do presidente de cada delegação das conferências anuais. Se, durante a
510 conferência, um delegado de reserva tiver assento como delegado principal por
511 um ou mais dias, o delegado principal ajustará a quantia per diem com essa
512 reserva, com base no tempo de serviço de cada um.

513 B. A viagem de avião será pela viagem de ida e volta mais económica em classe
514 económica, com percurso directo de e até à Conferência Geral. Sempre que
515 possível, devem ser utilizados bilhetes especiais de excursão e promocionais. As
516 despesas adicionais podem ser permitidas a delegados pertencentes a conferências
517 exteriores aos Estados Unidos, para chegadas e partidas que não excedam dois dias
518 antes ou após a Conferência Geral. O subsídio por despesas per diem desses dias
519 anteriores e posteriores à Conferência Geral será de taxa equivalente ao subsídio
520 disponibilizado aos delegados durante a Conferência Geral. As excepções a estes
521 limites terão de ser aprovados pelo Gestor de Trabalhos da Conferência Geral.

522 C. Quando um ou mais delegados se deslocarem na mesma viatura, o proprietário será
523 reembolsado pelo custo real da viagem (parqueamento, quilometragem de viagem e
524 portagens, refeições durante a viagem e alojamento). A quilometragem será reembolsada à
525 taxa empresarial estabelecida pelo IRS e será medida desde o ponto de origem até ao local

526 da Conferência Geral e o respectivo regresso. As refeições e o alojamento serão
527 reembolsados até ao montante per diem estabelecido para a Conferência Geral. Quando a
528 viagem de ida e volta excede as 1.000 milhas para cada um dos percursos, o custo do
529 transporte será pago com base nos custos reais, conforme acima definido, ou com base na
530 tarifa de avião disponível mais económica, mais o custo de transporte de/para o aeroporto,
531 o que for menos dispendioso. Os passageiros que sejam delegados principais votantes na
532 Conferência Geral submeterão apenas o custo do alojamento e de refeições em viagem até
533 ao montante máximo estabelecido para a Conferência Geral da taxa per diem.

534 D. Para as datas em que estiver a decorrer a Conferência Geral, nenhum delegado à
535 Conferência Geral receberá dinheiro para despesas da Igreja geral, nem de nenhum
536 dos seus conselhos ou agências, para além da importância per diem e das despesas
537 de viagem disponíveis a todos os delegados. Esta disposição não se destina a
538 restringir a assistência oficial aos delegados das suas próprias conferências anuais.

539 **X. Material para Inclusão no *Livro de Disciplina***

540 A. Material não legislativo (Páginas 1-22, 2012 *Livro de Disciplina*)³ será referido
541 ao Comité da Correlação e Revisão Editorial para consideração e possível
542 consulta em conjunto com a Comissão Geral de Arquivos e História ou para
543 referência da Comissão sobre Referência.

544 B. O Editor Livreiro, o Secretário da Conferência Geral, o Editor da Igreja
545 Metodista Unida e o Comité de Correlação e Revisão Editorial estarão
546 encarregados da edição do *Livro de Disciplina*. Quaisquer emendas Disciplinares
547 que não estejam dependentes de emendas constitucionais para a sua entrada em
548 vigência, serão incorporadas nos parágrafos adequados do *Livro de Disciplina* por
549 ordem de adopção.

550 Os editores, no exercício do seu julgamento, têm autoridade para efectuar
551 alterações nas palavras, caso seja necessário harmonizar a legislação, sem
552 alterar a sua substância. Os editores, em consulta com o Conselho Judicial, terão
553 autoridade para apagar disposições do *Livro de Disciplina* que sejam
554 consideradas inconstitucionais pelo Conselho Judicial. Qualquer alteração de

³ Isto corresponde às páginas 1 a 24 no *Livro de Disciplina* de 2016.

555 uma decisão efectuada pelo Comité de Correlação e Revisão Editorial, será feita
556 por escrito. Caso o assunto necessite ir ao Conselho Judicial, a parte que recorre
557 dará conhecimento desse facto ao Comité. Qualquer errata estabelecida no *Livro*
558 *de Disciplinas* será enviada pela Casa Editora Metodista Unida ao Conselho dos
559 Bispos, ao Secretário da Conferência Geral, aos Secretários das Conferências
560 Anuais e aos Directores das Conferências Anuais dos Ministérios Conexiais e
561 será publicada pelo Editor Livreiro no website da Casa Editora Metodista
562 Unida.

563 As emendas constitucionais certificadas em conformidade com ¶ 59 e a legislação
564 prática adoptada em antecipação das emendas constitucionais serão publicadas
565 pelo Editor Livreiro no website da Casa Editora Metodista Unida, após a
566 respectiva certificação. Estas serão publicadas no *Livro de Disciplina*
567 subsequente. As emendas constitucionais entrarão em vigência na data da sua
568 certificação. A legislação prática entrará em vigência a 1 de Janeiro do ano
569 seguinte à certificação das emendas constitucionais e ser-lhe-á dado efeito como
570 se tivesse sido adoptada após todas as outras alterações disciplinares que afectam
571 um determinado parágrafo.

572 **XI. Distribuição de Materiais dentro da Sala de Audiências da Conferência**

573 Após o primeiro dia, apenas o *Defensor Cristão Diário* e os materiais
574 relacionados com as apresentações da Conferência Geral e produzidos por
575 organismos oficiais da Igreja Metodista Unida, aprovados pelo Secretário da
576 Conferência Geral, serão distribuídos por mensageiros. Os mensageiros
577 distribuirão as comunicações aos delegados individuais, desde que a comunicação
578 possua o nome e o local quer do destinatário e do remetente.

579 **XII. Distribuição de Materiais Fora do Plenário ou da Sala do Comité**

580 As newsletters ou qualquer outro material especial de interesse dos conselhos,
581 agências Metodistas Unidas e grupos relacionados aos Metodistas Unidos podem
582 ser distribuídos sob as seguintes condições:

583 A. Uma cópia de cada item será submetida ao gabinete da Comissão da
584 Conferência Geral antes da distribuição.

- 585 B. O material distribuído será relevante para a Conferência Geral e não para
586 solicitação de assinaturas para qualquer organização.
- 587 C. Não será permitido a nenhum distribuidor efectuar distribuição dentro do
588 centro de convenção, excepto se obteve aprovação por escrito do Gestor de
589 Trabalhos da Conferência Geral. Cada grupo terá uma pessoa de contacto que irá
590 registar todos os membros do grupo e receber a identificação de cada membro.
- 591 D. A distribuição realizar-se-á do lado exterior, pelo menos, a 9 metros de
592 distância de cada porta de entrada para o plenário ou sala de reuniões do comité.
- 593 E. A distribuição será efectuada pelos representantes dos grupos acima
594 mencionados. É da responsabilidade dos distribuidores não impedir ou interferir
595 na entrada ou saída das pessoas, ou dificultar o fluxo geral do tráfego pedestre.
- 596 F. Os distribuidores são responsáveis pela eliminação de materiais não utilizados
597 ou não reclamados.
- 598 G. Os distribuidores que violem estes regulamentos serão proibidos de futuras
599 distribuições.

600 **XIII. Relatórios a serem Enviados antes da Conferência Geral**

601 Os relatórios, recomendações e resoluções que requeiram acção da Conferência
602 Geral, bem como as petições submetidas em conformidade com o *Livro de*
603 *Disciplina* ¶ 507.7, ser-lhes-á primeiramente atribuído um Número de Petição
604 pelo Secretário da Conferência Geral ou pelo Secretário de Petições e, em
605 seguida, serão publicados numa Edição "Advance" do *Defensor Cristão Diário* e
606 distribuídos por todos os delegados e pelo primeiro clérigo e primeiro leigo
607 delegados de reserva, com uma antecedência de, pelo menos, noventa dias, da
608 abertura da Conferência Geral. Os relatórios serão publicados no mesmo estilo do
609 *Defensor Cristão Diário*. Para realizar isso, a cópia final de todos esses relatórios
610 e recomendações serão submetidos ao editor do *Defensor Cristão Diário*, pelo
611 menos, 210 dias antes da abertura da Conferência Geral.⁴ Os relatórios e

⁴ O *Livro de Disciplina de 2016* no seu ¶ 507.6-7 exige que as petições sejam submetidas ao secretário de petições até, pelo menos, 230 dias antes da sessão de abertura da Conferência Geral. O requisito disciplinar tem precedência sobre este texto.

612 recomendações não publicados numa Edição "Advance" do *Defensor Cristão*
613 *Diário* podem apenas ser recebidos pela Conferência Geral com uma votação de
614 três quartos da Conferência Geral. O Conselho Geral de Finanças e Administração
615 está dispensado deste requisito na medida necessária para permitir a inclusão da
616 informação das receitas dos fundos gerais para os primeiros três anos do
617 quadriénio. O Conselho Geral de Finanças e Administração disponibilizará aos
618 delegados dados, incluindo o terceiro ano do quadriénio e outra informação
619 adequada, antes da convocação para a Conferência Geral.

620 PRINCÍPIOS DO REGULAMENTO

621 I. Calendário Diário

622 *Regra 1. Horas das Reuniões*

623 Esta será a ordem diária para a Conferência Geral, com exclusão dos Domingos:

- 624 (1) 8h00 Acção de Graças e Oração Matinais
- 625 (2) das 8h20 até às 12h30 Conferência Cristã através de reuniões de
- 626 plenário ou de comité
- 627 (3) das 13h30 ou 14h30 (conforme especificado pelo calendário diário) até
- 628 às 17h00 Conferência Cristã através de reuniões de plenário ou de
- 629 comité
- 630 (4) Durante o serviço religioso, serão lembrados os nomes dos bispos, das
- 631 esposas dos bispos e dos delegados eleitos que faleceram desde o
- 632 encerramento da Conferência Geral anterior.
- 633 (5) Poderá ser efectuado um intervalo durante qualquer sessão plenária, no
- 634 momento que for considerado adequado pelo dirigente presidente.
- 635 (6) O encerramento diário será efectuado pelas 18h30 todas as tardes,
- 636 excepto no dia em que estiver marcada a formação de líderes e ao
- 637 Sábado, em que o encerramento será efectuado às 21h30. O
- 638 encerramento constará na ordem do dia.

639 *Regra 2. Ordem da Conferência Cristã*

640 As sessões diárias da Conferência serão realizadas do seguinte modo:

- 641 (1) Relatórios dos comités administrativos e especiais
- 642 (2) Ordem de trabalhos e itens de calendário
- 643 (3) Calendário de consentimento (Ver Regra 33.5)
- 644 (4) Trabalhos Diversos

645 II. Dirigentes Presidentes

646 *Regra 3. Autoridade do Dirigente Presidente*

- 647 (1) O dirigente presidente (do plenário, dos comités administrativos, dos comités
- 648 legislativos, e dos subcomités) decidirá e regerá os pontos de ordem. Um
- 649 delegado poderá interpor recurso ao organismo sem debate, com excepção para o
- 650 dirigente presidente e o apelante, pela ordem aqui indicada, tendo cada um três

651 minutos para uma declaração em defesa das suas respectivas posições. No caso de
652 uma interposição de recurso, o empate na votação, sustentará o dirigente
653 presidente (Ver Regra 31.5). Qualquer delegado que levante um ponto de ordem
654 citará a regra que acredita ter sido violada.

655 (2) A critério do dirigente presidente, poderá ser realizado um período de
656 discernimento em oração durante a deliberação. Esse período deverá ser de
657 meditação e de oração em grupo e acabará a pedido do dirigente presidente, altura
658 em que dar-se-á seguimento à deliberação.

659 (3) Em qualquer momento, o dirigente presidente terá o direito de efectuar um
660 intervalo na sessão do organismo, a seu critério exclusivo, e a reiniciar os trabalhos
661 à hora proposta pelo dirigente presidente. Em conformidade com o espírito de ¶
662 722 do *Livro de Disciplina*, em raras ocasiões, o dirigente presidente também terá
663 o direito de estipular que a sessão será reiniciada como sessão fechada, apenas com
664 os delegados, pessoal autorizado e convidados autorizados que possuam permissão
665 para assistir a essa sessão após o intervalo (Ver Secção VIIG.1.).

666 *Regra 4. Chamada à Ordem da Conferência*

667 Quando o dirigente presidente chamar à ordem o organismo, nenhum delegado
668 poderá falar, dirigir-se à presidência ou levantar-se.

669 **III. Direitos e Deveres dos Delegados**

670 *Regra 5. Presença e Assentos das Reservas*

671 O presidente de cada delegação receberá um formulário onde indicará diariamente a
672 presença dos seus delegados. Qualquer delegado reserva com assento, em substituição
673 de um delegado regular, terá de ter sido devidamente eleito como delegado reserva
674 pela Conferência Anual e terá de cumprir os requisitos estipulados no *Livro de*
675 *Disciplina* ¶¶ 34-36. Os delegados, incluindo as reservas, quando estes últimos são
676 substitutos de um delegado ou delegados, terão assento pela ordem da sua eleição,
677 excepto quando uma reserva tem assento temporário, ou em caso de necessidade
678 especial, conforme determinado pelo presidente da delegação. A reserva ocupará o
679 lugar do delegado que está a substituir. As reservas não ocuparão os lugares dos
680 delegados com presença na plataforma. Todos os delegados que cheguem após a lista
681 de chamada de abertura serão indicados pelo presidente da delegação ao Secretário da

682 Conferência Geral ou ao seu mandatário. Nenhum delegado que esteja devidamente
683 registado, excepto por impedimento de doença ou outra emergência, poderá estar
684 ausente das sessões da Conferência sem a permissão da mesma. Todas as ausências
685 serão relatadas pelos presidentes das delegações ao Secretário da Conferência Geral
686 ou ao seu mandatário, num formulário disponibilizado para o efeito. Os delegados
687 reserva deverão funcionar dentro das Regras de Procedimentos da Conferência Geral
688 (Ver Regras 29 e 33). Um delegado reserva poderá sentar-se de acordo com a
689 autoridade do presidente da delegação, o qual indicará a substituição por escrito ao
690 Secretário da Conferência Geral ou ao seu mandatário, num formulário
691 disponibilizado para o efeito. As reservas são escolhidas para ocupar lugar:

692 (1) pela razão de possuírem a mesma ordem do delegado ausente;

693 (2) pela ordem da sua eleição como delegados reservas.

694 Se a substituição for refutada, o Comité de Credenciais, após consulta com o
695 presidente da delegação, poderá indicar a sua recomendação à Conferência
696 Geral.

697 *Regra 6. Instruções para obtenção do uso da palavra no Plenário*

698 Um delegado que deseje fazer uso da palavra na Conferência utilizará o tablet da
699 mesa para registar e efectuar um pedido para uso da palavra. O bispo presidente
700 escolherá os pedidos e dará indicações ao orador sobre o microfone adequado.
701 Excepto no caso de levantamento de um ponto de ordem, ou de um inquérito
702 parlamentar, o delegado não usará da palavra até que lhe seja dada permissão para
703 tal. O bispo presidente irá considerar rotativamente as várias secções do auditório.
704 O delegado considerado indicará o seu nome e o nome da conferência
705 representada e o motivo do uso da palavra. Um delegado considerado pelo bispo
706 presidente não cederá o uso da palavra a outro delegado. No caso de falha do
707 tablet, um delegado que deseje fazer uso da palavra na Conferência, levantará o
708 cartaz adequado para ser considerado pelo bispo presidente.

709 *Regra 7. Oradores do Plenário - Contra e a Favor*

710 (1) Quando um relatório de um comité estiver sob consideração, é dever do bispo
711 presidente certificar-se, ao considerar um delegado à Conferência, qual a posição
712 do delegado que pretende fazer uso da palavra; o bispo presidente não dará uso da

713 palavra a outro delegado que se proponha fazer uso da palavra do mesmo lado da
714 questão pendente do orador imediatamente precedente, caso haja um delegado
715 que pretenda fazer uso da palavra e defenda o outro lado da questão.

716 (2) Excepto para moções sem contestação (Regra 23), não deverá ser adoptado nenhum
717 relatório, nem decidida uma questão relacionada com o mesmo, sem ter sido dada a
718 oportunidade de, pelo menos, dois discursos a favor e dois contra para a referida proposta.

719 (3) A moção a apresentar para a questão prévia, a qual é em si mesma uma moção
720 sem contestação, não sairá de ordem sem que tenha havido a oportunidade de,
721 pelo menos, dois discursos a favor e dois contra essa proposta. Qualquer delegado
722 que passe para a questão prévia (ou seja, que o voto seja proposto para a moção
723 ou moções pendentes) deverá também indicar a que se destina ser aplicada, caso
724 estejam pendentes quaisquer moções secundárias. Se o referido delegado não o
725 fizer, será considerado que se aplica apenas à questão pendente imediata. Esta
726 moção será tomada sem debate e exigirá uma votação de dois terços dos presentes
727 e votantes para a sua adopção. Caso seja adoptada, o voto será tido em conta para
728 a moção ou moções a que se aplica sem mais debate (Ver Regra 23). Após três
729 discursos a favor e três contra e, desde que não sejam apresentadas moções
730 secundárias, serão colocadas as questões automaticamente. No entanto, o
731 presidente e/ou o(s) delegado(s) devidamente autorizado(s) de apresentação do
732 relatório do comité, e se existir um relatório minoritário, o apresentador terá o
733 direito de usar da palavra antes da votação (Ver Regra 29). Esses discursos serão
734 limitados a três (3) minutos (Ver Regra 9).

735 *Regra 8. Interrupção do Orador*

736 Nenhum delegado que esteja a fazer uso da palavra poderá ser interrompido, excepto devido
737 a um ponto de ordem, inquérito parlamentar, um ponto de informação, para refutar uma
738 deturpação, ou chamar a atenção para o facto de ter chegado a hora para a ordem do dia.

739 *Regra 9. Uso da Palavra Mais do Que Uma Vez; Duração do Discurso*

740 (1) Nenhum delegado usará da palavra segunda vez sobre a mesma questão, se outro
741 delegado, que não tenha usado da palavra anteriormente sobre essa questão, o deseje fazer.

742 (2) Nenhum delegado deverá falar mais do que duas vezes sobre o mesmo
743 assunto, numa mesma moção, excepto conforme disposto na Regra 7.2

744 (3) Nenhum delegado falará mais do que três minutos, excepto se o tempo for
745 prolongado pelo organismo (Ver Regra 7.3). O tempo para tradução não será
746 contabilizado no limite de três minutos.

747 (4) O limite de três minutos nos discursos dos delegados poderá ser emendado através de
748 votação por maioria do organismo, em qualquer momento e por qualquer período de duração.

749 *Regra 10. Ponto de Ordem*

750 Um delegado que pretenda levantar um ponto de ordem usará o tablet colocado na mesa
751 para registar e efectuar o pedido de uso da palavra. O bispo presidente escolherá os pedidos,
752 interromperá os procedimentos e dará instruções ao orador para utilização do microfone
753 adequado. Caso ocorra um falha com o tablet, um delegado que pretenda levantar um ponto
754 de ordem, dirigir-se-á ao dirigente presidente e dirá "Eu levanto um ponto de ordem". O
755 dirigente presidente interromperá o procedimento. Se um delegado estiver a usar da palavra,
756 essa pessoa cederá imediatamente o uso da palavra. Nessa altura, o dirigente presidente dará
757 instruções ao delegado que levantou o ponto de ordem para, primeiramente, citar a regra em
758 questão e, em seguida, declarar o ponto, tão breve e conciso quanto possível. O delegado
759 não deverá partir do princípio que tomará decisão na questão ou que argumentará o ponto. O
760 ponto de ordem é decidido pelo dirigente presidente sem qualquer debate, excepto em casos
761 dúbios, em que o dirigente presidente submete a questão ao organismo para aconselhamento
762 e decisão. Assim que o dirigente presidente deliberar sobre um ponto, o debate está
763 encerrado, mas poderá ser interposto recurso da decisão (Ver Regra 3).

764 *Regra 11. Sala de Audiências da Conferência*

765 A sala de audiências da conferência deve zelar pela integridade da Conferência
766 Geral. Cabe aos delegados, mensageiros e outras pessoas a quem foi permitido
767 acesso à área dos trabalhos da Conferência Geral agir em conformidade com as
768 Regras ou com a suspensão das Regras.

769 *Regra 12. Comportamentos Incómodos*

770 Espera-se de todos um espírito de conferência Cristã. Os delegados não devem distrair os
771 outros. Na sala do plenário ou nas salas dos comités legislativos, não é permitido o uso de
772 telemóveis com som audível. Todos os dispositivos electrónicos devem ser colocados em
773 silêncio ou desligados. Além disso, o uso de dispositivos electrónicos, deve ser efectuado
774 de modo a não perturbar os outros participantes. Deverá ser sempre demonstrado respeito
775 na utilização das redes sociais. São proibidas distrações verbais e não-verbais. O

776 dirigente presidente ou membros colaboradores da Conferência Geral podem pedir a
777 indivíduos que se retirem da sala de plenário, ou da sala do comité legislativo, caso estes
778 persistam num comportamento que interfira com a participação de outros delegados.

779 *Regra 13. Registo Electrónico*

780 Não deverá ser efectuado qualquer registo de vídeo ou áudio de qualquer parte da
781 Conferência Geral, excepto se especificamente autorizado pelo Gestor de
782 Trabalhos da Conferência Geral, para manter a integridade de todas as licenças de
783 desempenho.

784 *Regra 14. Direito de Apresentação de Moções*

785 Apenas os delegados votantes têm o direito de efectuar ou apoiar moções, em
786 conformidade com as regras e após aprovação do dirigente presidente.

787 *Regra 15. Procedimento de Votação do Plenário*

788 (1) A votação far-se-á através de meios electrónicos, excepto se ordenado de outro
789 modo pela Conferência, desde que, no entanto, durante eleições, a votação seja através
790 de escrutínio escrito. Os dispositivos electrónicos de votação estarão disponíveis na
791 plataforma para os delegados efectuarem uma apresentação à Conferência.

792 (2) Quando a votação electrónica não estiver em utilização, poderá ser ordenada
793 uma contagem de votação em pé, ou através de escrutínio escrito, a pedido de
794 qualquer delegado, apoiado por um terço dos delegados presentes e votantes, com
795 os mensageiros a servir de escrutinadores.

796 (3) Apenas os delegados presentes na sala de audiências da Conferência no momento da
797 votação terão direito a voto. Nenhum delegado expressará voto em lugar de um outro delegado.

798 (4) Nenhum outro trabalho será ordenado durante a votação, ou durante a chamada do
799 ponto prévio, até o processo estar completo, excepto aqueles que relacionados com a
800 própria votação ou com esse trabalho, conforme achar adequado o dirigente presidente.

801 *Regra 16. Eleições*

802 Para as eleições que exijam escrutínio pelo plenário, deverá ocorrer uma eleição
803 quando o número de votos expressos para um candidato é igual ou excede a
804 percentagem exigida do total de votos expressos válidos.

805 Uma votação é válida se cumprir os seguintes padrões:

806 (1) É expressa por um delegado votante ou delegado reserva com
807 adequado assento na sala.

808 (2) Contém votos para um número de candidatos condizentes com os
809 lugares vagos a ocupar.

810 (3) Cada nome que receba um voto foi considerado candidato de modo
811 adequado, em conformidade com as disposições.

812 (4) Não é expresso mais do que um voto para o mesmo candidato.

813 (5) Nenhum voto é expresso a uma pessoa que tenha já sido eleita.

814 *Regra 17. Divisão de um Ponto*

815 Antes da votação, qualquer delegado tem o direito de solicitar a divisão de qualquer
816 ponto, caso seja sujeito à referida divisão, conforme o delegado indica. Caso nenhum
817 delegado coloque objecção, será efectuada a referida divisão; mas, caso haja objecção,
818 o dirigente presidente imediatamente colocará a votação a divisão do ponto.

819 **IV. Comportamento dos Convidados e Observadores**

820 *Regra 18. Comportamentos Incómodos*

821 Espera-se de todos um espírito de conferência Cristã. Os convidados e observadores não devem
822 distrair as outras pessoas. Não é permitido o uso de telemóveis com sons audíveis na sala de
823 plenário ou nas salas dos comités legislativos. Todos os dispositivos electrónicos devem ser
824 colocados em silêncio ou desligados. Além disso, o uso de dispositivos electrónicos deve ser
825 efectuado de modo a não perturbar os outros participantes. Deverá ser sempre demonstrado
826 respeito na utilização das redes sociais. São proibidas distrações verbais e não-verbais. O
827 dirigente presidente ou membros colaboradores da Conferência Geral podem pedir a indivíduos
828 que se retirem da sala de plenário, ou da sala do comité legislativo, caso estes persistam num
829 comportamento que interfira com a participação dos delegados. Os convidados e observadores
830 não devem entrar na sala de audiências da conferência, excepto conforme disposto na Regra 11.

831 *Regra 19. Registo Electrónico*

832 Não deverá ser efectuado qualquer registo de vídeo ou áudio de qualquer parte da
833 Conferência Geral, excepto se especificamente autorizado pelo Gestor de
834 Trabalhos da Conferência Geral, para manter a integridade de todas as licenças de
835 desempenho.

836 V. Procedimento dos Trabalhos

837 *Regra 20. Moção para Adopção de Relatórios das Comissões Legislativas e* 838 *Administrativas*

839 Sempre que um relatório de um comité legislativo, ou de um comité administrativo,
840 for apresentado perante a Conferência para tomada de acção, será tido pela ordem
841 adequada para consideração da Conferência, sem formalidades adicionais.

842 *Regra 21. Formulários Necessários para Relatórios, Resoluções, Moções,* 843 *Emendas*

844 Todas as resoluções e relatórios dos comités serão preparados em conformidade com
845 as instruções do Secretário da Conferência Geral; e todas as moções, incluindo as
846 emendas, serão apresentadas por escrito (Ver Regras 33.2, 34.3, 36.2, 38).

847 *Regra 22. Alterações de Moções*

848 Quando é efectuada ou apoiada uma moção, é introduzida ou apoiada uma
849 resolução, ou é lido ou publicado um relatório de comité no *Defensor Cristão*
850 *Diário*, estes deverão ser considerados na posse da Conferência e não poderão ser
851 alterados, excepto através da acção da Conferência (Ver Regra 39).

852 *Regra 23. Moções Sem Contestação*

853 As seguintes moções terão uma tomada de acção sem qualquer debate:

854 (1) Para adiar, se irrestritamente, excepto para o encerramento final.

855 (2) Para suspender as regras.

856 (3) Para colocar em cima da mesa.

857 Nenhuma moção, que adira a uma outra moção, ou que tenha uma
858 outra moção que lhe adira, poderá ser colocada em cima da mesa
859 isoladamente. Essas moções, se colocadas em cima da mesa, abrangem
860 as moções às quais aderem, ou que lhes adiram.

861 (4) Para retirar da mesa

862 (5) Para solicitar a votação de questões anteriores, se na ordem (Ver
863 Regras 7 e 24).

864 (6) Para reconsiderar uma moção sem contestação (Ver Regra 32)

865 (7) Para limitar ou prolongar os limites do debate

866 (8) Para dedicar algum tempo a discernimento em oração nesse preciso momento.

867 *Regra 24. Direitos da Questão Principal*

868 A questão principal poderá ser aberta ao debate sob as seguintes moções: adoptar,
869 referir, substituir, adiar ou reconsiderar. Nenhuma moção nova, resolução ou
870 assunto, será tida em consideração, até aquela em consideração tenha sido
871 submetida, com excepção conforme disposto na Regra 15.4. Esta regra não se
872 aplica a moções secundárias, se permitido de outro modo.

873 *Regra 25. Precedência das Moções Secundárias*

874 Se uma ou mais das seguintes moções for apresentada, enquanto uma ou mais
875 moções estão pendentes, a ordem da sua precedência em relação recíproca será
876 conforme a listagem abaixo indicada:

- 877 (1) Fixar a hora de adiamento da conferência (esta moção está sujeita a
878 emenda, ou poderá ser colocada em cima da mesa);
879 (2) Adiar;
880 (3) Fazer um intervalo;
881 (4) Colocar em cima da mesa;
882 (5) Ordenar a questão prévia (Ver Regras 23.5, 28);
883 (6) Limitar ou prolongar os limites do debate;
884 (7) Adiar até uma determinada hora;
885 (8) Referir;
886 (9) Emendar ou emendar através de substituição (uma emenda permitida a
887 outra emenda);
888 (10) Adiar indefinidamente.

889 *Regra 26. Moção Adiada*

890 A moção adiada, se irrestritamente, será considerada sem debate e estará sempre
891 na ordem, excepto:

- 892 (1) Quando um delegado estiver a fazer uso da palavra;
893 (2) Quando uma questão está a ser considerada ou está a ser efectuada
894 uma votação e antes da sua decisão final;
895 (3) Quando a questão prévia está em debate e está pendente uma acção;
896 (4) Quando foi perdida uma moção de adiamento e não houve intervenção
897 de trabalhos ou debate;

898 (5) Quando estiver pendente a moção para fixar uma hora de adiamento da
899 Conferência.

900 Esta regra não se aplica a uma moção para encerramento final da Conferência.

901 *Regra 27. Encerramento final*

902 No encerramento final, todos os trabalhos inacabados permanecerão inacabados.

903 *Regra 28. Procedimento para Emenda através de Substituição*

904 (1) Quando uma resolução, ou relatório de comité, é apresentada adequadamente
905 perante a Conferência para consideração e tomada de acção, mesmo que estejam
906 pendentes emendas, poderá ser proposta uma substituição por qualquer delegado,
907 propondo que a mesma seja a substituição do relatório, resolução ou emenda sob
908 consideração. A substituição será uma alternativa ao documento que está perante
909 o organismo e não, simplesmente, uma negação da moção principal.

910 (2) O debate sobre a moção de substituição será limitado apenas à questão da
911 substituição. Neste período de consideração inicial, não serão consideradas
912 nenhuma emendas nem a substituição da moção principal.

913 (3) Após o debate da moção de substituição, ocorrerá uma votação sobre a
914 substituição. Caso a moção de substituição prevaleça por maioria da votação, a
915 moção substituta tornar-se-á a moção principal. Se a moção de substituição não
916 conseguir a maioria da votação, a moção principal permanecerá no painel para
917 consideração. O debate, incluindo a proposta de emendas prosseguirá tendo por
918 base a moção principal, conforme as regras de procedimentos.

919 (4) A moção para a questão prévia não entrará na ordem após a moção de
920 substituição até ter sido dada a oportunidade a, pelo menos, dois oradores de cada
921 lado da questão.

922 *Regra 29. Relatório Minoritário*

923 Um comité legislativo poderá anexar um relatório minoritário do seguinte
924 modo:

925 (1) Os delegados que pretendem propor um relatório minoritário têm de
926 notificar o presidente do comité, duas horas antes (excluindo intervalos)
927 da acção final do comité, relativa à referida petição.

928 (2) O presidente do comité legislativo deverá receber o relatório minoritário
929 assinado por 10 pessoas, ou 10% dos membros do comité legislativo (o que
930 representar o menor número) que votaram contra a proposta, cujos nomes
931 serão anexados ao pedido. Um delegado reserva poderá assinar o relatório
932 minoritário apenas se tiver assento como delegado votante no comité
933 legislativo, ou se tiver tido assento no momento em que o comité tomou acção
934 sobre a petição relevante. O relatório do comité e o relatório minoritário serão
935 submetidos e apresentados em conjunto ao *Defensor Cristão Diário*.

936 (3) Um relatório minoritário será apresentado como substituição do
937 relatório do comité, em conformidade com a Regra 28 e a Regra 36,
938 respectivamente, e será gerido em plenário de acordo com a Regra 28 para
939 moções de substituição. Os membros que assinaram o relatório minoritário
940 seleccionarão um dos seus membros para apresentar o relatório como
941 moção de substituição. No debate de encerramento sobre a moção de
942 substituição, o delegado que apresenta o relatório minoritário falará em
943 primeiro lugar e o apresentador do relatório do comité falará em último.

944 (4) Se prevalecer a moção para substituição do relatório principal pelo
945 relatório minoritário, através de maioria da votação do plenário, o relatório
946 minoritário tornar-se-á na moção principal. Se a moção para substituição
947 não conseguir a maioria da votação do plenário, o relatório principal do
948 comité permanecerá no painel como moção principal para consideração. O
949 debate, incluindo a proposta de emendas prosseguirá tendo por base a
950 moção principal, conforme as regras de procedimentos.

951 *Regra 30. Moção Ilícita após uso da Palavra*

952 Após discursar sobre uma questão pendente, um delegado poderá não efectuar uma
953 moção que limitaria ou interromperia o debate sem primeiro abandonar o uso da palavra.

954 *Regra 31. Excepções à Votação por Maioria*

955 A maioria dos que votam, existindo quórum (*Livro de Disciplina* ¶ 506), decidirá
956 todas as questões, com as seguintes excepções:

957 (1) Será necessário um quinto dos votos da Conferência para solicitar uma
958 decisão do Conselho Judicial (*Livro de Disciplina* ¶¶ 56.1, 2609.1).

959 (2) Um quinto dos votos da Conferência referirá um assunto à Comissão
960 de Ética.

961 (3) Um membro não delegado poderá ser convidado para um comité
962 legislativo completo ou para um subcomité, através de convite do
963 presidente, ou por um terço (1/3) dos votos de ambos os organismos, para
964 discursar até três (3) minutos sobre qualquer um dos assuntos.

965 (4) Um terço dos presentes e votantes será suficiente para apoiar a
966 convocação de uma votação registada, no caso da decisão do dirigente
967 presidente ser refutada (Ver Regra 15.2).

968 (5) Um empate na votação sustentará o dirigente presidente (Regra 3.1).

969 (6) Será necessária uma votação de dois terços para apoiar uma moção de
970 suspensão (Regra 41) ou de emenda (Regra 42) das regras; anular uma
971 ordem especial (Regra 33.1); considerar uma ordem especial antes do
972 tempo estabelecido para isso; apoiar o pedido do Comité de Cortesias e
973 Privilégios para a apresentação de qualquer pessoa após o sexto dia de
974 Conferência Geral (Ver Secção VII.A.3).

975 (7) Será necessária uma votação de dois terços para apoiar a convocação
976 da questão prévia.

977 (8) Será necessária a votação de dois terços para aprovar uma proposta de
978 emenda constitucional (*Livro de Disciplina* ¶¶ 59-61).

979 *Regra 32. Reconsideração*

980 Uma moção para reconsiderar uma tomada de acção do organismo estará na
981 ordem em qualquer momento, se proposta por um delegado que votou em posição

982 maioritária. Se a moção proposta para reconsideração era uma moção sem
983 contestação, a moção a reconsiderar será sem contestação (Ver Regra 23).

984 *Regra 33. Calendário Normal e Calendário de Consentimento*

985 (1) O Secretário da Conferência Geral manterá o Calendário, que inclui as ordens
986 do dia e os relatórios dos comités (Ver Regra 39). Os trabalhos colocados no
987 calendário serão considerados pela ordem recomendada pelo Comité sobre a
988 Ordem de Trabalhos e Calendarização, excepto apenas através de dois terços dos
989 votos um artigo poderá ser retirado dessa ordem (Ver Regra 31.6).

990 (2) Sempre que possível, um comité legislativo recomendará para adopção apenas
991 um artigo do calendário para cada parágrafo ou subparágrafo no *Livro de Disciplina*.
992 Todas as outras petições relacionadas serão combinadas para rejeição ou referência.

993 (3) A acção do comité legislativo será colocada no Calendário de Consentimento
994 se:

- 995 (a) Não foram expressos mais do que dez votos contra a posição
- 996 maioritária no comité;
- 997 (b) O artigo foi previamente publicado no *Defensor Cristão Diário*;
- 998 (c) O artigo encontra-se nas mãos dos delegados há, pelo menos, 24 horas;
- 999 (d) O artigo não é uma emenda constitucional nem possui implicações
- 1000 financeiras; e
- 1001 (e) Não tem anexado um relatório minoritário (Ver Regra 29).

1002 (4) O *Defensor Cristão Diário* identificará claramente o Calendário de
1003 Consentimentos, o qual apresentará uma lista de artigos em três secções com os
1004 seguintes subcabeçalhos:

- 1005 (a) Artigos Disciplinares Recomendados para Adopção.
- 1006 (b) Artigos Não Disciplinares Recomendados para Adopção.
- 1007 (c) Artigos Recomendados para Referência.

1008 (5) O Calendário de Consentimento será chamado diariamente em conformidade com a
1009 Regra 2. A adopção do Calendário de Consentimento através de votação da Conferência será
1010 considerada uma acção em todos os artigos constantes do Calendário de Consentimento.

- 1011 (6) Se for assinalado e relatado um erro na atribuição de um artigo ao Calendário
1012 de Consentimento pelo presidente legislativo ao Coordenador de Calendário, o
1013 Coordenador de Calendário terá autoridade para reportar o erro à sessão plenário
1014 para reconsideração.
- 1015 (7) Quaisquer 20 delegados podem solicitar a remoção de um artigo do Calendário
1016 de Consentimento, fazendo chegar um pedido junto do Secretário da Conferência
1017 Geral até as 15h00 do dia em que o artigo de calendário aparece pela primeira vez no
1018 *Defensor Cristão Diário*. Os delegados reserva poderão assinar esses pedidos de
1019 remoção de artigos do Calendário de Consentimento apenas se tiverem assento como
1020 delegados votantes. Esses artigos serão chamados na ordem de trabalhos normais.
- 1021 (8) Os artigos retirados do Calendário de Consentimento não devem regressar ao
1022 Calendário de Consentimento.
- 1023 *Regra 34. Relatório dos Artigos Não Calendarizados*
- 1024 (1) Em aditamento aos artigos de calendário a serem apresentados ao plenário, cada
1025 comité legislativo relatará todos os artigos não apresentados pelas seguintes categorias:
- 1026 (a) Petições sem terem tido uma tomada de acção devido a uma outra
1027 petição que trata o mesmo assunto ter tido uma tomada de acção.
- 1028 (b) Petições não apoiadas pelo comité legislativo. O comité relatará a
1029 votação do comité.
- 1030 (c) Petições atribuídas mas não consideradas pelo comité legislativo.⁵
- 1031 (2) Estes relatórios serão impressos no *Defensor Cristão Diário*.
- 1032 (3) Quaisquer 20 delegados podem apresentar perante o plenário um artigo
1033 conforme mencionado acima em (1)(b) ou (1)(c), fazendo chegar esse pedido
1034 junto do Secretário da Conferência Geral até as 15h00 do dia em que o artigo
1035 aparece pela primeira vez no *Defensor Cristão Diário*. Os delegados reserva
1036 podem assinar esses pedidos de artigos mencionados em (1)(b) ou (1)(c) caso
1037 tenham assento como delegados votantes. Esses artigos serão chamados pela
1038 ordem de trabalhos normal, enquanto o presidente do comité relevante estiver na

⁵ O Livro de Disciplina de 2016 no seu ¶ 507.11 exige que todas as petições submetidas à Conferência Geral tenham sido sujeitas a voto de um Comité Legislativo. O requisito disciplinar tem precedência sobre este texto.

1039 plataforma. Aqueles que apoiarem a consideração dos referidos artigos
1040 seleccionarão um dos seus membros para apresentar o artigo a plenário.

1041 *Regra 35. Princípios do Regulamento dos Comitês Legislativos*

1042 Os princípios do regulamento da Conferência Geral, excepto a Regra 7, serão observados
1043 durante as reuniões dos comitês legislativos permanentes, na medida em que sejam aplicáveis.

1044 *Regra 36. Deveres e Prerrogativas dos Comitês Legislativos*

1045 (1) Seguindo as directrizes dos dirigentes, a liderança dos comitês, utilizando os
1046 recursos do seu coordenador de petições, deverão avaliar as petições atribuídas ao
1047 comité, estabelecer prioridades e delinear o trabalho do comité com base nessas
1048 prioridades, excepto se forem dadas instruções especiais pela Conferência Geral
1049 (Ver Secção VII.A.(7)(a)).

1050 (2) O presidente do subcomité legislativo deverá assegurar que todas as votações
1051 efectuadas dentro de um subcomité são registadas e relatadas ao plenário do comité
1052 legislativo, através dos formulários disponibilizados pelo Secretário da Conferência Geral.

1053 (3) Quando uma petição ou resolução, ou outro artigo similar, é referenciado a um
1054 dos comitês legislativos, entende-se que a questão global relacionada com esse
1055 artigo é referenciada a esse comité para essa acção, conforme será considerado
1056 sensato. Todos os assuntos apoiados pelo comité legislativo serão relatados ao
1057 plenário com a moção a adoptar, ou com a moção a referenciar a uma junta,
1058 conselho, comissão ou comité, quer para tomada de acção, quer para relato na
1059 próxima Conferência Geral.

1060 (4) Os comitês relatarão à Conferência sobre todos os assuntos que lhes forem
1061 referenciados pela Conferência, directamente ou através da Comissão sobre
1062 Referência. Os relatórios das comissões sobre resoluções, petições, etc. mencionarão
1063 os mesmos, identificando-os pelos números que possuem, respectivamente, nos
1064 relatórios publicados pela Comissão sobre Referência, ou de outro modo adequado.

1065 (5) Quando um comité verifica que um outro comité está ou, na sua opinião,
1066 deveria estar a considerar um assunto, que esse comité está a considerar, o assunto
1067 será relatado à Comissão sobre Referência para um ajustamento, caso a situação
1068 justifique.

1069 (6) O presidente de cada comité legislativo coordenará o relatório do comité para
1070 o plenário.

1071 (7) Quando o presidente de um comité não concorda com um relatório
1072 adoptado pelo comité, é dever do presidente declarar tal facto ao comité. O
1073 comité deverá eleger um dos seus membros para a apresentação e discussão do
1074 relatório em plenário. Se, nesse caso, o comité não conseguir seleccionar um
1075 representante, o presidente designará um membro para representar o comité e
1076 esse representante terá todos os direitos e privilégios do presidente, relativos a
1077 esse relatório.

1078 *Regra 37. Trabalhos não finalizados no Comité Legislativo*

1079 Qualquer legislação à qual não seja tomada qualquer acção pelo comité legislativo
1080 até ao encerramento de Sábado à noite da primeira semana da Conferência Geral,
1081 permanecerá não finalizada (Ver Regra 1.6 e ver Secção VII.G.3(d)).⁶

1082 *Regra 38. Relatório do Comité Legislativo para o Defensor Cristão Diário*

1083 (1) Tão rápido quanto o material pode ser preparado, cada secretário de um
1084 comité legislativo apresentará cada um dos relatórios de comité junto de um
1085 registador atribuído ao comité. O registador preparará o relatório e esse relatório
1086 será aprovado e assinado pelo presidente, vice-presidente e secretário. Após a
1087 aprovação do relatório, será transmitido electronicamente ao Coordenador de
1088 Calendário. Um número de calendário será atribuído e será publicado como
1089 aprovado.

1090 (2) Os relatórios de comité e minoritários que proponham alterações ao *Livro de*
1091 *Disciplina* ser-lhes-á atribuído o número de parágrafo que será influenciado por eles e
1092 serão preparados do seguinte modo: As palavras existentes utilizadas como pontos de
1093 referência serão mencionadas entre aspas; as palavras a serem apagadas aparecerão
1094 rasuradas; as palavras a adicionar aparecerão a negrito. Na publicação destes
1095 relatórios, o *Defensor Cristão Diário* utilizará a mesma convenção (Ver Regra 40).

⁶ O *Livro de Disciplina de 2016* no seu ¶ 507.11 exige que todas as petições submetidas à Conferência Geral tenham sido sujeitas a voto de um Comité Legislativo. O requisito disciplinar tem precedência sobre a Regra 37.

1096 *Regra 39. Relatórios Publicados na Posse da Conferência*

1097 Os relatórios submetidos pelo comité de acordo com os prazos limite, conforme
1098 anunciado pelo Secretário da Conferência Geral, aparecerão no dia a seguir no
1099 *Defensor Cristão Diário*. O relatório conforme publicado no *Defensor Cristão*
1100 *Diário* é a cópia oficial, sujeita apenas a alterações gramaticais, ou outras
1101 alterações editoriais óbvias e será considerada posse da Conferência. No dia
1102 seguinte à sua primeira impressão no *Defensor Cristão Diário*, ou noutro qualquer
1103 momento após, um relatório está na ordem para consideração da conferência. A
1104 mesma regra aplicar-se-á a um relatório minoritário de qualquer comité (Ver
1105 Regras 22, 29).

1106 *Regra 40. Preparação e Publicação de Relatórios*

1107 (1) Todos os relatórios dos comités serão preparados utilizando o Sistema
1108 Legislativo da Conferência Geral.

1109 (2) O relatório do Coordenador de Calendário para artigos votados em comité
1110 incluirá o nome do comité, o número total de membros, o número presente no
1111 momento em que o artigo foi adoptado e o número de votos a favor e de votos
1112 contra.

1113 (3) Os relatórios dos comités legislativos serão publicados no *Defensor Cristão*
1114 *Diário*, pelo menos, um dia antes de serem apresentados para consideração à
1115 Conferência. Os relatórios de comité com relatórios minoritários serão publicados
1116 em sequência e, assim, numerados.

1117 (4) O secretário do comité legislativo deverá efectuar todos os esforços para
1118 relatar consecutivamente todas as petições que abordem o mesmo assunto.

1119 **VI. Suspensão, Emenda e Suplementação**

1120 *Regra 41. Suspensão das Regras*

1121 O funcionamento de quaisquer disposições do Plano de Organização e Princípio
1122 do Regulamento poderá ser suspenso em qualquer momento, por dois terços da
1123 votação da Conferência (Ver Regra 31.6).

1124 *Regra 42. Emenda de Regras*

1125 O Plano de Organização e Princípio do Regulamento poderá ser emendado ou
1126 alterado por dois terços da votação da Conferência; desde que a alteração proposta
1127 ou emenda tenha tido origem no Comité sobre o Plano de Organização e Princípio
1128 do Regulamento, ou tenha sido apresentada à Conferência por escrito e
1129 referenciada a este comité, cujo comité relatará esse facto no dia seguinte, o mais
1130 tardar (Ver Regra 31.6).

1131 O Plano de Organização e Princípio do Regulamento, conforme adoptado na
1132 sessão de abertura, será publicado no próximo *Defensor Cristão Diário*.

1133 *Regra 43. Princípios do Regulamento de Robert, Autoridade Suplementar*

1134 Em qualquer situação parlamentar que não esteja abrangida pelo Plano de
1135 Organização e Princípio de Regulamento, a Conferência Geral será regida nas
1136 suas acções pela actual edição dos *Princípios do Regulamento de Robert*.

Processo Legislativo

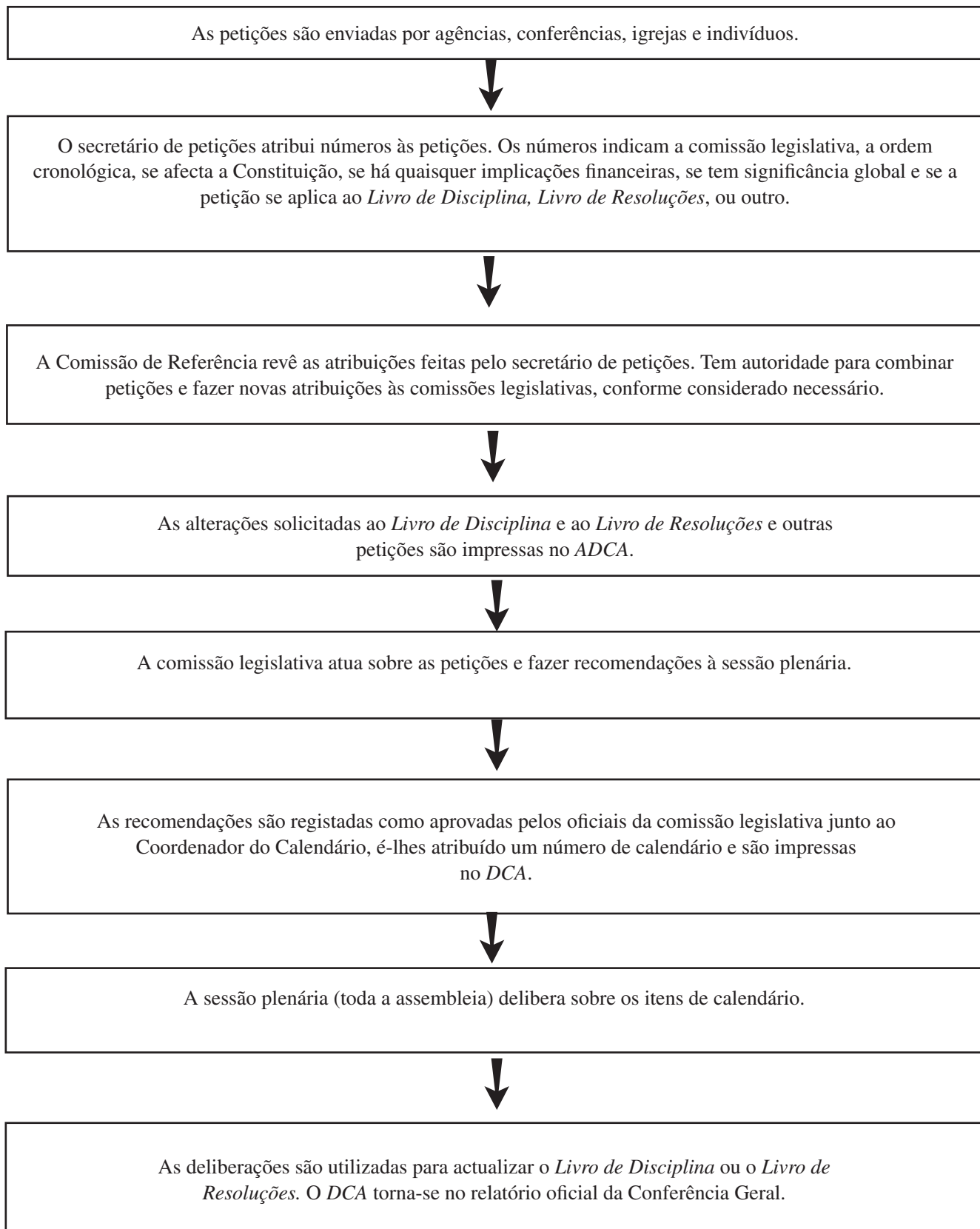


Gráfico de Procedimentos Parlamentares da Conferência Geral

Para fazer isto: ACÇÕES SECUNDÁRIAS POR ORDEM DE PRECEDÊNCIA		Diz isto: (Ver legenda abaixo)					
		I	S	D	E	Voto	R
Interrupção	<i>“Eu sugiro interromper.”</i>	Não	Sim	Não	Não	Mai	
Pedir um intervalo	<i>“Eu sugiro que adiemos até . . .”</i>	Não	Sim	Não	Sim	Mai	
Suspender mais considerações acerca de um assunto, especialmente numa emergência	<i>“Eu sugiro que discutamos a acção. . .”</i>	Não	Sim	Não	Não	Mai	
Concluir o debate e emendas	<i>“Eu sugiro que a questão anterior . . .”</i>	Não	Sim	Não	Não	2/3	R
Limitar ou prolongar os limites do debate	<i>“Eu sugiro que o debate seja limitado (ou prolongado) para . . .”</i>	Não	Sim	Não	Sim	Mai*	R
Adiar o debate para um momento específico	<i>“Proponho o adiamento deste assunto até . . .”</i>	Não	Sim	Sim	Sim	Mai	R
Ter mais estudos sobre o assunto	<i>“Eu sugiro que este assunto seja referido a . . .”</i>	Não	Sim	Sim	Sim	Mai	R
Emendar uma acção, incluindo emenda por substituição	<i>“Eu sugiro emendar por . . .” ou “Eu sugiro substituir . . .”</i>	Não	Sim	Sim	Sim	Mai	R
Adiar indefinidamente (Extingue a acção principal)	<i>“Eu sugiro adiar indefinidamente.”</i>	Não	Sim	Sim	Sim	Mai	R
ACÇÃO PRINCIPAL (Introdução de uma Petição)							
Apresentar um Negócio Novo	<i>“Eu sugiro que . . .”</i>	Não	Sim	Sim	Sim	Mai	R
ACÇÕES INCIDENTAIS (Relativas ao negócio em consideração)							
Corrigir um erro num procedimento parlamentar	<i>“Elevo para este ponto de ordem”</i>	Sim	Não	Não	Não	Regras do Presidente	
Obter aconselhamento sobre o procedimento parlamentar	<i>“Elevo para inquérito parlamentar”</i>	Sim	Não	Não	Não	Regras do Presidente	
Solicitar informação	<i>“Elevo para um ponto de informação.”</i>	Sim	Não	Não	Não		
Questionar a gestão do secretário que preside	<i>“Apelo à decisão do presidente.”</i>	Sim	Sim	Sim	Não	Mai	R
Suspender as regras temporariamente	<i>“Sugiro suspender as regras para . . .”</i>	Não	Sim	Não	Não	2/3	
LEVAR O ASSUNTO À ASSEMBLEIA							
Recuperar um assunto previamente discutido	<i>“Eu sugiro retirar da mesa . . .”</i>	Não	Sim	Não	Não	Mai	
Reconsiderar acções anteriores (Pode ser apenas feito por um membro que tenha votado anteriormente na parte em maioria)	<i>“Sugiro reconsiderar o voto em. . .” (O sugerente deve afirmar o seu voto na acção original)</i>	Não	Sim	**	Não	Mai	

I = Pregador Interrompido?; S = Segunda parte necessária?; D = Debatível?; E = Emendável?; R = Pode ser reconsiderado.

* Ver a regra da CG 9.4 (uma excepção ao procedimento parlamentar de 2/3 votos normal).

** Ver as regras da CG 23 e 32.

Abreviaturas e códigos

Pacotes de petições

Durante a Conferência Geral, os pacotes de petições, incluindo cópias de cada submissão, serão emitidos à Comissão de Referência e às comissões legislativas para as quais estas forem atribuídas. Qualquer delegado que pretenda ver um pacote de petições poderá contactar o secretário de petições.

Texto da petição

As eliminações propostas ao material existente são indicadas por texto rasurado.

Os acréscimos propostos ao material existente são indicados por sublinhado simples.

Cada petição é numerada com o seguinte código:

Código da petição:

Primeiras séries de números.....Lista cronológica de petições (começa com 90001)
 Número da petição Posições 1-5
 Separador 1 Valor da Posição 6 “-”
 O tipo de petição determina as várias posições seguintes.
 Número de parágrafo da *Disciplina* com o símbolo de petição....¶XXXX.XXXX
 As petições com um número de centenas par (200, 400, 1200, etc.) indicam que a petição solicita um novo parágrafo.
 Ou o número da resolução RXXXX
 R9999 indica que a petição pede uma nova resolução.
 Ou a palavra “NonDis” para uma petição que não se refere a parágrafos ou resoluções da *Disciplina*
 Separador 2 Próximo valor de posição disponível “-”
 O tipo de petição determina a posição seguinte.
 “C” se uma petição tem impacto na Constituição, todos os outros tipos de petição não têm significado no Código de Identificação da Petição.
 O código de indicador financeiro ocupa a posição disponível seguinte.
 Em branco se a petição não tem impacto no orçamento.
 Ou “\$” se a petição tiver implicações financeiras para um item existente do orçamento.
 Ou “!” se a petição tiver implicações financeiras para um novo item do orçamento.
 O indicador global ocupa a posição disponível seguinte.
 Em branco se a petição não tiver impacto na igreja global.
 Ou “G” se a petição tiver impacto na igreja global.

Agências Gerais

GBCS	Junta Geral de Igreja e Sociedade	GCSRW	Comissão Geral do Estado e Função das Mulheres
GBOD	Junta Geral de Discipulado (Ministérios de Discipulado)	GCUMM	Comissão Geral de Homens Metodistas Unidos
GBGM	Junta geral de Ministérios Globais	GBUMPH....	Conselho Geral da Casa Publicadora Metodista Unida
GBHEM.	Junta Geral de Ensino Superior e Ministério	UMW	Mulheres Metodistas Unidas
GBPHB	Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde (Wespath)		
GCAH	Comissão Geral de Arquivos e História		
GCOC	Comissão Geral de Comunicações		
GCFA	Conselho Geral de Finanças e Administração		
GCCR	Comissão Geral sobre Religião e Raça		

Outras Organizações

CT	Mesa conexional
OCUIR	Gabinete de Unidade Cristã e Relações Inter-religiosas
SCCCM	Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais

Delegados à Conferência Geral de 2019

Lista alfabética dos delegados votantes e dos primeiros suplentes

Os clérigos estão escritos em *italico*.

A informação sobre o delegado é disponibilizada pelos respectivos secretários das conferências anuais, como parte do processo de credenciamento. As correções podem ser enviadas ao Reverendo Gary W. Graves, Secretário da Conferência Geral, ggraves@umcgc.org.

Abel, Russell L. Indiana
Aboua, Louis Roi Nondenot Côte d'Ivoire
Abro, Alain Patrick A. Côte d'Ivoire
Adams, Andrew Stephen Illinois Great Rivers
Adams, Donald Lee South Georgia
Adamu, Doris Jenis Northern Nigeria
Adamu, Napoleon Grummetti Central Nigeria
Adjobi, Ameya P. Côte d'Ivoire
Adjrahe, Mathurin Djoman Côte d'Ivoire
Aguila, Pedro P. Louisiana
Akaffou Yao Aye, Raymond Claude Côte d'Ivoire
Akpes Epse AKA, Hermance Iphigenie

D'Aphrodite Côte d'Ivoire
Akre, Michel A. Côte d'Ivoire
Alfred, Darlene Rochelle Central Texas
Alimasi, Mwanja Willy Oriental and Equator
Allen, David Florida
Allen, Emily Ruth California-Nevada
Allen, James (Jim) R. Tennessee
Allen, William Arthur Upper New York
Allouco Epse Sedji, Niche Suzanne Côte d'Ivoire
Almeida, Adilson Leitão Western Angola
Alstott, Richard Anthony Indiana
Alvarez-Alfonso, Iosmar Kentucky
Ambi, Norlito Tapia Bulacan Philippines
Ambrusz, István Hungary Provisional
Andrawus, Emmanuel Southern Nigeria
André, Manuel João Western Angola
Amey, Bethany Lin Greater New Jersey
Amon, Aka Pierre Côte d'Ivoire
Amon, Darlene Van Camp Virginia
Amundsen, Robert Earl Red Bird Missionary
Amundson, Tyler Flint Yellowstone
Andasan, Helen Francisco Tarlac Philippines
Anderson, Zachary Lee Great Plains
Andone, Herzen De Vega North Georgia
Angoran, Yed Esaie Côte d'Ivoire
Apson, Gladys Maisule Southern Nigeria
Arant, Andy Turner Mississippi
Arant, Athon Melton South Carolina
Archer, Patricia H. North Carolina
Arellano, Armando Contreras East Ohio
Armstrong, Jacob Clark Tennessee

Armstrong, Megan Marie Rocky Mountain
Arnold, William T. Kentucky
Arpellet, Abraham Koffi Côte d'Ivoire
Aspey, Amy Barlak West Ohio
Assale, Niamien Eugene Côte d'Ivoire
Austin, Sharon G. Florida
Auta, John Pena Central Nigeria
Avitia-Legarda, Edgar Rio Texas
Ayiba, Yebrou Omer Côte d'Ivoire
Ayuba, Tanko Lawrence Southern Nigeria
Bader, Matthew Cole Dakotas
Bailey, Marshall Siddons Virginia
Baião, Juscelina Domingos Western Angola
Bakeman, T. Brian Oklahoma
Bala, Habila Balasa Southern Nigeria
Balasa, Dauda Idris Central Nigeria
Baliyanga, Marc East Africa
Ballard, Emily Elizabeth Holston
Bank, Wayne Herbert Detroit
Banks, Martha E. East Ohio
Bankurunaze, Lazare Burundi
Barrett, Joy Anna Detroit
Basse, Doudou Gabriel Côte d'Ivoire
Beard, John Herschel Oklahoma
Beasley, Jacob Michael North Carolina
Beasley, Zachary Carl Mississippi
Beckley, David L. Mississippi
Behi, Gnanago Felix Côte d'Ivoire
Bell, Elyse Jeanette Memphis
Bender, Lisa Dromgold Susquehanna
Benedyktowicz, Olgierd Krzysztof Poland
Benz, Dorothee Elisabeth New York
Bergland, Robert E. North Carolina
Bergquist, Greg Becker California-Nevada
Berlin, Thomas Martin Virginia
Best, Gregory Tyler Indiana
Beugre, Hearle Antony Côte d'Ivoire
Biggerstaff, Randy Lee Missouri
Bigham-Tsai, Kennetha J. West Michigan
Bindl, Helene Austria Provisional
Binuya, Sheila Faye Dayrit Bulacan Philippines
Bishop, Nathaniel Leon Virginia

Björklund, Leif-Göte Finland-Swedish Provisional

Blagojevich, Mele (Mary) Faiva (Manu). California-Pacific

Blechschmidt, Joachim Germany East

Blystone, Donald Carlyle Western Pennsylvania

Boayue, Charles S. G. Detroit

Bobo, Togara East Zimbabwe

Bodje, Dougbou Isaac Côte d'Ivoire

Boggs, John Sherrod Western North Carolina

Bogro, Isaac Douzou Côte d'Ivoire

Bongolan, Ruby Taoagen Northwest Mindanao Philippines

Bonner, Jane L. Eastern Pennsylvania

Borgen, Margaret Platt Iowa

Bosko, Joyce Cletus Tanzania

Braddon, David Verne South Carolina

Brewington, Frederick K. New York

Brewster, Dixie K. Great Plains

Bridgeforth, Cedrick D. California-Pacific

Briggs, Margie Marie Missouri

Brim, Jefferson (Jay) Kearns Rio Texas

Brinkley, Eston C. North Carolina

Britton, Fred Shell Mississippi

Brock, Josiah Wesley Kentucky

Bromley, Edward Royal Memphis

Brooks, Jane Newman North Georgia

Brooks, John Edward Alabama-West Florida

Brown, Clarence Rutherford Virginia

Brown, Diane Louise Detroit

Brown, George Mead Tennessee

Brown, Randy North Georgia

Brown-Thompson, Janis N. Kentucky

Brownson, William H. West Ohio

Brumbaugh, Susan M. New Mexico

Bruster, Timothy Keith Central Texas

Bryan, Harriet Jean Tennessee

Bryan, Robert Andrew Missouri

Bryant, Dan C. East Ohio

Bryars, Paul Lawrence Alabama-West Florida

Buan, Modesto Malit Pampanga Philippines

Buimba, Mekembe Albert East Congo

Bulinjiye, Merida Ndaheberanye Tanzania

Bulus, Christy Yusuf Central Nigeria

Burdsall, Donald E. East Ohio

Burgess, Gail L. Wisconsin

Burian, Lawrence Lee Virginia

Burnett, Sandra Memphis

Burris, James Todd Arkansas

Bwalya, Laishi Zambia

Caducoy, Elizabeth Lugares Mindanao Philippines

Caluya, Hector Santos Northeast Philippines

Campbell, William Martin New England

Canlas, Louise Ann Barlit West Middle Philippines

Cantor, Emma Alamin North Central Philippines

Cantrell, James Carlton North Georgia

Cantrell, Robert Wilson Holston

Capulong, Julie Fernandez Southern Tagalog Provisional Philippines

Caramanzana, Darlene M Philippines

Carey, Melanie Lee Detroit

Carlos, Adelia Pascual Philippines-Cavite (Pacc)

Carlos, Eduard Vicente Northwest Mindanao Philippines

Carlos, Ramon Umali Rizal Philippines East

Carlton, Charles B. North Alabama

Carpenter, Kelly Jo North Texas

Carter-Rimbach, Joan Eileen Baltimore-Washington

Carver, Philip H. Iowa

Caterson, Evelyn S. Greater New Jersey

Cauffman, Shirley Marie Virginia

Cayaba, Pablo Talal North Central Philippines

Celzo, Jowey Carany Pangasinan Philippines

Chabuka, Evaristo East Zimbabwe

Chafin, Lonnie Arthur Northern Illinois

Chang, We Hyun New England

Chattin, Terri Rae Baltimore-Washington

Cheatham, Laurence Michael South Carolina

Chikomb, Rukang North-West Katanga

Chikut, Andre Mwayimb A Karumb North-West Katanga

Chikuta, John Zambia

Childs, Carl Espy South Georgia

Chin, Noel Newton New York

Chingonzo, Annie Grace East Zimbabwe

Chlupáček, David Czech and Slovak Republic

Choi, Thomas S. California-Pacific

Christensen, Faye Blanch Minnesota

Christian, Elizabeth Nicola Virginia

Christy, David Harold Western North Carolina

Chukpue-Padmore, Isaac Liberia

Cimpaye, Valentine Burundi

Clark, Cornelia Anne Tennessee

Clark, Doris Faye Indiana

Clark, Irma Northern Illinois

Cleaver, Emanuel Missouri

Clemons, Reginald Gerard Texas

Cohen, Dale Robin North Alabama

Coles, Amy Louise Western North Carolina

Collier, Theodore Cody Missouri

Colmenares, Nora Elizabeth North Georgia

Colorado, Judy C. Greater New Jersey

<i>Concepcion, Allan Asuncion</i>	Central Luzon Philippines
<i>Conley, Ellis Evins</i>	West Virginia
<i>Cook, Beth Ann</i>	Indiana
<i>Cook, Karen M.</i>	West Ohio
<i>Cosby, James Stanley</i>	Northwest Texas
<i>Cosme, Eva Sebastiao</i>	Western Angola
<i>Cosmiano, Phebe Namoca</i>	Visayas Philippines
<i>Cowart, James Arch</i>	South Georgia
<i>Cox, Keith M.</i>	North Georgia
<i>Crise, Katie Elizabeth</i>	Wisconsin
<i>Crisler, Timothy Earl</i>	Mississippi
<i>Cristobal, Evangeline Justo</i>	East Mindanao Philippines
<i>Crouch, Timothy Charles</i>	North Texas
<i>Cruz, Edgardo Dellova</i>	Southern Tagalog Provisional Philippines
<i>Cua, Noel Syjuccho</i>	Philippines-Cavite (Pacc)
<i>Cunanan, Apolinario Vidal</i>	Middle Philippines
<i>Curiminha, Rita Maria</i>	Western Angola
<i>Curts, Allison Christine</i>	Indiana
<i>Dablo, Munda Varona</i>	Palawan Philippines
<i>da Cruz, Orlando Manuel</i>	Western Angola
<i>Dado, Arleen Damaso</i>	West Middle Philippines
<i>Dahlman, Laurie A.</i>	West Michigan
<i>Damron, Douglas Alan</i>	West Ohio
<i>Daniel, Haruna Ibrahim</i>	Southern Nigeria
<i>Daniels, Joseph Wayne</i>	Baltimore-Washington
<i>Dannenberg, Kai Uwe</i>	Germany North
<i>Davis, Charlotte All.</i>	Red Bird Missionary
<i>Davis, Jennifer Pharr</i>	Western North Carolina
<i>Dawson, Katie Z.</i>	Iowa
<i>Day, Ronald Pat</i>	Louisiana
<i>Dease, Robin</i>	South Carolina
<i>Deere, Josephine</i>	Oklahoma Indian Missionary
<i>Dela Cruz, Febe Rinonos</i>	Middle Philippines
<i>Dela Rosa, Ricky Lacsamana</i>	Pampanga Philippines
<i>De Los Santos, Jesus Nabor</i>	Pangasinan Philippines
<i>De Ocampo, Jeanne</i>	East Mindanao Philippines
<i>Denardo, Nancy L.</i>	Western Pennsylvania
<i>Denham, John Rees</i>	Kentucky
<i>De Pano, Arnel</i>	Quezon City
<i>DeSilva-Souto, Alexandre</i>	New York
<i>Detjen, Anne Marie</i>	Germany North
<i>DeVille, Terrel Jones</i>	Louisiana
<i>Deviney, Aislinn Elizabeth</i>	Rio Texas
<i>Dick, Barbara Anne Buehler</i>	Wisconsin
<i>Dick, Daniel Robert</i>	Wisconsin
<i>Dillozon, Susan Estrada</i>	Palawan Philippines
<i>Dio Jen, Mike</i>	Central Nigeria
<i>DiPaolo, Joseph Frank</i>	Eastern Pennsylvania
<i>Dizon, Rio Anne Balbin</i>	Middle Philippines
<i>Dodge, David Allen</i>	Florida
<i>Dodson, Christine</i>	North Carolina
<i>Dogo, Calvin John</i>	Southern Nigeria
<i>Domingo, Melvin Sayco</i>	Southwest Philippines
<i>Dondja, Henriette Ohumi</i>	Oriental and Equator
<i>Douglas-Boykin, Gail</i>	New York
<i>Dove, Carolyn Ann</i>	Louisiana
<i>Dozier, Henry Washington</i>	Western North Carolina
<i>Dry, Steven Michael</i>	New England
<i>Dunah, Isa Audu</i>	Northern Nigeria
<i>Dunn, Alyce Weaver</i>	Western Pennsylvania
<i>Dunnam, Maxie D.</i>	Kentucky
<i>Dyke, Lynn Ann</i>	Missouri
<i>Earls, Janet Butler</i>	Florida
<i>Ebalo, Roger Morete</i>	West Middle Philippines
<i>Eberhart, Diane G. Wasson</i>	Iowa
<i>Ehninger, Judith Kay</i>	Eastern Pennsylvania
<i>Elfving, Andreas Jan Martin</i>	Finland-Swedish Provisional
<i>Ellis, Kenneth M.</i>	California-Pacific
<i>Emmanuel, Ande Ikimun</i>	Southern Nigeria
<i>Enns, Ron</i>	Northwest Texas
<i>Equila, Egmedio Balbona</i>	South Nueva Ecija Philippines
<i>Erwin IV, Edgar Lee</i>	Texas
<i>Estep, Tammy Lynn</i>	Virginia
<i>Ester, Clara Jean</i>	Alabama-West Florida
<i>Euper, Jacqueline K.</i>	Detroit
<i>Exiomo, Edwin Rey De Vera</i>	Mindanao Philippines
<i>Fagan, Larry Ray</i>	Missouri
<i>Fankhauser, Lukas</i>	Switzerland-France-North Africa
<i>Farris, Patricia Ellen</i>	California-Pacific
<i>Fassett, Thom White Wolf</i>	Upper New York
<i>Feliciano, Amone Felimone</i>	Mozambique North
<i>Fenstermacher, Edwin A.</i>	Indiana
<i>Ferrariz, Manolo Cortez</i>	Palawan Philippines
<i>Ferris, Beata Kay</i>	Dakotas
<i>Fidlin, Billie K.</i>	Desert Southwest
<i>Figueiredo, Manuel</i>	Western Angola
<i>Finegan, Mary Ellen</i>	West Virginia
<i>Fink, Elizabeth Ashley</i>	Arkansas
<i>Finley, Margaret Jane</i>	North Georgia
<i>Fisher, Jeffery Miles</i>	Northwest Texas
<i>Flemming, Thomas</i>	Poland
<i>Flick, Christine Dagmar</i>	Germany South
<i>Flynn, Mark Roger</i>	Holston
<i>Fogle-Miller, Carlene Rebecca</i>	Florida
<i>Forrester, Gregory Alan</i>	Upper New York
<i>Fowler, Courtney Meria</i>	Great Plains
<i>French Goffe, Tiffany Marie</i>	New York
<i>Frye, William Randall</i>	Holston

Fukumoto, JoAnn Yoon California-Pacific
 Fuller, Gary North Georgia
 Fullerton, Rachel North Georgia
 Furr, Steven Paul Alabama-West Florida
Gabriel, Maximo Galang Philippines
 Gabriel, Rey Galang South Nueva Ecija Philippines
Gaines-Cirelli, Ginger Elise Baltimore-
 Washington
 Galindo, Ofelia Lualhati Gironella Northwest
 Philippines
Gallo Seagren, Lilian Iowa
 Garza, Oscar Luis Texas
 Gately, Wesley Neil Great Plains
 Gatz, Elisa Jean McGee Northern Illinois
George, Gary Mark East Ohio
Gilbert, Janice Arlene Texas
 Gilbert, Mary Lynne Western North Carolina
Gipson, Mattie Dickens Mississippi
Goddard, Kimberly Mustard Holston
Goff, Edward Andrew Louisiana
Gonyi, Wilson Gana Northern Nigeria
 Gonzales, Edgar C. Bicol Philippines
Goodrich, Leigh Elizabeth New England
 Goodwin, Kevin G. Peninsula-Delaware
 Graca, João Manuel da Western Angola
Grace, Roger L. West Ohio
Graham, Curnell West Ohio
 Grant, Holly Jean East Ohio
 Graves, William Russell Florida
 Green, Oliver D. Great Plains
Green, Sharletta Michelle West Virginia
 Greer, Virginia Leigh Virginia
Gregorio, Percival Jimena Quezon City
 Gregory, Ethan Scott Central Texas
 Gregory, Sharon J. Western Pennsylvania
Grieb, Thomas B. Kentucky
Grinna, Frøydís Norway
Gross, Gregory Dean Northern Illinois
 Guambe, Titos Mozambique North
 Gume, José Jamisse Mozambique South
 Guy, Beverly Ann West Michigan
 Habonimana, Silas Burundi
 Hall, Rebecca Jo Holston
Hamilton, Adam Joseph Great Plains
Hammond, Dionne Chandler Florida
 Hammons, Brian Kent Missouri
Handy, Stephen E. Tennessee
Hansen, Kristina D. New York
Hanson, Jay David South Georgia
 Hare, Dawn Wiggins Alabama-West Florida
Harker, Linda M. Oklahoma

Harkrider, John Thomas Central Texas
 Harper, Caleb Jeffrey West Ohio
 Harper, Warren Randolph Virginia
 Harrington, Mary Anne Mississippi
 Harris, James A. Liberia
Harris, Joseph Oklahoma
Harrison, Tom Oklahoma
Haruna, Nibron Galadima Southern Nigeria
 Haselden, Leslie Powell South Carolina
 Hatcher, William Stanley South Georgia
 Hauser, Joshua William Oregon-Idaho
 Hawkins, Stacie Yvonne Texas
Hawxhurst, Jean G. Kentucky
 Hayden, Jo Anne Kay Alaska
Hayden, Karen Koons Missouri
 Hearn, Jeremy Kirk Florida
 Hearne, Richard Bailey North Texas
Heckaman, Christopher Todd West Ohio
Hedgepeth, Mitchell B. Mississippi
 Heeren, Rebecca Lea Iowa
 Heil, Warren Alexander Susquehanna
Henderson, Gary Ray East Ohio
Henderson, Ronald D. North Texas
Henley, Mary Bendall North Alabama
Henry, Jackson Wayne Tennessee
 Hernandez, Andrew (Andy) Ramirez Texas
Hernandez, Reynaldo Bucacao Rizal
 Philippines East
Hernandez, Rinaldo D. Florida
 Heyward, Joseph E. South Carolina
 Hickey, Kirby Keith Susquehanna
 Hieronymus, Sandra (Sandy) Lovelace Western
 North Carolina
Hingano, Siosifa California-Nevada
 Hobson, Leslie Jeanne Minnesota
 Hoffman, Richard Christian Western
 Pennsylvania
Holland, Mark R. Great Plains
 Holley, James Delray Holston
Hollman, Taavi Estonia
Honeycutt, Jane Denise Virginia
 Honrubia, Nymfa Ebres Southern Tagalog
 Provisional Philippines
Hood, Elizabeth Hackney North Carolina
 Hood, Stacy Elizabeth Louisiana
 Hooker, Jr., Coley Western North Carolina
 Horton, Margaret Anne Susquehanna
 Hotze, Margaret Ellen Rocky Mountain
 House, Donald (Don) Reed Texas
Howard, Clifton O. Central Texas
 Howard, George Glenn West Ohio
Howell, James Comer Western North Carolina

Huhlo, Adolfo	Mozambique South
Hurlbert, Daniel D.	Desert Southwest
Huycke, Mary Kohlstaedt	Pacific Northwest
Idom, Merle Matthews	Texas
Ihlo, Jennifer Ellon	Baltimore-Washington
Ilac, Victor Illustrado	Northern Philippines
Iliya, Eunice Musa	Southern Nigeria
Iliyasu, Matis.	Northern Nigeria
Ilunga, Tshikala Sylvain	South Congo
Im, Woojae.	Minnesota
Ingram, Kent P.	Rocky Mountain
Ingram, Kimberly Tyree	Western North Carolina
Innes, Emily D.	North Carolina
Irambona, Pacis Alarine	Burundi
Isbell, Sara Lynn	Illinois Great Rivers
Jackson-Sears, Jill Ann	North Texas
Jam Jam, Nomfundo Faith	South Africa Provisional
James, Ivan Cecil	Missouri
Jefferson Bell, Cheryl	Great Plains
Jenkins, Jacquelyn G.	South Carolina
Jernigan, June Elizabeth.	Alabama-West Florida
Jeter, Narcie Jo McClendon	South Carolina
Johnson, Amy Long	Western North Carolina
Johnson, Bernadine.	Louisiana
Johnson, Krystl Dawn.	Eastern Pennsylvania
Johnson, Sandra James.	Holston
Jones, Beth E.	Susquehanna
Jones, Edward Cecil	Texas
Jones, Richard Anthony.	Northwest Texas
Jordan, Shayla Allyssa RaeAnne	Great Plains
Jung, Markus.	Germany South
Junk, William Anthony	Oklahoma
Kabaka, Alphonsine Ndala.	Tanganyika
Kabila, Alphonsine Moma	Tanganyika
Kabwita, Yava Alain	South-West Katanga
Kadima, Cathrine	Zambia
Kaji, Mujinga Jolette.	South Congo
Kakese, Mujinga Frederick.	South Congo
Kakou, Jonathan	Côte d'Ivoire
Kalumba, Eric Nkulu	Tanganyika
Kamenan, N'Doua Marcellin	Côte d'Ivoire
Kanama, Ilenga Jeannette.	South-West Katanga
Kanzal, Lutgarde Chiteng Mutombu	North- West Katanga
Kapend, Daniel Mbaz Kapwapu.	North-West Katanga
Kashal, Avul Josue	South-West Katanga
Kashala, Henri Kanyimbu.	Lukoshi
Kasiga, Shedrack Ramadhani	Tanzania
Kasong, Isidore Mwindamb.	North-West Katanga
Kasongo, Lyemo Honore.	South Congo
Kasongo, Peniel Mutombo Irund	Lukoshi
Kasongo, Pierre Mutamba	Tanganyika
Katiyo, Betty Spiwe	West Zimbabwe
Katsheka, Ikuku Cliff	South-West Katanga
Katut, Claude Mukund	Lukoshi
Kaumba, John Makalu	South Congo
Kawang, Rosalie Mwamb	Lukoshi
Kayemb, Chipeng Francois.	South Congo
Keese, Teresa L.	Rio Texas
Kenaston, Connor Sheldon	West Virginia
Kenaston, Judith Modlin.	West Virginia
Kibatuli, Hilaire Bununu.	East Congo
Kilembo, Robert Shakikupe.	Zambia
Kilpatrick, Joe.	North Georgia
Kim, Donald Hyungtoon.	Oklahoma
Kim, Khen Su	Northwest Russia Provisional
Kim, Sergey	Central Russia
King, Linda U.	Kentucky
King, Lisa M.	Wisconsin
Kipembwe, Kabuya Daniel Moffat	South Congo
Knowlin, Tiffany Denise	South Carolina
Koffi, Aboua Joseph	Côte d'Ivoire
Koffi, Sachou Marcel	Côte d'Ivoire
Kohutka, Vasylyna Babych	Ukraine-Moldava Provisional
Koloso, Etwanyongo.	East Congo
Kombi, Ramazani Simon.	Kivu
Kombo Epse Angui Eboi, Suzanne.	Côte d'Ivoire
Kongolo, Clement Chijika	Lukoshi
Kopo, Maria De Fátima.	Western Angola
Kovács, Zoltán Mihály	Hungary Provisional
Kpaan, Anna S.	Liberia
Krall, Clarita Anderman	Eastern Pennsylvania
Kreutziger, Sarah Sloan	Louisiana
Kuan, Kah-Jin Jeffrey	California-Nevada
Kuch-Stanovsky, Marie Louise.	Pacific Northwest
Kufarimai, Tiwirai.	North Alabama
Kulah, Jerry Paye-Manfloe	Liberia
Kulanga, Yunisi Lupiana	Tanzania
Kwak, Jisun.	Greater New Jersey
LaBau, Vernon James	Alaska
Laferty, Allen Dean.	East Ohio
Laguardia, Denis Tabuzo	Bicol Philippines
Lake, Matthew Earl.	Susquehanna
Land, Amy Louise.	Indiana
Landrock, Steffen	Germany East
Langa Bacela, Hortência Américo	Mozambique South

<i>Miles, Rebekah L.</i>	Arkansas
<i>Milford, Brian Kent</i>	Iowa
Millar, Karen L.	Arkansas
Miller, Diane M.	Western Pennsylvania
<i>Miller, Layne Maree</i>	Susquehanna
Miller, Randall Harlan	California-Nevada
Mims, Gene Dwight	Virginia
Minikhanova, Iuliia Flaritovna	Eastern Russia-Central Asia Provisional
<i>Miofsky, Matthew Thomas</i>	Missouri
Mitchell, Samuel James	Peninsula-Delaware
<i>Moffatt Seay, Jessica Farish</i>	Oklahoma
<i>Momo, Jean Tumbulananga</i>	Lukoshi
<i>Moon, Bob Mark</i>	South Georgia
<i>Moon, Peter Mason</i>	Virginia
Moore, Charles Eric	Baltimore-Washington
Moore, James Frank	Alabama-West Florida
Moore, Joyce E.	Holston
<i>Moore, Samuel Howard</i>	Western North Carolina
Moots, Philip R.	West Ohio
Morelli, Paul Michael	Western Pennsylvania
Morrison, Norma.	Iowa
Morsbol, Andreas	Denmark
<i>Moude, Anoh Séraphin</i>	Côte d'Ivoire
Mpemba, Shepard	West Zimbabwe
<i>Mudge, William A.</i>	Upper New York
Mufume, Clara Zacarias	Mozambique South
Mukalay, Mulume Wa Ilunga	Tanganyika
<i>Mukaz, Dieudonne Rufum Waranakong</i>	North- West Katanga
Mulonda, Obed Bupe	Zambia
Mundji, Emile Chikanda.	Lukoshi
<i>Muñoz, Lydia Esther</i>	Eastern Pennsylvania
Murphy, Tonya	North Georgia
Museng, Esther Muvula	Lukoshi
<i>Musolo, Tshijika Remy</i>	South-West Katanga
<i>Musombu, Elie Ntambu</i>	North-West Katanga
Musumb, Christine Kapend	Lukoshi
<i>Muteb, Henri Nawej</i>	North-West Katanga
<i>Muteba, Mwongenu Pasa</i>	South Congo
Muthoma, Bushiri Sylvestre	East Congo
<i>Mutwale, Ntambo Wa Mushidi</i>	Tanganyika
Muwaya, David Kubona	East Africa
Mwamakamba, Gloria Edson	Tanzania
Mwayera, Molly Hlekani	East Zimbabwe
<i>Mwayuma, Ayenda Lolima Veronique</i>	East Congo
<i>Mwayuma, Ngoy Jacqueline</i>	Tanganyika
Nabua, Jaime Legaspi	Pangasinan Philippines
N'Dehou Epse Beda, Nana Marcelline.	Côte d'Ivoire
Nah, Sarah Quire.	Liberia
Namukose, Sarah Cissy	East Africa
Nanguy Epse Adou, Worohon Dorcas A.	Côte d'Ivoire
Nawej, Simon Rubemb	North-West Katanga
Neal, Holly Shaw	Tennessee
<i>Neckers, David K.</i>	Indiana
Nelson, Janice E.	Oregon-Idaho
<i>Nelson, Kenneth Lee</i>	South Carolina
<i>Neto, Francisco Bernardo</i>	Western Angola
Nguz, Maguy Aimee Karumbu.	North-West Katanga
<i>Nhamajeho, Júlia Lampião</i>	Mozambique North
Niamkey, Ezani Kodjo Emmanuel	Côte d'Ivoire
Nibbelink, James Charles	Desert Southwest
Nicholls, Lewis Dunn	Kentucky
Nichols, Sarah Malloy	Oklahoma
Nicklas, Cara Sue	Oklahoma
<i>Nikolaev, Sergei.</i>	Central Russia
<i>Niyukuri, Abel</i>	Burundi
<i>Njau, Alfred Kundasai.</i>	Tanzania
<i>Norman, Mark Kelly</i>	Arkansas
<i>Norwood, Mitchell H.</i>	Indiana
<i>Ntakarutimana, Claude</i>	Burundi
Nuckols, David Branch.	Minnesota
O'Flynn, Riley Reba.	Upper New York
<i>Obonou, Samuel</i>	Côte d'Ivoire
Oduor, Ralph R.	New England
<i>Ogren, Mark Victor</i>	Virginia
<i>Ohouo, Djoman Nathanael</i>	Côte d'Ivoire
<i>Olewine, Sandra Kay</i>	California-Pacific
<i>Oliphint, J. Clayton</i>	North Texas
Olsen, Keith Richard.	Great Plains
<i>Omba, Dissashi Djamba</i>	East Congo
Omba, Ndjovu Thérèse	Kivu
Onotamba, Albert Tonondjo	Oriental and Equator
<i>Ortiz, Joselito Javien.</i>	Northwest Philippines
Osborne, Marilyn Ruth	Red Bird Missionary
<i>Ososo, Carol Alois</i>	East Africa
Ottjes, James H.	Indiana
Ow, Kenneth	Baltimore-Washington
Palmer, Douglas William	Rocky Mountain
Palmer, Kathy E.	East Ohio
<i>Panda, Emmanuel Kasonga</i>	Tanganyika
Panovec, Kay Lee	East Ohio
Panuyas, Arnel Tamallana.	Central Luzon Philippines
<i>Park, Eric Stephen.</i>	Western Pennsylvania
<i>Park, Jong Woo</i>	Baltimore-Washington
Parker, Mack B.	North Carolina
Parks, Linda Moore.	North Texas
Pascasio, Hedelyn Africano	North Central Philippines

<i>Shitama Weston, Megan Kyoko</i>	Peninsula-Delaware
<i>Siegrist, Roland</i>	Austria Provisional
<i>Simon, Sheriff Isaac</i>	Southern Nigeria
<i>Simpson, Kim Quetone</i>	Central Texas
<i>Sjanta, Daniel</i>	Serbia-Macedonia Provisional
<i>Slaughter, Michael Barrett</i>	West Ohio
<i>Sledge, Lauren Frances</i>	Mississippi
<i>Smith, Blenda Elisabet</i>	Upper New York
<i>Smith, LaNella D.</i>	North Carolina
<i>Smith, Theodore</i>	Virginia
<i>Soliz, Daniel</i>	North Texas
<i>Soulen, Richard Kendall</i>	Virginia
<i>Southern, H. Gray</i>	North Carolina
<i>Sparks, Stephen Lawrence</i>	Mississippi
<i>Spencer, Juliet Padgham</i>	Louisiana
<i>Stahlman, Vicki Jean</i>	Western Pennsylvania
<i>Stanley, Ashley Crowder</i>	Western North Carolina
<i>Starodubets, Yulia</i>	Eastern Russia-Central Asia Provisional
<i>Stearns, Lyndsey Ann</i>	West Ohio
<i>Stefanov, Mihail Vaskov</i>	Bulgaria-Romania Provisional
<i>Steiner, Chris E.</i>	West Ohio
<i>Stewart, Charles Roy</i>	Oklahoma
<i>Stickley-Miner, Deanna E.</i>	West Ohio
<i>Stikes, William Henry</i>	North Georgia
<i>Stoilkova, Daniela</i>	Serbia-Macedonia Provisional
<i>Stokes, Martha Ensley</i>	Virginia
<i>Stotts, James David</i>	Mississippi
<i>Strebeck, Sidney G.</i>	New Mexico
<i>Subillaga, Joyce Manuel</i>	Mindanao Philippines
<i>Sullivan, Catherine Sue</i>	Texas
<i>Sumner, Rachael Preston</i>	Florida
<i>Sweet, Marthelyn Kellogg</i>	Upper New York
<i>Sweet, Rebekah Beth</i>	Upper New York
<i>Taiwo, Kunle</i>	Rocky Mountain
<i>Taliwaga, John Macadangdang</i>	Tarlac Philippines
<i>Tankler, Meeli</i>	Estonia
<i>Tate, John Robert</i>	Holston
<i>Tay, Harris Kodjie Glover</i>	West Ohio
<i>Taylor, Cynthia Ann</i>	Baltimore-Washington
<i>Taylor, Steve</i>	North Carolina
<i>Taylor-Storm, Dawn Elizabeth</i>	Eastern Pennsylvania
<i>Temple, Charles Chappell</i>	Texas
<i>Thaarup, Jorgen</i>	Denmark
<i>Thaarup, Susanne</i>	Denmark
<i>Thomas, Byron Eric</i>	North Georgia
<i>Thompson, Lenora</i>	Eastern Pennsylvania
<i>Thompson, Martha Fridy</i>	South Carolina
<i>Thompson, Ralph Gene</i>	Rio Texas
<i>Tibalbag, Roy Rafael</i>	Visayas Philippines
<i>Todorova, Desislava Angelova</i>	Bulgaria-Romania Provisional
<i>Toler-Debus, Gretchen Faye</i>	North Texas
<i>Tomlinson, Kyle Edward</i>	North Georgia
<i>Toney, Carol Y.</i>	North Alabama
<i>Trefz, Rebecca</i>	Dakotas
<i>Tritle, Barrie Michael</i>	Iowa
<i>Troxler, Jeremy Issac</i>	Western North Carolina
<i>Tshene, Kanyempa Simon</i>	South Congo
<i>Tshikunka, Patrick Mukanda</i>	Lukoshi
<i>Tshinevwa, Gregoire Mwasakachiza</i>	Lukoshi
<i>Tukutau, Havea Hikule'o</i>	Rocky Mountain
<i>Tunda, Kasongo Lukali Prosper</i>	East Congo
<i>Underwood, Donald Wallace</i>	North Texas
<i>Upchurch, Robert Douglas</i>	Western North Carolina
<i>Urriola, Ian Carlos</i>	Upper New York
<i>Valdez, Ferdinand Joaquin</i>	Northeast Luzon Philippines
<i>Valverde, Eradio</i>	Rio Texas
<i>Vaughn, Robert Emory</i>	Virginia
<i>Vega, Abel</i>	Rio Texas
<i>Vega-Perez, Eunice</i>	Greater New Jersey
<i>Velasco, Stanley Cruz</i>	Rizal Philippines East
<i>Velez, Alexia Valle</i>	Florida
<i>Vianese, Carmen F. S.</i>	Upper New York
<i>Viernes, Gloria Lagoc</i>	Northeast Luzon Philippines
<i>Vilanculo, Horácio Zedequias</i>	Mozambique South
<i>Vilanculos, Julio André</i>	Mozambique South
<i>Vuksta, Vitaliy</i>	Ukraine-Moldava Provisional
<i>Vukszta, Laszlo</i>	Ukraine-Moldava Provisional
<i>Wagner, Amy R.</i>	Western Pennsylvania
<i>Walsh, Scott Thomas</i>	East Ohio
<i>Ware, Barbara Joyce</i>	South Carolina
<i>Warner, Lacey Cammarano</i>	Texas
<i>Warren, Jeffrey Joseph</i>	Upper New York
<i>Watts, Michael B.</i>	Kentucky
<i>Weagba, George Klay</i>	Liberia
<i>Weatherall, Sylvester</i>	Illinois Great Rivers
<i>Weber, Larry Earl</i>	Illinois Great Rivers
<i>Weems, Cynthia Dee</i>	Florida
<i>Welborn, Teresa Gayle</i>	Rio Texas
<i>Wembokoko, Ngandu Paul</i>	East Congo
<i>Wende, Stephen Paul</i>	Texas
<i>Westad, Audun</i>	Norway
<i>Westbrook, William</i>	Peninsula-Delaware
<i>Whitaker, Asa</i>	Arkansas
<i>Whitaker, Keith Conan</i>	Texas
<i>Whitaker, Rhonda Joy</i>	Illinois Great Rivers

Delegados votantes e suplentes por Conferência

Os delegados votantes estão listados pela ordem de eleição. Os nomes dos clérigos aparecem a *itálico*.

Os delegados suplentes são os eleitos em conformidade com ¶ 34 da Constituição.

O presidente da delegação está assinalado com um asterisco.

A informação sobre o delegado é disponibilizada pelos respectivos secretários das conferências anuais, como parte do processo de credenciamento. As correções podem ser enviadas para o Reverendo Gary W. Graves, Secretário da Conferência Geral, ggraves@umcgc.org.

Alabama-West Florida (10)

Row 12	Table 137	Seats 3-6
Row 12	Table 138	Seats 1-6

Delegates

*Furr, Steven Paul; 214 Plantation Trace, Jackson, AL 36545
Bryars, Paul Lawrence; 9323 Preston Place, Montgomery, AL 36117

Luna, Patricia Adele; 110 Eve Circle, Santa Rosa Beach, FL 32459

Pridgeon, Jeremy Kimble; 553 Grove Park Loop, Wetumpka, FL 36093

Maddox, Beverly Baggett; 34171 Nims Fork Rd., Robertsdale, AL 36567

Wilson, Robin Crews; 702 Avenue A, Opelika, AL 36801

Ester, Clara Jean; 517 Highland Woods Drive East, Mobile, AL 36608

Brooks, John Edward; 602 Coleman Way, Prattville, AL 36067

Hare, Dawn Wiggins; PO Box 833, Monroeville, AL 36461

Jernigan, June Elizabeth; 519 Whistlewood Road, Montgomery, AL 36117

Reserves

Moore, James Frank; PO Box 482, Daleville, AL 36322-0482
Ausley, Rurel Reuben; 214 Partin Drive South, Niceville, FL 32578

Powell, Robert L.; 326 Hidden Creek Circle, Unit 2, Dothan, AL 36301

Smith, Cory Russell; 2091 S. Evergreen Drive, Auburn, AL 36830

Dunnwind, Frank Smitton; 7343 Old Mitylene Rd., Montgomery, AL 36117

Elmore, Tonya Lynn; 203 Winterberry Way, Enterprise, AL 36330

Gulledge, Robert I.; address unavailable at time of printing
Kincaid, Emily Dueitt; 26229 Martinique Drive, Orange Beach, FL 36561

Floore, Malcolm Eugene; 115 Indian Bayou Dr., Destin, FL 32541

Morris, Daniel Wesley; 2401 Main St., Daphne, AL 36526

Alaska (2)

Row 3	Table 36	Seats 1-2
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Hayden, Jo Anne Kay; 3604 East 18th Avenue, Anchorage, AK 99508-3371

**Rapanut, Carlo Axibal*; 1660 Patterson St., Anchorage, AK 99504

Reserves

LaBau, Vernon James; 2951 Admiralty Bay Drive, Anchorage, AK 99515

Wilcox, Daniel Paul; 5137 S. Fairview Loop, Wasilla, AK 99654

Arkansas (8)

Row 13	Table 148	Seats 5-6
Row 13	Table 149	Seats 1-6

Delegates

Mann, Karon Sue; 1806 Martha Drive, Little Rock, AR 72212
 **Norman, Mark Kelly*; 1320 Heartwood St., White Hall, AR 71602

Burris, James Todd; 800 W. Daisy Bates Dr., Little Rock, AR 72202

Roberts, Deidre Jo; 800 W. Daisy Bates Dr., Little Rock, AR 72202

Millar, Karen L.; 33 Country Club Circle, Searcy, AR 72143

Miles, Rebekah L.; 2424 Park Pl. Ave., Ft. Worth, TX 76110
Whitaker, Asa; 160 Ottinger St., Batesville, AR 72501
Miles, John Pershing; First United Methodist Church, 801 S.
 Main St., Jonesboro, AR 72401

Reserves

Fink, Elizabeth Ashley; 3 Lois Lane, Bella Vista, AR 72715
Hilliard, James Wesley; 1604 Pointer Trail, Van Buren, AR
 72956
 Wilbourn, Gordon Miller; 12 Ridgeview Ct., Little Rock, AR
 72227
Richardson Watson, Brittany Stanton; 6 Cape Cod Ct., Little
 Rock, AR 72212
 Swain, Brian Todd; 64 St. John Place, Farmington, AR 72730
Embrey, John David; 1750 Meadow Bridge Drive, Green-
 wood, AR 72936
 Bates, Brandon Kyle; 723 Center St., Little Rock, AR 72201
Allen, Maxine Yvonne; 2912 Dorchester Dr., Little Rock, AR
 72204

Austria Provisional (2)

Row 2 Table 16 Seats 5-6

Delegates

Bindl, Helene; Wienerstrasse 254, Linz 4030, Austria
**Schroeckenfuchs, Stefan*; Sechshauser Str. 56/2/1, Vienna
 AT-1150, Austria

Reserves

Siegrist, Roland; address unavailable at time of printing
Handschin, Esther; address unavailable at time of printing

Baltimore-Washington (12)

Row 7 Table 82 Seats 1-6
Row 7 Table 83 Seats 1-6

Delegates

**Martin, Martha Delores*; 16505 Magnolia Ct., Silver Spring,
 MD 20905
Chattin, Terri Rae; 37 Cedar Hill Road, Randalls-
 town, MD 21133

Ihlo, Jennifer Ellon; 6263 Masfield Ct., Alexandria, VA
 22304-3536
Daniels, Joseph Wayne; 14629 Stonewall Dr., Silver Spring,
 MD 20905
 Moore, Charles Eric; 1168 River Bay Rd., Annapolis, MD
 21409
Park, Jong Woo; 7 Diamond Hill Court, Germantown, MD
 20874
 Taylor, Cynthia Ann; 4800 Coyle Rd. #409, Owings Mills,
 MD 21117
Gaines-Cirelli, Ginger Elise; 1216 Maryland Ave., N.E.,
 Washington, DC 20002
 Price, Joseph Thomas; 16617 Cutlass Drive, Rockville, MD
 20853
Link, Conrad O.; 7191 Stillwater Ct., Frederick, MD 21702
 Ow, Kenneth; 13415 Rippling Brook Drive, Silver Spring,
 MD 20906
Carter-Rimbach, Joan Eileen; 6316 Gentle Light Ln., Colum-
 bia, MD 21044

Reserves

Robier, Kelly Allison; 5137 Clavel Terrace, Rockville, MD
 20853
Rivera, Edgardo; 200 Shannonbrook Ln., Frederick, MD
 21702
 Lauber, Melissa Morris; 9905 Portland Road, Silver Spring,
 MD 20901
Young, Evan DeZelle; 3010 Arden Forest Lane, Bowie, MD
 20716
 Schlieckert, Christopher John; 9818 Golden Russet Dr.,
 Dunkirk, MD 20754
Schlieckert, Sarah Andrews; 9818 Golden Russet Dr.,
 Dunkirk, MD 20716
 Jordan, Andrian; 22789 Bayside Way, California, MD 20619
Love, Antoine Carlton; 5238 Kenstan Drive, Temple Hills,
 MD 20748-5446
 Koob, Sherie Lynne; 3819 S. Mountain Road, Knoxville, MD
 21758
Jordan-Griffin, Jason Odell; 612 Realm Ct. W., Odenton, MD
 21113
 Ford, Sarah Virginia; 2525 Park Heights Ter., Baltimore, MD
 21215
Totty, Mary Kay; 3133 Dumbarton Street N.W., Washington,
 DC 20007

Bicol Philippines (2)

Row 1 Table 1 Seats 1-2

Delegates

*Perez, Manuel Perez; Blk41 Lot67 Phase2 VillaGrande
Homes Ave., Naga City 4400, Philippines
Laguardia, Denis Tabuzo; 2450 Vinzons Ave., Daet, Camarines Norte, Philippines

Reserves

Gonzales, Edgar C; address unavailable at time of printing
Alvarez, Jerome D.; address unavailable at time of printing

Bulacan Philippines (2)

Row 2 Table 19 Seats 1-2

Delegates

Salonga, Edwin Adriano; Block 2, Lot 14, Dolores Homesite,
City of San Fernando, Philippines
**Ambi, Norlito Tapia*; 9 Peso St., Saint Michael Subd., Meycauayan3020, Philippines

Reserves

Binuya, Sheila Faye Dayrit; address unavailable at time of printing
Mendiola, Glenn Mendoza; Guiguinto Immanuel Methodist Church, Inc, Tabang, Guiguinto, Philippines
Dela Cruz, Sheba Dayrit; address unavailable at time of printing
Fajardo, Francis Vinuya; address unavailable at time of printing
Clavio, Melody Dayrit; address unavailable at time of printing
Roxas, Danilo J.; Baliuag United Methodist Church, Bagong Nayon, Baliuag, Philippines

Bulgaria-Romania Provisional (2)

Row 2 Table 17 Seats 1-2

Delegates

Todorova, Desislava Angelova; 86 G.S. Rakovski Str., Sofia, Bulgaria
**Stefanov, Mihail Vaskov*; ul. G.S. Rakovski 86, Sofia1000, Bulgaria

Reserves

Zueva, Desislava; address unavailable at time of printing
Altunian, Samuel; address unavailable at time of printing
Popova, Antonia; address unavailable at time of printing
Topalski, Daniel Georgiev; PO Box 416, Ruse, Bulgaria

Burundi (8)

Row 11 Table 129 Seats 1-6
Row 11 Table 130 Seats 1-2

Delegates

Habonimana, Silas; B.P. 814, Burundi
**Bankurunaze, Lazare*; B.P. 328, Burundi
Manisha, Marie; B.P. 328, Gitega, Burundi
Niyukuri, Abel; c/o Ceni-Burundi, B.P. 1128, Bujumbura, Burundi
Runyenyeri, Ezechiel; UMC, PO Box 328, Gitega, Burundi
Cimpaye, Valentine; B.P. 42, Burundi
Irambona, Pacis Alarine; 970 Bujumbura I, Bujumbura, Burundi
Ntakarutimana, Claude; address unavailable at time of printing

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing

California-Nevada (6)

Row 12 Table 140 Seats 1-6

Delegates

Allen, Emily Ruth; 1988 San Luis Ave. #1B, Mountain View, CA 94043
**Kuan, Kah-Jin Jeffrey*; Claremont School of Theology, 1325 N. College Ave., Claremont, CA 91711
Yin, Burt Phillip; 25299 Buckeye Dr., Castro Valley, CA 94552
Bergquist, Greg Becker; 903 Catlow Court, Brentwood, TN 37027
Miller, Randall Harlan; 8001 Sterling Drive, Oakland, CA 94605
Hingano, Siosifa; 220 S. Main Street, Milpitas, CA 95035

Reserves

Shearman, Gayle Anne; 429-A Enfrente Road, Novato, CA 94949
Weatherspoon, Dale Maurice; 6132 Bernhard Ave., Richmond, CA 94805
Hingano, Wesley; 1631 Queens Crossing Drive, San Jose, CA 95132
Cao, Felicisimo Santos; 1350 Halyard Drive, West Sacramento, CA 95691
Bennett, Emily Dale; 844 Rosewood Ave., Sanger, CA 93657

Brick, Elizabeth Ann; 4747 North Ave., Carmichael, CA 95608
Dunning, Robert; 1910 G Street, Eureka, CA 95501
Agtarap, Bener Baysa; 3227 Gulf Island Street, West Sacramento, CA 95691
Kawaguchi, Mari Anne; 372 Sussex Street, San Francisco, CA 94131
Rhodes, Schuyler James; California-Nevada Conference, 1350 Halyard Drive, West Sacramento, CA 95691
Bago, Ruby Ramos; 4660 N. Island View, Clovis, CA 93619
La Point-Collup, Kathleen Fay; 4743 East Avenue, Livermore, CA 94550
Kim, Katherine Oknam; 200 Thyme Avenue, Morgan Hill, CA 95037
Bernadel-Huey, Myrna; 1600 Bancroft Ave., San Leandro, CA 94577

California-Pacific (8)

Row 2	Table 13	Seats 1-6
Row 2	Table 14	Seats 1-2

Delegates

*Rios, Rosa Maria; address unavailable at time of printing
Bridgeforth, Cedrick D.; 4112 W. Slauson Ave., Los Angeles, CA 90043
Ellis, Kenneth M.; 11939 Miranda Street, North Hollywood, CA 91607
Choi, Thomas S.; 1020 S. Beretania Street, Honolulu, HI 96814
Maka, Mele; 4469 Appleglen Court, Moorpark, CA 93021
Farris, Patricia Ellen; First United Methodist Church, 1008 11th Street, Santa Monica, CA 90403
Fukumoto, JoAnn Yoon; 1796 Hoolehua St., Pearl City, HI 96782
Olewine, Sandra Kay; FUMC, 500 E. Colorado Blvd., Pasadena, CA 91101

Reserves

Blagojevich, Mele (Mary) Faiva (Manu); 4429 E. Village Road, Suite 235, Long Beach, CA 90808
Vetter, Molly Elizabeth; 243 S. Broadway, Redondo Beach, CA 90277
Stephenson, Mark Kinsey; 11723 Riverside Dr. #5, Valley Village, CA 91607
Dang, Bau N.; 12741 Main St., Garden Grove, CA 92840
Hogan, Ralph Lee; 987 Avenal Way, Beaumont, CA 92223
Wulf, Frank Dale; 8021 S. Vermont Ave. #44, Los Angeles, CA 90044

Kehrberg, Norma Jean; 712 Ainapo St., Honolulu, HI 96825
Chung, Judy Yangmi; General Board of Global Ministries, 458 Ponce De Leon Ave. N.E., Atlanta, GA 30308
Taylor, Dione Brooks; 4291 Fifth Ave., San Diego, CA 92103
Harris, Tonya Sanita; First United Methodist Church, 18120 Saticoy St., Reseda, CA 91335
Hawkins, Mary Hoke; 926 College Avenue, Redlands, CA 92374
Ala'ilima, Piula Elia; 5052 Kilauea Avenue, Honolulu, HI 96816
Tu'itahi, Monalisa; 2610 N. Grand Avenue, Santa Ana, CA 92705
Zuill, Charlene Kaye; 745 Commonwealth Avenue, Box 284, Boston, MA 02215

Central Congo (6)

Row 7	Table 78	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Delegate information unavailable at time of printing.

Central Luzon Philippines (2)

Row 4	Table 45	Seats 5-6
--------------	-----------------	------------------

Delegates

*Panuyas, Arnel Tamallana; 73 Executive Avenue, Central Luzon State Univ., Science City of Munoz, Nueva Ecija, Philippines
Concepcion, Allan Asuncion; The United Methodist Church, Padapada, Santa Ignacia 2303, Philippines

Reserves

Melegrito, Noel Camus; address unavailable at time of printing
Pacheco, Antonio P.; New Salem, Philippines
Rombaoa, Edna Ferrer; address unavailable at time of printing
Rimando, Roderick L.; The United Methodist Church, Faigal St., Nueva Ecija, Philippines
Rombaoa, Dion Balgos; address unavailable at time of printing
Biasbas, Feliciano Mosquito; address unavailable at time of printing

Central Nigeria (6)

Row 4	Table 37	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Yola, Habila Charles; UMCN Secretariat Mile Six, PO Box 774, Jalingo, Nigeria

**Yakku, Eli Sule*; address unavailable at time of printing
Adamu, Napoleon Grummetti; UMCN, PO Box 185, Jalingo, Nigeria

Auta, John Pena; UMCN, PO Box 746, Jalingo, Nigeria
Dio Jen, Mike; College of Education, Zing PMB 1021, Jalingo, Nigeria

Bulus, Christy Yusuf; Central Nigeria Annual Conf. Secretariat, PO Box 774, Jalingo, Nigeria

Reserves

Balasa, Dauda Idris; UMCN Karim Lamido Charge, PO Box 774, Jalingo, Nigeria

Usman, Yunusa Zubairu; UMCN PO Box 774, Gwaten Bambur, Karim, Nigeria

Aliyu, Bakoji Mbiko; UMCN, PO Box 774, Jalingo, Nigeria

Philip, Habibu Audu; UMCN Mutum Daya, PO Box 774, Jalingo, Nigeria

Bandiam, Rate; UMCN PO Box 774, Gwaten Bambur, Karim, Nigeria

Obadiah, Dennis; UMCN PO Box 774, Gwaten Bambur, Karim, Nigeria

Central Russia (2)

Row 6 Table 69 Seats 3-4

Delegates

Kim, Sergey; App. 41, bldg 7, constr. 1, Sivashskaya Str, 117149, Russian Federation

**Nikolaev, Sergei*; U1 Profsoyuznaya, d. 92, kv. 187, Moscow 117485, Russian Federation

Reserves

Pugachev, Sergei; Khamovnichesky val 24/2, stroenie 2, office 116, Moscow 119048, Russian Federation

Prokhorov, Stanislav; address unavailable at time of printing

Central Texas (8)

Row 11 Table 124 Seats 3-6
Row 11 Table 125 Seats 1-4

Delegates

Harkrider, John Thomas; 6658 Gascony Place, Fort Worth, TX 76132

**Bruster, Timothy Keith*; 800 W. 5th St, Fort Worth, TX 76102-3599

Simpson, Kim Quetone; 3905 Lake Powell Dr., Arlington, TX 76016

McKellar, John E.; White's Chapel United Methodist Church, 185 S. Whites Chapel Blvd., Southlake, TX 76092-7308

McIver, Steven Mark; PO Box 545, Ferris, TX 75125

Howard, Clifton O.; 1133 Redcloud Drive, Fort Worth, TX 76120

Alfred, Darlene Rochelle; 2811 Chisholm Trail, Salado, TX 76571

Wier, Brenda Wilson; 334 Cove Road, Gordon, TX 76453

Reserves

Gregory, Ethan Scott; 2938 Crockett St., #422, Fort Worth, TX 76107

Robbins, Thomas Q.; 102 North Second St., Temple, TX 76501

McCready, Darcy P.; 6925 Allen Place Dr., Fort Worth, TX 76116

Hayes, Christopher J.; 1419 Chase Oaks Dr., Keller, TX 76248

Campbell, Kylie Heather; 590 N.E. McAlister Road, Burleson, TX 76028

Conner, James David; 777 N. Walnut Creek Dr., Mansfield, TX 76063

Gregory, Kevin Blake; 5226 S. Woodlawn Ave., Apt. 2E, Chicago, IL 60615

Crumpton, Debra Marie; 2045 S.E. Green Oaks Blvd., Arlington, TX 76018-1981

Côte d'Ivoire (34)

Row 8	Table 85	Seats 1-6
Row 8	Table 86	Seats 1-6
Row 8	Table 87	Seats 1-6
Row 8	Table 88	Seats 1-6
Row 8	Table 89	Seats 1-6
Row 8	Table 90	Seats 1-4

Delegates

Aboua, Louis Roi Nondenot; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

**Bodje, Doughtou Isaac*; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Angoran, Yed Esaie; 01 BP 1282, Adbijan 01, Cote d'Ivoire

Assale, Niamien Eugene; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Adjrabe, Mathurin Djoman; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Basse, Doudoue Gabriel; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Akre, Michel A.; BP 2304, Yamoussoukro, Cote d'Ivoire

Akpes Epse AKA, Hermance Iphigenie D'Aphrodite; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Melesse Epse Kpokpo, Marie-Louise; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Yapi, Aye Julien; 01 BP 1252, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Yao, Assoma; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Obonou, Samuel; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Nanguy Epse Adou, Worohon Dorcas A.; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Lobo, Neuba Michel; 01 BP 1252, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Kamenan, N'Doua Marcellin; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Akaffou Yao Aye, Raymond Claude; 01 BP 1252, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Arpellet, Abraham Koffi; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Adjobi, Ameya P; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Kakou, Jonathan; 06 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Beugre, Hearle Antony; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Lasme, Niagne Eugene; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Bogro, Isaac Douzou; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Kombo Epse Angui Eboi, Suzanne; 12 BP 177, Abidjan 120, Cote d'Ivoire

Moude, Anoh Séraphin; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

N'Dehou Epse Beda, Nana Marcelline; 01 BP 1282, Abidjan 010, Cote d'Ivoire

Ohouo, Djoman Nathanael; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Ayiba, Yebrou Omer; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Allouco Epse Sedji, Niche Suzanne; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Yapi, Djoman C.; Abidjan Cocody Plateau Dokui, 01 BP 11930, Cote d'Ivoire

Koffi, Sachou Marcel; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Koffi, Aboua Joseph; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Behi, Gnanago Felix; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Niamkey, Ezani Kodjo Emmanuel; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Amon, Aka Pierre; 01 BP 1252, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Reserves

Abro, Alain Patrick A.; 10 BP 1037, Abidjan 100, Cote d'Ivoire

N'guessan, Roland N'drin; 01 BP 1252, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Ake, Nathan Ble Leon; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Gnagne Epse Nangui, Agnime Aurelie Brigitte; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Assa Epse Akoh, Kichi Simone; 01 BP 1282, Abidjan 01, Cote d'Ivoire

Czech and Slovak Republics (2)

Row 2

Table 17

Seats 3-4

Delegates

*Procházková, Lenka; Agatova 19, 90045, Malinovo, Slovakia

Procházka, Petr; Jecna 19, Prague 120 00, Czech Republic

Reserves

Chlupáček, David; address unavailable at time of printing

Procházka, Pavel; address unavailable at time of printing

Salková, Miluse; address unavailable at time of printing

Krizova, Jana; address unavailable at time of printing

Absolon, Pavol; address unavailable at time of printing

Kocov, Pavle; address unavailable at time of printing

Dakotas (2)

Row 9

Table 106

Seats 1-2

Delegates

Ferris, Beata Kay; address unavailable at time of printing

*Trefz, Rebecca; PO Box 460, 1331 University Ave., Mitchell, SD 57301

Reserves

Bader, Matthew Cole; 1200 W. University Ave., Box 793, Mitchell, SD 57301

Spahr, Roger Carl; 232 N. Lake Dr., Watertown, SD 57201

Denmark (2)

Row 6

Table 71

Seats 1-2

Delegates

Thaarup, Susanne; Sondervej 11, Strandby 9970 Denmark

*Thaarup, Jorgen; Stokusgade 2,3. 1317, Copenhagen K Denmark

Reserves

Morsbol, Andreas; address unavailable at time of printing

Risager, Thomas; address unavailable at time of printing

Flinck, Mathias Alsted; address unavailable at time of printing

Lewis, Mark; address unavailable at time of printing

Desert Southwest (2)

Row 6 Table 72 Seat 5-6

Delegates

*Nibbelink, James Charles; 63327 E. Desert Crest Drive, Tucson, AZ 85739

Hurlbert, Daniel D.; 335 E. Huber, Mesa, AZ 85201

Reserves

Fidlin, Billie K; 19018 N. 42nd Way, Phoenix, AZ 85050

Tang, Anthony; 1550 East Meadowbrook Ave., Phoenix, AZ 85014-4040

Hrabe, Majorie Irene; 7031 W. Saucedo Dr., Tucson, AZ 85743

Rambikur, Elizabeth Ann; 915 E. 4th Street, Tucson, AZ 85719

Volere, Diana Marie; 1276 Plum Canyon Street, Las Vegas, NV 89142

Ragland, Sharon Ellen; 8887 N. Treasure Mountain Drive, Tucson, AZ 85742

Gomez, Paul; address unavailable at time of printing

Olivares, Javier; 7901 N. Central Ave., Phoenix, AZ 85020

Detroit (6)

Row 7 Table 79 Seats 1-6

Delegates

Euper, Jacqueline K.; 11463 S. State Road, Morrice, MI 48857

*Boayue, Charles S. G.; 35361 Stratton Hill Court, Farmington Hills, MI 48331

Bank, Wayne Herbert; 6551 Lakeshore Road, Lexington, MI 48450

Barrett, Joy Anna; 10 Sycamore St., Chelsea, MI 48118

Brown, Diane Louise; 4512 Cottonwood Drive, Ann Arbor, MI 48108

Carey, Melanie Lee; address unavailable at time of printing

Reserves

Plum, Alexander James; 1815 Church St., Detroit, MI 48216

Walther, Megan Jo Crumm; address unavailable at time of printing

Bowers, Claudia Louise; 2020 Calumet Street, Flint, MI 48503

Hook, Matthew James; 7643 Huron River Dr., Dexter, MI 48130

Anderson, Ruby Deloris; 25180 Thorndyke Street, Southfield, MI 48033

Speiran, Laura Crawford; 7801 Hoffman Dr., Waterford, MI 48327

East Africa (4)

Row 11 Table 130 Seats 3-6

Delegates

Namukose, Sarah Cissy; 2118 Sherman Ave., Apt. 3W, Evanston, IL 60201

*Ososo, Carol Alois; PO Box 3124-00200, Kenya

Ludoru, Alex Jalan Oliver; Yei State

Baliyanga, Marc; PO Box 4485, Kigali, Rwanda

Reserves

Muwaya, David Kubona; Plot No. 1259, Block 213, Mukalazi Zone, Bukoto, Uganda

Njuguna, Paul Matheri; Box 119-20117, Naivash, Kenya

Nanyonjo, Agnes Katende; PO Box 36886, Kampala, Uganda

Kiberu, Badru; PO Box 11841, Uganda

East Congo (12)

Row 5 Table 52 Seats 1-6

Row 5 Table 53 Seats 1-6

Delegates

Muthoma, Bushiri Sylvestre; 42, Avenue des Cliniques, Gombe. BP1899, Congo, The Democratic Republic of the

Mwayuma, Ayenda Lolima Veronique; BP126, Congo, The Democratic Republic of the

Wembokoko, Ngandu Paul; 12/12/65 Mission Lokole, Methodist Unie au Congo Est, BP:126, Kindu, Congo, The Democratic Republic of the

Lohalo, Malamba Celestin; BP126, Congo, The Democratic Republic of the
 Lokale, Senga Cudins; address unavailable at time of printing
Mahamudi, Ngereza Benoit; address unavailable at time of printing
 Tunda, Kasongo Lukali Prosper; Mission Methodiste Lokole, Kindu BP126, Congo, The Democratic Republic of the
Omba, Dissashi Djamba; BP 126, Kindu, Congo, The Democratic Republic of the
 *Letshu, Tsheke Richard; 42, Avenue des cliniques Kinshasa/Gombe, BP1900, Congo, The Democratic Republic of the
Kibatuli, Hilaire Bununu; 12/12/65 Mission Lokole, Eglise Methodiste Unie au Congo Est BP, Congo, The Democratic Republic of the
 Luhahi, Nembe Songu; BP 14 685 Kinshasa, Congo
Buimba, Mekembe Albert; 12/12/65 Mission Lokole, Eglise Methodiste Unie au Congo Est, Congo, The Democratic Republic of the

Reserves

Koloso, Etwanyongo; address unavailable at time of printing
Lange Avilo Omesumba, Clement; Av. du 12/12/1956, Mission Lokole C/Mikelenge, Congo, The Democratic Republic of the
 Okondji, Emile Douglas; address unavailable at time of printing
Ketoka, Lokondo Paul; 12/12/65 Mission Lokole, Kindu Congo, The Democratic Republic of the
 Amuri, Fimbo; address unavailable at time of printing
Nyenda, Okoko; address unavailable at time of printing
 Furaha Mwayuma, Fancisa; BP:126, Kindu Congo, The Democratic Republic of the
Kombe, Atumishi; address unavailable at time of printing
 Thaluhumbu, Jean Mwinyi; Mission Methodiste Lokole/Kindu, BP126, Kindu Congo, The Democratic Republic of the
Wembo Lushima, Francois; 12/12/65 Mission Lokole, Kindu Congo, The Democratic Republic of the
 Difuku Kekumba, Gilbert; BP126, Kindu Congo, The Democratic Republic of the
Bulungi, Kaningo; address unavailable at time of printing

East Mindanao Philippines (2)

Row 1	Table 1	Seats 3-4
--------------	----------------	------------------

Delegates

Cristobal, Evangeline Justo ; 324 Suntan St., Nafco Subd, KM. 7, Davao City 8000, Philippines
 **Rufino, Janeth Laquindanum*; St. Mark United Methodist Church, 959 Alley 3 D Santiago St. Sampaloc, Metro Manila 1008, Philippines

Reserves

De Ocampo, Jeanne; address unavailable at time of printing
Inis, Ronnie Pancho; address unavailable at time of printing
 Nebran, Patrocenio O.; address unavailable at time of printing
Salmon, Efipanio Rubert; address unavailable at time of printing
 Labargan, Ruth Obra; Purok 2 Poblacion New Corella, Davao Del Norte, 8104, Philippines
Painit, Israel Maestrado; 833 Quezon Avenue, Maniki, NA, Kapalong 8113, Philippines

East Ohio (12)

Row 10	Table 109	Seats 1-6
Row 10	Table 110	Seats 1-6

Delegates

Grant, Holly Jean; 598 N. Main St., Shreve, OH 44676
Arellano, Armando Contreras; 26370 Edgecliff Dr., Euclid, OH 44132
 Panovec, Kay Lee; 32 Wesley Blvd., Worthington, OH 43085
George, Gary Mark; PO Box 2800, 8800 Cleveland Ave. N.W., North Canton, OH 44720
 *Laferty, Allen Dean; 368 Maple Dr., Crestline, OH 44827
Bryant, Dan C.; 1447 Arthur Ave., Lakewood, OH 44107
 Sheetz, Brian D.; 8800 Cleveland Ave. N.W., North Canton, OH 44720
McGhee, Delaine K.; 312 Broad St., Ashland, OH 44805
 Banks, Martha E.; PO Box 5108, Fairlawn, OH 44334-0108
Walsh, Scott Thomas; 110 Gateway Ave., Conneaut, OH 44030
 Palmer, Kathy E.; 154 W. 40th St., Shadyside, OH 43947
Henderson, Gary Ray; 810 12th Ave. South, Nashville, TN 37202-0320

Reserves

Burdsall, Donald E.; 1298 Township Rd. 229, Cardington, OH 43315

Oehl, Karen M.; 25 Kester Dr., Mt. Vernon, OH 43050

Crowell, Linda J.; 6721 Chinkapin Court, Oakwood Village, OH 44146

Grant, Michael David; 598 N. Main St., Shreve, OH 44676

Wilson, Betty L.; 41988 Old Irondale Road, Irondale, OH 43932

Call, Andrew Richard; 2537 Lee Rd., Cleveland Heights, OH 44118

Prusha, Connor James; 11287 Aquilla Rd., Chardon, OH 44024

Rollins, Benita; 2858 Demington Ave. N.W., Canton, OH

Jackson, Magnolia; address unavailable at time of printing

Dickriede, Katherine A.; 129 East Oakmont Way, Northfield, OH 44067

Achberger, Susan L.; 864 Roanoke Road, Cleveland Heights, OH 44121

Harris, Chester Herbert; 5455 Richville Dr., S.W., Navarre, OH 44662

East Zimbabwe (4)

Row 3 Table 28 Seats 1-4

Delegates

Mafunda, Simon; 5 Pringle Road, Greendale, Zimbabwe

**Chingonzo, Annie Grace*; 243 Leonard Road, Waterfalls, Zimbabwe

Mwayera, Molly Hlekani; 24 Christ Church Rd., Westlea, Zimbabwe

Bobo, Togara; HSE No. 4348 Phase 2, Chikanga, Zimbabwe

Reserves

Chabuka, Evaristo; 11160 Murambi East, Mutare, Zimbabwe

Chimbwanda, Givemore; 29 Rukumbati Road, Zengeza 3, Chitungwiza Harare, Zimbabwe

Karinda, Mark; UMC Head Office, Box 666, Mutare, Zimbabwe

Machinga, Gift Kudakwashe; 3 Thirteenth Avenue, Morning-side, Mutare, Zimbabwe

Eastern Angola (2)

Row 2 Table 16 Seats 3-4

Delegate information unavailable at time of printing.

Eastern Pennsylvania (8)

Row 12 Table 141 Seats 1-6

Row 12 Table 142 Seats 1-2

Delegates

Ehninger, Judith Kay; 2620 Gracie Lone, Macungie, PA 18062

**Taylor-Storm, Dawn Elizabeth*; 60 W. Boot Rd., West Chester, PA 19380-1107

Johnson, Krystl Dawn; 9 Patriot Way, Woolrich Twp., NJ 08085

Raffauf, Jeffrey Alan; 15 Woodside Avenue, West Lawn, PA 19609-1664

Krall, Clarita Anderman; 611 E. Sedgwick Street, Philadelphia, PA 19119-1329

DiPaolo, Joseph Frank; 1178 Rossiter Lane, Radnor, PA 19087

Bonner, Jane L.; PO Box 259, Media, PA 19063

Muñoz, Lydia Esther; 200 Treaty Rd., Drexel Hill, PA 19026

Reserves

Thompson, Lenora; address unavailable at time of printing

Wilt, Robert Jacobs; 50 Barren Road, Media, PA 19063

Harris, Jordan Marcel; address unavailable at time of printing

Bass, Tracy L.; 3470 Huntingdon Pike, Huntingdon Valley, PA 19006-3727

Koch, David Louis; address unavailable at time of printing

Kurien, Christopher Jacob; address unavailable at time of printing

Brightwell, Ross Alan; address unavailable at time of printing

Hynicka, Robin Michael; 55 North Broad Street, Philadelphia, PA 19107

Eastern Russia and Central Asia Provisional (2)

Row 6 Table 69 Seats 5-6

Delegates

Minikhanova, Iuliia Flaritovna; Proletarskay Street 45-66, Chelyabinsk Region, Satka 456910, Russian Federation

**Starodubets, Yulia*; Osmonkula Pereulok, 182, Bishkek 720011, Kyrgyzstan

Reserves

Shakirova, Nelya; address unavailable at time of printing

Starodubets, Oleg; address unavailable at time of printing

Stepanova, Yulia; address unavailable at time of printing

Chudinova, Elena; address unavailable at time of printing

Parfyonova, Klavdia; address unavailable at time of printing
Zubkova, Ekaterina V.; Shirotnaya str 104/1/90, Tyumen625051, Russian Federation

Estonia (2)

Row 6 **Table 71** **Seats 3-4**

Delegates

Lilleoja, Tarmo; Hamariku Tee 13, Tabasalu 76901, Harku Vald76901, Estonia

**Hollman, Taavi*; Narva str 51, Tallinn10152, Estonia

Reserves

Tankler, Meeli; Riisika 2, Silla kula, Paikuse vald, Parnu-maa86604, Estonia

Nelson, Mark Philip; Narva str 51, Tallinn10152, Estonia

Sassian, Urmas; address unavailable at time of printing

Tankler, Ullas; address unavailable at time of printing

Matulaitiene, Kristina; address unavailable at time of printing

Pieciaite-Erbele, Jolita; address unavailable at time of printing

Germans, Rihards; address unavailable at time of printing

Grina-Sologuba, Gunta; address unavailable at time of printing

Finland-Finnish Provisional (2)

Row 6 **Table 71** **Seats 5-6**

Delegate information unavailable at time of printing.

Finland-Swedish Provisional (2)

Row 6 **Table 72** **Seats 1-2**

Delegates

Elfving, Andreas Jan Martin; Furuborgsvagen 11, FI-10160, Degerby, Finland

**Björklund, Leif-Göte*; Kyrktoget, 9 A 2, Borga, Finland

Reserves

Lundgren, Monica; Hansavägen, 2 A 16, Borgå, Finland

Forsback, Stefan; Koriston Rantatie, 52, Piispanristi, Finland

Fred, Marie; Österändsvägen, 126, Södra Vallgrund, Finland

Tiainen, Sarah; Långbrogatan, 25 B 40, Karleby, Finland

Florida (18)

Row 1 **Table 7** **Seats 1-6**
Row 1 **Table 8** **Seats 1-6**
Row 1 **Table 9** **Seats 1-6**

Delegates

*McEntire, Molly Rebecca; 914 Frank Lloyd Wright Way, Apt. 3, Lakeland, FL 33801

Shanks, Alex Arthur; 450 Martin Luther King Jr. Ave., Lakeland, FL 33815

Scott, Derrick; 1411 Inwood Terrace, Jacksonville, FL 32207

Hernandez, Rinaldo D.; 7655 Trillium Blvd., Sarasota, FL 34241

Williams, Alice Marie; 5209 Fieldview Ct., Orlando, FL 32819

Hammond, Dionne Chandler; 110 East New Haven Avenue, Melbourne, FL 32901

Wilson, Milton E.; 3500 Hopkins Street, Nashville, TN 37215

Dodge, David Allen; 934 Lexington Street, Lakeland, FL 33801

Graves, William Russell; 2260 Front Street # 204, Melbourne, FL 32901-7374

Weems, Cynthia Dee; 6000 Maynada St., Coral Gables, FL 33146

Hearn, Jeremy Kirk; 1730 Turtle Rock Drive, Lakeland, FL 33803

Leveron, Jacqueline P. M.; 5407 Turnpike Feeder Rd., Fort Pierce, FL 34951

Sumner, Rachael Preston; 2723 Yorkshire Drive, Titusville, FL 32796

Austin, Sharon G.; 450 Martin Luther King Jr. Ave, Lakeland, FL 33815

Fogle-Miller, Carlene Rebecca; 722 N. Boston Ave., Deland, FL 32724

McClellan, Geraldine Williams; 625 S.E. 15th Street, Gainesville, FL 32641

Earls, Janet Butler; 450 Martin Luther King Jr. Ave., Lakeland, FL 33815

Allen, David; 116 Wedge Circle, Daytona Beach, FL 32124

Reserves

Velez, Alexia Valle; address unavailable at time of printing

McEntire, W. David; 72 Lake Morton Dr., Lakeland, FL 33801

Duncan, Martha Gay; 4225 Pebble Pointe Dr., Lakeland, FL 33813

Warren, Audrey Blaine; 400 Biscayne Blvd., Miami, FL 33132

Pierre-Louis, Marie Anne; 1770 N.E. 191 Street, Apt #312, North Miami Beach, FL 33179

Therrell, James Joseph; 1415 LaSalle Street, Jacksonville, FL 32207

Monroe, Paulette T.; 6550 Royal Tern St., Orlando, FL 32810

Bushong, Bob Bruce; address unavailable at time of printing

Groom, Rod Lee; 5712 39th St. Cir. E, Bradenton, FL 34203

Rodriguez, Armando Joel; 455 S. Broadway Ave., Bartow, FL 33830

Bright, Joyce Waldon A.; 3491 Colwyn Ct., Orlando, FL 32812-5968

James, Kevin Michele; 5200 Belle Terre Parkway, Palm Coast, FL 32137

Akers, Rodney Shelton; 311 Ellen Way, Brandon, FL 33510

Walker, Vicki Renee; 500 W. Platt St., Tampa, FL 33606

Spangler, Benjamin Dale; 705 W. Jefferson St., Tallahassee, FL 32308

Wiatt, Wayne D.; 120 W. Park Ave., Tallahassee, FL 32301

Kimball, Rushing Johnstone; 1544 Emory Road N.E., Atlanta, GA 30306

Fluck Price, Catherine; 4000 N.W. 53rd Avenue, Lakewood Ranch, FL 32653

Germany East (2)

Row 4 Table 42 Seats 1-2

Delegates

Landrock, Steffen; Wolfener Strasse 16a, Leipzig 04155, Germany

*Philipp, Werner Eberhard; Katharinenst. 17, 01099, Germany

Reserves

Blechschiidt, Joachim; address unavailable at time of printing

Soellner, Eric; address unavailable at time of printing

Blechschiidt, Reinhard; address unavailable at time of printing

Ruediger, Christhard; address unavailable at time of printing

Lasch, Verona; address unavailable at time of printing

Ringeis, Stephan; address unavailable at time of printing

Germany North (2)

Row 4 Table 42 Seats 3-4

Delegates

Dannenberg, Kai Uwe; Breslauer Strasse 8, Clausthal-Zellerfeld 38678, Germany

*Detjen, Anne Marie; Brunnenstrasse 11, Eberswalde 16225, Germany

Reserves

Sanio, Heinz-Juergen; address unavailable at time of printing
Kraft, Irene; Eilbeker Weg 86, D-22089, Hamburg 22089, Germany

Wichers, Matthias; address unavailable at time of printing

Bath, Rainer; address unavailable at time of printing

Addison, Sam; address unavailable at time of printing

Lange, Katharina; address unavailable at time of printing

Germany South (2)

Row 4 Table 42 Seats 5-6

Delegates

Flick, Christine Dagmar; Neuffenstr 37/1, Wendlingen 73240, Germany

*Jung, Markus; Hohfederstr. 35, Nuernberg 90489, Germany

Reserves

Postel, Gesine Von; address unavailable at time of printing

Reissing, Siegfried; address unavailable at time of printing

Brodbeck, Ulrike; address unavailable at time of printing

Klaiber, Christoph; address unavailable at time of printing

Vizthum, Michael; address unavailable at time of printing

Kapp, Matthias; address unavailable at time of printing

Great Plains (12)

Row 2 Table 23 Seats 1-6

Row 2 Table 24 Seats 1-6

Delegates

Fowler, Courtney Meria; 4835 Tabard Place, Annandale, VA 22003

Hamilton, Adam Joseph; 13720 Roe Blvd., Leawood, KS 66224

*Green, Oliver D.; 6117 S.W. 4th St., Topeka, KS 66615

Lippoldt, Amy E.; Basehor UMC, 18660 158th St., Basehor, KS 66012

Jordan, Shayla Allyssa RaeAnne; 1513 N. Mars, Wichita, KS 67212

Holland, Mark R.; 7940 Troup Ave., Kansas City, KS 66112

Brewster, Dixie K.; 1527 W. 140th Ave. N., Milton, KS 67106

Jefferson Bell, Cheryl; 13720 Roe Blvd., Leawood, KS 66224-3588

Maupin, Lisa L.; 8311 Karl Ridge #206, Lincoln, NE 68506

Anderson, Zachary Lee; 530 W. 9th St., Goodland, KS 67735

Gately, Wesley Neil; 9359 Walmer, Overland Park, KS 66212

Livingston, David Scott; 7740 Lackman, Lenexa, KS 66217

Reserves

Olsen, Keith Richard; PO Box 356, Grant, NE 69140

Dotson, Junius Boyd; 818 17th Ave. S., Apt. 1231, Nashville, TN 37203

Hodgkinson, Randall; PO Box 635, Topeka, KS 66601

Bousson, Hector Eduardo; 641 Sycamore Dr., Lincoln, NE 68510

Hay, Esther; 14410 Eastbourne St., Waverly, NE 68462

Ahlschwede, Stephanie M.; 1019 S. 33rd St., Omaha, NE 68105

Aderholt, Robert L.; 401 E. Elm St., Kenesaw, NE 68956

Stanton, Nathan David; 1902 Topaz, Wichita, KS 67212

Simmons, Sandy L.; 2412 Spring Garden St., Leavenworth, KS 66048

Barlow-Thompson, Ashley Prescott; 1121 S. Waco St., Wichita, KS 67213

Nord, Carl Oscar; 1449 Autumn Valley, Mulvane, KS 67110

Kim, Kibum; 3574 N. Lake Ridge Ct., Wichita, KS 67205

Greater New Jersey (8)

Row 12 **Table 134** **Seats 5-6**

Row 12 **Table 135** **Seats 1-6**

Delegates

Caterson, Evelyn S.; 904 Marlborough Avenue, Absecon, NJ 8201

**Lank, Thomas Albert*; 6358 Woodbine Avenue, Philadelphia, PA 19151

Amey, Bethany Lin; 79 Franklin Cir., Somerdale, NJ 08083

Vega-Perez, Eunice; 134 Winding Hill Drive, Hackettstown, NJ 07840

Colorado, Judy C.; 17 Mulberry Lane, Holmdel, NJ 07733

Kwak, Jisun; 75 McCarter Ave., Fair Haven, NJ 07704

Williams, Rosa M.; 34 Washington Pl., Teaneck, NJ 07666

Wright, Varlyna Donae; 8028 Hillside Climb Way, Snellville, GA 30039

Reserves

Quigg, Stephen Paul; 2045 Water Crest Ln., Columbus, OH 43209

Dyson, Drew Adair; 15 Fawn Run, Bloomsbury, NJ 08804

McCullough, June Dorothy; 2139 E. Chestnut Ave., #15, Vineland, NJ 08361

Pak, Grace Sinae; 18 Mountain View Rd., Phillipsburg, NJ 08865

Park, Jee Hei; 41 Conforti Ave., West Orange, NJ 07052-2824

Bennett, Tanya Linn; 38 Park Street 9 A, Florham Park, NJ 07932

Pogue, Creed Samuel; 169 Cumberland Ave., Estell Manor, NJ 08319

Hendrickson, Regina Allison; 725 Old Corlies Ave., Neptune, NJ 07753

Holston (12)

Row 2 **Table 14** **Seats 3-6**

Row 2 **Table 15** **Seats 1-6**

Row 2 **Table 16** **Seats 1-2**

Delegates

Holley, James Delray; 440 Bowers Park Circle, Knoxville, TN 37920

**Goddard, Kimberly Mustard*; 105 Asbury Lane, Wytheville, VA 24382

Ballard, Emily Elizabeth; 9109 Zesta Lane, Knoxville, TN 37924

Johnson, Sandra James; 150 Bogey Drive, Abingdon, VA 24211

Hall, Rebecca Jo; 9217 Magic Mountain Drive, Chattanooga, TN 37421

Wilson, Carol Elaine; PO Box 1336, Johnson City, TN 37605

Tate, John Robert; PO Box 6741, Maryville, TN 37803

Cantrell, Robert Wilson; 11020 Roane Drive, Knoxville, TN 37934

Lockaby, Robert Lee; 7514 Island Manor Drive, Harrison, TN 37341

Frye, William Randall; 100 East Church Circle, Kingsport, TN 37660

Wright, Karen Kallstrom; 114 Windsor Drive, Maryville, TN 37803

Flynn, Mark Roger; 160 Outer Drive, Oak Ridge, TN 37830

Reserves

Moore, Joyce E.; 272 Beaumont Lane, Bluff City, TN 37618
Seay, Paul Daniel; 552 Man O War Drive, Seymour, TN 37865

Eldridge, John Edward; 5402 Mill Ridge Drive, Knoxville, TN 37919

Humphreys, Dennie David; address unavailable at time of printing

McKee, Charlotte Berry; 8195 Lynette Court, Chattanooga, TN 37421

Fox, Harold Eddie; 2204 Waldens Creek Road, Sevierville, TN 37862

Kidd, Carolyn Long; 15437 Briarwood Lane, Abingdon, VA 24210

Russell, Jerald Wayne; 1228 Raulston Rd., Maryville, TN 37803

Travis, Anne St. Clair; 319 Sunny Springs Lane, Knoxville, TN 37922

Cranford, Lauri Jo; 3913 Lake Valley Ct., Kingsport, TN 37664

England, Sam A.; address unavailable at time of printing

Burkhart, Kristen Ann; 4571 West Andrew Johnson Hwy., Morristown, TN 37814

Hungary Provisional (2)

Row 2	Table 17	Seats 5-6
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Ambrusz, István; UJ Utca 8, Nyiregyhaza4400, Hungary

**Kovács, Zoltán Mihály*; Lehel utca 5, Miskolc3526, Hungary

Reserves

Schauermann, Henrik; address unavailable at time of printing

Vigh, Bence; address unavailable at time of printing

Illinois Great Rivers (10)

Row 1	Table 4	Seats 3-6
--------------	----------------	------------------

Row 1	Table 5	Seats 1-6
--------------	----------------	------------------

Delegates

Whitaker, Rhonda Joy; 1264 Hickory, Neoga, IL 62447

**Weatherall, Sylvester*; PO Box 3487, Springfield, IL 62078

Wolfe, Bunny D.; 14 Candi Ct., Chatham, IL 26269

Adams, Andrew Stephen; 407 Edwardsville Rd, Troy, IL 62294

Woods, Kimberly Dawn; PO Box 171, Industry, IL 61440

Isbell, Sara Lynn; 502 E. Front St., Bloomington, IL 61701

Schonert, Steven Lee; 125 Hawthorne, Olney, IL 62450

Phillips, Robert Joseph; PO Box 51, Elsah, IL 62028

Weber, Larry Earl; 115 Cardinal Drive, Bellerville, IL 62221

Ritter, Christopher M.; 320 North State St., Geneseo, IL 61254

Reserves

McCray, Marian B.; 842 Briarwood Drive, Bethalto, IL 62010

Robinson, Randall Lee; 1104 W. Voorhees St., Danville, IL 61832

Hermon, Anish; 16 Cloverhill Cir., Bloomington, IL 61705

Ross, Roger Scott; 3601 Amron Ct., Columbia, MO 65202

Sims, Carol Ann; 2316 Makemie, Springfield, IL 62704

Griffith, Janice Louise; PO Box 19207, Springfield, IL 62794-9207

Yockey, Carolyn L.; 508 Normal Ave., Normal, IL 61761

Booker-Jones, Rose Mary; 121 Behrens St., Ste. 2, O'Fallon, IL 62208

Wilson, Juliet LaVon; 4165 Hazelcrest Rd., Springfield, IL 62703

Fender, Elizabeth Anne; PO Box 19207, Springfield, IL 62794

Indiana (16)

Row 5	Table 49	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Row 5	Table 50	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Row 5	Table 51	Seats 1-4
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Best, Gregory Tyler; 204 N. Lexington Ave., SPO 170, Wilmore, KY 40390

**Reisman, Kimberly Dunnam*; World Methodist Evangelism, PO Box 8142, Lafayette, IN 47903

Curts, Allison Christine; 604 Wintergreen Drive, Yorktown, IN 47396

Alstott, Richard Anthony; 2100 Highway 150, Floyds Knobs, IN 47119

Fenstermacher, Edwin A.; 2435 Webster Street, Fort Wayne, IN 46807

Neckers, David K.; 11222 Pine Orchard Cove, Fort Wayne, IN 46845

Lomperis, John Scott Anders; 5409 S. Drexel Avenue #1,
Chicago, IL 60615

Schubert Nowling, Lisa Dianne; College Ave UMC, 1968 W.
Main St., Muncie, IN 47303

Land, Amy Louise; 417 S. Michigan Street, Plymouth, IN
46563

Abel, Russell L.; 6004 Reed Road, Fort Wayne, IN 46835

Zimmerman, Leanna Kay; 1046 A Bexley Run,
Greentown, IN 46143

Norwood, Mitchell H.; 700 E. Southway Blvd.,
Kokomo, IN 46902

Clark, Doris Faye; 7504 Normandy Blvd., Indianapolis, IN
46278

Cook, Beth Ann; 14 N County Road, 450 E.,
Logansport, IN 46947

Ottjes, James H.; 132 Dogwood Dr., Warren, IN 46792

Reynolds, Cynthia Jean; 301 Pennsylvania Pkwy., Suite 300,
Indianapolis, IN 46280

Reserves

Shettle, Daphne Manet; 3452 E. 1300 N., Alexandria, IN
46001

Howard, Jill Moffett; 2247 Woodcrest Rd., Indianapolis, IN
46181

Worthington, O. Douglas; 2827 Buckhurst Run, Fort Wayne,
IN 46815

Dominick, Michael Duane; PO Box 573, Dayton, IN 47941

Amerson, William Thomas; 1427 Silver Slate Drive, N.W.,
New Albany, IN 47150

Pimlott, Gregory Robert; 222 E. Main St., Boonville, IN
47601

Hancock, Christopher J.; 204 S. McCann, Kokomo, IN 46901

Fenstermacher, Mark Owen; 219 East 4th Street, Bloomington,
IN 47408

Low, Nancy L.; 2915 Wandering Way, Columbus, IN 47201

Cho, Daniel Seunghyun; 151 Macon St., McDonough, GA
30253

Hall, Ian; 301 Pennsylvania Pkwy., Suite 300, Indianapolis,
IA 46280

Padgett, Samuel Leon; 1014 Mozart St., Tell City, IN 47586

Tielking, Greg; 121 Presbyterian Avenue, Hanover, IN 47243

Land, Robert Alan; 417 S. Michigan Street, Plymouth, IN
46563

Singer, Kate; PO Box 1731, Elkhart, IN 46515

Cushman-Wood, Darren R.; 4324 N. Park, Indianapolis, IN
46205

Iowa (12)

Row 11 **Table 127** **Seats 1-6**

Row 11 **Table 128** **Seats 1-6**

Delegates

*Carver, Philip H.; 1434 Westview Drive, Coralville, IA
52241

Gallo Seagren, Lilian; 1010 E. Washington St. Ste. 101,
Mount Pleasant, IA 52641

Morrison, Norma; 2117 Americana Ave, Muscatine, IA 52761

Dawson, Katie Z.; 3412 S.W. 34th Street, Des Moines, IA
50321

Heeren, Rebecca Lea; 610 E. Ross St., Toledo, IA 52342

Milford, Brian Kent; 2222 Rosa L. Parks Blvd., PO Box
280988, Nashville, TN 37228-0988

Rothlisberger, John Charles; 5203 Sweet Basil Ln., Cedar
Falls, IA 50613

Tritle, Barrie Michael; First UMC, 214 E. Jefferson St., Iowa
City, IA 52245

Rubenking, Darcy Lynn; 605 10th St., Corning, IA 50841

Eberhart, Diane G. Wasson; 12321 Hickman Road, Urban-
dale, IA 50323

Scott, Vernon Craig; 1120 N. 12th Street, Chariton, IA 50049

Shinkle, Thomas Craig; Grand View UMC, 3342 John Wesley
Lane, Dubuque, IA 52002

Reserves

Borgen, Margaret Platt; 2504 Forest Drive, Des Moines, IA
50312

McRoberts, Sean Colin Donnelly; 2110 Hollywood Blvd.,
Iowa City, IA 52240

Drake, Lindsay Kay; 233 N.E. 49th St., Ankeny, IA

Morgan, Michael L.; 1298 7th Avenue, Marion, IA 52302

Tritle, Kae; 63 Ashford Place, Iowa City, IA 52245

Plambeck, Lanette Lorelle; 11 S. 1st Street, Broadway UMC,
Council Bluffs, IA 51503

Young, Marcia; 3902 Aurora St., Dubuque, IA 52002-0454

Carver, Thomas L.; 701 Senaca St., Ste. 2, Storm Lake, IA
50588

Hofmeyer, Richard James; PO Box 626, Fayette, IA 52142

Nims, Nathaniel Wesley; 930 Sunrise Blvd., Waterloo, IA
50701

Steel, Lisa; 4213 Clinton Ave., Des Moines, IA 50310

Oliver, Brian Keith; 400 Iowa Ave., Muscatine, IA 52761

Kasai (2)

Row 7	Table 77	Seats 3-4
--------------	-----------------	------------------

Delegate information unavailable at time of printing.

Kentucky (10)

Row 9	Table 103	Seats 1-6
--------------	------------------	------------------

Row 9	Table 104	Seats 1-4
--------------	------------------	------------------

Delegates

*Nicholls, Lewis Dunn; 1205 Main Street, Greenup, KY 41144

Arnold, William T.; 2401 Scenic Court, Lexington, KY 40514

Brown-Thompson, Janis N.; 8906 Gonewind Court, Jeffersonton, KY 40299

Grieb, Thomas B.; 12700 West U.S. Hwy. 42, Prospect, KY 40059

King, Linda U.; 9118 Coventry Lane, Louisville, KY 40219

Dunnam, Maxie D.; 4488 Poplar Ave., Memphis, TN 38117

Denham, John Rees; PO Box 337, Maysville, KY 41056

Alvarez-Alfonso, Iosmar; 318 S. Mill St., Lexington, KY 40508

Watts, Michael B.; 319 Browns Lane, Louisville, KY 40207

Hawxhurst, Jean G.; 344 Reed Lane, Simpsonville, KY 40067

Reserves

Brock, Josiah Wesley; 613 Edith Road, Louisville, KY 40206

Love, Julie Hager; 7400 Floyd'sburg Rd., Crestwood, KY 40014

Whalen, Paul Lewellin; 113 Ridgeway Avenue, Fort Thomas, KY 41075

Grout, David T.; 8585 Old Toll Road, Florence, KY 41042

Roach, William Timothy; 2603 Allen Street, Owensboro, KY 42303

Powers, Michael Thomas; 976 Firethorn Place, Lexington, KY 40515

Patterson, Cierra Grace; address unavailable at time of printing

Hatton, John Wesley; 202 Burkesville Street, Columbia, KY 42728

Watley Suntken, Mary Truitt; 32 Creech Hollow Road, Pineville, KY 40977-8429

Bryant, Paul Eric; 7400 Floyd'sburg Rd., Crestwood, KY 40014

Kivu Provisional (2)

Row 7	Table 77	Seats 3-4
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Omba, Ndjovu Thérèse; 42, Avenue des Cliniques, Kinshasa/GombeBP1900 Congo, The Democratic Republic of the

*Kombi, Ramazani Simon; address unavailable at time of printing

Reserves

Lumbadisha, Senga Jean Claude; address unavailable at time of printing

Milenge Basilwango, Jean Alexand; Flory Bwami BP165, ECC-Meru/SUD-Kivu, Cyangugu, Rwanda

Liberia (12)

Row 10	Table 113	Seats 1-6
---------------	------------------	------------------

Row 10	Table 114	Seats 1-6
---------------	------------------	------------------

Delegates

*Merab, Rudolph J.; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, Box 10-1010, Monrovia 10, Liberia

Weagba, George Klay; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, PO Box 1010 - 13th Street, Sinkor, Monrovia, Liberia

Harris, James A.; United Methodist Center, LAC/UMC, 13th Street/Box 1010, Sinkor, Liberia

Marshall, Christopher Ganneh; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, PO Box 1010, Monrovia, Liberia

Nah, Sarah Quire; The Conference United Methodist Women Office, c/o Box 10-1010; 12th Street Sinkor, 1000 Monrovia, Liberia

Kulah, Jerry Paye-Manfloe; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, 13th Street, Sinkor, PO Box 1010, Monrovia, Liberia

Sayeh, Frederick S.; Baker Tilly Liberia, King Plaza 2nd _4th Floor Broad Street, PO Box 10-0011, 1000, Monrovia 10, Liberia

Chukpue-Padmore, Isaac; Liberia Annual Conference United Methodist Church, Box 1010, Sinkor, Liberia

Wlemus, Pentee J.; The Liberia Annual Conference UMC, PO Box 1010 - 13th Street, Sinkor, Monrovia, Liberia

Wilson, Jr., George D.; Upper Caldwell, Monserrado County, Monrovia, Liberia

Porte, Frances Meyoo; Du Port Road Paynesville, Monrovia, Liberia

Kpaan, Anna S.; Liberia Annual Conference - United Methodist Church, PO Box 10-1010, Monrovia, Liberia

Reserves

Wolo, Mai Welleh; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, PO Box 1010, Monrovia, Liberia

Nelson, Julius Sarwolo; Liberia Annual Conference - United Methodist Church, PO Box 10-1010, Monrovia -10, Liberia

Sieh, Cletus Abednego; National Social Security and Welfare Corp, 15th Street, Sinkor, 1000 Monrovia Liberia

Labala, James Z.; address unavailable at time of printing

Mensah, Alfred Kwabena; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, PO Box 1010 - 13th Street, Sinkor, Monrovia, Liberia

Dioh, Anthony Gweh; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, PO Box 10-0011, 1000, Monrovia 10, Liberia

Hilton, Pauline Doe; Liberia Coordinating Mechanism Secretariat, Ministry of Health Building, Capitol Bypass, Monrovia, Liberia

Browne, Samuel Bayoegar; Liberia Annual Conference, The United Methodist Church, PO Box 1010 - 13th Street, Sinkor, Monrovia, Liberia

Louisiana (8)

Row 12	Table 136	Seats 1-6
Row 12	Table 137	Seats 1-2

Delegates

*Dove, Carolyn Ann; 102 Turner Lane, Many, LA 71449

Goff, Edward Andrew; 1110 Horridge Street, Vinton, LA 70668

Kreutziger, Sarah Sloan; 135 East Livingston Place, Metairie, LA 70005

Spencer, Juliet Padgham; 390 Will Road, Dubach, LA 71235

Aguila, Pedro P.; 234 Woodgate Blvd., Baton Rouge, LA 70808

Day, Ronald Pat; PO Box 1567, Shreveport, LA 71165

DeVile, Terrel Jones; 247 Coleman Loop, Homer, LA 71040

Johnson, Bernadine; 5323 Blair Lane, Unit D-1, Baton Rouge, LA 70809

Reserves

Hood, Stacy Elizabeth; 1641 Ridgewood Drive, N.E. Atlanta, GA 30307

Malone, Terry Lynn; 3900 Loop Road, Monroe, LA 71201

Weiss, Walter R.; PO Box 82916, Baton Rouge, LA 70884

Huertas, Juan Carlos; 9400 Ellerbe Rd., Shreveport, LA 71106

Pruett, Olivia Nicole; 204 Rochelle Ave., Monroe, LA 71201

Alston, Ellen Rhea; 404 S. Huntington Street, Sulphur, LA 70663

Fairly, Robert C.; 8337 Jefferson Hwy., Baton Rouge, LA 70809

Mitchell, James W.; 335 Asbury Drive, Mandeville, LA 70471

Lukoshi (14)

Row 5	Table 55	Seats 1-6
Row 5	Table 56	Seats 1-6
Row 5	Table 57	Seats 1-2

Delegates

Katut, Claude Mukund; Eglise Methodiste-Unie Au Nord, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

**Tshinevwa, Gregoire Mwasakachiza*; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Tshikunka, Patrick Mukanda; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Kongolo, Clement Chijika; UMC, PO Box 20237, Kitwe, Zambia

Kasongo, Peniel Mutombo Irund; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Longena, Charles Itunda; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Mundji, Emile Chikanda; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Maleka, Jean Claude Kayombo; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Museng, Esther Muvula; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Momo, Jean Tambulananga; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Kashala, Henri Kanyimbu; UMC, PO Box 20237, Kitwe, Zambia

Kawang, Rosalie Mwamb; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Musumb, Christine Kapend; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Sakanono, Oliver Izwela; address unavailable at time of printing

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing.

Malawi Provisional (2)

Row 3 Table 27 Seats 5-6

Delegate information unavailable at time of printing.

Memphis (4)

Row 3 Table 31 Seats 1-4

Delegates

*Reed, David Ralls; 281 Reed Farm Rd., Martin, TN 38237
Lowe-McCracken, Schuyler J.; Jackson First UMC, 200 S. Church St., Jackson, TN 38301
 Bell, Elyse Jeanette; 235 Henderson Dr., Paris, TN 38242
Bromley, Edward Royal; Jackson First UMC, 200 S. Church St., Jackson, TN 38301

Reserves

Burnett, Sandra; 145 Pershing Way, Paducah, KY 42001
Eason-Williams, Autura; 4725 Riverdale Road, Memphis, TN 38141
 Dillard, Isabelle Claire; 3055 Laurencekirk Road, Memphis, TN 38128
Jeffords, Jonathan Lee; 1207 Peabody Avenue, Memphis, TN 38104

Middle Philippines (2)

Row 2 Table 19 Seats 3-4

Delegates

Dizon, Rio Anne Balbin; 834 Espino Subdivision, Magsaysay Norte, Cabanatuan City 3100, Philippines
 **Cunanan, Apolinario Vidal*; The United Methodist Church, Brgy. Caimito, Palayan City 3132, Philippines

Reserves

Dela Cruz, Febe Rinonos; address unavailable at time of printing
Dulay, Benedicto Manzano; 137 Magsaysay Street, Brgy. Caimito, Palayan City, Philippines
 Vidad, Mary Grace Azurin; address unavailable at time of printing
Pascua, Gilbert Deus; address unavailable at time of printing
 Vicencio, Crizaldo Bugarin; address unavailable at time of printing
Santiago, Noel Balajadia; address unavailable at time of printing

Mindanao Philippines (2)

Row 1 Table 1 Seats 5-6

Delegates

*Caducoy, Elizabeth Lugares; address unavailable at time of printing
Exiomo, Edwin Rey De Vera; Spottswood Methodist Mission Center, Quezon Boulevard, Kidapawan City, Philippines

Reserves

Subillaga, Joyce Manuel; address unavailable at time of printing
Linang, Tito Elarde; address unavailable at time of printing
 Intendencia, Nimfa Pastores; address unavailable at time of printing
Gaspar, Dionie Galvadores; address unavailable at time of printing
 Agustin, Imelda Medrano; address unavailable at time of printing
Mella, Connie Semy Painaga; U.T.S. Palapala, Dasmarinas, 414 Cavite, 0 Philippines

Minnesota (4)

Row 9 Table 106 Seats 3-6

Delegates

Christensen, Faye Blanch; 15664 Birchwood Lane, Brainerd, MN 56401
 **Zabel, Judith Kreager*; 511 Groveland Avenue, Minneapolis, MN 55403
 Nuckols, David Branch; 3918 Haven Road, Minnetonka, MN 55345
Im, Woojae; 9351 Lancaster Lane N., Maple Grove, MN 55369

Reserves

Hobson, Leslie Jeanne; 20033 Cty. Rd. 1, Park Rapids, MN 56470
Zaagsma, Carol Ann; 8000 Portland Ave. S., Bloomington, MN 55420
 Brault, Walker Arthur; Hamline University - Box 0192, 1536 Hewitt Avenue, St. Paul, MN 55104
Ozanne, Jeffrey Steven; 1818 S.W. 9th St., Willmar, MN 56201

Mississippi (12)

Row 3 Table 29 Seats 1-6
Row 3 Table 30 Seats 1-6

Delegates

*Crisler, Timothy Earl; 2 Pintail Cove, Raymond, MS 39154
Gipson, Mattie Dickens; 192 County Road 217, Oxford, MS 38655
 Arant, Andy Turner; 414 Blaine Rd., Sunflower, MS 38778
Sparks, Stephen Lawrence; PO Box 86, Indianola, MS 38751
 LaSalle, Opal Ann; 6812 Dickens Way Dr., Ocean Springs, MS 39564
Britton, Fred Shell; PO Box 854, Tupelo, MS 38802
 Harrington, Mary Anne; 301 County Road 168, Houston, MS 38851
Beasley, Zachary Carl; 175 Highland Place, Brandon, MS 39047
 Beckley, David L.; 150 Rust Ave., Holly Springs, MS 38635
Hedgpeeth, Mitchell B.; 209 Mary Ann, Brandon, MS 39042
 Sledge, Lauren Frances; 206 N. Nash Street, Strakville, MS 39759
Rambo, Robert Elliott; 6000 Old Canton Road, Jaskson, MS 39211

Reserves

Stotts, James David; PO Box 1541, Madison, MS 39130
Burris, Leanne Michelle; address unavailable at time of printing
 Gabbert, Elmo Pierce; address unavailable at time of printing
Genesse, James Peter; address unavailable at time of printing
 Walters, Connie B.; address unavailable at time of printing
Prather, Timothy Thomas; address unavailable at time of printing
 Barksdale, Kay Barret; address unavailable at time of printing
Shelton, Connie Mitchell; address unavailable at time of printing
 Scott, William D.; address unavailable at time of printing
May, Joe Willie; 120 Kristen Court, Jackson, MS 39211
 McAlilly, Stephen Long; PO Box 1567, Tupelo, MS 38802-1567
Male, Barry Lee; address unavailable at time of printing

Missouri (12)

Row 10 Table 115 Seats 1-6
Row 10 Table 116 Seats 1-6

Delegates

*Hammons, Brian Kent; PO Box 140, Stockton, MO 65785
Collier, Theodore Cody; 18312 E. 50 Terr. Ct. S., Independence, MO 64055
 Fagan, Larry Ray; 8611 N. Utica Ct., Kansas City, MO 64153
Dyke, Lynn Ann; 560 N. Stewart Suite B, Springfield, MO 65802
 Briggs, Margie Marie; 1218 Remington Circle, Clinton, MO 64735-2881
Cleaver, Emanuel; 5540 Wayne, Kansas City, MO 64110
 Biggerstaff, Randy Lee; 142 Lake Tucci Circle, Wright City, MO 63390
Miofsky, Matthew Thomas; 2001 S. Hanley, Suite 450, St. Louis, MO 63144
 Wondel, Jill Alison; 807 Sikes Avenue, Sikeston, MO 63801
Hayden, Karen Koons; 3601 Amron Court, Columbia, MO 65202
 James, Ivan Cecil; 414 Royal Village Dr., Manchester, MO 63011
Bryan, Robert Andrew; 515 E. McArthur Drive, Springfield, MO 65810

Reserves

Richards, Yvette Kim; address unavailable at time of printing
Breon, Stephan Robert; 5005 N.W. 58th St., Kansas City, MO 64151
 Meister, Shannon Nicole; 54873 State Hwy. T, Edina, MO 63537
Nicholson, Trista Soendker; 204 S. 9th St., Columbia, MO 65201
 Willard, Wendell Kennamer; 7305 Nelsons Mill Drive, O'Fallon, MO 63368
Downing, James R.; address unavailable at time of printing
 Sinn, Meagan Marie; 5940 Highfield Rd., St. Louis, MO 63109
Vickers, Jeremy Todd; 24107 Poindexter Rd., Lee's Summit, MO 64086
 Williams, Andrew Joseph Ponder; 3395 Michelson Dr., #2272, Irvine, CA 92612
Goodwin-Rosario, Charity LaWanda; 204 S. 9th St., Columbia, MO 65201

Kotan, Kay Lene; 16411 E 36th St. S., Independence, MO 64055

Watts, Ronald Lester; 3102 Lexington Avenue, Cape Girardeau, MO 63701

Mozambique North (2)

Row 10 Table 101 Seats 1-2

Delegates

Feliciano, Amone Felimone; Beira address unavailable at time of printing

*Nhamajeho, Júlia Lampião; address unavailable at time of printing

Reserves

Guambe, Titos; address unavailable at time of printing

Sinai, Manuel Joao; Muxungue, Beira, Mozambique

Vilanculos, Tiago Cipriano; address unavailable at time of printing

Jenhuro, Jacob; UMC-1991, Beira, Mozambique

Mozambique South (6)

Row 10 Table 100 Seats 1-6

Delegates

Gume, José Jamisse; P.O Box 41, Maxixe-Chicucue, Mozambique

*Langa Bacela, Hortência Américo; address unavailable at time of printing

Mufume, Clara Zacarias; address unavailable at time of printing

Vilanculos, Julio André; PO Box 135, Maxixe, Mozambique

Vilanculo, Horácio Zedequias; address unavailable at time of printing

Maganda, Laura Uetimane; Av. 24 de Julho, Maputo4200, Mozambique

Reserves

Huhlo, Adolfo; address unavailable at time of printing

Dabo, Carla Regina; address unavailable at time of printing

Maibasse, Almina; address unavailable at time of printing

Chivale, Benjamin; address unavailable at time of printing

New England (6)

Row 12 Table 139 Seats 1-6

Delegates

*Marden, Bonnie I.; 36 Ansie Rd., Chelmsford, MA 01824

Chang, We Hyun; 71 Freemont Street, Lexington, MA 02421

Oduor, Ralph R.; 53 Pillings Pond Rd., PO Box 171, Lawrence, MA 01940-0171

Campbell, William Martin; 439 Paris Hill Rd., South Paris, ME 04281

Wilbur, Lorene Betty; 13 Bliss Road, Tinmouth, VT 05773

Goodrich, Leigh Elizabeth; 505 Sheridan Rd., Evanston, IL 60202

Reserves

Dry, Steven Michael; 10 Steeves Circle #2, Somerville, MA 02144

Perez Avalos, Rene Antonio; 55 Birchwood Dr., Holden, MA 01520

Harrell, Oscar W. II; 15 Bent Brook Rd., Sudbury, MA 01776

Abbott, David Jon; 3032 Bodwell Rd., Manchester, NH 03109

Wright, Christine Elizabeth; 42 Church Street, Hudson, MA 01749

Girrell, Rebecca J.; 17 School St., Lebanon, NY 03766

New Mexico (2)

Row 1 Table 6 Seats 1-2

Delegates

Strebeck, Sidney G.; PO Box 1676, Clovis, NM 88102

*Rivera, Eduardo; 6401 Belton Rd., El Paso, TX 79912

Reserves

Brumbaugh, Susan M.; 7619 Calhoun Dr. N.E., Albuquerque, NM 87109

Sharp, Scott Alan; 11816 Lomas Blvd. N.E., Albuquerque, NM 87112

New York (8)

Row 8 Table 93 Seats 5-6

Row 8 Table 94 Seats 1-6

Delegates

Brewington, Frederick K.; Law Offices of Frederick K. Brewington, 556 Peninsula Boulevard, Hempstead, NY 11550

Riss, Timothy J.; 71 Van Dale Road, Woodstock, NY 12498
Douglas-Boykin, Gail; 3701 Avenue I, Brooklyn, NY 11210-4331
Chin, Noel Newton; 312 Hussey Road, Mount Vernon, NY 10552
 **Lockward, Jorge Alfonso*; 2160 Bronx Park East #6J, Bronx, NY 10422
Hansen, Kristina D.; 47 Commodore Place, Milford, CT 06460
Benz, Dorothee Elisabeth; 60 Park Terrace West, Apt. A42, New York, NY 10034
DeSilva-Souto, Alexandre; 68 Danbury Road, New Milford, CT 06776

Reserves

French Goffe, Tiffany Marie; address unavailable at time of printing
Flippin, Vicki I.; First & Summerfield UMC, 425 College St., New Haven, CT 06511
Craig, Jessica Ann; 2 Bayview Terrace, Newburgh, NY 12550
Beckford, Sheila M.; 150 Prospect Street, Wethersfield, CT 06109
Littlejohn, Roena Annette; address unavailable at time of printing
Vink, Martha E.; 30 Gleneida Ave, Carmel, NY 10512
Prudente, Karen Garcia; 280 First Avenue, #3B, New York, NY 10009-1835
Kim, Sungchan; 5 Post Avenue, East Williston, NY 11596

North Alabama (8)

Row 7	Table 80	Seats 3-6
Row 7	Table 81	Seats 1-4

Delegates

**Lyles, Steve*; 81 Willow Rise, Alexander City, AL 35010
Scott, Robin Bradley; 97 Rena Drive, Springville, AL 35146
Selman, Scott Young; 3465 Birchwood Lane, Birmingham, AL 35243
Cohen, Dale Robin; 415 N. Seminary Street, Florence, AL 35630
Riddle, William Zachary; 128 Peachtree Rd, Mountain Brook, AL 35213-2931
Henley, Mary Bendall; 709 Helena Station Drive, Helena, AL 35080
Toney, Carol Y.; 269 6th Street, Madison, AL 35756
Kufarimai, Tiwirai; 134 9th Street, Madison, AL 35756

Reserves

Carlton, Charles B.; 400 Miller Circle, Indiana Springs, AL 35124
Conner, Glenn Davis; 120 Greene Street, Huntsville, AL 35801
Meadows, John Patton; 5455 Eastern Valley Road, McCalla, AL 35111
Sparkman, Robert H.; 415 North Seminary Street, Florence, AL 35630
Chastain, Emily Nelms; 898 Arkadelphia Road, Birmingham, AL 35204
Parris, Mark Daryl; 117 College Avenue, Boaz, AL 35957
Poole, Judith Kay; 730 8th Ave W., Suite 102, Birmingham, AL 35204
Holly, Julie Blackwelder; 900 Arkadelphia Road, BSC 549017, Birmingham, AL 35254

North Carolina (16)

Row 4	Table 43	Seats 1-6
Row 4	Table 44	Seats 1-6
Row 4	Table 45	Seats 1-4

Delegates

Locklear, Gary W.; 667 Locklear Road, Pembroke, NC 28372
 **Southern, H. Gray*; 100 South Hughes St., Apex, NC 27502
Innes, Emily D.; 8324 Wycombe Ride Way, Wake Forest, NC 27587
Hood, Elizabeth Hackney; 1401 S. College Rd., Wilmington, NC 28403
McMillan, Samuel (Duncan) D.; 3301 Kentyre Dr., Fayetteville, NC 28303
Russell, Timothy John; 700 Waterfield Ridge Pl., Garner, NC 27529
Dodson, Christine; 700 Waterfield Ridge Place, Garner, NC 27529-3365
Yebuah, Lisa Naa-Shormey; 228 W. Edenton St., Raleigh, NC 27610
Parker, Mack B.; 2204 Laurel Valley Way, Raleigh, NC 27604
Bergland, Robert E.; PO Box 1423, Wilson, NC 27894-1423
Taylor, Steve; 410 W. 18th St., Lumberton, NC 28358
Archer, Patricia H.; 3788 Shipyard Blvd., Wilmington, NC 28403
Brinkley, Eston C.; 5730 Market Street, Wilmington, NC 28405
Reaves, Timothy Lloyd; 241 Stonewall Jackson Dr., Wilmington, NC 28412

Smith, LaNella D.; PO Box 15501, Durham, NC 27704
Ledford, Laura Fine; 700 Waterfield Ridge Pl., Garner, NC 27529

Reserves

Beasley, Jacob Michael; 506 S. 10th St., Erwin, NC 28339
Colon-Emeric, Edgardo A.; 1120 Orange Factory Road, Bahama, NC 27503

Beasley, Mary Ellen; 506 S. 10th St., Erwin, NC 28339
Lowry, Herbert; 302 W. 32nd Street, Lumberton, NC 28358
 Walden, Thomas L.; 1504 Highway 96 East, Youngsville, NC 27596

Williams, David Bennett; 4801 Six Forks Road, Raleigh, NC 27609

Morrison, Richard Gielen; 1000 Bay Head Circle, Wilmington, NC 28405

Blount, Jacob Taylor; 110 Forest Dr., Clinton, OH 28328
Stanley, Bruce E.; 1041 Washington St., Raleigh, NC 27605
 Shuffler, Jacquelyn Waston; 131 McMillan Ave., Wallace, NC 28466

Wise, Gilliam P.; 412 Captains Cove, Unit F, Edenton, NC 27932

Berg, Johanna Grace; address unavailable at time of printing
Coffman, Laurie Hays; 906 Leon Street, Durham, NC 27704
 Davis, Ann Rackley; 3806 Blarney Street, Greenville, NC 27834

Roberts, Elizabeth R.; 117 Brooks Avenue, Raleigh, NC 27617

Cox-Woodlief, Claire Maria; 4141 Summer Ridge Ct., Apex, MA 27539

Osteen, E. Powell; 900 Arendell Street, Morehead City, NC 28557

North Central Philippines (2)

Row 4	Table 46	Seats 1-2
--------------	-----------------	------------------

Delegates

*Cantor, Emma Alamin; 21 Constellation, Bel Air 1200, Philippines
Cayaba, Pablo Talal; Osmena, City of Ilagan, Isabela 3300, Philippines

Reserves

Pascasio, Hedelyn Africano; address unavailable at time of printing

Lamirte, Dalton Palalay; address unavailable at time of printing

Inis, Cristina Tridanio; address unavailable at time of printing
Inere, Oscar Cambia; address unavailable at time of printing
 Acosta, Charles Gambalan; address unavailable at time of printing

Eusebio, Estrelita Miranda; address unavailable at time of printing

North Georgia (21)

Row 13	Table 45	Seats 1-6
Row 13	Table 46	Seats 1-6
Row 13	Table 47	Seats 1-6
Row 13	Table 48	Seats 1-4

Delegates

*Pinson, Mathew; 29 Downshire Circle, Decatur, GA 30033
Schroeder, Philip Daniel; 1700 Century Circle N.E., Grayson, GA 30345

Finley, Margaret Jane; 416 Black Mountain Rd., Toccoa, GA 30577

Brooks, Jane Newman; 1700 Century Circle N.E., Atlanta, GA 30345

Cox, Keith M.; 165 Willow Brook Drive, Roswell, GA 30076-3933

Rogers, Patricia Alice; PO Box 1781, Clayton, GA 30525
Cantrell, James Carlton; 1053 Cromwell Point, Snellville, GA 30078

Stikes, William Henry; 503 South 6th Street, Griffin, GA 30224

Wood, Steven Doyle; 9820 Nesbit Ferry Rd., Johns Creek, GA 30022

Brown, Randy; PO Box 125, Griffin, GA 30224

Winn, Richard Don; PO Box 13, 430 West Poplar Street, Griffin, GA 30224

Postell, Andrew Lathem; 39 Aspen Ln., Cartersville, GA 30120

Savage, Charles Walter; 115 Brickleberry Drive, Roswell, GA 30075

Fullerton, Rachel; 2400 Parkland Dr., N.E. #359, Atlanta, GA 30324

Tomlinson, Kyle Edward; 5234 Pikes Peak Court, Marietta, GA 30062

Kilpatrick, Joe; 1346 Drayton Woods Drive, Tucker, GA 30084

Andone, Herzen De Vega; 4474 Towne Lake Parkway, Hillside UMC, Woodstock, GA 30189

Murphy, Tonya; 4224 Cascade Rd., Atlanta, GA 30331

Thomas, Byron Eric; 549 Harbor Lake Court, Marietta, GA 30066

Fuller, Gary; 2116 Stephens Walk, Dunwoody, GA 30338

Colmenares, Nora Elizabeth; 458 Ponce de Leon Ave. N.E., Atlanta, GA 30308

Reserves

Russell, Jasper; 3577 Woods Dr., Decatur, GA 30032

Young-Ross, Bridgette Denise; 2612 Porchside Pl. S.E., Atlanta, GA 30316

Jourolmon, Leon; 222 Stonecrest Court, Athens, GA 30605

Rushing, Dalton Troy; 692 N. Superior Ave., Decatur, GA 30033

Cook, B. Thomas (Tom); 1820 Peachtree N.W., Unit 1202, Atlanta, GA 30309

Walters, David Cochran; 1897 Hwy. 211, Hoschton, GA 30548

Highsmith, Lee; 938 Memorial Dr., Gainesville, GA 30501

Kirkland, Bernice Williams; 1049 Regal Hills Lane, Mableton, GA 30126

Martin, Jr., William Gary; 2853 Ashton Hill Drive, 2853 Ashton Hill Drive, GA 30019

Brown, Olujimi Wesley; Impact Church, 2323 Sylvan Rd., East Point, GA 30344

Corrie, Elizabeth Warden; 417 Burlington Rd., NE, Atlanta, GA 30307

Cruz, Rodrigo; 4205 Cedar Creek Trl. S.W., Lilburn, GA 30047

Raymond, Sue; 3291 Garmon Dr, Loganville, GA 30052

LaRocca-Pitts, Elizabeth Camak; 2138 Palifox Dr. N.E., Atlanta, GA 30307

Sligar, Janet; 3531 Morning Creek Ct., Suwanee, GA 30024

Cash, Michael Lee; 1330 Monte Sano Ave., Augusta, GA 30904-4699

Spencer, Dianne A.; PO Box 371234, Decatur, GA 30037-1234

Quintanilla, Juan A.; 207 Carrington Way, Canton, GA 30115

Culpepper, Linda; 457 East Tripple St., PO Box 147, Harlem, GA 30814

Allen Grady, Howard Davidson; 3247 Embry Hills Drive, Atlanta, GA 30341

Berrios, Lily del Carmen; 681 Upton Road N.W., Atlanta, GA 30318

Matthews, Leon Edward; address unavailable at time of printing

North Katanga (48)

Row 6 **Table 61** **Seats 1-6**

Row 6 **Table 62** **Seats 1-6**

Row 6 **Table 63** **Seats 1-6**

Row 6 **Table 64** **Seats 1-6**

Row 6 **Table 65** **Seats 1-6**

Row 6 **Table 66** **Seats 1-6**

Row 7 **Table 73** **Seats 1-6**

Row 7 **Table 74** **Seats 1-6**

Delegates

Delegate information unavailable at time of printing.

North Texas (10)

Row 13 **Table 151** **Seats 1-6**

Row 13 **Table 152** **Seats 1-4**

Delegates

*Crouch, Timothy Charles; 3800 Lariat Rd., Denton, TX 76207

Oliphint, J. Clayton; 503 N. Central Expressway, Richardson, TX 75080-5080

Parks, Linda Moore; 4724 Tortuga Tr., Wichita Falls, TX 76309

Jackson-Sears, Jill Ann; PO Box 551389, Dallas, TX 75355

Carpenter, Kelly Jo; 500 Maplelawn Drive, Plano, TX 75075

Henderson, Ronald D.; 1333 W. McDermott Dr., Suite 180, Allen, TX 75013

Hearne, Richard Bailey; 5130 Vickery Blvd., Dallas, TX 75206

Underwood, Donald Wallace; 3101 Coit Rd., Plano, TX 75075

Toler-Debus, Gretchen Faye; 10455 N. Central Expressway, Suite 109-335, Dallas, TX 75231

Ross, Owen K.; 125 Woodland Drive, Irving, TX 75060

Reserves

Soliz, Daniel; address unavailable at time of printing

Stobaugh, Joseph Phillip; 3521 Main St., Frisco, TX 75034

Vonner, Sally L.; 612 W. 144th St., #F6, New York, NY 10031

Greenwood, Lisa G.; 6215 Sandydale Dr., Dallas, TX 75248

Lessner, Henry Joseph; 5146 Pond View Lane, Fairview, TX 75069

Lee, Ouida Fae; 220 S. Cockrell Hill Rd., DeSoto, TX 75115
Clark, Timothy Wesley; 9934 Webb Chapel Rd., Dallas, TX 75220

Morrison, Timothy; 6601 Custer Road, Plano, TX 75023

Totten, Herman L.; 2100 Pembroke Place, Denton, TX 76205

Stoker, Andrew C.; 1928 Ross Ave., Dallas, TX 75201

Northeast Luzon Philippines (2)

Row 4 Table 46 Seats 3-4

Delegates

**Mendita, Julius Fontanilla*; Sto. Domingo, Alicia, Philippines

Valdez, Ferdinand Joaquin; Purok Albano, Quezon, San Isidro3310, Philippines

Reserves

Viernes, Gloria Lagoc; NPC Compound, General Aguinaldo, Ramon3319, Philippines

Bacate, Ruben; address unavailable at time of printing

Remingo, Zenaida Egipto; address unavailable at time of printing

Fabros, Olivia Pico; UMC, Ramon, Philippines

Asuncion, Jackeline M.; Purok Albano, Quezon, San Isidro3310, Philippines

Butac, Edwin B.; address unavailable at time of printing

Northeast Philippines (2)

Row 4 Table 46 Seats 5-6

Delegates

Salatan, Gideon Camange; #09 Sta. Maria St., Magsaysay, Cordon3312, Philippines

**Razon, Jonathan Pimentel*; Purok 7, San Andres, Santiago City3700, Philippines

Reserves

Caluya, Hector Santos; Dipintin, Maddela, Quirino, Philippines

Balagan, Lilibeth Asis; address unavailable at time of printing

Andres, Talgued Rosette; address unavailable at time of printing

Maddela, Kevin John Adalem; address unavailable at time of printing

Copliting, Eduardo Balagulan; address unavailable at time of printing

Northern Illinois (6)

Row 3 Table 35 Seats 1-6

Delegates

Chafin, Lonnie Arthur; 77 W. Washington, Ste. 1820, Chicago, IL 60602-3181

Lyall, Alka; 3344 N. Broadway St., Chicago, IL 60657

Clark, Irma; 10633 S. Peoria St., Chicago, IL 60643

Gross, Gregory Dean; 6033 N. Sheridan Rd., Unit 42G, Chicago, IL 60660

**Gatz, Elisa Jean McGee*; 1202 E. 20th Street, Sterling, IL 61081

Pierson, Christopher L.; 109 N. Oltendorf Road, Streamwood, IL 60107

Reserves

Ryder, John E.; 629 Barnsdale Road, LaGrange Park, IL 60526

Hill, Carol Louise; 111 N. 4th St., West Dundee, IL 60118

Smith, Rita Lafay; 1444 N. Leamington Avenue, Chicago, IL 60651

Reyes, Luis F.; PO Box 66077, Chicago, IL 60666

Pendergrass, Nancy Jean; 1719 W. Touhy Ave., Chicago, IL 60626

Lagos-Fonseca, David Onan; 28 South Plum Grove Road, Schaumburg, IL 60193

Northern Nigeria (4)

Row 4 Table 40 Seats 1-4

Delegates

Adamu, Doris Jenis; address unavailable at time of printing

**Gonyi, Wilson Gana*; PO Box 12, Billiri via, Shongom, Nigeria

Lawan, Jacob Apari; UMCN Samson Gwaladdi, Filiya District, Nigeria

Dunah, Isa Audu; The United Methodist Church in Nigeria, PO Box 155, Jalingo, Nigeria

Reserves

Iliyasu, Matis; UMCN, PO Box 12, Billiri, Nigeria

Danburam, Danladi; UMCN Sec., PO Box 12, Billiri, Nigeria

Williams, Edna; UMCN Kano, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
Daniel, Mathew Dangombe; UMCN, PO Box 12, Billiri, Nigeria

Northern Philippines (2)

Row 4 Table 47 Seats 1-2

Delegates

Malana, Salvador III Cacatian; Unit K, No. 16 Jose Abad Santos Street, Heroes Hill Subdivision, Sta. Cruz 1104, Philippines

**Pico, Rodel Pastores*; The United Methodist Church, Centro 1, Sanchez Mira 3518, Philippines

Reserves

Ilac, Victor Ilustrado; Balingit, Pamplona 3522, Cagayan, Philippines

Santiago, Rebecca Jurado; address unavailable at time of printing

Factora, Corazon Tolentino; address unavailable at time of printing

Aguinaldo, Max Zuñiga; address unavailable at time of printing

Crismo, Phebe Gamata; address unavailable at time of printing

Biteng, Excelsis Ato; address unavailable at time of printing

North-West Katanga (10)

Row 5 Table 57 Seats 3-6

Row 5 Table 58 Seats 1-6

Delegates

*Chikomb, Rukang; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Mukaz, Dieudonne Rufum Waranakong; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Kanzal, Lutgarde Chiteng Mutombu; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Chikut, Andre Mwayimb A. Karumb; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Nawej, Simon Rubemb; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Kasong, Isidore Mwindamb; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Kapend, Daniel Mbaz Kapwapu; UMC, PO Box 22037, Kitwe, Zambia

Muteb, Henri Nawej; address unavailable at time of printing
 Nguz, Maguy Aimee Karumbu; address unavailable at time of printing

Musombu, Elie Ntambu; address unavailable at time of printing

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing.

Northwest Mindanao Philippines (2)

Row 1 Table 2 Seats 1-2

Delegates

*Carlos, Eduard Vicente; Busco, Butong, Quezon, Philippines

Bongolan, Ruby Taoagen; The United Methodist Church, #1 Jose Mortola Street, Cagayan De Oro City, Philippines

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing.

Northwest Philippines (2)

Row 4 Table 47 Seats 3-4

Delegates

*Galindo, Ofelia Lualhati Gironella; Poblacion Norte, Salcedo, Philippines

Ortiz, Joselito Javien; The United Methodist Church, Roxas St. Guiset Norte, San Manuel, Philippines

Reserves

Manuel, Rolando; address unavailable at time of printing

Santong, Edgar Segundo; address unavailable at time of printing

Blanco, Lovelyn Cabansag; address unavailable at time of printing

Bengbeng, Joel Quidangen; address unavailable at time of printing

Andam, Benigno; address unavailable at time of printing

Damilig, Vicky Baybay; address unavailable at time of printing

Northwest Russia Provisional (2)

Row 6 Table 70 Seats 1-2

Delegates

Yugay, Marina; Litovskiy val Street, home 87 A. flat 93, Kaliningrad City, Russian Federation

**Kim, Khen Su*; Khamovnichesky val 24, Stroenie 2, Moscow 119048, Russian Federation

Reserves

Li, Tatiana; 34/14 Fedoseyenko Street, St-Petersburg 19519-5197, Russian Federation

Margulis, Irina; Khamovnicheskiy val 24 stroeniye 2, Moscow 119048, Russian Federation

Northwest Texas (4)

Row 1 Table 16 Seats 1-4

Delegates

Enns, Ron; 208 Mockingbird Lane, Dalhart, TX 79022

**Cosby, James Stanley*; Saint Stephen UMC, 4600 S. Western St., Amarillo, TX 79109-6025

Williams, Leia Danielle; Texas Methodist Foundation, 11709 Boulder Lane, Suite 100, Austin, TX 78726

Jones, Richard Anthony; Wolfforth UMC, 102 Donald Preston Dr., Wolfforth, TX 79382

Reserves

Fisher, Jeffery Miles; 4706 101st St., Lubbock, TX 79424

Feltz, Amy Wilson; 2017 South 18th, Abilene, TX 79602

Stutes, Randy Don; 909 El Paso St., Plainview, TX 79072

Edwards, Richard Wayne; 10800 Elmhurst Ln., Fort Worth, TX 76244

Norway (2)

Row 6 Table 72 Seats 3-4

Delegates

Westad, Audun; Gamlelinja 41 C, Oslo 1254, Norway

**Grinna, Frøydis*; Kløverveien 13, N-1636 Gamle, Fredrikstad Norway

Reserves

Lovland, Jon; address unavailable at time of printing

Sanden-Bjonnes, Hilde; address unavailable at time of printing

Holm, Maia Blomhoff; address unavailable at time of printing
Bradley, Per; address unavailable at time of printing

Hoggen, Ingerid Marie; address unavailable at time of printing

Movafagh, Hilde Marie; address unavailable at time of printing

Oklahoma (14)

Row 9 Table 97 Seats 1-6
Row 9 Table 98 Seats 1-6
Row 9 Table 99 Seats 1-2

Delegates

Kim, Donald Hyungtoon; 2815 S.W. 119th Street, Oklahoma City, OK 73170

**Harker, Linda M.*; McFarlin Memorial UMC, PO Box 6390, Norman, OK 73070

Junk, William Anthony; 4201 N. Classen Blvd., Oklahoma City, OK 73118

Harris, Joseph; 1501 N.W. 24th St., Oklahoma City, OK 73106-3635

Beard, John Herschel; PO Box 50, Madill, OK 73466

Long, Robert E.; St. Luke's UMC, 222 N.W. 15th St., Oklahoma City, OK 73103

Stewart, Charles Roy; address unavailable at time of printing
Moffatt Seay, Jessica Farish; 501 W. Main, Ardmore, OK 73401

Wilson, Janey Louise; 1013 N. Highland St., Unit A, Ada, OK 74820

Powers, Samuel Tyler; PO Box 390, Edmond, OK 73034

Nicklas, Cara Sue; 10037 Forest Glade Drive, Oklahoma City, OK 73151

Harrison, Tom; 6767 South Mingo, Tulsa, OK 74133

Shahan, Alyson Elizabeth; 809 Tony Ave., Perkins, OK 74059

Bakeman, T. Brian; 1501 N.W. 24th Street, Oklahoma City, OK 73106-3635

Reserves

Nichols, Sarah Malloy; 1722 N.W. 20th St., Oklahoma City, OK 73106

Tiger, Aaron C.; 3717 E. Woodbury St., Broken Arrow, OK 74014

Junk, Thomas Michael; 2021 South Lewis, Suite 625, Tulsa, OK 74104

Paschal, R. Wade; 11115 So. Boulder, Tulsa, OK 74119

Perry, Barbara Jean; 4319 St. Patrick Drive, Oklahoma City, OK 73120

Judkins, Matthew Blake; 1501 S. 13th Street, McAlester, OK 74501

Fulton, Kenton Wade; 604 Timberdale Drive, Edmond, OK 73034

Jaynes, Jeff; 2939 S. Cincinnati Ave., Tulsa, OK 74114

Hull, Cindy; 8517 County Road 380, Waynoka, OK 73860

Bennett, Donald A.; 2727 S.W. 119th, Oklahoma City, OK 76170

Tobey, Briana Nicole; 1700 N. Robinson Ave., Apt. 103, Oklahoma City, OK 73103

Steele, Valerie; St. Paul's UMC, PO Box 368, Okemah, OK 74859

Mitchell, Earl; 3 Summit Circle, Stillwater, OK 74075

Wang, Fuxia; 428 W. Lindsey St., Norman, OK 73069

Oklahoma Indian Missionary (2)

Row 9 Table 99 Seats 3-4

Delegates

Deere, Josephine; 1029 West Imhoff Rd., Norman, OK 73072

*Wilson, David Mark; 3020 S. Harvey, Oklahoma City, OK 73109

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing.

Oregon-Idaho (2)

Row 3 Table 36 Seats 3-4

Delegates

*Nelson, Janice E.; 1845 High St. S.E., Salem, OR 97302

Pritchard, Donna Marie Lowman; 1838 S.W. Jefferson St., Portland, OR 97201-2463

Reserves

Hauser, Joshua William; address unavailable at time of printing

Andrew, Clay Wesley; 168 N.E. 8th Ave., Hillsboro, OR 97124

Bateman, Mark Eric; 3025 Rose Blossom Ct. N.W., Salem, OR 97304

Smith, Jeremy David; 180 Denny Way, Seattle, WA 98109

Armstrong, David Wayne; 1470 Scorpius Drive, Idaho Falls, ID 83402

Oriental and Equator (2)

Row 5 Table 54 Seats 1-2

Delegates

*Onotamba, Albert Tonondjo; AV 8 Armee #24, Commune de Makiso, KisanganiBP 2006, Congo

Alimasi, Mwanja Willy; BP 2006, Kisangani, Congo, The Democratic Republic of the

Reserves

Dondja, Henriette Ohumi; 2006 Kisangani, Congo, The Democratic Republic of the

Moke, Mustafa; address unavailable at time of printing

Pacific Northwest (2)

Row 3 Table 36 Seats 5-6

Delegates

*Kuch-Stanovsky, Marie Louise; PO Box 13650, Des Moines, WA 98198

Huycke, Mary Kohlstaedt; 5005 Homesite Dr., Yakima, WA 98908

Reserves

Reinholz, David Alan; 251 W. Sumach St., Walla Walla, WA 99362

del Rosario, Daniel Joshua; 2506 N.E. 184th Pl., Lake Forest Park, WA 98155

Holms, Joan Eileen; 3616 26th Pl. W., #1, Seattle, WA 98199

Nieda, David Kazuya; PO Box 13650, Des Moines, WA 98198

Robinson, Thomas Paul; 15105 N. Columbus St., Spokane, WA 99208

Kymn, Gloria H; 22225 9th Avenue South, Des Moines, WA 98198

Kilpatrick, Megan Christine; 2217 N. Bristol St., Tacoma, WA 98406

Moe, Sharon Louise; 4555 39th Avenue S.W., #705, Seattle, WA 98116

Henshaw, Brant William; PO Box 13650, Des Moines, WA 98198

Barckley, Kay Colleen; 1102 NW 57th St., Seattle, WA 98107

Shaffer, Barbara Dadd; 32332 109th Pl. S.E., Auburn, WA 98092

Corsaro, Monica Katusha; PO Box 1711, Seattle, WA 98111-1711

Palawan Philippines (2)

Row 2 Table 19 Seats 5-6

Delegates

Ferrariz, Manolo Cortez; West Marangas, Bataraza5306, Philippines
Dablo, Munda Varona; Brgy. Bono-Bono, Bataraza5306, Philippines

Reserves

Dillozon, Susan Estrada; Rizal Ave., Narra, Philippines

Pampanga Philippines (2)

Row 2 Table 20 Seats 1-2

Delegates

Luat, Elizabeth Jill Casupanan; 437 Alang Curan Club, Purok 5, Bancal, Guagua, Philippines
**Dela Rosa, Ricky Lacsamana*; 0042 Purok 1, Sapangbato, Angeles City2009, Philippines

Reserves

Buan, Modesto Malit; 464 Purok 6 Palat, Porac2008, Philippines
Julian, Rommel Tanedo; Christ the King UMC, Paralaya Candaba, Philippines
 Lumba, Leah Grace Lusung; address unavailable at time of printing
Maloza, Joel Marucut; address unavailable at time of printing
 Baluyut, Jocelyn Bungay; address unavailable at time of printing
Perez, Ricardo Manalang; address unavailable at time of printing

Pangasinan Philippines (2)

Row 4 Table 47 Seats 5-6

Delegates

Celzo, Jowey Carany; Roxas, Anda2405, Philippines
**De Los Santos, Jesus Nabor*; Luna Street, Poblacion, Anda, Philippines

Reserves

Nabua, Jaime Legaspi; Sunrise Subd., Arellano Street, Dagupan City2400, Philippines
Del Rosario, Eduardo Manuel; Stewart Memorial UMC, Torres Bugallon St., Lingayen2400, Philippines
 Vidal, Rebecca Kathleen Sudiagal; address unavailable at time of printing

Olermo, Elmo; address unavailable at time of printing
 Manuel, Dadice C.; #1 Heroes St., Lingayen2401, Philippines
Barte, Romel Parayno; address unavailable at time of printing

Peninsula-Delaware (4)

Row 12 Table 142 Seats 3-6
Delegates

**Goodwin, Kevin G.*; 440 Haystack Dr., Newark, DE 19711-8316
Porter, Derrick Emmanuel; 36 Talley Court, Wilmington, DE 19802
 Westbrook, William; 139 N. State St., Dover, DE 19901
Shitama Weston, Megan Kyoko; 136 Bookers Wharf Road, Centerville, MD 21617

Reserves

Mitchell, Samuel James; 6915 Robin Drive, Seaford, DE 19973
Townsend, Robbie Britton; 7 Becket Court, Hockessin, DE 19707
 Higgins, Ruth Ann; 5501 Drummer Drive, Preston, MD 21655
Gordy-Stith, Vicki Lynn; 230 Marble Ct., Camden, DE 19934

Philippines (2)

Row 2 Table 20 Seats 3-4

Delegates

**Sermonia, Jovito J.*; 1712 A. Mabini corner, L. Alonzo St., Malate1004, Philippines
Gabriel, Maximo Galang; 900 United Nations Ave., Ermita, Philippines

Reserves

Caramanzana, Darlene M.; 2714-E Lamayan St., Sta. Ana1009, Philippines
Esguerra, Enrico Retotar; UMC Building, Room 205, 900 United Nations Avenue, Ermita1000, Philippines
 Calpito, Nellie T.; address unavailable at time of printing
Estrella, Ruby-Nell Manucom; address unavailable at time of printing
 Puno, Reiner; address unavailable at time of printing
Bautista, Agapito D.; address unavailable at time of printing

Philippines Cavite (Pacc) (2)

Row 2 Table 20 Seats 5-6

Delegates

Carlos, Adelia Pascual; UTS Refectory, PCU-UTS Compound, Sampaloc 1, City of Dasmaringas, Philippines

*Cua, Noel Syjucco; 174 Macopa St., Justinville Subdivision, Bacoar City, Philippines

Reserves

Magno, Antonio S.; address unavailable at time of printing
Borromeo, Elmer Zapata; PCU-UTC Compound, Sampaloc 1, City of Dasmaringas Philippines

Conception, Rene Sambalay; address unavailable at time of printing

Manalo, Magusig B.; address unavailable at time of printing

Velasquez, Albert U.; address unavailable at time of printing

Juan, Emmanuel Bautista; address unavailable at time of printing

Poland (2)

Row 2 Table 18 Seats 1-2

Delegates

Benedyktowicz, Olgierd Krzysztof; Hoza 54 m 3, Warsaw00-682, Poland

*Malicki, Andrzej Jacek; ul. Mokotowska 12/7, Warsaw00-561, Poland

Reserves

Flemming, Thomas; ul. Wroclawska 71c, Domaszczyn 55-095, Poland

Rodaszynski, Slawomir; ul. Zwyciestwa 1, Chodziez 64-800, Poland

Szczepanczyk, Anna; ul. Kosynierów Gdynski 9-11, Grudziadz86-300, Poland

Puslecki, Edward; ul. Mokotowska 12/9, Warsaw00-561, Poland

Quezon City (2)

Row 2 Table 21 Seats 1-2

Delegates

Puno, Carlito Serrano; 39 Don Ernesto Street, Don Enrique Sudv, Diliman, Philippines

*Gregorio, Percival Jimena; 71 Paho Street, Project 2, Quezon City, Philippines

Reserves

De Pano, Arnel; address unavailable at time of printing
Cedillo, Gilbert Abadilla; 980 A Riverside St., Bgy. Commonwealth, Quezon City, Philippines

Red Bird Missionary (2)

Row 9 Table 104 Seats 5-6

Delegates

Davis, Charlotte All; 2300 Primrose Ln., Beattyville, KY 41311

Amundsen, Robert Earl; 95 Red Bird Road, Thousandsticks, KY 41766

Reserves

Osborne, Marilyn Ruth; PO Box 585, Hyden, KY 41749
Savage, Jim C.; PO Box 83, Roark, KY 40979

Rio Texas (10)

Row 12 Table 133 Seats 1-6
Row 12 Table 134 Seats 1-4

Delegates

*Keese, Teresa L.; PO Box 574, Brady, TX 76825
Merrill, Laura Anne; 16400 Huebner Road, San Antonio, TX 78248

Vega, Abel; 16400 Huebner Road, San Antonio, TX 78248
Welborn, Teresa Gayle; 1221 W. Ben White Blvd., Suite 201A, Austin, TX 78704

Thompson, Ralph Gene; PO Box 3400, San Angelo, TX 76902

Valverde, Eradio; 1521 Redbridge, Seguin, TX 78155
Loeb, Carol K.; 4610 Lomond Drive, Corpus Christi, TX 78413

Rohlf, Carl Walter; 3405 KC 273, Junction, TX 76849
Brim, Jefferson (Jay) Kearn; 2525 Wallingwood, Building 14, Austin, TX 78746

Avitia-Legarda, Edgar; 2734 Heritage Manor Walk, Decatur, GA 30034

Reserves

Deviney, Aislinn Elizabeth; 12820 W. Parmer Lane, Apt. 4302, Cedar Park, TX 78613
Miller, Russell Thomas; 205 E. James, Boerne, TX 78006

Johnson, Cynthia Andrade; 5593 Birders Cove, Brownsville, TX 78526

Frederick, Austin; 4499 Medical Dr. #399, San Antonio, TX 78229

Wright, Rachel Ruth; 6805 Woodhue Drive, Austin, TX 78745

Deviney, Thomas Forrest; 10010 Anderson Mill Rd., Austin, TX 78750

Bonner, Byrd L.; 223 Springwood Lane, San Antonio, TX 78216

Escamilla, Paul Lynd; 227 W. Woodlawn Ave., San Antonio, TX 78212

Harrison, Lawrence F; PO Box 385, Junction, TX 76849

Feagins, Raquel Cajiri; 8906 Brae Bend, San Antonio, TX 78249

Rizal Philippines East (2)

Row 2 Table 21 Seats 3-4

Delegates

*Velasco, Stanley Cruz; #5 3rd St., Goodrich Village, Concepcion I, Marikina City, Philippines

Hernandez, Reynaldo Bucacao; #35 Lilac Street Hacienda Heights, Concepcion 2, Marikina City, Philippines

Reserves

Carlos, Ramon Umali; address unavailable at time of printing.

Tolentino, Pedro; address unavailable at time of printing.

Broncano, Angelita B.; address unavailable at time of printing.

Yambot, Leyda; address unavailable at time of printing.

Perez, Elvin; address unavailable at time of printing.

Lucena, Harvey M.; address unavailable at time of printing.

Rocky Mountain (6)

Row 4 Table 41 Seats 1-6

Delegates

Palmer, Douglas William; 7628 Estate Circle, Niwot, CO 80503

*Ingram, Kent P.; 420 N. Nevada Ave., Colorado Springs, CO 80903

Taiwo, Kunle; 2313 S. Jamaica Street, Aurora, CO 80014

Laurvick, Bradley David; 3131 Osceola St., Denver, CO 80212

Tukutau, Havea Hikule'o; 1335 5th Street, Eaton, CO 80615

Armstrong, Megan Marie; 2290 Akron Court, #101, Denver, CO 80238

Reserves

Hotze, Margaret Ellen; 313 Bluebird Court, Fort Collins, CO 80526

Strickland, Walter Louis; 2280 Watersong Circle, Longmont, CO 80504

Hill, Judith Ann; 3642 County Road D, Joes, CO 80822

Kelsey, Catherine L.; 2200 S. University Blvd., Apt. 404, Denver, CO 80210

Robledo, Liwliwa T.; 1744 Wooten Rd., Colorado Springs, CO 80915

Rooks, Jessica Beth; 8817 S. Broadway, Highlands Ranch, CO 80129

Brayton, Glenna Kyker; 511 Swan Lane, Grand Junction, CO 81507

Smith, Eric V. T.; 6750 Carr St., Arvada, CO 80004

Huerta, Diana Jeanne; 1877 S. Sherman St., Denver, CO 80210

Dent, Michael D.; address unavailable at time of printing

Day, Laurie Ann; 6110 Greenwood Plaza Blvd., Greenwood Village, CO 80111

Tukutau, Sione Teiapa'a; 917 10th Ave, Greeley, CO 80631

Serbia-Macedonia Provisional (2)

Row 2 Table 18 Seats 3-4

Delegates

Zaev, Emil; Ul. Venijamin Machukovski, br. 28/2-12, Skopje 1000, Macedonia

*Sjanta, Daniel; 55 Ive Lole Ribara, Kovacica RS-26210, Serbia

Reserves

Stoilkova, Daniela; S. Monospitovo 172, MK-2400, Strumica, Macedonia

Durovka-Petras, Maria; address unavailable at time of printing.

Sjanta, Liljana; 2 Dolna Dolina, RS - , Padina 26215, Serbia

Dimov, Marjan; address unavailable at time of printing

Sierra Leone (12)

Row 10 Table 111 Seats 1-6

Row 10 Table 112 Seats 1-6

Delegate information unavailable at time of printing.

South Africa Provisional (2)

Row 9	Table 99	Seats 5-6
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Jam Jam, Nomfundo Faith; No. 19 Enkululekment Location,
Mount Fletcher 4770, South Africa

*Maliwa, Mills Na; PO Box 4368, Durban 4091, South Africa

Reserves

Masiso, Khuliswa Thyra; address unavailable at time of printing

Letuka, Thabiso Theodore; address unavailable at time of printing

Majova, Alma Nosinodi; address unavailable at time of printing

Mucherera, David; PO Box 1032, Rosettenville 2130 South Africa

South Carolina (16)

Row 3	Table 25	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Row 3	Table 26	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Row 3	Table 27	Seats 1-4
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Ware, Barbara Joyce; 2607 Woodruff Road, Suite E #443,
Simpsonville, SC 29681

*McClendon, William Timothy; 163 Governors Lane, N.W.,
Aiken, SC 29801

Salley, James Henry; PO Box 340007, Nashville, TN 37203-0007

Nelson, Kenneth Lee; 4908 Colonial Drive, Suite 122, Columbia, SC 29203

Heyward, Joseph E.; PO Box 394, Florence, SC 29503

Rogers, Timothy Julian; PO Box 543, Marion, SC 29571

Lightsey, Herman B.; 9 River Bottom Road, Irmo, SC 29063

Dease, Robin; PO Box 1772, Hartsville, SC 29551

Jenkins, Jacquelyn G.; PO Box 697, St. George, SC 29477

Knowlin, Tiffany Denise; 128 Wynfield Court, Columbia, SC 29210

Cheatham, Laurence Michael; 15 Sunset Drive, Taylors, SC 29687

Jeter, Narcie Jo McClendon; 118 W. 3rd South Street, Summerville, SC 29483

Thompson, Martha Fridy; 201 Murray Vista Circle, Lexington, SC 29072

Arant, Athon Melton; PO Box 646, Pendleton, SC 29670

Braddon, David Verne; 4174 Chisolm Road, Johns Island, SC 29455

Leonard, Susan P.; 57 Pitt Street, Charleston, SC 29401

Reserves

Haselden, Leslie Powell; 829 Milton Avenue, Rock Hill, SC 29730

Gadson, Telley Lynnette; 107 Forest Cove Lane, Greer, SC 29651

Evans, Emily Michele Rogers; 517 Woodchase Green Dr., Fuquay Varina, NC 27526

Turner, Michael Andrew; 2258 Woodruff Road, Simpsonville, SC 29681

Love, Donald E.; 1924 Bangor Rd., Charlotte, NC 28217

James, Katherine Lewis; 4908 Colonial Drive, Columbia, SC 29203

Price, Jennifer; 1715 Price Street, Florence, SC 29501

Ashford, George Adrian; 1151 Longreen Parkway, Columbia, SC 29229

Lynch, Christopher Michael; address unavailable at time of printing

Friday, James Leroy; 5616 Farrow Road, Columbia, SC 29203

Briscoe, Ida Carolyn; PO Box 1825, Clemson, SC 29633

White, Sara Ann; 4908 Colonial Drive, Columbia, SC 29203

DuRant, Linda J.; 121 Pebble Creek Rd., Chapin, SC 29036

Sutton, Emily Scales; 1232 Curtis Street, Rock Hill, SC 29730

Jordan, Murial Newell; 2409 Mosswood Drive, Florence, SC 29501

Kersey, Jeffrey Grant; 9 Downing Circle, Gilbert, SC 29054

South Congo (14)

Row 6	Table 67	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Row 6	Table 68	Seats 1-6
--------------	-----------------	------------------

Row 6	Table 69	Seats 1-2
--------------	-----------------	------------------

Delegates

Kaumba, John Makalu; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi 522, Congo, The Democratic Republic of the

Masengo, Tshiwewa Albert; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi 522, Congo, The Democratic Republic of the

Kakese, Mujinga Frederick; address unavailable at time of printing

Muteba, Mwongenu Pasa; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

**Kayemb, Chipeng Francois*; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Kasongo, Lyemo Honore; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Mambwe, Kyasowela Guy; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Ilunga, Tshikala Sylvain; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Pwisa, Kalevu Fabrice; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Kipembwe, Kabuya Daniel Moffat; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Tshene, Kanyempa Simon; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Sengando, Yangana Sebego; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Lukenge, Kapwibwe Therese; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Kaji, Mujinga Jolette; 960 Chaussee Mzee, Kabila, Lubumbashi522, Congo, The Democratic Republic of the

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing.

South Georgia (8)

Row 11 Table 125 Seats 5-6

Row 11 Table 126 Seats 1-6

Delegates

**Hatcher, William Stanley*; 104 Dumbarton Drive, Statesboro, GA 30458

Adams, Donald Lee; 1104 Wingate St., Dublin, GA 31021

Lindsey, Allison Ross; 1807 Robin Lane, Douglas, GA 31533

Hanson, Jay David; 114 Harris Farm Rd., Brunswick, GA 31525

Price, James Larry; 2406 Ashford Drive, Albany, GA 31721

Moon, Bob Mark; 220 N. Patterson Street, Valdosta, GA 31601

Childs, Carl Espy; 76 Lakeview Drive, Fort Gaines, GA 39851

Cowart, James Arch; 3322 Hwy. 41 N., Byron, GA 31008

Reserves

Wright, Marianne Mackey; PO Box 4332, Maryville, TN 37802

Walton, Karma Denise; 1701 Dunes Street, Apt. 207, Fredericksburg, GA 22401

Shinhoster, Willie Richard; 14310 Coffee Bluff Rd., Savannah, GA 31419

Hagan, Daniel Scott; 205 Azalea Ln., Bonaire, GA 31005

Roberson, Kelly Haggerty; PO Box 20408, St. Simons Island, GA 31522

Beckum, James Robert; 5031 Spyglass Court, Columbus, GA 31909

Hagan, Miriam Carruth; 114 Ridge Way, Statesboro, GA 30458

Smalls, Doreen; 2506 Nottingham Drive, Savannah, GA 31406

South Nueva Ecija Philippines (2)

Row 2 Table 21 Seats 5-6

Delegates

Mendoza, Lauro Garcia; 158 Rizal Street, San Leonardo3102, Philippines

**Equila, Egmedio Balbona*; #755 Sto. Cristo, San Antonio3018, Philippines

Reserves

Gabriel, Rey Galang; address unavailable at time of printing

Pabillo, Danilo Casamina; address unavailable at time of printing

Mallare, Lanie Dela Cruz; address unavailable at time of printing

Samin, Daniel Hernal; address unavailable at time of printing

Dela Cruz, Rhoda Eucasion; address unavailable at time of printing

De Jesus, Emmanuel Manansala; address unavailable at time of printing

Southern Nigeria (12)

Row 4 **Table 38** **Seats 1-6**
Row 4 **Table 39** **Seats 1-6**

Delegates

Daniel, Haruna Ibrahim; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Haruna, Nibron Galadima; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Ayuba, Tanko Lawrence; The United Methodist Church, Secretariat Mile Six Road, Jalingo, Nigeria
 Dogo, Calvin John; Turaki B Ward, Jalingo, Nigeria
 Bala, Habila Balasa; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 *Yoila, Baziel Yayuba; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Apson, Gladys Maisule; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Iliya, Eunice Musa; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Luka, Bitrus Chindo; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Emmanuel, Ande Ikimun; The UMC in Nigeria, Secretariat Mile Six Road, Jalingo, Nigeria
 Andrawus, Emmanuel; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Simon, Sheriff Isaac; The United Methodist Church, PO Box 774, Jalingo, Nigeria

Reserves

Zakaria, Maimuna Tikka; PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Bakawe, Thomas Azanchi; PO Box 771, Taraba State, Nigeria
 Bitrus, Luka; PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Lamido, Abel Nemuel; PO Box 774, Nigeria
 Nuhu, Ishaku Bagudu; PO Box 774, Jalingo, Nigeria
 Madanga, Joyce; PO Box 774, Jalingo, Nigeria

Southern Russia Provisional (2)

Row 6 **Table 70** **Seats 3-4**

Delegates

Melnikov, Alexandr; Rabotche-Krestyanskaya, Str. 14-6, Volgograd 400001, Russian Federation
 *Pererva, Alexander; Moskovskiy pr., 32-a, Voronezh, Russian Federation

Reserves

Shelkovbich, Vitalii; address unavailable at time of printing
 Mitina, Irina; address unavailable at time of printing

Southern Tagalog Philippines Provisional (2)

Row 2 **Table 22** **Seats 1-2**

Delegates

Capulong, Julie Fernandez; 040 Balagtas St., Brgy. Sta Clara Sur, Pila Philippines
 *Cruz, Edgardo Dellova; Blk. 51 Lot 56, Bel Aldea Sudv., San Francisco, General Trias, Philippines

Reserves

Honrubia, Nymfa Ebres; 040 Balagtas St., Brgy. Sta Clara Sur, Pila, Philippines
 Flores, Joseph Capul; 1 Sweet Pea St. Dona Manuela 1, Brgy. Pamplona 3, Las Pinas City, Philippines
 Irene, Filipina Pera; Purok Taytay, Brgy. Tagbakin, Atimonan, Philippines
 Ceballos, Dexter Fernandez; 5 San Gregorio St. Ph 6a3, Pacita Complex, San Pedro, Philippines

South-West Katanga (6)

Row 5 **Table 59** **Seats 1-6**

Delegates

Kabwita, Yava Alain; address unavailable at time of printing
 Kanama, Ilenga Jeannette; address unavailable at time of printing
 Kashal, Avul Josue; address unavailable at time of printing
 Zinga, Kamwimba Marie Jeanne; address unavailable at time of printing
 Katsheka, Ikuku Cliff; address unavailable at time of printing
 Musolo, Tshijika Remy; address unavailable at time of printing

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing.

Southwest Philippines (2)

Row 2 **Table 22** **Seats 3-4**

Delegates

*Ruedas, Prudencio Bacquian; 412 Malvar St., Corner Quezon St., Poblacion, Magsaysay, Philippines
Pimentel, Fe Corpuz; address unavailable at time of printing

Reserves

Domingo, Melvin Sayco; address unavailable at time of printing
Yasay, Wilfredo A.; address unavailable at time of printing
 Corpuz, Blessy Jane Lopez; address unavailable at time of printing
Allera, Nehemia P.; Roxas United Methodist Church, Sta. Fe, Roxas Oriental 5212, Philippines
 Cayat, Annie Palecpec; address unavailable at time of printing
Villalon, Marie Sol S.; address unavailable at time of printing
 Ferriol, Marjail Gabute; address unavailable at time of printing
Velasco, Jonathan Nacino; address unavailable at time of printing

Susquehanna (10)

Row 9	Table 101	Seats 3-6
Row 9	Table 102	Seats 1-6

Delegates

*Bender, Lisa Dromgold; 504 Marcel Drive, Harrisburg, PA 17109
Leland, Larry Lee; 31 Baylor Blvd., Lewisburg, PA 17837
 Heil, Warren Alexander; 103 Simerson Road, Elmhurst Township, PA 18444
Lake, Matthew Earl; 117 Lincoln Ave., Williamsport, PA 17701
 Loyer, Milton W.; 917 Emily Drive, Mechanicsburg, PA 17055
Jones, Beth E.; 8968 State Rt. 87, Williamsport, PA 17701
Miller, Layne Maree; 503 Nottingham Dr., Chambersburg, PA 17201
Salsgiver, Thomas L.; 303 Mulberry Drive, Mechanicsburg, PA 17050
 Horton, Margaret Anne; 690 Camp Glisson Road, Dahlonga, GA 30533
Layman Knox, Anna Elizabeth; address unavailable at time of printing

Reserves

Hickey, Kirby Keith; 1820 Stone Hill Dr., York, PA 17402

Keller, Dennis Raphael; 524 Colony Road, Camp Hill, PA 17011
 Ilyes, Paul Eugene; 65 Kendale Road, Red Lion, PA 17356
Kind, Kathleen Elaine; 1381 Plank Rd., Suite 104, Duncansville, PA 16635-8458
 Oplinger, Toni Ann; 5009 Chesnut Grove Road, Spring Grove, PA 17362-7909
Reist, Leroy (Gere) Fitzgerald; address unavailable at time of printing
 Loomis, Eleanor Layton; 1621 Farmers Valley Road, Troy, PA 16947
Boileau, Catherine E.; First UMC, 225 S. Second Street, Chambersburg, PA 17201
 Obrzut, Lucy Ann; 50 Rice Street, Edwardsville, PA 18704
Reisinger, Mark Franklin; 40 S. 3rd Street, Lewisburg, PA 17837

Switzerland-France-North Africa (2)

Row 2	Table 18	Seats 5-6
--------------	-----------------	------------------

Delegates

*Schneider-Oesch, Christine; Daettlikerstrasse 39, Freienstein 8427, Switzerland
Rudolph, Etienne; 21 quai Zorn, Strasbourg 67000, France

Reserves

Fankhauser, Lukas; address unavailable at time of printing
Niederer, Jorg; address unavailable at time of printing
 Holmes, Carla; address unavailable at time of printing
Büchmeier, Sven; address unavailable at time of printing
 Oppliger, Barbara; address unavailable at time of printing

Tanganyika (8)

Row 7	Table 76	Seats 1-6
Row 7	Table 77	Seats 1-2

Delegates

Kasongo, Pierre Mutamba; Eglise Methodiste-Unie Au Nord, PO Box 20219, Kitwe, Zambia
 *Mutwale, Ntambo Wa Mushidi; PO Box 72521, Dar Es Salaam, Tanzania, United Republic of
 Kabila, Alphonsine Moma; Eglise Methodist - Unie Au Nord Katanga, PO Box 20219, Kitwe, Zambia
Panda, Emmanuel Kasonga; address unavailable at time of printing
 Kabaka, Alphonsine Ndala; PO Box 72521, Dar Es Salaam Tanzania, United Republic of

Kalumba, Eric Nkulu; Eglise Methodist-Unie Au Nord, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Londwa, Kaumbu Nsenga; C/O Eglise Methodiste - Unie Au Nord - Katanga, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Mwayuma, Ngoy Jacqueline; Eglise Methodiste-Unie Au Nord, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Reserves

Mukalay, Mulume Wa Ilunga; Eglise Methodiste-Unie Au Nord, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Ilunga Yonge Ndala, Seyssens Maurice; address unavailable at time of printing

Ntambwe, Alphonsine Tabaso; address unavailable at time of printing

Muteba, Nestor Lenge; c/o Eglise Methodiste-Unie Au Nord, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Katwesoma, Komichelo Kasongo; address unavailable at time of printing

Kaboba, Popard Mulunda; address unavailable at time of printing

Sabwe, Marcel Tshibangu; address unavailable at time of printing

Tanzania (6)

Row 7 Table 75 Seats 1-6

Delegates

Mwamakamba, Gloria Edson; PO Box 72521, Dar-Es-Salaam, Tanzania, United Republic of

**Njau, Alfred Kundasai*; PO Box 75653, Dar-Es-Salaam, Tanzania, United Republic of

Bosko, Joyce Cletus; PO Box 5428, Morogoro, Tanzania, United Republic of

Kulanga, Yunisi Lupiana; PO Box 5428, Morogoro, Tanzania, United Republic of

Kasiga, Shedrack Ramadhani; PO Box 72521, Dar-Es-Salaam, Tanzania, United Republic of

Samson, Velian Seth; PO Box 72521, Dar-Es-Salaam, Tanzania, United Republic of

Reserves

Bulinjiye, Merida Ndaheberanye; PO Box 1361, Kigoma, Tanzania, United Republic of

Juwakali, Abisay Lameck; PO Box 1361, Kigoma, Tanzania, United Republic of

Kalangwa, Ngoy Mulanga Odette; PO Box 5428, Morogoro, Tanzania, United Republic of

Boyi, Stephano Mabwayi; PO Box 4113, Morogoro, Tanzania, United Republic of

Ngowi, Idda John; PO Box 5428, Morogoro, Tanzania, United Republic of

Luyagaza, Doffa Mwana; PO Box 5428, Morogoro, Tanzania, United Republic of

Tarlac Philippines (2)

Row 4 Table 48 Seats 1-2

Delegates

**Andasan, Helen Francisco*; Ecumenical Christian College, Rizal Street, Tarlac City 2300, Philippines

Taliwaga, John Macadangdang; Talon St., Guevera, La Paz 2314, Philippines

Reserves

Ramos, Ramil; address unavailable at time of printing
Cancio, Celestino Ignacio; #01 Mabini Street, San Roque PO Box 2314, La Paz, Tarlac, Philippines

Gamurot, Ann; address unavailable at time of printing

Meneses, Roel; address unavailable at time of printing

Arciga, Niña Patio; Concepcion Ecumenical School Foundation, Inc, Isabel Subdivision, San Nicolas, Concepcion, Philippines

Bayangos, Elmer N.; address unavailable at time of printing

Tennessee (8)

Row 3 Table 31 Seats 5-6

Row 3 Table 32 Seats 1-6

Delegates

**Allen, James (Jim) R.*; 304 S. Perimeter Park Drive, Ste. 4, Nashville, TN 37211

Bryan, Harriet Jean; 319 Madison Street, Clarksville, TN 37040

Neal, Holly Shaw; 28 Hampton Square, Crossville, TN 38555

Armstrong, Jacob Clark; 596 Burnett Rd., Mount Juliet, TN 37122

Clark, Cornelia Anne; 351 Fourth Ave. South, Franklin, TN 37064

Handy, Stephen E.; 608 Logwood Briar Circle, Brentwood, TN 37027

Brown, George Mead; 10912 Hillsboro Hwy., Hillsboro, TN 37342

Henry, Jackson Wayne; 5252 Reagan Drive, Murfreesboro, TN 37129

Reserves

Lewter, Joy Stammer; PO Box 56, Chapel Hill, TN 37034
Mayo, Jonathan Maxwell; 944 Remenham Lane, Murfreesboro, TN 37129
 Overstreet, Angela Tackett; 1711 Shetland Lane, Spring Hill, TN 37174
Brooks, Bryan Langford; 129 Aldersgate Way, Franklin, TN 37069
 McNish, Charles Kent; 1532 Kinnard Drive, Franklin, TN 37064-3264
Ward, Thomas Houston; 304 South Perimeter Park Drive, Suite 5, Nashville, TN 37211
 Bennett, Heather Neal; 408 Hill Street, Lebanon, TN 37087
Parker, Cherie Lynn; 5112 Raywood Lane, Nashville, TN 37211

Texas (17)

Row 1	Table 10	Seats 1-6
Row 1	Table 11	Seats 1-6
Row 1	Table 12	Seats 1-6

Delegates

*Clemons, Reginald Gerard; 2134 North Grand Blvd., Pearland, TX 77581
 *Temple, Charles Chappell; 3300 Austin Parkway, Sugar Land, TX 77479
 House, Donald (Don) Reed; 3000 Briarcrest Drive, Ste. 600, Bryan, TX 77802
Levingston, Kenneth R.; 19715 Bainbridge Ln., Spring, TX 77379
Matthis, Morris Franklin; 5215 Main Street, Houston, TX 77002
 Erwin IV, Edgar Lee; 5215 Main St., Houston, TX 77002
Warner, Lacey Cammarano; PO Box 74, Abbott, TX 76621
 Hernandez, Andrew (Andy) Ramirez; 115 April Point Dr. North, Montgomery, TX 77356
Wende, Stephen Paul; 2404 Briar Ridge, Houston, TX 77057
 Wussow, Thomas (Tom) Roderick; 2807 Trail Lodge Dr., Kingwood, TX 77339
 Sullivan, Catherine Sue; 3818 MC Road 3222, Jefferson, TX 75657
Idom, Merle Matthews; 400 Private Rd. 6036, Palestine, TX 75801
Gilbert, Janice Arlene; 422 Abbey Lane, League City, TX 77573
 Wilson, Melba Augustine; 520 West 13th St., Port Arthur, TX 77640

Jones, Edward Cecil; 1215 Kingfisher Court N., Pearland, TX 77584
 Garza, Oscar Luis; 1 Greenway Plaza, #330, Houston, TX 77046
Whitaker, Keith Conan; 2314 N. Grand Blvd., Pearland, TX 77581

Reserves

Hawkins, Stacie Yvonne; 11927 Prior Park Dr., Houston, TX 77047
LaGrone, Jessica; 204 N. Lexington Ave., Wilmore, KY 40390
 Allen, Sterling Martin; 8702 Caldera Lane, Cypress, TX 77433
Gilts, Kip Ricardo; 2262 Carter Lake Drive, College Station, TX 77845
 Huntsman, Carolyn Davey; PO Box 386, Lovelady, TX 75851
Bass, James Alan; 110 N. Friendswood Dr., Friendswood, TX 77546
 King, Donel; 12327 Chessington Dr., Houston, TX 77031
Sanchez, Silverio Gea; 14303 S. Vistaglen Loop, Houston, TX 77084
 Estes, Clarence; 10526 Walnut Glen, Houston, TX 77064
White, Marilyn Marie; 1214 Beech Bend, Missouri City, TX 77489
 Tullos, Bryan H.; 3026 Pasture Lane, Sugar Land, TX 77479
Bynum, Jonathan David; PO Box 905, Nederland, TX 77627
 Brown, William (Bill) Edward; 1208 Pintree Place, Tyler, TX 75703
Williams, Guy Matthew; P O Box 505, Dayton, TX 77535
 Hyde, Richard; 511 Sunny River Lane, Richmond, TX 77406
Pace, Thomas Jennings; 3471 Westheimer, Houston, TX 77027
 Taylor, Leah Cathy; 24 Hedwig Circle, Houston, TX 77024
Renfroe, Robert Lane; 2200 Lake Woodlands Dr, The Woodlands, TX 77380

Ukraine-Moldava Provisional (2)

Row 6	Table 70	Seats 5-6
--------------	-----------------	------------------

Delegates

*Vuksta, Vitaliy; Pervomayskaya str 149, Kamyanytsya Village, Uzhgorod, Ukraine
Vukstva, Laszlo; Pershotravneva str, 169, Kamyanytsya Village, Uzhgorod, Ukraine

Reserves

Kohutka, Vasylyna Babych; Pershotravneva str., 67, Kamyanytsya village, Uzhgorod district, Ukraine
Vuksta, Alla; address unavailable at time of printing

Upper New York (12)

Row 3 Table 33 Seats 1-6
Row 3 Table 34 Seats 1-6

Delegates

Forrester, Gregory Alan; 32 N. Church St., Cortland, NY 13045

*Allen, William Arthur; 4954 Bemus-Ellery Rd., Bemus Point, NY 14712

O'Flynn, Riley Reba; 2025 Rainbow Lane, Lime, NY 14485

Mudge, William A.; 26 Evergreen Drive, Boonville, NY 13309

Vianese, Carmen F.S.; PO Box 156, Nunda, NY 14517

Preuninger, Colleen Hallagan; 1321 S. Loudoun Street, Winchester, VA 22601

Sweet, Marthalyn Kellogg; 91 Grimsby Road West, Buffalo, NY 14223

Sweet, Rebekah Beth; 32 Landers Road, Kenmore, NY 14217

Smith, Blenda Elisabet; 133 Helen St., Binghamton, NY 13905

Fassett, Thom White Wolf; 4019 Ball Diamond Road, Hector, NY 14841

Urriola, Ian Carlos; 5500 Friendship Blvd., Unit 1809N, Chevy Chase, MD 20815

Martin, John A.; 1801 Gary Drive, Vestal, NY 13850

Reserves

Warren, Jeffrey Joseph; 1 Mead Way, Bronxville, NY 10708

Bogue-Trost, Dona Michelle; 17 Nanticoke Ave., Endicott, NY 13760

Readdean, Shirley E.; 2232 Turner Ave., Schenectady, NY 12306

Nye, Holly Elizabeth; 9 Briarwood Drive, Saratoga Springs, NY 12866

Virginia (22)

Row 13 Table 152 Seats 5-6
Row 13 Table 153 Seats 1-6
Row 13 Table 154 Seats 1-6
Row 13 Table 155 Seats 1-6
Row 13 Table 156 Seats 1-2

Delegates

*Stokes, Martha Ensley; 16158 Grove View Rd., Montpelier, VA 23192

Berlin, Thomas Martin; 13600 Frying Pan Rd., Herndon, VA 20171-3110

Harper, Warren Randolph; 200 Ladybank, Williamsburg, VA 23188

McNabb, Meredith Leigh; PO Box 5606, Glen Allen, VA 23058

Cauffman, Shirley Marie; 4613 North 41st Street, Arlington, VA 22207

Honeycutt, Jane Denise; 555 Rocky Hills Rd., Pittsboro, NC 27312

Bishop, Nathaniel Leon; 840 Hillcrest Dr., Christiansburg, VA 23073

Brown, Clarence Rutherford; 217 Hawser Bend, Newport News, VA 23606

Greer, Virginia Leigh; 21331 S. Bayside Rd., Cape Charles, VA 23310

Estep, Tammy Lynn; 4601 Cape Cod Circle, Virginia Beach, VA 23455

Amon, Darlene Van Camp; 674 Bennett's Meadow Lane, Suffolk, VA 23435-1785

Smith, Theodore; PO Box 100, Ladysmith, VA 22501

Winston, Joyce Cecile; 2411 E. Pembroke Avenue, Hampton, VA 23664-1243

Rosario, Ileana Rosario; 72 Lower Church Road, Hartfield, VA 23071

Mims, Gene Dwight; 14901 S. Crater Road, South Prince George, VA 23805-8250

Moon, Peter Mason; 10330 Staples Mill Road, Glen Allen, VA 23060

Christian, Elizabeth Nicola; 414 College Circle, Staunton, VA 24401

Soulen, Richard Kendall; 211 2nd Ave., Decatur, GA 30030

Malloy, Alison Marie; 2233 Cartwright Place, Reston, VA 20191

Ogren, Mark Victor; PO Box 5606, Glen Allen, VA 23058

Bailey, Marshall Siddons; 716 S. Pine St., Richmond, VA 23220

Vaughn, Robert Emory; 13224 Franklin Farm Road, Herndon, VA 20171-4034

Reserves

Burian, Lawrence Lee; 4215 Greenview, Williamsburg, VA 23188

Kim, Seonyoung; 215 Fleming Way, Yorktown, VA 23692

Paysour, Jacob Stephen; 2806 Woodlawn Ave. S.W., Roanoke, VA 24015

Cooper, Robert Ewell; 900 Krim Point Lane, Midlothian, VA 23114

Hinton, Olivia Thompson; 245 Cypress Circle, Portsmouth, VA 23701-1456

Joyner, Alexander Barham; PO Box 436, Parksley, VA 23421

Monge, Michael; address unavailable at time of printing

Boger, Vicki Johnson; 614 Fraser Lane, Staunton, VA 24401

Givens, Frances Elizabeth; 10996 Seward Way, Mechanicsville, VA 23116

Herndon, Ernest Thomas; 40 South Gate Court, Suite 101, Harrisonburg, VA 22801

Turner, Virginia Albert; 1594 Quicksburg Road, Quicksburg, VA 22847

Brown, Marc Darryl; PO Box 393, Amherst, VA 24521

Brooks, Brenda S.; 4616 Phyllis Road, Roanoke, VA 24012

Stanley, Jason Carter; 4604 Winston Rd., Portsmouth, VA 23703

Hong, Hang Sun (Aimee); 6306 Anneliese Drive, Falls Church, VA 22044

Mickle, Jeffrey Paul; 8318 Chapel Lake Court, Annandale, VA 22003

Wright, Rachel J.; PO Box 901, Dahlgren, VA 22448

West, Gregory Bradshaw; 3505 Royal Palm Court, Virginia Beach, VA 23452

Ferguson, Zach; address unavailable at time of printing

Ford, David Vincent; 5 Silverbirch Drive, Blue Ridge, VA 24064

Newbanks, Lloyd Leon; 4007 Buckingham Court, Montclair, VA 22025

Johnson, Robert Bruce; PO Box 343, Urbanna, VA 23175

Visayas Philippines (2)

Row 1 Table 2 Seats 3-4

Delegates

Cosmiano, Phebe Namoca; Galilean UMC, Guadalupe, Visca, Baybay City, Leyte 6521, Philippines

**Tibalbag, Roy Rafael*; Jimalalud United Methodist Church, South Poblacion, Jimalalud, Philippines

Reserves

Santos, Isidro Mendoza; Liptong, Valencia, Philippines

Ferrer, Christie Sebastian; Purok 1, Cangmating, Sibulan, 6201 Negros Oriental, Philippines

Santos, Rufo Mendoza; Purok V Liptong, Valencia, Philippines

Soriano, Nezer Aben; address unavailable at time of printing

Salmon, Lea Mangay-Ayam; First United Methodist Church,

14 A Lopez Street, Labangon, Cebu City, Philippines

Salmon, Apriniel Rufino; First United Methodist Church, 14

A Lopez Street, Labangon, Cebu City, Philippines

West Congo (2)

Row 7 Table 77 Seats 5-6

Delegate information unavailable at time of printing.

West Michigan (2)

Row 7 Table 80 Seats 1-2

Delegates

**Guy, Beverly Ann*; 125 Baynton Ave. N.E., Grand Rapids, MI 49503

Bigham-Tsai, Kennetha J.; address unavailable at time of printing

Reserves

Dahlman, Laurie A.; 1228 Southern, Kalamazoo, MI 49001

Heisler, Benton Roy; 1011 Northcrest Rd., Lansing, MI 48906

West Middle Philippines (2)

Row 2 Table 22 Seats 5-6

Delegates

**Dado, Arleen Damaso*; Lesaca Street, Iba Zambales, Philippines

Ebalo, Roger Morete; The United Methodist Church, Brgy. Dolores, Cabangan, Philippines

Reserves

Canlas, Louise Ann Barlit; address unavailable at time of printing

Atrero, Cristine Carnate; address unavailable at time of printing

Diwa, Helen Sioson; address unavailable at time of printing

Delos Reyes, Marlon Mangalindan; address unavailable at time of printing

Buan, Prescy Dela Cruz; address unavailable at time of printing

Alvaro, Allen Macasaet; address unavailable at time of printing

West Ohio (16)

Row 8	Table 91	Seats 1-6
Row 8	Table 92	Seats 1-6
Row 8	Table 93	Seats 1-4

Delegates

*Harper, Caleb Jeffrey; 4973 Timberlawn Ct., Greenville, OH 45331

Aspey, Amy Barlak; 48 E. North Broadway, Columbus, OH 43214

Howard, George Glenn; 458 Ponce De Leon Ave. N.E., Atlanta, GA 30308

Heckaman, Christopher Todd; 5521 Frederick Pike, Dayton, OH 45414

Moots, Philip R.; 141 Webster Park Ave., Columbus, OH 43214

Grace, Roger L.; 2755 Independence Ct., Grove City, OH 43123

Rohrs, Katherine Susan; 502 Dove St., Marysville, OH 43040
Slaughter, Michael Barrett; 10244 Elmfield Dr., Loveland, OH 45140

Perry, Joy L.; 32 Wesley Blvd., Worthington, OH 43085

Cook, Karen M.; 2545 Farmers Dr., Ste. 350, Columbus, OH 43235

Brownson, William H.; 328 W. 6th Ave., Columbus, OH 43201

Graham, Curnell; 2009 Dina Ct., Powell, OH 43065

Steiner, Chris E.; 2289 Garden Creek Dr., Maumee, OH 43537

Stickley-Miner, Deanna E.; 32 Wesley Blvd., Worthington, OH 43085

Tay, Harris Kodjie Glover; 5303 Lorraine Dr., Temple Hills, MD 20748

Damron, Douglas Alan; 4855 W. Central Ave., Ottawa Hills, OH 43615

Reserves

Stearns, Lyndsey Ann; 1490 Cereal Ave, Hamilton, OH 45013

Giffin, Wade E.; 1565 Cambridge Blvd., Columbus, OH 43212

Bridges, Marilyn Elizabeth; 2463 Richmond-Palestine Road, New Madison, OH 45346-9605

Stover, Gregory D.; 28 Seminole CV, Lake Waynoka, OH 45171

Willis, Valarie Davenport; 9698 Stonemasters Dr., Loveland, OH 45140

Miller, Dennis William; 11335 Rosewood Lane, Athens, OH 45701

Hug, Rebecca Lynn; 7415 Golden Springs Dr., Columbus, OH 43235

Miller, Rachel Bootes; 11335 Rosewood Lane, Athens, OH 45701

Connolly, Phillip Fredrick; 179 Emmaus Rd., PO Box 271, Marysville, OH 43040

Casperson, April Marie; 32 Wesley Blvd., Worthington, OH 43085

Bales Todd, Linda Ann; 1441 Roamont Dr., Dayton, OH 45459

Greenway, Jeffrey Edward; 7821 Country Brook Lane, Reynoldsburg, OH 43068

Peat, Marie Ann; 86 E. Broadway Ave., Westerville, OH 43081

Guillozet, Anna Catherine; 90 West College Ave., Westerville, OH 43081

Yu, Kyung Oh; 1917 Hickory Ridge Dr., Beavercreek, OH 45432

Meredith, David Wayne; 3416 Clifton Ave., Cincinnati, OH 45220

West Virginia (6)

Row 9	Table 105	Seats 1-6
--------------	------------------	------------------

Delegates

*Kenaston, Judith Modlin; 200 Brookwood Lane, Beckley, WV 25801

Finegan, Mary Ellen; 51 S. Florida Street, Buckhannon, WV 26201

Sears, Erin Elizabeth; 1024 Meador St., Princeton, WV 24740

Green, Sharletta Michelle; 1510 Washington Ave., Parkersburg, WV 26101

Shaffer, Richard Allen; 1025 Juliana Street, Parkersburg, WV 26101

Conley, Ellis Evins; 2848 Putnam Ave., Hurricane, WV 25526

Reserves

Kenaston, Connor Sheldon; 200 Brookwood Lane, Beckley, WV 25801

Lacaria, John Franklin; PO Box 2313, Charleston, WV 25313

Lyden, Royce Ann; 414 Buffalo Ave., Fairmont, WV 26554

Godwin, Lauren Ann; PO Box 40, Keyser, WV 26726

Kellerman, Fred Marlin; PO Box 12, Frankford, WV 24938
 Flynn, Mark Warren; 733 Lower Donnally Rd., Charleston,
 WV 25304-2825

West Zimbabwe (2)

Row 3 Table 28 Seats 5-6

Delegates

Katiyo, Betty Spiwe; 25 Wheeler Avenue, Eastlea, Harare,
 Zimbabwe

*Matonga, Forbes; No. Harvey Brown St., Milton Park, Harare,
 Zimbabwe

Reserves

Mpemba, Shepard; PO Box 215, Bulawayo, Zimbabwe

Zamchiya, Clarah; House No. 23 Alamen Road, Breaside,
 Harare, Zimbabwe

Chaora, Chipso; House No. 4979, 66 Crescent, Glen View 3,
 Harare, Zimbabwe

Masamba, Remember; 10 Harvey Brown St., Milton Park,
 Harare, Zimbabwe

Chipungu, Albert Chenjerai; 5753 M Harapara Drive, Hillside,
 Masuingo, Zimbabwe

Zisengwe, Heather Jane; 1012 Mt. Pleasant Heights, Harare,
 Zimbabwe

Western Angola (10)

Row 1 Table 2 Seats 5-6

Row 1 Table 3 Seats 1-6

Row 1 Table 4 Seats 1-2

Delegates

*Graca, João Manuel da; Rua N.S. da Muxima 12, Caixa
 Postal 68, Luanda, Angola

Neto, Francisco Bernardo; Igreja Metodista Unida Em Angola,
 Angola

Curiminha, Rita Maria; Rua Nossa da Muzima 12, Luanda68,
 Angola

Manuel, Jorge; Igreja Metodista Unida Em Angola, Rua da
 Nossa Senhora da Leuxima 12, Luanda68, Angola

Kopo, Maria De Fátima; Igreja Metodista Unida Em Angola,
 Rua da Nossa Senhora da Muxima 12, Luanda68, Angola

Almeida, Adilson Leitão; Rua Nossa Senhora da Leuxima 12,
 Luanda68, Angola

Baião, Juscelina Domingos; Rua Nossa Senhora da Muxima
 #12, Luanda68, Angola

André, Manuel João; Rua Nossa Senhora de Muxima 12, Luanda68,
 Angola

Figueiredo, Manuel; Rua Da Nossa Senhora da Moutima, 12,
 Ex Postal 68, Luanda Angola

Cosme, Eva Sebastiao; Cx postal 68C

Reserves

da Cruz, Orlando Manuel; Igreja Metodista Unida Em Angola,
 R/Nossa Senhorada Muxima EXP 68C, Lunanda, Angola

Zumba, Moisés Mazuela; Rua N/S De Muxima 12, Angola

Oliveira, Mauro Miguel De; Rua Nossa, Senhona, Angola

Cazombo, Elvira Moisés de Silva; Igreja Metodista Unida em
 Angola, Rua Nossa Senhora da Muxima 12 CXP 68, Angola

Western North Carolina (20)

Row 11 Table 121 Seats 1-6

Row 11 Table 122 Seats 1-6

Row 11 Table 123 Seats 1-6

Row 11 Table 124 Seats 1-2

Delegates

*Davis, Jennifer Pharr; PO Box 6175, Gastonia, NC 28056-
 6000

Ingram, Kimberly Tyree; PO Box 18005, Charlotte, NC
 28218-0005

Lineberry, Jennifer Burton; 1100 Huntsford Terrace, Thomasville,
 NC 27360

Coles, Amy Louise; 3400 Shamrock Drive, PO Box 18005,
 Charlotte, NC 28218

Gilbert, Mary Lynne; Greensboro District, The United Methodist
 Church, PO Box 4523, Greensboro, NC 27404-4523

Christy, David Harold; 2424 Flintshire Lane, Gastonia, NC
 28056

Hooker, Jr., Coley; 6400 Charter Oak Drive, Pleasant Garden,
 NC 27313

Stanley, Ashley Crowder; 24 Ashbrook Meadows, Fletcher,
 NC 28732

Johnson, Amy Long; 4920 Belgrove Drive, Tobaccoville, NC
 27050-9547

Lee, In-Yong; 1201 Shady Bluff Drive, Charlotte, NC 28211

Sherfey, Shannon Marie Haszard; 191 Northwood Circle,
 Taylorsville, NC 28681

Howell, James Comer; 1501 Queens Rd., Charlotte, NC
 28207

Hieronimus, Sandra (Sandy) Lovelace; 10000 Little Creek Rd., Mint Hill, NC 28227-5242
Troxler, Jeremy Issac; Spruce Pine UMC, 11090 Hwy. 226 S., Spruce Pine, NC 28777
 Dozier, Henry Washington; 6540 Wickville Drive, Charlotte, NC 28215
Moore, Samuel Howard; 4116 Bellingham Lane, Charlotte, NC 28215
 Upchurch, Robert Douglas; 322 Gregg Street, Archdale, NC 27263
Boggs, John Sherrod; 5104 Misty Oaks Drive, Apt. 1722, Charlotte, NC 28269
 Lanier, Tonya Ann; 710 Burgess Street, Lexington, NC 27292
Patterson, Jeffrey Scott; 1225 Chestnut Dr., High Point, NC 27262

Reserves

McKinney, Sarah Eileen Hanko; 1100 Heatherloch Dr., Gastonia, NC 28054
Queen, Sally Wooten; 1100 Heatherloch Dr., Gastonia, NC 28054
 Woods, Andrew Stephen; 150 17th Ave. N.W., Hickory, NC 28601
Webb, Shelly Fay; 563 Falls Creek Road, Pisgah Forest, NC 28768
 Locklear, Neffie; 5717-G Bramblegate Road, Greensboro, NC 27409
Hockett, David Carl; 13924 Professional Center Drive, Huntersville, NC 28078
 Thompson, Cindy Lloyd; 971 Wyckshire Court, Whitsett, NC 27377
Pleasants, Angela A.; 166 E. Main Ave., Gastonia, NC 28052
 Wood, Jane Boatwright; PO Box 985, Lake Junaluska, NC 28745
Hand, Stephanie Moore; 2535 Roundabout Lane, Charlotte, NC 28210
 Loftin, Wade Douglas; 5570 Windemere Cir., Trinity, NC 27370
Huffman, Lory Beth Thompson; 471 New Market Blvd., Boone, NC 28607
 Rodriguez, Reynaldo Anthony; 108 Breckindale Circle, Winston-Salem, NC 27104
Westmoreland, Christopher M.; address unavailable at time of printing
 Fitzjefferies, Kathy E.; 115 Tannin Way, Lexington, NC 27295
Beach, Laura Michelle; 198 Bluebird Lane, Boone, NC 28607

Williams, Joseph W.; address unavailable at time of printing
Hand, Dawn Maria; 1500 16th St., N.W., Washington, DC 20036
 Aldridge, Ann Hayes; 2542 Silverbrook Court, Morganton, NC 28655
Brittain, Julianne Jan; 575 Brawley School Road, Mooresville, NC 28117

Western Pennsylvania (12)

Row 10	Table 117	Seats 1-6
Row 10	Table 118	Seats 1-6

Delegates

*Gregory, Sharon J.; 2133 Chalfant Street, Pittsburgh, PA 15221
Park, Eric Stephen; 1034 Route 288, Fombell, PA 16123
 Denardo, Nancy L.; 1007 Norwood St., McKeesport, PA 15133
Zilhaver, Robert Frank; 232 N. Pittsburgh St. Suite B, Conneville, PA 15425
 Hoffman, Richard Christian; 101 Pembroke Ct., Greensburg, PA 15601
Dunn, Alyce Weaver; PO Box 5002, Cranberry Twp., PA 16066-5002
 Morelli, Paul Michael; 420 First Street, DuBois, PA 15801
Wagner, Amy R.; 909 Denny Court, Cranberry Twp., PA 16066
 Miller, Diane M.; 140 Boones Way, Kennerdell, PA 16374
Meekins, William Bright; 1615 Grandview Ave., McKeesport, PA 15132
 Stahlman, Vicki Jean; 293 Cowan Road, Brookville, PA 15825
Seth, John William; 337 Gurney Rd., Franklin, PA 16323

Reserves

Blystone, Donald Carlyle; 7849 Route 97, Union City, PA 16438
McPherson, Seth Ryan; 5708 Glen Hill Drive, Bethel Park, PA 15102
 Whitehead, Tina Anne; 519 Maryland Avenue #1, Oakmont, PA 15139
Chung, Sung Shik; 510 Locust Street, Johnstown, PA 15901
 Geer, Faith Weston; 1406 Towne Square Drive, Allison Park, PA 15101
Cox, Gregory David; 512 Sarah Drive, Cranberry Twp., PA 16066
 Ward, Peggy Denise; 177 Neville Avenue, Pittsburgh, PA 15202

Bain, Randall William; 1916 Brenlin Street, Johnstown, PA 15904

Schwanke, Kayla June; 44 Greenbriar Circle, Russell, PA 16345

Gottschalk, Stephanie Ruth; 100 Airport Ave. E., Venice, FL 34285

Merrick, Tracy Reynolds; 2443 Dogwood Drive, Wexford, PA 15090

Ciampa, John Everett; 135 Beagle Road, South Fork, PA 15956

Wisconsin (6)

Row 13 Table 150 Seats 1-6

Delegates

King, Lisa M.; W615 Riverview Ct., Fall River, WI 53932

Dick, Daniel Robert; 750 Windsor St., Sun Prairie, WI 53590

Dick, Barbara Anne Buehler; 261 North Musket Ridge Dr., Sun Prairie, WI 53590

Royappa, Samuel John; 750 Windsor St., Sun Prairie, WI 53590

Burgess, Gail L.; 6510 - 203rd Avenue, Bristol, WI 53104

**Zekoff, Steven E.*; W8212 Stockbridge Ct., Lake Mills, WI 53551

Reserves

Crise, Katie Elizabeth; PO Box 312, Webster, WI 54893

Stein, Amanda M. D.; 329 North Street, Madison, WI 53704

Popp, Thomas George; 9 South Owen Drive, Madison, WI 53705

Mayorga, Jorge Luis; 750 Windsor St., Sun Prairie, WI 53590

Vasby, Judith Grace; 218 Neli Ct., Deerfield, WI 53531

Schwerin, Daniel W.; 121 Wisconsin Ave., Waukesha, WI 53186

Yellowstone (2)

Row 4 Table 40 Seats 5-6

Delegates

McCammon, Donald L.; 2616 Bonnie Court, Missoula, MT 59803

**Amundson, Tyler Flint*; 1810 Shiloh Rd., Billings, MT 59106

Reserves

Plimpton, Lovinia Marguerite; 1929 E. Broadway, Missoula, MT 59802

Scott, Jeremy William; 108 King Ave., Johnstown, CO 80534

Zambia (6)

Row 5 Table 60 Seats 1-6

Delegates

Mulonda, Obed Bupe; UMC, PO Box 70839, Ndola, Zambia
Kilembo, Robert Shakikupe; UMC, PO Box 70839, Ndola, Zambia

Chikuta, John; PO Box 70839, Ndola, Zambia

**Bwalya, Laishi*; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Kadima, Cathrine; Eglise Methodiste-Unie Au Nord, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Mainsa, Daiman; UMC, PO Box 20219, Kitwe, Zambia

Reserves

Reserve information unavailable at time of printing.

Estado de Membro do Comité Legislativo

Numa Conferência Geral quadrienal, o estado de membro dos comités legislativos é impresso após a lista de delegados e reservas por conferência.

Para a Sessão Especial 2019 da Conferência Geral, a Comissão da Conferência Geral determinou que haverá apenas um comité legislativo, ao qual todos os delegados serão atribuídos. Toda a legislação considerada de acordo com o chamamento da Sessão Especial será atribuída a esse comité.

Objetivo de Sessão Especial da Conferência Geral

Convocação do Conselho dos Bispos para a Sessão Especial da Conferência Geral



Concilio dos Bispos
A Igreja Metodista Unida
100 Maryland Avenue NE, Suite 300
Washington, DC 20002

24 de Abril de 2017

Para: Secretários da Conferência Anual
Chefes das Delegações da Conferência Geral de 2016 (ou sucessores)
Secretário da Conferência Geral
Presidente da Comissão da Conferência Geral

De: Bispo Bruce R. Ough, Presidente
Concilio dos Bispos

Assunto: Sessão Especial da Conferência Geral

Que a graça e a paz de Deus, Nosso Criador, e de Nosso Senhor Jesus Cristo estejam convosco.

O Concilio dos Bispos convoca uma sessão especial da Conferência Geral, em conformidade com a Divisão Dois - Seção II - Artigo II da Constituição da Igreja Metodista Unida (§ 14 de *O Livro da Disciplina*, 2016).

A sessão especial da Conferência Geral será realizada entre os dias 23 e 26 de Fevereiro de 2019, em St. Louis, Missouri.

A finalidade desta sessão especial da Conferência Geral limitar-se-á a receber e dar seguimento a um relatório do Concilio dos Bispos, com base nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir.

Em conformidade com o Artigo II da Constituição (§ 14 de *O Livro da Disciplina*, 2016), esta sessão especial da Conferência Geral será composta pelos delegados à Conferência Geral de 2016, ou pelos seus legítimos sucessores, excepto quando uma determinada conferência anual ou conferência missionária preferir efectuar uma nova eleição.

O Secretário da Conferência Geral estará em comunicação com os secretários da conferência anual relativamente à informação actualizada dos delegados, distribuição de lugares dos delegados de reserva e a emissão de novos certificados de eleição para as conferências anuais que escolherem realizar uma nova eleição.

No momento adequado, a Comissão da Conferência Geral e o Gestor de Assuntos da Conferência Geral desenvolverão e enviarão informação adicional sobre a logística da sessão especial da Conferência Geral.

O Concilio dos Bispos incentiva toda a igreja a permanecer em oração profunda e incessante pelos progressos do Espírito Santo para a Comissão sobre um Caminho a Seguir e sessão especial da Conferência Geral.

100 Maryland Avenue NE, Suite 300
Washington, DC 20002
202-547-6270



Concilio dos Bispos
A Igreja Metodista Unida
100 Maryland Avenue NE, Suite 300
Washington, DC 20002

9 de Julho de 2018

Chamada Alterada para a Sessão Especial da Conferência Geral

Para: Secretários da Conferência Anual
Chefes das Delegações da Conferência Geral de 2016 (ou sucessores)
Secretário da Conferência Geral
Presidente da Comissão da Conferência Geral

De: Bispo Kenneth Carter, Presidente
Concilio dos Bispos

Assunto: Alteração à Chamada para a Sessão Especial da Conferência Geral

Que a graça e a paz de Deus, Nosso Criador, e de Nosso Senhor Jesus Cristo estejam convosco.

Movido por um enorme sentimento de prudência e pelo desejo de ajudar os delegados da Sessão Especial da Conferência Geral de 2019 a desempenhar o seu melhor trabalho, o Concilio dos Bispos emite uma alteração à chamada de uma sessão especial da Conferência Geral, em conformidade com a Divisão Dois - Secção II - Artigo II da Constituição da Igreja Metodista Unida (Parágrafo 14 de *O Livro da Disciplina*, 2016).

Esta alteração de chamada é emitida em resposta à nota de rodapé 6 da Decisão do Concilio Judicial n.º 1360, proferida em 25 de Maio de 2018. É anexada ao presente documento uma cópia da Decisão n.º 1360.

O Concilio dos Bispos e a Comissão sobre um Caminho a Seguir trabalharam em colaboração, relativamente ao relatório para a Conferência Geral. Dado que o Concilio dos Bispos procura honrar o trabalho da Comissão sobre um Caminho a Seguir e porque o objectivo tem de ser no melhor interesse da Igreja Metodista Unida, o Concilio dos Bispos determinou que o melhor caminho a seguir é a emissão de uma alteração à chamada.

A finalidade desta sessão especial da Conferência Geral limitar-se-á a receber e dar seguimento a um relatório da Comissão sobre um Caminho a Seguir, com base nas recomendações do Concilio dos Bispos.

A informação abaixo foi incluída na carta de chamada original, datada de 24 de Abril de 2017. Esta permanece como parte da chamada e é incluída para informação, uma vez que estas etapas já estão em curso, em conformidade com a carta de chamada original.

A Sessão Especial da Conferência Geral será realizada entre os dias 23 e 26 de Fevereiro de 2019, em St. Louis, Missouri.

Em conformidade com o Artigo II da Constituição (§ 14 de *O Livro da Disciplina*, 2016), esta sessão especial da Conferência Geral será composta pelos delegados à Conferência Geral de 2016, ou pelos seus legítimos sucessores, excepto quando uma determinada conferência anual ou conferência missionária preferir efectuar uma nova eleição.

O Secretário da Conferência Geral estará em comunicação com os secretários da conferência anual relativamente à informação actualizada dos delegados, distribuição de lugares dos delegados de reserva e a emissão de novos certificados de eleição para as conferências anuais que escolherem realizar uma nova eleição.

No momento adequado, a Comissão da Conferência Geral e o Gestor de Negócios da Conferência Geral desenvolverão e enviarão informação adicional sobre a logística da sessão especial da Conferência Geral.

O Concílio dos Bispos incentiva toda a igreja a permanecer em oração profunda e incessante pelos progressos do Espírito Santo para a sessão especial da Conferência Geral.

Apresenta-se abaixo a nota de rodapé n.º 6 da Decisão do Concílio Judicial n.º 1360.

⁶ A realização de um “exame completo” quanto ao tema da sexualidade humana pressupõe que haverá algum tipo de relatório, documento ou estudo que apoie a “possível revisão de cada parágrafo do nosso *Livro de Disciplina* em relação à sexualidade humana,” o que, por sua vez, pressupõe que a Comissão (não o Concílio dos Bispos) apresentará legislação para resolver o problema. A sessão especial convocada da Conferência Geral destina-se a considerar o “seu trabalho,” isto é, o que quer que a Comissão pretenda apresentar diante da Conferência Geral em termos do seu “exame completo.”

No entanto, à margem da situação, notamos que a questão aqui é se uma comissão especial criada pela Conferência Geral pode reportar a um órgão que não seja a Conferência Geral. Especificamente, a Comissão sobre um Caminho a Seguir submete-se à Conferência Geral ou ao Concílio dos Bispos, e pode apresentar as suas conclusões e reportar à Conferência Geral através do Concílio sobre um? Consultar a DCJ n.º 424.

Não há nada nos procedimentos da Conferência Geral de 2016 que sugira que a Comissão sobre um Caminho a Seguir deveria ter apresentado as suas recomendações ao Concílio dos Bispos. Do mesmo modo, não há evidência no debate legislativo anterior à votação da moção que indique que o Concílio dos Bispos desenvolveria propostas legislativas específicas com base nas recomendações da Comissão e as apresentaria na sessão especial convocada da Conferência Geral.

A linguagem de *Uma Proposta* sugere fortemente que “o trabalho” da Comissão sobre um Caminho a Seguir, e apenas este órgão, é o fundamento para convocação de uma sessão especial da Conferência Geral.

Conselho Judicial da Igreja Metodista Unida

Decisão n.º 1360

SOBRE O ASSUNTO: Petição da Decisão Declaratória do Conselho dos Bispos relativa ao significado, aplicação e efeito do ¶ 14 em relação ao parágrafo 507 de *O Livro da Disciplina* de 2016.

Resumo

A finalidade da sessão especial da Conferência Geral de 2019, declarada na convocatória dos Bispos, limita-se a receber e dar seguimento a um relatório do Conselho dos Bispos, com base nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir. As petições para a sessão especial da Conferência Geral de 2019 podem ser apresentadas por qualquer organização, membro do clero e membro leigo da Igreja Metodista Unida, desde que o assunto proposto para ser abordado nessa petição esteja em harmonia com a finalidade declarada na convocatória. É obrigação da Conferência Geral determinar, em primeira instância, através dos seus comités, oficiais e presidentes, agindo em conformidade com a Disciplina e as regras e procedimentos da Conferência Geral, se qualquer petição está “em harmonia.” No entanto, os assuntos que não estejam em harmonia com a finalidade declarada na convocatória não serão permitidos, excepto se a Conferência Geral, por uma votação de dois terços, determine que outros assuntos possam ser abordados. Consultar o ¶ 14.

Declaração de factos

A Conferência Geral de 2016 enfrentou o que foi descrito como uma ofensiva de 56 petições legislativas distintas, propondo dezenas de “soluções” distintas para o debate quadrienal sobre as questões da sexualidade humana, que dominaram as sessões da Conferência Geral durante quase meio século.¹

Na terça-feira, 16 de Maio de 2016, em nome do Conselho dos Bispos, o Presidente Bruce Ough foi portador de uma mensagem especial para a Conferência Geral:

Mesmo quando apelamos à unidade da igreja, venho hoje perante vós confessar que nós mesmos, como Conselho dos Bispos, não estamos totalmente unidos. E este trabalho, este trabalho de manter a unidade da igreja começa em casa e nós sabemos disso. Assim, não estamos a promover nem a advogar qualquer plano de separação

ou reorganização da denominação. Claramente compreendemos e respeitamos a prerrogativa constitucional desse órgão propor e actuar sobre a legislação. A nossa missão é presidir. E como presidentes, estamos comprometidos em capacitar este órgão, pela graça de Deus, para realizar a sua função legislativa. Ao mesmo tempo, permanecemos receptivos a novas e inovadoras formas de estar em unidade. Continuaremos a dialogar uns com os outros e com todos sobre o modo como Deus pode estar a guiar-nos na exploração de novos começos, novas expressões, talvez até novas estruturas para a nossa missão e testemunho como Metodistas Unidos.²

Mais tarde, durante essa sessão, o delegado Mark Holland apresentou a seguinte moção:

Bispo, eu gostaria de propor uma resolução não vinculativa para a Conferência Geral de 2016, para solicitar respeitosamente aos bispos da nossa igreja que se reúnam hoje para propor a este órgão uma recomendação não vinculativa amanhã de manhã, sobre como a igreja pode prosseguir em torno da questão da sexualidade humana e, se me for dado um segundo, falarei sobre isso.³

A moção de Holland e as suas observações foram seguidas por declarações dos Delegados Tom Berlin, Sergey Kim, Jerry Paye-Manflor Kulah, Adam Hamilton e Richard-Christian Hoffman. A Bispa presidente, Janice Huie, interpretou a moção como uma moção para encaminhamento da questão ao Conselho dos Bispos e solicitou a votação em conformidade. A votação foi de 428-364 a favor do encaminhamento.⁴

Em resposta ao encaminhamento da Conferência Geral, o Conselho dos Bispos apresentou uma recomendação, à qual designou “Uma Proposta para a Via do Progresso” (“Uma Proposta”).⁵ A linguagem prática desse documento dizia o seguinte:

Recomendamos que (i) a Conferência Geral adie todos os votos sobre a sexualidade humana e (ii) submeta todo este assunto a uma Comissão especial, nomeada pelo Conselho dos Bispos, que (iii) irá desenvolver um exame completo e (iv) uma possível revisão de cada parágrafo do nosso *Livro de Disciplina* sobre a sexualidade humana.

1. Consultar o *Defensor Cristão Diário* (*Daily Christian Advocate*) (DCA) Vol. 4, n.º 1 em 1709, o qual indica todas as petições de sexualidade humana que a Conferência Geral de 2016 tinha previsto para consideração antes da votação para encaminhar toda a questão para o Conselho dos Bispos e sua Comissão sobre um Caminho a Seguir.

2. DCA Vol. 4 n.º 8, página 2459.

3. DCA Vol. 4 n.º 8, páginas 2476-2477.

4. DCA Vol. 4 n.º 8, página 2478.

5. DCA Vol. 4 n.º 9, página 2488.

* * * *

Comprometemo-nos a manter um diálogo contínuo com esta comissão, enquanto esta realiza o seu trabalho, incluindo objectivos e resultados claros. (v) Caso concluam o seu trabalho a tempo para uma Conferência Geral extraordinária, então (vi) convocaremos uma reunião de dois a três dias antes da Conferência Geral de 2020 [Acrescentadas edições].⁶

As moções de Adam Hamilton e Chap Temple, relativas a Uma Proposta, falharam. O delegado George Howard avançou e apresentou esta moção:

Eu iria sugerir que aceitássemos o relatório do Conselho dos Bispos e agíssemos nas etapas que estes propuseram para fazer avançar a Igreja Metodista Unida. Eu creio que nós pedimos aos nossos líderes para liderar. Eu creio que eles tentaram avançar num curto espaço de tempo, por um caminho que nos permitiria avançar com dignidade, que honraria e respeitaria a diversidade dos nossos líderes e a diversidade deste órgão. Que eles mantenham a integridade perante eles, de quem somos como Igreja Metodista Unida. Que eles guardem nos seus corações como nossos pastores, a responsabilidade de liderança, e que possam criar isso. Eles podem nomear a equipa que eles respeitirão e que nós poderemos apoiar. Considero que estamos prontos. Considero que estamos prontos para seguir em frente. Isto é uma acção. Não se está a adiar nada. Isto permite-nos prosseguir com um plano que manterá unida A Igreja Metodista Unida.

Após discussão, incluindo as perguntas processuais, o Bispo McAlilly solicitou a votação com a seguinte declaração:

Estamos prontos para votar a recomendação. Esta é uma recomendação do Conselho dos Bispos que está perante nós. . . . Muito bem. Temos 428 a favor, contra 405. A recomendação prevalece. Muito obrigado.⁷

Em 24 de Outubro de 2016, o Conselho dos Bispos nomeou 32 pessoas para servirem na Comissão sobre um Caminho a Seguir (Commission on the Way Forward, “CWF”), onde se incluíram 8 bispos como membros e 3 bispos como moderadores.

Em 24 de Abril de 2017, o Conselho dos Bispos emitiu a sua convocatória para uma Conferência Geral especial e declarou o seguinte propósito:

A finalidade desta sessão especial da Conferência Geral limitar-se-á a receber e dar seguimento a um relatório do Conselho dos Bispos, com base nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir.

Em 28 de Fevereiro de 2018, as Actas da Sessão Executiva (*seleccionar segmento*) do Conselho dos Bispos declarou que o Conselho votou a favor de uma decisão declaratória do Conselho Judicial “para esclarecer se as petições serão aceites antes da Sessão especial da Conferência Geral de 2019.” Uma EMENDA dessas minutas declarou o seguinte: POR CONSENTIMENTO PARA A ACÇÃO SEM REUNIÃO FORMAL, todo o Conselho dos Bispos aprovou, através de votação por e-mail, a submissão ao Conselho Judicial de um pedido de decisão declaratória referente ao ¶ 14 em relação ao ¶ 507 de *O Livro da Disciplina* de 2016.

Em 9 de Abril de 2018, a bispa Cynthia Fierro Harvey encaminhou para o Secretário do Conselho Judicial a solicitação dos bispos para uma decisão declaratória juntamente com um pedido para que o Conselho agendasse uma sessão através de convocação para responder à solicitação.

A solicitação de decisão declaratória (excepto lagniappe) é a seguinte:

Se as petições estiverem em harmonia com a finalidade restrita declarada na convocatória do Conselho dos Bispos . . . conforme determinado por uma votação de dois terços da Conferência Geral, . . . podem as organizações da Igreja Metodista Unida, membros do clero e membros leigos submeterem petições à sessão especial da Conferên-

6.A realização de um “exame completo” quanto ao tema da sexualidade humana pressupõe que haverá algum tipo de relatório, documento ou estudo que apoie a “possível revisão de cada parágrafo do nosso Livro de Disciplina em relação à sexualidade humana,” o que, por sua vez, pressupõe que a Comissão (não o Conselho dos Bispos) apresentará legislação para resolver o problema. A sessão especial convocada da Conferência Geral destina-se a considerar o “seu trabalho,” isto é, o que quer que a Comissão pretenda apresentar diante da Conferência Geral em termos do seu “exame completo.” No entanto, à margem da situação, notamos que a questão aqui é se uma comissão especial criada pela Conferência Geral pode reportar a um órgão que não seja a Conferência Geral. Especificamente, a Comissão sobre um Caminho a Seguir submete-se à Conferência Geral ou ao Conselho dos Bispos, e pode apresentar as suas conclusões e reportar à Conferência Geral através do Conselho? Consultar a DCJ n.º 424. Não há nada nos procedimentos da Conferência Geral de 2016 que sugira que a Comissão sobre um Caminho a Seguir deveria ter apresentado as suas recomendações ao Conselho dos Bispos. Do mesmo modo, não há evidência no debate legislativo anterior à votação da moção que indique que o Conselho dos Bispos desenvolveria propostas legislativas específicas com base nas recomendações da Comissão e as apresentaria na sessão especial convocada da Conferência Geral.

A linguagem de Uma Proposta sugere fortemente que “o trabalho” da Comissão sobre um Caminho a Seguir, e apenas este órgão, é o fundamento para convocação de uma sessão especial da Conferência Geral.

7. DCA Vol. 4 n.º 10, página 2680.

cia Geral . . . que não sejam coerentes com o “relatório do Conselho dos Bispos baseado nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir” . . . ?⁸

Uma audição oral foi realizada em 22 de Maio de 2018 em Evanston, Illinois. Os Rev. Gary W. Graves, Gary George, e Sara Hotchkiss compareceram em nome do Inquirido. O Bispo Bruce R. Ough e Bill Waddell compareceram em nome do Requerente. Os seguintes compareceram como representantes *Amicus Curiae*: Keith D. Boyette, Stephanie Henry, O Bispo Scott J. Jones, John Lomperis, e Thomas Starnes.

Jurisdição

O Conselho Judicial é possui jurisdição nos termos do ¶ 2610 de *O Livro da Disciplina de 2016*.⁹

Análise e Fundamentação

A resposta à pergunta formulada na solicitação dos Bispos é Sim e Não. Sim, as petições podem ser apresentadas, mas Não, as petições não devem ser incoerentes com a finalidade declarada na convocação.

A finalidade da sessão especial da Conferência Geral de 2019, declarada na convocatória dos Bispos, limita-se a receber e dar seguimento a um relatório do Conselho dos Bispos, com base nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir.

O parágrafo 507 de *O Livro da Disciplina de 2016* permite a qualquer organização, membro do clero ou membro leigo da Igreja Metodista Unida apresentar uma petição à Conferência Geral, desde que cumpra os critérios aí definidos. Não existe qualquer distinção se essas petições se destinam a uma sessão ordinária ou especial da Conferência Geral.

A Divisão II, Seção II, Artigo II da Constituição (¶ 14) não coloca qualquer restrição à apresentação de petições numa sessão especial da Conferência Geral, desde que o assunto proposto a debate nessa petição esteja em harmonia com a finalidade declarada na convocatória. Assim, são permitidas as petições que estejam em harmonia com qualquer assunto que possa ser proposto no Relatório dos Bispos.

Parecer

A finalidade da especial da Conferência Geral de 2019, declarada na convocatória dos Bispos, limita-se a receber e dar seguimento a um relatório do Conselho dos Bispos, com base nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir. As petições para a especial da Conferência Geral de 2019 podem ser apresentadas por qualquer organização, membro do clero e membro leigo da Igreja Metodista Unida, desde que o assunto proposto para ser abordado nessa petição esteja em harmonia com a finalidade declarada na convocatória. É obrigação da Conferência Geral determinar, em primeira instância, através dos seus comités, oficiais e presidentes, agindo em conformidade com *A Disciplina* e as regras e procedimentos da Conferência Geral, se qualquer petição está “em harmonia”. No entanto, os assuntos que não estejam em harmonia com a finalidade declarada na convocatória não serão permitidos, excepto se a Conferência Geral, por uma votação de dois terços, determine que outros assuntos possam ser abordados. Consultar o ¶ 14.

Deanell Tacha absteve-se e não participou de nenhum dos procedimentos relacionados com essa decisão.

O Primeiro Leigo Suplente, Warren Plowden, participou desta decisão.

24 de Maio de 2018

Concordo em Parte, Discordo em Parte

Embora concorde com os meus colegas em alguns aspectos, redijo separadamente porque creio que o âmbito e a aplicação da lei são um pouco mais restritos do que os da maioria. Para efeitos de maior clareza do presente documento, irei reafirmar apenas alguns dos factos importantes, juntamente com as disposições Disciplinares de controlo:

A Constituição da Igreja Metodista Unida autoriza sessões especiais da Conferência Geral no ¶ 14 do seguinte modo:

¶ 14. Artigo II. - A Conferência Geral deverá reunir-se no mês de Abril ou Maio uma vez a cada quatro anos, em

8. A pergunta não editada, colocada pelos bispos, é a seguinte: “Se as petições estiverem em harmonia com a finalidade restrita declarada na convocatória do Conselho dos Bispos em 24 de Abril de 2017, conforme determinado por uma votação de dois terços da Conferência Geral e se as petições tiverem o carimbo dos correios até 8 de Julho de 2018, podem as organizações da Igreja Metodista Unida, membros do clero e membros leigos submeterem petições à sessão especial da Conferência Geral que não sejam coerentes com o “relatório do Conselho dos Bispos baseado nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir”, conforme declarado na convocatória? A frase “... conforme determinado por uma votação de dois terços...” na premissa da Solicitação é equívoca, uma vez que esse requisito se refere a “outros assuntos possam ser abordados.” Consultar o ¶ 14, última frase. Consultar também DCJ n.º 227.

9. ¶ 2610. Decisões Declaratórias — 1. O Conselho Judicial, sobre a petição conforme doravante apresentada, terá jurisdição para decidir sobre a natureza de uma decisão declaratória, no que respeita à constitucionalidade, significado, aplicação ou efeito de *A Disciplina* ou qualquer parte desta, qualquer acto ou legislação de uma Conferência Geral; e a decisão do Conselho Judicial sobre a mesma será tão vinculativa e eficaz como uma decisão tomada por este em processo de recurso. 2. Os seguintes órgãos na Igreja metodista Unida estão desta forma autorizados a efectuarem as petições ao Conselho Judicial para decisões declaratórias: . . . (b) o Conselho dos Bispos...

data e local determinados pela Conferência Geral ou pelos seus comités devidamente autorizados.

Uma sessão especial da Conferência Geral, possuindo autoridade e no exercício de todos os poderes da Conferência Geral, **pode ser convocada pelo Conselho dos Bispos, ou** por outra qualquer forma **como a Conferência Geral possa de tempos a tempos prever**, para se reunir em data e local conforme determinado na convocatória. Esta sessão especial da Conferência Geral deverá ser composta pelos delegados da Conferência Geral anterior ou os seus sucessores legítimos, excepto no caso de uma conferência anual ou conferência missionária específica [Emenda 1976] preferir ter uma nova eleição e poderá efectuar desse modo [consultar DCJ 221, 226, 228, 238, 302]. **O objectivo** dessa sessão **especial será indicada na convocatória, e apenas esse assunto será abordado** como estando em harmonia com **o objectivo** indicado nessa convocatória, excepto se a Conferência Geral por votação de dois terços determine que outro assunto possa ser abordado [consultar DCJ 227]. [Adicionado ênfase]

A Conferência Geral de 2016 solicitou e autorizou o Conselho dos Bispos a convocar uma sessão especial da Conferência Geral de acordo com a criação e o trabalho previstos de uma “Comissão sobre um Caminho a Seguir”

A subsequente convocatória dos Bispos para a Sessão Especial da Conferência Geral de 2019 declara:

A finalidade desta sessão especial da Conferência Geral limitar-se-á a receber e dar seguimento a um relatório do Conselho dos Bispos, com base nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir.

Em seguida, o Conselho dos Bispos formulou uma solicitação de Decisão Declaratória:

Se as petições estiverem em harmonia com a finalidade restrita declarada na convocatória do Conselho dos Bispos em 24 de Abril de 2017, conforme determinado por uma votação de dois terços da Conferência Geral e se as petições tiverem o carimbo dos correios ou forem recebidas até 8 de Julho de 2018, podem as organizações da Igreja Metodista Unida, membros do clero e membros leigos submeterem petições à sessão especial da Conferência Geral convocada para os dias 23 a 26 de Fevereiro de 2019 que não sejam coerentes com o “relatório do Conselho dos Bispos baseado nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir,” conforme declarado na convocatória?

Ao responder à pergunta, creio que seja mais útil ser directo e rigoroso sempre que possível. Assim, tendo isso em consideração:

1. a convocatória para a sessão especial já foi emitida; e
2. a finalidade especificada na convocatória está “limitada a receber e dar seguimento a um relatório do Conselho dos Bispos, com base nas recomendações da Comissão sobre um Caminho a Seguir”; e
3. a Constituição limita o assunto de uma sessão especial à finalidade declarada na convocatória

Assim, por conseguinte, a sessão especial da Conferência Geral de 2019 não irá receber petições, dado que a sua finalidade está limitada ao relatório que emana do trabalho da Comissão sobre um Caminho a Seguir.

Embora existam aspectos deste processo que distorcem os limites das funções e autoridade do Episcopado (poder executivo) e da Conferência Geral (poder legislativo), mediante uma revisão completa das transcrições dos procedimentos diários de Terça-feira, 17 de Maio, e Quarta-feira, 18 de Maio, e Sexta-feira, 20 de Maio, e especialmente depois de uma cuidadosa visualização das transmissões ao vivo em arquivo (vídeos) de cada uma dessas sessões plenárias, é evidente que esta Solicitação única para este papel quase participativo e incomum do Episcopado, foi iniciado pelos delegados da Conferência Geral.

Na manhã de Terça-feira, em resposta às crescentes e escaladas expressões de ansiedade e dor, decorrentes de discussões informais, comunicações e cobertura da imprensa sobre um possível cisma iminente dentro da denominação, foi proposta ao órgão uma mensagem pastoral de unidade e esperança pelo Conselho dos Bispos. [DCA páginas 2458-2459.]

Na tarde de Terça-feira, a mensagem pastoral do Bispo da sessão da manhã foi especificamente referenciada pelos delegados da Conferência Geral, enquanto apresentavam moções e se envolviam em debates, e, por vezes, solicitavam literalmente ajuda e orientação do Conselho dos Bispos.

O criador da primeira moção afirmou:

. . . Eu gostaria de propor uma resolução não vinculativa para a Conferência Geral de 2016, para solicitar respeitosamente aos bispos da nossa igreja que se reúnam hoje para propor a este órgão uma recomendação não vinculativa amanhã de manhã, sobre como a igreja pode avançar em torno da questão da sexualidade humana e, se me for dado um segundo, falarei sobre isso. . . .

Bispo, apreciei a essência partilhada hoje, connosco, pelo Bispo Ough e o dilema que os bispos enfrentam por estarem divididos em torno dessas questões. Penso que agora, mais do que nunca, precisamos da liderança dos nossos líderes temporais e espirituais para caminharmos para a Conferência Sagrada e servirmos de modelo deste órgão de como um órgão dividido prossegue no caminho do bem. Fala-se muito sobre a divisão da igreja. Fala-se muito so-

bre que aspecto tomará. Existe muita energia à volta das petições que vão chegar nos próximos dias, que poderão ser potencialmente explosivas, e eu penso que se nós fizermos a nossa proposta de convite aos bispos—eles não estão vinculados a nós, os bispos poderiam dizer não, e nós não estamos limitados pelo trabalho dos bispos, poderíamos ignorar o que eles dizem—mas seria benéfico, creio eu, se pudéssemos ouvir aqueles que foram consagrados à liderança na nossa igreja sobre o possível aspecto da via do progresso e capacitar a sua liderança para voltarem durante a manhã. Eu iria sugerir que eles se reunissem hoje. Com exceção dos dirigentes presidentes, os bispos não possuem funções no processo legislativo e poderiam usar essa boa hora para modelar, através da oração e ponderação, a Conferência Sagrada para todos nós. Eu penso que está na altura de fazer algo novo, que nos permita avançar com esperança e respeito, uns com os outros. Eu ouço o seu apelo à unidade, e um apelo à unidade sem um caminho que nos conduza à unidade não nos fará lá chegar. Obrigado. [DCA páginas 2476-2477].

O delegado que falou a seguir propôs o seguinte:

. . . Sou pastor na Conferência Anual da Virgínia. Bispo, esta manhã o Bispo Ough disse que a função do bispo na Conferência Geral era presidir. Muito honestamente, Bispo, pensamos que a sua função é liderar. Gostaríamos—(aplausos) que [o] conselho liderasse. Nós temos— . . . uma situação muito difícil, muito difícil e dolorosa, e de diversas maneiras, muitas pessoas estão a viver um grande sofrimento, sobretudo com as questões da sexualidade humana. Gostaríamos que todos vós nos liderásseis, e é por isso que vós fostes eleitos. Estamos a pedir a vossa liderança, e se vós pudésseis apresentar-nos alguma proposta concreta, que poderia incluir uma convocatória para Conferência Geral, que está no âmbito da vossa autoridade, eu acho que seria uma bênção para o órgão e para a igreja. Obrigado. [DCA página 2477].

Após isso, três oradores, outra moção e alegação:

. . . Obrigado, Bispo. Nesta Conferência Geral, estamos num beco sem saída. Teoricamente, poderíamos sair daqui na Sexta-feira, ainda encurralados e feridos. Vós sois os nossos líderes. Vós sois os nossos líderes espirituais. Concorde com Mark Holland, com Tom Berlin. Nós precisamos de vós. Ser-nos-ia bastante útil reunirmo-nos em espírito de oração para considerar o que poderia ser uma

maneira de progredirmos como igreja e, mais uma vez, isso não é vinculativo. Vós estais a fazer recomendações como nossos líderes espirituais em todo o mundo para nos ajudar a progredir como uma denominação, e eu concordo com a sugestão de Tom que poderia incluir, vós tendes o direito de convocar, uma Conferência Geral especial para focar esta questão particular de como nós encontramos, como podemos reorganizar as nossas vidas para que tenhamos a oportunidade de progredir, seja qual for o seu aspecto. Nós precisamos de vós. Nós precisamos do vosso auxílio. Precisamos que vós dediqueis tempo a contemplar isto, que oreis sobre isso, eu sei que vós já o fizestes, para que depois possais regressar com uma sugestão de como progredirmos, para que não saíamos Sexta-feira, do mesmo modo como saímos há quatro anos, tendo alcançado muito pouco e dando por nós imobilizados como denominação. Eu estou-vos a implorar. Por favor, ajudai-nos. [DCA páginas 2477-2478].

Foi, assim, este o contexto, ímpeto, e discursos iniciais que conduziram à acção da Conferência Geral, que autoriza o trabalho e que culminará com a Sessão Especial da Conferência Geral de 2019.

De acordo com as acções e o debate que ocorreram após estas moções iniciais, tenho relutância em ir além do âmbito limitado da questão apresentada para uma Decisão Declaratória, à luz da dinâmica dessa acção pouco comum da Conferência Geral, que poderá ser considerada de modo razoável como tendo sido uma resposta orgânica dos delegados da Conferência Geral à dinâmica que envolve os delegados da Conferência Geral de 2016.

Pressupondo que o trabalho e as propostas da Comissão serão incluídos no relatório que será redigido na Sessão Especial da Conferência Geral de 2019, e também pressupondo que a Comissão estará presente e com participação plena na apresentação do relatório, particularmente no que se refere ao processo, trabalho e conclusões da Comissão, assim, nessas circunstâncias, as preocupações manifestadas na opinião da maioria, relativamente às funções e à autoridade da Conferência Geral e do Episcopado devem ser dissipadas.

Respeitosamente submetido à apreciação,

Beth Capen

24 de Maio de 2018

Comissão sobre o Relatório Um Caminho a Seguir na Conferência Geral

Prefácio

Este relatório para a Sessão Especial da Conferência Geral da Comissão sobre Um Caminho a Seguir é enviado tendo por base o desejo de servir toda a nossa igreja e, particularmente, as delegações que se irão reunir em Fevereiro de 2019. É disponibilizado no contexto de uma igreja global em quatro continentes, nas quatro línguas oficiais da igreja e numa tentativa de partilhar material que honre esta realidade. Este relatório é o trabalho da Comissão sobre Um Caminho a Seguir e é partilhado directamente com a Sessão Especial da Conferência Geral.

História do Relatório da Comissão sobre Um Caminho a Seguir

Desde o seu começo, a Comissão sobre um Caminho a Seguir e o Concílio dos Bispos compreenderam que a Comissão estava a fazer o seu trabalho em nome do Concílio dos Bispos e que o Concílio dos Bispos enviaria um relatório e legislação proposta para a Sessão Especial da Conferência Geral em 2019. Esta foi a interpretação de linguagem normal que se referia a Oferta de um Caminho a Seguir, aprovada em Portland na Conferência Geral de 2016, à luz da qual a Comissão realizou o seu trabalho.

Em 25 de Maio de 2018, após a reunião final da Comissão Sobre um Caminho a Seguir, o Conselho Judicial anunciou a sua decisão (Decisão 1360), indicando que a Comissão terá de enviar o seu relatório e legislação proposta directamente à Conferência Geral. De modo a melhor servir a igreja, a Comissão reformatou o seu relatório para reflectir esta alteração e para honrar o trabalho efectuado pela Comissão.

Isto deu à Comissão a oportunidade de reflectir sobre o seu propósito. A Comissão é um grupo de trinta e duas pessoas reunidas para ajudar a igreja a encontrar um caminho a seguir. O propósito da Comissão nunca foi chegar à uniformidade de pensamento entre os seus membros ou a conceber a forma que a igreja deva tomar no futuro. O propósito tem sido ajudar o Concílio dos Bispos e a Conferência Geral a fazer este trabalho de tomada de decisão. E, assim, o que a igreja irá ver no relatório não sugere que os membros da Comissão tivessem totalmente de acordo com tudo no relatório. Apesar de não concordar com tudo neste relatório, os membros da Comissão concordaram sempre em manter o trabalho para o benefício de toda a igreja. Os membros da Comissão estiveram de acordo uns com os outros, e permanecem esperançados sobre o trabalho de Deus através da Igreja Metodista Unida.

À medida que lê o relatório, repare que existem locais onde o trabalho foi realizado pela Comissão e onde é incluída informação adicional a partir de trabalho realizado pelo Concílio dos Bispos ou um subgrupo de bispos separado.

O Contexto Histórico

2018 é o 50º aniversário da Igreja Metodista Unida. Observamos a formação da Igreja Metodista Unida em 1968, que tem de incluir as histórias da Jurisdição Central nos Estados Unidos, e a Irmandade Unida Evangélica. Em 1972, a presente linguagem sobre a sexualidade humana foi adicionada ao nosso *Livro de Disciplina*. Um mal cada vez maior entre uns e outros, e um aprofundado impasse relacionado com a sexualidade humana e a unidade da igreja levou a uma Sessão Especial da Conferência Geral, que irá receber este relatório e outros assuntos em harmonia com a convocação desta Sessão Especial pelo Concílio dos Bispos.

Ideias Fundamentais

O Nosso Centro Comum

Os Credos dos Apóstolo e Niceno; Artigos de Religião e Confissão de Fé; Regras Gerais; Os Hinos de Wesley; Envolvimento Disciplinado com a Escritura; Trabalho de Devoção, Misericórdia, e Justiça; Sacramentos do Baptismo e Eucaristia; Responsabilidade e Apoio de Pequenos Grupos (Reuniões de Classes e Bandas); Uma Forma de Vida Conexional que inclui a Superintendência, Itinerância, e Conferência. De “Maravilha, Amor e Louvor,” três conceitos: O amor salvífico de Deus é para todos; o amor salvífico de Deus é transformador; e o amor salvífico de Deus cria comunidade.

A Necessidade de Espaço e Separação

A posição de que os Metodistas Unidos têm feito grande mal uns aos outros, e/ou que existem diferenças teológicas irreconciliáveis, e que isto requer a criação de um espaço mais distinto entre os constituintes da nossa igreja e, talvez, a separação de alguns segmentos da nossa igreja, principalmente com base em valores.

Centralização e Descentralização

Fundamentado nos conceitos da “Unidade Conexional e Liberdade Local” (*Livro de Disciplina*, ¶ 125). A Cen-

tralização e Descentralização têm, cada uma, características positivas e negativas. A qualidade positiva da centralização é ordem e clareza; a qualidade negativa pode ser a estagnação e supressão. A qualidade positiva de descentralização é a liberdade e contextualização; a qualidade negativa pode ser o caos e confusão. Uma questão fundamental relativamente à centralização e descentralização é sobre para qual das duas a nossa situação missional presente nos inclina?

Valores Tradicionalistas, Contextuais, e Progressivos

Os tradicionalistas valorizam o casamento entre um homem e uma mulher, e actividade sexual neste relacionamento. Os tradicionalistas também procuram maior responsabilidade a todo o nível da igreja. Os contextualistas querem traduzir o evangelho para vários contextos onde Deus nos coloca. Isto é visto como um chamamento missiológico, e acreditam que o trabalho da igreja pode ser adaptado numa igreja global. Os progressivos valorizam a total inclusão de todas as pessoas na vida da igreja, a todos os níveis, e isto inclui a comunidade LGBTQ. Também acreditam que a igreja pode celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Aprender a Ser uma Igreja Global

A consciência, especialmente entre os Metodistas Unidos nos Estados Unidos, de que aspiramos a compreender e viver a partir da nossa natureza mundial. Esta é uma jornada de escuta, humildade, ultrapassagem dos limites da geografia, linguagem, e cultura para compreender como a fé e cultura formam as conversas em redor da identidade e da prática LGBTQ e a unidade da igreja. À medida que a conversa fica mais madura, será menos dominada pelos hábitos coloniais do passado e presente.

Definições de Unidade

A nossa unidade está em Jesus Cristo: Um Senhor, Um Espírito, Uma Fé, e Um Baptismo. Jesus ora por esta unidade e esta unidade é tornada visível no seu corpo, a igreja. A nossa unidade pode ser visível em novas formas e estruturas. O caminho para uma maior unidade é aquele que é realizado em coordenação com o trabalho do *Livro Geral da Disciplina*. Quando não podemos viver em unidade uns com os outros, o nosso testemunho está comprometido e fazemos mal uns aos outros.

Maximizar a Missão e Distinção entre Missão Pública e Privada

Existimos como igreja em quatro continentes, sob a cruz e chama. Maximizar a missão é satisfazer a Grande Comissão e o Grande Mandamento em tantos lugares no mundo quan-

to possível. A missão pública é o nosso propósito declarado de “criar discípulos de Jesus Cristo para a transformação do mundo” (*Livro de Disciplina*, ¶ 120). Em certos momentos isto pode estar em conflito com a nossa missão privada, que por vezes coloca um valor mais elevado em satisfazer os grupos de constituintes já na nossa igreja.

A Anatomia da Paz e as Nossas Formas de Estar Uns com os Outros

A condição do nosso coração para outra pessoa molda os resultados. Se tivermos o coração em paz, vemos o outro como uma pessoa, com muitas necessidades, esperanças, e dons. Se tivermos o coração em guerra, vemos o outro como um objecto ou um obstáculo para os nossos desejos e visões. Adicionalmente, um coração em guerra exagera as diferenças entre pessoas de modo a preparar a guerra com elas. Isto é uma profecia autor-realizável. E quando pessoas (ou grupos) estão em guerra entre si, aumentam o conflito entre si para se justificarem, e podem estar em colusão uns com os outros para o ganho dos interesses do seu próprio grupo. A Comissão trabalhou de forma diligente para nos condicionar continuamente para termos corações de paz. Este trabalho essencial deu-nos a capacidade de avançar além das nossas posições e a procurar e descobrir os interesses que temos em comum nos termos da nossa fé, as nossas compreensões Bíblicas, os nosso amor pela Igreja Metodista Unida, e a missão de Cristo para chegar ao mundo com o poder transformador de Deus.

Orar pelo Nosso Caminho a Seguir, em Reuniões de Concílio e nas Conferências Anuais

A oração tem estado no centro do processo Caminho a Seguir desde Maio de 2016. Orámos profundamente e em várias línguas nas reuniões da Comissão e do Concílio. As conferências anuais lideraram ênfases e chamamentos para a oração. À medida que nos aproximamos da Conferência Geral Especial Convocada, é-nos pedido que os nossos membros por todo o mundo orem cada dia a partir de 2:23 até 2:26, números que correspondem às datas de 23-26 de Fevereiro de 2019.

Como a Comissão Fez o seu Trabalho

A Comissão sobre Um Caminho a Seguir (COWF) reuniu-se nos edifícios Metodistas Unidos e igrejas locais, como sinal da nossa ligação e como expressão de mordomia. A COWF procurou alinhar-se com a missão, visão, e alcance dados pelo Concílio dos Bispos. Os membros criaram um acordo que orientaria o discurso e acções, nas reuniões e entre as mesmas. Ao longo do tempo as agendas incluíram a partilha de testemunhos de fé, estudo de vários livros bíblicos, incluindo Gálatas, 1 Coríntios, e o Evangelho de João, bem como tempo de oração para cada um.

A Comissão ouviu pessoas de fora, entre elas Erin Hawkins, Dawn Hare, Russell Richey, David Scott, os Bispos Woodie White e Scott Jones. A COWF trabalhou num espírito de colaboração com outras comissões e juntas da igreja; por exemplo foram realizados dois colóquios em parceria com a Junta Geral de Educação Superior e Ministério (GBHEM), um sobre sexualidade humana e um segundo em missão nos Estados Unidos. Os membros da COWF e o Comité da Fé e Ordem reuniram-se para criar o quadro teológico. Os membros da COWF reuniram-se com pessoal da Junta Geral de Ministérios Globais (GBGM) para criar o acordo missional. E a COWF teve uma conversação contínua com a liderança da Wespeth. Uma das nossas reuniões foi realizada em Berlim, na Alemanha, e a Comissão beneficiou muito ao realizar debates fora dos Estados Unidos pois o foco do trabalho da Comissão era considerar o contexto global da Igreja Metodista Unida no seu trabalho.

A COWF também reuniu dados dos constituintes e partes interessadas em toda a conexão. Os membros da comissão e moderadores falaram e ouviram na maioria das escolas teológicas nos EUA e na Universidade de África. Foram mantidos diálogos com grupos de renovação e protecção e com o clérigo e leigos das conferências anuais. Uma plataforma electrónica permitiu aos membros ver submissões em todo o mundo que expressaram as convicções dos Metodistas Unidos.

A COWF apresentou um relatório intercalar ao Concílio dos Bispos em Novembro de 2017, e com base nesse feedback, apresentou novamente em Fevereiro de 2018. Foi dado ao COB um relatório final em Maio de 2018.

Narrativa Histórica do Trabalho da Comissão sobre Um Caminho a Seguir

Os delegados à Conferência Geral em Maio de 2016, em Portland, votaram para aprovar o pedido do Concílio dos Bispos de uma “pausa para orar” e formar uma comissão para explorar as opções que ajudam a manter e fortalecer a unidade da igreja. Em Julho de 2016, o comité executivo do Concílio dos Bispos reuniu-se em Chicago para identificar a missão, visão, e alcance do trabalho e seleccionou três moderadores.

Os Bispos nomearam e seleccionaram 32 membros para servir na Comissão, focando-se num órgão diverso que representa a nossa igreja global. Na Comissão existem pessoas de nove países com várias perspectivas teológicas. A Comissão é um terço leiga, um terço clérigos e um terço bispos e inclui pessoas mais jovens, homossexuais, professores, administradores, pastores, ministros da juventude, ministros de campus, guias leigos, pastores de igrejas grandes e pessoas que se identificam com grupos de renovação e protecção. Existe representação coreana, hispânica, afro-americana, filipina, europeia e africana.

A parte fundamental do trabalho inicial foi criar confiança e comunidade intencional entre um grupo de pessoas que tinham bons motivos para não confiarem umas nas outras. No centro do trabalho sobre a criação de relações está o livro *A Anatomia da Paz* do Arbinger Institute, que se foca em como vivemos com um coração em guerra, vendo outros como obstáculos ou veículos para o que queremos, ou um coração em paz, vendo outros como pessoas. Um coração em guerra exagera as nossas diferenças. Um coração em paz vê o que temos em comum. A Comissão chegou a um acordo significativo e, no final da primeira reunião, deu a todos o convite para sair, com honra. Os membros da Comissão focaram-se em encontrar um caminho a seguir em vez de representar grupos ou constituintes. A prática da Comissão em mostrar diferentes pontos de vista teológicos e interpretações da Escritura é um modelo para o tipo de ministério para o qual somos chamados e capacitados por Deus para fazer. Isto levou-nos a descobrir os interesses por detrás das várias posições, e abriu várias possibilidades para como a igreja pode continuar a cumprir os ministérios de Cristo na unidade e diversidade.

A Comissão passou algum tempo a ouvir a igreja através de um quadro aberto para receber documentos, ideias e testemunhos. A Comissão recebeu e processou o feedback dos conselhos e agências, igrejas locais, conferências anuais, leigos e pessoas do clérigo, candidatos a ministério, e estudantes de seminário. Ocorreram conversas com indivíduos e grupos de interesse em todo o mundo. Muitos membros da comissão falaram ainda com vários grupos em toda a conexão.

A Comissão reuniu-se nove vezes durante dezassete meses. A Comissão reviu uma grande variedade de petições apresentadas como legislação às Conferências Gerais anteriores relativamente à sexualidade humana e examinou como outras comunidades de fé e denominações estão a responder ou responderam à questão de inclusão de pessoas LGBTQ. Durante o caminho, os membros da comissão trabalharam em vários modelos de um caminho a seguir. A Comissão apresentou um extenso relatório intercalar ao Concílio dos Bispos em Novembro de 2017 que incluiu três versões preliminares: uma que se focou em responsabilidade no contexto da actual linguagem do *Livro de Disciplina*, uma que se focou em remover linguagem restritiva e em colocar um elevado valor na contextualidade e protecções de várias perspectivas e uma que reimaginou a igreja como um centro unificado com várias ramificações. Os três valores fundamentais nestes modelos eram a missão, espaço, e unidade. Como pode um modelo maximizar o testemunho Wesleyano? De quanto espaço necessitamos? Quanta unidade é possível?

A Comissão examinou muito cuidadosamente o impacto de quaisquer modelos sobre a igreja global com as suas conferências dentro e fora dos Estados Unidos. A Comissão debateu a forma como implementar cuidadosamente o texto que permita que várias regiões da igreja façam o que é adequado para elas de modo a cumprir a missão de criar discípulos.

Com a opinião contínua de bispos e constituintes em toda a igreja, a Comissão melhorou e adaptou os modelos e apresenta este relatório à Sessão Especial da Conferência Geral. O trabalho futuro será com delegações para criar uma cultura que irá ouvir Deus, receber o relatório, e fazer este trabalho com um coração em paz e não um coração em guerra.

Membros da Comissão sobre Um Caminho a Seguir

Nota: Os nomes dos membros estão indicados sem título. Apesar dos membros da Comissão respeitarem e se interessarem pelos cargos e títulos académicos, dirigimo-nos uns aos outros pelo primeiro nome, praticando humildade à medida que seguíamos o nosso trabalho.

Jorge Acevedo	Mande Guy Muyombo
Brian Adkins	Eben Nhiwatiwa
Jacques Akasa Umembudi	Dave Nuckols
Tom Berlin	Casey Langley Orr
Matt Berryman	Gregory Palmer
Helen Cunanan	Donna Pritchard
David Field	Tom Salsgiver
Grant Hagiya	Robert Schnase
Hortense Aka Dago-Akribi	Jasmine Rose Smothers
Scott Johnson	Leah Taylor
Jessica LaGrone	Peter Torio
Thomas Lambrecht	Debra Wallace-Padgett
Myungrae Kim Lee	Rosemarie Wenner
Julie Hager Love	Alice Williams
Mazvita Machinga	John Wesley Yohanna
Patricia Miller	Alfiado S. Zunguza

Moderadores da Comissão sobre um Caminho a Seguir:

David K. Yemba, Ken Carter, e Sandra Steiner Ball

Missão, Visão, e Alcance

Missão

A Comissão irá juntar pessoas comprometidas com o(s) futuro(s) da Igreja Metodista Unida, com uma abertura para desenvolver novas relações uns com os outros e explorar o(s) potencial(ais) futuro(s) da nossa denomi-

nação à luz da Conferência Geral e subsequentes acções das conferências anuais, jurisdicionais, e centrais. Encontrámos esperança e confiança no Deus triúno e, ainda assim, reconhecemos que fazemos este trabalho num clima de cepticismo e desconfiança, do ponto de vista humano. Somos uma conexão, e admitimos que a nossa comunhão está tensa; ainda assim muita missão transformadora no nosso mundo é o fruto da nossa colaboração. Os assuntos de sexualidade humana e unidade são os problemas iniciais para uma conversação mais profunda que levanta diferentes formas de interpretar a Escritura e a tradição teológica. O trabalho tem como objectivo informar a deliberação em toda a igreja e ajudar o Concílio dos Bispos no seu serviço para a próxima Conferência Geral encontrar um caminho a seguir.

Visão

A Comissão irá conceber uma forma de ser igreja que maximize a presença de um testemunho Metodista Unido em tantos locais no mundo quanto possível, que permita tanta diferenciação contextual quanto possível, e que equilibre uma abordagem a diferentes compreensões teológicas da sexualidade humana com um desejo de tanta unidade quanto possível. Esta unidade não será alicerçada nas nossas concepções da sexualidade humana, mas na nossa afirmação do Deus triúno que nos chama para sermos pessoas cheias de graça e santas na tradição Wesleyana.

Alcance

Devemos estar abertos a novas formas de realizar a unidade que nos move para além de onde estamos no presente impasse e ciclo de acção e reacção em redor do ministério e da sexualidade humana. Assim, devemos considerar novas formas de estarmos em relações entre culturas e jurisdições, em compreensão de episcopado, em definições contextuais de autonomia para conferências anuais e na concepção de objectivo da partilha. Ao reflectir sobre os dois assuntos de unidade e sexualidade humana, vamos cumprir a nossa directiva ao considerar “novas formas e estruturas” de relação e através do “total exame e possível revisão” dos parágrafos relevantes no *Livro de Disciplina*. Vamos considerar uma maior liberdade e flexibilidade para uma futura Igreja Metodista Unida que irá redefinir a nossa conexão presente, que está a mostrar sinais de divisão. Se ignorarmos este trabalho, vão ocorrer quebras de forma aleatória e egoísta em toda a igreja. Se fizermos este trabalho apenas para lidar com as nossas preferências e egoísmo, não vamos conseguir colocar toda a nossa confiança no amor e fidelidade de Deus. Se fizermos este trabalho com total entrega à imaginação e reino ilimitado de Deus, vamos ser abençoados além da nossa limitada imaginação humana. Deus permanece Deus;

Deus está connosco; Deus nunca nos abandonará. Glória a Deus!

Quadro Teológico

Nota: O Quadro Teológico foi desenvolvido por uma equipa que incluía membros da Comissão e do Comité da Fé e Ordem. Foi afirmado pela Comissão sobre Um Caminho a Seguir na sua reunião de Janeiro de 2018 e editado após a reunião do Concílio dos Bispos.

Uma Igreja Ecuménica [Ato 2; João 3; Génesis 1; 3]

Os Metodistas Unidos fazem parte do grande consenso ecuménico expresso nos credos históricos da fé Cristã: afirmações sobre o Deus triúno, a pessoa e trabalho de Jesus Cristo, e o ministério do Espírito Santo, e inclusivamente as marcas da igreja que permanecem perante nós como dom e tarefa—uno, santo, católico, e apostólico. A igreja é a comunidade de pessoas transformadas pela graça de Deus em Jesus Cristo, de modo que a vida pessoal e em comunidade manifeste a santidade ao demonstrar o amor por Deus e os seus seres humanos. Partilhamos com cristãos em várias comunhões, do Leste e do Oeste, protestantes e católicos, um compromisso com a função central da Escritura na formação e manutenção da igreja em doutrina e prática. Afirmamos o trabalho gentil de Deus na criação, e a realidade da imagem de Deus em todos os seres humanos, tapada pelo pecado e alienação a Deus, mas nunca totalmente apagada.

Graça e Santidade [Romanos 5; Marcos 12]

Enquanto Wesleyanos, somos herdeiros de um tipo de graça diferente, a qual é o perdão de Deus e a capacitação de Deus em todo o caminho de salvação. Acreditamos na universalidade do chamamento para o arrependimento e o regresso a Deus que é a nossa vida, e o alcance universal do Espírito de Deus que confere liberdade e poder para responder a esse chamamento. Afirmamos a liberdade de amor incondicional com o poder de perdoar, juntamente com a determinação divina para transformar e reivindicar como indivíduos de Deus, juntamente com as comunidades e instituições que habitam. Compreendemos que o objectivo da salvação é a santidade, compreendida fundamentalmente como perfeição em amor para com Deus e o vizinho, a ser atingida nesta vida bem como consumada na vida futura.

Conexão e Missão [Filipenses 2; Mateus 28]

Como o fruto da nossa história enquanto movimento, afirmamos a forma comunal e conexional da vida da igreja, e testemunhamos o carácter relacional e social de crescimento em santidade através de apoio mútuo e su-

pervisão. Elevamos a centralidade de praticar os meios da graça como a natureza essencial do discipulado, isso chama-nos a trabalhar a salvação confiando na actividade e poder do Espírito Santo. E, por fim, compreendemos que a igreja é criada para o bem do mundo, para espalhar as boas notícias da misericórdia de Jesus Cristo e a ser um sinal da intenção de Deus para a paz, justiça, e o florescer para toda a criação. A igreja realiza a missão de Deus para o mundo através da criação de discípulos de Jesus Cristo para a transformação do mundo, e existe para o bem do mundo.

Uma Crença na Humildade [1 Coríntios 12–14]

Começamos com o reconhecimento de que os nossos membros detêm um grande leque de posições relativamente a relações entre pessoas do mesmo sexo e operam a partir de crenças sinceras. Estão convencidos dos pontos de vista morais que abraçam, e procuram ser fiéis ao que sentem ser a verdade que Deus quer que a igreja mantenha. Continua a ser o caso que os seus pontos de vista neste assunto são diferentes, e em alguns casos não podem ser reconciliados. Oramos para que o exagero das nossas diferenças não nos divida. Também reconhecemos e afirmamos que enquanto Metodistas Unidos temos em comum muitos mais compromissos teológicos, compromissos que nos unem apesar das nossas diferenças. Estes também têm implicações na forma como compreendemos e expressamos os nossos desacordos, e o que fazemos sobre eles. Assim, procuramos defender um ponto de vista que chamamos crença na humildade. Esta é uma atitude que combina a honestidade sobre as diferentes crenças que nos dividem com a humildade sobre a forma como cada um dos nossos pontos de vista poderão necessitar de correcção. Também envolve o arrependimento humilde por todas as maneiras como falámos e agimos como quem procura ganhar uma luta e não como quem foi chamado para discernir a forma da fé em conjunto. Nesse espírito, desejamos elevar os compromissos fundamentais partilhados que definem o movimento wesleyano, e alicerçar a nova busca do conhecimento e da santidade.

Permanecemos convencidos de que o papel da igreja e o seu testemunho para com um mundo fracturado são aumentados pelo nosso desejo de permanecer em relação com aqueles que partilham os nossos compromissos fundamentais para com as Escrituras e os nossos padrões doutrinários, e ainda assim cujos pontos de vista de fé, neste respeito, diferem dos nossos.

Quadro de Missão

Nota: O Quadro de Missão foi criado pelos membros da Comissão em consultoria com um missiologista Wesleyano.

Foi afirmado pela Comissão sobre Um Caminho a Seguir na sua reunião de Janeiro de 2018 e editado após a reunião do Concílio dos Bispos.

Unidade na Missão

Enquanto a Igreja procura um caminho a seguir, acreditamos que a nossa missão nos unifica como movimento e igreja:

- A missão da Igreja Metodista Unida é fazer discípulos de Jesus Cristo para a transformação do mundo. A missão começa com e pertence a Deus. A igreja e os humanos não detêm ou controlam a missão. A missão de Deus reconcilia indivíduos com Deus e entre si através da vida, morte, e ressurreição de Jesus Cristo, cura a fragmentação dos indivíduos e do mundo, e recupera os indivíduos e o mundo para a plenitude de criação pretendida por Deus.
- A igreja existe para trazer as pessoas até um conhecimento salvador de Deus através de Cristo, criar e desenvolver discípulos Cristãos, a adoração do Deus triúno, e fazer parte da missão de Deus no mundo. A igreja tem de estar em missão para ser plenamente a igreja. A missão é uma responsabilidade partilhada de leigos e clérigos.
- A missão é encarnacional. A missão de Deus acontece sempre em momentos e locais específicos. Assim, parece diferente em diferentes contextos. Funciona através das culturas, sistemas sociais e sentidos de identidade dos indivíduos e grupos, mesmo quando procura reconciliar, curar e restaurá-los.
- A missão vai além da actividade de qualquer grupo de Cristãos. Todos os Cristãos em todo o lado são participantes da missão de Deus. Todas as pessoas em todo o lado, incluindo todos os Cristãos, necessitam da reconciliação, cura, e restauração da missão de Deus.
- Apesar de todos os Metodistas Unidos participarem na missão de igreja, nem todos participam da mesma maneira. O Espírito Santo confere dádivas e paixões diferentes para a missão. Os Metodistas Unidos têm diferentes dons e paixões como tradição, enquanto os nosso

subgrupos e membros também têm as suas dádivas e paixões distintas. Temos sido historicamente organizados para apoiar a missão em todos os locais e contextos.

Ser Unificado em Missão Requer:

- Fidelidade. Vamos continuar a praticar o ministério partilhado, conferência, ministério itinerante, e superintendência geral, não para o seu bem, mas para ser fiel à missão de Deus.
- Humildade. Vamos praticar a nossa fidelidade com humildade, sabendo que a nossa compreensão da missão de Deus é sempre parcial.
- Contextualidade. Vamos praticar as nossas formas Metodistas Unidas de ser igreja de forma diferente em diferentes contextos, mesmo quando procuramos acor- do no seu significado.
- Criatividade. Vamos experimentar com novas formas de missão e política para apoiar o compromisso missional com contextos em mudança contínua.
- Flexibilidade. Vamos ser flexíveis em como compreendemos e praticamos o ser igreja para apoiar experiências criativas no Metodismo Unido.
- Mutualidade. Vamos reconhecer todas as adaptações de contexto e expressões criativas como expressões válidas do Metodismo Unido. Nenhuma expressão é normativa para todas as outras.
- Generosidade. Vamos encorajar-nos uns aos outros na utilização generosa dos nossos dons e paixões distintas para o bem da missão de Deus.

Oramos para que estes princípios nos guiem num caminho a seguir que leve a um discipulado mais profundo de Jesus Cristo, um serviço mais fiel na transformação do mundo, e uma prática mais unificada de estar na igreja de Jesus Cristo, enviados por Deus e capacitados pelo Espírito Santo em missão em todo o mundo.

Amém.

Uma Conversa Dentro da Comissão sobre um Caminho a Seguir O Plano da Igreja Una

O Plano da Igreja Una confere às igrejas o espaço de que necessitam para maximizar a presença de um testemunho Metodista Unido em tantos locais do mundo quanto possível.

A alterações aos parágrafos adaptáveis no *Livro de Disciplina* aplicam-se apenas às conferências jurisdicionais nos Estados Unidos. As conferências centrais, através do trabalho da Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais, terão a autoridade de reter a presente linguagem relativamente às ofensas transgressões pelas quais um clérigo pode ser julgado e questões de ordenação relativamente à homossexualidade encontradas no *Livro de Disciplina*, 2016 ou adoptar nestes parágrafos linguagem que melhor sirva os seus contextos missionais.

Resumo do Plano

O Plano da Igreja Una providencia uma unidade generosa que confere às conferências, igrejas, e pastores a flexibilidade para atingir de forma única, o seu contexto missional sem remover a natureza conexional da Igreja Metodista Unida. No Plano da Igreja Una, nenhuma conferência anual, bispos, congregações ou pastores são levados a agir de forma contrária às suas crenças. O plano mantém a estrutura de liderança da Igreja Metodista Unida, incluindo o Concílio dos Bispos, a Conferência Geral e as conferências anuais como um único órgão e uma única igreja. Oferece uma maior liberdade a muitos que desejam mudança, mas não querem violar *O Livro de Disciplina*. A votação é mantida a um mínimo excepto onde seja útil. Não existe mandato que exige que as igrejas locais, conferências ou pastores participem num voto que divida, segmente ou separe. A Igreja Metodista Unida permanece em conexão, mantendo a unidade de missão sem a uniformidade da prática. O plano confere espaço para os tradicionalistas continuarem a oferecer ministério como vinham fazendo no passado; espaço para os progressivos exercerem livremente um ministério mais completo com pessoas LGBTQ; e espaço para todos os Metodistas Unidos continuarem a coexistir sem afectar os seus ministérios. Adicionalmente, este plano cria espaço para as conferências anuais em várias partes do mundo praticarem o ministério de acordo com os seus contextos nacionais ou regionais com a autonomia conexional das porções adaptáveis do *Livro de Disciplina*.

O Plano da Igreja Una retira linguagem do *Livro de Disciplina* usada nos Estados Unidos que restrinja os pastores e igrejas de realizar casamentos do mesmo sexo e conferências anuais de ordenar pessoas homossexuais assumidas. Adiciona linguagem que protege intencionalmente a liberdade religiosa

dos pastores e igrejas que escolham não realizar ou efectuar casamentos entre pessoas do mesmo sexo em Juntas do Ministério Ordenado e bispos que escolham não credenciar ou ordenar pessoas homossexuais assumidas. As conferências centrais podem adaptar porções do *Livro de Disciplina* para as suas próprias práticas contextuais, e não estão limitadas pelas decisões tomadas nas conferências jurisdicionais. Este plano providencia aos Metodistas Unidos a capacidade de lidar com os seus contextos missionais de diferentes formas.

O plano termina a ameaça de julgamentos da igreja sobre casamentos do mesmo sexo. As Juntas do Ministério Ordenado já têm a autoridade de discernir quem credenciar. As igrejas locais têm a autoridade de estabelecer políticas de casamento. Os pastores já discernam quem irão ou não casar. Enquanto algumas conferências anuais e Juntas do Ministério Ordenado poderem adoptar novas práticas, nenhuma conferência anual podem efectuar novas escolhas ou emendar práticas correntes, excepto se desejem fazê-lo. As instituições, fundações, universidades, agências, e juntas gerais Metodistas Unidas irão continuar a oferecer os seus ministérios sem disrupção significativa ou aconselhamento jurídico dispendioso relativamente aos seus estatutos ou contrato social. A Wespath poderá continuar a oferecer os seus serviços sem interrupção.

O Plano da Igreja Una também solicita ao Conselho Geral sobre Finanças e Administração (GCFA) que encontre um meio consistente com *O Livro de Disciplina* para garantir que cada conferência jurisdicional ou área apoie os custos do seu próprio líder episcopal e escritórios. Todos os bispos de conferência jurisdicional serão pagos o mesmo salário, mas a área onde um bispo é atribuído irá, através de um processo desenvolvido pelo GCFA, providenciar o financiamento, similar a como os subsídios episcopais de alojamento são agora geridos. Este plano continua o nosso histórico Fundo Episcopal para ajudar a apoiar os bispos das conferências centrais, e providenciar para os nossos compromissos ecuménicos. Isto não afecta as conferências centrais. Os bispos de conferência central e serviços episcopais irão continuar a ser abrangidos pelo Fundo Episcopal Geral da Igreja.

Fundações Teológicas e Bíblicas

O trabalho da Comissão sobre Um Caminho a Seguir tem natureza missional. É realizado com um desejo de ver a igreja criar discípulos de Jesus Cristo para a transformação do mundo. A igreja cumpre a sua missão não no centro da sua vida institucional, mas no seu extremo, nas margens onde

toca no mundo em vários contextos. A função de liderança na igreja é voltar a atenção da igreja para as margens. É nessas margens que as pessoas que pertencem à igreja envolvem outras pessoas fora da igreja com a missão evangélica da igreja, convidando-as a entrar na vida espiritual. É na margem que oferecemos os nossos ministérios de misericórdia, serviço e justiça para aliviar o sofrimento, procurar a paz e reconciliar pessoas. A função de liderança na igreja é dirigir a atenção da igreja para esses contextos e, assim, para a missão.

O apóstolo Paulo fala sobre a complexidade desta tarefa quando escreve: “Quando trabalho entre os judeus, vivo como judeu a fim de ganhá-los para Cristo. Não estou debaixo da Lei de Moisés; mas, quando trabalho entre os judeus, vivo como se estivesse debaixo dessa Lei para ganhar os judeus para Cristo. Assim também, quando estou entre os não judeus, vivo fora da Lei de Moisés a fim de ganhar os não judeus para Cristo. Isso não quer dizer que eu não obedeço à lei de Deus, pois estou, de fato, debaixo da lei de Cristo. Quando estou entre os fracos na fé, eu me torno fraco também a fim de ganhá-los para Cristo. Assim eu me torno tudo para todos a fim de poder, de qualquer maneira possível, salvar alguns. Faço tudo isso por causa do evangelho a fim de tomar parte nas suas bênçãos” (1 Coríntios 9:20-23 NTLH).

O Plano da Igreja Una reconhece que as práticas entre igrejas vitais necessitam de espaço para crescer dependendo da sua missão, e a identificação encarnacional necessária para aqueles que procuramos servir. A variedade de respostas à questão “Quem é o meu próximo?” determina como as práticas num contexto serão diferentes de outras.

A Comissão ouve um desejo dos tradicionalistas e progressivos de mais espaço. Mais espaço significa mais distância estrutural das pessoas que praticam o ministério de forma diferente ou mais autonomia para adaptar práticas ao contexto que não possa ser solicitado noutro local. Os tradicionalistas não querem ter de participar em casamentos entre pessoas do mesmo sexo, na ordenação de homossexuais ou no apoio financeiro a um bispo que esteja num casamento do mesmo sexo. Os progressivos querem espaço para exercer livremente ministérios que incluem casamentos entre pessoas do mesmo sexo, a ordenação de homossexuais e o casamento de clérigos com pessoas do mesmo sexo. Os Metodistas Unidos em conferências centrais querem espaço para formar conversas sobre sexualidade de acordo com o seu contexto nacional e sem replicar as práticas que formam as igrejas nos Estados Unidos. Outros Metodistas Unidos querem dar espaço de forma tão generosa quanto possível sem comprometer a identidade e missão fundamentais.

Este desejo de espaço é um desejo para a contextualização necessária para a vitalidade missional e também um desafio para a unidade da igreja. Muito espaço desafia a unidade da igreja ao arriscar mais separação da nossa conexão. Menos espaço ou nenhum espaço leva-nos a aplicar a unifor-

midade de formas que podem continuar o nosso impasse. O Plano da Igreja Una é criado acreditando que é possível viver com mais espaço, enquanto nos focamos na nossa missão comum. O Plano da Igreja Una não tem impacto nas igrejas fora dos EUA que estão localizadas em países onde o casamento do mesmo sexo é ilegal ou cujos membros desejam que a linguagem actual do *Livro de Disciplina* permaneça aplicável no seu contexto.

O Plano da Igreja Una honra a perspectiva dos Metodistas Unidos que acreditam que o nosso actual impasse sobre o casamento e ordenação de homossexuais não se eleva ao nível de um problema que divida a igreja. Tais pessoas estão profundamente convictas por e comprometidas para com as palavras de Jesus para a união em João 17:20-26. Aqui Jesus diz: “E peço que todos sejam um. E assim como tu, meu Pai, estás unido comigo, e eu estou unido contigo, que todos os que crerem também estejam unidos a nós para que o mundo creia que tu me enviaste” (NTLH).

Apesar de alguns poderem ver dividir a Igreja Metodista Unida como uma função de maior santidade ou rectidão, outros podem vê-lo como sinal de quebra no corpo de Cristo. Esta divisão, dizem alguns, não se refere a cumprir o desejo de Deus para uma comunidade de crentes que partilham uma herança, doutrina, crenças, e ministério comuns.

A divisão vem também a grande custo. Historicamente, o desejo comum de aliviar o sofrimento e lidar com a injustiça no mundo foi o foco de unidade para a nossa diversa denominação. Devido à unidade, os Metodistas Unidos em todo o mundo trabalham em conjunto para oferecer Cristo aos seus vizinhos, construir escolas para que as crianças sejam formadas, gerir hospitais e clínicas que curem os doentes, oferecer comida e apoio aos pobres e vítimas de desastres naturais, juntamente com outros esforços. Compreendemos que o sofrimento faz parte da condição humana. Também reconhecemos que existem formas de sofrimento no mundo que são contrárias à vontade de Deus. Acreditamos que o sofrimento causa o mal e que o alívio do sofrimento pode ser parte da missão comum da Igreja Metodista Unida, em que acreditamos que “se uma parte [do corpo de Cristo] sofre, todas as outras sofrem com ela . . .” (1 Coríntios 12:26 NTLH).

Sabemos que as pessoas Lésbicas, Gay, Bissexual, Transgénero, e Queer (LGBTQ) existem em todas as nações e todas as culturas do mundo, com diversos graus de abertura, aceitação e liberdade. As pessoas LGBTQ são nossos irmãos e irmãs; são pais, avós, tias, tios, vizinhos e amigos. Existem, e têm existido, pessoas LGBTQ a servir a todos os níveis da liderança na IMU, como leigos e clérigos. Actualmente sofrem pois não podem viver o chamamento de Deus nas suas vidas para a ordenação ou liderança leiga.

Os Princípios Sociais IMU indicam que todas as pessoas são pessoas de valor sagrado. Isto chama-nos a honrar a dignidade humana de todas as pessoas e acreditamos que o chamamento da igreja é sobre a erradicação de todas as formas de sofrimento. É a nossa obrigação sagrada trabalhar para terminar o sofrimento em qualquer local, que todos possam ser livres. Fazemos isto de modo a viver o nosso chamamento de sermos as mãos e pés de Cristo no mundo.

O desejo comum de ministrar aqueles que sofrem e eliminar a injustiça é um ponto de encontro da comunidade para a Igreja Metodista Unida. À medida que resolvemos estes problemas, o nosso testemunho pode ser aumentado em locais de ministério onde experienciamos a determinação partilhada para terminar o sofrimento, que é informado e enriquecido através dos pontos de vista e conhecimentos das nossas variadas culturas.

Os autores de “Maravilha, Amor e Louvor” escreveram sobre as formas inesperadas com que Deus cria comunidade que são essenciais para a Igreja Metodista Unida.

A igreja ganha vida porque o Espírito de Deus nos conduz à comunidade - talvez com pessoas com quem menos esperaríamos associar-nos—como verdadeira matriz da nossa salvação. Essa comunidade formada no Espírito torna-se no contexto dentro do qual entramos na nova vida que Deus nos oferece, e é uma comunidade cujo alcance está constantemente a expandir-se quando os seus membros, no poder do Espírito, oferecem o dom da comunidade a outros, e do mesmo modo recebem deles. Nesse mesmo Espírito, Wesley e aqueles que lhe eram próximos movimentaram-se para além das normas estabelecidas do comportamento da igreja, e desafiando a própria igreja, com o seu exemplo, para adoptar mais completamente o dom da comunidade de Deus. Foi então que o termo “conexão” assumiu um novo significado, a que Wesley apelidou “santidade social”—o crescimento em amor e nos outros frutos do Espírito que é possível apenas em comunidade—foi compreendido em novas situações e cenários. Esta vontade de transgredir os limites da convenção, da classe e da cultura em perseguição do dom de Deus da comunidade, nota o historiador Metodista Unido Russel Richey, ilumina o carácter essencialmente missionário da conexionalidade. Desde o início, a conexionalidade esteve ao serviço da missão, sintonizando cada aspecto da vida comunitária metodista—desde a estrutura até à política, passando pela disciplina—com um objectivo “evangelizante e reformista”. . . . “São os meios [do Metodismo Unido] de missão de descoberta e missão de apoio; nesta união procuramos compreender e realizar a nossa vida de serviço.”

Em conjunto, estas convicções formam a nossa compreensão Metodista Unida do que é estar na igreja. As maneiras como elas se têm vindo a expressar na nossa história respondem em parte pelos nossos modos particulares de sermos a igreja, no alcance do maior corpo de Cristo. (“Maravilha, Amor e Louvor,” linhas 185-206)

O Plano da Igreja Una reconhece as consciências de muitos ao dar opções aos pastores que desejem realizar casamentos e conferências que desejem ordenar homossexuais. Assegura também os pastores e conferências que não o desejem fazer. O Plano da Igreja Una relembra a igreja de que a questão perante nós é como vamos incluir os homossexuais que estão entre nós agora, bem como aqueles que farão parte da Igreja Metodista Unida no futuro. Afirma o ensinamento claro da Bíblia de que a promiscuidade, quer entre heterossexuais ou homossexuais, não é saudável nem um estilo de vida santo. Também honra a missiologia da Igreja Metodista Unida e permite que as conferências centrais sejam autodeterminadas em assuntos de ordenação e casamento.

As práticas introduzidas no início da igreja também afectaram as consciências de seguidores de Cristo em diferentes formas. Em Romanos 14, Paulo fala de questões relacionadas com comer carne sacrificada a ídolos ou que dia da semana deve ser considerado sagrado. Apesar da diversidade de opinião sobre tais problemas no tempo de Paulo poder parecer inconsequente hoje em dia, criou uma profunda divisão no início da igreja e foi considerada essencial para os diferentes grupos de crentes. As práticas de alguns destes grupos estavam alicerçadas na Escritura e na tradição das pessoas de Deus no tempo de Paulo, bem como os estilos de vida que deixaram quando se tornaram seguidores de Cristo. Em tais assuntos, Paulo pediu àqueles de Roma para deixarem o julgamento e desdém uns dos outros à medida que resolviam estas diferenças na comunidade. Paulo escreve: “Por isso procuremos sempre as coisas que trazem a paz e que nos ajudam a fortalecer uns aos outros na fé” (Romanos 14:19 NTLH).

Durante mais de 60 anos, os Metodistas Unidos seguiram esta advertência quando os seus membros decidiam ordenar mulheres com a objecção de muitos que não acreditavam que a Escritura suportava a prática e encontraram poucos fundamentos para isso na tradição da igreja. No momento em que a igreja aceitou uma nova prática que levou à edificação mútua e ao longo do tempo, resistiu ao impulso de julgamento mútuo no meio do desentendimento. Tais alterações, incluindo aquelas que agora contemplamos no Plano da Igreja Una, são formadas no desejo de responder ao movimento do Espírito Santo e a nossa humildade comum perante Deus. Estas qualidades são mostradas por um fariseu chamado Gamaliel em Actos 5 cujas palavras protegeram os apóstolos perante o Sinédrio. Quando Pedro e os outros apóstolos se recusaram a deixar a pregação do evangelho em Jerusalém, o Sumo Sacerdote e os presbíteros pediram as suas mortes. Gamaliel ofereceu uma resposta não reactiva que demonstrou um coração de paz. Ele aconselhou os seus colegas membros do conselho, “Portanto, neste caso de agora, não façam nada contra estes homens. Deixem que vão embora porque, se este plano ou este trabalho vem de seres humanos, ele

desaparecerá. Mas, se vem de Deus, vocês não poderão destruí-lo, pois neste caso estariam lutando contra Deus.” (Atos 5:38-39 NTLH).

Aqueles que apoiam o Plano da Igreja Una aceitam esta mesma convicção de humildade quando consideram os assuntos perante a Igreja Metodista Unida. Eles são muito convictos mas estão abertos à possibilidade de que Deus está a fazer algo novo entre nós. Apesar de nem todos praticarem as novas práticas permitidas por este plano, relacionadas com o casamento ou ordenação, reconhecem que partilham uma ética sexual comum enquadrada no celibato, em unicidade e fidelidade no casamento. Não desejam impedir o caminho do Espírito Santo encontrado em tantos dos seus irmãos e irmãs em Cristo, que irão abraçar estas oportunidades. Em vez de dividir as pessoas em vários campos, apenas com base nestes problemas, têm a vontade de continuar o caminho juntos, compreendendo que um propósito de origem humana irá falhar, um propósito de Deus não será afectado. É claro que o desejo de Deus é que a Igreja Metodista Unida realize o seu campo missional com mais vitalidade, de modo a criar discípulos de Jesus Cristo.

Os efeitos do Plano da Igreja Una em cada segmento da Igreja Metodista Unida

Igrejas Locais

As igrejas locais não têm de votar. A maioria não tem de efectuar alterações na prática ao nível local. Algumas congregações poderão reescrever as suas políticas de casamento para permitir ou não permitir, explicitamente, os casamentos do mesmo sexo nas suas instalações. Podem continuar as suas práticas actuais. Os pastores que quiserem realizar um casamento fora da propriedade da igreja, podem fazê-lo com base na sua consciência e em consulta com os líderes da igreja. Isto pode acontecer da mesma forma que outras decisões são tomadas e sem qualquer votação. Este plano minimiza as interrupções na igreja local (na maioria dos casos) e dá liberdade às igrejas para se adaptarem de modo a ministrar à comunidade LGBTQ no seu contexto. Permite independência, bem como interdependência, e cria uma igreja contextual para a próxima geração. Mantém o maior grau de união entre igrejas locais e mantém um grupo diverso de igrejas locais relacionadas e em conversação. Nenhuma igreja local é forçada a tomar uma decisão ou posição. Os bispos residenciais e os seus gabinetes poderão dar uma grande ajuda caso disponibilizem um processo para ajudar os pastores no debate das suas decisões relacionadas com casamentos do mesmo sexo, junto da sua igreja local. Podem servir as igrejas locais se disponibilizarem um processo para essas congregações que gostariam de considerar se permitem ou

não casamentos do mesmo sexo na propriedade de igreja. O processo deverá ser simples, colaborativo e contextual, e ter em conta disposições específicas para os pastores e congregações que desejem a prática actual de proibir os casamentos do mesmo sexo. Nas conferências anuais onde a ordenação de homossexuais seja permitida, as igrejas podem indicar a sua preferência por receber ou não este clérigo através da utilização de um acordo estabelecido com o seu bispo.

Clérigos

O clérigo deve ter a liberdade de exercer a sua consciência individual. O clérigo pode colocar no seu perfil de clérigo as suas convicções teológicas, e o bispo e o gabinete poderão ter em conta essas convicções durante o processo de nomeação e transferência. O clérigo que acredita que não pode permanecer na Igreja Metodista Unida porque a mudança de linguagem no *Livro de Disciplina* confere muita liberdade ou porque não confere liberdade suficiente, pode sair com uma bênção. As disposições nas políticas da Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde (Wespath) protegem as suas pensões no momento da sua partida. Este plano não requer que o clérigo se transfira para outra conferência anual. Contudo, o clérigo que não esteja confortável com as novas políticas da sua conferência anual actual, será apoiado no seu desejo de transferência. Termina os julgamentos contra o clérigo que deseja celebrar casamentos, o que por sua vez elimina as distrações da nossa missão e custos. O clérigo LGBTQ pode ser ordenado pela sua conferência anual após aprovação pela Junta do Ministério Ordenado e a sessão de clérigos da conferência anual, excepto se a sessão de clérigos desenvolver e aprovar linguagem limitadora. O clérigo LGBTQ pode ser nomeado à descrição do bispo e gabinete, tendo em conta as convicções e contexto da igreja local. Os candidatos LGBTQ que estão numa conferência anual que não ordene homossexuais confessos, podem solicitar uma transferência da sua candidatura para outra conferência anual, caso o escolham fazer.

Conferências Anuais

Nenhuma conferência anual deverá ter de votar sobre este assunto. As Juntas do Ministério Ordenado ou sessões de clérigos das conferências anuais que desejem ordenar clérigos LGBTQ, ou desejam adicionar linguagem às suas Regras para restringir a ordenação, devem realizar um processo de discernimento com o Conselho de Ministério Ordenado em consultoria com o bispo e gabinete. O bispo e o gabinete poderão continuar a usar o clérigo e perfis da igreja para compreender o contexto de cada igreja local na criação de nomeações adequadas. Este plano pode reduzir os custos e energia gastos em julgamentos. Caso exista

clérigo que pretenda transferir-se para outra conferência anual, pode fazê-lo através dos actuais processos do *Livro de Disciplina* com graça. Se existirem igrejas locais e clérigo que desejem sair da Igreja Metodista Unida, podem fazê-lo através dos actuais processos do *Livro de Disciplina* com graça. Também existe a possibilidade de que a Conferência Geral desenvolva nova linguagem disciplinar e indicações para as congregações que desejem sair da Igreja Metodista Unida. Este plano permite o maior nível de conexão contínua entre as conferências anuais.

Concílio dos Bispos

O Concílio dos Bispos permanece como um órgão, interligado no nosso testemunho Metodista Unido. A atribuição de bispos nos EUA poderá continuar a ser feita pelas Comissões Jurisdicionais sobre o Episcopado e reflectiria as convicções dos bispos e conferências anuais. Os bispos seriam protegidos da ordenação de homossexuais, caso não estejam de acordo com a sua consciência. Adicionalmente, as conferências centrais, através das porções adaptáveis do *Livro de Disciplina*, podem criar orientações para o casamento e ordenação que estejam de acordo com o seu contexto.

Agências Gerais

Todas as agências gerais existentes continuariam de acordo com o Plano da Igreja Una, excepto e até alguma Conferência Geral futura decidir efectuar alterações estruturais. Não existe alteração às agências inerente à adopção do Plano da Igreja Una. Se a sustentabilidade financeira e vitalidade da Igreja Metodista Unida continuar a declinar, as juntas e agências gerais terão de considerar uma reestruturação estratégica do seu trabalho para reflectir o modelo económico da igreja presente e futura. Os problemas de sustentabilidade são separados da Comissão sobre Um Caminho a Seguir.

Instituições/Campos/Faculdades/ etc. Relacionados com a IMU

As conversações com várias instituições relacionadas com a IMU afirmam que este plano torna mais provável que tais instituições retenham a sua actual filiação denominacional. Poderiam criar a sua própria abordagem contextual, como necessário, e em consultoria com a conferência anual, jurisdicional ou central com a qual se relacionam. Isto mantém o financiamento intacto e reduz a ansiedade. Se as instituições relacionadas com a IMU escolhem alterar a sua afiliação, podem fazê-lo através dos processos no *Livro de Disciplina* e de acordo com os regulamentos aplicáveis.

Campo Missionário

Este plano permite a maior flexibilidade e criatividade contextuais. Significa que os líderes não têm de investir imenso tempo e energia na reestruturação para que possam focar a sua energia e dons em chegar ao campo da missão. Os dons de diversas pessoas podem ser usados. Este plano permite que as igrejas locais e pastores se envolvam nos seus campos missionários da forma mais contextual e estratégica possível.

Igreja Global

Este plano mantém as relações na igreja global intactas e não leva a que qualquer conferência local aja de forma contrária às suas crenças. As conferências centrais vão continuar a relacionar-se com o Concílio dos Bispos, as agências gerais e a Conferência Geral da mesma forma que hoje. Nenhuma conferência central terá de alterar as suas práticas actuais e terá a oportunidade de compor a sua própria linguagem disciplinar relativamente à sexualidade e prática para se adaptar ao seu contexto nacional ou regional. Se uma conferência central desejar diversidade nas conferências anuais dessa conferência central, pode votar para permitir a diversidade de forma consistente com as porções adaptáveis do *Livro de Disciplina*. As pessoas fora da IMU que desejam compreender as práticas de uma conferência central relacionadas com a sexualidade humana, podem ser dirigidas às porções adaptáveis do *Livro de Disciplina* usadas nessa conferência central, em busca de explicação. O plano retém o presente sistema de utilização de conferências centrais, aumenta a troca mútua de dons numa igreja global e mantém as conferências centrais na mesa do ministério partilhado.

Considerações Financeiras e Reforma

Este plano tem poucas implicações financeiras e de pensão. Se as igrejas escolherem sair da Igreja Metodista Unida, poderá haver implicações relativamente a pensões a longo prazo. Se o apoio aos fundos da conferência anual e Conferência Geral diminuir, a conferência anual e Conferência Geral terão de responder a essa redução. Esta resposta está de acordo com aquilo que as Conferências Gerais e anuais já fazem nesta área de sustentabilidade. O conhecimento necessário para projectar o impacto total nos fundos de pensão para este ou qualquer plano para um caminho a seguir, assenta no Wespeth e não junto da Comissão sobre Um Caminho a Seguir. O Anexo 4 deste relatório indica a análise e opinião de Wespeth. Os membros da comissão estão gratos pela sua experiência e conselhos, e concordam com as políticas disciplinares e não disciplinares que propõem. Duas petições, uma que emenda o *Livro de Disciplina* ¶ 1504 e uma que emenda o Programa de Segurança de Reforma do Clérigo, são recomendadas com o Plano da Igreja Una, em baixo,

e devem ser consideradas com qualquer plano, ou no caso de que nenhum plano obtenha a maioria.

Notas sobre o Fundo Episcopal

A Comissão reconhece que o Fundo Episcopal suporta o trabalho do Concílio dos Bispos além do salário e benefícios episcopais. Exemplos deste apoio geral incluem despesas tais como aquelas relacionadas com reuniões do Concílio dos Bispos, o pessoal do Concílio dos Bispos, despesas legais e viagens denominacionais. No Plano da Igreja Una, estas despesas continuarão a ser partilhadas de forma proporcional, com base na fórmula geral da igreja adoptada pela Conferência Geral. Contudo, a compensação para o salário e benefícios episcopais (conforme determinado pelo Conselho Geral sobre Finanças e Administração), deve ser financiada por cada área episcopal. O Conselho Geral sobre Finanças e Administração (GCFA) irá definir o salário e benefícios para todos os bispos da jurisdição. O GCFA irá definir o salário e benefícios para todos os bispos da conferência central, que continuarão a ser apoiados, como agora, pelo Fundo Episcopal. A GCFA irá trabalhar para determinar um método para garantir que todas as áreas episcopais nos Estados Unidos contribuam, pelo menos, com o custo do pacote de compensação dos seus bispos (salário, benefícios e subsídio de alojamento) juntamente com a sua parte para o Fundo Episcopal. Com este plano, a GCFA receberá e distribuirá todos os Fundos Episcopais.

Recursos Adicionais para este Plano

Os recursos adicionais para este plano incluem um documento que ajude os bispos, pastores, e leigos em conversações relacionadas com as alterações criadas por este plano. Um grupo de líderes episcopais liderado pelos bispos que actualmente servem na Comissão sobre Um Caminho a Seguir criaria este recurso.

Emendas Constitucionais necessárias para este Plano

Tanto quanto se pode determinar, não são necessárias emendas constitucionais para o Plano da Igreja Una.

Plano de Implementação para este Plano

Uma vantagem do Plano da Igreja Una é que não parece necessitar de quaisquer alterações à constituição da IMU. Se passar na Conferência Geral de 2019, pode entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2020 (Consultar ¶ 508 – Data de Entrada em Vigor da Legislação). Contudo, para permitir que as conferências centrais, conferências anuais, pastores, congregações, e outros órgãos tenham a oportunidade de se adaptar às nuances deste plano, é recomendado que a IMU demore até 31 de Dezembro de 2020 a implementar este plano. Este

período de “experiência” irá permitir a todos os envolvidos a oportunidade de conversarem e discernirem relativamente a problemas relacionados com o casamento e ordenação. Também irá permitir que as conferências centrais votem sobre quaisquer alterações ao seu respectivo *Livro de Disciplina* (consultar ¶ 543.16).

Nomes dos Membros da Comissão que assinaram o Plano da Igreja Una

Nota: A Comissão nunca votou sobre os planos que os membros da Comissão apoiavam. Em várias alturas do trabalho, os membros da Comissão expressaram preferência por determinados planos. Alguns membros da Comissão apoiavam o trabalho da Comissão em todos os planos, enquanto outros expressavam uma preferência por um ou dois dos planos. No final do nosso processo, de modo a colocar os planos em formato de petição, foi perguntado aos membros da Comissão quais os planos que apoiariam publicamente. Vários membros da Comissão apoiaram mais do que um plano. Por vários motivos, alguns membros da Comissão, apesar de darem o seu apoio ao relatório da Comissão, escolheram não expressar uma preferência por qualquer um dos planos.

Os seguintes Membros da Comissão apoiaram publicamente o Plano da Igreja Una: Brian Adkins, Jacques Akasa, Tom Berlin, Matt Berryman, David Field, Scott Johnson, Myungrae Kim Lee, Julie Hager Love, Mazvita Machinga, Dave Nuckols, Casey Orr, Donna Pritchard, Tom Salsgiver, Jasmine Smothers, Leah Taylor, Rosemarie Wenner, Alice Williams, Alfiado Zunguza.

Alterações Disciplinares para o Plano da Igreja Una

Nota: As seguintes alterações disciplinares serão submetidas como petições legislativas. São incluídas para efeitos informativos.

Emendar ¶ 105—A Nossa Tarefa Teológica—O presente desafio à teologia na igreja (Petição 90001, página 164)

Emendar ¶ 161.C—Princípios Sociais (Petição 90002, página 164)

Emendar ¶ 161.G—Princípios Sociais (Petição 90003, página 164)

Nota Importante: De acordo com ¶ 31.5, ¶101, e a acção da Conferência Geral de 2016, as conferências centrais, durante o trabalho da Comissão Permanente sobre os Assuntos das Conferências Centrais sobre um *Livro Geral da Disciplina Geral*, terão a autoridade, nos parágrafos após ¶ 166, de continuar a presente linguagem do *Livro de Disciplina de 2016* ou adoptar outra linguagem nestes parágrafos que melhor sirva o contexto missional.

Emendar ¶ 304.3—Qualificações para ordenação (Petição 90004, página 165)

Emendar ¶ 310.2d nota de rodapé—Candidatura para Ministério Licenciado e Ordenado (Petição 90005, página 165)

Adicionar novo sub-parágrafo após o ¶ 329.3—Ministério, Autoridade e Responsabilidades dos Diáconos (Petição 90006, página 165)

Adicionar novo sub-parágrafo após o ¶ 334.5—Ministério, Autoridade e Responsabilidades de um Presbítero Diáconos (Petição 90007, página 166)

Adicionar novo sub-parágrafo após o ¶ 340.2—Responsabilidade e Deveres de Presbíteros e Pastores Licenciados (Petição 90008, página 166)

Emendar ¶ 341.6—Conduta não autorizada (Petição 90009, página 166)

Emendar ¶ 415.6—A Superintendência, Responsabilidades Específicas dos Bispos (Petição 90010, página 166)

Adicionar um novo sub-parágrafo em ¶ 416—Responsabilidades Específicas dos Bispos (Petição 90011, página 167)

Adicionar um novo sub-parágrafo em ¶ 419—Responsabilidades Específicas dos Superintendentes de Distrito (Petição 90012, página 167)

Adicionar novo sub-parágrafo a ¶ 605—Conferência Anual - Negócio da Conferência (Petição 90013, página 167)

Emendar ¶ 2702.1—Transgressões pelas quais alguém pode ser julgado (Petição 90014, página 167)

Emendar ¶ 543.17—Poderes e Deveres da Conferência Central (Petição 90015, página 168)

Alterações Disciplinares Relacionadas com a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde

Nota: Como indicado acima, estas alterações devem ser consideradas com qualquer plano, ou no caso de nenhum plano conseguir apoio da maioria.

Emendar ¶ 1504 (Petição 90016, página 168)

Rever o Programa de Segurança de Reforma do Clérigo (“CRSP”) (Petição 90017, página 168)

Uma Conversa Dentro da Comissão sobre um Caminho a Seguir O Plano da Conferência Conexional

Resumo do Plano Da Conferência Conexional

O Plano de Conferência Conexional reflecte um centro unificado que inclui doutrina e serviços partilhados. Este plano cria três conferências conexionais com base em valor que têm definições distintas de responsabilidade, contextualização e justiça. As actuais conferências centrais têm a escolha de se tornar a sua própria conferência conexional (até cinco conferências conexionais adicionais) ou juntar-se a uma das três conferências conexionais com base em valores. Um Concílio dos Bispos redefinido foca-se em relações ecuménicas e de aprendizagem partilhada. A supervisão episcopal, responsabilidade, eleições, atribuições e financiamento ocorrem no Colégio de Bispos de cada conferência conexional.

Características do Plano da Conferência Conexional

- As cinco jurisdições dos EUA são substituídas por três conferências conexionais, cada uma abrangendo todo o país, com base na teologia incluindo perspectivas em ministério LGBTQ (isto é, progressivo, unidade e tradicional) (nota: consulte a página 186 no relatório para obter uma descrição completa).
- A cooperação, relações e parcerias trans-conexionais das conferências em missão e ministério continuam como estão agora, pela iniciativa das entidades envolvidas. Todas as conferências conexionais continuariam a apoiar o trabalho da missão e manter o ministério nas áreas fora dos EUA.
- A Conferência Geral é encurtada e teria ainda autoridade sobre a doutrina partilhada e serviços das agências gerais que continuam. Também serviria como local para ligar as conferências conexionais, adoração, partilha de melhores práticas/aprendizagem e inspiração.
- As agências gerais que continuam incluem: Wespeth, Publishing House, GCFA, Arquivos e História, e partes do GBGM (como determinado em consultoria entre as conferências conexionais dentro e fora dos EUA). Uma futura estrutura de outras agências gerais será decidida com base em que conferências conexionais desejam participar nas mesmas, após um período de transição. Qualquer conferência conexional pode contratar qualquer agência para serviços com base em tarifas.
- O Concílio dos Bispos abrange relações e funções ecuménicas tal como a aprendizagem colegial e nutrição do corpo.
- Os Colégios de Bispos da conferência conexional têm a autoridade para supervisionar e responsabilizar mutuamente os bispos, nos seus colégios respectivos.
- Cada conferência conexional elege e (nos EUA) paga aos seus próprios bispos. Os bispos de fora dos EUA continuarão a ser sustentados por todas as conferências anuais dos EUA.
- Cada conferência conexional criará o seu próprio *Livro de Disciplina*, que começará com o *Livro Geral da Disciplina*, incluindo os Artigos de Religião, Confissões de Fé, as Regras Gerais, e outros itens que são comumente acordados pelos Metodistas Unidos. Cada conferência conexional também tem a autoridade para adaptar esses mesmos itens não incluídos no *Livro Geral da Disciplina*.
- O Conselho Judicial continuará a ser um órgão legal supremo, com autoridade sobre os assuntos legais com base nos respectivos *Livros da Disciplina* da conferência conexional. O Conselho Judicial será composto por duas pessoas, eleitas por cada conferência conexional.
- As conferências conexionais poderão ter, à sua descrição, tribunais judiciais com autoridade nas decisões relacionadas com o *Livro de Disciplina* da conferência conexional. Tais decisões podem ser passíveis de recurso no Conselho Judicial.
- Os ministérios da justiça relacionados com o racismo e sexismo serão organizados ao nível da conferência conexional e responsabilizadas pela igreja no geral. Durante o quadriénio 2021-25, o GCORR e GCSRW vão ajudar no desenvolvimento dos princípios e comparativos para

as conferências conexionais para medir esforços para combater o racismo e sexismo. Os relatórios quadrienais serão apresentados por cada conferência conexional a uma Comissão Permanente sobre as Conferências Conexionais (ver abaixo).

- As conferências centrais podem escolher tornarem-se a sua própria conferência conexional com os mesmos poderes que as conferências conexionais americanas, ou têm a opção de se juntarem a uma conferência conexional americana. As conferências conexionais americanas às quais se juntou uma conferência central, tornam-se numa global em vez de uma conferência conexional americana. As conferências anuais que não concordam com a decisão da sua conferência central podem votar para se juntarem a uma conferência conexional diferente da sua conferência central. As conferências centrais em África podem decidir unir-se para formar uma conferência conexional africana (uma opção que está a ser debatida hoje em dia pela liderança africana).
- Adicionalmente à doutrina e serviços partilhados, cada conferência conexional possui a sua própria estrutura, agências e método de financiamento do seu ministério e serviços partilhados, assim como suporte dos bispos e conferências anuais fora dos EUA.
- Cada conferência conexional tem as suas próprias políticas quanto aos casamentos e ordenação LGBTQ.
- Cada conferência conexional define as suas próprias normas para credenciamento ministerial e lista de escolas/seminários aprovados.
- As conferências jurisdicionais terão o voto de primeiro nível no que concerne a afiliação de conferência conexional. As conferências anuais que não concordam com a decisão da sua jurisdição podem decidir afiliar-se a uma conferência conexional diferente. Não é necessário que nenhuma igreja local vote, excepto se decidir juntar-se a uma conferência conexional diferente daquela em que se encontra a conferência anual.
- A propriedade jurisdicional irá pertencer à conferência conexional escolhida pela jurisdição para afiliação. As entidades detidas ou relacionadas com a igreja podem mudar a sua afiliação para uma conferência conexional diferente, para conferências conexionais múltiplas ou para nenhuma conferência conexional com base nos estatutos sociais que regem cada instituição.
- Quando as conferências conexionais são organizadas e postas em vigor, as jurisdições e conferências centrais

vão deixar de existir, excepto se uma conferência conexional decidir incluir um judicatório intermediário no seu futuro. Nesse caso, será incentivado a consultar as outras conferências conexionais para usar um nome diferente de jurisdição ou conferência central para tal judicatório intermédio.

- As conferências centrais serão autorizadas a eleger bispos em 2020, como agendado, excepto se de outro modo determinado. As jurisdições e quaisquer conferências centrais que não elejam bispos em 2020 terão a idade de reforma obrigatória dos bispos renunciada até 2022 para evitar uma potencial disparidade no número de bispos para cada filial.
- A isenção fiscal total (501(c)3) será movida para cada conferência conexional, apresentada com a ajuda da GCFA. Tem sido solicitado à GCFA que forneça uma estimativa de despesas judiciais para implementar este plano e um plano para financiar tais despesas.
- Na Conferência Geral de 2020, será criada uma Comissão Permanente sobre as Conferências Conexionais para ajudar o Concílio dos Bispos a facilitar as conexões da conferência interconexional e ministério cooperativo. A legislação para isto será redigida pela Equipa de Transição e enviada para a Conferência Geral de 2020.
- A Conferência Geral de 2024 será adiada para 2025 para permitir que haja tempo para a transição. Isto irá separar as Conferências Gerais sucessivas do ciclo de eleição dos EUA.

Bases Teológicas e Bíblicas do Plano de Conferência Conexional

John Wesley confessou: Deus é “o maior oceano de amor” (*Sermão 26*, de Wesley). Afirmou “O amor é o fim, o único fim de cada dispensa de Deus” (*Sermão 36*, de Wesley), propôs que Cristo viesse: “Espalhar o fogo do amor celestial sobre toda a Terra” (Wesley, *NT Notes*—Lucas 12:49). Então, escreveu que a verdadeira religião “não é mais nem menos do que amor, é amor que ‘realiza a lei, o fim do Mandamento’” (*Sermão 75*, de Wesley). “A religião é o amor de Deus e o nosso vizinho, que é cada homem sob o céu. Este amor que rege toda a vida, animando todos os nossos temperamentos e paixões, orientando todos os nossos pensamentos, palavras e acções, é ‘pura religião e imaculada’” (*Sermão 84*, de Wesley). Assim, não é de admirar que ele compreendia que um dos testes para ser uma igreja institucional era ou não uma expressão da igreja universal era se era caracterizada pelo amor radical por Deus e seres humanos. A igreja participa na missão de

Cristo de espalhar o “fogo do amor celestial sobre a Terra” através crucificação e ressurreição de Jesus Cristo e através de actos concretos de amor para com os outros. Ao afirmar isto, temos de referir quatro características Wesleyanas:

- O amor e a santidade são duas formas complementares de descrever a transformação graciosa nas vidas das pessoas que é expresso na derradeira lealdade para com Deus revelado e através de escrituras e um compromisso auto-sacrificial para com o bem-estar espiritual e corporal dos outros.
- O amor e a lei estão interligados e não podem existir um contra o outro. A lei é a expressão do que o amor radical por Deus e os outros requerem em contextos e relações particulares. Amar Deus é obedecer aos mandamentos de Deus.
- O objectivo da graça de Deus é transformar as nossas vidas para que o amor disseminado derrote e expulse o pecado. No entanto, isto ocorre quando respondemos ao trabalho do Espírito de Deus.
- As estruturas e a política de uma igreja institucional são uma mistura da instituição divina e sabedoria humana para com a missão da igreja para encarnar e espalhar o “amor celestial.” Idealmente, a política é flexível, adaptativa, e contextual.

Wesley escreveu: “É a natureza do amor unir-nos, e quanto maior o amor, mais rígida a união” (*Sermão 75*). A unidade visível da igreja é assim uma expressão do amor transformador de Deus. No entanto, porque os seres humanos são encarnados e criaturas caídas, esta unidade é ameaçada por duas dinâmicas interligadas, mas distintas que são expressões de amor.

A primeira é contextualidade; a igreja é chamada para encarnar e espalhar o amor divino em vários contextos sociais, culturais, económicos, políticos e nacionais. A forma como a igreja estrutura a sua vida e se envolve na sua missão é formada pela sua relação dinâmica com estes contextos. Quando está presente uma igreja institucional e testemunhal em vários contextos, este testemunho irá tomar várias formas que levam à tensão da unidade da igreja, particularmente quando um grupo ou contexto domina os processos de tomada de decisão. No entanto, a contextualidade é vital para a nossa missão e identidade porque o amor apenas pode ser encarnado em relação com pessoas reais em contextos concretos.

A missão em contexto é um aspecto fundamental o Plano da Conferência Conexional. O clamor de cada conexão no “modelo de conferência conexional” é o desejo de partilhar o evangelho de uma forma que alinha com as compreensões bíblicas da conferência conexional particular e é relevante para a cultura à qual a conexão se dirige. Este plano permite que cada conferência conexional seja uma embaixadora fiel do evangelho dentro da sua própria compreensão das verdades das escrituras e contexto sociocultural.

A segunda dinâmica é a liberdade de consciência perante Deus. Porque somos criaturas caídas e falíveis, a nossa compreensão de Deus e propósito e vontade de Deus está sempre sujeita a erros e limitações. Os cristãos que procuram verdadeiramente o amor e servem a Deus chegarão a diferentes conclusões no que concerne ao que Deus lhes pede. Numa igreja, as pessoas terão várias, mesmo até compreensões contraditórias da vontade de Deus. A nossa derradeira lealdade para com Deus requer que ajamos com boa fé, isto é, segundo o que estamos convencidos que é a vontade de Deus. O amor pelos outros requer que não coagimos os outros a agir contra as suas consciências, mesmo quando estamos convencidos de que estão errados.

O presente conflito na IMU sobre o casamento do mesmo sexo e normas de ordenação surge da interacção dessas dinâmicas. Os Cristãos fiéis chegaram a várias e diversas compreensões sobre a vontade de Deus na relação para a afirmação de relações sexuais entre pessoas do mesmo género. Os ministros da IMU nos vários contextos socioculturais e político-legais—estes incluem contextos onde as relações homossexuais são ofensas criminais, punidas com a morte em locais onde o casamento do mesmo sexo é legal e religioso, ou a oposição moral a esta situação é vista como irrelevante.

O desafio à nossa frente é como estruturar a Igreja Metodista Unida para que encarne e espalhe “o fogo do amor celestial sobre toda a Terra,” resultando nesta diversidade e contradição na convicção e contexto. No Plano da Conferência Conexional, as diferentes conferências conexionais que podem reflectir as diferenças de convicção e/ou contexto são expressões de amor no contexto de diversidade e contradição, enquanto as estruturas de união encarnam o desejo de manter o máximo de unidade e comunidade quanto possível e partilhar os recursos no cumprimento da nossa missão. Além disto, estar unidos em vez de dividir, encarna o núcleo comum que partilhamos.

Este plano representa uma redefinição da nossa conexão de uma nova forma para capacitar os discípulos para uma maior missão e ministério.

- “Quem está unido com Cristo é uma nova pessoa; aca-

bou-se o que era velho, e já chegou o que é novo.” (2 Coríntios 5:17 NTLH)

- “Pois agora vou fazer uma coisa nova, ue logo vai acontecer, e, de repente, vocês a verão.” (Isaías 43:19 NTLH)

São necessárias novas estruturas e relações numa nova altura, na nossa Igreja. Manter as antigas estruturas, pode resultar numa quebra da nossa Igreja.

- “Ninguém usa um retalho de pano novo para remendar uma roupa velha; pois o remendo novo encolhe e rasga a roupa velha, aumentando o buraco. Ninguém põe vinho novo em odres velhos. Se alguém fizer isso, os odres rebentam, o vinho se perde, e os odres ficam estragados. Pelo contrário, o vinho novo é posto em odres novos, e assim não se perdem nem os odres nem o vinho.” (Mateus 9:16-17 NTLH)

Este plano enfatiza a conexão a Cristo, enquanto reconhece a realidade de diferentes conferências conexionais que crescem em diferentes direcções com várias ênfases e compreensões. Ainda estamos ligados uns aos outros através de Cristo (a Videira) e a nossa doutrina, herança, missão partilhada e serviços partilhados. Os pontos de conexão incluem: Os Cremos dos Apóstolos e de Niceno; Artigos de Religião e Confissão de Fé; Regras Gerais; Os Hinos de Wesley; *Sermonário* e *Notas sobre o Novo Testamento* de John Wesley; envolvimento disciplinado com as Escrituras; obras de piedade, misericórdia e justiça; sacramentos de baptismo e Eucaristia; responsabilidade de e apoio a pequenos grupos (reuniões de classes e bandas); uma forma de vida conexional que inclui a superintendência, itinerância, e conferências.

- “Eu sou a videira, e vocês são os ramos.” (João 15:5 NTLH—ver adicionalmente João 15:1-17)

Este plano reconhece que somos dotados de forma diferente e cria espaço para que aqueles dons diferentes sejam expressados em formas que honram a consciência, enquanto ainda mantém a conexão ao corpo.

- “Cristo é como um corpo, o qual tem muitas partes. E todas as partes, mesmo sendo muitas, formam um só corpo. . . . Pois bem, vocês são o corpo de Cristo, e cada um é uma parte desse corpo.” (1 Coríntios 12:12, 27 NTLH—ver todo o capítulo)

Este plano providencia uma forma para mobilizar a missão e o ministério de Cristo através da expansão visionada pelas várias filiais.

- “Então disse aos discípulos: ‘A colheita é grande mes-

mo, mas os trabalhadores são poucos. Peçam ao dono da plantação que mande mais trabalhadores para fazerem a colheita.’” (Mateus 9:37-38 NTLH)

Por fim, o Plano da Conferência Conexional tenta encontrar uma forma de estruturar a vida a Igreja Metodista Unida para que possa encarnar o amor divino no seio da nossa diversidade e desacordo. Por assim cumprir a visão de que John Wesley, de setenta e oito anos, descreveu quando reflectiu sobre o movimento que ele fundou e liderou.

Todos queremos espalhar . . . aquela religião verdadeiramente racional que é ensinada e prescrita no Velho e Novo Testamentos, nomeadamente o amor por Deus e o próximo, enchendo o coração com humildade, docilidade, satisfação. . . . Deixamos que cada homem tenha a sua própria opinião e use o seu modo de culto, desejando apenas que o amor a Deus e ao próximo seja o princípio regedor no seu coração, e lhe mostre na sua vida pela prática de justiça, misericórdia e verdade uniformes. E consequentemente, damos a mão direita da fraternidade a cada adorador de Deus e homem; independentemente da sua opinião ou modo de culto, ao qual deve prestar contas a Deus. (*Uma Breve História das Pessoas Chamadas Metodistas*)

A Visão do Plano da Conferência Conexional para a Igreja

É com alegria e uma grande esperança que afirmamos que a igreja pertence a Deus. Acreditamos que Deus reside no nosso seio, fazendo algo radicalmente novo na nossa adorada IMU que resultará num maior foco na missão, mais contextualização, uma forma diferente de unidade, uma nova estrutura e maior produtividade.

Missão e Produtividade

O Plano da Conferência Conexional é uma oportunidade para soltar a igreja em novos caminhos para a missão e produtividade. Ao fornecer um local para várias perspectivas, este plano divulga os conflitos sobre a sexualidade humana que assola a nossa igreja. As pessoas poderão servir num local na igreja onde a sua perspectiva é honrada e seguida. Esta selecção vai diminuir os conflitos actuais sobre o casamento do mesmo sexo e ordenação e permitir que a igreja aumente o nosso foco na missão de criar discípulos para a transformação do mundo. Os recursos actualmente congelados ou mobilizados para conflito podem ser redireccionados para a missão. As reservas sobre a igreja podem ser convertidas em apoio entusiástico para aquela parte da igreja na qual se encontra a identidade primária de alguém, resultando num apoio dedicado que

cresce organicamente e resulta em algo produtivo, em termos de qualidade e quantidade.

Mais Contexto

O Plano da Conferência Conexional permite a estratégia de missão mais contextualizada e abrangente. Cada conferência conexional vai abordar a missão com um contexto diferente em mente, permitindo que cada um atinja um tipo diferente de público-alvo. O resultado é uma variedade mais ampla de pessoas a quem se chega com o Evangelho e que são disciplinados de várias formas para servir a missão de transformação de Deus. As três conferências conexionais que incluem os EUA podem cada uma delas envolver os seus públicos-alvo em todo o país, resultando numa maior abrangência para a missão contextualizada. Adicionalmente, cada conferência conexional será livre de experimentar abordagens diferentes à missão que prometem envolver vários grupos de pessoas. O resultado cumulativo resultará no envolvimento missional mais amplo possível para a variedade de populações em todo o mundo.

Uma Forma Diferente de Unidade

O Plano da Conferência Conexional providencia espaço e conexão entre aquelas partes da igreja actualmente em conflito profundo. O espaço é necessário para vivermos em conjunto com várias convicções centrais diferentes sobre a ordenação e casamentos do mesmo sexo. A conexão permite-nos continuar a conseguir mais no ministério em todo o mundo do que se o fizéssemos em separado.

Uma Nova Estrutura

O Plano da Conferência Conexional simplifica a estrutura e processos da Igreja Geral, e permite aquela simplicidade ao nível da conferência anual e conexional, ao permitir que segmentos específicos do *Livro de Disciplina* sejam adaptados. Cada conferência conexional pode experimentar determinar quais as estruturas e processos são mais eficazes no incentivo de uma missão frutífera. Através da nossa ligação contínua da Conferência Geral e Concílio dos Bispos, podemos aprender com a experiência dos outros e replicar as estruturas e processos eficazes.

Adicionalmente, a reestruturação e reconfiguração ocasionada pelo Plano da Conferência Conexional vai permitir a reimaginação das agências e funções de igreja geral de uma forma que sirva mais eficazmente os constituintes que pretendem esses serviços. Este plano permite uma abordagem adaptativa para reestruturar a igreja em termos da eficácia da missão, em vez de simplesmente aperfeiçoar o padrão actual. As agências podem focar-se em constituintes específicos, desenvolvendo a excelência na especialização. Ou as agências podem ampliar o seu foco na prestação de serviços que

satisfaçam as necessidades de uma vasta gama de constituintes abrangidos pela Igreja Metodista Unida, desenvolvendo excelência no serviço abrangente. As agências podem ser dimensionadas correctamente e associadas aos constituintes adequados, fontes de financiamento e modelos de financiamento, para providenciar uma missão e ministério eficazes para a próxima geração.

Resumidamente, o Plano da Conferência Conexional trata da realidade da IMU como agora. Permite uma abordagem adaptativa à eficácia missional. Providencia contextualidade, flexibilidade e diferenciação melhorada num todo orgânico. Redefine a unidade ao providenciar uma tensão criativa entre o espaço e conexão. Simplifica a estrutura e processos, permitindo uma reestruturação de agências. Por fim, é frutífero porque alarga e aprofunda o testemunho da IMU em todo o mundo.

O Plano da Conferência Conexional e a Missão, Visão e Alcance

Os seguintes aspectos da Missão, Visão, e Alcance são enfatizadas neste plano:

Missão

“Os assuntos de sexualidade humana e unidade são os problemas iniciais para uma conversação mais profunda que levanta diferentes formas de interpretar a Escritura e a tradição teológica.”—Este plano leva à formação de várias conferências conexionais que acomodam várias perspectivas teológicas.

Visão

“Uma forma de ser igreja que maximiza a presença de um testemunho Metodista Unido no máximo de locais possível” – Este plano mantém o máximo de pessoas na Igreja Metodista Unida e permite a mobilização missional de uma variedade de perspectivas teológicas.

“Permite o máximo possível de diferenciação contextual”—Neste plano, cada conferência conexional pode adaptar estruturas e políticas à sua localização geográfica e perspectiva teológica.

“Equilibra uma abordagem a diferentes compreensões teológicas da sexualidade humana com um desejo de o máximo de unidade possível”—Este plano cria espaço para cada perspectiva, enquanto mantém uma conexão através da Conferência Geral, doutrina partilhada, algumas agências partilhadas e um Concílio dos Bispos partilhado.

Alcance

“Abrir a novas formas de encarnar a unidade que nos move além de onde estamos no presente impasse . . . considerar novas formas de estar em relações em todas as culturas e jurisdições, em compreensões de episcopacia, em definições contextuais de autonomia para Conferências Anuais e na concepção e propósito da partilha . . . ‘novas formas e estruturas’ de relação... maior liberdade e flexibilidade para uma futura Igreja Metodista Unida que vai redefinir a nossa conectividade actual.”—Este plano reflecte uma reestrutura extensiva da denominação, não apenas resolver o impasse actual, mas posicionar a igreja para uma futura expansão da missão e vitalidade.

Os efeitos do Plano da Conferência Conexional em cada segmento da Igreja Metodista Unida

Igrejas Locais

- Este plano procura maximizar a nossa capacidade de atingir e estar em ministério a partir de uma variedade de perspectivas teológicas com aqueles sem igreja e que foram removidos da igreja. Multiplica as nossas capacidades para criar ministérios numa variedade de contextos enquanto se honra convicções centrais díspares sobre a ordenação e casamento de LGBTQ. Isto cria uma nova forma de ser independente ao mesmo tempo que se é interdependente.
- As igrejas locais podem escolher concordar com uma conferência conexional diferente daquela decidida pela sua conferência anual.
- Apenas igrejas locais que escolherem uma conferência conexional, que não aquela escolhida pela sua conferência anual, podem votar.
- As igrejas locais podem escolher definir os parâmetros da utilização do seu edifício e/ou políticas de casamento uma vez que se relaciona com o casamento do mesmo sexo ao afiliarem-se com a conferência conexional adequada; aquelas na conferência conexional unida têm flexibilidade para se dirigir em todas as direcções.
- O gabinete vai administrar um processo juntamente com as congregações locais que pretendem afiliar-se com uma conferência conexional que não aquela adoptada pela sua conferência anual através de orações, estudo e uma maioria de (50 por cento + 1) voto da conferência da igreja.

Clérigo

- O clérigo vai escolher afiliar uma conferência conexional. Alguns clérigos podem tornar-se disponíveis para servir em mais do que uma conferência conexional. Para servir numa conferência conexional, um clérigo terá de concordar em satisfazer as qualificações da conferência conexional e manter os padrões de conduta como definidas pela conferência conexional que servem.
- Um processo de nomeação, que tem em consideração os estados desejados do clérigo relacionados com a conferência conexional que preferem e os pactos que podem manter, serão administrados pelos bispos.
- A Junta do Ministério Ordenado será responsável por comunicar as expectativas da conferência conexional à pessoa que transfere e os mantém responsáveis pelas suas acções enquanto na conferência conexional. A transferência entre as conferências conexionais é sujeita a aprovação por cada Junta do Ministério Ordenado da conferência conexional.
- A ordenação do clérigo realizada em cada uma das conferências conexionais é reconhecida por todas as três conferências conexionais, mas a capacidade de servir numa conferência conexional particular é determinada pelas qualificações e expectativas definidas pela conferência conexional.
- O clérigo pode servir numa nomeação de transição durante um período de tempo até que as opções estejam disponíveis na conferência conexional que desejar.
- A segurança da nomeação vai necessitar de ser tratada por cada conferência conexional. Devem ser tomadas medidas para assegurar que as pessoas que têm sido protegidas historicamente pela nomeação garantida, incluindo mulheres e minorias étnicas, mantenham essas protecções.
- A vontade ou a capacidade de servir mais do que uma conferência conexional de uma pessoa do clérigo pode influenciar se o mesmo recebe uma nomeação. As qualificações da conferência conexional para servir naquela conferência conexional terá prioridade, e cada conferência conexional vai determinar a aceitabilidade de uma pessoa que pretende servir naquela conferência conexional (através do Juntas do Ministério Ordenado da Conferência Anual e da Sessão do Clérigo).

- Para os diáconos, o maior impacto pode ser o estreitamento de oportunidades para servir com base na(s) conferência(s) conexional(ais) que o diácono selecciona.
- As nomeações para os pastores locais a tempo inteiro podem depender do número de presbíteros em cada conferência conexional.

Conferências Anuais

- As conferências centrais e as conferências jurisdicionais americanas terão em primeiro lugar a responsabilidade de determinar qual a conferência conexional a que se juntam. Escolherão uma conferência conexional através de uma simples votação por unanimidade.
- As conferências anuais que pretendem juntar-se a uma conferência conexional diferente do que aquela escolhida pela sua jurisdição ou conferência central, podem fazê-lo através de uma simples votação por unanimidade.
- As jurisdições e a conferência conexional serão sábias o suficiente para se preparar para os ajustes de limites geográficos potenciais dependendo de quantas igrejas saem e para a conferência conexional que a conferência anual se junta.
- As conferências anuais receberão informação consistente apresentada pela equipa de transição para compreender as consequências pretendidas e não pretendidas da sua decisão. Esta preparação começaria com os líderes da conferência anual.
- Respostas específicas a questões sobre assuntos como reforma, etc., terão de ser colocadas num espaço comum para que todos possam aceder.
- As conferências anuais podem participar num processo de vários votos, onde o voto deve ser realizado por uma unanimidade simples após a opção menos votada saia de consideração. Se no primeiro voto houver unanimidade, a votação está concluída.
- As conferências anuais devem administrar um processo para igrejas locais que decidem separar-se da sua conferência anual e juntar-se a uma conferência conexional diferente através do processo de conferência da igreja. A conferência da igreja tomará a sua decisão através de simples unanimidade. O gabinete pode facilitar o processo de uma forma atempada. O gabinete disponibilizará a equipa para prestar cuidados e resolução de conflitos a essas igrejas, como necessário.
- As conferências anuais terão um local onde podem ser colocadas questões se as igrejas locais quiserem votar para se juntar a uma conferência conexional diferente. Os líderes da conferência anual estarão equipados para o efeito.
- Se uma conferência anual quiser votar novamente para estar de acordo com uma conferência conexional diferente, existirá forma de o fazer. A reconsideração de como alinhar com uma conferência conexional diferente deve ser limitada a uma vez a cada quatro anos.
- Podem ser formadas novas conferências anuais nas conferências conexionais para colocar igrejas que entrem de uma área onde a anterior conferência anual tenha escolhido uma conferência conexional diferente. As fronteiras da conferência anual existentes poderão ter de ser redefinidas. O impacto líquido poderá representar menos conferências anuais em cada conferência conexional, mas mais conferências anuais no geral.

Concílio dos Bispos

- O Concílio dos Bispos vai providenciar um local para relações ecuménicas e ser um órgão missional para ajudar a reunir e distribuir as melhores práticas para o ministério vital e inovador no mundo. Também servirá como uma comunidade de aprendizagem, equipamento e estimulação. O Conselho vai manter o foco Wesleyano na justiça, inclusão e as protecções históricas da IMU, como definido no Plano de União de 1968.
- O Conselho vai promover parcerias a diferentes níveis entre as conferências conexionais, ligar filiais em todo o globo, agir como conector em ministérios partilhados, promover relações ecuménicas e mediar desafios de responsabilidade.
- Cada conferência conexional com base nos EUA vai financiar os seus próprios bispos a níveis comparáveis através da GCFA. Todas as conferências anuais com base nos EUA vão continuar a partilhar financiamento para os bispos em conferências anuais fora dos EUA, como necessário, com um objectivo de todas as conferências anuais se tornarem auto-suficientes.
- A supervisão e responsabilização da liderança episcopal ocorre no Colégio de Bispos de cada conferência conexional.

Uma nota sobre as nomeações episcopais:

- Cada bispo (no activo ou reformado) vai escolher uma

conferência conexional para se afiliar. Alguns bispos podem disponibilizar-se para servir em mais do que uma conferência conexional, se satisfizerem as qualificações da conferência conexional na qual servem e mantêm a sua conduta nos limites definidos por aquela conferência conexional.

- A reforma e as disposições de mandato serão renunciadas por parte dos líderes episcopais nas jurisdições dos EUA. Isto também será realizado nas conferências centrais que pretendem esperar para eleger novos bispos até ao limite de 2022. Os mandatos podem ser prolongados até dois anos nestas conferências anuais para efeitos de transição, para evitar um desajustamento do número de bispos para cada conferência conexional.
- Nos EUA, não são recomendadas eleições episcopais em 2020.
- Os bispos reformados podem ser convidados para servir como interinos, se necessário (isto é, no caso de bispos no activo que não pretendam prolongar o mandato).
- A comissão executiva de cada conferência central irá decidir a data de quando a eleição episcopal irá ocorrer entre 2020 e 2022.
- Novos bispos americanos serão eleitos nas conferências organizadoras das conferências conexionais, em 2022.
- Os Bispos podem servir numa conferência conexional diferente durante o período de transição [2022-2025].

Agências Gerais

- Conselhos financiados em conjunto, agências, e organizações da nova IMU—Wespath; GCFA; Publishing House; UMCOR; Arquivos e História, e partes da GBGM (como determinado em consultoria entre as filiais dentro e fora dos EUA).
- As agências do programa são reimaginadas por um grupo de liderança formado com representação igual de todas as conferências conexionais dentro e fora dos EUA.
- Com base nas decisões tomadas pelas conferências organizadoras das várias conferências conexionais, uma força de trabalho de cinco representantes de cada conferência conexional vai avaliar a estrutura da agência geral e propor um novo modelo para a Conferência Geral de 2025. Nesse modelo, as agências vão servir apenas aquelas conferências conexionais que desejam participar em cada agência.

- Manter as agências actuais durante 2025, permitindo um período de transição onde as decisões são tomadas sobre a futura estrutura.
- As agências gerais podem relacionar-se com tantas ou tão poucas conferências conexionais, dentro ou fora dos EUA.

Ministérios Respeitantes à Justiça

- Uma parte única do nosso ADN wesleyano é a ênfase na justiça, equidade e inclusão.
- As funções dos ministérios respeitantes à justiça podem ser imediatamente atendidas pelas estruturas a serem organizadas, definidas e mantidas em cada conferência conexional, especialmente, mas não limitado ao sexismo e racismo.
- A Conferência Geral vai responsabilizar as conferências conexionais pela justiça. A Conferência Geral irá nomear um conjunto de princípios para orientar em termos de raça e género, e requer que as conferências conexionais reportem sobre a sua situação. A Conferência Geral também definirá as consequências se uma conferência conexional não estiver conforme as expectativas acordadas.

Instituições/campos/faculdades/etc. respeitantes à IMU

- A propriedade detida pelas conferências anuais está conforme a conferência anual na sua conferência conexional.
- As propriedades jurisdicionais seguem a jurisdição na sua conferência conexional.
- As faculdades e universidades, campos e agências de saúde e bem-estar, podem escolher relacionar-se com uma ou mais conferências anuais, em várias conferências conexionais.

Nota: Isto será determinado em várias situações, caso a caso. Várias destas decisões serão regidas por estatutos e outros documentos vigentes.

Campo da Missão

- O plano abre toda a geografia dos EUA às três conferências conexionais para estarem em ministério. Podem surgir em qualquer lugar novas igrejas patrocinadas por qualquer conferência conexional. O campo da missão é aberto.
- Este plano permite que a IMU tenha mais funcionários num leque mais vasto de contextos.

- Historicamente, quando havia divisão, a Igreja providenciava muitas vezes um ministério mais focado, que permitia que a missão crescesse em vários contextos, servidos pelas partes da denominação previamente unida. Apesar de este plano não propor uma divisão, mas uma maior contextualidade, esperamos que tenha sido melhorado o efeito do campo da missão.

Conselho Judicial

- O Conselho Judicial terá autoridade sobre os assuntos decididos pela Conferência Geral ou a Constituição.
- As conferências conexionais poderão ter conselhos judiciais com autoridade nas decisões relacionadas com o *Livro de Disciplina* da conferência conexional.

Igreja Global

- Qualquer conferência central pode existir como a sua própria conferência conexional, ou pode escolher seguir uma conferência conexional americana. As conferências conexionais americanas às quais se juntou uma conferência central, tornam-se em conferências conexionais globais.
- O comité executivo de cada conferência central irá decidir a data de quando a eleição episcopal irá ocorrer entre 2020 e 2022.
- As conferências centrais seriam renomeadas como conferências conexionais e teriam as mesmas responsabilidades e processos como as conferências conexionais nos EUA. O apoio para as conferências anuais e despesas episcopais fora dos EUA continuaria por parte de todas as filiais, assim como o apoio das parcerias e missão.

Considerações Financeiras e Reforma

- Existirão despesas legais para compreender as conexões de legado da história da IMU e como estas relações vão continuar nas mudanças trazidas pelo Plano da Conferência Conexional. A GCFA terá de providenciar algumas estimativas de custos para essas taxas.
- O Wespeth manter-se-á intacto e estenderá a sua cobertura a todas as conferências conexionais. Todas as responsabilidades da reforma mantêm-se como as obrigações legais da conferência anual, independentemente de que conferência conexional é escolhida pela conferência anual. O Wespeth irá desenvolver métodos para reatribuir as responsabilidades em termos de pensões associadas a igrejas locais que aderem a outra conferência conexional. O Wespeth pode reatribuir as responsabilidades às conferências anuais, como

adequado, com base na afiliação do clérigo no activo e reformado. A legislação não disciplinar na Secção IV.A do Anexo 4: Também deve ser adoptado o Wespeth Resource, isto é, congelar os planos de pensões legados, movendo rapidamente para um plano de reforma de contribuição definida, e desenvolvendo novas estruturas de governança de plano para as conferências conexionais.

- As conferências anuais irão reconfigurar os orçamentos e gerir os custos de reconfiguração de limites.
- A Conferência Geral irá reconfigurar os orçamentos em 2025 e considerar uma potencial consequência no orçamento de 2020.

Plano de Implementação proposto para o Plano da Conferência Conexional

2019

Aprovação do plano e emendas constitucionais. As emendas constitucionais são votadas em 2019 ou no início de 2020. O secretário da Conferência Geral irá priorizar os prazos rápidos de tradução para distribuir emendas às conferências anuais. Cada conferência anual fará disto uma prioridade para concluir as emendas até à Conferência Geral de 2020. As conferências anuais podem votar numa sessão regularmente agendada ou convocar uma sessão especial para esse efeito. Os registos de voto da conferência anual, não recebidos até 15 de Abril de 2020, serão considerados como “não votantes” (ver ¶ 59) e, deste modo, não incluídos no número agregado de membros. O secretário da Conferência Geral irá emitir as emendas para as conferências anuais no prazo de seis semanas após a conclusão da Conferência Geral.

2020

Emendas Constitucionais aprovadas até 15/4/20
Conferência Geral regularmente agendada
As conferências centrais e judiciais votam para determinar a conferência conexional
As conferências centrais são livres de eleger novos bispos, como necessário

Até 1 de Agosto de 2021

Uma vez decidida uma conferência central ou jurisdicional, as conferências anuais que não concordam podem votar para se juntarem a uma conferência conexional diferente. Todos esses votos devem estar concluídos até 1/8/21. As conferências anuais podem votar numa reunião regularmente agendada ou convocar uma conferência anual especial. (Esta disposição concede até um ano para que as conferências anuais votem.)

Os bispos alinham com uma conferência conexional.

Com início em Setembro, os bispos no activo para cada conferência conexional começam as reuniões e planeamento com a Equipa de Transição para as conferências organizadoras.

Até 1 de Julho de 2022

As igrejas locais que pretendem alinhar com uma conferência conexional diferente da sua Conferência Anual podem votar para se juntarem a uma conferência conexional diferente. Os bispos alinham com uma conferência conexional. (Esta disposição concede às igrejas locais um mínimo de 11 meses para votarem.)

Outono 2022

Conferências organizacionais das conferências conexionais.

2025

Primeira Conferência Geral da nova Igreja Metodista Unida.

Reuniões da Conferência Conexional após a Conferência Geral.

Explicação da Equipa de Transição

- A Equipa de Transição é composta por aproximadamente 30 membros nomeados pelas suas capacidades e experiência, com atenção para a representação de todos os constituintes.
- A equipa inclui um gestor de projecto contratado por e que reporta à equipa. Outro pessoal pago ou serviços contratados (adicionados ao longo do tempo) são contratados e reportam ao gestor de projecto.
- Este grupo é responsável por administrar e supervisionar o processo de transição a partir da Conferência Geral de 2019 até às conferências organizadoras, em 2022, trabalhando com grupos e agências existentes, onde possível e adequado, incluindo assuntos como:
 1. Desenvolvimento de um processo padronizado para nomear delegados às conferências organizadoras;
 2. Trabalhar com líderes adequados em cada uma das conferências conexionais, para definir as conferências organizadoras das conferências conexionais
 3. Garantir que os candidatos no processo do ministério sabem como fazer a transição para os novos processos; e
 4. Trabalhar com os bispos para desenvolver o processo para comunicar com a conferência conexional no que concerne a transferência e nomeação de clérigo

e transferência de igrejas para uma filial diferente da sua conferência anual.

- A Equipa de Transição é nomeada por e presta contas ao Concílio dos Bispos, com os fundos necessários providos pela GCFA.

Nomes dos Membros da Comissão que Subscreveram o Plano da Conferência Conexional

Nota: A Comissão nunca votou relativamente a que membros da Comissão apoiaram que plano. Em vários pontos no trabalho da Comissão, os membros da Comissão expressam preferências pelos planos. Alguns membros da Comissão podem apoiar o trabalho da Comissão em cada plano enquanto outros expressam uma preferência por um ou dois dos planos. No final do nosso processo, para colocar os planos em formato de petição, os membros da Comissão foram questionados sobre quais os planos que pretendem apoiar publicamente. Vários membros da Comissão apoiaram mais do que um plano. Por várias razões, alguns membros da Comissão, enquanto apoiam o relatório da Comissão, escolhem não expressar uma preferência por qualquer um dos planos.

Os seguintes membros da Comissão apoiam publicamente o Plano da Conferência Conexional: Jorge Acevedo, Jacques Akasa, Hortense Aka, Scott Johnson, Tom Lambrecht, Julie Hager Love, Mazvita Machinga, Pat Miller, Eben Nhwatiwa, Casey Orr, Donna Pritchard, Tom Salsgiver.

Alterações Disciplinares ao Plano da Conferência Conexional:

Nota: As seguintes alterações disciplinares serão submetidas como petições legislativas. São incluídas para efeitos informativos.

Emendar ¶ 101—O *Livro Geral da Disciplina* (Petição 90018, página 169)

Adicionar um novo ¶ 2801 (Petição 90019, página 170)

Adoptar um novo ¶ 2802 (Petição 90020, página 173)

Emendar ¶ 422 (Petição 90021, página 174)

Emendar ¶ 2602, incorporando ¶¶ 2602-2606 e uma parte do ¶ 2608.2 (Petição 90022, página 174)

Emendas Constitucionais ao Plano da Conferência Conexional

Nota sobre as emendas constitucionais: Seriam necessárias nove emendas constitucionais, uma das quais é simplesmente mudar os nomes para “conferência conexional”. Algumas das emendas consolidam vários parágrafos existentes na Constituição num novo parágrafo. As seguintes emendas constitucionais serão submetidas como petições legislativas. São incluídas para efeitos informativos.

1. Emendar ¶ 9 e eliminar ¶ 10 (Petição 90023, página 175)
2. Emendar ¶ 14 (Petição 90024, página 176)
3. Emendar ¶ 16 (Petição 90025, página 176)
4. Emendar ¶ 19 (Petição 90026, página 177)
5. Emendar ¶ 23, incorporando os ¶¶ 24 a 28 e excluindo a Secção V., ¶¶ 28 a 31 (Petição 90027, página 177)
6. Emendar ¶ 37, incorporando os ¶¶ 38 a 41 (Petição 90028, página 178)
7. Emendar ¶ 45, incorporando os ¶¶ 46-54 (Petição 90029, página 179)
8. Emendar ¶ 56.3 (Petição 90030, página 181)
9. Mudança de nome: Nos ¶¶ 32-36, 56 e 61, os nomes “jurisdição”, “conferência jurisdicional” ou “conferência central” devem ser substituídos por “conferência conexional”, e a frase “das conferências centrais” deve ser substituída por “fora dos Estados Unidos.” (Petição 90031, página 181)

Uma Conversa dentro da Comissão Sobre um Caminho a Seguir O Plano Tradicionalista

Nota importante

O pedido para a inclusão do Modelo Tradicionalista foi recebido pela Comissão sobre o Caminho a Seguir imediatamente antes da sua última reunião, a qual iniciou em 14 de Maio de 2018. Os membros da Comissão sobre Um Caminho a Seguir expressaram a sua preocupação em que o tempo disponível não permitia levar a cabo o processo conciliar total usado para os outros dois planos apresentados pela Comissão sobre o Rumo a Seguir. Tanto o Plano de Igreja Una como o Plano de Conferência Conexional tiveram participação intensa e alargada da Comissão e do Concílio dos Bispos por um período de tempo prolongado. Embora tivesse havido algum apoio, tanto dentro da Comissão como do Concílio dos Bispos para o Modelo Tradicionalista, o apoio foi suficiente modesto nos dois grupos para se interromper o trabalho anterior da Comissão sobre este modelo. De forma a acomodar o pedido de Maio de 2018 feito pelo Concílio dos Bispos, a Comissão sobre Um Caminho a Seguir volta a submeter o rascunho enviado ao Concílio dos Bispos em Novembro de 2017 como sendo o seu trabalho sobre o Modelo Tradicionalista, juntamente com o historial deste trabalho e as suas implicações para vários órgãos da Igreja Metodista Unida.

Historial do Plano Tradicionalista

- A Comissão sobre Um Caminho a Seguir desenvolveu um esboço de um Modelo Tradicional que foi submetido, juntamente com o esboço do Modelo da Igreja Una e o Plano de Filiais Múltiplas, em Novembro de 2017.
- Foi reportado à Comissão sobre Um Caminho a Seguir que o Concílio dos Bispos não havia votado em ou exprimido alguma preferência sobre os modelos, mas quando se lhe perguntou qual(is) modelo(s) devia a Comissão desenvolver, tanto o Modelo da Igreja Una como o de Filiais Múltiplas mereceram enfoque.
- Os esboços Igreja Única e de Filiais Múltiplas foram, cada um dos dois, desenvolvidos pela Comissão sobre Um Caminho a Seguir até se configurarem e planos completos e foram postos para consideração do Concílio dos Bispos na sua reunião de Fevereiro de 2018. O plano de Filiais Múltiplas foi depois denominado Plano de Conferências Conexionais.
- Na reunião de 29 de Abril a 4 de Maio de 2018 do Conselhos dos Bispos, foi solicitado à Comissão sobre Um Caminho a Seguir que produzisse um Plano Tradicional. Pediu-se à Comissão sobre Um Caminho a Seguir que desenvolvesse esse plano até ao encerramento da sua reunião de 14 a 16 de Maio.

Sumário do Plano Tradicionalista (conforme apresentado à reunião de Novembro do Concílio dos Bispos)

Acção primária

Responsabilidade perante a linguagem do *Livro de Disciplina* actual

Linguagem disciplinar e suas implicações

- Alargar a definição de homossexual praticante confesso de forma a que esta inclua pessoas que vivem num casamento ou união civil entre pessoas do mesmo sexo ou pessoas que afirmam publicamente serem homossexuais praticantes.
- Determinar que qualquer resolução justa inclua um compromisso de não repetir a transgressão.
- Exigir que cada conferência anual certifique que vai respeitar, defender e aplicar as normas da *Disciplina* referentes ao casamento e ordenação de LGBTQ.
- As conferências anuais que não o certificarem serão encorajadas a formar algo semelhante a uma igreja “autónoma, afiliada ou de concordata.” Em 2021 as conferências que não tiverem podido assim certificar não poderão mais usar o nome Metodista Unida assim como o símbolo, nem poderão receber nenhuns fundos da Igreja Metodista Unida.
- Exigir que os bispos (activos e reformados) certifiquem que vão respeitar, defender e aplicar as normas da *Disciplina* referentes ao casamento e ordenação de LGBTQ. Os bispos activos que assim não certificarem não serão elegíveis para receber compensação por despesas em 2021 e, serão encorajados a juntar-se à igreja “autónoma, afiliada ou de concordata” formada pelas conferências anuais acima mencionadas.
- As igrejas locais que não concordarem com a decisão da sua conferência anual de não aplicar as normas da *Disciplina* podem votar para permanecer na IMU.
- As igrejas locais que não concordarem com a decisão da sua conferência anual de aplicar as normas da *Disciplina* podem votar para se retirarem da IMU e se unir à igreja “autónoma, afiliada, ou de concordata.”

- Os clérigos que não puderem aplicar as normas da *Disciplina* referentes ao casamento e ordenação de LBGTQ serão encorajados a juntar-se à igreja “autónoma, afiliada, ou de concordata.”

Efeitos do Plano Tradicionalista sobre cada segmento da Igreja Metodista Unida

Igreja local

- Não será exigido as igrejas locais que votem.
- As igrejas locais que não concordarem com a decisão da sua conferência anual de não aplicar as normas da *Disciplina* podem votar para permanecer na IMU.
- As igrejas locais que não concordarem com a decisão da sua conferência anual de aplicar as normas da *Disciplina* podem votar para se retirarem da IMU e se unir à igreja “autónoma, afiliada, ou de concordata.”

Clérigos

- Os clérigos que não puderem aplicar as normas da *Disciplina* referentes ao casamento e ordenação de LBGTQ serão encorajados a juntar-se à igreja “autónoma, afiliada, ou de concordata.”
- Determinar que qualquer resolução justa inclua um compromisso de não repetir a transgressão.
- Os clérigos deverão entregar as suas credenciais caso sejam declarados culpados de violar as disposições do *Livro de Disciplina* referentes ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.
- A expectativa é que os clérigos que não podem conformar com as disposições do *Livro de Disciplina* no que diz respeito à sua identidade como homossexuais praticantes confessos ou à celebração de casamentos entre pessoas do mesmo sexo deixem a denominação. O processo de saída da denominação terá de ser desenvolvido de acordo com a Constituição.

Conferências Anuais

- Exigir que cada conferência anual certifique que vai respeitar, defender, e aplicar as normas da *Disciplina* referentes ao casamento e ordenação de LBGTQ.

- As conferências anuais que não o certificarem serão encorajadas a formar algo semelhante a uma igreja “autónoma, afiliada, ou de concordata”. Em 2021 as conferências que não tiverem podido assim certificar não poderão mais usar o nome Metodista Unida assim como o símbolo, nem poderão receber nenhuns fundos da Igreja Metodista Unida.

Bispos

- Exigir que os bispos (activos e reformados) certifiquem que vão respeitar, defender e aplicar as normas da *Disciplina* referentes ao casamento e ordenação de LBGTQ. Os bispos activos que assim não certificarem não serão elegíveis para receber compensação por despesas em 2021 e, serão encorajados a juntar-se à igreja “autónoma, afiliada, ou de concordata” formada pelas conferências anuais acima mencionadas.

Agências Gerais

- Toas as juntas gerais e agências continuarão.
- As juntas gerais e agências tem a capacidade de negociar os seus serviços com igrejas que tenha deixado a IMU.

Instituições relacionadas com a IMU

- As instituições relacionadas com a IMU iriam manter as relações e filiações actuais excepto nos casos em que pelos seus estatutos alterem essas relações.

Campo missionário

- A intenção deste modelo é usar a energia da Igreja para alcançar o campo missionário e não em processos relacionados com conflitos da Igreja.

Conselho Judicial

- O plano não altera o Conselho Judicial.

Igreja Global

- Alinha a posição da igreja no respeitante à inclusão de pessoas LBGTQ com a maioria da igreja global fora dos Estados Unidos.

Apêndice 1

Trabalho da Comissão sobre uma Possibilidade de Igrejas que Desejem Mudar a sua Relação com a Igreja Metodista Unida

A Comissão sobre Um Caminho a Seguir e o Concílio dos Bispos tiveram conversações significativas sobre a possibilidade de as igrejas desejarem mudar a sua relação com a Igreja Metodista Unida em resposta à legislação ligada ao relatório da Comissão e à sessão convocada da Conferência Geral.

Segue-se um breve resumo da conversa da Comissão e do Concílio:

- A ideia de que algumas igrejas possam querer mudar o seu relacionamento com a Igreja Metodista Unida em resposta às decisões tomadas pela Conferência Geral não é uma ideia nova e precede a formação da Comissão sobre um Caminho a Seguir.
- No Relatório de Progresso do trabalho da Comissão de Julho, a Comissão observou que um de seus objectivos para o relatório final era incluir um “subsídio para aqueles que não adoptam uma estrutura revista.” (Veja o slide 9 do “Relatório de Progresso” da Comissão sobre Um Caminho a Seguir s3.amazonaws.com/Website_Properties/news-media/press-center/documents/COWF_July_2017_Report_Final.pdf.)
- Como os modelos foram desenvolvidos e partilhados com o Concílio dos Bispos em Novembro de 2017, houve uma discussão sobre o conceito de se incluir em cada esboço uma “maneira graciosa de saída para aqueles que se sentem chamados a sair da denominação.” (Ver Comunicado de imprensa do Concílio dos Bispos em 9 de Novembro de 2017 <http://www.umc.org/who-we-are/bishops-uphold-values-of-mission-unity-space-contextuality-in-interim-report>.)
- Em Janeiro de 2018, a Comissão sobre Um Caminho a Seguir pediu aos bispos que discutissem especificamente o conceito de uma “saída graciosa” na sua reunião do Concílio dos Bispos em Fevereiro de 2018.
- Em Fevereiro de 2018, o Concílio dos Bispos discutiu a “saída graciosa” e partilhou as seguintes reflexões:

- A linguagem da “saída” deve ser usada com cuidado para não encorajar as pessoas a procurar uma “saída”, mas sim ajudar a Igreja Metodista Unida a se focar na unidade.

- *Graciosa* será definido não pelo processo, mas sim pela implementação do processo.
- *O Livro de Disciplina* já fornece um meio e razões pelas quais uma congregação pode sair e a linguagem actual do *Livro de Disciplina* pode constituir um guião para um processo adicional.
- Muitas conferências anuais já desenvolveram práticas e modelos em consulta com a Wespeth e CGFA. Estes devem ser partilhados.
- Os bispos devem fazer esse trabalho de forma colaborativa, utilizando recursos apropriados e trabalhando caso a caso usando as melhores práticas.
- A fazer com que os planos permitam a possibilidade de algumas pessoas se afastarem da Igreja Metodista Unida, fomos governados pelo princípio de não fazer mal uns aos outros.
- No final da reunião do Conselho de Bispos de Fevereiro de 2018, o Conselho deu instruções à Comissão que declarou: “A Comissão não precisa de continuar a usar linguagem de saída graciosa ou explorá-la ainda mais neste momento, mas sim usar o processo corrente no *Livro de Disciplina* e convidar os Bispos e outros (como a Wespeth e o CGFA) a partilhar as melhores práticas.” Além disso, o Concílio dos Bispos convidou a Comissão a explorar a possibilidade de acrescentar uma opção para formar ou aderir a uma igreja afiliada autónoma.
- Na sua reunião de Março de 2018, a Comissão discutiu a possibilidade de afiliação autónoma e trabalhou em alguns outros exemplos e modelos de “saída graciosa.” A Comissão incluiu algumas possibilidades e opções no seu relatório à reunião do Concílio dos Bispos de Maio de 2018.
- O Concílio dos Bispos debateu as afiliações autónomas e outras possibilidades de saída na sua reunião de Maio de 2018 e concluiu que a afiliação autónoma não deveria

ser incluída como legislação recomendada ou petições legislativas à sessão especial de 2019 da Conferência Geral. Em vez disso, deve fazer parte de uma narrativa histórica do trabalho da Comissão e do Concílio.

- As preocupações do Concílio dos Bispos sobre a filiação autónoma incluíam o impacto nas relações ecuménicas, o impacto nas relações com as actuais igrejas autónomas afiliadas, a constitucionalidade da proposta de legislação autónoma afiliada às igrejas nos EUA, a necessidade de permanecer consistente com nossa eclesiologia conexional e a necessidade de mais estudo.
- Ao mesmo tempo o Concílio dos Bispos reconheceu a necessidade de manter relações com os que optarem em sair. O Concílio ponderou sobre as questões práticas à volta dos vários mecanismos disciplinares propostos e explorou a possibilidade de explorar futura legislação que pudesse ser implementada numa futura Conferência Geral.
- Houve também entre os bispos um sentido forte de que a Igreja não deveria ser afoita em se mover para vias de saída que não tivessem em consideração o contexto de cada situação ou em usar linguagem disciplinar como relações filiadas autónomas ou de concordata que, muita gente dentro da Igreja não entende completamente.
- Além disso, Wespeth identificou as questões-chave nas igrejas e nos clérigos no que respeita aos planos de pensão. Esta sabedoria colectiva de Wespeth está incluída no Apêndice 5 deste relatório, e nas petições recomendadas, que alteram o ¶ 1504 e o Programa de Segurança de Aposentadoria do Clérigo, incluído neste relatório sobre o Plano de Igreja Única acima.
- O trabalho conciliar da Comissão e do Concílio proporciona um modelo para as conferências anuais fazerem discernimento fiel que lhes permitirá encontrar um rumo a seguir.

Apêndice 2

Colaboração do Concílio dos Bispos com a Comissão sobre um Caminho a Seguir

Prefácio

A Comissão sobre Um Caminho a Seguir aprecia profundamente a colaboração e o retorno do Concílio dos Bispos. O relatório da Comissão é um produto do processo de colaboração entre a Comissão e o Concílio dos Bispos. Com apreço pela colaboração, a Comissão sobre Um Caminho a Seguir inclui a declaração original dos Bispos à Conferência Geral de 2016, a moção e a fundamentação do Concílio dos Bispos e a declaração esclarecedora.

Declaração dos Bispos na Conferência Geral de 2016, Portland, Oregon

Os vossos bispos tiveram a honra de receber o pedido da Conferência Geral para ajudar a liderar a nossa Igreja Metodista Unida durante este período de grande crise e grande oportunidade. Até onde podemos descobrir, esta é a primeira vez que uma Conferência Geral já fez tal pedido ao Concílio dos Bispos, e nós aceitamos este pedido com humildade.

Compartilhamos convosco um profundo compromisso com a unidade da igreja em Cristo nosso Senhor. Ontem, o nosso presidente compartilhou a profunda dor que sentimos. Todos nós temos orado por meses e continuamos a fazê-lo. Nós procuramos, neste momento de *kairos*, um rumo a seguir para uma profunda unidade no que diz respeito à sexualidade humana e a outros assuntos. Essa profunda unidade permite que uma variedade de expressões coexista numa igreja. Dentro da Igreja, somos chamados a trabalhar e a orar por mais unidade de Cristo uns com os outros, em vez de separação uns dos outros. Esta é a oração de Jesus em João 17: 21-23.

Unidade

Acreditamos que nossa unidade é encontrada em Jesus Cristo; não é algo que alcançamos, mas algo que recebemos como um presente de Deus. Entendemos que parte do nosso papel como bispos é liderar a igreja rumo a novos comportamentos, um novo modo de ser e novas formas e estruturas que permitam a unidade de nossa missão de “fazer discípulos de Jesus Cristo para a transformação do mundo.” permitindo expressões diferentes como uma igreja global. Desenvolver essas novas formas exigirá um esforço conjunto de todos nós, e nós, vossos bispos, nos comprometemos a liderar esse esforço. Pedimos a vós, como Conferência Geral, que afirmeis o vosso próprio compromisso de manter e fortalecer a unidade da igreja.

Nós iremos coordenar este trabalho com os vários esforços já em curso para desenvolver estruturas globais e um novo *Livro Geral de Disciplina* para a nossa igreja. Fortalecer a unidade da igreja é uma responsabilidade para todos nós.

Oração

Aceitamos nosso papel como líderes espirituais para liderar a IMU numa “pausa para oração”—para voltar atrás de tentativas de soluções legislativas e buscar intencionalmente a vontade de Deus para o futuro. Como Concílio dos Bispos, lideraremos a igreja em todas as partes do mundo em tempos de adoração, estudo, discernimento, confissão e oração para orientação de Deus. Pedimos-vos, como Conferência Geral, que vos junteis a nós nesse esforço, a partir desta semana. Ficamos comovidos com a visão de delegados a orar à volta da mesa e esperamos que esses esforços continuem. Como vossos bispos, estamos prontos para acompanhar-vos e conduzir-vos nestes momentos de oração.

Processos

Discutimos em profundidade os processos que podem ajudar a nossa igreja a se curar e avançar—incluindo a possibilidade de uma convocatória para uma Conferência Geral em 2018 ou 2019. Não finalizámos os nossos planos para esses processos, mas continuaremos a trabalhar nas opções que ouvimos de muitos de vós, e continuaremos a reportar a esta Conferência Geral e a toda a igreja.

Próximos Passos

Recomendamos que a Conferência Geral adie todos os votos sobre a sexualidade humana e submeta todo este assunto a uma Comissão especial, nomeada pelo Concílio dos Bispos, que irá desenvolver um exame completo e uma possível revisão de cada parágrafo do nosso *Livro de Disciplina* sobre a sexualidade humana. Continuamos a ouvir de muitas pessoas acerca do debate sobre sexualidade que nossa *Disciplina* actual contém linguagem que é contraditória, desnecessariamente prejudicial e inadequada para a variedade dos contextos locais, regionais e globais. Iremos nomear uma Comissão que inclua pessoas de todas as regiões da nossa IMU e incluiremos no debate representações de diferentes perspectivas. Comprometemo-nos a manter um diálogo contínuo com esta Comissão, enquanto esta faz o seu trabalho, incluindo objetivos e resultados claros. Caso conclua seu trabalho a tempo para uma Conferência Geral extraordinária, então convocaremos uma reunião de dois a três dias antes da Conferência Ger-

al de 2020. (Consultaremos o CGFA com relação a formas económicas de realizar essa reunião.)

Discussões Continuadas

Continuaremos a explorar opções para ajudar a igreja a viver em graça uns com os outros—incluindo maneiras de evitar mais reclamações, provações e danos, enquanto defendemos a *Disciplina*. Continuaremos a nossa conversa sobre esse assunto e reportaremos o nosso progresso a vós e a toda a igreja.

Hoje, como forma de começar a encontrar o caminho a seguir, sugerimos que, em lugar do tempo legislativo concedido, passemos de 1 a 2 horas de tempo de plenária em oração, confissão e exploração de um caminho criativo para a frente. Os bispos estão preparados para fornecer perguntas para guiar as vossas conversas. As vossas conversas serão o primeiro passo para um caminho a seguir.

Moção e Fundamentação para um caminho a seguir, aprovada pelo Concílio dos Bispos em Maio de 2018

Os bispos Metodistas Unidos, reunidos em Chicago, empenharam-se num processo de oração para discernir um caminho a seguir. Na conclusão do processo de discernimento, o Concílio dos Bispos aprovou fortemente a seguinte moção e fundamentação:

Moção

Tendo recebido e considerado o extenso trabalho da Comissão sobre o Caminho a Seguir, o Concílio dos Bispos apresentará um relatório à Sessão Especial da Conferência Geral em 2019 que inclui:

- Todos os três planos (O Plano Tradicionalista, O Plano de Igreja Una, e o Plano de Conferência Conexional) para um caminho a seguir considerados pela Comissão e pelo Concílio.
- Recomendação do Concílio do Plano de Igreja Única.
- Uma narrativa histórica do processo de discernimento do Concílio em relação aos três planos.

Fundamentação

Tendo em vista convidar a igreja a aprofundar a jornada do Concílio e da Comissão, o Concílio disponibiliza toda a informação considerada pela Comissão e pelo Concílio dos Bispos aos delegados da Conferência Geral e reconhece que há apoio para cada um dos três planos no Concílio. Os valores da nossa igreja global estão reflectidos em todos os três planos. A maioria do Concílio recomenda o Plano de Igreja Una como o melhor caminho para a Igreja Metodista Unida.

Declaração de Esclarecimento dos Bispos—17 de Maio de 2018

A seguinte declaração foi elaborada pelos bispos que serviram na Comissão sobre o Caminho a Seguir e foi aprovada pela Comissão Executiva do Concílio dos Bispos nesta semana:

Foi nos solicitada uma nova declaração de esclarecimento sobre o Caminho a Seguir e esperamos que esta declaração sirva esse propósito. Esperamos que seja útil a muitos de vós que lideram em áreas episcopais.

O Concílio dos Bispos (COB) votou por esmagadora maioria que o trabalho feito pela Comissão sobre o Caminho a Seguir nos três planos fosse compartilhado e recomendou o Plano de Igreja Única.

O Plano de Igreja Una será apresentado à da Conferência Geral para acção legislativa.

Para homenagear o trabalho da Comissão e a serviço dos delegados na Sessão Especial da Conferência Geral de 2019, o COB também fornecerá materiais suplementares que incluem uma narrativa histórica com implicações disciplinares relacionadas com o Plano de Conferência Conexional e ao Plano Tradicionalista. A recomendação adoptada pelo COB reflecte a grande diversidade de perspectivas teológicas e a natureza global da Igreja Metodista Unida como o melhor caminho a seguir para o nosso futuro como denominação.

Apêndice 3

Uma Conversa no Concílio dos Bispos: Um Plano Tradicional

Introdução ao Apêndice 3

A serviço dos delegados à Sessão Especial da Conferência Geral de 2019, a Comissão sobre o Caminho a Seguir reconhece que um modelo tradicional foi preparado por alguns membros do Concílio dos Bispos. Não recebeu a mesma devida diligência que os outros planos.

Nota importante: Este plano não é o trabalho da Comissão Sobre o Caminho a Seguir. O trabalho da Comissão sobre Um Caminho a Seguir sobre um plano tradicionalista é observado no relatório da Comissão.

Modelo Tradicional para um Caminho a Seguir Conforme preparado por alguns membros do Concílio dos Bispos

O Modelo Tradicional mantém o nosso ensino Metodista Unido global sobre a sexualidade humana, ao mesmo tempo que proporciona espaço para uma nova forma de unidade com aqueles que não podem, em boa consciência, defender a nossa disciplina.

Resumo do Plano

Este modelo mantém a posição actual da Igreja em relação à definição do casamento e do ministério de e com pessoas LGBTQ. Resulta do pressuposto de que a Igreja Metodista Unida deveria ter uma postura moral unificada nas questões do casamento e da sexualidade. Este modelo continua a afirmar que as pessoas LGBTQ são bem-vindas para participar dos cultos, participar dos programas da igreja, receber os sacramentos, e após o baptismo a ser admitidas como membros baptizados, e após fazer os votos de membro tornar-se membros das igrejas locais.

Ao mesmo tempo, o Modelo Tradicional reconhece as objecções conscienciosas profundas por parte de alguns à postura e práticas actuais da Igreja. Este acomoda essas objecções, promovendo uma maneira graciosa e respeitosa para aquelas pessoas que não podem viver dentro dos limites actuais da prática da igreja para formar ou se unir a corpos autónomos que lhes permitam a liberdade de seguir as suas consciências e instituir práticas de acordo com a sua compreensão das Escrituras, tradição, razão, e experiência. Tal órgão autogovernado poderia constituir uma denominação Wesleyana que poderia manter uma conexão contínua com a Igreja Metodista Unida através de um Acordo de Concordata (§ 574).

Várias mudanças são propostas para aumentar a responsabilização dos bispos e das conferências pela defesa e aplicação da disciplina da Igreja.

A diferenciação contextual é alcançada através de disposições que permitam liberdade e flexibilidade num novo estado de conexão para aqueles que requeiram maior autonomia dos requisitos Metodistas Unidos. Este plano é uma expressão autêntica da instrução dada à Comissão sobre o Caminho a Seguir pelo Concílio dos Bispos no documento *Missão, Visão, e Âmbito* para conceber “novas formas de relacionamento entre culturas e jurisdições, no entendimento do episcopado, em definições contextuais de autonomia para conferências anuais, e na concepção e propósito das contribuições.” O modelo cumpre a missão da Comissão de “uma abertura para desenvolver novas relações uns com os outros.” Honra a visão da Comissão de uma abordagem “que permita a maior diferenciação contextual possível, e que equilibre uma abordagem para diferentes compreensões teológicas da sexualidade humana com um desejo de tanta unidade quanto possível.” Este modelo respeita diferentes entendimentos teológicos, dando a cada um espaço para fazer ministério autêntico sem prejudicar o ministério daqueles com quem eles discordam. Propõe “‘novas formas e estruturas’ de relacionamento” que dão “maior liberdade e flexibilidade a uma futura Igreja Metodista Unida que irá redefinir a nossa actual conexionalidade.”

Fundamentos teológicos e bíblicos

O Modelo Tradicional leva a sério a necessidade de maior contextualização do nosso ministério. Ele proporciona clareza e liberdade às diferentes partes do nosso movimento de incorporar as nossas diferentes ênfases e valores teológicos nas questões importantes do casamento e do comportamento sexual. Dado que a discordância da sexualidade humana é uma das mais significativas na cultura americana hoje, é apropriado que haja dois corpos Wesleyanos diferentes que ensinem diferentemente sobre a questão do casamento cristão entre pessoas do mesmo género.

A unidade da igreja de Cristo, nos últimos 1000 anos, assumiu diferentes formas. Existem diferentes tipos de unidade e o próprio movimento Wesleyano é expresso numa variedade de denominações, muitas das quais se sobrepõem geograficamente. Devemos ver a formação de uma nova denominação Wesleyana como uma oportunidade para um tipo diferente de unidade criada em prol da missão.

A nossa missão

O Modelo Tradicional dá aos pastores, igrejas e conferências progressistas liberdade para evangelizar pessoas que eles acreditam que seriam mais bem alcançadas por uma forma de Metodismo que é totalmente inclusiva de todas as orientações sexuais e identidades de género. Ao mesmo tempo, garante que os Metodistas Unidos tradicionais podem continuar a fazer discípulos entre pessoas que valorizam o ensino tradicional sobre casamento e comportamento sexual.

Efeitos do Modelo Tradicional sobre cada segmento da Igreja Metodista Unida

Igrejas locais

Não será exigido as igrejas locais votem. A maioria provavelmente não faria mudanças da prática a nível local. Se a sua conferência anual escolher continuar Metodista Unida e as igrejas locais desejarem aderir a uma nova igreja autogovernada, poderão votar por maioria simples para o fazer. Isso permitiria que estas mantivessem as suas propriedades, activos e passivos em troca de um pagamento à conferência anual da sua quota da responsabilidade pela pensão não financiada da conferência. Nenhum outro pagamento seria necessário.

As igrejas locais localizadas numa conferência anual que votar em estabelecer ou se unir a uma igreja autogovernada não seriam obrigadas a votar se concordassem com a decisão da conferência anual. As igrejas locais que preferissem continuar a ser metodistas unidas e continuar a cumprir a actual *Disciplina* poderiam escolher fazê-lo por uma simples maioria de votos da sua conferência da igreja. Em tais casos, elas também precisariam de pagar à sua conferência anual o seu quinhão da responsabilidade pela pensão não financiada da conferência, uma vez que essa responsabilidade permanece com a conferência anual.

Clérigos

Os clérigos continuariam sujeitos à *Disciplina* da Igreja conforme concordaram nos seus votos de ordenação. Aqueles que não pudessem fazê-lo seriam encorajados a se unir a uma igreja Metodista autogovernada que acomodasse os seus pontos de vista. Os clérigos que o fizessem manteriam suas acumulações de pensão até ao momento da sua partida. Os clérigos que permanecem Metodistas Unidos e violarem os padrões da igreja estariam sujeitos ao processo de queixa, conforme revisto pelo Modelo Tradicional.

Conferências Anuais

As conferências anuais terão de decidir se podem cumprir

totalmente com a disciplina Metodista Unida em questões de sexualidade humana. Aquelas que podem fazê-lo indicarão isso pelo seu voto. Aqueles que não podem, em boa consciência, seguir as orientações da *Disciplina* da Igreja Metodista Unida formarão ou ingressarão numa igreja autogovernada que lhes dê a liberdade de realizar casamentos do mesmo sexo e ordenar pessoas LGBTQs autodenominadas.

Jurisdições e Conferências Centrais

As jurisdições e conferências centrais permaneceriam inalteradas, a menos que as conferências anuais decidissem deixar a Igreja Metodista Unida para formar uma igreja autogovernada. Se algumas conferências anuais saírem, os limites podem ser ajustados. Os bispos deveriam se conformar com a *Disciplina* da Igreja Metodista Unida.

Juntas gerais e agências

Todos os conselhos gerais e agências permanecem os mesmos no Modelo Tradicional. Se um grupo de conferências anuais formar uma nova denominação, a cooperação existente hoje também pode ser estendida ao novo corpo. A cooperação evidenciada no trabalho da Junta Geral de Ministérios Globais com igrejas autónomas afiliadas e as denominações Pan-Metodistas são modelos que podem ser expandidos.

Instituições

As instituições podem manter filiação com várias denominações como fazem agora.

O Concílio dos Bispos

O Concílio dos Bispos permaneceria inalterado, excepto que as disposições recém-promulgadas para a sua Comissão de Relações do Concílio e o processo disciplinar conexo seriam usados se necessário.

Igreja Global

Todas as disposições do Modelo Tradicional tratam todas as conferências anuais de maneira igualitária.

Implicações financeiras e de pensões

Este plano tem poucas implicações financeiras e de pensões. Se as igrejas optarem por deixar a Igreja Metodista Unida, haverá implicações para a responsabilidade das pensões a longo prazo. Se as conferências anuais forem embora, terão que permanecer legalmente responsáveis pelas suas obrigações de pensões, como um patrocinadoras do plano, de forma isolada do restante do plano de pensão do clérigos. Se o apoio das contribuições para os fundos da conferência anual e da Conferência Geral diminuir, a conferência

anual e a Conferência Geral teriam que responder a essa redução. Esta resposta está alinhada com o que as conferências anuais e Gerais já estão a fazer na área de sustentabilidade. A perícia necessária para fazer uma projecção do impacto total sobre os fundos de pensão deste ou de qualquer plano para um caminho a seguir está com a Wespith e não com o Concílio dos Bispos. No Apêndice 4 deste relatório estão patentes a análise e a contribuição da Wespith.

Plano de implementação proposto para o Modelo Tradicional

23 a 26 de Fevereiro de 2019. Sessão Especial da Conferência Geral

Março a Maio de 2019. As delegações e bispos residentes preparam-se para interpretar as decisões da Conferência Geral nas suas conferências anuais.

Junho de 2019. As conferências anuais recebem relatórios das decisões da sessão especial da Conferência Geral e enquadramentos para a tomada de decisões no próximo ano.

Julho a Agosto de 2019. As conferências anuais e gabinetes elaboram materiais e processos para discernimento da conferência anual e da igreja local.

Outono de 2019. Os guias leigos das conferências anuais e os clérigos começam o discernimento relacionado com a filiação. Isso pode ser um foco de conferências de cargo.

Janeiro a Fevereiro de 2020. Discernimento e decisão da conferência anual para aprovar uma das duas afirmações no ¶ 2801. Delegações e bispos preparam-se para a Conferência Geral de 2020.

Março a Abril de 2020. Discernimento e decisão das igrejas locais e dos clérigos de permanecer na denominação ou estar em um corpo autónomo.

Maio de 2020. Conferência Geral. Provavelmente haverá trabalho inacabado ou diferido que transitará de 2019 para 2020.

Maio a Junho de 2020. As conferências anuais discernem a sua liderança para 2020-2024 com base nas decisões tomadas em Janeiro a Fevereiro. Os bispos residentes devem aprovar uma das duas declarações constantes em ¶ 2801.7.

Julho de 2020. Conferências Jurisdicionais. Eleição de novos bispos, com base nas decisões anteriores das conferências anuais, igrejas locais e clérigos e nas necessidades. Nomeação dos bispos existentes a conferências autogovernadas, de acordo com a necessidade.

1 de Janeiro de 2021. O CGFA não receberá fundos nem enviará fundos para as conferências anuais listadas no ¶ 2801.3.

Nomes dos Membros da Comissão que assinaram o Plano Tradicional, conforme apresentado por alguns membros do Concílio dos Bispos

Nota: A Comissão nunca procedeu a uma votação sobre que membros da Comissão apoiaram que plano. Em vários momentos do trabalho da Comissão, os membros da Comissão expressaram preferência por planos. Alguns membros da Comissão puderam apoiar o trabalho da Comissão em todos os planos, enquanto outros manifestaram preferência por um ou dois dos planos. No final do nosso processo, de forma a colocar os planos em formato de petição, os membros da Comissão foram questionados sobre a que planos eles estavam dispostos a dar apoio público. Vários membros da Comissão deram apoio a mais que um plano. Por diversas razões, alguns membros da Comissão, embora dando o seu apoio ao relatório da Comissão, optaram por não expressar preferência por nenhum dos planos.

Os seguintes Membros da Comissão apoiam publicamente o Plano Tradicional, conforme apresentado por alguns membros do Concílio dos Bispos: Jorge Acevedo, Hortense Aka, Helen Cunanan, Jéssica LaGrone, Tom Lambrecht, Mazvita Machinga, Pat Miller, Eben Nhiwatiwa, e John Wesley Yohanna.

Alterações disciplinares para este modelo

Nota: As seguintes alterações disciplinares serão apresentadas como petições legislativas. Estão incluídos aqui para fins informativos.

1. Alterar por adição a nota de rodapé 1 anexa ao ¶ 304.3 (Petição 90032, página 182)
2. Emendar por acréscimo o ¶ 408.3.c (Petição 90033, página 182)
3. Emendar por acréscimo o ¶ 410.5 (Petição 90034, página 183)
4. Emendar por acréscimo o ¶ 422 (Petição 90035, página 183)
5. Emendar por acréscimo o ¶ 415.6 (Petição 90036, página 184)
6. Emendar por acréscimo o ¶ 635.1a (Petição 90037, página 185)
7. Emendar por acréscimo o ¶ 635.2.h (Petição 90038, página 185)

8. Emendar o ¶ 806.9 na sua conclusão (Petição 90039, página 185)

9. Emendar o ¶ 806.9 na sua conclusão (Petição 90040, página 185)

10. Adicionar um novo ¶ 2801 (Petição 90041, página 186)

11. Emendar o ¶ 2711.3, Penalidades (Petição 90042, página 190)

12. Alterar o ¶ 304.5 para proibir as comissões distritais do ministério ordenado e as juntas do ministério ordenado de recomendar um candidato não qualificado à sessão de clérigos. (Petição 90043, página 191)

13. Alterar o processo de queixa para limitar a capacidade de um bispo de rejeitar uma queixa apenas para queixas “não tendo base legal ou factual” (¶ 362.1e, 413.3d). (Petição 90044, página 191)

14. Emendar a Resolução Justa para incluir um compromisso de não repetir a ofensa (¶¶ 362.1, 413.3c, 2701.5, 2706.5.c.3). (Petição 90045, página 192)

15. Alterar o processo de resolução justa para obrigar a inclusão do queixoso (¶¶ 362.1c, 413.3c, 2701.5, 2706.5.c.3). (Petição 90046, página 193)

16. Emendar o ¶ 2715.10, Procedimentos de Recurso (Petição 90047, página 194)

17. Emenda ¶ 570 e 574.1 para criar a opção de igrejas concordatas nos Estados Unidos. As alterações nestes parágrafos terão efeito imediatamente após o encerramento da Conferência Geral de 2019. (Petição 90048, página 194)

Apêndice 4

Um Recurso da Wespeth

Impacto das propostas da Comissão sobre as pensões – Wespeth

I. Introdução

Wespeth Benefits and Investments (Wespeth), o nome sob o qual a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde tem negócios, é a administradora e detentora dos planos de benefícios da Igreja Metodista Unida (IMU), e a gestora do investimento dos activos do plano. Os planos são descritos no ¶ 1504.1 do *Livro de Disciplina* e estão sujeitos à governação da Conferência Geral.

A Comissão solicitou à Wespeth informações e análises sobre o **potencial** impacto das suas propostas sobre as pensões. Este apêndice apresenta as respostas da Wespeth, considerando a visão da Comissão de maximizar o testemunho Metodista Unido e permitir o máximo de diferenciação contextual possível.

II. Resumo executivo

À medida que o formato final da Igreja depois de 2019 for sendo conhecido, a Wespeth fará os ajustes necessários para continuar a servir a Igreja e a sua missão. Quanto mais unificada a Igreja permanecer como resultado da Conferência Geral de 2019, maior será a probabilidade de sustentabilidade do plano de pensões. Por outro lado, quanto mais material for o rompimento e maior a complexidade - aparentemente inevitável sob o Modelo de Conferência Conexional e Modelo Tradicionalista, e também provavelmente sob o Modelo da Igreja Una, se este for acompanhado por declínio significativo de membros ou emendado para incluir uma via de saída que permita numerosas transferências ou separações de igrejas - maior será o risco para a segurança do financiamento das pensões e para a sustentabilidade dos planos. O plano concebido para a IMU de hoje terá de ser adaptado para a futura Igreja.

Wespeth acredita que uma sociedade e uma Igreja em transformação precisarão de uma mudança substancial no plano de reforma, significando uma mudança de uma pensão tradicional para um plano de tipo de saldo de conta, dentro dos próximos cinco anos. Mudanças na Igreja como resultado da Conferência Geral de 2019 podem acelerar essa necessidade de transição.

Em qualquer modelo, um plano de contribuição definida é o projecto mais flexível e sustentável para atender às necessidades da Igreja além de 2019. Se houver perturbações significativas na Igreja como resultado da Conferência Geral de 2019, além de implementar um plano de contribuição definida logo que for administrativamente viável, os planos de pensão legados deverão ser congelados

e totalmente financiados a partir da data em que qualquer unidade da Igreja possa mudar a natureza de sua conexão, com base no resultado da Conferência Geral de 2019.

III. Contexto

A principal missão da Wespeth é cuidar daqueles que servem a IMU na criação de discípulos. Especificamente em relação aos planos de benefícios, a *Disciplina* no seu ¶ 1504.14 orienta a Wespeth a agir “exclusivamente no interesse dos participantes e beneficiários do plano.” Para atender a essa obrigação, a Wespeth deve agir de forma a proteger os benefícios prometidos aos participantes.

Conforme reflectido no documento do plano, *Disciplina* ¶ 1507 e o Internal Revenue Code (Código), as conferências anuais da IMU são os “patrocinadores do plano” dos planos de pensão da Wespeth e são legalmente responsáveis pelo pagamento dos benefícios prometidos. As igrejas locais contribuem para os planos de pensão através e conforme indicado pelas conferências anuais.

A. Planos de Reforma Wespeth

A Wespeth mantém dois tipos de planos de reforma: planos de benefício definido (BD) e planos de contribuição definida (CD). Os planos são planos do Código §403(b)(9), e são planos de igreja definidos no Código §414 (e) e isentos da Lei de Segurança de Renda de Aposentadoria do Empregado (a lei federal que cobre a maioria dos planos de reforma).

1. Plano de Benefício Definido

Geralmente, um plano de BD paga um benefício mensal pelo tempo de vida dos participantes, começando na reforma. A conferência anual patrocinadora do plano contribui com dinheiro para o plano, que a Wespeth investe para pagar esses benefícios futuros. A conferência anual garante estas promessas de longo prazo. Os principais riscos para o bem-estar financeiro do plano, como perdas de investimento e ganhos de tempo de vida, são assumidos pelo patrocinador do plano num plano de BD. Um plano de BD exige administração e manutenção de registos de anos de serviço acumulado, dados demográficos dos participantes e fórmulas que mudam com o tempo.

2. Planos de Contribuição Definida

Normalmente, um plano de CD consiste em um saldo de conta para cada participante que é periodicamente financiado pelo patrocinador do plano, pelo participante ou por ambos.

O saldo da conta acumula ganhos de investimento, mas não deixa nenhuma responsabilidade para o patrocinador do plano, além do valor da conta. Os principais riscos, como perdas de investimento e ganhos de tempo de vida, são assumidos pelo participante num plano de CD. Um plano de CD exige a administração de contribuições, ganhas e levantadas e gestão de investimentos.

3. Os planos IMU

O Clergy Retirement Security Programme (CRSP), plano obrigatório de reforma da Igreja para a maioria dos clérigos, tem três componentes principais:

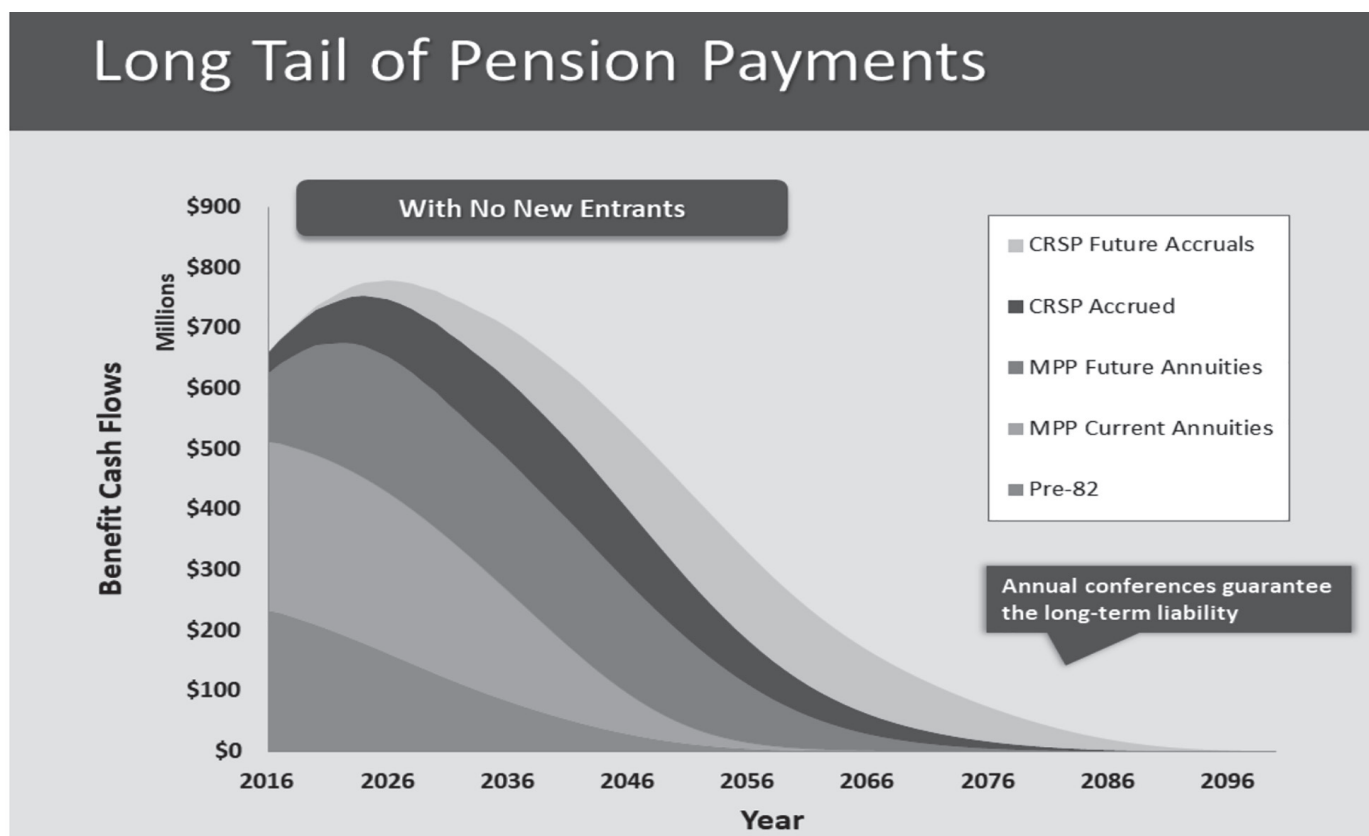
1. O **Plano de pensão pré-82** é um plano de BD, sob o qual os novos benefícios ganhos cessaram. Geralmente, o Pre-82 tem um benefício de pensão baseado numa fórmula que tem em conta os anos de serviço, mas as conferências anuais podem aumentar periodicamente os benefícios.

2. O **Plano de Pensão Ministerial (MPP)** é outro componente do CRSP, para serviço de 1982 a 2006. O MPP funciona muito como um plano de CD durante o serviço activo de um participante. As conferências anuais contribuíam com uma certa quantia em dólares em cada ano, e o saldo da conta gerava retornos de investimento. No entanto, a maioria desse saldo do MPP deve ser convertida em uma anuidade vitalícia na idade da reforma, o que estabelece uma promessa do DB.

Em conjunto, o Pre-82 e o MPP são designados de “Planos Legados”.

3. A CRSP, para o serviço de 2007 até ao presente, tem duas partes, mas sua maior parte é um plano de BD, segundo o qual os participantes ganham benefícios baseados em fórmulas por anos de serviço. O CRSP é o plano activo para novos benefícios ganhos.

O gráfico a seguir ilustra a longa cauda dos compromissos de pensões do CRSP e dos Planos Legados:



O **Plano de Investimento Pessoal Metodista Unido (UMPIP)** é um plano voluntário de contribuição definida para clérigos da IMU fazerem contribuições pessoais e para

inúmeros outros empregadores da UMC proporcionarem contribuições de reforma a funcionários. O plano para o pessoal da agência geral também é um plano de CD.

B. Complexidade da Manutenção de Registos e Administração

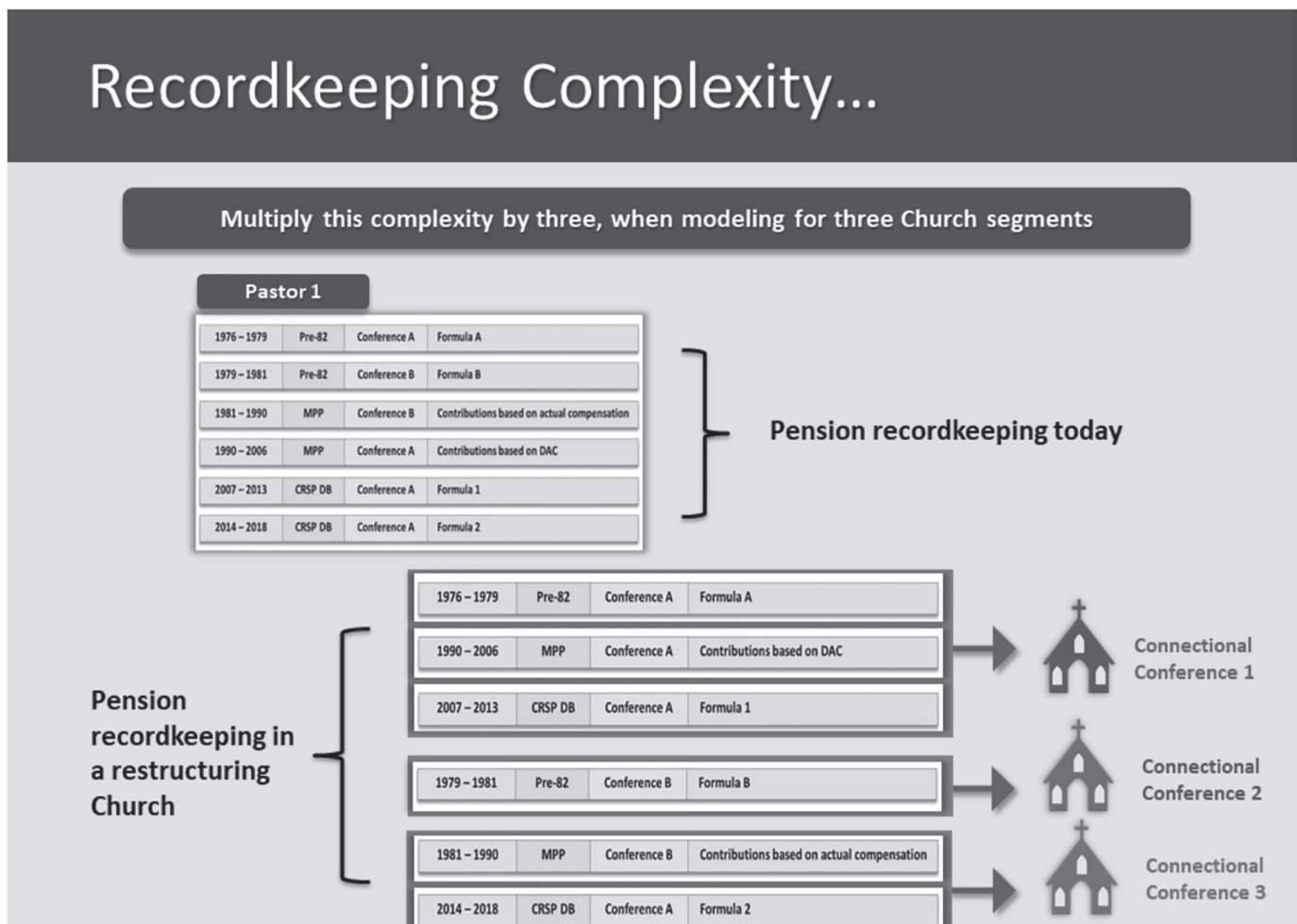
Os participantes acumulam acréscimos de pensão do BD com base nos anos de serviço em nomeações da conferência anual. Os registos da Wespith rastreiam o tempo serviço ano a ano em cada igreja local e atribuem os custos de cada ano de serviço à conferência anual apropriada. Quando uma igreja local é transferida para outra conferência anual, sob o ¶ 41 e o ¶ 260, o crédito de pensão para alguns clérigos deve ser transferido de uma conferência para outra. Isso pode causar uma mudança nas obrigações e no status de financiamento das responsabilidades de pensões de uma ou mais conferências anuais.

A experiência mais recente da Wespith com esse tipo de complexidade envolveu a fusão de quatro conferências em uma Conferência Anual de Upper New York. Essa fusão envolveu a fusão das obrigações de pensão de partes de quatro

conferências em uma e a relocação de 1.233 igrejas locais. As transferências mudaram as obrigações de pensão relacionadas com o serviço dos clérigos em 168 igrejas locais de Wyoming para a Pensilvânia Central, que se tornaram Susquehanna, e se referiram-se a 117 igrejas da Conferência de Troy para a Nova Inglaterra. A equipa da Wespith e o pessoal da conferência precisaram de 2 anos (mais de 7.000 horas de trabalho) para concluir o trabalho.

Se a paisagem depois de 2019 envolver uma ainda que moderada reconfiguração das conferências anuais e igrejas de uma conferência anual para outra, e, portanto, obrigações de pensão e activos relacionados, a Wespith precisaria de tempo para realizar o trabalho administrativo de apoio às novas estruturas.

O gráfico a seguir ilustra parte da complexidade requerida pela reestruturação de retribuições:



Alternativamente, conforme explicado abaixo, os planos de DB poderiam ser congelados e a administração futura simplificada.

IV. Análise feita pela Wespeth das Implicações nas Pensões dos Modelos Actuais da Comissão

A Wespeth deseja continuar a servir os participantes, congregações e conferências anuais que compõem a IMU, de acordo com a Conferência Geral de 2019, em qualquer forma futura que a Igreja assumir. A Wespeth continuará a se relacionar e a cuidar de dezenas de milhares de clérigos aposentados e activos que ganharam benefícios nos planos de pensão da IMU, por muitos anos. Embora o formato final da Igreja depois de 2019 seja desconhecido, à medida que se tornar mais claro, a Wespeth fará os ajustes necessários para continuar a servir a Igreja.

No contexto das pensões, a Wespeth deve avaliar os riscos materiais da perturbação da saúde financeira das conferências anuais, ou seja, as patrocinadoras do plano, sob o Modelo da Igreja Una, o Modelo de Conferência Conexional, ou o Modelo Tradicionalista.

O **Modelo da Igreja Una** procura preservar a Igreja na sua forma actual, embora o declínio do número de membros e uma sociedade e Igreja em mudança venham a requerer, contudo, uma mudança substancial no plano de reforma, significando uma mudança de uma pensão tradicional para um plano de tipo de saldo de conta, no futuro previsível. No entanto, se o modelo de Modelo da Igreja Una for emendado para incluir uma “via de saída” para igrejas locais ou a criação de igrejas autónomas afiliadas nos EUA, a natureza da conexão de muitas igrejas com a IMU pode mudar ou a conexão pode mesmo terminar. Numerosas igrejas locais poderiam passar de uma conferência anual para outra ou sair da Conexão, mudando substancialmente a força financeira corrente de uma ou mais conferências anuais. Este resultado, sem alterações ao plano actual do plano de pensões e ao financiamento do Plano Legado, pode levar a riscos para os clérigos aposentados e activo.

O **Modelo de Conferência Conexional** arrisca a reconfiguração substancial das conferências anuais e igrejas locais. Se as conferências anuais escolherem conferências conexionais diferentes, e as filosofias relativas aos benefícios de aposentadoria para as conferências conexionais divergirem, um plano concebido para a IMU de hoje pode não ser adequado para três conferências conexionais com números variáveis de conferências anuais e demografia diversa. Além disso, se as igrejas locais optarem por passar de uma conferência anual para outra em diferentes conferências conexionais, a admin-

istração do serviço ganho e o financiamento passado e futuro respectivo seriam desafiadores, podendo vir a mudar mesmo após a reforma dos participantes.

O **Modelo Tradicionalista** arrisca a que uma ou mais conferências anuais, patrocinadoras legalmente responsável pelo CRSP e pelos Planos Legados, mudem a sua conexão com a Igreja. Numerosas igrejas locais e clérigos poderiam se retirar da Igreja unindo-se a uma ou mais igrejas metodistas autónomas ou igrejas metodistas autónomas afiliadas. Além disso, igrejas locais e clérigos, incluindo participantes de planos já reformados, que fazem parte de uma conferência anual que esteja de saída, podem optar por permanecer afiliados à IMU, mas sem um patrocinador de plano associado. A administração do serviço ganho e o financiamento passado e futuro referentes a estes participantes seriam desafiadores e sujeitos a mudanças contínuas.

- **Sob qualquer Modelo, um plano de CD é o conceito mais flexível e sustentável para a futura Igreja no futuro previsível para além de 2019.**
- **Além do mais, se houver perturbações significativas na Igreja como resultado da Conferência Geral de 2019, além de implementar um plano de contribuição definida logo que for administrativamente viável, os planos de pensão legados deverão ser congelados e totalmente financiados a partir da data em que qualquer unidade da Igreja possa mudar a natureza de sua conexão, com base no resultado da Conferência Geral de 2019. Necessidades futuras de financiamento referentes a esses benefícios devem ser calculadas e avaliadas para as unidades da Igreja de uma maneira diferente.**

O âmbito da Comissão dá “consideração a uma maior liberdade e flexibilidade para uma futura Igreja Metodista Unida.” Um plano de CD forneceria segurança de aposentadoria aos clérigos que servem a Igreja, através de um conceito flexível que incluiria contribuições para a reforma dos clérigo feitas por igrejas locais e conferências anuais, e através de economias de escala nos serviços administrativos e de investimento da Wespeth. Um plano de CD é mais sustentável, evitando garantias de longo prazo que podem impedir a forma da futura Igreja, e que podem ser comprometidas por mudanças contínuas. Um plano de CD também envolve uma administração e manutenção de registos muito mais simples, e as contas dos participantes são totalmente financiadas e portáteis. Congelar o CRSP e os Planos Legados, encontrar novas formas mais simples de alocar as responsabilidades acumuladas e administrar esses benefícios, e buscar novos métodos para financiar esses planos, se necessário no futuro, poderia ajudar a aliviar o fardo dos Planos Legados na Igreja

futura. Juntas, essas mudanças poderiam ajudar a fortalecer a Igreja para um novo crescimento e remover barreiras ao seu testemunho no mundo.

A. Plano de CD para o Futuro e Congelamento de Planos Legados

A fim de assegurar os benefícios prometidos contra riscos prejudiciais, a Wespath acredita que a natureza dos planos daqui para frente deve mudar. Como resultado, a seguinte legislação não *Disciplinar* deve ser considerada pela Conferência Geral sob (i) o Modelo da Igreja Una, se este for alterado para incluir uma via de saída para as unidades da Igreja, (ii) o Modelo de Conferência Conexional, ou (iii) o Modelo Tradicionalista:

A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde é orientada para trazer à Conferência Geral de 2020 alterações aos planos obrigatórios de benefícios à luz do ¶ 1504.1 da *Disciplina*, e conforme necessário a outras partes do ¶ 1500, para apoiar as decisões desta Conferência Geral. Nestas alterações, a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde deve considerar formas de os planos de benefícios apoiarem “maior liberdade e flexibilidade para uma futura Igreja Metodista Unida”.

Essas alterações deverão incluir:

- Congelamento das componentes de benefícios definidos e cessação das características de granitização do saldo da conta do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos e seus suplementos (que incluem o plano Pré-82 e o Plano de Pensão Ministerial)
 - Protecção contra os registos de serviços precisos e finais das conferências anuais referentes aos planos congelados
 - Implementação de novos métodos e mecanismos de alocação de financiamento e responsabilidade que reduzam o risco conexional e a complexidade administrativa na manutenção de registos
- Criação de um novo plano de reforma obrigatório que seja um plano de contribuição definida
- Criação de maior flexibilidade na governação e conceito do plano para melhor reflectir uma Conexão alterada, por exemplo, através de opções de plano governadas separadamente pelas conferências conexionais, conferências anuais ou igrejas Metodistas autogovernadas ou igrejas metodistas autónomas afiliadas, ou através de novos planos separados que sejam regidos por novas entidades legais estabelecidas pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde de acordo com o ¶ 1503, para

servir a futura Igreja de forma mais flexível.

V. Vias de Saída

Tendo em vista a protecção dos benefícios dos clérigos aposentados e daqueles que continuam a servir, a Comissão e o Concílio podem considerar as seguintes abordagens para a saída das unidades da Igreja.

A. Igrejas Locais

Para as igrejas locais que deixam a UMC, a Wespath sugere o uso de um método equitativo para determinar a participação da igreja local nas responsabilidades agregadas de pensão não financiadas medidas numa “base de mercado” que leva em conta a separação do passado da igreja local e as contribuições futuras estimadas para as obrigações de pensão da conferência anual em comparação com todas as outras igrejas locais na conferência anual. Segue-se a linguagem sugerida:

Fazer emendas ao *Livro de Disciplina* acrescentando um novo sub-parágrafo 23 ao ¶ 1504 como se segue:

Se uma igreja local ou cargo nos Estados Unidos mudar a sua relação com a Igreja Metodista Unida através do encerramento, abandono ou libertação da Cláusula Fiduciária nos termos do ¶ 2548, ¶ 2549, ou de outra forma, não obstante se a propriedade com o título detida pela igreja local está sujeita à confiança (nos termos do ¶ 2501), a igreja local deve contribuir com uma obrigação de retirada num montante igual à sua parcela proporcional de quaisquer obrigações agregadas de pensão não financiada para a conferência anual. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde determinará as obrigações de financiamento agregadas da conferência anual usando factores de mercado semelhantes a um prestador de anuidades comercial, a partir das quais a conferência anual determinará a quota parte da igreja local.

Além disso, a proposta deve considerar a conversão dos benefícios do BD acumulados dos clérigos, que terminam seu relacionamento com a conferência em saldos de contas CD equivalentes para reduzir os riscos para as conferências anuais das quais as igrejas locais e os clérigos saem. Isso mudaria o retorno do investimento e os riscos de longevidade das conferências anuais da IMU para os clérigos que optarem por terminar sua aliança com a Igreja. Segue-se a linguagem não disciplinar sugerida:

A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde é orientada pela Conferência Geral para emendar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos de tal forma que os participantes activos clérigos que terminem sua relação com a conferência anual sob o ¶ 360 do *Livro de Disciplina* sejam tratados como participantes adquiridos rescindidos no âmbito do Programa de

Segurança de Reforma de Clérigos. Os benefícios de pensão acumulados do participante adquirido rescindido deverão ser assegurados e protegidos de interrupções futuras pela sua conversão em um saldo de conta com equivalência actuarial, usando-se factores correspondentes àqueles usados na determinação das contribuições anuais do patrocinador do plano de conferência para o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos. Tais benefícios convertidos, juntamente com todos os outros saldos de contas de reforma, devem ser transferidos para o Plano de Investimento Pessoal Metodista Unido, um plano voluntário de contribuição definida mantido pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde de acordo com o § 1504.2. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde é orientada, autorizada e empoderada para alterar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos a partir do encerramento da Conferência Geral de 2019 e da maneira descrita acima.

B. Conferências Anuais

Embora não contemplado no Plano de Igreja Única, se sob outro Modelo, ou de qualquer outra forma, uma conferência anual se fosse a desfilial da Igreja, a fim de proteger os benefícios dos clérigos reformados e os benefícios acumulados de activos, e de remover os riscos Conexionais para as conferências anuais que permanecem na Igreja, a Conferência Geral deve considerar a seguinte abordagem. No caso em que a *Disciplina* é alterada de tal forma que uma conferência anual dos EUA se pode tornar uma igreja Metodista autogovernada, uma igreja Metodista autónoma afiliada, ou de outra forma desfilial-se da IMU (quer seja uma desfiliação *de jure* ou *de fato*), a abordagem a seguir proporcionaria mais certeza à antiga conferência anual e aos seus clérigos reformados e activos, e mitigaria os riscos para as conferências anuais que continuam a fazer parte da Igreja.

A proposta poderia incluir o seguinte texto adicional na Disciplina:

Se uma conferência anual dos EUA deixar de fazer parte da Igreja Metodista Unida, tornando-se uma Igreja Metodista autogovernada, uma igreja Metodista afiliada autónoma ou outra forma, deverá contribuir para a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde qualquer montante necessário para financiar integralmente as suas obrigações ao abrigo do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos. O patrocínio e as responsabilidades legais da antiga conferência anual sob o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos continuarão como uma igreja Metodista autogovernada ou igreja Metodista afiliada autónoma. No entanto, os acréscimos e melhorias de benefícios sob o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos cessarão. O patrocínio e a administração do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos para a antiga conferência anual serão segregados e tratados separadamente

de todas as outras conferências anuais que permanecem como parte da Igreja Metodista Unida. Para fins de administrar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos dessa forma, a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde está autorizada e habilitada a:

- Identificar quais os participantes do plano das igrejas Metodistas autogovernadas (das antigas conferências anuais) que escolheram permanecer com a Igreja Metodista Unida, e aqueles que são membros da antiga conferência anual (quer a antiga conferência anual se torne uma igreja Metodista autogovernada, quer se desfilie de outra forma) com base nos registos de serviço e estado de membro nas conferências anuais; os participantes não clérigos, por exemplo, cônjuges sobreviventes, pensionistas contingentes e beneficiários alternativos, serão considerados como permanecendo associados à Igreja Metodista Unida;
- Calcular e segregar a quota parte dos activos e passivos da antiga conferência anual no plano de benefício definido para todos os participantes da antiga conferência anual usando factores correspondentes àqueles usados na determinação das contribuições de patrocinador do plano da conferência anual para o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos; e na medida e a qualquer momento que certos participantes, activos ou inactivos, se tornem responsabilidade da Igreja Metodista Unida, reter para a Igreja Metodista Unida de tal quota parte calculada um montante necessário para financiar totalmente as responsabilidades desses participantes usando factores semelhantes para um provedor comercial de anuidade;
- Calcular a quantia de qualquer contribuição ao plano que a antiga conferência anual deva fazer no futuro, como parte do patrocínio continuado da sua parte congelada separada do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos;
- Colaborar com a antiga conferência anual na determinação de como as mudanças no projecto do plano podem ser solicitadas pela antiga conferência anual, e também como a abrangência e razoabilidade administrativa das emendas que podem ser feitas à parte congelada separada do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos; e
- Alterar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos com efeitos a partir do encerramento da Conferência Geral de 2019 para se conformar com este parágrafo do Livro de Disciplina.

Se a antiga conferência anual (igreja Metodista autogovernada, igreja Metodista afiliada autónoma, ou outra forma) não satisfizer quaisquer contribuições necessárias em andamento dentro de um prazo razoável nos termos deste parágrafo ou nos termos do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos, conforme determinado pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde, ou a igreja antiga conferência anual decidir contra, recusar, não conseguir satisfazer seu patrocínio legal do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos, a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde converterá todos os benefícios de pensão acumulados dos participantes da antiga conferência anual num saldo de conta actuarialmente equivalente, ajustado, conforme necessário, para levar em conta o nível de financiamento do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos pela antiga conferência anual. Tais saldos de contas, e todos os outros saldos de contas de reforma, serão transferidos para o Plano de Investimento Pessoal Metodista Unido. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde também pode tomar tais acções se o Pro-

grama de Segurança de Reforma de Clérigos for alterado para exigir uma conversão de saldo de conta para classes semelhantes de participantes, ou se a administração continuada da antiga conferência anual não for mais administrativamente razoável.

VI. Fecho

O acima exposto representa a análise e a opinião da Wespith em relação aos potenciais impactos das propostas da Comissão sobre o plano de pensões, com base nos factos e circunstâncias conhecidos no momento. Em última análise, as mudanças necessárias nos planos dependerão do resultado da Conferência Geral de 2019 e das decisões subsequentes das conferências anuais e igrejas locais. A Wespith está preparada para fazer as mudanças necessárias para continuar a servir a Igreja de qualquer forma, cuidando daqueles que confiam nos planos para a segurança da sua reforma.

Legislação proposta da Comissão sobre um Caminho a Seguir

Impresso em ordem de número de petição.

¶105.

Número de petição: 90001-¶105-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #1 – A Nossa Tarefa Ideológica – Par. 105

Emendar ¶ 105 adicionando novo sub-parágrafo como segue:

Concordamos que não somos unos relativamente à sexualidade humana. À medida que continuamos a explorar em fé os assuntos da sexualidade, honramos as orientações teológicas da Escritura, razão, tradição e experiência, reconhecimento da revelação da verdade de Deus e a extensão da graça de Deus como expressado em Jesus Cristo (João 1:14) pode levar a que pessoas de boa consciência interpretem e decidam assuntos sobre sexualidade de forma diferente. Também reconhecemos que a Igreja é chamada através de Cristo para a unidade no meio de complexidade. Afirmamos aqueles que continuam a manter que o testemunho das escrituras não condena a prática da homossexualidade. Acreditamos que a sua consciência deve ser protegida na Igreja e na sociedade através de princípios básicos da liberdade religiosa. Também afirmamos aqueles que acreditam que o testemunho da Escritura nos chama a reconsiderar o ensinamento da Igreja com respeito a relações homossexuais monógamas.

Fundamentação:

Esta adição reconhece as orientações teológicas comuns que são as fontes de diversos pontos de vista na nossa igreja global, relativamente à sexualidade humana. Reconhece o desejo da igreja em cumprir o chamamento de Cristo para com a unidade, mantendo uma crença da humildade para com uns e outros, à medida que honramos a liberdade religiosa para todos.

¶161.C.

Número de petição: 90002-¶161.C-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #2 – Princípios Sociais – Par. 161C

Emendar ¶ 161.C do seguinte modo:

C) *Casamento* - Afirmamos a santidade do casamento monógamo que é expressado em amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade partilhada, tradicionalmente compreendido como uma união de um homem e

uma mulher, entre um homem e uma mulher. cremos que as bênçãos de Deus baseiam-se em tal casamento, independentemente se há filhos ou não desta união. Rejeitamos as normas sociais que assumem padrões diferentes entre mulheres e homens, no casamento. Onde as leis na sociedade civil definam o casamento como uma união entre dois adultos, nenhum clérigo Metodista Unido terá de celebrar ou abençoar uma união do mesmo sexo. Apoiamos as leis da sociedade civil que definem o casamento como a união de um homem e uma mulher.

Fundamentação:

A compreensão tradicional de casamento é honrada. A liberdade religiosa é intencionalmente protegida para aqueles cujas consciências seriam afectadas caso celebrassem uma união do mesmo sexo em sociedades onde é permitido.

¶161.G.

Número de petição: 90003-¶161.G-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir. 3 petições semelhantes

CoWF - Plano da Igreja Una #3 – Princípios Sociais – Par. 161G

Emendar ¶ 161.G do seguinte modo:

G) *Sexualidade Humana* - Defendemos que a sexualidade é o dom de Deus para todas as pessoas. Apelamos a todos que façam uma gestão responsável desse dom sagrado. Embora todas as pessoas sejam seres sexuais, quer sejam casados ou não, as relações sexuais são confirmadas apenas com a aliança do casamento monógamo, heterossexual entre dois adultos. Lamentamos todas as formas de comercialização, abuso e exploração sexual. Fazemos um apelo para aplicação global rigorosa de leis que proibam a exploração sexual de crianças e uma protecção, orientação e aconselhamento adequados para crianças vítimas de abuso. Todas as pessoas, independentemente da idade, sexo, estado civil ou orientação sexual, têm direito a ter os seus direitos humanos e civis e a serem protegidos contra a violência. A Igreja deve apoiar a família no fornecimento de formação adequada à idade no que diz respeito à sexualidade para crianças, jovens e adultos. Defendemos que todas as pessoas são indivíduos de valor sagrado, criados à imagem de Deus. Todas as pessoas precisam do ministério da Igreja nas suas lutas para a realização humana, bem como a assistência espiritual e emocional de uma comunhão que permite conciliar relacionamentos com Deus, com os outros e consigo próprio. A Igreja Metodista Unida não tolera a prática da homossexualidade e considera essa prática incompatível

com a doutrina Cristã. Defendemos que a graça de Deus está disponível para todos. Procuraremos viver juntos em comunidade Cristã, acolhendo, perdoadando e amando uns aos outros, como Cristo nos amou e nos aceitou. Imploramos às famílias e igrejas para não rejeitarem nem condenarem os membros e amigos gays e lésbicas. Comprometemo-nos a pertencer ao ministério para e com todas as pessoas.

Fundamentação:

A sexualidade é afirmada com um bom dom a todas as pessoas. As relações sexuais são limitadas pelo acordo de casamento monógamo entre dois adultos. A eliminação desta linguagem é em reconhecimento de que não temos todos a mesma opinião.

¶304.3.

Número de petição: 90004-¶304.3-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #4 – Qualificações para Ordenação – Par. 304.3

Emendar ¶ 304.3 do seguinte modo:

3. Embora as pessoas escolhidas pela Igreja para o ministério ordenado estejam sujeitas a todas as fragilidades e fraquezas da condição humana e às pressões da sociedade no geral, devem manter os mais elevados padrões de vida santa no mundo. A responsabilidade para determinar como os padrões, incluindo padrões relacionados com a sexualidade humana, possam aplicar-se à certificação ou ordenação numa dada conferência anual cabe ao Conselho de Ministério Ordenado da Conferência e à sessão de clérigos da conferência anual. O bispo pode escolher procurar o conselho não vinculativo de uma sessão da conferência anual sobre padrões relativos à sexualidade humana para ordenação para informar o Conselho de Ministério Ordenado no seu trabalho. A prática da homossexualidade é incompatível com o ensinamento Cristão. Por conseguinte, os homossexuais confessos não devem ser certificados como candidatos, nem ordenados como ministros ou nomeados para servir na Igreja Metodista Unida.

Fundamentação:

O Conselho de Ministério Ordenado da Conferência e a sessão do clérigo das conferências anuais definem padrões de vida santa para o clérigo. Ao expandir esta responsabilidade para incluir padrões de sexualidade humana, podem melhor servir o seu contexto de missão. Os bispos procuram a opinião não vinculativa da sessão da conferência anual.

¶310.2d.

Número de petição: 90005-¶310.2d-G; Berlin, Thomas M. –

Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir. 3 petições semelhantes

CoWF - Plano da Igreja Una #5 – Candidatura – Par. 310.2d nota de rodapé

Emendar ¶ 310.2d nota de rodapé do seguinte modo:

A Conferência Geral, ~~em resposta às expressões em toda a Igreja relativamente à homossexualidade e ordenação~~, reafirma a presente linguagem da *Disciplina* relativamente ao carácter e empenho das pessoas que procuram ordenação e afirma os seus elevados padrões. ...

~~Nos Os Princípios Sociais, a Conferência Geral disse que nós “não apoiamos a prática da homossexualidade e consideramos esta prática incompatível com o ensinamento Cristão”. Além disso, os Princípios declaram que “afirmamos a santidade do matrimónio que é expressado em amor, apoio mútuo, empenho pessoal e fidelidade partilhada entre dois adultos um homem e uma mulher.~~

Fundamentação:

Este rodapé é ajustado para reflectir as alterações propostas em ¶ 161.C e ¶ 161.G.

¶329.

Número de petição: 90006-¶329-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #6 – Ministério de Diáconos – Par. 329

Emendar ¶ 329 adicionando novo sub-parágrafo após o ¶ 329.3:

¶ 329.4 Em conferências em que a lei civil permite que um pastor realize casamentos do mesmo sexo, nenhum diácono em conexão total irá, a qualquer momento, ter de ou ser levado a realizar, ou proibido de realizar, qualquer casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo, ou de qualquer casal. Cada diácono terá o direito a exercer a sua consciência para recusar ou concordar quando lhe for solicitado realizar quaisquer casamentos, uniões ou bênções como sendo um assunto da sua liberdade religiosa individual.

Fundamentação:

Os diáconos têm actualmente a capacidade de decidir se realizam ou não um casamento, união ou bênção de casais heterossexuais. Esta capacidade seria prolongada a estes serviços para casais do mesmo sexo, quando legal. O direito a recusar tal serviço devido à consciência é expressamente protegido.

¶334.

Número de petição: 90007-¶334-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano da Igreja Una #7 –
Ministério de um Presbítero – Par. 334**

Emendar ¶ 334 adicionando novo sub-parágrafo após o ¶ 334.5:

¶ 334.6 Em conferências em que a lei civil permite que um pastor realize casamentos do mesmo sexo, nenhum presbítero irá, a qualquer momento, ter de ou ser levado a realizar, ou proibido de realizar, qualquer casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo, ou de qualquer casal. Cada presbítero terá o direito a exercer a sua consciência para recusar ou concordar quando lhe for solicitado realizar quaisquer casamentos, uniões ou bênções como sendo um assunto da sua liberdade religiosa individual.

Fundamentação:

Os presbíteros têm actualmente a capacidade de decidir se realizam ou não um casamento, união ou bênção de casais heterossexuais. Esta capacidade seria prolongada a estes serviços para casais do mesmo sexo, quando legal. O direito a recusar tal serviço devido à consciência é expressamente protegido.

¶340.

Número de petição: 90008-¶340-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano da Igreja Una #8 –
Responsabilidade e Deveres de Presbíteros
e dos Pastores Licenciados – Par. 340**

Emendar ¶ 340 adicionando novo sub-parágrafo após o ¶ 340.2:

¶ 340.3a. Cada clérigo terá o direito a exercer a sua consciência quando lhe for solicitado realizar tais casamentos, uniões ou bênções como sendo um assunto da sua liberdade religiosa individual.

b. Em conferências em que a lei civil permite que um pastor realize casamentos do mesmo sexo, nenhum clérigo irá, a qualquer momento, ter de ou ser levado a realizar, ou proibido de realizar, qualquer casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo, ou de qualquer casal.

c. O clérigo que não possa em boa consciência continuar a servir numa conferência com base nos padrões de ordenação dessa conferência relativamente a homossexuais assumidos, podem pedir a transferência de acordo com o ¶ 347, e serão apoiados e ajudados nesse processo. De forma similar, o clérigo que não possa em boa consciência continuar

a servir uma igreja em particular com base em desacordos não resolvidos sobre casamento do mesmo sexo, como comunicado pelo pastor e Comité de Relações Pessoal-Paróquia ao superintendente de distrito, serão transferidos. Todo o clérigo com segurança de nomeação continuará sob nomeação pelo bispo da conferência anual.

Fundamentação:

O clérigo será permitido realizar ou não realizar um casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo quando legal. O clérigo que deseje transferir-se de conferências que ordenem homossexuais podem fazê-lo. A segurança continuada da nomeação para o clérigo é afirmada.

¶341.6.

Número de petição: 90009-¶341.6-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano da Igreja Una #9 –
Conduta não Autorizada – Par. 341.6**

Emendar ¶ 341.6 do seguinte modo:

6. As cerimónias que celebram ~~uniões homossexuais~~ casamento entre pessoas do mesmo sexo não serão efectuadas realizadas pelo clérigo os nossos ministros e não serão realizadas nas nossas igrejas em propriedade da igreja excepto se a igreja decidir por voto de maioria de uma Conferência da Igreja adoptar uma política para celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo em propriedade da igreja.

Fundamentação:

Esta disposição permite que os membros da igreja local decidam o que é melhor para o seu contexto congregacional e missional relativamente às cerimónias de casamento do mesmo sexo em propriedade da igreja. Uma Conferência da Igreja necessita de devida notificação da reunião e convida todos os membros a participar.

¶415.6.

Número de petição: 90010-¶415.6-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano da Igreja Una #10 –
Ordenação por Bispos – Par. 415.6**

Emendar ¶ 415.6 na sua conclusão como segue:

Acrescentar: Nenhum bispo terá de ordenar um presbítero ou diácono, comissionar uma diaconisa, missionário doméstico ou missionário, ou dar licença a um pastor local que seja um homossexual assumido. O Colégio Jurisdicional de Bispos irá providenciar a ordenação, comissionamento e

licenciamento de todas as pessoas recomendadas pelo Conselho de Ministério Ordenado e a sessão de claro da conferência anual nos limites da sua jurisdição. Todo o clérigo com segurança de nomeação continuará sob nomeação pelo bispo da conferência anual.

Fundamentação:

A liberdade religiosa dos bispos que não podem, em boa consciência comissionar, licenciar ou ordenar homossexuais assumidos é protegida. São tomadas disposições para tais pessoas nas conferências anuais, onde é sejam consideradas ser candidatas qualificadas e aprovadas. A segurança da nomeação para o clérigo é afirmada.

¶416.

Número de petição: 90011-¶416-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #11 – Responsabilidades dos Bispos – Par. 416

Emendar ¶ 416 adicionando novo sub-parágrafo após 416.7:

8. O bispo não solicitará a qualquer pastor que realize nem irá proibir que qualquer pastor realize qualquer casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo.

9. O bispo não solicitará que qualquer igreja realize ou proibirá que qualquer igreja realize um casamento do mesmo sexo em propriedade da igreja.

Fundamentação:

A clareza relacionada com os limites da autoridade para os bispos relacionados com o casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo permite que o clérigo e congregações saibam que a sua liberdade religiosa seja afirmada no futuro sem penalização ou consequência imprevista.

¶419.

Número de petição: 90012-¶419-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #12 – Responsabilidades dos Superintendentes de Distrito – Par. 419

Emendar ¶ 419 adicionando novo sub-parágrafos após 419.12:

13. O superintendente não solicitará a qualquer pastor realizar nem proibir que qualquer pastor realize qualquer casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo.

14. O superintendente não irá requerer a qualquer igreja que realize ou proíba qualquer igreja de realizar um casamen-

to do mesmo sexo em propriedade da igreja ou de outro modo coagir, ameaçar ou retaliar contra qualquer pastor que exerça a sua consciência de realizar ou recusar realizar um casamento do mesmo sexo.

Fundamentação:

A clareza relacionada com os limites da autoridade superintendentes de distrito relacionados com o casamento, união ou bênção de casais do mesmo sexo permite que o clérigo e congregações saibam que a sua liberdade religiosa será afirmada no futuro sem penalização ou consequência imprevista.

¶605.

Número de petição: 90013-¶605-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #13 – Negócio da Conferência – Par. 605

Emendar ¶ 605 adicionando novo sub-parágrafo após 605.9 como segue:

10. Em qualquer sessão de clérigos de uma conferência anual, o presidente da Junta do Ministério Ordenado irá, se indicado por voto da Junta do Ministério Ordenado, apresentar uma moção relativamente à certificação, ordenação e nomeação de homossexuais confessos. Desde que, contudo, qualquer sessão de clérigos de uma conferência anual que vote em tais assuntos não realize, sem o consentimento do bispo presidente, qualquer moção subsequente sobre esse assunto durante qualquer sessão ordinária ou especial da conferência anual realizada no prazo de 30 meses de calendário a partir da data de tal voto, independentemente do resultado.

Fundamentação:

Após receber uma moção da Junta do Ministério Ordenado relativamente a tal ordenação de homossexuais confessos, a sessão de clérigos não irá lidar com este assunto novamente, excepto se o Bispo vir que é necessário fazê-lo mais cedo.

¶2702.1.

Número de petição: 90014-¶2702.1-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #14 – Infracções Pfsensas – Par. 2702.1

Emendar ¶ 2702.1 adicionando novo sub-parágrafo após 605.9 como segue:

¶ 2702. 1. Um bispo, membro do clérigo de uma conferência anual (¶ 370), pastor local, clérigo em localização com honra ou administrativa, ou ministro diaconal podem

ser julgados quando acusados (sujeito ao estatuto de limitações no ¶ 2702.4) de uma ou mais das seguintes transgressões: (a) imoralidade incluindo mas não se limitando a, não ser celibatário enquanto indivíduo ou não fiel em um casamento ~~heterossexual-monógamo~~; (b) práticas declaradas pela Igreja Metodista Unida como incompatíveis com a doutrina Cristã, ~~incluindo mas não se limitando a assumir a prática homossexual; ou conduzir cerimónias que celebrem uniões homossexuais; ou o desempenho de cerimónias de casamento do mesmo sexo~~; (c) crime; (d) desobediência à ordem e disciplina da Igreja Metodista Unida, (e) disseminação de doutrinas contrárias aos padrões estabelecidos da doutrina da Igreja Metodista Unida, (f) relacionamentos e/ou comportamentos que enfraqueçam o ministério de outro pastor; (g) abuso infantil, (h) abuso sexual; (i) má conduta sexual, (j) assédio, incluindo mas não se limitando ao assédio racial e/ou sexual; (k) discriminação racial ou de género; ou (l) má conduta fiscal.

Fundamentação:

A linguagem é ajustada para reflectir as alterações propostas ¶ 161.C, ¶ 161.G, ¶ 304.3 e ¶ 341.6.

¶543.17.

Número de petição: 90015-¶543.17-G; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #15 – Tempo de Implementação da Conferência Central – Par. 543.17

Emendar ¶ 543.17 do seguinte modo:

17. Numa conferência central provisional, usando uma língua que não o inglês, a legislação aprovada pela Conferência Geral não entrará em vigor até ~~doze~~ 18 meses após o encerramento daquela Conferência Geral para disponibilizar o tempo necessário para fazer adaptações e para publicar uma tradução da legislação que foi decretada, a tradução a ser aprovada . . .

Fundamentação:

Uns seis meses adicionais conferem às conferências centrais o tempo necessário para se reunir, traduzir a legislação e considerar se querem efectuar adaptações.

¶1504.

Número de petição: 90016-¶1504; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #16 – Responsabilidades de pensão– Par. 1504

Emendar ¶ 154, com efeito a partir do encerramento da Conferência Geral de 2019, adicionando um novo sub-parágrafo 23 da seguinte forma:

Se uma igreja local ou igreja nos Estados Unidos mudar a sua relação com a Igreja Metodista Unida através do fecho, abandono ou libertação da cláusula de confiança de acordo com ¶2548, ¶2549, ou de outro modo, não obstante se o título de propriedade detido pela igreja local seja sujeito ao fundo (de acordo com os termos do ¶2501), a igreja local irá contribuir um valor de retirada numa quantia igual à sua quota proporcional de quaisquer obrigações de pensão não financiadas à conferência anual. A Junta Geral de Pensão e Benefícios de Saúde determinará as obrigações de financiamento agregadas da conferência anual usando factores de mercado similares a um prestador comercial de anuidade, a partir do qual a conferência anula irá determina a quota da igreja local.

Fundamentação:

As igrejas locais que mudam a natureza da sua conexão à Igreja têm de pagar uma quota justa proporcional da pensão não financiada agregada da conferência anual, usando factores de mercado similares a um prestador de anuidade comercial para ter em conta o investimento, longevidade e outros riscos que deixam para a Igreja.

¶1504.

Número de petição: 90017-¶1504; Berlin, Thomas M. – Herndon, VA, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Igreja Una #17 – CRSP Emenda– Par. 1504

Rever o Programa de Segurança de Reforma do Clérigo (“CRSP”) o qual é incorporado por referência em ¶ 1504.1 do Livro de Disciplina, incluindo quaisquer revisões necessárias à numeração, formatação, paginação ou Índice CRSP, em vigor a partir do final da Conferência Geral de 2019 como se segue:

A Junta Geral de Pensão e Benefícios de Saúde é orientada pela Conferência Geral para emendar o Programa de Segurança de Reforma do Clérigo, de modo que os participantes clérigos activos que terminem a sua relação com a conferência anual de acordo com ¶ 360 do Livro de Disciplina sejam tratados como participantes no Programa de Segurança de Reforma do Clérigo. Os benefícios de pensão acumulados dos participantes serão protegidos contra perturbações futuras ao converter tais benefícios num saldo de conta contabilisticamente equivalente, usando factores correspondentes aqueles usados ao determinar as contribuições do patrocinador do

plano da conferência anual para o Programa de Segurança de Reforma do Clérigo. Tais benefícios convertidos, juntamente com todos os outros saldos de conta de reforma, serão transferidos para o Plano de Investimento Pessoal Metodista Unido, um plano voluntário de contribuição definida, mantido pela Junta Geral de Pensão e Benefícios de Saúde de acordo com ¶1504.2. A Junta Geral de Pensão e Benefícios de Saúde é orientada, autorizada e capacitada para emendar o Programa de Segurança de Reforma do Clérigo desde o final da Conferência Geral de 2019 e como acima descrito.

Fundamentação:

O Programa de Segurança de Reforma do Clérigo deve ser emendado de modo que o clérigo activo que queira alterar o seu acordo seja removido do benefício definido e de risco de anuidade da sua antiga conferência anual e a Igreja, e lhes seja providenciado um benefício de saldo de conta contabilisticamente equivalente.

¶101.

Número de petição: 90018-¶101-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #1 – Livro Geral da Disciplina Geral – Par. 101

Emenda Par. 101 conforme o que se segue:

¶ 101. O *Livro Geral da Disciplina* reflecte a nossa forma Wesleyana de servir Cristo através da doutrina e vida Cristã disciplinada. Somos uma denominação mundial unida pela doutrina, disciplina e missão, através do nosso acordo conexional. O *Livro Geral da Disciplina* expressa essa unidade. Cada conferência conexional central pode realizar mudanças e adaptações ao *Livro Geral da Disciplina* para cumprirmos de forma mais proveitosa a nossa missão em vários contextos. Contudo, algumas partes do *Livro Geral da Disciplina* não são sujeitas a adaptação. As seguintes partes e parágrafos não são sujeitos a alteração ou adaptação, excepto pela acção da Conferência Gzeral. ~~A Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais tem como principal responsabilidade propor as revisões da Conferência Geral a este parágrafo:~~

Partes I-V

I. Constituição ¶¶ 1-61

II. *Livro Geral da Disciplina* ¶ 101

III. Normas Doutrinárias e A Nossa Tarefa Teológica ¶¶ 102-105

IV. O Ministério de Todos os Cristãos ¶¶ 120 - 143

V. Prefácio dos Princípios Sociais, Preâmbulo e ¶¶ 160-166 (como substituído pelos Princípios Sociais Globais a serem adoptados pela Conferência Geral de 2020)

Parte VI. Organização e Administração Gerais ¶¶ 201-204, 260-261, 301-303, 305-308, 401-403, 421-423, 431-450, 501-523, 525-528, 570-575, 601, 701-702, 703.1-4, 703.7-12, 704, 801-809, 1501-1712, 2201, 2501-2502, 2504-2511, 2552, 2601-2612, 2701, 2703-2719, 2801-2802 (Todas as referências nestes parágrafos que se referem às conferências centrais e jurisdicionais serão modificadas para se referirem às conferências conexionais. Onde as disposições entre as conferências centrais e jurisdicionais entram em conflito, continuarão a aplicar-se de forma diferente nos Estados Unidos e fora dos Estados Unidos, mas A Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais deve liderar um processo na consultoria com a Mesa Conexional para reconciliar as diferenças e reescrever parágrafos que contêm os conflitos a serem propostos na Conferência Geral de 2025.)

Parte VII. A Organização e Administração Adicionais (Todos os outros parágrafos na *Disciplina*, como emendado pela Conferência Geral de 2020, devem permanecer em vigor até 31 de Dezembro de 2025, excepto se adaptado por uma conferência conexional. Com base nas decisões das conferências conexionais durante 2022- 25, a Conferência Geral de 2025 pode adicionar ou retirar parágrafos à Parte VI. Todas as referências nestes parágrafos que se referem às conferências centrais ou jurisdicionais devem ser modificadas para referir as conferências conexionais. Estes parágrafos devem ser sujeitos à adaptação por parte das conferências centrais com início em 2020 e as conferências conexionais com início em 2022.)

~~A Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais, em consultoria com o Comité da Fé e Ordem, trará legislação para a Conferência Geral de 2020 para alterar a estrutura do *Livro Geral da Disciplina* para incluir uma Parte VI, Organização Geral e Administração não sujeita a alteração ou adaptação pelas conferências centrais, e uma Parte VII, Organização Adicional e Administração, adaptável pelas conferências centrais de acordo com o ¶ 31.5. O conteúdo da Parte VI do Livro de Disciplina de 2016 vai ser incluído na Parte VI ou Parte VII do *Livro Geral da Disciplina*.~~

~~Para o trabalho na Parte VI, Capítulo 2 (O Ministério dos Ordenados) e Capítulo 3 (A Superintendência) do *Livro de Disciplina de 2016*, A Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais vai trabalhar em consultoria com a Comissão para o Estudo do Ministério, e para a Parte VI, Capítulo 5 (Ordem Administrativa) do *Livro de Disciplina de 2016*, A Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais irá trabalhar em consultoria com a Mesa Conexional.~~

A Comissão da Conferência Geral é comandada a reservar o tempo adequado nos primeiros três dias da Conferência Geral de 2020 2025 para consideração plenária e acção sobre a Parte VI, Administração e Organização Gerais, submetida pela Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências

Centrais, e revisões ao que constitui a Parte VI, com base nas decisões tomadas pelas conferências conexionais. As alterações subsequentes à Parte VI serão revistas pela Comissão Permanente sobre Assuntos das Conferências Centrais para submissão à Conferência Geral.

Fundamentação:

Estas alterações definem quais as partes da *Disciplina* que se aplicam a toda a Igreja e quais as partes que são adaptáveis. As disposições que pertencem à homossexualidade (excepto no que concerne o financiamento) são transferidas para a secção adaptável. A Conferência Geral de 2025 pode efectuar as alterações com base nas decisões das conferências conexionais.

¶2800.

Número de petição: 90019-¶2800-!-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #2 – Implementação do Plano – NOVO Par. 2801

Adicionar um novo ¶ 2801, como se segue:

¶ 2801 - Implementação do Plano da Conferência Conexional

Este parágrafo contém o processo de implementação do Plano da Conferência Conexional e toma precedência sobre todos os outros parágrafos no *Livro de Disciplina*, não na Constituição. Os processos contidos neste parágrafo substituem quaisquer processos em outras partes da *Disciplina*, e os outros processos e aprovações que são previstos neste parágrafo.

1. Assim que possível, após o adiamento da Conferência Geral de 2019, e nunca mais tarde do que 31 de Março de 2019, o secretário da Conferência Geral deve reencaminhar para as conferências anuais as emendas Constitucionais aprovadas pela Conferência Geral para o Plano da Conferência Conexional. As conferências anuais serão responsáveis por votar na ratificação dessas emendas até 15 de Abril de 2020, reencaminhando os resultados desta votação para o Concílio dos Bispos imediatamente após a conclusão de cada conferência anual. Qualquer conferência anual que não tenha reencaminhado os resultados da votação da sua ratificação para o Concílio dos Bispos até 30 de Abril de 2020, deve ser considerada como não presente e não votante de acordo com o ¶ 59. A percentagem da ratificação para as emendas deve ser contada com base nos votos recebidos, e os votos não recebidos não devem contar como parte do total (do qual dois terços dos votos pela positiva são requeridos por ratificação).

2. Após o anúncio por parte do Concílio dos Bispos de

que todas as emendas constitucionais foram ratificadas, as sessões de 2020 das conferências jurisdicionais devem escolher por votação por maioria dos delegados presentes e votando relativamente a qual das três conferências conexionais essa jurisdição deseja estar afiliada. Todos os bens e responsabilidades detidos jurisdicionalmente devem pertencer à conferência conexional com a qual a jurisdição está afiliada quando a conferência conexional entra em vigor. Todas as conferências anuais daquela jurisdição devem ter o estatuto escolhido pela sua conferência jurisdicional, excepto se a conferência anual pretender escolher uma opção diferente (¶ 2801.4). A decisão de cada conferência jurisdicional deve ser imediatamente comunicada ao presidente do Concílio dos Bispos e à Equipa de Transição.

3. Após o anúncio por parte do Concílio dos Bispos de que as emendas Constitucionais foram ratificadas, cada sessão de 2020-21 de uma conferência central deve escolher se pretende ser constituída como uma conferência conexional (sozinha ou em conjunto com outras conferências centrais) ou se pretende juntar-se a uma das três conferências conexionais com base na teologia (tornando-a numa conferência conexional). A opção escolhida (conferência conexional sozinha ou afiliação com outra conferência conexional) deve requerer uma votação por maioria por parte dos delegados presentes e votantes.

Todos os bens e responsabilidades detidos pela conferência central devem pertencer à conferência conexional com a qual a conferência central está afiliada quando a conferência conexional entra em vigor.

Todas as conferências anuais daquela conferência central devem ter o estatuto escolhido pela sua conferência central, excepto se a conferência anual pretender escolher uma opção diferente (¶ 2801.4). A decisão de cada conferência central deve ser imediatamente comunicada ao presidente do Concílio dos Bispos e à Equipa de Transição.

4. Após a decisão de cada conferência central ou jurisdicional, mas nunca mais tarde do que 31 de Julho de 2021, qualquer conferência anual dentro ou fora dos Estados unidos que não concorde com a decisão da sua conferência central ou jurisdicional, pode votar para se juntar a uma conferência conexional diferente através de votação por maioria por parte dos membros da conferência presentes e votantes. A proposta para uma conferência anual para se afiliar a uma conferência conexional diferente originará do Gabinete, da Mesa Conexional da conferência anual (ou estrutura equivalente), ou de uma petição assinada por um mínimo de dez por cento dos membros da conferência anual (clérigo ou leigos). A proposta será então tratada de acordo com as regras da conferência anual. Todos os bens e responsabilidades detidos pela conferência anual devem permanecer com a conferência an-

ual, independentemente da conferência conexional a que está afiliada. A decisão de cada conferência anual deve ser imediatamente comunicada ao presidente do Concílio dos Bispos e à Equipa de Transição.

5. Após 1 de Janeiro de 2026, uma conferência anual pode, através de 60 por cento de votação por maioria dos seus membros presentes e votantes, decidir mudar a sua afiliação de uma conferência conexional para outra. Tal mudança na afiliação requer a aprovação por maioria da conferência conexional que recebe. Uma conferência anual não deve considerar uma mudança na sua afiliação no prazo de quatro anos a partir do voto anterior em questão.

6. Entre 1 de Agosto de 2021 e 1 de Julho de 2022, qualquer igreja local (carga), dentro ou fora dos Estados Unidos, que não concorde com a decisão da sua conferência anual (que a conferência anual escolha por voto ou por ratificação da decisão da conferência central ou jurisdicional), pode votar para se juntar a uma conferência conexional diferente por votação da maioria dos membros confessos da igreja, presentes e votantes, numa conferência de igreja devidamente denominada regular ou especial. A proposta para se afiliar a uma conferência conexional diferente terá origem num conselho de igreja (ou estrutura equivalente) ou a partir de uma petição assinada por um mínimo de dez por cento dos membros confessos da congregação.

O bispo e o Gabinete, juntamente com outros indivíduos da conferência anual organizarão a administração atempada e ordeira deste processo. A decisão de cada conferência anual deve ser imediatamente comunicada ao presidente do Concílio dos Bispos e à Equipa de Transição. Após 1 de Julho de 2022, qualquer congregação local que pretenda mudar a sua afiliação de uma conferência conexional para outra, deve seguir os requisitos do ¶ 41. Uma igreja local não deve considerar uma mudança na sua afiliação no prazo de quatro anos a partir do voto de conferência de igreja anterior em questão.

7. As pensões passada e actual e responsabilidades anuais ao abrigo do Programa de Segurança de Reforma do Clérigo devem permanecer como as obrigações legais das conferências anuais. O clérigo afiliado a uma conferência conexional diferente da sua conferência anual original deve ter as suas pensões, passada e actual, associadas e as responsabilidades anuais e bens relacionados calculados, atribuídos e transferidos como adequado, por parte da Junta Geral de Pensão e Benefícios de Saúde para a conferência anual/conexional para a qual é transferido o clérigo.

8. Até 31 de Agosto de 2021, cada bispo reformado ou no activo deve registar-se junto do presidente do Concílio dos Bispos e a Equipa de Transição com a qual a conferência conexional pretende ser afiliada.

9. Durante esta transição, para providenciar continuidade

e evitar a disparidade de bispos para cada conferência conexional, as disposições de reforma obrigatórias do ¶ 408.1 serão renunciadas para todos os bispos. Os bispos nos Estados Unidos podem continuar a servir as suas nomeações actuais além da idade da reforma obrigatória até às conferências organizadoras das conferências conexionais em 2022, em cujo momento os novos bispos serão eleitos como necessário em cada conferência conexional. A data de reforma será 31 de Dezembro de 2022, e a data de entrada em vigor para novos bispos será 1 de Janeiro de 2023. Os bispos que não queiram continuar a servir podem reformar-se, e o Concílio dos Bispos nomeará outro bispo reformado como bispo intercalar para servir até 2022. Não serão então eleitos novos bispos nas conferências jurisdicionais de 2020, mas a eleição de membros para os conselhos gerais e agências terão de ocorrer. As conferências jurisdicionais de 2020 podem ser encurtadas para ter em conta os trabalhos reduzidos a serem realizados, ou cada Colégio de Bispos pode decidir realizar as actividades necessárias através de e-mail e/ou videoconferência. As conferências centrais encontrar-se-ão e elegerão bispos como habitual, em 2020, excepto se o Colégio de Bispos da conferência central determinar que um novo alinhamento da conferência central possa reduzir o número de bispos necessários. Uma conferência central que passe por um realinhamento, quer alterando os limites da conferência anual ou juntando-se a outra conferência conexional, reunir-se-á para efeitos organizacionais antes de 1 de Julho de 2023, e elegerá quaisquer bispos novos ou de substituição necessários nesse momento. Em tal caso, um bispo da conferência central não será sujeito a reforma obrigatória até 60 dias após a conferência organizacional (consultar ¶ 2801.14).

10. Cada pessoa do clérigo, activa ou reformada (ordenado, licenciado ou em processo), terá até 1 de Julho de 2022 para registar junto do seu bispo e da Equipa de Transição um desejo de se afiliar com uma conferência conexional diferente daquela escolhida pela sua conferência anual. Qualquer pessoa do clérigo que não registe uma escolha permanecerá membro da conferência anual e afiliada da conferência conexional escolhida por essa conferência anual.

11. As nomeações do clérigo que entrem em vigor a 1 de Julho de 2022 serão realizadas, tanto quanto possível, combinando a afiliação desejada do clérigo e congregação. As credenciais de ordenação do clérigo, comissionamento e licenciamento serão reconhecidas por todas as conferências conexionais e não serão repetidas, não obstante que conferência atribuiu a credencial, mas a capacidade de servir numa conferência anual particular será determinada pelas qualificações e expectativas definidas por essa conferência anual. Todo o clérigo com segurança de nomeação continuará sob nomeação.

a. Nomeações transitórias. O clérigo pode disponibilizar-se temporariamente para servir numa conferência anual/

conferência conexional diferente daquela que preferem, continuando uma nomeação actual ou numa nomeação intercalar. De modo a servir numa conferência anual / conexional diferente daquela que preferem, uma pessoa do clérigo terá de concordar em cumprir as qualificações da conferência anual / conexional diferente e manter os padrões de conduta como definido pela conferência anual / conexional que estão a servir. Não cumprir este acordo será motivo para que o bispo anule a nomeação. Tais nomeações transitórias são concebidas para serem temporárias até ser encontrado um plano de serviço na conferência anual preferida da pessoa do clérigo.

b. Serviço em outras Conferências Conexionais. As pessoas do clérigo podem disponibilizar-se para servir em mais do que uma conferência anual / conexional. Tal pessoa do clérigo indicará uma conferência anual como sendo a sua conferência primária. Indicarão ao seu bispo uma vontade de servir em outras conferências anuais / conexionais. De modo a servir numa conferência anual / conexional diferente daquela onde está atribuído, uma pessoa do clérigo irá concordar em cumprir as qualificações da conferência anual / conexional diferente e manter os padrões de conduta como definido pelo conferência anual / conexional que servem. Não cumprir este acordo será motivo para que o bispo anule a nomeação. Tal pessoa do clérigo irá manter-se como membro da sua conferência anual / conexional, mas será elegível para nomeação numa conferência anual / conexional diferente, com a aprovação do bispo da conferência anual receptora e sessão de clérigo.

12. Com início a 1 de Setembro de 2021, os bispos de cada nova conferência conexional podem começar a planear a transição para a nova estrutura, em conjunto com a Equipa de Transição.

13. As conferências organizadoras de cada uma das três conferências conexionais teológicas irão ocorrer entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de 2022, numa data e local definidos pelo Colégio de Bispos de cada conferência, em consultoria com a Equipa de Transição. As conferências organizadoras de quaisquer conferências conexionais formadas fora dos Estados Unidos ocorrerão numa data definida pela conferência conexional do Colégio de Bispos, mas antes de 1 de Julho de 2023. Não obstante outras disposições na *Disciplina*, ou em regras jurisdicionais ou da conferência central, os materiais propostos a serem adoptados pela conferência organizadora estarão nas mãos dos delegados, no máximo, sessenta (60) dias antes da data da reunião.

14. Os delegados das conferências organizadoras das conferências anuais que escolhem afiliar-se com essa conferência conexional serão os delegados da Conferência Geral e Jurisdicional ou os seus sucessores eleitos, de acordo com as disposições de eleição de delegados

(¶¶ 15, 34-36, 316.6, 321.2, 327.2-3, 334.1, 344.4, 346.2, 353.7, 355.8, 514-15, 586.3, 602.1). As congregações e clérigo que desejam afiliar-se com uma conferência conexional diferente da sua conferência anual serão representados na conferência organizadora da sua conferência conexional escolhida por um delegado do clérigo e um leigo que se qualifiquem como devidos delegados de acordo com as disposições para eleição dos delegados, junto da conferência jurisdicional indicada neste parágrafo. Os delegados do clérigo de áreas não abrangidas por uma conferência anual relacionada com essa conferência conexional serão eleitos por e a partir do clérigo que deseje afiliar-se a essa conferência conexional. Os delegados leigos de áreas não abrangidas por uma conferência anual relacionada com essa conferência conexional serão eleitos por e a partir de membros leigos que desejem afiliar-se a essa conferência conexional. O bispo dessa área realizará uma reunião especial do clérigo e leigos da conferência anual que desejem afiliar-se com uma conferência conexional diferente, para o efeito de eleger um delegado do clérigo ou leigo para a conferência organizadora. Esta reunião irá ocorrer entre 1 de Julho e 15 de Agosto de 2022.

15. A nova estrutura da conferência conexional, limites da conferência anual e relações de supervisão episcopal dentro dos Estados Unidos entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023. A nova estrutura da conferência conexional, limites da conferência anual e relações de supervisão episcopal fora dos Estados Unidos entrará em vigor na data definida pelas conferências organizadoras. Uma conferência central que escolha tornar-se na sua própria conferência conexional, onde não são adicionadas ou retiradas conferências anuais ou limites alterados, não será considerada “recém-formada” ou “nova”, e não será sujeita aos requisitos de conferências conexionais recém-formadas ou novas neste parágrafo (¶ 2801).

16. As conferências conexionais na conferência organizadora reformularão as limitações das suas conferências anuais, de modo a abranger todo o seu território e organizações. Quaisquer novas conferências anuais formadas terão a sua reunião organizadora entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2023, ou noutra data definida pelo colégio de bispos da conferência conexional.

17. Durante o período 2020-2025, a Comissão Geral sobre Religião e Raça e a Comissão Geral sobre o Estado e Papel das Mulheres irão envolver todas as filiais da igreja para identificar os princípios gerais e comparativos que iriam promover a responsabilidade em toda a Igreja para combater o racismo e o sexismo. Simbolizarão o trabalho e objectivo dos princípios gerais e comparativos da Conferência Geral de 2025 para adopção pela conferência. Subsequentemente, cada conferência conexional será responsável por providenciar os recursos e responsabilidade necessários para cumprir os

princípios e atingir os comparativos, e realizará um relatório sobre a sua conformidade ao Comité Permanente sobre Conferências Conexionais, pelo menos, 240 dias antes de cada Conferência Geral.

18. Durante o período de 2020-2025, o Conselho Geral sobre Finanças e Administração e o Conselho Geral sobre Ministérios Globais continuarão a facilitar e suportar os compromissos financeiros dos bispos, conferências anuais e trabalho da missão fora dos Estados Unidos através de atribuições gerais e doações prévias.

19. As agências gerais continuarão na estrutura e nível de financiamento estabelecidos pela Conferência Geral de 2020 até 2025, com a possibilidade de usar fundos de reserva para suplementar as atribuições para essas agências não incluídas no *Livro Geral da Disciplina* para os anos 2023- 2025. Outros fundos gerais da igreja serão orçados através do processo normal para este período, com planos para acomodar a perda potencial de rendimento proporcional através da transição. Cada conferência conexional elegerá cinco representantes para uma força de trabalho que irá avaliar a estrutura da Agência Geral e propor um novo modelo à Conferência Geral de 2025. Nesse novo modelo, as agências servirão apenas aquelas conferências conexionais que desejem participar em cada agência, e o financiamento virá apenas das conferências conexionais participantes. As seguintes agências continuarão a servir toda a igreja e fazer parte do *Livro Geral da Disciplina*: Wespeth, a Publishing House, Arquivos e História, Conselho Geral sobre Finanças e Administração, Fé e Ordem e Comité Metodista Unido sobre Apoio. A força de trabalho acima indicada determinará que aspectos do Conselho Geral sobre Ministérios Globais serão incluídos no *Livro Geral da Disciplina* apoiado por toda a Igreja.

Fundamentação:

Este novo parágrafo define o processo para implementação e de transição para a nova estrutura. Os princípios definidos no resumo do plano são codificados nesta legislação.

¶2800.

Número de petição: 90020-¶2800-!-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #3 – Equipa de Transição – NOVO Par. 2802

Adicionar um novo ¶ 2802, como se segue:

¶ 2802. Equipa de transição - 1. O Concílio dos Bispos irá nomear uma Equipa de Transição de, aproximadamente,

30 pessoas escolhidas pela sua competência e conhecimento, com atenção relativamente a todos os constituintes. A Equipa irá trabalhar com o Conselho e ser responsável perante o Conselho, com os fundos necessários a serem providenciados pelo Conselho Geral sobre Finanças e Administração.

2. A Equipa será responsável por administrar e supervisionar o processo de transição a partir da CG2019 para as conferências organizadoras, em 2022, trabalhando com os grupos e agências existentes quando possível e adequado. O seu serviço terminará a partir de 31 de Dezembro de 2025. As responsabilidades da Equipa incluem, mas não são limitadas, ao seguinte:

a. ajudar na implementação do processo para eleger delegados às conferências organizadoras (¶ 2801.14)

b. trabalhar com os líderes adequados em cada conferência conexional para preparar as conferências organizadoras das conferências conexionais

c. garantir que os candidatos em processo ministerial sabem como passar para os novos processos

d. monitorizar as decisões das conferências jurisdicionais e centrais, conferências anuais e igrejas locais sobre afiliação de conferência conexional, e comunicar com as equipas de desenvolvimento de cada conferência conexional com informação actualizada

e. trabalhar com os bispos para desenvolver o processo para comunicar com as conferências conexionais relativamente a mover e atribuir clérigo, e fazer a transição de igrejas para uma conferência conexional diferente da sua conferência anual

f. escrever legislação a ser submetida à Conferência Geral de 2020 para um Comité Permanente sobre Conferências Conexionais, para fomentar a cooperação entre as conferências, monitorizar a conformidade com os esforços no combate ao racismo e sexismo e lidar com problemas de conflito entre conferências

g. trabalhar com o Conselho Geral sobre Finanças e Administração para gerir alterações jurídicas, financeiras e administrativas, e com o Wespeth para gerir alterações de pensão necessárias na transição

h. outras responsabilidades atribuídas pelo Concílio dos Bispos que não estejam em conflito com a Constituição.

3. Como aprovado pelo Concílio dos Bispos, a Equipa terá um gestor de projecto contratado por e responsável perante a Equipa e outro pessoal pago ou serviços contratados por e responsáveis perante o gestor de projecto.

Fundamentação:

Este parágrafo descreve a criação e trabalho de uma Equipa de Transição para ajudar o Concílio dos Bispos com a supervisão da transição e cuidar dos vários problemas que surgirão.

¶422.

Número de petição: 90021-¶422-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #4 – Conselho e Colégio de Bispos –Par. 422

Emendar ¶ 422 como se segue:

¶ 422. Conselho e Colégio de Bispos - 1. Os bispos, ~~apesar de serem~~ eleitos pelas conferências ~~jurisdicionais ou centrais conexionais;~~ são eleitos superintendentes de toda a Igreja e exercem a sua autoridade principalmente dentro do Colégio de Bispos da conferência conexional. Como todos os ministros ordenados, são primeiro eleitos para membros de uma conferência anual e, subsequentemente, nomeados para cargos pastorais, por isso os bispos tornam-se primeiro, através da sua eleição, membros do Conselho Colégio de Bispos antes de serem subsequentemente atribuídos a áreas de serviço. Devido à sua eleição e consagração, os bispos são membros do Concílio dos Bispos e do seu colégio e são vinculados em acordo especial com todos os outros bispos. Ao respeitarem este convénio, os bispos cumprem a sua liderança de serviço e expressam a sua mútua responsabilidade. O Concílio dos Bispos e os colégios são é uma comunidades de fé de confiança mútua e preocupação responsável pelo desenvolvimento da fé e do bem-estar continuado dos seus membros.

2. O Concílio dos Bispos e os colégios são é, pois, a expressão colegial e corporativa da liderança episcopal na Igreja e através da Igreja para o mundo. A Igreja espera que o Concílio dos Bispos e os Colégios de Bispos falem com a Igreja e da Igreja para o mundo, e liderem a busca da unidade Cristã e relações inter-religiosas.

3. De modo a exercer uma liderança de valor, o Concílio dos Bispos deve reunir em intervalos regulares. O Concílio dos Bispos está encarregado da supervisão dos assuntos espirituais e temporais de ~~partilhados por~~ toda a Igreja, a ser executada em consultoria regularizada e em cooperação com outros conselhos e agências de serviços da Igreja. A função do Concílio dos Bispos é servir como órgão missional que ajuda a reunir e distribuir as melhores práticas para a vitalidade da igreja; é uma comunidade de aprendizagem, equipagem e fomento; actua como conectores ao ministérios recém-partilhados; guia o ênfase do ADN Wesleyano em torno da justiça, equidade e inclusão, com especial preocupação relativamente à eliminação do racismo e sexismo; gere as relações Ecuménicas; media os desafios da responsabilidade; e garante a colocação em vigor das regras, regulamentos e responsabilidades prescritas e usufruídas pela Conferência Geral.

4. Os bispos activos de cada conferência conexional irão constituir um Colégio de Bispos, e tal Colégio de Bispos irá criar o plano de supervisão episcopal das conferências anuais, conferências missionárias e missões nos seus respectivos territórios. O conselho reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e planeará a visão geral e a promoção dos interesses temporais e espirituais de toda a Igreja na sua conferência conexional, e para efectivar as regras, os regulamentos e as responsabilidades prescritas e impostas pela conferência conexional. Cada colégio deverá também fomentar e suportar os seus membros e responsabilizá-los de acordo com os mais elevados padrões de liderança e discipulado Metodista Unido.

4 5. O Concílio dos Bispos pode atribuir um dos seus membros para visitar outra área episcopal ou igreja relacionada com o Metodismo, sujeito ao consentimento do Colégio de Bispos dessa área ou à liderança dessa igreja. Quando isso sucede, o bispo será reconhecido como representante acreditado do Concílio dos Bispos e, quando requisitado pelo bispo residente ou presidente nessa área ou igreja, pode exercer aí funções de episcopado.

Fundamentação:

Este parágrafo reconfigura o Concílio dos Bispos mais como uma comunidade de aprendizagem que cuida das nossas relações ecuménicas, ao fazer a transição da supervisão e responsabilidade para os colégios de bispos da conferência conexional. Implementa as emendas constitucionais relacionadas com bispos incluídas neste plano.

¶2602.

Número de petição: 90022-¶2602-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #5 – Conselho Judicial –Par. 2602

Emendar ¶ 2602, incorporando ¶¶ 2602-2606 e uma parte do ¶ 2608.2, e renumerar os parágrafos seguintes como se segue:

¶ 2602. A partir de 1 de Janeiro de 2023, eliminar os parágrafos ¶¶ 2602-2606 e substituir com o seguinte:

Composição - 1. Membros - O Conselho Judicial será composto por dois membros, um clérigo e um leigo, de cada conferência conexional, eleitos de tal forma que a conferência determine. Da mesma forma, cada conferência conexional elegerá duas alternativas, um clérigo e um leigo. Todos os leigos serão membros da Igreja Metodista Unida. O mandato do membro será de oito anos. O mandato das alternativas será de quatro anos. Um membro poderá servir um máximo de dois mandatos consecutivos de

oito anos, com um mínimo de quatro anos afastados antes da reeleição ao conselho. Os mandatos dos dois membros de uma conferência conexional serão alternados, de modo que ambos os mandatos não expirem no mesmo quadriênio. O secretário da Conferência Geral, em 2022, irá determinar aleatoriamente que membro (clérigo ou leigo) em cada conferência conexional será eleito para um mandato de três anos (servindo entre 2023-2025), de modo que o número de membros do clérigo e leigos cujo mandato expire num dado quadriênio seja igual ou quase. Os membros eleitos para um mandato de três anos, em 2022, serão elegíveis para serem eleitos para dois mandatos consecutivos de oito anos. Os membros eleitos, em 2022, para um mandato de sete anos (servindo entre 2023-2029) serão elegíveis para serem eleitos para um mandato adicional de oito anos.

2. Vagas - a. Caso ocorra uma vaga no conselho durante as sessões da conferência conexional, a vaga será preenchida pela respectiva alternativa do clérigo ou leigo. A alternativa que preenche a vaga manterá o cargo enquanto membro do Conselho Judicial durante o mandato não expirado do membro que substitui. No caso de qualquer vaga, será o dever do presidente e secretário do conselho notificar a alternativa indicada para a preencher. Quando a alternativa se tornar membro do conselho, o colégio de bispos da conferência conexional nomeará uma alternativa substituta para cumprir o restante mandato da alternativa promovida.

b. No caso da ausência de um ou mais membros do conselho durante uma sessão do Conselho Judicial, tal vaga temporária será preenchida pela respectiva alternativa de clérigo ou leigo.

Se a alternativa adequada não puder estar presente, a outra alternativa dessa conferência conexional preencherá a vaga temporária. A incapacidade ou falha em preencher uma vaga não afecta a validade de qualquer acção do conselho, desde que o quórum esteja presente.

3. Expiração do mandato - O mandato dos membros do conselho e das alternativas expirará após o final da conferência conexional em que os seus sucessores são eleitos.

4. Ilegibilidade dos membros - Os membros do conselho não poderão ser eleitos para servir como delegados na conferência Geral ou conexional, ou servir em qualquer conselho ou agência de conferência Geral ou Conexional.

5. Quórum - Oitenta por cento dos membros do conselho serão um quórum, excepto em questões de constitucionalidade dos actos da Conferência Geral, em cujo caso, o quórum serão todos os membros ou as suas alternativas devidamente presentes, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Judicial. Será necessário um voto afirmativo de, pelo menos, dois terços dos membros

do conselho para declarar inconstitucional qualquer acto da Conferência Geral. Em outros assuntos, será suficiente um voto da maioria de todo o conselho. O conselho poderá declinar um pedido ou uma petição para uma decisão declaratória, em qualquer caso, em que determina que não tem jurisdição para decidir o assunto.

¶ 2608.2. *Tempo e Lugar* - O conselho irá reunir-se no momento e local da reunião da Conferência Geral e continuará em sessão até ao final desse órgão e, em pelo menos, uma outra vez em cada ano de calendário, e em tais outros momentos que considere adequado, em tais locais que seleccione ocasionalmente. ~~Os sete membros constituirão um quórum, excepto em questões sobre a constitucionalidade dos actos da Conferência Geral, em cujo caso, um quórum serão nove membros ou alternativas devidamente presentes, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Judicial. Será necessário um voto afirmativo de, pelo menos, seis membros do conselho, para declarar inconstitucional qualquer acto da Conferência Geral. Em outros assuntos, será suficiente um voto da maioria de todo o conselho. O conselho poderá declinar um pedido ou uma petição para uma decisão declaratória, em qualquer caso, em que determina que não tem jurisdição para decidir o assunto.~~

Fundamentação:

Estas alterações reconfiguram o Conselho Judicial como órgão representativo das conferências conexionais, garantindo representação igual. Concebe o Conselho para suportar a realidade de potencialmente dez conferências conexionais, cada uma com um *Livro de Disciplina* diferente, que teria de considerar estes casos relativamente a essas *Disciplinas*.

¶9.

Número de petição: 90023-¶9-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #6 – Conferências Jurisdicionais e Central –Par. 9

Emendar ¶ 9 e eliminar ¶ 10 e renumerar os parágrafos seguintes como se segue:

¶ 9. Artigo II.- Haverá conferências jurisdicionais conexionais para a Igreja nos Estados Unidos da América, com tais poderes, deveres e privilégios conforme mais à frente estabelecido, desde que na Igreja Metodista Unida não haja conferências jurisdicionais ou centrais conexionais baseadas em nenhum fundamento, a não ser na divisão geográfica e regional-raça ou etnicidade.

Alguns deveres, poderes e privilégios serão os mesmos, quer a conferência conexional esteja dentro ou fora dos Estados Unidos, excepto como de outro modo indicado na Constituição.

~~¶ 10. Artigo III. - Haverá conferências centrais para a Igreja fora dos Estados Unidos da América e, se necessário, conferências centrais provisionais, todas com os poderes, deveres e privilégios conforme mais à frente estabelecido.~~

Fundamentação:

Esta emenda torna as conferências jurisdicionais e centrais iguais, mudando o nome para conferências conexionais. Também permite a criação de conferências conexionais com base na teologia, e não na geografia.

¶14.

Número de petição: 90024-¶14-C-\$-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #7 – Ano da Conferência Geral –Par. 14

Emendar o ¶ 14 do seguinte modo:

¶ 14. Artigo II. - A Conferência Geral deverá reunir-se no mês de Abril ou Maio uma vez a cada quatro anos em data e local determinados pela Conferência Geral ou pelas suas comissões devidamente autorizadas. A alteração na declaração anterior deverá entrar em vigor no final da Conferência Geral em 2016. A Conferência Geral de 2024 será transferida para 2025, passando o ciclo de quatro anos para anos ímpares.

Uma sessão especial da Conferência Geral...

Fundamentação:

Esta emenda prevê um ano extra para a transição para a nova estrutura e garante que a Conferência Geral não será realizada num ano de eleições nos Estados Unidos.

¶16.

Número de petição: 90025-¶16-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #8 – Adaptação da Conferência Conexional– Par. 16

Emendar o ¶ 16 do seguinte modo:

¶16. Artigo IV. - A Conferência Geral terá o poder legislativo total em relação a todas as questões caracteristicamente conexionais e ao exercer este poder deve ter a autoridade conforme se segue:

1. Definir e estabelecer as condições, os privilégios e

os deveres de estado de membro da Igreja, que em todos os casos será sem referência à raça, género e condição.

2. Para definir e fixar os poderes e deveres dos presbíteros, diáconos, prover pregadores, pregadores locais, exortadores, diaconisas e missionários domésticos, com a adaptação pelas conferências conexionais, salvo se de outra forma impedido pela Constituição, incluindo o ¶ 20.

3. Definir e fixar os poderes e deveres das conferências anuais, conferências anuais provisórias e missões, e das conferências centrais conexionais, conferências regionais, conferências distritais, conferências de cargo e assembleias congregacionais.

4. Prover a organização, a promoção e a administração do trabalho da Igreja, fora dos Estados Unidos da América.

5. Definir e fixar os poderes, deveres e privilégios do episcopado, adoptar um plano de apoio aos bispos. adoptar uma regra uniforme para a sua aposentação e providenciar a descontinuação de um bispo devido a ineficiência ou inadmissibilidade, com adaptação pelas conferências conexionais, salvo se de outra forma impedido pela Constituição, incluindo o ¶ 45.

6. Fornecer e fazer a revisão do hinário e do ritual da Igreja e regular todos os assuntos relacionados com a forma e modo de adoração, sujeito às limitações da primeira e segunda Regras Restritivas, com adaptação pelas conferências conexionais.

7. Fornecer um sistema judicial e um método de procedimento judicial para a Igreja, salvo disposição em contrário aqui contida.

8. Iniciar e direccionar todas as iniciativas conexionais globais da Igreja e oferecer conselhos para a sua promoção e ministração.

9. Determinar e organizar angariação e a distribuição de fundos necessários para dar continuidade do trabalho da Igreja.

~~10. Estabelecer uma base uniforme sobre a qual os bispos serão eleitos pelas conferências jurisdicionais e determinar o número de bispos que podem ser eleitos pelas conferências centrais.~~

11. Seleccionar os presidentes oficiais dos bispos, através de um comité, desde que os bispos seleccionem a partir seus próprios números o presidente oficial da sessão de abertura.

~~12. Alterar o número e os limites das conferências jurisdicionais após o consentimento de uma maioria das conferências anuais em cada conferência jurisdicional envolvida.~~

13. Estabelecer comissões para o trabalho geral da Igreja conforme possam ser consideradas aconselháveis.

14. Assegurar os direitos e os privilégios de membro em todas as agências, programas e instituições na Igreja Metodista Unida independentemente de raça, género ou estado.

15. Permitir que as conferências conexionais e as conferências anuais utilizem estruturas únicas em suas missões, sem prejuízo das estruturas obrigatórias.

16. Para implementar qualquer outra legislação que possa ser necessária, sujeito às limitações e restrições da Constituição da Igreja.

Fundamentação:

Esta emenda permite que as conferências conexionais adaptem várias estruturas ao contexto em que realizam o ministério, incluindo: poderes e deveres dos vários cargos de liderança ministerial, número de bispos necessários, responsabilidades dos bispos, o seu apoio e a sua aposentadoria, culto e liturgia da igreja e a necessidade de conferências jurisdicionais.

¶19.

Número de petição: 90026-¶19-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #9 – Superintendência Geral –Par. 19

Emendar o ¶19 como se segue:

¶ 19. Artigo III - A Conferência Geral não modificará nem alterará qualquer parte ou regra do nosso governo, de modo a abolir o episcopado ou a destruir o plano da nossa superintendência geral itinerante.

Fundamentação:

Esta emenda permite que o episcopado seja adaptado e ajustado ao contexto teológico e geográfico dentro de cada conferência conexional. Elimina a expectativa de que um bispo numa parte da igreja deva servir como bispo em outras partes da igreja.

¶23.

Número de petição: 90027-¶23-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #10 – Padronizar Conferências Conexionais– Par. 23

Emendar o ¶ 23 da seguinte forma, incorporando os ¶¶ 24 a 28 e excluindo a Secção V., ¶¶ 28 a 31 renumerando as secções e parágrafos seguintes, conforme apropriado.

Secção IV. Conferências Jurisdicionais Conexionais

¶ 23.1 Artigo I. - As conferências jurisdicionais conexionais serão compostas por tantos representantes das conferências anuais e conferências-missionárias quantos

forem determinados por uma base uniforme estabelecida pela Conferência Geral, desde que nenhuma conferência jurisdicional conexional tenha menos do que 100 delegados. Os delegados deverão ser clérigos e leigos em número igual de cada. As conferências missionárias deverão ser consideradas como conferências anuais para fins deste artigo.

¶2423.2 Artigo II. - Todas as conferências jurisdicionais conexionais terão o mesmo estatuto e os mesmos privilégios de acção no âmbito dos limites previstos na Constituição. O rácio de representação das conferências anuais e conferências missionárias na Conferência Geral será o mesmo para todas as conferências jurisdicionais conexionais:

¶ 25. Artigo III - As Conferências Gerais fixarão a base de representação nas conferências jurisdicionais, desde que as conferências jurisdicionais sejam compostas por um número igual de delegados clérigos e leigos a serem eleitos pelas conferências anuais, pelas conferências missionárias⁴⁷ e pelas conferências anuais provisórias.

¶ 2623.3 Artigo IVIII. - Cada conferência jurisdicional reunir-se-á no tempo determinado pelo Conselho de Bispos ou por uma comissão por esta delegada, reunindo cada conferência jurisdicional na mesma data em que as outras e num local seleccionado pela comissão jurisdicional de entretenimento, nomeada pelo seu Colégio de Bispos, a menos que tal comissão tenha sido nomeada pela conferência jurisdicional precedente. As conferências conexionais devem reunir-se no prazo de um ano após a reunião da Conferência Geral nos momentos e lugares determinados pelas respectivas conferências conexionais precedentes ou por comissões nomeadas por estas ou pelo Colégio dos Bispos conexional.

¶27 23.4 Artigo VIV. - As conferências jurisdicionais conexionais terão os seguintes poderes e deveres e outros mais como possam ser atribuídos pelas Conferências Gerais:

1- a. Promover os interesses evangélicos, educacionais, missionários, sociais e beneficentes da Igreja e providenciar pelos interesses e organismos dentro dos seus limites.

2- b. Determinar o número de bispos que podem ser eleitos, eleger bispos e cooperar na realização de tais planos para o seu apoio conforme determinado pela Conferência Geral: Cada conferência conexional proporcionará todo o apoio financeiro para seus bispos, incluindo salário, moradia, benefícios, despesas de viagens e escritório, a menos que fundos adicionais sejam aprovados pela Conferência Geral com o consentimento de outras conferências conexionais.

3- c. Estabelecer e constituir juntas de conferências jurisdicionais conexionais como auxiliares às juntas globais da Igreja conforme surgir a necessidade e escolher os seus

representantes nas juntas gerais conforme a determinação da Conferência Geral ~~conferência conexional~~.

4. ~~d.~~ Determinar os limites de suas conferências anuais, desde que não haja uma conferência anual com menos do que 50 membros do clérigo em plena conexão, excepto por consentimento da Conferência Geral.

5. ~~e.~~ Estabelecer as regras e regulamentos para a administração do trabalho da Igreja na conferência ~~jurisdicional~~ conexional incluindo as mudanças e adaptações do Livro Geral de Disciplina conforme as condições das respectivas conferências o exijam, sujeito aos poderes que foram ou venham a ser investidos na Conferência Geral e sujeito à Constituição.

6. ~~f.~~ Nomear um tribunal judicial para determinar questões legais emergentes das regras, regulamentos, e as secções revistas, adaptadas ou novas secções na *Disciplina* da conferência conexional emanadas pela conferência conexional. Haverá direito de recurso das decisões de tal tribunal ao Conselho Judicial. Nomear uma comissão de apelos para ouvir e deliberar sobre o apelo de um pregador itinerante dessa jurisdição conferência conexional da decisão de uma comissão de julgamento.

Fundamentação:

Esta emenda combina poderes das conferências jurisdicionais e centrais e os padroniza para conferências conexionais, incluindo um tribunal judicial conexional. Requer cada conferência conexional nos EUA sustente os seus próprios bispos. Dá a todas as conferências conexionais o poder de adaptar a *Disciplina* agora detido pelas conferências centrais.

¶37.

úmero de petição: 90028-¶37-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #11 – Estabelece Novas Conferências Conexionais– Par. 37

Emendar o ¶ 37, incorporando os ¶¶ 38 a 41 e renumerando os parágrafos seguintes, conforme adequado:

Seção ~~VII~~ VI. Limites

¶ 37.1 Artigo IP. - A Igreja Metodista Unida terá conferências ~~jurisdicional~~ conexionais, cobrando cada uma delas todos os Estados Unidos e seus territórios, composta da seguinte forma:

Nordeste – Bermudas, Connecticut, Delaware, Distrito da Columbia, Maine, Maryland, Massachusetts, New Hampshire, Nova Jérsei, Nova Iorque, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont, Ilhas Virgens, West Virginia.

Sudeste – Alabama, Florida, Georgia, Kentucky, Mississippi, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Tennessee, Virginia.

Central Norte – Illinois, Indiana, Iowa, Michigan, Minnesota, Dakota do Norte, Ohio, Dakota do Sul, Wisconsin.

Central Sul – Arkansas, Kansas, Louisiana, Missouri, Nebraska, Novo México, Oklahoma, Texas.

Ocidental – Alasca, Arizona, Califórnia, Colorado, Havaí, Idaho, Montana, Nevada, Oregon,

Utah, Washington e Wyoming e o território dos Estados Unidos na região do Pacífico.

a. Conferência Conexional Tradicional, na qual o casamento continua a ser definido como sendo entre um homem e uma mulher, casamentos entre pessoas do mesmo sexo não podem ser realizados, e aqueles que praticam a homossexualidade não podem ser ordenados, juntamente com um compromisso pactual com uma compreensão mais tradicional da doutrina e padrões morais da igreja com responsabilidade acrescida.

b. Conferência Conexional de Unidade, que reconhece que os membros não são unânimes em relação às interpretações bíblicas relacionadas com a sexualidade humana, em que se permite mas não se obriga os pastores a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo, as conferências anuais podem, mas não são obrigadas e ordenar aqueles que praticam a homossexualidade, as igrejas locais podem, mas não obrigadas a receber uma pessoa LGBT como pastor(a), e na qual nenhum bispo, pastor ou congregação é compelido a agir contra a sua consciência no respeitante a estes assuntos.

c. Conferência Conexional Progressiva, na qual casamentos entre pessoas do mesmo sexo são celebrados por todos os clérigos, todas as conferências anuais ordenam pessoas LGBT qualificadas, e todas as igrejas locais recebem os pastores LGBT que correspondam às necessidades da congregação e do seu ministério.

d. Cada uma dessas três conferências conexionais tem o poder de escolher seu próprio nome e insígnia, o que pode ou não incluir o uso da cruz e da chama e o nome “Metodista Unida.” Quando tais nomes são escolhidos por uma conferência conexional, os nomes neste parágrafo serão automaticamente substituídos pelo novo nome sem a necessidade de emenda constitucional adicional.

e. O processo de realinhamento das jurisdições geográficas com as novas conferências conexionais não exigirá a aprovação das várias conferências anuais, conforme especificado nos ¶¶ 16.12 e 37.3.

f. Nenhuma conferência conexional deve adoptar políticas que sejam inconsistentes com ou violem o ¶ 4 da Constituição, seja expressamente ou por prática.

¶ 38 37.2 Artigo II - O trabalho da Igreja fora dos Estados Unidos da América pode ser organizado em conferências centrais conexionais, cujo número e limites serão determinados pela Conferência Unificadora para aquelas existentes em 1 de Janeiro de 2020, tendo a Conferência Geral autoridade

para posteriormente fazer mudanças no número e nos limites. As conferências conexionais fora dos Estados Unidos podem, por maioria de votos, decidir participar numa das conferências conexionais descritas no § 37.1, caso em que a conferência conexional que se une se tornará global.

~~§ 39~~ § 37.3 Artigo III. - As alterações no número, nomes e limites das conferências jurisdicionais conexionais podem ser afectados pela Conferência Geral após o consentimento de uma maioria de voto de dois terços das conferências anuais de cada uma das conferências jurisdicionais conexionais envolvidas. Este artigo não excluirá o processo que for estabelecido pela Conferência Geral de 2019 para permitir uma transição para conferências conexionais não geográficas nos Estados Unidos.

~~§ 40~~ § 37.4 Artigo IV. - O número, nomes e limites das conferências anuais e áreas episcopais será determinado pelas conferências jurisdicionais conexionais nos Estados Unidos da América e pelas conferências centrais fora dos Estados Unidos da América de acordo com as provisões sob os poderes respectivos e conforme as estruturas respectivas das conferências jurisdicionais e centrais conexionais aqui prevista não é circunscrita ou limitada pela autoridade concedida ao Colégio dos Bispos para organizar um plano de supervisão episcopal. Este artigo não excluirá o processo que for estabelecido pela Conferência Geral de 2019 para permitir uma transição para conferências conexionais não geográficas nos Estados Unidos.

~~§ 41~~ § 37.5 Artigo V. Transferência de Igrejas locais -

1. a. Uma igreja local pode ser transferida de uma conferência anual para outra na qual esteja geograficamente localizada por dois terços dos votos dos membros professos que estejam presentes e com direito a votar em cada uma das seguintes:

a i) a conferência do cargo;

b ii) e assembleia congregacional da igreja local;

e iii) cada uma das duas conferências anuais envolvidas.

O voto será certificado aos bispos que fazem a supervisão das Conferências Anuais envolvidas, pelos secretários das conferências ou reuniões especificadas, e a transferência será efectiva imediatamente após a sua comunicação das maiorias necessárias.

2. b. O escrutínio para aprovação da transferência será feito por cada Conferência Anual na sua primeira sessão depois de o assunto lhe ter sido submetido.

3. c. As transferências segundo as disposições deste artigo não serão regidas nem ficará restringida por outras disposições desta Constituição referentes a alterações dos limites das conferências.

d. Este artigo não exclui o processo estabelecido pela Conferência Geral de 2019 para permitir uma transição para

conferências conexionais e anuais não geográficas nos Estados Unidos.

Fundamentação:

Esta emenda é o cerne do Plano Conexional de Conferências, estabelecendo as novas conferências conexionais não geográficas e definindo os valores primários de cada uma. Adota linguagem que torna este parágrafo consistente com outras emendas. Assegura que a Constituição permite a transição para a nova estrutura num processo justo.

§45.

Número de petição: 90029-§45-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #12 – Episcopado – Par. 45

Alterar o § 45, como se segue, incorporando os parágrafos 46 a 54 e renumerando os parágrafos seguintes conforme adequado:

DIVISÃO TRÊS - SUPERVISÃO EPISCOPAL

§ 45.1 Artigo I. - Haverá uma continuidade de um episcopado na Igreja Metodista Unida ~~com plano, poderes, privilégios e deveres iguais aos que agora existem na Igreja Metodista e na Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos em todos os assuntos nos quais concordam e podem ser considerados idênticos; as diferenças entre esses episcopados históricos consideram-se reconciliadas e harmonizadas por e neste Plano de União e pela Constituição da Igreja Metodista Unida bem como pelas acções tomadas no que aqui se acorda, para que uma superintendência e um episcopado unificados sejam, por este meio, criados e estabelecidos de, em, e por aqueles que agora são e os que serão bispos da Igreja Metodista Unida; e o dito episcopado terá ainda os poderes, privilégios e deveres aqui estabelecidos.~~

§ 46-45.2 Artigo II. - Os Bispos serão eleitos pelas respectivas conferências jurisdicionais e centrais conexionais e consagrados da maneira histórica na data e no lugar que forem determinados pela Conferência Geral, ~~para os eleitos pelas jurisdições e, por cada conferência central conexional, para os eleitos por essa conferência central conexional;~~ contanto que as eleições episcopais nas conferências centrais sejam realizadas numa sessão ordinária, não numa extraordinária, da conferência central, excepto no caso em que uma vaga deva ser preenchida.

¶ 47 ~~45.3~~ Artigo III. - Haverá um Concílio dos Bispos composto por todos os bispos da Igreja Metodista Unida. O conselho reunir-se-á pelo menos uma vez por ano irá servir como um corpo missional que ajuda a reunir e distribuir as melhores práticas para a vitalidade da igreja; é uma comunidade que aprende, equipa e nutre; actua como conector entre os ministérios compartilhados em conjunto; guia a ênfase do ADN Wesleyano em torno da justiça, equidade e inclusão, com especial preocupação em torno de nossos esforços históricos para combater o racismo e o sexismo; lida com relações ecuménicas; media os desafios de responsabilização; planeia a supervisão geral e a promoção dos interesses temporais e espirituais de toda a Igreja e para e garantir a entrada em vigor das regras, regulamentos e responsabilidades prescritos e recomendados pela Conferência Geral e de acordo com as disposições estabelecidas neste Plano de União.

¶ 48 ~~45.4~~ Artigo IV. - Os bispos residentes de cada conferência ~~jurisdicional e central~~ conexional constituirão um Colégio de Bispos e esse Colégio de bispos organizará o plano de supervisão episcopal das conferências anuais, conferências missionárias e missões dentro dos seus respectivos territórios. Cada colégio reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e planeará a visão geral e a promoção dos interesses temporais e espirituais da Igreja dentro da sua conferência conexional e para efectivar as regras, os regulamentos e as responsabilidades prescritas e impostas pela conferência conexional. Cada colégio deve também nutrir e apoiar os seus membros e responsabilizá-los pelos mais elevados padrões Metodistas Unidos de liderança e discipulado.

¶ 49 ~~45.5~~ Artigo VI. - Os bispos terão supervisão residencial nas conferências ~~conexionais~~ jurisdicionais ~~ou centrais~~ nas conferências regionais nas quais são eleitos ou para onde são transferidos. Os bispos podem ser transferidos de uma conferência conexional de uma ~~jurisdição~~ para outra ~~jurisdição~~ para supervisão presidencial e residencial sob as seguintes condições: (1) A transferência dos bispos pode ter duas bases: (a) uma jurisdição conferência conexional que recebe um bispo por transferência de outra ~~jurisdição~~ conferência conexional pode transferir para essa ~~jurisdição~~ conferência conexional ou para uma terceira ~~jurisdição~~ conferência conexional um dos seus próprios bispos elegíveis para transferências, de modo que o número transferido para cada ~~jurisdição~~ conferência conexional será equilibrado pelo número que é transferido desse local; ou (b) uma ~~jurisdição~~ conferência conexional pode receber um bispo de outra ~~jurisdição~~ conferência conexional e não transferir um membro do seu próprio Colégio de Bispos. (2) Nenhum bispo será transferido, excepto se esse bispo o tiver consentido. (3) Nenhum bispo pode ser elegível para transferências, a não ser que o bispo

tenha servido um quadriénio na jurisdição conferência conexional que elegeu o bispo para o episcopado. (4) Todas essas transferências devem requerer a aprovação da maioria de votos dos membros presentes e votantes das comissões do episcopado ~~jurisdicionais~~ das conferências conexionais das ~~jurisdições~~ conferências conexionais envolvidas. Após os procedimentos acima terem sido realizados, o bispo transferido tornar-se-á um membro do Colégio de Bispos destinatário e será sujeito a nomeação residencial por essa conferência ~~jurisdicional~~ conexional.

Um bispo pode ser nomeado pelo Concílio dos Bispos para serviço presidencial ou outro serviço temporário em outra jurisdição conferência conexional diferente daquela que elegeu o bispo, desde que o pedido seja realizado por uma maioria dos bispos na jurisdição conferência conexional do serviço proposto.

No caso de emergência em qualquer conferência ~~conexional~~ jurisdicional ~~ou central~~ devido à morte ou invalidez de um bispo ou outro motivo, o Concílio dos Bispos pode designar um bispo de outra ~~jurisdição~~ conferência conexional para o trabalho da dita ~~jurisdição~~ conferência central conexional, com o consentimento de uma maioria dos bispos dessa ~~jurisdição~~ conferência central conexional.

¶ 50: ~~45.6~~ Artigo VI. - Os bispos, tanto activos como reformados, da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos e da Igreja Metodista Unida na altura em que a união é consumada, devem ser bispos da Igreja Metodista Unida.

Os bispos da Igreja Metodista Unida eleitos pelas jurisdições, os bispos activos da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos na altura da união e os bispos eleitos pelas jurisdições da Igreja Metodista Unida antes de 2021 devem ter um mandato vitalício. Cada bispo eleito por uma conferência central da Igreja Metodista Unida antes de 2021 terá o mandato que a conferência central que o/a elegeu tiver determinado. Os bispos eleitos depois de 2020 terão o mandato que a conferência conexional que os elegeu tiver determinado.

A conferência ~~jurisdicional~~ conexional elegerá uma comissão permanente sobre o episcopado que consistirá de um delegado clérigo e leigo de cada conferência anual, sob nomeação da delegação da conferência anual. A comissão irá rever o trabalho dos bispos, confirmar o seu carácter e administração oficial, e reportar à conferência ~~jurisdicional~~ conexional as suas conclusões as acções que a conferência considere adequadas no seu poder constitucional. A comissão recomendará as nomeações dos bispos para as suas respectivas residências para acção final pela conferência ~~jurisdicional~~ conexional.

O disposto acima não exclui a adoção pela Conferência Geral de disposições para o Conselho dos Bispos responsabilizar os seus membros individuais pelo seu trabalho, quer como superintendentes gerais, quer como presidentes e residentes de áreas episcopais.

¶ 51.45.7 Artigo VIII.-Um bispo que preside a uma conferência anual, ~~central ou jurisdicional~~ ou conexional decidirá todas as questões de lei perante o bispo na sessão, desde que tais questões sejam apresentadas por escrito e que as decisões sejam registadas nas actas da conferência.

Tal decisão episcopal não será autorizada, excepto no caso pendente, até que seja proferida pelo Conselho Judicial para assuntos relacionados com o Livro de Disciplina Geral e pelo Tribunal Judicial da conferência conexional (se houver algum ¶ 23.4) para assuntos relacionados com o Livro de Disciplina da conferência conexional. Todas as decisões de lei feitas por cada bispo devem ser anualmente relatadas por escrito, com a fundamentação das mesmas, ao Conselho Judicial ou ao tribunal judicial da conferência conexional, conforme adequado, que deve confirmá-las, modificá-las ou revertê-las.

¶ 52 45.8. Artigo VIII.- Os bispos das várias conferências ~~jurisdicionais e centrais~~ conexionais presidirão as sessões das suas respectivas conferências.

¶ 53. 45.9 Artigo IX.- Em cada conferência anual existirá um ou mais superintendentes de distrito que irão ajudar o bispo na administração da conferência anual e terão as responsabilidades e mandato que a Conferência Anual que a ~~Conferência Geral~~ conexional possa determinar.

¶ 54 45.10. Artigo X.- Os bispos nomearão, após consulta com os superintendentes de distrito, ministros para os cargos; e estes terão as responsabilidades e autoridades que a Conferência Geral irá determinar, com adaptação pelas conferências conexionais excepto onde for proibido pela Constituição, incluindo o ¶ 20.

Fundamentação:

Esta emenda repensa o Concílio dos Bispos como um tipo diferente de corpo, transferindo o mesmo tempo autoridade para os Colégios Conexionais dos Bispos. Isto torna a linguagem consistente com outras emendas. Ele permite que cada conferência conexional determine o mandato dos seus bispos e, de outra forma, iguala os poderes actualmente detidos pelas conferências jurisdicionais e centrais.

¶56.3.

Número de petição: 90030-¶56.3-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #13 – Tribunal Judicial de Conferência Conexional – Par. 56.3

Alterar o ¶ 56.3 da seguinte forma:

¶ 56. Artigo II. - O Conselho Judicial terá a autoridade:

3. Transmitir decisões de lei feitas por bispos em conferências anuais em relação ao Livro de Disciplina Geral ou em recurso de uma decisão da lei de um tribunal judicial de conferência conexional relativo ao Livro de Disciplina de uma conferência conexional.

Fundamentação:

Esta emenda coloca este parágrafo conformidade com os novos ¶¶ 23.4f e 45.7, que permitem que um tribunal judicial de conferência conexional decida sobre questões de direito relacionadas com o *Livro de Disciplina* da conferência, passível de recurso ao Conselho Judicial.

¶32.

Número de petição: 90031-¶32-C-G; Miller, Patricia – Indianapolis, IN, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano da Conferência Conexional #14 – Mudança de nome – Par. 32

Mudança de nome: Nos parágrafos 32-36, 56 e 61, os nomes “jurisdição”, “conferência jurisdicional” ou “conferência central” devem ser substituídos por “conferência conexional”, e a frase “das conferências centrais” deve ser substituída por “fora dos Estados Unidos.”

¶ 32. Artigo I. - A conferência anual deverá ser composta por membros clérigos e membros leigos. Os membros clérigos consistirão de... Os membros leigos consistirão de... Nas conferências anuais ~~das conferências centrais fora dos Estados Unidos,~~ a participação de quatro anos e os requisitos de ser membro há pelo menos dois anos podem ser dispensados pela conferência anual para jovens com menos de trinta (30) anos de idade. Essas pessoas devem ser membros professores da Igreja Metodista Unida ...

¶ 33. Artigo II. - A conferência anual é o corpo básico na Igreja e como tal deverá ter o seu direito reservado para votar em todas as emendas constitucionais, na eleição dos delegados clérigos e leigos às conferências Gerais e ~~jurisdicionais ou centrais~~ às conferências conexionais, em todas as questões relativas ao carácter...

¶ 34. Artigo III.- A conferência anual deve eleger delegados clérigos e leigos para a Conferência Geral e para a sua conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional na forma indicada nesta secção, Artigos IV e V. Essas eleições devem incluir nomeações abertas com direito à palavra por parte da conferência anual e os delegados devem

ser eleitos por um mínimo de uma maioria simples dos votos lançados. As pessoas eleitas em primeiro lugar até ao número determinado pela proporção de representação na Conferência Geral serão representantes naquele órgão. Delegados adicionais serão eleitos para completar o número determinado pela proporção de representação na conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional que, juntamente com aqueles primeiramente eleitos conforme acima, serão os delegados na conferência conexional ~~jurisdicional ou central~~. Os delegados adicionais na conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional deverão ser suplentes na Conferência Geral, na ordem da sua eleição. A conferência anual deverá também eleger delegados suplentes clérigos e leigos na conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional conforme considerar desejável. Estes delegados suplentes clérigos e leigos nas conferências ~~jurisdicionais ou centrais~~ conexionais podem servir como delegados suplentes na Conferência Geral quando for evidente que não há delegados suplentes suficientes presentes na Conferência Geral.

¶ 35. Artigo IV. - Os delegados clérigos na Conferência Geral e na conferência conexional ~~central ou jurisdicional~~ serão eleitos de entre os membros clérigos...

¶ 36. Artigo V - Os delegados leigos na conferência Geral e ~~jurisdicional ou central~~ conexional devem ser eleitos pelos membros leigos da conferência anual ou conferência anual provisória independentemente da idade, contanto que esses delegados tenham sido membros professores da Igreja Metodista Unida durante, pelo menos, dois anos anteriores à sua eleição e devem ter sido participantes activos na Igreja Metodista Unida durante, pelo menos, quatro anos anteriores à sua eleição e sejam membros da mesma e residentes na conferência anual que os elege na altura de realização das conferências Geral e ~~jurisdicional ou central~~ conexional.

¶ 56. 1. Determinar a constitucionalidade de qualquer acto da Conferência Geral após um recurso de uma maioria do Concílio dos Bispos ou um quinto dos membros da Conferência Geral e para determinar a constitucionalidade de qualquer acto de uma conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional após recurso de uma maioria dos bispos dessa conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional ou após o apelo de um quinto dos membros dessa conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional.

¶ 56. 4. Ouvir e determinar a legalidade de quaisquer acções aí tomadas por qualquer junta da Conferência Geral ou qualquer junta ou órgão de conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional após recurso por um terço dos membros da mesma, ou após solicitação do Concílio dos Bispos ou de uma maioria dos bispos de uma conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional.

¶ 61. Artigo III. - Uma conferência ~~jurisdicional ou central~~ conexional pode, por maioria de voto, propor alterações à Constituição da Igreja ...

Fundamentação:

Esta emenda altera os nomes “jurisdição”, “conferência jurisdicional”, ou “conferência central” para “conferência conexional” e a frase “das conferências centrais” para “fora dos Estados Unidos” de forma a criar uma consistência de nomes ao longo da Constituição.

¶304.3.

Número de petição: 90032-¶304.3-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #1 – Rodapé 1 Qualificações para Ministério – Par. 304.3

Alterar por adição a nota de rodapé 1 anexa ao ¶ 304.3:

“*Homossexual praticante confesso*” é entendido como significar que uma pessoa reconhece abertamente diante de um bispo, superintendente distrital ou comissão distrital do ministério ordenado, Junta do Ministério Ordenado ou sessão de clérigos que é homossexual praticante; ou entrou num matrimónio, parceria doméstica ou união civil com uma pessoa do mesmo sexo, ou comunica em qualquer cenário público que é um homossexual praticante. Consultar Decisões do Conselho Judicial 702, 708, 722, 725, 764, 844, 984, 1020, 1341.

Fundamentação:

A redacção actual às vezes permitiu que os homossexuais servissem, mesmo sendo pública a sua prática, invalidando o propósito do requisito no ¶ 304.3. A linguagem adicionada identifica outros meios pelos quais um indivíduo reconhece abertamente que ele ou ela está empenhado ou empenhada na prática da homossexualidade e pode ser ...

¶408.3.

Número de petição: 90033-¶408.3-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #2 – Responsabilidade Episcopal – Par. 408.3

Emendar por acréscimo o ¶ 408.3.c:

Mediante a votação de maioria dos votantes presentes, os membros do Concílio dos Bispos podem atribuir a qualquer bispo o estatuto de reformado com ou sem o seu consentimento e independentemente da sua idade se tal for recomendado pela comissão de relações do concílio. Os procedimentos para

um processo justo nas audiências administrativas devem ser seguidos em qualquer procedimento de reforma involuntária (§ 422.5). A notificação por escrito também deve ser facultada ao presidente da comissão de revisão administrativa (§ 422.6).

Fundamentação:

As adições aos parágrafos 408, 410 e 422 andam juntas e criam um processo pelo qual o Concílio dos Bispos pode se responsabilizar mutuamente, com base na emenda constitucional ao § 50 que foi ratificada em 2017. Esta proposta inclui garantias de Processo Justo e permite maior consistência e uniformidade . . .

¶410.

Número de petição: 90034-¶410-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #3 – Responsabilidade Episcopal – Par. 410

Emendar por acréscimo o § 410.5:

¶ 410.5 Licença de ausência involuntária - a) Mediante a votação da maioria dos votantes presentes, os membros do Concílio dos Bispos podem atribuir a qualquer bispo o estatuto de licença de ausência involuntária se tal for recomendado pela comissão de relações do concílio. Os procedimentos para um processo justo nas audiências administrativas devem ser seguidos em qualquer procedimento de licença de ausência involuntária (§ 422.5). A notificação por escrito também deve ser facultada ao presidente da comissão de revisão administrativa (§ 422.6).

b) A licença de ausência involuntária deve ser aprovada anualmente pelo Concílio dos Bispos após a revisão e recomendação da comissão de relações do concílio.

c) Durante o período pelo qual é concedida a licença, o bispo estará isento de todas as responsabilidades episcopais, devendo outro bispo escolhido pelo Colégio dos Bispos presidir à área episcopal. O salário e outros benefícios podem ser continuados através do Fundo Episcopal por um período máximo de seis meses.

Fundamentação:

As adições aos §§ 408, 410 e 422 andam juntas e criam um processo pelo qual o Concílio dos Bispos pode se responsabilizar mutuamente, com base na emenda constitucional ao § 50 que foi ratificada em 2017. Esta proposta inclui garantias de Processo Justo e permite maior consistência e uniformidade . . .

¶422.

Número de petição: 90035-¶422-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #4 – Responsabilidade Episcopal – Par. 422

Emendar por acréscimo o § 422:

¶ 422.2. O Concílio dos Bispos é, pois, a expressão colegial e corporativa da liderança episcopal na Igreja e através da Igreja para o mundo. A Igreja espera que o Concílio dos Bispos fale à Igreja e da Igreja ao mundo e dê liderança na busca da unidade Cristã e dos relacionamentos inter-religiosos. O Concílio dos Bispos é também um órgão no qual seus membros individuais são responsabilizados pelo seu trabalho, tanto como superintendentes gerais quanto como presidentes e residentes em áreas episcopais.

¶ 422.5. O Concílio dos Bispos deverá criar, a partir dos seus membros, uma Comissão de Relações do Concílio composta por pelo menos três pessoas para ouvirem pedidos de licença de ausência involuntária, reforma involuntária que possam ser encaminhadas para a comissão pelo Concílio dos Bispos ou por quaisquer sete bispos activos.

a) Quando existir uma recomendação para uma alteração do estado de involuntário encaminhada para a Comissão de Relações do Concílio, este deverá realizar uma audição administrativa seguindo as disposições de um processo justo. O Concílio dos Bispos deverá designar a pessoa que irá apresentar a recomendação à comissão. Deve ser dada ao respondente a oportunidade de entregar a recomendação em pessoa, por escrito e com a ajuda de um membro clérigo em plena conexão que deverá ter direito a voz. Depois de a comissão ouvir a pessoa designada para representar a recomendação, o requerido, e outras pessoas, conforme determinado pelo presidente da comissão, deverá comunicar a sua decisão ao Concílio dos Bispos. O Concílio dos Bispos poderá confirmar ou reverter a decisão da comissão. O Concílio dos Bispos encaminhará à Comissão de Relações do Concílio qualquer bispo que não esteja disposto a certificar que está disposto a defender, aplicar e manter *O Livro de Disciplina* no respeito aos homossexuais praticantes confessos. Quando a Comissão de Relações do Concílio chegar a uma conclusão positiva de que o bispo assim não certificou, a Comissão de Relações do Concílio recomendará uma licença involuntária ou uma reforma involuntária ao Concílio de Bispos após a realização de uma audiência de processo justo.

b) Audiências de Processo Justo - Como parte da santa aliança que existe entre os membros e a organização da Igreja Metodista Unida, os seguintes procedimentos são apresentados para a protecção dos direitos de indivíduos e para a protecção da Igreja em audiências administrativas. O processo definido neste parágrafo deve ser seguido sempre que a

comissão de relações do concílio receber um pedido administrativo do Concílio dos Bispos.

1) Em qualquer procedimento administrativo, o representante do Concílio dos Bispos e o requerido (a pessoa contra a qual é dirigida a acção involuntária) devem ter o direito de ser ouvidos antes de ser tomada qualquer acção final.

2) A notificação de uma audiência deverá informar o respondente da razão dos procedimentos propostos com detalhes suficientes para permitir a este preparar uma resposta. A notificação deve ser entregue pelo menos vinte dias antes da audiência.

3) O respondente deve ter o direito de ser acompanhado para qualquer audiência por um clérigo que seja um membro em plena conexão, de acordo com as disposições disciplinares adequadas. O membro do clérigo acompanhante terá o direito a voz.

4) Em qualquer audiência administrativa, em circunstância alguma uma das partes, na ausência da outra parte, discutirá temas substanciais com membros da entidade decisora. Podem ser levantadas questões ao procedimento junto do funcionário presidente da entidade que preside à audiência.

5) O respondente deve ter acesso, pelo menos nos sete dias anteriores à audição, a todos os registos tidos em consideração na determinação do resultado do processo administrativo.

6) No caso de um requerido não comparecer às entrevistas de supervisão, recusar correio, recusar comunicar-se pessoalmente com o bispo ou de outro modo não responder aos pedidos de supervisão ou aos pedidos dos comités administrativos oficiais, tais acções ou inacções não serão usadas como desculpa para evitar ou atrasar quaisquer processos da Igreja, e esses processos podem prosseguir sem a participação dessa pessoa.

¶ 422.6 O Concílio dos Bispos deve estabelecer, de entre os seus membros, uma comissão de revisão administrativa composta por pelo menos três pessoas que não pertençam à comissão executiva ou à comissão de relações do concílio. A sua única finalidade consistirá em garantir que os procedimentos disciplinares para qualquer acção involuntária recomendados pela comissão de relações do concílio são devidamente acompanhados. Todo o processo administrativo conducente à acção de alteração de estado do bispo deve ser revisto pela comissão de revisão administrativa, e esta deverá reportar as suas conclusões ao Concílio dos Bispos antes de qualquer acção. A comissão de revisão administrativa deve notificar as partes sobre o processo de revisão. Os procedimentos para um processo justo nas audiências administrativas (¶ 422.5) deverão ser acompanhados pela comissão de revisão administrativa. Antes do respectivo relatório, se a comissão determinar que ocorreu um erro, poderá recomendar à pessoa

ou órgão apropriado que se tomem medidas imediatas para solucionar o erro, decida que o erro é inofensivo ou tomem outras medidas.

Fundamentação:

As adições aos ¶¶ 408, 410 e 422 andam juntas e criam um processo pelo qual o Concílio dos Bispos pode se responsabilizar mutuamente, com base na emenda constitucional ao ¶50 que foi ratificada em 2017. Esta proposta inclui garantias de Processo Justo e permite maior consistência e uniformidade . . .

¶415.6.

Número de petição: 90036-¶415.6-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #5 –

Responsabilidades Episcopal – Par. 415.6

Emendar por acréscimo o ¶ 415.6:

Consagrar bispos, ordenar presbíteros e diáconos, consagrar ministros diaconais, comissionar diaconisas, missionários nacionais e missionários, e ver se os nomes das pessoas comissionadas e consagradas foram inseridos nos relatórios da conferência e se as credenciais correctas foram fornecidas a essas pessoas. Os bispos são proibidos de consagrar bispos que sejam homossexuais confessos, mesmo que tenham sido devidamente eleitos pela conferência jurisdicional ou central. Os bispos estão proibidos de comissionar os que estão na carreira diácono ou presbítero se a Junta do Ministério determinar que o indivíduo é um homossexual confesso ou que não comprovou que realizou o exame disciplinarmente obrigatório, mesmo que o indivíduo tenha sido recomendado pela Junta do Ministério Ordenado e aprovado pela sessão de clérigos da conferência anual. Os bispos estão proibidos de ordenar diáconos ou presbíteros se a Junta do Ministério tiver determinado que o indivíduo é um homossexual confesso ou não comprovou que realizou o exame disciplinarmente obrigatório, mesmo que o indivíduo tenha sido recomendado pela Junta do Ministério Ordenado e aprovado pela sessão de clérigos da conferência anual.

Fundamentação:

Esclarece que não é permitido aos bispos consagrar, ordenar ou comissionar pessoas que não estejam qualificadas de acordo com o ¶304.3, mesmo que sejam eleitos ou aprovados pela conferência jurisdicional relevante ou sessão de clérigos. Isso reforça o papel do bispo na defesa da *Disciplina* e faz com que ele/ela seja individualmente responsável por . . .

¶635.1a.

Número de petição: 90037-¶635.1a-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano Traditionnel #6 –
Composição do Junta do Ministério Ordenado –
Par. 635.1a**

Emendar por acréscimo o ¶ 635.1.a:

Os membros serão indicados pelo bispo presidente, após consulta ao presidente da junta, à comissão executiva ou a uma comissão eleita pelo conselho do quadriênio anterior e ao gabinete. Antes de ser nomeado para membro na Junta do Ministério pelo bispo, qualquer indivíduo deve certificar que ele ou ela defenderá, aplicará e manterá o Livro de Disciplina no respeitante ao comissionamento, ordenação e casamento de homossexuais praticantes confessos. Além disso, o bispo deve certificar que ele ou ela apenas indicou indivíduos que irão defender, aplicar e manter o Livro de Disciplina no respeitante à ordenação e casamento de homossexuais praticantes confessos. Para garantir os membros apropriados no conselho...

Fundamentação:

Protegendo contra juntas do ministério ordenado não-conformes, esta provisão assegura que os membros da junta se comprometam a manter os requisitos da *Disciplina* e responsabiliza o bispo por nomear somente tais pessoas. Permitir que as juntas não estejam de acordo com a *Disciplina* mina a unidade da igreja.

¶635.2h.

Número de petição: 90038-¶635.2h-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano Traditionnel #7 –
Exame Total – Par. 635.2h**

Emendar por acréscimo o ¶ 635.2.h:

Examinar todos os candidatos quanto à sua aptidão para o ministério ordenado e investigar quanto à sua aptidão para: (1) eleição anual como pastor local; (2) eleição para membros associado; (3) eleição para membro à prova; e (4) eleição para membro efectivo da conferência. A Junta do Ministério procederá a um exame para verificar se um indivíduo é homossexual praticante, incluindo informação em redes sociais, conforme o Livro de Disciplina. A junta deve certificar que tal exame tenha ocorrido e os seus resultados. Se for determinado, de facto, que um indivíduo é um homossexual praticante, a junta não reco-

mendará o indivíduo à sessão de clérigos da conferência anual para comissionamento ou ordenação.

Fundamentação:

Incorpora as Decisões do Conselho Judicial 1343, 1344 e 1352 na *Disciplina*, exigindo que as juntas do ministério ordenado examinem completamente as qualificações dos candidatos à luz do ¶ 304.3. Protegendo contra juntas do ministério ordenado não-conformes, isto proíbe as juntas de recomendar pessoas consideradas não qualificadas sob aquele parágrafo à sessão de clérigos.

¶806.9.

Número de petição: 90039-¶806.9-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano Traditionnel #8 – Composição do
Junta do Ministério Ordenado – Par. 806.9**

Emendar o parágrafo 806.9 na sua conclusão para constar:

Toda Conferência Anual deverá certificar que o bispo indicou apenas membros da Junta do Ministério que irão defender, aplicar e manter o Livro de Disciplina no respeitante à ordenação e casamento de homossexuais praticantes. O incumprimento disto resultará em o Conselho Geral de Finanças e Administração reter todos os fundos da Igreja Metodista Unida e retirar a capacidade da conferência anual de usar o símbolo denominacional da chama e cruz.

Fundamentação:

Protegendo-se contra os juntas do ministério ordenado não-conformes, este estabelece que a conferência anual assegura que o bispo cumpriu com o requisito de nomear somente para a junta do ministério ordenado pessoas que estão comprometidas em manter a *Disciplina*, acrescentando também responsabilidade à conferência anual.

¶613.19.

Número de petição: 90040-¶613.19-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

**CoWF - Plano Traditionnel #9 – Composição do
Junta do Ministério Ordenado – Par. 613.19**

Emendar o ¶613.19 na sua conclusão para constar:

Toda conferência anual deverá certificar que o bispo indicou apenas membros da Junta do Ministério que irão defender, aplicar e manter o Livro de Disciplina no respeitante

à ordenação e casamento de homossexuais praticantes. O incumprimento disto resultará em o Conselho Geral de Finanças e Administração reter todos os fundos da Igreja Metodista Unida e retirar a capacidade da conferência anual de usar o símbolo denominacional da chama e cruz.

Fundamentação:

Protegendo-se contra os juntas do ministério ordenado não-conformes, este estabelece que a conferência anual assegura que o bispo cumpriu com o requisito de nomear somente para a junta do ministério ordenado pessoas que estão comprometidas em manter a *Disciplina*, acrescentando também responsabilidade à conferência anual.

¶2800.

Número de petição: 90041-¶2800-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #10 – Processo de Implementação do Plano Traditionnel – Par. 2800

Adicionar um novo ¶ 2801:

¶ 2801. *Implementando a Responsabilidade Graciosa*

Devido ao actual conflito profundo sobre a posição da Igreja Metodista Unida sobre casamento e sexualidade, uma igreja local ou conferência anual pode indicar o seu desejo de formar ou aderir a uma igreja autónoma ao abrigo deste parágrafo com base na sua declaração de que está em conflito irreconciliável, por razões de consciência, com a doutrina ou ensinamentos morais e requisitos do *Livro de Disciplina da Igreja Metodista Unida* sobre as questões da sexualidade humana, ou sobre o modo como tais requisitos estão a ser cumpridos, ou com a resolução desses assuntos adoptada pela Conferência Geral de 2019.

1. Antes de 31 de Março de 2020, cada **conferência anual** votará a aprovação de uma das duas declarações seguintes:

a. “A Conferência Anual e as suas unidades subsidiárias irão apoiar, defender e manter a responsabilidade perante os padrões Metodistas Unidos”, patentes no ¶ 304.3 ‘Qualificações para a Ordenação’, ¶ 341.6 ‘Conduta Não Autorizada’ ¶ 613.19 ‘Responsabilidades do Conselho de Finanças e Administração’, e ¶ 2702.1a-b ‘Transgressões pelas quais alguém pode ser acusado’ do *Livro de Disciplina da Igreja Metodista Unida* (2016) na sua totalidade”.

b. “A Conferência Anual e as suas unidades subsidiárias não irão apoiar, defender e manter a responsabilidade perante os padrões da Igreja Metodista Unida constantes no ¶ 304.3 ‘Qualificações para a Ordenação’, ¶ 341.6 ‘Conduta Não Autorizada’ ¶ 613.19 ‘Responsabilidades do Conselho de Finanças e Administração’, e

¶ 2702.1a-b ‘Transgressões pelas quais alguém pode ser acusado’ do *Livro de Disciplina da Igreja Metodista Unida* (2016)) na sua totalidade”.

2. Em casos extremos em que uma conferência anual fora dos Estados Unidos é incapaz, devido a circunstâncias extraordinárias, de votar dentro deste prazo, o seu bispo residente pode solicitar uma prorrogação única de um ano para além deste prazo, o que também constituirá uma prorrogação de um ano dos prazos previstos no ¶2801.3-4 abaixo, a serem concedidos pelo Conselho Geral de Finanças e Administração. Tais solicitações de prorrogação devem ser enviadas até 1 de Abril de 2020.

3. O Conselho Geral de Finanças e Administração deve solicitar os votos de cada conferência anual. As que retornarem uma votação maioritária pela a segunda opção, não responderem, não esclarecerem a sua resposta, ou qualificarem de qualquer forma o seu compromisso com a primeira opção, devem ser colocados numa lista de conferências idealmente adequadas para a situação de auto-governo. Esta lista será colocada à disposição do Concílio dos Bispos e divulgada ao público até 1 de Maio de 2020.

4. A partir de 1 de Janeiro de 2021, o Conselho Geral de Finanças e Administração não receberá fundos de nem enviará fundos para as conferências anuais listadas à luz no ¶ 2801.3, excepto como uma igreja Metodista autónoma formada ao abrigo deste parágrafo. O Conselho Geral de Finanças e Administração também proibirá o uso do nome Metodista Unida e do seu símbolo por essas conferências anuais, excepto nos termos de um acordo de concordata.

As alegações de que uma conferência anual não cumpriu o seu compromisso ao abrigo do ¶ 2801.1a devem ser endereçadas à comissão de relações do concílio do Concílio dos Bispos, como prova de possível má conduta por parte do bispo residente da conferência.

5. As Conferências anuais que não forem colocadas na lista do ¶ 2801.3 podem, no entanto, votar para entrar no estatuto de governo autónomo.

6. O Conselho Geral de Finanças e Administração deve oferecer e facilitar um cronograma que permita que as conferências anuais que se movem para o status de autónomas continuem com uma participação financeira ininterrupta nos ministérios conexos da Igreja Metodista Unida sob os termos deste parágrafo e poderá conceder um adiamento único das restrições do ¶ 2801.4 de até doze meses, a pedido de uma conferência anual que tenha votado a entrada no estatuto de governo autónomo, para permitir a transição.

7. Até 30 de Junho de 2020, cada **bispo** da Igreja Metodista Unida deverá entregar uma das duas declarações seguintes ao presidente do Concílio dos Bispos e ao Conselho Geral de Finanças e Administração:

a. EU, (*Nome*), certifico que irei manter na íntegra os padrões da Igreja Metodista Unida sobre o casamento e a sexu-

alidade (§ 414.5). Eu vou fazer cumprir os requisitos do *Livro de Disciplina* proibindo casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a ordenação de homossexuais praticantes confessos (§§ 304.3, 341.6, 2702.1a-b, 414.9). Além disso, responsabilizarei todos aqueles sob a minha supervisão por esses padrões (§ 415.2, 613.19).

b. EU, (*Nome*), certifico que, por razões de consciência, não posso manter na íntegra os padrões metodistas unidos sobre o casamento e a sexualidade (§ 414.5). Eu não pretendo ou sou incapaz de fazer cumprir os requisitos do *Livro de Disciplina* proibindo casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a ordenação de homossexuais praticantes confessos (§§ 304.3, 341.6, 2702.1a-b, 414.9) ou de responsabilizar todos aqueles sob a minha supervisão por esses padrões (§ 415.2, 613.19).

Os bispos que apresentarem a segunda opção (no todo ou em parte), não responderem, não estiverem claros na sua resposta, ou qualificarem seu compromisso com a primeira opção de qualquer forma, estarão sujeitos à revisão pelo Concílio dos Bispos da comissão de relações do concílio para possível acção.

Queixas contra bispos que supostamente não cumpriram seu compromisso sob ao abrigo do § 2801.7a acima, ou que supostamente tenham cometido uma das transgressões pelas quais alguém pode ser acusado nos termos do § 2702.1a-b, serão automaticamente e imediatamente encaminhados à comissão de relações do concílio do Concílio dos Bispos, que irá administrar a queixa.

8. *Clérigos* que, por razões de consciência, se encontram incapazes de viver dentro dos limites dos parágrafos 304.3, 341.6, 613.19 e 2702.1a-b são encorajados a se transferir para uma igreja autónoma formada ao abrigo deste parágrafo. Clérigos que continuem metodistas unidos, mas não mantenham a sua conduta dentro dos limites estabelecidos pelo *Livro de Disciplina* estarão sujeitos a transgressões pelas quais alguém pode ser acusado.

9. *Conferências anuais que se tornam igrejas metodistas autónomas.*

a. Qualquer conferência anual pode se tornar uma igreja autónoma ou participar de uma existente, quando essa conferência anual votar por maioria simples por obter essa situação, nos termos deste parágrafo. A conferência anual deverá notificar o presidente do seu colégio de bispos da sua decisão pelo menos 30 dias antes de uma sessão regular ou especialmente convocada da sua conferência jurisdicional ou central. A conferência jurisdicional ou central deve redistribuir o território da antiga conferência anual entre as conferências anuais restantes ou criar uma nova conferência anual. Deve ser responsabilidade da nova igreja autónoma desenvolver o seu *Livro de Disciplina* e estabelecer-se como uma entidade legal. A existência da igreja autogovernada entrará em vigor após o encerramento da conferência jurisdicional ou central ou na data efectiva estabelecida pela conferência anual na sua solicitação, o que for posterior. Uma conferência anual não

considerará uma mudança em sua filiação em menos de quatro anos a partir de uma votação anterior da conferência anual sobre a questão.

b. Se uma conferência anual dos EUA deixar de fazer parte da Igreja Metodista Unida, tornando-se uma Igreja Metodista autónoma, ou não, deverá contribuir para a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde qualquer montante necessário para financiar integralmente as suas obrigações ao abrigo do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos. O patrocínio e as responsabilidades legais da antiga conferência anual sob o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos continuarão como uma igreja Metodista autogovernada. No entanto, os acréscimos e melhorias de benefícios sob o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos cessarão. O patrocínio e a administração do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos para a igreja Metodista autónoma serão segregados e tratados separadamente de todas as outras conferências anuais que permanecem como parte da Igreja Metodista Unida. Para fins de administrar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos dessa forma, a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde está autorizada e habilitada a:

(1) Identificar quais os participantes do plano das igrejas Metodistas autogovernadas (das antigas conferências anuais) escolheram permanecer com a Igreja Metodista Unida, e aqueles que são membros da antiga conferência anual (quer a antiga conferência anual se torne uma igreja Metodista autogovernada, quer se desfilie de outra forma) com base nos registos de serviço e estado de membro nas conferências anuais; os participantes não clérigos, por exemplo, cônjuges sobreviventes, pensionistas contingentes e beneficiários alternativos, serão considerados como permanecendo associados à Igreja Metodista Unida;

(2) Calcular e segregar a quota parte dos activos e passivos da antiga conferência anual no plano de benefício definido para todos os participantes da antiga conferência anual usando factores correspondentes àqueles usados na determinação das contribuições de patrocinador do plano da conferência anual para o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos; e na medida e a qualquer momento que certos participantes, activos ou inactivos, se tornem responsabilidade da Igreja Metodista Unida, reter para a Igreja Metodista Unida de tal quota parte calculada um montante necessário para financiar totalmente as responsabilidades desses participantes usando factores semelhantes para um provedor comercial de anuidade;

(3) Calcular a quantia de qualquer contribuição ao plano que a antiga conferência anual deva fazer no futuro, como parte do patrocínio continuado da Igreja Metodista autogovernada de sua parte congelada separada do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos;

(4) Colaborar com a Igreja Metodista autónoma (antiga conferência anual) na determinação de como as mudanças no projecto do plano podem ser solicitadas pela igreja Metodista

autogovernada, e também como a abrangência e razoabilidade administrativa das emendas que podem ser feitas à parte congelada separada do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos; e

(5) Alterar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos a partir do encerramento da Conferência Geral de 2019 para se conformar com este parágrafo do *Livro de Disciplina*.

Se a Igreja Metodista autónoma (antiga conferência anual) não satisfizer quaisquer contribuições necessárias em andamento dentro de um prazo razoável nos termos deste parágrafo ou dos termos do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos, conforme determinado pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde, ou a igreja Metodista autónoma decidir contra, recusar, não conseguir satisfazer seu patrocínio legal do Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde, a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde converterá todos os benefícios de pensão acumulados dos participantes da igreja Metodista autónoma (antiga conferência anual) num saldo de conta actuarialmente equivalente, ajustado, conforme necessário, para levar em conta o nível de financiamento do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos pela antiga conferência anual. Tais saldos de contas, e todos os outros saldos de contas de reforma, serão transferidos para o Plano de Investimento Pessoal Metodista Unido. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde também pode tomar tais acções se o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos for alterado passando a requerer uma conversão de saldo de conta para classes semelhantes de participantes, ou se a administração continuada da igreja Metodista autogovernada não mais for administrativamente razoável.

c. As instituições pertencentes ou afiliadas à conferência anual devem continuar esse relacionamento, a menos que, de acordo com seus próprios estatutos e em conjunto com a conferência anual, estabeleçam uma mudança de filiação.

d. O órgão recém-criado deve continuar sob a supervisão do Colégio dos Bispos da jurisdição até que a liderança supervisora esteja em vigor à luz da sua constituição.

e. Qualquer igreja local ou cargo da conferência anual que se torne ou se una a uma igreja autónoma terá o direito de permanecer na jurisdição existente da Igreja Metodista Unida por uma maioria simples de votos de uma conferência da igreja antes ou durante os dois primeiros anos de existência da igreja autogovernada, e terá o direito de realizar uma conferência da igreja para votar sobre este assunto dentro de no máximo 120 dias a partir da notificação à liderança relevante da conferência anual ou da igreja autogovernada. Após os dois primeiros anos, a libertação de uma congregação de uma igreja autónoma será de acordo com os documentos que regem a igreja. A supervisão da congregação será transferida para o gabinete da conferência anual designada pela conferência jurisdicional ou central para cobrir a sua localização, mediante

informação por escrito ao corpo autónomo pelo gabinete de recepção.

As igrejas locais que optarem por permanecer Metodistas Unidas saindo de uma conferência anual que se está a formar ou a se unir a uma igreja Metodista autogovernada não deverão nenhum pagamento à conferência anual de que estão a partir, excepto a quota parte da responsabilidade da pensão total não financiada da conferência anual referente à igreja local, conforme determinado pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde determinará as obrigações de financiamento agregadas da conferência anual usando factores de mercado semelhantes a um prestador de anuidades comercial, a partir das quais a conferência anual determinará a quota parte da igreja local. O pagamento da igreja local das responsabilidades com pensões deve ser feito antes da data efectiva de saída.

f. Os membros clérigos da conferência anual que se irá retirar permanecerão, por defeito, membros dessa conferência anual, a menos que solicitem a permanência na Igreja Metodista Unida. Eles devem comunicar tal solicitação antes ou dentro de 90 dias após a data efectiva de saída da conferência anual ao bispo da conferência anual de partida e ao Colégio de Bispos jurisdicional ou central, mas poderão, a critério do bispo da conferência anual de partida, continuar a servir a nomeação actual por até um ano a partir da data de tal solicitação até que uma nomeação adequada seja encontrada. O Colégio de Bispos Metodista Unido jurisdicional ou central deve trabalhar em conjunto para fazer uma nomeação para qualquer membro clérigo sujeito à segurança da nomeação (e pode fazê-lo para membros clérigos não sujeitos à segurança de nomeação) na área da sua antiga conferência anual ou em outra conferência anual na jurisdição, a menos que o membro clérigo concorde em ser transferido para uma conferência anual fora da jurisdição.

10. Grupos de igrejas locais que formam novas igrejas metodistas autónomas nos Estados Unidos. Quaisquer cinquenta ou mais igrejas locais Metodistas Unidas podem formar uma igreja metodista autogovernada pelo seguinte procedimento:

a. Os que organizam a igreja autónoma devem desenvolver uma visão e declaração de missão descrevendo a natureza e o trabalho da entidade.

b. As igrejas locais que procuram formar a igreja autogovernada devem votar para fazê-lo por uma maioria de 55% dos votos de uma conferência de igreja. Tal voto indicará o desejo da congregação de se juntar ao grupo em formação, mas a congregação permanece parte da Igreja Metodista Unida até que a igreja autogovernada se estabeleça e as outras provisões para a saída, sob este parágrafo, sejam satisfeitas. O bispo e o superintendente distrital facilitarão a mudança de filiação e presidirão uma conferência de igreja dentro de 120 dias quando solicitado pelo pastor da igreja local ou conselho da igreja (§§ 246, 248). Uma conferência anual não conside-

rá uma mudança na sua filiação em menos de quatro anos a partir de uma votação anterior da conferência anual sobre a questão.

c. Os organizadores devem seleccionar um Colégio de Bispos Metodistas Unidos para supervisionar a igreja até ao momento em que a liderança supervisora esteja em vigor sob a sua própria constituição. Se nenhuma selecção for feita, o Colégio dos Bispos que supervisiona o território onde a maioria das igrejas locais estão localizadas deve proporcionar supervisão. A notificação será dada ao presidente do Colégio dos Bispos e o Colégio incluirá a igreja no seu plano de supervisão. O bispo colocado no comando do grupo de congregações terá o direito de montar um gabinete de transição, se julgar necessário.

d. Uma vez que um grupo de cinquenta ou mais congregações tenha sido formado ao abrigo do ¶ 2801.10b, uma conferência organizadora será realizada, na qual a constituição, *Livro de Disciplina*, e a liderança provisória da igreja recém-organizada serão aprovadas. Deve ser responsabilidade da nova igreja desenvolver o seu *Livro de Disciplina* e estabelecer-se como uma entidade legal. A existência de uma igreja autogovernada entrará em vigor no encerramento da conferência organizadora ou numa data efectiva estabelecida por essa conferência, desde que todas as disposições para a saída de acordo com este parágrafo sejam satisfeitas.

e. A igreja local deve reter todas as propriedades, activos e passivos, excepto conforme previsto no ¶ 2801.12. Na data efectiva, as disposições da Cláusula Fiduciária (¶ 2501) devem ser desbloqueadas para a nova igreja, e as suas provisões administradas de acordo com os documentos de governação da mesma. As congregações que saírem das conferências anuais da Metodista Unida não poderão reivindicar ou ter direito a uma parte dos activos ou passivos não pensionistas da conferência anual de que estão a sair.

11. *Às igrejas locais que procuram unir-se a qualquer igreja autónoma existente* formada sob este parágrafo será concedida uma mudança de filiação através de um voto de maioria de 55 por cento de uma conferência de igreja. O bispo e o superintendente distrital facilitarão a mudança de filiação e presidirão uma conferência de igreja dentro de 120 dias quando tal for solicitado pelo pastor da congregação ou da igreja local (¶¶ 246, 248). Tal pedido para unir-se a uma igreja autogovernada existente também exigirá a aprovação da igreja autónoma que recebe, por qualquer que seja o meio previsto nos seus documentos de governação. Uma conferência anual não considerará uma mudança na sua filiação em menos de quatro anos a partir de uma votação anterior da conferência anual sobre a questão.

A transferência da filiação de uma igreja local ao abrigo do ¶ 2801.11 será efectiva mediante informação por escrito pela liderança supervisora da igreja receptora ao gabinete da conferência anual, para que a transferência para aquela seja aceite. Na data efectiva da congregação se juntar a uma ig-

reja autogovernada, as disposições da cláusula fiduciária (¶ 2501) devem ser desbloqueadas para a nova igreja, e as suas provisões administradas de acordo com os documentos de governação da mesma. A igreja local deve reter todas as propriedades, activos e passivos, excepto conforme previsto no ¶ 2801.12. As congregações que saírem das conferências anuais da Metodista Unida não poderão reivindicar ou ter direito a uma parte dos activos ou passivos não pensionistas da conferência anual de que estão a sair.

12. *Condições.* Uma igreja local que escolha juntar-se a uma igreja nova ou existente que se autogoverna através da disposição do ¶ 2801.10-11 deve entrar num acordo escrito com o bispo estabelecendo uma data efectiva e resolvendo quaisquer obrigações financeiras para com a Igreja Metodista Unida.

a. Na data efectiva, a igreja local assumirá todas as responsabilidades e a igreja local (e qualquer uma das suas afiliadas) deixará de participar e deixará de ser elegível para participar em todos os programas e operações da Igreja Metodista Unida, excepto nos casos previstos no ¶ 2801.19. A igreja local deve remover imediatamente todas as referências às palavras “Metodista Unida” assim como todos os símbolos e insígnias Metodistas Unidos, excepto nos casos previstos no ¶ 2801.15, embora possa continuar a usar a palavra “Metodista”. A igreja local deve reter todas as suas propriedades, activos e passivos não especificamente contabilizados no acordo. Tal acordo deverá ser por escrito e ser assinado e aprovado pelos representantes devidamente qualificados e autorizados da conferência anual e da igreja local.

b. As igrejas locais que optarem por se unir a uma igreja Metodista autogovernada nova ou existente à luz das disposições do ¶ 2801.10-11 não deverão nenhum pagamento à conferência anual de que estão a partir, excepto a quota parte da responsabilidade da pensão total não financiada da conferência anual referente à igreja local, conforme determinado pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde. O Junta determinará as obrigações de financiamento agregadas da conferência anual usando factores de mercado semelhantes a um prestador comercial de anuidades, a partir das quais a conferência anual determinará a participação da igreja local. O pagamento da igreja local das responsabilidades com pensões deve ser feito antes da data efectiva de saída.

c. Mediante o recebimento de qualquer pagamento requerido e cumprimento de todas as outras disposições deste parágrafo, o superintendente distrital entregará uma carta assinada renunciando a todos os direitos que os curadores da conferência ou a conferência anual possam ter sobre o património imobiliário ou outra propriedade e bens da igreja local a partir da data efectiva de saída.

13. *As conferências anuais ou igrejas locais fora dos Estados Unidos* podem se unir a uma igreja Metodista autogovernada formada à luz este parágrafo sob os mesmos ter-

mos que estão descritos neste parágrafo. Nesse caso, a igreja autogovernada se torna uma entidade global.

14. Quando uma ou mais conferências anuais votarem para se tornar um órgão autônomo após o encerramento da conferência jurisdicional ou central, o colégio jurisdicional ou central de bispos convocará uma conferência especial jurisdicional ou central dentro de 180 dias a partir da notificação da ação da conferência anual. A conferência jurisdicional ou central deve ajustar os limites da conferência anual na conferência especial, conforme necessário, para fornecer cobertura para o território geográfico da(s) conferência(s) anual(ais). A Comissão Inter-jurisdicional do Episcopado (§ 512) deve monitorizar o panorama em mudança das conferências anuais dos Estados Unidos e levar recomendações à Conferência Geral referentes à reorganização das conferências jurisdicionais que podem ser garantidas com base nos efeitos deste parágrafo.

15. As igrejas Metodistas autogovernadas formadas à luz deste parágrafo podem usar um *símbolo ou logótipo* que utiliza uma forma da cruz e chama Metodista Unida, desde que tal logótipo seja visivelmente distinguível da cruz e chama Metodista Unida. Qualquer logótipo de igreja autogovernada que utilize a cruz e a chama estará sujeito à aprovação do Conselho Geral de Finanças e Administração, que tomará a sua decisão de forma a proteger a marca Metodista Unida, reconhecendo ao mesmo tempo a conexão histórica da igreja autogovernada com o Metodismo Unido.

16. Não obstante outras disposições disciplinares, os *membros clérigos* (activo ou reformados) podem ser transferidos para qualquer igreja Metodista autogovernada formada ao abrigo deste parágrafo, mediante solicitação do membro clérigo e mediante aceitação pela igreja autogovernada. Libertação pelo bispo Metodista Unido não será necessária para estas transferências.

17. Não obstante outras disposições disciplinares, um *bispo* Metodista Unido (activo ou reformado) pode ser transferido para uma igreja Metodista autogovernada formada sob este parágrafo mediante solicitação do bispo e aprovação pela igreja receptora.

18. *Instituições* relacionadas com a Igreja Metodista Unida podem escolher desenvolver laços missionais com igrejas autogovernadas, desde que o controlo governamental permaneça investido na Igreja Metodista Unida. Se tal instituição transferir seu controlo governamental para uma igreja ou igrejas autogovernadas, o relacionamento com a Igreja Metodista Unida será renegociado num espírito de missão comum e de laços e convicções religiosas compartilhadas. Tais instituições também podem solicitar a mudança de sua afiliação a uma igreja Metodista autogovernada sob as provisões de seus próprios estatutos. Instituições relacionadas com uma conferência anual que forma ou se une a uma igreja Metodista autogovernada podem igualmente desenvolver laços missionais com a Igreja Metodista Unida e podem solicitar à juris-

dição Metodista Unida ou à conferência anual sucessora que permaneçam na Igreja Metodista Unida através de processos estabelecidos nos seus estatutos.

19. Nenhuma igreja autogovernada é obrigada a participar em quaisquer programas ou serviços da Igreja Metodista Unida, nem é permitida essa participação oficial sem o acordo da agência Metodista Unida patrocinadora. Cada igreja autogovernada pode negociar a participação e o recebimento de serviços com base em taxas de qualquer junta ou agência geral Metodista Unida, incluindo patrocínio e participação em planos de saúde, bem-estar ou aposentadoria na Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde. A igreja autónoma, as suas conferências anuais e/ou congregações locais podem participar ou continuar em parcerias em missão, incluindo apoio financeiro, com conferências anuais Metodistas Unidas, instituições ou congregações locais, com o acordo da entidade Metodista Unida envolvida e podem canalizar esse apoio e parceria através das agências gerais Metodistas Unidas, tais como o Conselho Geral de Finanças e Administração ou a Junta Geral dos Ministérios Globais.

20. A igreja autogovernada estabelecerá as suas próprias fronteiras geográficas, as quais se poderão sobrepor às das conferências anuais Metodistas Unidas e outras igrejas autogovernadas organizadas ao abrigo deste parágrafo do *Livro de Disciplina da Igreja Metodista Unida* podendo incluir territórios fora dos Estados Unidos.

21. As igrejas autogovernadas podem se organizar junto com outras igrejas autogovernadas sob uma *Disciplina* comum ou unir-se para formar uma igreja autogovernada.

22. A igreja autogovernada deve ser totalmente auto-suficiente financeiramente, incluindo o financiamento do(s) seu(s) próprio(s) bispo(s).

23. As disposições deste parágrafo entrarão em vigor imediatamente após o encerramento da Conferência Geral de 2019.

Fundamentação:

Sendo o cerne do Plano Traditionnel, este parágrafo proporciona um mecanismo para garantir que as conferências anuais e os bispos defendam a *Disciplina*, ao mesmo tempo em que prevê uma saída graciosa para aqueles que por imperativos de consciência não o façam. Resolver definitivamente o impasse requer libertar da igreja aqueles que não estejam dispostos a . . .

¶2711.3.

Número de petição: 90042-¶2711.3-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #11 – Penalização Mínima – Par. 2711.3

Emendar o ¶ 2711.3, *Penalidades* do seguinte modo.

¶ 2711. Poder do Tribunal

3. *Penalizações* - *Se o julgamento resultar em condenação*. Podem ser ouvidos testemunhos e argumentos adicionais pelo conselho apresentado relativamente sobre o que a penalização deve ser. O tribunal deverá determinar a penalização, que deve requerer o voto de pelo menos sete membros. O tribunal terá o poder de retirar o respondente do estado de membro professo, terminar o seu estado de membro da conferência e/ou revogar as credenciais de estado de membro de conferência e/ou ordenação ou consagração do respondente, suspender o respondente do exercício das funções do ofício ou determinar uma penalização inferior. Excepto, quando a condenação for pela condução de cerimónias que celebram uniões homossexuais, ou o desempenho de cerimónias de casamento de pessoas do mesmo sexo sob o ¶ 2702.1(b) ou (d), o tribunal não possui o poder para e não poderá determinar uma penalização inferior à seguinte:

a) *Primeira (1ª) infracção* - Um (1) ano de suspensão sem pagamento.

b) *Segunda (2ª) infracção* - Não menos do que o término do estado de membro da conferência e a revogação das credenciais de licença, ordenação ou consagração.

A pena imposta pelo tribunal entrará imediatamente em vigor salvo indicação em contrário emanada pelo próprio tribunal.

Fundamentação:

Determinar uma penalização inferior a uma suspensão para a primeira infracção ou não menos do que o término da conferência do estado de membro e/ou revogação do estado de membro da conferência e ordenação ou consagração em tais circunstâncias, incentiva o desafio aberto da ordem e disciplina da Igreja Metodista Unida.

¶304.5.

Número de petição: 90043-¶304.5-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #12 – Qualificações para Ministério – Par. 304.5

Alterar o ¶ 304.5 do seguinte modo:

5. Em todos os votos referentes a licença, ordenação ou estado de membro da conferência, os requisitos estabelecidos neste documento são requisitos mínimos. Cada pessoa que vota deve votar em espírito de oração baseada em ju-

lgamento pessoal dos dons do candidato, provas da graça de Deus e compromisso da futura utilidade para a missão da Igreja. A Comissão Distrital do Ministério Ordenado e a Junta do Ministério Ordenado não aprovam nem recomendam qualquer pessoa para candidatura, licenciamento, comissionamento ou ordenação que não preencha as qualificações do ¶ 304.1-3, com base no exame completo e na investigação completa da aptidão da pessoa pela comissão e pela junta (consultar Decisões do Conselho Judicial 1343 e 1344). O bispo que preside a sessão de clérigos deve julgar qualquer candidato não qualificado fora de ordem e não qualificado para acção.

Fundamentação:

Incorpora as Decisões do Conselho Judicial 1343, 1344 e 1352 na *Disciplina*, exigindo que as juntas do ministério ordenado examinem completamente as qualificações dos candidatos à luz do ¶ 304.3. Protegendo contra juntas do ministério ordenado não-conformes, isto proíbe as juntas de recomendar pessoas consideradas não qualificadas . . .

¶362.1e.

Número de petição: 90044-¶362.1e-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #13 – Processo de Queixa – Par. 362.1e

Alterar o processo de queixa ¶ 362.1e, 413.3d do seguinte modo:

¶ 362.1 e) *Encaminhamento ou Rejeição de uma Queixa* – Após a recepção de uma queixa escrita e assinada, o bispo deverá, num espaço de 90 dias, levar a cabo o processo de resposta de supervisão acima definido. Se dentro do prazo de 90 dias após a recepção de uma queixa a deliberação não tiver sido ainda tomada, o bispo deve ou:

(1) Rejeitar a denúncia como não tendo base legal ou factual, com o consentimento do gabinete indicando por escrito os motivos para tal, com cópia guardada no processo individual do clérigo e outra cópia enviada para o queixoso; ou

(2) Encaminhar o assunto para o conselho da Igreja como denúncia.

¶ 413.3 d) (i) Se a resposta de supervisão resultar na resolução da questão, o bispo responsável pela resposta de supervisão e os dois membros da comissão episcopal nomeados para o processo de supervisão (¶ 413.3) deverão verificar o cumprimento dos termos da resolução. Se a resposta de supervisão não resultar na resolução da questão, o presidente ou secretário do Colégio dos Bispos deverá retirar a queixa como não tendo base legal ou factual, com o consentimento do Colégio dos Bispos e da comissão do episcopado, apresentando as razões por escrito, cópias da qual devem ser

colocadas uma no ficheiro do bispo e outra partilhada com o queixoso, encaminhar a questão à comissão episcopal como sendo uma queixa administrativa de acordo com o ¶ 413.3e, ou encaminhar a questão para o advogado da Igreja de acordo com ¶ 2704.1, de modo a preparar uma queixa para enviar à comissão de investigação.

Fundamentação:

Esta petição restaura a linguagem de 2008, protegendo contra a rejeição arbitrária de queixas. Impede que um bispo decida quais partes da lei da Igreja devem ser respeitadas numa determinada conferência. A rejeição injustificada pode privar a Igreja e os queixosos da capacidade de responsabilizar as pessoas e reparar danos causados a . . .

¶2701.5.

Número de petição: 90045-¶2701.5-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #14 – Resolução Justa – Par. 2701.5

Emendar a Resolução Justa em ¶¶ 362.1, 413.3c, 2701.5, 2706.5.c.3 do seguinte modo:

¶ 362. *Procedimentos de Denúncia* - 1. Ordenação e estado de membro numa conferência anual na Igreja Metodista Unida ...

Esta revisão terá como objectivo primeiro a resolução justa de possíveis violações desta confiança sagrada, na esperança de que a obra de Deus ...

Uma resolução justa é uma que foca na reparação de danos a pessoas e comunidades, atingindo uma responsabilidade real ao fazer bem as coisas, tanto quanto possível, e trazendo cura a todas as partes. As resoluções justas devem declarar todos os danos identificados e como eles devem ser tratados pela igreja e outras partes envolvidas na queixa. Em casos onde o inquirido reconhece a(s) acção(acções) que é(são) uma violação clara das disposições da Disciplina, uma resolução justa deve incluir mas não estar limitada a, um compromisso em não repetir a(s) acção(acções) que constituiu(constituíram) uma violação. Em situações adequadas, os processos que busquem uma resolução justa conforme definido no ¶ 362.1c podem ser seguidos. Deve ser dada uma especial atenção para garantir que os contextos culturais, raciais, étnicos e de género são valorizados em todo o processo em termos das suas compreensões de equidade, justiça e restauração.

Uma denúncia é uma declaração escrita e assinada alegando má-conduta conforme o prescrito no ¶ 2702.1. Quando ...

¶ 413. *Queixas Contra Bispos*-

3. c) A resposta de supervisão pode incluir um processo que busca uma resolução justa onde as partes podem ser assistidas por facilitador(es) ou mediador(es) imparcial(ais) formado(s), para chegarem a um acordo satisfatório para todas as partes. (Consultar ¶ 362.1b, c.) As pessoas adequadas, incluindo o presidente do Colégio dos Bispos, ou o secretário se a denúncia envolver o presidente, devem estabelecer um acordo por escrito delineando este processo, incluindo um acordo relativo à confidencialidade. Se for conseguida uma resolução, um acordo escrito da resolução, incluindo termos e condições, será assinado pelas partes e as partes irão acordar quaisquer assuntos a serem divulgados a terceiros. Tal declaração da resolução por escrito deverá ser entregue à pessoa encarregada deste estágio do processo para outras medidas consistentes com o acordo. As resoluções justas devem declarar todos os danos identificados e como eles devem ser tratados pela Igreja e outras partes envolvidas na queixa. Em casos onde o inquirido reconhece a(s) acção(acções) que é(são) uma violação clara das disposições da Disciplina, uma resolução justa deve incluir, mas não estar limitada a um compromisso em não repetir a(s) acção(acções) que constituiu(constituíram) uma violação.

¶ 2701. 5. *Uma Justa Resolução nos Processos Judiciais* - A resolução justa é aquela que enfoca a reparação de qualquer dano às pessoas e comunidades, alcançando responsabilidade real fazendo as coisas da forma correcta, na medida do possível e trazendo a cura para todas as partes. As resoluções justas devem declarar todos os danos identificados e como eles devem ser tratados pela Igreja e outras partes envolvidas na queixa. Em casos onde o inquirido reconhece a(s) acção(acções) que é(são) uma violação clara das disposições da Disciplina, uma resolução justa deve incluir mas não estar limitada a, um compromisso em não repetir a(s) acção(acções) que constituiu(constituíram) uma violação. Atenção especial deve ser dada à garantia de que os contextos culturais, raciais, étnicos, etários e de género sejam valorizados em todo o processo em termos da sua honestidade, justiça e restauração. Durante o processo de resolução justa, as partes...

¶ 2706.5 c) Conclusões que não sejam fundamentos razoáveis pela comissão e outras acções

(3) Por recomendação do advogado da Igreja e do advogado do respondente, a comissão poderá encaminhar a questão ao bispo residente, conforme apropriado para um processo de busca de uma solução justa. O bispo irá instituir tal processo que pode usar a ajuda de facilitador(es) formado(s), imparcial(ais) ou mediador(es). Esse encaminhamento não constituirá uma rejeição ou dupla penalização ao abrigo do parágrafo 2701.2d. As pessoas adequadas, incluindo o consultor da Igreja e o consultor do re-

querido, devem estabelecer um acordo por escrito delineando o processo, incluindo quaisquer acordos de confidencialidade. Se for conseguida uma resolução, será assinado um acordo escrito, afirmando tal resolução, incluindo quaisquer termos e condições pelas mesmas pessoas que assinaram o acordo escrito indicando o processo, e concordarão sobre quaisquer assuntos a serem divulgados a terceiros. As resoluções justas devem declarar todos os danos identificados e como eles devem ser tratados pela Igreja e outras partes envolvidas na queixa. Em casos onde o inquirido reconhece a(s) acção(acções) que é(são) uma violação clara das disposições da Disciplina, uma resolução justa deve incluir mas não estar limitada a, um compromisso em não repetir a(s) acção(acções) que constituiu(constituíram) uma violação. Se a resolução resultar numa mudança de estado ministerial, o acordo de divulgação não deve impedir as divulgações disciplinares ...

Fundamentação:

O propósito de uma Resolução Justa é reparar danos e obter responsabilidade, ambos aumentados pela disposição do respondente em mudar o comportamento futuro, como testemunhado pelo compromisso de não repetir a ofensa. A recusa em fazer tal compromisso aumenta a probabilidade de futuras ofensas e reclamações.

¶2701.5.

Número de petição: 90046-¶2701.5-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #15 – Resolução Justa – Par. 2701.5

Emendar os ¶¶ 362.1(c), 413.3(c), 2701.5 e 2706.5(c)3 adicionando a mesma frase a todas os quatro como se segue: Independentemente de onde no processo é alcançada uma resolução justa, o(s) queixoso(s) fará(ão) parte do processo de resolução e todo o esforço deve ser feito para que o(s) queixoso(s) concorde(m) com a resolução antes de esta entrar em vigor. Também adicionar o queixoso no ¶ 2701.5 e 2706.5(c)3.

¶ 362. Procedimentos de Denúncia - 1. A ordenação e estado de membro numa conferência anual na Igreja Metodista Unida são um dever sagrado ...

...

c) Resolução Justa - A resposta de supervisão pode incluir um processo que procura uma resolução justa nas quais as partes são assistidas por facilitador(es) ou mediador(es) formados terceiro(s) e imparciais, na obtenção de um acordo satisfatório para todas as partes.⁶⁹ Se o bispo escolher iniciar uma tentativa mediada para chegar a uma resolução justa, então o bispo, a pessoa que faz a denúncia, a pessoa acusada, e outras pessoas adequadas devem preencher um contrato escrito que delineia o processo, incluindo quaisquer acordos sobre confidencialidade. Um processo que

procure uma resolução justa pode ter início em qualquer altura num processo de supervisão, de denúncia ou judicial. Independentemente de onde no processo é alcançada uma resolução justa, o(s) queixoso(s) fará(ão) parte do processo de resolução e todo o esforço deve ser feito para que o(s) queixoso(s) concorde(m) com a resolução antes de esta entrar em vigor. Se a resolução for alcançada, uma declaração por escrito da resolução, incluindo quaisquer termos e condições, será assinada pelas partes e as partes deverão chegar a acordo sobre quaisquer assuntos divulgados a terceiros. Uma resolução justa acordada por todas as partes deverá ser a disposição final da denúncia relacionada.

¶ 413. Queixas Contra Bispos

...

3. Após receber uma queixa como disposto em no ¶ 413.2, ...

...

c) A resposta de supervisão pode incluir um processo que procure uma resolução justa na qual as partes são assistidas por facilitador(es) ou mediador(es) terceiro(s) imparcial(ais) formado(s) a chegar a um acordo satisfatório para todas as partes. (Consultar ¶ 363.1b, c.) As pessoas adequadas, incluindo o presidente do Colégio dos Bispos, ou o secretário se a denúncia envolver o presidente, devem estabelecer um acordo por escrito delineando este processo, incluindo um acordo relativo à confidencialidade. Independentemente de onde no processo é alcançada uma resolução justa, o(s) queixoso(s) fará(ão) parte do processo de resolução e todo o esforço deve ser feito para que o(s) queixoso(s) concorde(m) com a resolução antes de esta entrar em vigor. Se for conseguida uma resolução, um acordo escrito da resolução, incluindo termos e condições, será assinado pelas partes e as partes irão acordar quaisquer assuntos a serem divulgados a terceiros. Tal declaração da resolução por escrito deverá ser entregue à pessoa encarregada deste estágio do processo para outras medidas consistentes com o acordo.

¶ 2701.5. Uma Justa Resolução nos Processos Judiciais - A resolução justa é aquela que enfoca a reparação de qualquer dano às pessoas e comunidades, alcançando responsabilidade real fazendo as coisas da forma correcta, na medida do possível e trazendo a cura para todas as partes. Especial atenção deve ser dada à garantia de que os contextos culturais, raciais, etários, étnicos e de género são valorizados em todo o processo em termos da sua compreensão de justiça e restauração. Durante o processo de resolução justa, as partes podem ser assistidas por um facilitador ou mediador imparcial formado, para chegarem a um acordo satisfatório para todas as partes. Os processos que procuram uma solução justa são encorajados a qualquer momento, inclusive por meio do processo judicial. Após a referência de um assunto como uma queixa judicial do conselho para a Igreja para o comité sob investigação, se for usado um processo que pretende uma resolução justa, as pessoas adequadas, incluindo o advogado da Igreja, o queixoso, e o advogado do inquirido, devem celebrar um acordo

escrito indicando tal processo, incluindo qualquer acordo sob confidencialidade. Independentemente de onde no processo é alcançada uma resolução justa, o(s) queixoso(s) fará(ão) parte do processo de resolução e todo o esforço deve ser feito para que o(s) queixoso(s) concorde(m) com a resolução antes de esta entrar em vigor. Se for alcançada uma resolução, uma declaração por escrito, incluindo os termos e condições, será assinada pelas mesmas pessoas que assinaram o acordo por escrito delineando o processo e estas devem chegar a acordo sobre todos os assuntos a serem divulgados a terceiros. Se a resolução resultar numa mudança de estado ministerial, o acordo de divulgação não deve impedir as divulgações disciplinares necessárias para uma possível readmissão.

¶ 2706.5. Acusações e Especificações, Deliberações, Voto e Referência

c) Conclusões consideradas fundamentos razoáveis pela comissão ou outras acções

(1) Se o comité de investigação determinar ...

(2) Se o comité de investigação determinar ...

(3) Por recomendação do advogado da Igreja e do advogado do respondente, a comissão poderá encaminhar a questão ao bispo residente, conforme apropriado para um processo de busca de uma solução justa. O bispo irá instituir tal processo que pode usar a ajuda de facilitador(es) formado(s), imparcial(ais) ou mediador(es). Esse encaminhamento não constituirá uma absolvição ou dupla penalização ao abrigo do ¶ 2701.5. As pessoas adequadas, incluindo o advogado da Igreja, o queixoso, e o advogado do inquirido, devem celebrar um acordo escrito indicando tal processo, incluindo qualquer acordo sob confidencialidade. Independentemente de onde no processo é alcançada uma resolução justa, o(s) queixoso(s) fará(ão) parte do processo de resolução e todo o esforço deve ser feito para que o(s) queixoso(s) concorde(m) com a resolução antes de esta entrar em vigor. Se for conseguida uma resolução, será assinado um acordo escrito, afirmando tal resolução, incluindo quaisquer termos e condições pelas mesmas pessoas que assinaram o acordo escrito indicando o processo, e concordarão sobre quaisquer assuntos a serem divulgados a terceiros. Se uma resolução resultar numa alteração do estado ministerial, o acordo de divulgação não irá evitar as divulgações disciplinares necessárias para readmissão. A declaração por escrito a confirmar tal resolução deverá ser dado ao bispo para novas acções para implementar o acordo, se existir. Se o processo não resultar em resolução, a questão deve ser novamente encaminhada para a comissão.

Fundamentação:

A prática actual de permitir que o advogado da Igreja realize uma resolução justa, sem a participação ou acordo do queixoso, é injusta e evita o objectivo de restauração da relação. Para que a justiça seja feita e a cura ocorra, os queixosos devem ...

¶2715.10.

Número de petição: 90047-¶2715.10-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #16 – Recurso da Igreja– Par. 2715.10

Alterar o ¶ 2715.10 Procedimentos de Recurso do seguinte modo:

¶ 2715. Procedimentos de Recurso - Geral

...

10. A Igreja não terá direito a recorrer das conclusões de facto do tribunal. A Igreja terá o direito de recorrer ao comité de recursos e depois para o Conselho Judicial face às conclusões do tribunal com base nos erros flagrantes da lei da Igreja ou administração que pudessem ter afectado as conclusões do tribunal. Quando o comité de recurso ou Conselho Judicial encontrem erros flagrantes da lei da Igreja ou administração nesta parte, pode enviar o caso para um novo julgamento, juntamente com uma declaração dos fundamentos desta acção. Não haverá dupla penalização. Relativamente aos casos onde exista uma investigação de acordo com o ¶ 2702, mas não seja realizado qualquer julgamento, os erros flagrantes da lei ou administração da Igreja podem ser alvo de recurso para o comité de recurso da conferência jurisdicional ou central e seguidamente para o Conselho Judicial por parte do advogado da Igreja. A decisão do comité de investigação de não certificar um conjunto de acusações não constitui por si só um erro flagrante da lei da Igreja ou administração. Quando o comité de recursos ou o Tribunal Judicial encontrar erros flagrantes da lei da Igreja ou administração de acordo com esta parte, pode enviar o caso para nova audiência, em cujo caso enviará ao presidente do comité de investigação uma declaração com os fundamentos da sua acção. Não haverá dupla penalização.

Fundamentação:

Permite que a Igreja corrija erros no processo de julgamento que prejudiquem os resultados do estudo. O facto de a Igreja desautorizar recursos não protege os direitos do queixoso e fecha uma via para se trabalhar pela justiça. Nivelar o campo de jogo para a Igreja/queixoso e para o respondente com ...

¶570.

Número de petição: 90048-¶570-\$-G; Lambrecht, Thomas A. – Spring, TX, USA para a Comissão sobre um Caminho a Seguir.

CoWF - Plano Traditionnel #17 – Concordatas das Igrejas– Par. 570

Emenda ¶¶ 570 e 574.1 para criar a opção de igrejas concordatas nos Estados Unidos. As alterações nestes parágrafos terão efeito imediatamente após o encerramento da Conferência Geral de 2019.

¶570. Igrejas localizadas fora dos limites das conferências jurisdicionais e igrejas formadas através das provisões do ¶ 2801 e que tenham entrado em relação ou tenham acordos com a Igreja Metodista Unida, incluindo o de enviar representantes à Conferência Geral da Igreja Metodista Unida, são descritas da seguinte forma:

¶ 574. Acordos de Concordata-

Com exceção da Igreja Metodista da Grã-Bretanha e igrejas formadas através das provisões do ¶ 2801, tais concordatas podem ser estabelecidas pelo seguinte procedimento:

Fundamentação:

Isto abre a possibilidade de igrejas com concordatas nos Estados Unidos, permitindo acordos negociados e relações entre igrejas Metodistas autogovernadas formadas ao abrigo do ¶ 2801 e da Igreja Metodista Unida. Isso permite uma conexão contínua com as congregações que se separem da denominação por causa da consciência.

Legislação proposta por outras organizações e indivíduos

As seguintes petições ficam sujeitas a análise pela Comissão de Referência (Secção VII.A.7 do Plano de Organização) se estão ou não em harmonia com a chamada para a sessão especial de 2019 da Conferência Geral. Se a Comissão de Referência decidir que uma petição está em harmonia, esta será designada ao comissão legislativa para se tomarem medidas. Se a Comissão de Referência decidir que não está em harmonia, esta é retirada. A Comissão de Referência comunicará as suas decisões na primeira edição diária do Defensor Cristão Diário na Conferência Geral.

Impressa por ordem de número de petição.

¶49.

Número de petição: 90049-¶49-C-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Um Caminho a Seguir Unido - Brooks

Emendar ¶ 49 eliminando tudo após a palavra "eleito" na primeira frase, como se segue:

¶ 49. Artigo V.-Os bispos terão supervisão residencial e presidencial nas conferências centrais⁹³ ou jurisdicionais nas quais são eleitos. ou para onde são enviados ou para onde são transferidos. Os bispos podem ser transferidos de uma jurisdição para outra jurisdição para supervisão presidencial e residencial sob as seguintes condições: (1) A transferência dos bispos pode ter duas bases: (a) uma jurisdição que recebe um bispo por transferência de outra jurisdição pode transferir para essa jurisdição ou para uma terceira jurisdição um dos seus próprios bispos elegíveis para transferências, de modo que o número transferido por cada jurisdição será equilibrado pelo número que é transferido desse local; ou (b) uma jurisdição pode receber um bispo de outra jurisdição e não transferir um membro do seu próprio Colégio de Bispos. (2) Nenhum bispo será transferido, excepto se esse bispo o tiver consentido. (3) Nenhum bispo pode ser elegível para transferências, a não ser que o bispo tenha servido um quadriênio na jurisdição que elegeu o bispo no episcopado. (4) Todas as transferências necessitarão de aprovação por um voto de maioria dos membros presentes e votantes nos comités jurisdicionais sobre episcopado das jurisdições que estão envolvidas.⁹⁶ Após os procedimentos acima terem sido seguidos, o bispo transferido tornar-se-á um membro do Colégio de Bispos destinatário e será sujeito a atribuição residencial por essa conferência jurisdicional.

70. Emendado 1980:

71. Emendado 1992:

Um bispo pode ser atribuído pelo Concílio de Bispos para serviço presidencial ou outro serviço temporário em outra jurisdição do que aquela que elegeu o bispo, desde que o pedido seja realizado por uma maioria dos bispos na jurisdição do serviço proposto.

No caso de emergência em qualquer conferência jurisdicional ou central devido à morte ou invalidez de um bispo ou outro motivo, o Concílio de Bispos pode designar um bispo de outra jurisdição ou conferência central para o trabalho da dita jurisdição ou conferência central, com o consentimento de uma maioria dos bispos dessa jurisdição ou conferência central.

[Legislação executória é encontrada na Petição # 90080.]

Fundamentação:

Acaba com os julgamentos sobre a homossexualidade, e retém a autoridade das conferências anuais em discernir a adequação para ordenação e regionaliza o episcopado. Os bispos retêm a autoridade para as nomeações. O clero e igrejas locais retêm a consultoria das nomeações. O clero determinará quem deve casar com quem. As igrejas locais têm um ano para se retirar da IMU, levando consigo a propriedade.

¶ 27.

Número de petição: 90050-¶27-C-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Um Caminho a Seguir Unido - Despesas Episcopais - Brooks

Emendar ¶ 27 ao inserir um novo ¶27.3 da seguinte forma:

¶ 27.3 Providenciar o apoio, financeiro e de outro modo, aos bispos que servem na jurisdição ou na reforma após aí terem servido.

[Legislação executória é encontrada na Petição # 90081.]

Fundamentação:

A regionalização do episcopado não será concluída até cada jurisdição ter de suportar os custos dos seus bispos.

¶2501.

Número de petição: 90051-¶2501-!-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Uma Saída com Graça como Caminho a Seguir

Inserir um novo ¶ 2501.4 como se segue:

¶ 2501.4. Não obstante qualquer outra porção do Capítulo Seis, Seção I, em contrário, durante um período com início a 1 de Janeiro de 2020, e terminando a 31 de Dezembro de 2020, todas as disposições de fideicomisso que se aplicariam de outro modo a igrejas locais da Igreja Metodista Unida, serão suspensas para permitir que aquelas igrejas que escolham fazê-lo possam descontinuar a sua identificação como Metodistas Unidos em lei e união e para reter a posse da sua propriedade, real e pessoal, tangível e intangível. As igrejas que escolham retirar-se da Igreja Metodista Unida de acordo com esta disposição têm de, imediatamente após exercer esta opção, remover de todos os edifícios, estruturas, literatura, publicações, publicações online e outras representações públicas todos e quaisquer sinais Metodistas Unidos, emblemas, logótipos e outras formas de identificação enquanto Metodistas Unidos. A decisão de separação de acordo com esta disposição tem de ser apoiada por, pelo menos, dois terços (2/3) dos membros presentes e votantes numa conferência de igreja realizada como indicado em ¶ 248 e na qual o superintendente do distrito presida, ou numa conferência de igreja local como indicado em ¶ 2527 em que presida o superintendente de distrito. Qualquer igreja que escolha retirar-se de acordo com esta disposição irá pagar uma taxa de retirada de 50 % do seu orçamento anual à conferência anual com a qual está associada, onde o seu orçamento anual é determinado para ser a média dos gastos totais, menos gastos benevolentes, como indicado nos três relatórios anuais estatísticos mais recentes enviados por essa igreja. Adicionalmente, tal igreja irá pagar todas as suas contribuições para todo o ano do qual se retira. Será negociado um calendário para cumprir esta obrigação entre a igreja que sai e o conselho de finanças e administração da conferência.

Fundamentação:

As igrejas que não podem cumprir a lei da Igreja Metodista Unida em consciência como indicada no *Livro da Disciplina* deveriam ter uma forma de sair com graça, mas devem ter de compensar a IMU pelo investimento denominacional efectuado.

¶362.

Número de petição: 90052-¶362-!-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Um Caminho a Seguir Tradicional com Aplicação Melhorada

Emendar ¶ 362.1 como se segue:

¶362. Procedimentos de Queixa - 1. . . . Sempre que uma pessoa em qualquer uma das categorias supramencionadas, incluindo as que estiverem de licença de qualquer tipo, em localização com honra ou administrativa, ou em aposentação, for acusada de violar essa confiança, a qualidade de membro do seu ofício ministerial ficará sujeita a revisão. Contudo, se a queixa alegar que o inquirido está em violação de qualquer disposição do ¶ 2702.1.(b) esta revisão, a resposta de supervisão, e o processo de resolução justa aqui indicado não serão aplicáveis e a queixa será tratada como queixa judicial de acordo com os procedimentos descritos em ¶ NOVO.

Inserir um novo parágrafo após o existente ¶ 2702 como se segue:

¶ NOVOS Procedimentos Especiais Aplicáveis a Alegações Relativas a Transgressões Descritas em ¶2702.1.(b).

1. Existirá um comité especial sobre investigação eleito por cada Conferência Geral na sua sessão ordinária. As nomeações serão efectuadas por cada Colégio de Bispos, cada um dos quais irá nomear quatro membros do clero em total conexão que não sejam bispos e quatro membros professantes. Deste conjunto de candidatos, a Conferência Geral irá eleger quatro membros do clero em total conexão e três membros professantes para servir como membros do comité especial sobre investigação e o comité irá eleger o seu próprio presidente. Adicionalmente, a Conferência Geral irá eleger quatro membros do clero alternativos e três membros professantes alternativos.

2. Queixa judicial—Uma queixa baseada nas alegações de que um bispo ou membro do clero de uma conferência anual cometeu um ou mais crimes indicados em ¶ 2702.1.(b) será inicialmente apresentada ao presidente e ao secretário do Concílio de Bispos. Após a recepção da queixa, o presidente do Concílio de Bispos deve entregar imediatamente uma cópia da queixa ao bispo inquirido, notificar os bispos no activo da existência e natureza da queixa, e enviar a queixa a um presbítero em plena conexão da mesma jurisdição ou conferência central, que actuará como assessor para a Igreja. Ao concordar servir, o assessor para a Igreja confirma a sua disponibilidade e vontade de vigorosamente e com integridade cumprir os requisitos da lei eclesiástica e a *Disciplina*. O assessor da Igreja representará os interesses da Igreja ao apresentar as queixas da pessoa que efectuou a queixa. O assessor da Igreja terá o direito de escolher um assessor assistente sem direito a falar que poderá ser um advogado. O assessor da Igreja irá redigir e assinar a queixa como uma queixa judicial, enviá-la ao comité especial de investigação (¶ NOVO.1), e representar a Igreja no processo judicial. As disposições de processo justo no ¶ 2701 aplicar-se-ão a este processo judi-

cial. O estatuto de limitações no ¶ 2702.4 deve ser considerado antes da referência a uma queixa judicial.

3. O assessor da Igreja, como nomeado de acordo com ¶NOVO.2, irá preparar, assinar e enviar a queixa judicial e todas as provas documentais sob consideração para o presidente do comité especial de investigação, a pessoa que efectua a queixa e o inquirido. Deve ser dada ao inquirido a oportunidade de submeter à comissão especial de investigação uma resposta por escrito à denúncia judicial num período de trinta dias após a recepção da denúncia judicial. O presidente deverá convocar a comissão especial de investigação num período de sessenta dias após a recepção da denúncia judicial.

4. Se cinco ou mais membros da comissão especial de investigação o recomendarem, o inquirido será suspenso após conclusão do processo de julgamento.

5. Os procedimentos da comissão especial de investigação serão os mesmos que aqueles indicados para uma comissão de investigação em ¶ 2706.

6. Os procedimentos de julgamento serão seguidos como indicado em ¶¶ 2707-2711, com as seguintes excepções e disposições especiais:

a) O responsável que preside será um bispo seleccionado pelo presidente do Concílio de Bispos.

b) As pessoas nomeadas para o julgamento serão as pessoas nomeadas para servir na comissão especial de investigação que não serviram na comissão durante a avaliação das queixas contra o inquirido.

7. Qualquer recurso deste processo será dirigido ao Conselho Judicial.

Fundamentação:

Esta alteração irá encerrar a prática prevalecente em algumas partes da Igreja em que a conformidade com a lei da Igreja é evitada através da utilização indevida das disposições de supervisão e resolução justa da *Disciplina*.

¶10.

Número de petição: 90053-¶10-C-!-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Uma Conferência Central dos EUA como Parte de Um Caminho a Seguir

Alterar os ¶¶ 10, 28, 30 e 31 conforme indicado:

¶ 10. Artigo III.—Deverão existir conferências centrais para a Igreja fora dos Estados Unidos da América conforme determinado pela Conferência Geral e, se necessário, conferências centrais provisórias, todas com os poderes, deveres e privilégios apresentados em seguida.

...

¶ 28. Artigo I.—Deverão existir conferências centrais para o trabalho da Igreja fora dos Estados Unidos da América com os deveres, poderes e privilégios apresentados em seguida. O número e os limites das conferências centrais devem ser determinados pela Conferência de União. Subsequentemente, a Conferência Geral terá autoridade para alterar o número e os limites das conferências centrais. As conferências centrais terão os deveres, poderes e privilégios apresentados em seguida.

...

¶ 30. Artigo III.—As conferências centrais devem reunir-se no prazo de um ano após a reunião da Conferência Geral nos momentos e lugares determinados pelas respectivas conferências centrais precedentes ou pela comissão nomeada pelas conferências centrais ou pela Conferência Geral. A data e o local da primeira reunião após a Conferência de União serão determinados pelos bispos das respectivas conferências centrais, ou conforme determinado pela Conferência Geral.

...

¶ 31. Artigo IV.—As conferências centrais fora dos Estados Unidos têm os poderes e deveres que se seguem, para além de outros que podem ser atribuídos pela Conferência Geral:

Inserir, conforme se segue, um novo parágrafo imediatamente a seguir ao ¶ 31 existente.

NOVO PARÁGRAFO. A conferência central que inclui os Estados Unidos terá o poder e o dever de estabelecer regras e regulamentos para a administração do trabalho dentro dos seus limites, incluindo alterações e adaptações da *Disciplina Geral* conforme exigido pelas condições na conferência geral, sujeita aos poderes que foram ou serão atribuídos na Conferência Geral.

Imediatamente antes do ¶ 540, alterar o título da Secção III conforme se segue:

Secção III. Conferências centrais fora dos Estados Unidos

A seguir ao ¶ 567 existente, inserir uma nova Secção conforme se segue:

Secção NOVO. Conferência central dos Estados Unidos

A seguir ao título da nova Secção, inserir novos parágrafos conforme se segue:

NOVO 1. Deverá existir uma conferência geral cujos limites incluam todas as conferências jurisdicionais e que seja designada por Conferência Central dos Estados Unidos (CCEUA), embora possa incluir territórios fora dos Estados Unidos.

NOVO 2. Os bispos activos nas jurisdições, juntamente com o Comité Interjurisdiccional do Episcopado, deverão nomear uma Comissão de Organização Provisória (COP) que terá a seu cargo os seguintes deveres:

NOVO 2.1 A COP deverá determinar a hora e o lugar para a convocação da reunião inicial da CCEUA e recomendar-se que a reunião tenha lugar antes da Conferência Geral de 2020 e no lugar onde esta se irá realizar.

NOVO 2.2 A COP deverá recomendar à CCEUA para acção na sua primeira reunião que comissões e responsáveis são necessários para assegurar a funcionalidade da CCEUA. A COP trabalhará em conjunto com o gestor de negócios da Conferência Geral no planeamento da primeira reunião da CCEUA.

NOVO 2.3 Os delegados e os delegados suplentes da CCEUA deverão ser os delegados e os delegados suplentes mais recentemente eleitos para a Conferência Geral em qualquer conferência anual nas respectivas jurisdições e deverão representar essas mesmas conferências anuais.

Fundamentação:

Criar uma conferência central para a IMU nos Estados Unidos proporciona um fórum de discussão de questões específicas dos EUA e de resolução de conflitos para os quais a melhor solução seria encontrada neste contexto. Não é necessário ser acompanhada da criação de uma estrutura adicional ou de burocracia.

¶604.

Número de petição: 90054-¶604-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Votação de Emenda Constitucional

Adicionar um novo ¶ 604.14 como se segue:

¶ 604.14. *Emendas Constitucionais Propostas nas Conferências Anuais*—Como disposto no ¶ 59 da Constituição é o dever de cada conferência anual providenciar uma oportunidade para que os seus membros votem sobre emendas da Constituição da Igreja Metodista Unida, como proposto pela Conferência Geral. Em cada conferência anual na conclusão de cada tal voto, será o dever do responsável que preside anunciar o resultado do voto nessa conferência, incluindo votos a favor, contra e abstenção.

Fundamentação:

Os processos na Igreja Metodista Unida devem ser o mais transparentes possível, e nada na lei existente MU limita o anúncio em cada conferência anual do resultado da votação dos seus membros sobre emendas proposta à Constituição.

¶161.G.

Número de petição: 90055-¶161.G-G; Stallsworth, Paul T. - Whiteville, NC, USA.

Substituir Par. 161.G

Eliminar o parágrafo actual ¶ 161.G *Sexualidade Humana*, e substituir o seguinte:

¶ 161.G *Sexualidade Humana* - Como a Revolução Sexual está agora a prejudicar a doutrina Cristã sobre a sexualidade humana e a ferir inúmeras pessoas, a Igreja tem de propor a sua doutrina de forma Bíblica.

Durante o Seu ministério, Jesus fala sobre o casamento: “Mas, no princípio da criação, Deus os fez homem e mulher. Por isso, deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher; e os dois não serão senão uma só carne. Assim, já não são dois, mas uma só carne. Assim, o que Deus uniu, não deverá ser separado” (Marcos 10:6-9, ver também Mateus 19:4-6 NRSV aqui e em baixo).

Na Sua declaração sobre o casamento, Jesus é guiado pelo “início da criação” (Marcos 10:6). Baseia-se duas vezes em Génesis. Primeiro de Génesis 1:27c: “macho e fêmea os criou”. E, em segundo lugar, de Génesis 2:24: “Por isso, deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher; e os dois não serão senão uma só carne. Assim, já não são dois, mas uma só carne”. Para ensinar sobre o casamento, Jesus baseia-se na criação da humanidade por parte de Deus como macho e fêmea, e aquilo que Deus pretende para a humanidade (que é “fidelidade no casamento e celibato enquanto indivíduo”). Adicionalmente, Génesis indica: “Deus abençoou-os e disse-lhes: “Sejam férteis e multipliquem-se . . .” (Génesis 1:28). E “Deus viu tudo o que tinha feito, e era muito bom” (Génesis 1:31a).

Na Sua declaração, Jesus indica (entre outras coisas) o contexto do acordo - o casamento de um homem e mulher - para relações sexuais. No casamento, duas pessoas são unidas por Deus para se tornarem uma. O dom da unidade que Deus confere realiza-se pelo acto matrimonial; isto é, a união de almas reflecte-se na união de corpos. Esta união de uma carne é tão poderosa e criativa que pode originar uma criança (ou crianças), que a mãe e pai podem acolher, proteger e educar.

Na sua Carta aos Efésios, São Paulo reivindica a união de marido e mulher como reflexão de Cristo e a Sua Igreja. Paulo escreve: “Por isso, deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher; e os dois não serão senão uma só carne. Isto é um grande mistério e vou aplicá-lo a Cristo e à igreja” (5:31-32).

Assim, a compreensão Cristã do casamento e sexualidade é estabelecida na criação. É revelado em Génesis, reforçado por Jesus Cristo e mostrado em termos de evangelho por São

Paulo. Este testemunho bíblico do casamento, que passa pelo cânone, alicerça a compreensão da igreja sobre a sexualidade humana.

Devido a este testemunho da Escritura, a igreja pregou, ensinou e praticou que a expressão sexual é reservada para marido e mulher no casamento. Durante 2000 anos, este ensinamento, proposto e observado pela graça de Deus, foi essencial para ajudar a manter os Cristãos em discipulado, santidade e liberdade. Este ensinamento ajudou os Cristãos a amar Deus e o seu vizinho. A igreja durante os tempos também pregou, ensinou e praticou que as actividades sexuais fora do casamento - por exemplo, adultérios, sexo antes do casamento, sexo relacionado com pornografia, práticas homossexuais e outras - são pecados (e “incompatíveis com os ensinamentos Cristãos”); são pecados (entre todos os outros pecados) pelos quais Cristo morreu e para os quais é possível obter o perdão e liberdade através do evangelho.

A moralidade sexual da Igreja é considerada muito rigorosa e mesmo má por muitos em sociedades contemporâneas. Isto não é novidade. Tem sido assim desde a era apostólica da Igreja. Contudo, habitualmente apesar de grande oposição cultural, a igreja tem proposto a sua moralidade sexual aos seus membros como testemunho do mundo. A igreja durante os tempos tem persistido nesta difícil tarefa, pois considera este ensinamento não só fiel à palavra de Deus, mas também bom para as pessoas que são desafiadas e transformadas pelo mesmo. Quando este ensinamento é observado, os casamentos são fortificados; as crianças são bem recebidas e nutridas; os fracos são protegidos; os fortes limitados; e tudo tende a florescer. Quando não é seguido, os casamentos são ameaçados e destruídos; o casamento enquanto instituição sofre; as crianças são negligenciadas; e os poderosos geralmente conseguem sobrepor-se ao menos poderosos.

A fé em Deus é conhecida pelas pessoas de Deus durante os tempos e em todo o mundo. Devido à fé em Deus, a nossa fé nos acordos que fazemos - o baptismo e, para muitos, o casamento - é possível.

¶2501.

Número de petição: 90056-¶2501-!-G; Tull, Monte - Bethany, OK, USA Para o Conselho IMU de St. Mark.

Suspensão da Aplicação da Cláusula de Fideicomisso

A aprovação desta petição iria criar uma nova subsecção 2501.4 no LDD 2016.

Se a Conferência Geral 2019 não alterar ou alterar os parágrafos 161.G ou 304.3 relativamente à sexualidade humana, ordenação e/ou casamento, então: A aplicação da cláusula

de fideicomisso (¶¶ 2501, 2503) será mantida suspensa desde a aprovação desta disposição, ou à data na qual é considerada aplicável, por um período de dois (2) anos, para permitir que os cargos/congregações escolham uma separação lamentável, ainda que amigável, da conexão da Igreja Metodista Unida, desde que todos os critérios sejam cumpridos:

1. Um voto afirmativo relativamente à separação da Igreja Metodista Unida por uma maioria de dois terços (2/3) dos membros professantes activos durante uma conferência da igreja devidamente realizada, e

2. Pagamento de todas as responsabilidades de pensões não financiadas pelo período em que o clero afectado tivesse sido nomeado na congregação, e

3. Reembolso de todos os fundos da conferência recebidos pelo cargo/congregação no prazo de dois (2) anos de calendário antes do voto ser realizado, e

4. Pagamento à Conferência Anual de duas (2) vezes a contribuição mais recente atribuída ao cargo/congregação, e

5. Pagamento de dez dólares (10 \$) acrescidos de custos de apresentação, taxas jurídicas e outros razoáveis associados (mas não incluindo custos de litígio) à conferência anual para libertar todas as reivindicações que tem ou possa ter de acordo com a cláusula de fideicomisso, e

6. O assumir pelo cargo/congregação de todas as dividas, créditos imobiliários e incumbências sobre propriedade pessoal ou imobiliária deita pelo cargo/congregação.

Nenhum bispo, superintendente de distrito ou pastor nomeado para o cargo irá atrasar ou rejeitar um pedido de realizar uma conferência da igreja efectuado pelo conselho da igreja ou conselho administrativo de acordo com esta disposição.

Fundamentação:

Com compaixão e compreensão por aqueles que deliberam que já não querem fazer parte do convénio da IMU, oferecemos um caminho a seguir misericordioso e honroso. Uma forma de bênção em vez de hostilidade, de cura em vez de inimizade e paz em vez de azedume. Obrigado pela vossa consideração.

¶161.G.

Número de petição: 90057-¶161.G-G; Tull, Monte - Bethany, OK, USA para o Conselho IMU de St. Mark.

Definição de Género

Acrescentar a seguinte frase no final do ¶ 161.G):

Para os efeitos de interpretar todas as disposições do Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida e Princípios Sociais, o género genético de uma pessoa no momento do

nascimento será considerado o gênero da pessoa durante a sua vida.

Fundamentação:

Considerando que a criação tem ordem e objectivo,
Considerando que cada pessoa nasce homem ou mulher,

¶2500.

Número de petição: 90058-¶2500-G; Ottjes, James - Van Buren, IN, USA.

Desfiliação - Ottjes - NOVO Par. 2548

Adicionar novo parágrafo:

¶ 2548. Devolução da Carta da Igreja Local e Desfiliação por Motivo de Consciência—Uma igreja local pode devolver sua carta da Igreja Metodista Unida e desfiliar com base na declaração da igreja local que se encontra em conflito irreconciliável por motivos de consciência com as disposições do *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida* sobre a prática da homossexualidade e a bênção das uniões homossexuais. Esta desfiliação irá requerer:

a) O mínimo de noventa (90) dias para o estudo e o discernimento por parte da congregação

b) O voto afirmativo de dois terços (66,7 por cento) dos membros professos da igreja presentes e a votarem durante uma conferência devidamente convocada

c) Outras disposições do *Livro da Disciplina* não serão uma proibição para tal desfiliação

Perante esta devolução e desfiliação, a igreja local deverá ser libertada das disposições de ¶ 2501 e deverá reter todos os direitos à sua propriedade e fundos, desde que as dívidas sobre tal propriedade e outras dívidas pagáveis pela igreja local sejam assumidas pela igreja local. No evento de tal acção proposta, o bispo, o gabinete, a junta da conferência anual dos curadores, e outros indivíduos apropriados da Igreja Metodista Unida facilitarão a administração ordenada e atempada deste processo.

[Renumerar os parágrafos seguintes ao ¶¶ 2548-2551 existente.]

Fundamentação:

Esta petição já foi aprovada pela sua comissão na Conferência Geral de 2016. Depois, foi deferida pela moção Caminho a Seguir e nunca recebeu um voto final. Não devemos usar a propriedade como uma arma para forçar as pessoas a permanecer dentro de um pacto que já não possam apoiar.

¶2500.

Número de petição: 90059-¶2500-G; Boyette, Keith - Spotylvania, VA, USA.

Desfiliação - Boyette - NOVO Par. 2549

Adicionar novo parágrafo

¶ 2549. Devolução de Estatuto e Desfiliação — Uma igreja local pode devolver o seu estatuto da Igreja Metodista Unida e desfiliar-se com base na declaração da igreja local de que está em conflito irreconciliável por motivos de consciência com a doutrina ou ensinamentos morais e requisitos do *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida*, ou com a forma na qual tais requisitos estão a ser aplicados, ou com a resolução desses assuntos adoptados pela Conferência Geral de 2019, após conclusão dos seguintes passos:

a) O mínimo de 30 dias para o estudo e o discernimento por parte da congregação; e

b) O voto afirmativo para a desfiliação de cinquenta e cinco por cento (55%) dos membros professantes presentes e votantes da igreja numa conferência da igreja devidamente realizada ou dois terços (66,7%) dos membros presentes e votantes numa conferência de cargo devidamente organizada.

Perante esta devolução e desfiliação, a igreja local deverá ser libertada das disposições de ¶2503 e deverá reter todos os direitos à sua propriedade e fundos, desde que as dívidas sobre tal propriedade e outras dívidas pagáveis pela igreja local sejam assumidas pela igreja local. Em tal caso, a igreja local irá pagar à conferência anual onde estiver localizada a porção da igreja local (determinada da mesma forma como a sua contribuição foi determinada na conferência anual mais recente) sobre a responsabilidade de pensões não financiadas líquidas da conferência anual onde a igreja local se encontra, a partir de 30 de Junho do ano de conferência precedente. Tal soma será depositada pela conferência anual na Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde para ser investida e mantida para satisfazer a responsabilidade de pensão não financiada da conferência anual. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde irá determinar a responsabilidade de pensões não financiadas da conferência anual em 30 de Junho do ano da conferência anterior e irá, então, deduzir tal valor da porção da contribuição da conferência anual das reservas não limitadas dos conselhos e agências da Igreja Metodista Unida (Reservas Não Limitadas da Igreja Geral) e quaisquer reservas não limitadas mantidas por tal conferência anual (Reservas Não Limitadas da Conferência Anual) para chegar à responsabilidade de pensões não financiadas líquidas da conferência anual. Uma soma igual à quantia que é reduzida à responsabilidade de pensões não financiadas da conferência anual da porção da igreja é depositada pelo Conselho Geral de Finanças e Admin-

istração e Administração da Reservas Não Limitadas da Igreja Geral e a conferência anual das Reservas Não Limitadas da Conferência Anual na Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde para ser mantida e investida em nome da conferência anual a ser usada para satisfazer qualquer responsabilidade de pensões não financiadas dessa conferência anual.

No caso de tal acção proposta, o bispo, superintendente de distrito, conselho de fiduciários da conferência anual e outros indivíduos adequados da Igreja Metodista Unida facilitarão a administração ordeira e atempada deste processo, incluindo realizar tal conferência da igreja ou cargo no prazo de 120 dias a partir da data em que o pastor da igreja local ou conselho da igreja solicitar tal acção, e executando tais documentos legais como necessário para providenciar a tal igreja local ou seus sucessores uma escritura não sujeita a qualquer fundo a favor da Igreja Metodista Unida ou conferência anual onde a igreja local estiver localizada.

Renumerar os parágrafos seguintes ao ¶¶ 2549-2552 existente.

Fundamentação:

As igrejas não devem ser forçadas a fazer parte da Igreja Metodista Unida. Para aqueles que acreditam que o melhor caminho a seguir é a desfiliação, deve ser criado um caminho para o fazer sem a perda de propriedade e de uma forma que afirme o ministério.

¶27.2.

Número de petição: 90060-¶27.2-C-\$-G; Hall, James - Lucedale, MS, USA para os Conselhos Administrativos da IMU Shipman & Winborn Chapel.

Solicitar Ratificação Global de Eleição de Bispos

Emendar ¶ 27.2 da Constituição da Igreja Metodista Unida como se segue:

2. Para eleger bispos – sujeito à ratificação da próxima Conferência Geral ordinária, especial ou organizada, sem a qual a eleição de qualquer bispo que não seja ratificada por uma maioria de tal Conferência Geral presente e votante seja considerada nula – e a cooperar na realização de tais planos para o seu apoio como possa ser determinado pela Conferência Geral.

Fundamentação:

Requerer ratificação por parte da Conferência Geral da eleição jurisdicional de bispos vai providenciar um melhor caminho a seguir ao melhorar a responsabilidade aumentada

de bispos para a Igreja global e a receptividade e acessibilidade entre os bispos MU e a Igreja global.

¶37.

Número de petição: 90061-¶37-C-G; Hall, James - Lucedale, MS, USA para os Conselhos Administrativos da IMU de Shipman & Winborn Chapel.

Fundir a Jurisdição Ocidental na Jurisdição Central do Sul

Emendar ¶ 37, como se segue:

Secção VII. Limites

¶ 37. Artigo I. — A composição das conferências Nov-jurisdicionais da Igreja Metodista Unida deve incluir os seguintes:

Nordeste—Bermudas, Connecticut, Delaware, Distrito da Columbia, Maine, Maryland, Massachusetts, Nova Hampshire, Nova Jersei, Nova Iorque, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont, Ilhas Virgens, West Virginia.

Sudeste—Alabama, Florida, Georgia, Kentucky, Mississippi, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Tennessee, Virgínia.

Central Norte—Illinois, Indiana, Iowa, Michigan, Minnesota, Dakota do Norte, Ohio, Dakota do Sul, Wisconsin.

Central Sul—Arkansas, Kansas, Louisiana, Missouri, Nebraska, Novo México, Oklahoma, Texas. ~~Oeste—~~ Alasca, Arizona, Califórnia, Colorado, Havai, Idaho, Montana, Nevada, Oregon, Utah, Washington, Wyoming e o território dos Estados Unidos na região do Pacífico.

Fundamentação:

Foi associada muita confusão, antagonismo e perturbação à negligência, falha e recusa sentidas por parte da Jurisdição Ocidental - em muitas mentes e corações - em honrar as Escrituras, o *Livro da Disciplina* MU e as regras do Conselho Judicial MU. Assim, providenciará um melhor caminho a seguir . . .

¶161.G.

Número de petição: 90062-¶161.G-G; Carroll, John J. - Union City, TN, USA. 1 Petição Similar

Reter Par. 161.G

Reter ¶ 161.G sem emendas.

Fundamentação:

O Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida, 2016 expressa a nossa compreensão, com base na bíblia mas informada, da tradição, razão, vivência da vida Cristã e ensino, e tem consistentemente sustentado que a prática da homossexualidade é incompatível com a vida e ensino Cristãos.

¶16.

Número de petição: 90063-¶16-C-G; Carroll, John J. - Union City, TN, USA. 1 Petição Similar

Eleição de Bispos pela Conferência Geral

Emendar ¶ 16 Artigo IV. 10 e outros ¶¶ relacionados como se segue:

10) Fixar uma base uniforme segundo a qual os bispos serão eleitos nomeados pelas conferências jurisdicionais para a eleição pela Conferência Geral e determinar o número de bispos que podem ser eleitos pelas conferências centrais pelas conferências regionais.

Emendar ¶ 46. Artigo II conforme se segue: Os bispos serão eleitos nomeados pelas respectivas conferências jurisdicionais para eleição pela Conferência Geral e ~~conferências centrais~~ e consagrados na forma histórica em tal momento e local que possa ser indicado pela Conferência Geral para aqueles eleitos pelas jurisdições e por cada conferência central para aqueles eleitos por tal conferência central por cada conferência conexional.

Emendar ¶ 49. Artigo V conforme se segue: Os bispos terão supervisão residencial nas conferências centrais⁹³ ou jurisdicionais nas conferências regionais nas quais são eleitos pela Conferência Geral ou para onde são transferidos. Os bispos podem ser transferidos de uma jurisdição para outra jurisdição para supervisão presidencial e residencial sob as seguintes condições:

Emendar ¶ 49. Artigo V.3 conforme se segue: Nenhum bispo pode ser elegível para transferências, a não ser que o bispo tenha servido um quadriênio na jurisdição na região que ~~elegeu o bispo~~ que nomeou para o episcopado.

Emendar ¶ 50 Artigo VI conforme se segue: Os bispos, no activo e reformados, da Irmandade Unida Evangélica e da Igreja Metodista Unida no momento da união serão bispos da Igreja Metodista Unida.

Os bispos da Igreja Metodista eleitos pelas jurisdições, os bispos activos da Irmandade Unida Evangélica aquando da união, e os bispos eleitos pelas ~~jurisdições~~ Conferência Geral da Igreja Metodista Unida devem ter postos ~~vitalícios~~ de quatro anos ~~sujeito a reeleição de acordo com as regras da nossa herança na Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos~~. Cada bispo eleito por uma conferência central da Igreja Metodista

deve ter esse posto conforme a conferência central que ~~o~~ elege o bispo tenha determinado.⁹⁵

Emendar ¶ 405.2.a como se segue: Delegados da conferência jurisdicional ~~e conferência central~~, ao eleger nomear candidatos para bispos para eleição por delegados da Conferência Geral e conferência geral ao eleger bispos, darão a devida consideração à inclusividade da Igreja Metodista Unida relativamente ao sexo, raça e origem nacional. Adicionalmente, será dada consideração à natureza da superintendência como descrito no ¶ 401.

Emendar ¶ 405.2.b como se segue: As conferências jurisdicionais são autorizadas a fixar a percentagem de votos necessários para eleger nomear um bispo como candidato para eleição pela Conferência Geral. As conferências centrais são autorizadas a fixar a percentagem de votos necessários para eleger um bispo. É recomendado que, pelo menos, 60 por cento dos presentes e votantes sejam necessários para eleger.

Emendar ¶ 405.2.c como se segue: A consagração dos bispos é realizada na sessão da conferência ~~na~~ para a qual ocorre a eleição ou num local e hora designados pelo conferência . . .

Emendar ¶ 422.1 como se segue: Os bispos, ~~apesar de sendo~~ eleitos pelas conferências ~~jurisdicionais ou centrais~~ e Conferência Geral, são eleitos superintendentes de toda a igreja.

Emendar ¶ 501 como se segue: “A Conferência Geral tem total poder legislativo sobre todos os assuntos conexionais (consultar ¶ 16, Divisão dois, secção II, Artigo IV, A Constituição). Não tem poder executivo ou administrativo excepto pela eleição de bispos durante um mandato de quatro anos e mandatos adicionais se desejado, e justa resolução de queixas relativamente ao ¶¶ 2702.1 e 2702.2 “Transgressões”.

Emendar ¶ 543.3 como se segue: Quando uma conferência central tiver sido autorizada a eleger nomear bispos, tais ~~eleições nomeações~~ serão realizadas de acordo com o mesmo procedimento geral que prevalece nas conferências jurisdicionais para a eleição nomeação de bispos. A conferência central terá o poder de fixar o mandato dos bispos eleitos pela referida conferência central.

Emendar ¶ 818.8 como se segue: *Pensões Episcopais*—As pensões para o apoio de bispos reformados eleitos pelas conferências Gerais ~~jurisdicionais~~, ou centrais e os cônjuges sobreviventes e crianças menores dependentes de tais bispos falecidos serão administradas pelo Conselho Geral de Finanças e Administração em consultoria com a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde e de acordo com tal programa e procedimentos como possa ser, ocasionalmente, determinado pelo Conselho Geral de Finanças e Administração com a aprovação da Conferência Geral. Para os anos de serviço com início a 1 de Janeiro de 1982, e depois, as pensões para o apoio dos bispos eleitos pela ~~conferências jurisdicionais~~

Conferência Geral as pensões dos cônjuges sobreviventes e filhos dependentes deverão incluir os benefícios previstos pelo Programa de Segurança de Reforma de Clérigos (ou qualquer plano ou programa de reforma ou pensão dos bispos posterior) e o Plano de Protecção Abrangente da Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde. As pensões para o apoio dos bispos eleitos pelas conferências centrais e aquelas dos cônjuges sobreviventes e, pelos anos de serviço com início antes de 1 de Janeiro de 1982, as pensões para o apoio dos bispos eleitos pela ~~conferências jurisdicionais~~ Conferência Geral e aqueles cônjuges sobreviventes incluem os benefícios do Programa de Pensão Episcopal Global.

Emendar ¶ 818.9 como se segue: O Conselho Geral de Finanças e Administração patrocinará ou participará num plano de cuidados de saúde de grupo que abranja bispos eleitos pela ~~conferências jurisdicionais~~ Conferência Geral, nos Estados Unidos.

Fundamentação:

A Igreja Metodista Unida é uma continuação da igreja do Novo Testamento, que foi uma herança Wesleyana que usa um ênfase distinto de responsabilidade mútua (¶ 1117.2), esta petição procura lidar e corrigir o sofrimento na denominação que originou a Sessão Especial de 2019 . . .

¶50.

Número de petição: 90064-¶50-C-\$-G; Carroll, John J. - Union City, TN, USA.

Mandato Episcopal

Emendar ¶ 50 Artigo VI, como se segue: “Os bispos, no activo e reformados, da Igreja da Irmandade Unida Evangélica e da Igreja Metodista Unida no momento da união serão bispos da Igreja Metodista Unida.

Os bispos da Igreja Metodista Unida eleitos pelas jurisdições, os bispos activos da Igreja da Irmandade Unida Evangélica na altura da união e os bispos ~~eleitos~~nomeados pelas jurisdições para a eleição por parte da Conferência Geral da Igreja Metodista Unida terão um ~~mandato vitalício de quatro anos~~ mandato vitalício de quatro anos e continua como bispo apenas se reeleito pelos delegados em cada Conferência Geral. Cada bispo eleito por uma conferência central da Igreja Metodista deve ter esse mandato conforme a conferência central que elege ~~esse bispo este bispo~~ deve ter determinado.⁹⁵

Emendar ¶ 543.3, como se segue: Quando uma conferência central for autorizada a eleger bispos, tais eleições serão realizadas sob o mesmo procedimento geral como prevalece nas conferências jurisdicionais para as nomeações dos bispos. A conferência central terá o poder de fixar o mandato dos bispos eleitos pela referida conferência central. O mandato de quatro anos dos bispos eleitos pela Conferência Geral confere uma relação mais igualitária entre todos os nossos bispos na Igreja.

Ou apagar ¶ 543.3.

¶57.

Número de petição: 90065-¶57-C-G; Carroll, John J. - Union City, TN, USA. 1 Petição Similar

Decisões de Recurso à Conferência Geral

Emendar ¶ 57 Artigo III como se segue: Todas as decisões do Conselho Judicial serão finais, excepto assuntos de ofensas alvo de recurso. Quando o Conselho Judicial declarar inconstitucional qualquer acto da Conferência Geral então em sessão, essa decisão será comunicada imediatamente a essa Conferência Geral.

Emendar ¶ 58 Artigo IV como se segue: A Conferência Geral estabelecerá para a Igreja um sistema judicial que irá garantir ao nosso clero o direito a um julgamento por um comité e um recurso, e aos nossos membros um direito a julgamento perante a Igreja, ou por um comité, e um recurso.¹⁰¹ O queixoso também tem o mesmo direito de recurso que o inquirido.

Emendar ¶ 413.3.d).(i) como se segue: . . . os motivos por escrito, uma cópia dos quais será colocada no ficheiro do bispo, referir o assunto ao comité sobre episcopado como queixa administrativa de acordo com ¶ 413.3e ou referir o assunto para o assessor da Igreja de acordo com ¶ 2704.1 para preparar uma queixa a enviar para o comité sobre investigação. Se a queixa foi arquivada, o queixoso pode recorrer para o Conselho Judicial para obter uma resolução justa, a qual se sobrepõe à decisão do Colégio de Bispos. O queixoso e inquirido podem recorrer da decisão do Conselho Judicial aos delegados da Conferência Geral para obter um voto da maioria que é a resolução final.

Emendar por eliminação ¶ 413.3.d.iv

Emendar ¶ 413.3.e como se segue: ... As disposições do ¶ 361.2 para processo justo em audiências administrativas aplicar-se-ão a este processo administrativo. O queixoso pode recorrer do arquivamento para o Conselho Judicial para obter uma resolução justa, a qual se sobrepõe à decisão do Colégio de Bispos. O queixoso e inquirido podem recorrer da decisão do Conselho Judicial aos delegados da Conferência Geral para obter um voto da maioria que é a resolução final.

Emendar ¶ 501 como se segue: A Conferência Geral tem total poder legislativo sobre todos os assuntos distintivamente conexionais (consultar ¶ 16, Divisão Dois, Secção II, Artigo IV, A Constituição). ~~Não tem~~ Tem poder executivo ou administrativo com referência à eleição de bispos durante mandatos de quatro anos e justa resolução de queixas relativamente a ¶¶ 2702.1 e 2702.2.

Emendar ¶ 2609.9 como se segue: O Conselho Judicial terá jurisdição para ouvir e determinar todos os recursos das decisões do comité de recursos jurisdicional e a decisão do Conselho Judicial relativamente às ofensas ¶ 2702.1 é vinculativa sobre a jurisdição, pode apenas ser alvo de recurso para a Conferência Geral. A decisão do Conselho Judicial está em vigor excepto se for recusada por um voto de maioria dos delegados da Conferência Geral.

Emendar ¶ 2701.1 ao adicionar o seguinte parágrafo: ¶ 2701.1.e). Relativamente ao ¶ 2702.1, o queixoso tem o mesmo direito a realizar um recurso como o inquirido quando os fundamentos da queixa (¶ 2702.1) continuem após a conclusão do julgamento. Tais recursos podem eventualmente ser decididos por voto de maioria dos delegados na Conferência Geral.

Fundamentação:

Há a necessidade do direito à queixa face às decisões de recurso da conferência anual e jurisdicional, e o Conselho Judicial aos delegados da Conferência Geral para uma resolução justa das transgressões ¶ 2702.1 e ¶ 2702.2

Esta alteração afectaria outros parágrafos e petições . . .

¶2500.

Número de petição: 90066-¶2500-G; Taylor, Leah - Houston, TX, USA.

Desfiliação - Taylor - Novo Par. 2553

Emendar, a partir do final da Conferência Geral de 2019, Capítulo Seis, Propriedade da Igreja, adicionando uma nova Secção VIII. Desfiliação de Igrejas Locais Devido a Problemas Relacionados com a Sexualidade Humana, depois ao adicionar um novo ¶ 2553 como se segue:

¶ 2553. Desfiliação de Uma Igreja Local Devido a Problemas Relacionados com a Sexualidade Humana.

1. Base-Devido ao profundo conflito com a Igreja Metodista Unida sobre os problemas da sexualidade humana, uma igreja local terá o direito limitado, de acordo com as disposições deste parágrafo, a desfiliar-se da denominação por motivos de consciência relativamente a uma alteração nos requisitos e disposições do Livro da Disciplina relacionado com a prática da homossexualidade ou a ordenação ou casamento de homossexuais prati-

cantes como resolvido e adoptado pela Conferência Geral de 2019 ou as acções ou inacções da sua conferência anual relacionada com estes assuntos.

2. Limites de tempo - A escolha de uma igreja local de desfiliar-se da Igreja Metodista Unida de acordo com este parágrafo será efectuada a tempo suficiente para que o processo de saída esteja completo antes de 31 de Dezembro de 2023. As disposições do ¶ 2553 expiram a 31 de Dezembro de 2023 e não serão usadas após essa data.

3. Inquérito Inicial para desfiliar da Igreja Metodista Unida - Se o conselho da igreja de uma igreja local determinar que a igreja deseja considerar a desfiliação da Igreja Metodista Unida de acordo com este parágrafo, esse conselho de igreja pode enviar um pedido ao superintendente de distrito para iniciar este processo. O superintendente de distrito nomeará uma equipa de trabalho de acordo com ¶ 213 com o objectivo de tirar conclusões e fazer uma recomendação ao superintendente de distrito sobre se a igreja terá um futuro viável dentro ou fora da Igreja Metodista Unida. As disposições do ¶ 213.2 e ¶ 213.3 não se aplicam. Se a igreja local, no momento em que existe aquando da avaliação, tiver um futuro viável, o superintendente de distrito realizará uma conferência da igreja de acordo com ¶ 248 com o único objectivo de decidir se se desfilia da Igreja Metodista Unida de acordo com este parágrafo, com base nos motivos em ¶ 2553.1. Se a igreja local não tiver um futuro viável, o superintendente de distrito irá recomendar o encerramento de acordo com ¶ 2549, ou tomar outra acção adequada, e toda a propriedade da igreja local permanecerá com a Igreja Metodista Unida de acordo com as disposições do ¶ 2549.

4. Processo de tomada de decisão - A conferência da igreja será realizada de acordo com ¶ 248 e será realizada no prazo de cento e vinte (120) dias após o superintendente de distrito solicitar a conferência de igreja. Além das disposições do ¶ 246.8, será dada especial atenção ao aviso amplo aos membros professantes da igreja local relativamente à hora e local de uma conferência de igreja efectuada para este efeito e para usar todos os meios necessários, incluindo comunicação electrónica onde possível para comunicar. A decisão de desfiliar da Igreja Metodista Unida tem de ser aprovada por um voto de maioria de dois terços (2/3) dos membros professantes da igreja local presentes na conferência da igreja.

5. Processo após decisão de desfiliar da Igreja Metodista Unida - Se a conferência da igreja votar para se desfiliarem da Igreja Metodista Unida, os termos e condições para essa desfiliação serão estabelecidos pelo bispo residente da conferência anual aplicável, com conselho do gabinete, tesoureiro da conferência anual, responsável de benefícios da conferência anual, o director de ministérios conexionais e o chanceler da conferência anual. Os termos e condições, incluindo a data de entrada em vigor da desfiliação, serão introduzidos num Acordo de Desfiliação entre a conferência anual e os fiduciários da

igreja local, actuando em nome dos membros. Esse acordo tem de estar de segundo as seguintes disposições:

a) Termos Padrão do Acordo de Desfiliação. O Conselho Geral de Finanças e Administração desenvolverá uma forma padrão para os Acordos de Desfiliação segundo este parágrafo para proteger a Igreja Metodista Unida como definido no ¶ 807.9. O acordo incluirá um reconhecimento da validade e aplicabilidade do ¶ 2501, não obstante a libertação da propriedade. As conferências anuais podem desenvolver termos padrão adicionais que não sejam inconsistentes com a forma padrão deste parágrafo.

b) Contribuições. A igreja local pagará quaisquer contribuições não pagas pelo período anterior de 12 meses face à desfiliação, bem como 12 meses adicionais de contribuições.

c) Bolsas. Todas as bolsas recebidas pela igreja local da conferência anual ou organizações auxiliares no prazo de cinco (5) anos a partir da data da desfiliação serão reembolsadas.

d) Propriedade. Uma igreja local que se desfilie terá o direito a reter a sua propriedade real e pessoal, tangível e intangível. Todas as transferências serão efectuadas antes da desfiliação. Todos os custos para a transferência de título ou outro trabalho legal serão suportados pela igreja local que se desfilia.

e) Responsabilidades das pensões. A igreja local contribuirá a responsabilidade de levantamento numa quantia igual à sua quota proporcional de quaisquer obrigações de pensão não financiadas à conferência anual. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde determinará as obrigações de financiamento agregadas da conferência anual usando factores de mercado semelhantes a um prestador de anuidades comercial, a partir das quais a conferência anual determinará a quota parte da igreja local.

f) Outras responsabilidades. A igreja local irá satisfazer todas as outras dívidas, empréstimos e responsabilidades, ou atribuirá e transferirá as mesmas para a nova entidade, antes da desfiliação.

g) Termos de pagamento. O acordo especificará os termos e condições do pagamento à conferência anual de quaisquer somas relacionadas com o ¶ 2553.5. b, c e e. O prazo de pagamento não será superior a dez (10) anos.

h) Igrejas Desfiladas Continuam como Patrocinadoras do Plano dos Planos da Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde. A Igreja Metodista Unida acredita que uma igreja local que se desfilie de acordo com ¶ 2553 continuará a partilhar ligações religiosas comuns e crenças com a Igreja Metodista Unida com base na teologia e tradição Wesleyana e raízes Metodistas, excepto se a igreja local expressar o contrário. Como tal, uma igreja local que se desfilie de acordo com ¶ 2553 continuará a ser elegível para patrocinar os planos de benefício de funcionários voluntários através da Junta Geral de Pensões e

Benefícios de Saúde de acordo com ¶ 1504.2, sujeito aos termos e condições aplicável dos planos.

i) Assim que a igreja local que se desfilia tiver reembolsado a conferência anual aplicável por todos os fundos devidos segundo o acordo, e desde que não existam outras responsabilidades em falta ou reivindicações contra a Igreja Metodista Unida como resultado da desfiliação, em consideração das disposições deste parágrafo, a conferência anual aplicável libertará quaisquer reivindicações que possa ter de acordo com o ¶ 2501 e outros parágrafos do *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida* habitualmente referidos como cláusula de fideicomisso, ou segundo o acordo.

Fundamentação:

Cria um processo consistente para que as igrejas locais que desejem desfiliar-se da Igreja Metodista Unida devido a desacordos relacionados com a sexualidade humana recebam a sua propriedade, ao mesmo tempo que reduz o impacto na conferência anual devido ao pagamento da sua porção das responsabilidades de pensão da conferência, e outras considerações financeiras.

¶161.C.

Número de petição: 90067-¶161.C-G; Cunningham, Albert McMurtry - Wilmington, NC, USA.

Casamento

Adicionar três parágrafos abaixo do ¶ 161 C) Casamento após a última frase que descreve “Apoiamos leis na sociedade civil que definem o casamento como a união de um homem e uma mulher.”²⁹

Na Igreja Metodista Unida, as nossas quatro fontes teológicas são claramente expressas como “Escrituras, Tradição, Experiência e Razão”, Ver *Livro da Disciplina*, Parte III. Normas Doutoriais e a nossa Tarefa Teológica, ¶ 105. Secção 4 — A nossa Tarefa Teológica. Usando todas as quatro fontes, os Metodistas Unidos, enquanto uma denominação e indivíduos, criam e exercem um julgamento teológico.

Vemos as Escrituras como a palavra de Deus para os crentes de Deus. As Escrituras autenticam que a oferenda de Deus do sexo seja desfrutada num casamento entre um homem e uma mulher. Adicionalmente, na nossa acolhedora comunidade de fé, as passagens das Escrituras oferecem “Verdade no Amor” e esperança da “vida Eterna” para as pessoas sexualmente imorais que “não herdaram o reino de Deus”, excepto se se santificarem através de Cristo. (Ver ¶ 104. Secção 3 — As nossas Normas Doutrinárias e Regras Gerais, “De Santificação”, página 72 e “Artigo XI – Santificação e a Perfeição Cristã”, página 75.)

As dezanove passagens das Escrituras abaixo são indicadas como um corpo básico de trabalho para aumentar a nossa compreensão da lei bíblica, amor de Deus, a sua promessa e julgamento. Tal como um composto, são necessárias para honrar a santidade do pacto do casamento aos olhos de Deus e para a salvação de almas. São oferecidas ao clero e leigos Metodistas Unidos para considerarem com preces a criação de um julgamento teológico são e acções pessoais. Levítico 18:22; Levítico 20:13; Mateus 15:19; Mateus 19:4-6; Romanos 1:26-27; Romanos 13:13-14; 1 c 5:1; 1 Coríntios 5:9-11; 1 Coríntios 6:9-11; 1 Coríntios 6:18-20; 1 Coríntios 10:8; Gálatas 5:19-22; Efésios 5:3-14; Colossenses 3:5; 1 Tessalonicenses 4:3-8; 1 Timóteo 1:8-11; Hebreus 13:4; Judas 7; Revelação 21:8

Fundamentação:

Apoios da petição: “Plano Tradicionalista” de “*Comissão do Caminho a Seguir*”

Utilizar fontes para julgamento teológico: “Escrituras, Tradição, Experiência, Razão”

Relembrar Conferência Geral: As Normas Doutrinárias e as Regras Gerais sobre Santificação da IMU

Lista das passagens das Escrituras: Honrar o pacto do casamento de um homem e uma mulher aos olhos de Deus

¶161.C.

Número de petição: 90068-¶161.C-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA para o Caucus de Clero Queer MU. 2 Petições Similares

Um Plano Simples N.º1 - Souto - Casamento - Par. 161.C

Alterar o ¶ 161.C conforme se segue:

C) *Casamento*—Afirmamos a santidade da aliança do casamento que é expressada através amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade compartilhada ~~entre um homem e uma mulher~~. Cremos que as bênçãos de Deus baseiam-se em tal casamento, independentemente se há filhos ou não desta união. Rejeitamos as normas sociais que assumem padrões diferentes entre mulheres e homens, no casamento. ~~Apoiamos as leis da sociedade civil que definem o casamento como a união de um homem e uma mulher.~~

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶161.G.

Número de petição: 90069-¶161.G-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA Para o Caucus de Clero Queer IMU. 3 Petições Similares

Um Plano Simples N.º2 - Souto - Sexualidade Humana - Par. 161.G

Emendar ¶ 161.G, como se segue:

G) *Sexualidade Humana* - Defendemos que a sexualidade é o dom de Deus para todas as pessoas. Apelamos a todos que façam uma gestão responsável desse dom sagrado.

~~Embora todas as pessoas sejam seres sexuais quer sejam casados ou não, as relações sexuais são confirmadas apenas com a aliança do casamento monogâmico e heterossexual.~~

Lamentamos todas as formas de comercialização, abuso e exploração sexual. Fazemos um apelo para aplicação global rigorosa de leis que proibam a exploração sexual de crianças e uma protecção, orientação e aconselhamento adequados para crianças vítimas de abuso. Todas as pessoas, independentemente da idade, sexo, estado civil ou orientação sexual, têm direito a ter os seus direitos humanos e civis e a serem protegidos contra a violência. A Igreja deve apoiar a família no fornecimento de formação adequada à idade no que diz respeito à sexualidade para crianças, jovens e adultos.

Defendemos que todas as pessoas são indivíduos de valor sagrado, criados à imagem de Deus. Todas as pessoas precisam do ministério da Igreja nas suas lutas para a realização humana, bem como a assistência espiritual e emocional de uma comunhão que permite conciliar relacionamentos com Deus, com os outros e consigo próprio. ~~A Igreja Metodista Unida não tolera a prática da homossexualidade e considera essa prática incompatível com a doutrina Cristã.~~ Defendemos que a graça de Deus está disponível para todos. Procuraremos viver juntos em comunidade Cristã, acolhendo, perdendo e amando uns aos outros, como Cristo nos amou e nos aceitou. Imploramos às famílias e igrejas para não rejeitarem nem condenarem os membros e amigos gays e lésbicas. Comprometemo-nos a pertencer ao ministério para e com todas as pessoas.

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶304.3.

Número de petição: 90070-¶304.3-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA para o Caucus de Clero Queer MU. 8 Petições Similares

Um Plano Simples N.º3 - Souto - Habilitações para Ordenação - Par. 304.3

Emendar ¶ 304.3 como se segue:

¶ 304.3. [Reservado] ~~Embora as pessoas escolhidas pela Igreja para o ministério ordenado estejam sujeitas a todas as fragilidades e fraquezas da condição humana e às pressões da sociedade no geral, devem manter os mais elevados padrões de vida santa no mundo. A prática da homossexualidade é incompatível com o ensinamento Cristão. Por conseguinte, os homossexuais confessos não devem ser certificados como candidatos, nem ordenados como ministros nem nomeados para servir na Igreja Metodista Unida.~~

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶310.2d.

Número de petição: 90071-¶310.2d-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA para o Caucus do Clero Queer MU.

Um Plano Simples #4 - Souto - Candidatura - Nota de rodapé 3 para Par. 310.2d

Emendar a nota de rodapé 3 do ¶ 310.2(d) como se segue:

Ao adotar as afirmações em ¶¶ 304.2 e 310.2d sobre a responsabilidade moral e social de ministérios ordenados, a Conferência Geral procura elevar os padrões ao solicitar um compromisso moral mais exaustivo por parte do candidato e para um exame mais cuidadoso e preciso de candidatos por parte de comités distritais e juntas do ministério. A legislação não implica de modo algum que o uso do tabaco seja uma questão moralmente indiferente. À luz da prova desenvolvida contra o uso do tabaco, o ónus da prova seria sobre todos os utilizadores para mostrar que o seu uso do mesmo é consistente com os mais elevados ideais da vida Cristã. De igual modo, relativamente às bebidas alcoólicas, o ónus da prova seria sobre os utilizadores mostrarem que a sua acção é consistente com os ideais de excelência de mente, pureza do corpo e comportamento social responsável.

Por isso, as alterações aqui não amenizam a visão tradicional que concerne o uso do tabaco e bebidas alcoólicas por ministros ordenados na Igreja Metodista Unida. Pelo contrário, solicitam padrões mais elevados de auto-disciplina e formação de hábito em todas as relações pessoais e sociais. Solicitam dimensões de compromisso moral que vão muito mais além de quaisquer práticas específicas que podem ser listadas. (Ver Decisão do Conselho Judicial 318.)

~~A Conferência Geral, em resposta às expressões em toda a Igreja relativamente à homossexualidade e ordenação, re-afirma a presente linguagem da *Disciplina* relativamente ao carácter e empenho das pessoas que procuram ordenação e afirma os seus elevados padrões.~~

Durante mais de 200 anos, têm sido colocadas as Questões de Wesley aos candidatos à ordenação, incluindo “. . . Têm uma compreensão clara e profunda; um julgamento certo nas coisas de Deus; uma concepção justa da salvação pela fé? . . .” (¶ 310). Todos os candidatos concordam dedicar-se totalmente aos ideais mais elevados da vida Cristã e para este fim concordam “em exercitar um auto-controlo responsável, por hábitos pessoais que levam à saúde corporal, maturidade mental e emocional, integridade em todas as relações pessoais, fidelidade no casamento e celibato, responsabilidade social e crescimento em graça e o conhecimento e amor de Deus” (¶ 304.2).

O carácter e compromisso dos candidatos para o ministério ordenado é descrito ou examinado em seis locais no *Livro da Disciplina* (¶¶ 304, 310.2, 324, 330, 333 e 335). Estes dizem em parte: “Apenas aqueles que têm carácter moral inquestionável e piedade genuína, com conhecimento profundo das doutrinas fundamentais do Cristianismo e fé no cumprimento dos seus deveres devem ser eleitos para membros totais” (¶ 333).

A afirmação na ordenação (¶ 304.2) declara: “*A Igreja espera que aqueles que procuram ordenação se dediquem totalmente aos ideais mais elevados da vida Cristã . . . [e a] acordar em exercer o auto-controlo responsável por hábitos pessoais. . .*”.

Existem oito passos cruciais no exame dos candidatos. Eles são:

(1) O auto-exame do indivíduo que procura ordenação quando ele ou ela responde ao chamamento de Deus no compromisso pessoal para com Cristo e a sua igreja.

(2) A decisão do comité das relações pastor-paróquia, que faz a primeira recomendação para a conferência do cargo quando um membro procura tornar-se um candidato para ministério ordenado.

(3) A decisão da conferência do cargo, que tem de recomendar o candidato.

(4) A decisão do comité distrital sobre o ministério ordenado, que tem de recomendar o candidato para a Junta do Ministério Ordenado da conferência e, onde aplicável, a decisão da conferência distrital.

(5) A decisão da Junta do Ministério Ordenado, que tem de recomendar a ordenação do diácono e membros provisionais. Ver Decisões do Conselho Judicial 513, 536, 542..

(6) A decisão dos membros do clero da conferência anual, que têm de eleger candidatos para os membros provisionais.

(7) A recomendação da Junta do Ministério Ordenado para a ordenação do diácono ou anciãos e membros totais.

(8) A eleição para a ordenação de diáconos ou anciãos e membros totais por parte dos membros do clero da conferência anual.

Todos os membros do clero da conferência anual são responsáveis pelo carácter e eficácia da conferência anual em todo o seu ministério.

A Conferência Geral tornou claro nas “Normas Doutrinárias e a Nossa Tarefa Teológica” (Parte III da *Disciplina*) que as Escrituras, tradição, experiência e razão são nossas directrizes. “Os Metodistas Unidos compartilham com outros Cristãos a convicção de que a Escritura é a principal fonte e critério para a doutrina Cristã”.

Nos Princípios Sociais, a Conferência Geral disse que nós ~~“não apoiamos a prática da homossexualidade e consideramos esta prática incompatível com o ensinamento Cristão”~~. Além disso, os Princípios declaram que “afirmamos a santidade do matrimónio pactual que é expressado em amor, apoio mútuo, empenho pessoal e fidelidade partilhada. ~~entre um homem e uma mulher~~. cremos que as bênçãos de Deus baseiam-se em tal casamento, independentemente se há filhos ou não desta união. Rejeitamos as normas sociais que assumem diferentes normas para mulheres em vez de homens no casamento”. Também, “afirmamos a integridade de pessoas solteiras e rejeitamos todas as práticas sociais que discriminam ou atitudes sociais que são prejudiciais a pessoas porque são solteiras”.

A Conferência Geral afirma a sabedoria do nosso legado expresso nas disposições disciplinares relacionadas com o carácter e empenho dos ministérios ordenados. A Igreja Metodista Unida afastou-se das proibições dos actos específicos, pois tais proibições podem ser infundáveis. Afirmamos a nossa confiança na comunidade pactual e o processo pelo qual ordenamos ministérios.

No nosso pacto somos solicitados a confiar uns nos outros à medida que recomendamos, examinamos e elegemos candidatos para o ministério ordenado e membros da conferência. Ver Decisão do Conselho Judicial 480.

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶341.6.

Número de petição: 90072-¶341.6-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA para o Caucus do Clero Queer MU. 6 Petições Similares

Um Plano Simples N.º5 - Souto - Conduta Indevida - Par. 341.6

Emendar ¶ 341.6 como se segue:

¶ 341.6. ~~[Reservado] As cerimónias que celebrem uniões homossexuais não serão realizadas pelos nossos ministros e não serão realizadas nas nossas igrejas.~~

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶613.19.

Número de petição: 90073-¶613.19-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA para o Caucus de Clero Queer MU. 4 Petições Similares

Um Plano Simples N.º6 - Souto - Financiamento - Par. 613.19

Emendar ¶ 613.19 como se segue:

¶ 613.19. ~~Garantir que nenhuma junta de conferência anual, agência, comité, comissão ou conselho concederá fundos da Igreja Metodista Unida a qualquer comunidade ou grupo gay ou utilizará de algum modo esses fundos para promover a aceitação da homossexualidade ou violar o compromisso expresso da IMU de “não rejeitar ou condenar membros e amigos gays e lésbicas” (¶ 161G). O conselho terá o direito de impedir esses gastos. Esta restrição não irá limitar o ministério da Igreja em resposta à epidemia de VIH, nem irá excluir o financiamento para diálogos ou eventos educativos onde a posição oficial da Igreja seja representada de forma justa e igual.~~

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶806.9.

Número de petição: 90074-¶806.9-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA para o Caucus de Clero Queer MU. 5 Petições Similares

Um Plano Simples N.º7 - Souto - Responsabilidades Fiscais GCFA - Par. 806.9

Emendar ¶806.9 como se segue:

¶ 806.9. Será responsável por garantir que nenhuma junta, agência, comité, comissão ou conselho deverá conceder fundos da Igreja Metodista Unida a qualquer comunidade ou grupo gay ou utilizará de algum modo esses fundos para promover a aceitação da homossexualidade ou violar o compromisso expresso da Igreja Metodista Unida de “não rejeitar ou condenar membros e amigos gays e lésbicas” (¶ 161G). O conselho terá o direito de impedir esses gastos. Não limitará o ministério da Igreja em resposta à epidemia do VIH.

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶2702.1.

Número de petição: 90075-¶2702.1-G; Souto, Alexandre Da Silva - New Milford, CT, USA para o Caucus de Clero Queer IMU. 2 Petições Similares

Um Plano Simples N.º8 - Souto - Infracções Imputáveis - Par. 2702.1

Emendar ¶ 2702.1, como se segue:

¶ 2702.1. Um bispo, membro do clero de uma conferência anual (¶ 370), pastor local, clero numa localização honrosa ou administrativa, ou ministro diaconal podem ser julgados quando acusados (sujeito ao estatuto de limitações em ¶ 2702.4) de uma ou mais das seguintes infracções: (a) imoralidade, incluindo, mas não se limitando a, não ser celibatário enquanto solteiro ou ser infiel num casamento heterossexual; (b) práticas declaradas pela Igreja Metodista Unida como sendo incompatíveis com os ensinamentos Cristãos, incluindo, mas não se limitando a: ser um homossexual auto-declarado ou realizar cerimónias que celebrem uniões homossexuais ou realizar cerimónias de casamento entre pessoas do mesmo sexo; (c) crime; (d) desobediência à ordem e disciplina da Igreja Metodista Unida; (e) disseminação de doutrinas contrárias às normas de doutrinas estabelecidas da Igreja Metodista Unida; (f) relações e/ou comportamentos que prejudiquem o ministério de outro pastor; (g) abuso de menores; (h) abuso sexual; (i) má conduta sexual, incluindo o uso ou posse de pornografia, (j) assédio, inclu-

indo, mas não se limitando a assédio racial e/ou sexual (k) discriminação com base na raça ou no género; ou (l) actos fiscais ilícitos.

Fundamentação:

Na tradição Wesleyana, temos como objectivo viver pela advertência de não fazer mal. Rever secções do *Livro da Disciplina* que impede que as pessoas sejam participantes na vida da Igreja Metodista Unida atenua alguns dos danos que a Igreja Metodista Unida provoca a . . .

¶00.

Número de petição: 90076-¶00-C-G; Childs, Christopher E. - Marcus, IA, USA.

Comportamento do Clero e Uso da Propriedade da Igreja

Adicionar um novo parágrafo à Secção III da Constituição, após parágrafo 22.

A Conferência Geral não estabelecerá quaisquer proibições ou requisitos pelo comportamento de clero ou o uso da propriedade da igreja sem um voto maioritário de setenta e cinco por cento. Qualquer norma de comportamento para o clero ou o uso da propriedade da igreja pode ser removida com uma percentagem de voto de vinte e cinco por cento.

Fundamentação:

A IMU será sempre uma comunidade de Cristãos fiéis que não concordam nos problemas divisões do dia. A luta quadrienal pelo controlo distraiu-nos da nossa missão. Esta resolução vai afastar a Igreja de opiniões que nos dividem, na direcção dos essenciais que nos unem.

Isto . . .

¶328.

Número de petição: 90077-¶328-G; Nupp, John William - Ellicott City, MD, USA.

Interpretação da Fidelidade em Casamentos para Diáconos

Emendar ¶ 328 como se segue:

Os diáconos lideram a congregação no seu ministério-servo e equipam e apoiam todos os Cristãos baptizados no seu ministério. O ministério distinto do diácono evoluiu no Metodismo Unido durante muitos anos - o trabalho contínuo da diáconia, missionário inicial e o ministério diaconal. A Igreja,

reconhecendo as oferendas e impacto de todas as encarnações anteriores do diaconato e providenciando a continuação o cargo de diaconisa, afirma que esta particularidade é tornada visível e central para a vida e ministério da Igreja através de ordenação, e que o ministério do diácono é uma resposta fiel da missão da Igreja que cumpre as necessidades emergentes do futuro.

O Conselho do Ministério Ordenado pode, por conseguinte, aprovar um candidato para o cargo de diácono que exemplifica os mais elevados ideais da vida Cristã que, de acordo com as leis da conferência anual na qual servem, exhibe fidelidade no casamento e celibato enquanto indivíduo, para o bem da missão contínua da igreja no mundo.

Os diáconos respondem perante a conferência anual e o bispo para o cumprimento do seu chamamento à liderança de serviço.

Fundamentação:

Os diáconos desfrutam de uma relação única dentro da nossa estrutura conexional: ligando a igreja ao mundo sempre que são nomeados, ainda assim nunca garantindo uma nomeação. Apesar de terem sido sugeridos vários meios para fazer um caminho a seguir através de modelos congregacionais, esta solução ocorre através de uma simples alteração nas ordens. Conceder aprovação . . .

¶512.

Número de petição: 90078-¶512-!-G; Dunnam, Maxie - Memphis, TN, USA.

Plano Tradicional Modificado - Dunnam - Comité de Episcopado Global - Par. 512

Emendar ¶ 512 para responsabilizar o Comité de Episcopado Global de acordo com as disposições deste plano pelos bispos e conferências anuais.

¶ 512. ~~Comité Interjurisdicional sobre~~ Comité de Episcopado Global—1. Haverá ~~um Comité Interjurisdicional sobre Episcopado~~ um Comité de Episcopado Global eleito pela Conferência Geral que consiste de uma das as pessoas (~~designadas por cada delegação~~) nomeadas pelas suas delegações de conferência anual para servir nos vários comités jurisdicional ou conferência central sobre episcopado. O comité não se reunirá mais tarde do que o quinto dia da sessão da conferência e no momento e lugar definidos para essa reunião pelo presente do Concílio de Bispos e elegerá de entre os seus um presidente, vice-presidente e secretário. As funções deste comité conjunto serão:

a. Debater a possibilidade de transferências de bispos entre linhas jurisdicionais ou conferência central na próxima conferência jurisdicional ou central para responsabilidades residenciais e presidenciais no próximo quadriénio;

b. Administrar pelo seu comité executivo o processo de queixa para quaisquer queixas apresentadas contra bispos que não tenham, alegadamente, cumprido o seu compromisso de acordo com ¶ 2801.7a ou que, alegadamente, tenham realizado uma das transgressões de acordo com ¶ 2702.1a-b. O comité executivo utilizará o processo de ¶¶ 413 e 2704.1, mas substituirá o presidente e secretário do Colégio de Bispos relevante. Qualquer resposta relevante será administrada por dois presbíteros que sejam membros do comité executivo como escolhido pelo comité e que não sejam nomeados para servir na conferência jurisdicional ou central onde o bispo inquirido serve. Um voto de maioria do comité executivo será necessário para retirar uma queixa como não tendo fundamento em lei ou facto, para enviar um assunto enquanto queixa administrativa para o comité de episcopado da conferência jurisdicional ou central, para enviar um assunto a um advogado da Igreja enquanto assunto judicial ou pedir ao comité de relações do conselho do Concílio de Bispos que coloque um bispo em baixa involuntária ou reforma involuntária. As disposições deste sub-parágrafo tomam precedência face a quaisquer disposições em conflito na *Disciplina* não contidas na Constituição e serão administradas de forma consistente com ¶ 2801.7.

c. Para investigar alegações de que uma conferência anual não tenha cumprido o seu compromisso de acordo com ¶ 2801.1a e por um voto da maioria aplicar acção correctiva ou colocar a conferência anual na lista de ¶ 2801.3. Tal acção pelo Comité de Episcopado Global pode ser alvo de recurso para o Conselho Judicial na sua próxima sessão agendada pela conferência anual afectada. Quaisquer sanções impostas de acordo com ¶ 2801.4 entrarão em efeito seis meses após o Comité de Episcopado Global agir ou após um recurso ser ouvido, o que acontecer mais tarde.

d. Para monitorizar as alterações das conferências anuais e apresentar recomendações à Conferência Geral relacionadas com a reorganização das conferências jurisdicionais ou central que possam ser necessárias com base nos efeitos das conferências anuais saírem da conexão. Qualquer recomendação para reconfigurar uma conferência central também tem de ser considerada pelo Comité Permanente sobre Assuntos da Conferência Central.

e. e Rever com base nas necessidades missionais necessária de um pedido de uma jurisdição a qual, pelo número dos seus membros como indicado em ¶ 404, experienciaria uma redução no número dos seus bispos, e recomendar o número de bispos ao qual essa jurisdição deva ter direito à Conferência Geral para determinação pela Conferência Geral. Esta disposição relativamente às necessidades missionais é capac-

itadora, e não é limitativa do poder da Conferência Geral em agir na ausência de uma recomendação do comité.

Elegerá um comité executivo consistido pelos responsáveis nomeados acima e ~~dois membros do clero e leigos dos nomeados para cada comité jurisdicional, eleitos pelo comité para realizar consultorias junto de bispos e outros interessados em possíveis transferências episcopais.~~ Uma das pessoas eleitas de cada jurisdição será o presidente, ou o nomeado do presidente, de a cada conferência jurisdicional ou central comité sobre episcopado. O comité executivo irá reunir-se por indicação do presidente, e terá os poderes do comité entre sessões do comité. Será responsável pelo ~~comité interjurisdicional Global~~, e em cumprimento dessa responsabilidade e no interesse da continuidade do trabalho do comité, o presidente cessante, ou nomeado pelo presidente, irá apresentar um relatório ao novo comité sobre o trabalho do quadriénio anterior, bem como recomendações sobre o que será o trabalho do próximo quadriénio.

O Comité Global ou o seu comité executivo pode reunir-se para qualquer uma das suas funções através de conferência vídeo ou telefónica ou outros meios electrónicos.

Um registo das actividades do comité será mantido pelo Gabinete de Serviços Episcopais do Conselho Geral de Finanças e Administração.

2. Um bispo pode ser transferido ao longo de uma das linhas da conferência jurisdicional ou central apenas quando o bispo tiver consentido essa transferência e tiver servido pelo menos um quadriénio em ou sob designação pela conferência jurisdicional ou central na qual o bispo tiver sido eleito. Tal transferência será incluída quando o comité sobre episcopado de cada jurisdição ou conferência central envolvida tenha aprovado a(s) transferência(s) por uma maioria de voto daqueles presentes e votantes, deste que a(s) transferência(s) afecte(m) aquelas jurisdições ou conferências centrais. (Consultar ¶ 49, Artigo V.)

3. O ~~Comité Interjurisdicional sobre~~ Comité de Episcopado Global será reconhecido como o órgão oficial através do qual as transferências trans-jurisdicionais ou trans-conferência central serão realizadas. Caso um bispo solicite transferência, o bispo tem a opção de identificar a jurisdição receptora ou conferência central. Uma jurisdição ou conferência central pode solicitar que um bispo específico seja transferido ou possa indicar uma vontade de aceitar que um bispo se transfira de qualquer outra jurisdição ou conferência central. Pedido para transferência de um bispo ou comités jurisdicionais ou conferência central de episcopado serão recebidos pelo ~~Comité Interjurisdicional sobre~~ Comité de Episcopado Global até 1 de Abril do ano anterior ao ano das conferências jurisdicionais ou centrais. O ~~Comité Interjurisdicional do~~ Comité de Episcopado Global marcará uma consulta entre bispo(s) que solicitem transferência e o(s) comité(s) adequados jurisdicionais ou conferência central de episcopado até 1 de Janeiro do ano da(s) conferência(s) jurisdicional(ais) ou central. Uma

vez que o(s) comité(s) jurisdicional(ais) ou de conferência central de episcopado tenham tomado acção, os secretários da conferência jurisdicional ou central informarão o ~~Comité Interjurisdicional do~~ Comité de Episcopado Global até 1 de Agosto duas semanas após as conferências jurisdicionais ou central.

4. O ~~Comité Interjurisdicional sobre~~ Comité de Episcopado Global irá comunicar a cada Conferência Geral a acção tomada durante o quadriénio anterior.

Emendar ¶ 404.2b para alterar o nome “Comité Interjurisdicional sobre Episcopado” para “Comité de Episcopado Global”.

¶ 404.2b) Se o número de membros da igreja numa jurisdição diminuir pelo menos dez por cento abaixo do número de membros da igreja que tenha concedido o direito da jurisdição do seu número de bispos, então o número de bispos que deverá ter direito deverá ser determinado com base nas necessidades missionárias, conforme aprovado pela Conferência Geral por recomendação do ~~Comité Interjurisdicional do~~ Comité de Episcopado Global, desde que, no entanto, essa jurisdição tenha direito a não menos do que o número de bispos aos quais teria direito ao abrigo do sub-parágrafo a) supra. A jurisdição afectada terá a responsabilidade, através do seu Comité de Episcopado, a pedir que seja ponderada a sua necessidade missionária para uma excepção, e na ausência desse pedido, não haverá a obrigação por parte do ~~Comité Interjurisdicional do~~ Comité de Episcopado Global de considerar essa excepção nem de fazer qualquer relatório sobre essa excepção à Conferência Geral. Em caso algum haverá qualquer tipo de impedimento ao poder da Conferência Geral de actuar na ausência de uma tal recomendação ou rejeitar qualquer recomendação que possa ter sido recebida.

Fundamentação:

Esta petição fortalece o Plano Tradicional ao colocar um grupo eleito, representativo, como responsável de responsabilizar bispos e conferências anuais face às suas disposições. Um Comité de Episcopado Global aumentado e renomeado eleito pela Conferência Geral inclui representação igual das conferências centrais, tornando a responsabilidade mais uniforme em todo o globo.

¶2800.

Número de petição: 90079-¶2800-!-G; Dunnam, Maxie - Memphis, TN, USA.

Plano Tradicional Modificado - Dunnam - Processo de Implementação - Novo Par. 2801

Adicionar um novo ¶ 2801

¶ 2801. *Implementando a Responsabilidade Graciosa*

Devido ao actual profundo conflito relativamente à posição da Igreja Metodista Unida sobre casamento e sexualidade, uma igreja local ou conferência anual pode indicar o seu desejo de formar ou aderir a uma igreja autónoma ao abrigo deste parágrafo com base na sua declaração de que está em conflito irreconciliável, por razões de consciência, com a doutrina ou ensinamentos morais e requisitos do *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida* sobre as questões da sexualidade humana, ou sobre o modo como tais requisitos estão a ser cumpridos, ou com a resolução desses assuntos adoptada pela Conferência Geral de 2019.

1. Antes de 31 de Março de 2020, cada **conferência anual** votará através de voto secreto ou meios electrónicos (sendo os totais anunciados publicamente no momento do voto) para aprovar uma das duas declarações seguintes:

a. “A Conferência Anual de --- e as suas unidades subsidiárias irão apoiar, defender e manter a responsabilidade perante os padrões metodistas unidos, patentes no ¶ 304.3 ‘Qualificações para a Ordenação’, ¶ 341.6 ‘Conduta Não Autorizada’ ¶ 613.19 ‘Responsabilidades do Conselho de Finanças e Administração e ¶ 2702.1ab ‘Transgressões pelas quais alguém pode ser acusado’ do *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida 2016* na sua totalidade”.

b. “A conferência Anual e as suas unidades subsidiárias não irão apoiar, defender e manter responsabilidade perante os padrões da Igreja Metodista Unida constantes no ¶ 304.3 ‘Qualificações para a Ordenação’, ¶ 341.6 ‘Conduta Não Autorizada’ ¶ 613.19 ‘Responsabilidades do Conselho de Finanças e Administração e ¶ 2702.1ab ‘Transgressões pelas quais alguém pode ser acusado’ do *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida, 2016* na sua totalidade”.

2. Em casos extremos em que uma conferência anual fora dos Estados Unidos é incapaz, devido a circunstâncias extraordinárias, de votar dentro deste prazo, o seu bispo residente pode solicitar uma prorrogação única de um ano para além deste prazo, o que também constituirá uma prorrogação de um ano dos prazos previstos no ¶ 2801.3-4 abaixo, a serem concedidos pelo Conselho Geral de Finanças e Administração. Tais solicitações de prorrogação devem ser enviadas até 1 de Abril de 2020.

3. O Conselho Geral de Finanças e Administração deve solicitar os votos de cada conferência anual e indicar os votos totais publicamente. As que retornarem uma votação maioritária pela a segunda opção, não responderem, não esclarecerem a sua resposta, ou qualificarem de qualquer forma o seu compromisso com a primeira opção, devem ser colocados numa lista de conferências idealmente adequadas para a situação de auto-governo. Esta lista será colocada à

disposição do Concílio de Bispos e divulgada ao público até 1 de Maio de 2020.

4. A partir de 1 de Janeiro de 2021, o Conselho Geral de Finanças e Administração não receberá fundos, nem enviará fundos para, as conferências anuais listadas à luz no ¶ 2801.3, excepto como uma igreja Metodista autónoma formada ao abrigo deste parágrafo. O Conselho Geral de Finanças e Administração também proibirá o uso do nome Metodista Unida e do seu símbolo por essas conferências anuais, excepto nos termos de um acordo de concordata.

As alegações de que uma conferência anual não cumpriu o seu compromisso ao abrigo do ¶ 2801.1a devem ser endereçadas à comissão de relações do conselho do Concílio de Bispos, como prova de possível má conduta por parte do bispo residente da conferência. Tais alegações também serão enviadas ao Comité de Episcopado Global para investigação e acção (¶ 512).

5. As conferências anuais que não forem colocadas na lista do ¶ 2801.3 podem, no entanto, votar para entrar no estatuto de governo autónomo.

6. O Conselho Geral de Finanças e Administração deve oferecer e facilitar um cronograma que permita que as conferências anuais que se movem para o estado de autónomas continuem com uma participação financeira ininterrupta nos ministérios conexos da Igreja Metodista Unida sob os termos deste parágrafo e poderá conceder um adiamento único das restrições do ¶ 2801.4 de até doze meses, a pedido de uma conferência anual que tenha votado a entrada no estatuto de governo autónomo, para permitir a transição.

7. Até 31 de Março de 2020, cada **bispo** da Igreja Metodista Unida deverá entregar uma das duas declarações seguintes ao presidente do Concílio de Bispos e ao Conselho Geral de Finanças e Administração:

a. Eu, (*Nome*), certifico que irei manter na íntegra os padrões da Igreja Metodista Unida sobre o casamento e a sexualidade (¶ 414.5). Eu vou fazer cumprir os requisitos do *Livro da Disciplina* proibindo casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a ordenação de homossexuais praticantes confessos (¶¶ 304.3, 341.6, 2702.1ab, 414.9). Além disso, responsabilizarei todos aqueles sob a minha supervisão por esses padrões (¶¶ 415.2, 613.19).

b. Eu, (*Nome*), certifico que, por razões de consciência, não posso manter na íntegra os padrões metodistas unidos sobre o casamento e a sexualidade (¶ 414.5). Eu não pretendo ou sou incapaz de fazer cumprir os requisitos do *Livro da Disciplina* proibindo casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a ordenação de homossexuais praticantes confessos (¶¶ 304.3, 341.6, 2702.1ab, 414.9) ou de responsabilizar todos aqueles sob a minha supervisão por esses padrões (¶¶ 415.2, 613.19).

Os bispos que apresentarem a segunda opção (no todo ou em parte), não responderem, não estiverem claros na sua

resposta, ou qualificarem o seu compromisso com a primeira opção de qualquer forma, estarão sujeitos à revisão pelo Concílio de Bispos da comissão de relações do conselho para possível acção. A partir de 1 de Setembro de 2020, tais bispos não receberão financiamento para despesas (alojamento, escritório, viagem) do Conselho Geral de Finanças e Administração. Os bispos que indiquem ao presidente do Conselho e à GCFA a sua intenção de se juntarem a uma igreja Metodista independente, criada de acordo com este parágrafo, serão elegíveis para continuar a receber despesas durante um período de transição, até que tal transferência esteja completa, ou até 31 de Dezembro de 2021, o que acontecer primeiro.

Queixas contra bispos que supostamente não cumpriram seu compromisso ao abrigo do ¶ 2801.7a acima, ou que supostamente tenham cometido uma das transgressões pelas quais alguém pode ser acusado nos termos do ¶ 2702.1ab, serão automaticamente e imediatamente encaminhados ao Comité de Episcopado Global (¶ 512), que irá administrar a queixa de acordo com as disposições do ¶ 413. Por um voto de maioria de dois terços, o Concílio de Bispos pode assumir a responsabilidade por administrar tal queixa e actuar de acordo com o ¶ 422.5 a qualquer momento até a queixa ser enviada a um advogado da Igreja (¶¶ 413.3d, 2704.1).

8. *Clérigos* que, por razões de consciência, se encontram incapazes de viver dentro dos limites dos ¶¶ 304.3, 341.6, 613.19 e 2702.1ab são encorajados a se transferir para uma igreja autónoma formada ao abrigo deste parágrafo. Clérigos que continuem Metodistas Unidos mas não mantenham a sua conduta dentro dos limites estabelecidos pelo *Livro da Disciplina* estarão sujeitos a transgressões pelas quais alguém pode ser acusado.

9. *Conferências anuais que se tornam igrejas metodistas autónomas.*

a. Qualquer conferência anual pode se tornar uma igreja autónoma ou participar de uma existente, quando essa conferência anual votar por maioria simples por obter essa situação, nos termos deste parágrafo. A conferência anual deverá notificar o presidente do seu Colégio de Bispos da sua decisão pelo menos 30 dias antes de uma sessão regular ou especialmente convocada da sua conferência jurisdicional ou central. A conferência jurisdicional ou central deve redistribuir o território da antiga conferência anual entre as conferências anuais restantes ou criar uma nova conferência anual. Deve ser responsabilidade da nova igreja autónoma desenvolver o seu *Livro da Disciplina* e estabelecer-se como uma entidade legal. A existência da igreja auto-governada entrará em vigor após o encerramento da conferência jurisdicional ou central ou na data efectiva estabelecida pela conferência anual na sua solicitação, o que for posterior. Toda a propriedade, activos e responsabilidades excepto aquelas relacionadas com pensões (ver sub-parágrafo b em baixo) continuarão a pertencer a, e ser responsabilidade da, conferência anual que sai. Uma conferência anual não considerará uma mudança em sua filiação

em menos de quatro anos a partir de uma votação anterior da conferência anual sobre a questão.

b. Se uma conferência anual dos EUA deixar de fazer parte da Igreja Metodista Unida, tornando-se uma igreja Metodista autónoma, ou de outra forma, deverá contribuir para a Junta Geral de Benefícios de Pensões e Saúde qualquer montante necessário para financiar integralmente as suas obrigações ao abrigo do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos. O patrocínio e as responsabilidades legais da antiga conferência anual sob o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos continuarão como uma igreja Metodista auto-governada. No entanto, os acréscimos e melhorias de benefícios sob o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos cessarão. O patrocínio e a administração do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos para a igreja Metodista autónoma serão segregados e tratados separadamente de todas as outras conferências anuais que permanecem como parte da Igreja Metodista Unida. Para fins de administrar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos dessa forma, a Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde está autorizada e habilitada a:

(1) Identificar quais os participantes do plano das igrejas metodistas auto-governadas (das antigas conferências anuais) que escolheram permanecer com a Igreja Metodista Unida, e aqueles que são membros da antiga conferência anual (quer a antiga conferência anual se torne uma igreja Metodista auto-governada, quer se desfilie de outra forma) com base nos registos de serviço e estado de membro nas conferências anuais; os participantes não clérigos, por exemplo, cônjuges sobreviventes, pensionistas contingentes e beneficiários alternativos, serão considerados como permanecendo associados à Igreja Metodista Unida;

(2) Calcular e segregar a quota parte dos activos e passivos da antiga conferência anual no plano de benefício definido para todos os participantes da antiga conferência anual usando factores correspondentes àqueles usados na determinação das contribuições de patrocinador do plano da conferência anual para o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos; e na medida e a qualquer momento que certos participantes, activos ou inactivos, se tornem responsabilidade da Igreja Metodista Unida, reter para a Igreja Metodista Unida de tal quota parte calculada um montante necessário para financiar totalmente as responsabilidades desses participantes usando factores semelhantes para um provedor comercial de anuidade;

(3) Calcular a quantia de qualquer contribuição ao plano que a antiga conferência anual deva fazer no futuro, como parte do patrocínio continuado da igreja Metodista auto-governada de sua parte congelada separada do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos;

(4) Colaborar com a Igreja Metodista autónoma (antiga conferência anual) na determinação de como as mudanças no projecto do plano podem ser solicitadas pela igreja Metodista auto-governada, e também como a abrangência e razoabili-

dade administrativa das emendas que podem ser feitas à parte congelada separada do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos; e

(5) Alterar o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos a partir do encerramento da Conferência Geral de 2019 para estar de acordo com este parágrafo do *Livro da Disciplina*.

Se a igreja Metodista autónoma (antiga conferência anual) não satisfizer quaisquer contribuições necessárias dentro de um prazo razoável nos termos deste parágrafo ou dos termos do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos, conforme determinado pela Junta Geral de Benefícios de Pensões e Saúde, ou a igreja Metodista autónoma decidir contra, recusar, não conseguir satisfazer o seu patrocínio legal do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos, a Junta Geral de Benefícios de Pensões e Saúde converterá todos os benefícios de pensão acumulados dos participantes da igreja Metodista autónoma (antiga conferência anual) num saldo de conta contabilisticamente equivalente, ajustado, conforme necessário, para ter em conta o nível de financiamento do Programa de Segurança de Reforma de Clérigos pela antiga conferência anual. Tais saldos de contas, e todos os outros saldos de contas de reforma, serão transferidos para o Plano de Investimento Pessoal Metodista Unido. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde também pode tomar tais acções se o Programa de Segurança de Reforma de Clérigos for alterado passando a requerer uma conversão de saldo de conta para classes semelhantes de participantes, ou se a administração continuada da igreja Metodista auto-governada não mais for administrativamente razoável.

c. As instituições pertencentes ou afiliadas à conferência anual devem continuar esse relacionamento, a menos que, de acordo com seus próprios estatutos e em conjunto com a conferência anual, estabeleçam uma mudança de filiação.

d. O órgão recém-criado deve continuar sob a supervisão do Colégio dos Bispos da jurisdição até que a liderança supervisora esteja em vigor à luz da sua constituição.

e. Qualquer conferência anual que se retire para formar uma igreja Metodista autónoma de acordo com este parágrafo receberá dos fundos da Igreja geral uma bolsa de 200 000 dólares em ou após 1 de Janeiro de 2021, para ajudar com as despesas de transição. O Conselho Geral de Finanças e Administração incluirá uma atribuição para tal financiamento no orçamento quadrienal de 2021-2024. À sua discrição, o GCFA poderá avançar tal financiamento às conferências anuais a partir de fundos de reserva não limitados detidos por uma ou mais juntas gerais e agências, a serem reabastecidos ao longo do quadriénio através de contribuições.

f. Qualquer igreja local ou cargo da conferência anual que se torne ou se una a uma igreja autónoma terá o direito de permanecer na jurisdição existente da Igreja Metodista Unida por uma maioria simples de votos de uma conferência da igreja antes ou durante os dois primeiros anos de existên-

cia da igreja auto-governada, e terá o direito de realizar uma conferência da igreja para votar sobre este assunto dentro de no máximo 120 dias a partir da notificação à liderança relevante da conferência anual ou da igreja auto-governada. Após os dois primeiros anos, a libertação de uma congregação de uma igreja autónoma será de acordo com os documentos que regem a igreja. A supervisão da congregação será transferida para o gabinete da conferência anual designado pela conferência jurisdicional ou central para cobrir a sua localização, mediante informação por escrito ao corpo autónomo pelo gabinete de recepção.

As igrejas locais que optarem por permanecer Metodistas Unidas saindo de uma conferência anual que se está a formar ou a se unir a uma igreja Metodista auto-governada não deverão nenhum pagamento à conferência anual de que estão a partir, excepto a quota parte da responsabilidade da pensão total não financiada da conferência anual referente à igreja local, conforme determinado pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde. A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde determinará as obrigações de financiamento agregadas da conferência anual usando factores de mercado semelhantes a um prestador de anuidades comercial, a partir das quais a conferência anual determinará a quota parte da igreja local. O pagamento da igreja local das responsabilidades com pensões deve ser feito antes da data efectiva de saída.

g. Os membros clérigos da conferência anual que se irá retirar permanecerão, por defeito, membros dessa conferência anual, a menos que solicitem a permanência na Igreja Metodista Unida. Eles devem comunicar tal solicitação antes ou no prazo de 90 dias após a data efectiva de saída da conferência anual ao bispo da conferência anual de partida e ao Colégio de Bispos jurisdicional ou central, mas poderão, a critério do bispo da conferência anual de partida, continuar a servir a nomeação actual por até um ano a partir da data de tal solicitação até que uma nomeação adequada seja encontrada na Igreja Metodista Unida. O Colégio de Bispos Metodista Unido jurisdicional ou central deve trabalhar em conjunto para fazer uma nomeação para qualquer membro clérigo sujeito à segurança da nomeação (e pode fazê-lo para membros clérigos não sujeitos à segurança de nomeação) na área da sua antiga conferência anual ou em outra conferência anual na jurisdição, a menos que o membro clérigo concorde em ser transferido para uma conferência anual fora da jurisdição.

10. *Grupos de igrejas locais que formam novas igrejas metodistas autónomas nos Estados Unidos.* Quaisquer cinquenta ou mais igrejas locais Metodistas Unidas podem formar uma igreja Metodista auto-governada pelo seguinte procedimento:

a. Os que organizam a igreja autónoma devem desenvolver uma visão e declaração de missão descrevendo a natureza e o trabalho da entidade.

b. As igrejas locais que procuram formar a igreja auto-governada devem votar para fazê-lo por uma maioria de 55% dos votos de uma conferência de igreja. Tal voto indicará o desejo da congregação de se juntar ao grupo em formação, mas a congregação permanece parte da Igreja Metodista Unida até que a igreja auto-governada se estabeleça e as outras provisões para a saída, sob este parágrafo, sejam satisfeitas. O bispo e o superintendente distrital facilitarão a mudança de filiação e presidirão uma conferência de igreja dentro de 120 dias quando solicitado pelo pastor da igreja local ou conselho da igreja (§§ 246, 248). Uma igreja local não deve considerar uma mudança na sua afiliação no prazo de quatro anos a partir do voto de conferência de igreja anterior em questão.

c. Os organizadores devem seleccionar um Colégio de Bispos Metodistas Unidos para supervisionar a igreja até ao momento em que a liderança supervisora esteja em vigor sob a sua própria constituição. Se nenhuma selecção for feita, o Colégio dos Bispos que supervisiona o território onde a maioria das igrejas locais estão localizadas deve proporcionar supervisão. A notificação será dada ao presidente do Colégio dos Bispos e o Colégio incluirá a igreja no seu plano de supervisão. O bispo colocado no comando do grupo de congregações terá o direito de montar um gabinete de transição, se julgar necessário.

d. Uma vez que um grupo de cinquenta ou mais congregações tenha sido formado ao abrigo do § 2801.10b, uma conferência organizadora será realizada, na qual a Constituição, *Livro da Disciplina* e a liderança provisória da igreja recém-organizada serão aprovadas. Deve ser responsabilidade da nova igreja desenvolver o seu *Livro da Disciplina* e estabelecer-se como uma entidade legal. A existência de uma igreja auto-governada entrará em vigor no encerramento da conferência organizadora ou numa data efectiva estabelecida por essa conferência, desde que todas as disposições para a saída de acordo com este parágrafo sejam satisfeitas.

e. A igreja local deve reter todas as propriedades, activos e passivos, excepto conforme previsto no § 2801.12. Na data de entrada em vigor, as disposições da Cláusula de Fideicomisso (§ 2501) devem ser desbloqueadas para a nova igreja, e as suas provisões administradas de acordo com os documentos de governação da mesma. As congregações que saírem das conferências anuais da Metodista Unida não poderão reivindicar ou ter direito a uma parte dos activos ou passivos não pensionistas da conferência anual de que estão a sair.

11. ***Às igrejas locais que procuram unir-se a qualquer igreja autónoma existente*** formada sob este parágrafo será concedida uma mudança de filiação através de um voto de maioria de 55 por cento de uma conferência de igreja. O bispo e o superintendente distrital facilitarão a mudança de filiação e presidirão uma conferência de igreja dentro de 120 dias quando tal for solicitado pelo pastor da congregação ou

da igreja local (§§ 246, 248). Tal pedido para unir-se a uma igreja auto-governada existente também exigirá a aprovação da igreja autónoma que recebe, por qualquer que seja o meio previsto nos seus documentos de governação. Uma igreja local não deve considerar uma mudança na sua afiliação no prazo de quatro anos a partir do voto de conferência de igreja anterior em questão.

A transferência da filiação de uma igreja local ao abrigo do § 2801.11 será efectiva mediante informação por escrito pela liderança supervisora da igreja receptora ao gabinete da conferência anual, para que a transferência para aquela seja aceite. Na data efectiva da congregação se juntar a uma igreja auto-governada, as disposições da cláusula de fideicomisso (§ 2501) devem ser desbloqueadas para a nova igreja, e as suas provisões administradas de acordo com os documentos de governação da mesma. A igreja local deve reter todas as propriedades, activos e passivos, excepto conforme previsto no § 2801.12. As congregações que saírem das conferências anuais da Metodista Unida não poderão reivindicar ou ter direito a uma parte dos activos ou passivos não pensionistas da conferência anual de que estão a sair.

12. ***Condições.*** Uma igreja local que escolha juntar-se a uma igreja nova ou existente que se auto-governa através da disposição do § 2801.10-11 deve entrar num acordo escrito com o bispo estabelecendo uma data efectiva e resolvendo quaisquer obrigações financeiras para com a Igreja Metodista Unida.

a. Na data efectiva, a igreja local assumirá todas as responsabilidades e a igreja local (e qualquer uma das suas afiliadas) deixará de participar e deixará de ser elegível para participar em todos os programas e operações da Igreja Metodista Unida, excepto nos casos previstos no § 2801.19. A igreja local deve remover imediatamente todas as referências às palavras “Metodista Unida” assim como todos os símbolos e insígnias Metodistas Unidos, excepto nos casos previstos no § 2801.15, embora possa continuar a usar a palavra “Metodista”. A igreja local deve reter todas as suas propriedades, activos e passivos não especificamente contabilizados no acordo. Tal acordo deverá ser por escrito e ser assinado e aprovado pelos representantes devidamente qualificados e autorizados da conferência anual e da igreja local.

b. As igrejas locais que optarem por se unir a uma igreja Metodista auto-governada nova ou existente à luz das disposições do § 2801.10-11 não deverão nenhum pagamento à conferência anual de que estão a partir, excepto a quota parte da responsabilidade da pensão total não financiada da conferência anual referente à igreja local, conforme determinado pela Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde. A Junta determinará as obrigações de financiamento agregadas da conferência anual usando factores de mercado semelhantes a um prestador comercial de anuidades, a partir das quais a conferência anual determinará a participação da igreja local. O

pagamento da igreja local das responsabilidades com pensões deve ser feito antes da data efectiva de saída.

c. Mediante o recebimento de qualquer pagamento requerido e cumprimento de todas as outras disposições deste parágrafo, o superintendente distrital entregará uma carta assinada renunciando a todos os direitos que os curadores da conferência ou a conferência anual possam ter sobre o património imobiliário ou outra propriedade e bens da igreja local a partir da data efectiva de saída.

13. *As conferências anuais ou igrejas locais fora dos Estados Unidos* podem se unir a uma igreja Metodista auto-governada formada à luz este parágrafo sob os mesmos termos que estão descritos neste parágrafo. Nesse caso, a igreja auto-governada se torna uma entidade global.

14. Quando uma ou mais conferências anuais votarem para se tornar um órgão autónomo após o encerramento da conferência jurisdicional ou central, o colégio jurisdicional ou central de bispos convocará uma conferência especial jurisdicional ou central dentro de 180 dias a partir da notificação da acção da conferência anual. A conferência jurisdicional ou central deve ajustar os limites da conferência anual na conferência especial, conforme necessário, para fornecer cobertura para o território geográfico da(s) conferência(s) anual(ais). O Comité de Episcopado Global (§ 512) deve monitorizar o panorama em mudança das conferências anuais dos Estados Unidos e levar recomendações à Conferência Geral referentes à reorganização das conferências jurisdicionais ou centrais que podem ser garantidas com base nos efeitos deste parágrafo.

15. As igrejas Metodistas auto-governadas formadas à luz deste parágrafo podem usar um *símbolo ou logótipo* que utiliza uma forma da cruz e chama Metodista Unida, desde que tal logótipo seja visivelmente distinguível da cruz e chama Metodista Unida. Qualquer logótipo de igreja auto-governada que utilize a cruz e a chama estará sujeito à aprovação do Conselho Geral de Finanças e Administração, que tomará a sua decisão de forma a proteger a marca Metodista Unida, reconhecendo ao mesmo tempo a conexão histórica da igreja auto-governada com o Metodismo Unido.

16. Não obstante outras disposições disciplinares, os *membros clérigos* (activos ou reformados) podem ser transferidos para qualquer igreja Metodista auto-governada formada ao abrigo deste parágrafo, mediante solicitação do membro clérigo e mediante aceitação pela igreja auto-governada. Libertação pelo bispo Metodista Unido não será necessária para estas transferências.

17. Não obstante outras disposições disciplinares, um *bispo* Metodista Unido (activo ou reformado) pode ser transferido para uma igreja Metodista auto governada formada sob este parágrafo mediante solicitação do bispo e aprovação pela igreja receptora.

18. *Instituições* relacionadas com a Igreja Metodista

Unida podem escolher desenvolver laços missionais com igrejas auto-governadas, desde que o controlo governamental permaneça investido na Igreja Metodista Unida. Se tal instituição transferir seu controlo governamental para uma igreja ou igrejas auto-governadas, o relacionamento com a Igreja Metodista Unida será renegociado num espírito de missão comum e de laços e convicções religiosas compartilhadas. Tais instituições também podem solicitar a mudança de sua afiliação a uma igreja Metodista auto-governada sob as provisões de seus próprios estatutos. Instituições relacionadas com uma conferência anual que forma ou se une a uma igreja Metodista auto-governada podem igualmente desenvolver laços missionais com a Igreja Metodista Unida e podem solicitar à jurisdição Metodista Unida ou à conferência anual sucessora que permaneçam na Igreja Metodista Unida através de processos estabelecidos nos seus estatutos sociais.

19. Nenhuma igreja auto-governada é obrigada a participar em quaisquer programas ou serviços da Igreja Metodista Unida, nem é permitida essa participação oficial sem o acordo da agência Metodista Unida patrocinadora. Cada igreja auto-governada pode negociar a participação e o recebimento de serviços com base em taxas de qualquer junta ou agência geral Metodista Unida, incluindo patrocínio e participação em planos de saúde, bem-estar ou aposentadoria na Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde através de acordos escritos. A igreja autónoma, as suas conferências anuais e/ou congregações locais podem participar ou continuar em parcerias em missão, incluindo apoio financeiro, com conferências anuais Metodistas Unidas, instituições ou congregações locais, com o acordo da entidade Metodista Unida envolvida e podem canalizar esse apoio e parceria através das agências gerais Metodistas Unidas, tais como o Conselho Geral de Finanças e Administração ou a Junta Geral dos Ministérios Globais. Outros aspectos de qualquer relação contínua entre a igreja Metodista autónoma e a Igreja Metodista Unida podem ser criados e implementados através de um acordo de concordata (§ 574).

20. A igreja auto-governada estabelecerá as suas próprias fronteiras geográficas, as quais se poderão sobrepor às das conferências anuais Metodistas Unidas e outras igrejas auto-governadas organizadas ao abrigo deste parágrafo do *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida* podendo incluir territórios fora dos Estados Unidos.

21. As igrejas auto-governadas podem se organizar junto com outras igrejas auto-governadas sob uma *Disciplina* comum ou unir-se para formar uma igreja auto-governada.

22. A igreja auto-governada deve ser totalmente auto-suficiente financeiramente, incluindo o financiamento do(s) seu(s) próprio(s) bispo(s).

23. As disposições deste parágrafo entrarão em efeito imediatamente após o final da Conferência Geral de 2019 e

terão precedência sobre quaisquer disposições conflitantes na *Disciplina* que não estejam na Constituição.

Fundamentação:

Esta petição reforça o Plano Tradicional ao melhorar e clarificar a responsabilidade e ao providenciar financiamento de transição para as conferências anuais que saem. Sendo o cerne do Plano Tradicional, este parágrafo proporciona um mecanismo para garantir que as conferências anuais e os bispos defendam a *Disciplina*, ao mesmo tempo em que prevê uma saída graciosa para aqueles que por imperativos de consciência não o façam . . .

¶161.C.

Número de petição: 90080-¶161.C-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Legislação executória para um Caminho A Seguir Unido (Petição 90049)

Todos os actos legislativos seguintes terão efeito se, quando, e apenas se a seguinte emenda ao ¶ 49 da Constituição da Igreja Metodista Unida for certificada pelo Concílio de Bispos. *[A emenda proposta pode ser encontrada na Petição # 90049.]*

Emendar os parágrafos 161.C), 161.G), 304.3, 310, 341, 403, 406, 407, 409, 410, 414, 415, 422, 512, 524, 2501 e 2702 como indicado:

¶ 161.C)Casamento-Afirmamos a santidade da aliança do casamento que é expressada através amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade compartilhada entre duas pessoas que são casadas uma com a outra um homem e uma mulher. Cremos que as bênçãos de Deus se baseiam neste casamento, que é tradicionalmente entre um homem e uma mulher, independentemente se há filhos ou não desta união. Rejeitamos as normas sociais que assumem padrões diferentes entre mulheres e homens, no casamento. Apoiamos as leis da sociedade civil que definem o casamento como a união de um homem e uma mulher.

...

¶ 161.G)Sexualidade Humana - Defendemos que a sexualidade é o dom de Deus para todas as pessoas. Apelamos a todos que façam uma gestão responsável desse dom sagrado.

Embora todas as pessoas sejam seres sexuais quer sejam casados ou não, as relações sexuais são confirmadas apenas com a aliança do casamento monogâmico e heterossexual.

Lamentamos todas as formas de comercialização, abuso e exploração sexual. Fazemos um apelo para aplicação global rigorosa de leis que proíbam a exploração sexual de crianças e uma protecção, orientação e aconselhamento adequados para

crianças vítimas de abuso. Todas as pessoas, independentemente da idade, sexo, estado civil ou orientação sexual, têm direito a ter os seus direitos humanos e civis e a serem protegidos contra a violência. A Igreja deve apoiar a família no fornecimento de formação adequada à idade no que diz respeito à sexualidade para crianças, jovens e adultos.

Defendemos que todas as pessoas são indivíduos de valor sagrado, criados à imagem de Deus. Todas as pessoas precisam do ministério da Igreja nas suas lutas para a realização humana, bem como a assistência espiritual e emocional de uma comunhão que permite conciliar relacionamentos com Deus, com os outros e consigo próprio. A Igreja Metodista Unida não tem historicamente tolerado não tolera a prática da homossexualidade e tem consideradoconsidera esta prática incompatível com a doutrina Cristã. Defendemos que a graça de Deus está disponível para todos. Procuraremos viver juntos em comunidade Cristã, acolhendo, perdoadando e amando uns aos outros, como Cristo nos amou e nos aceitou. Imploramos às famílias e igrejas para não rejeitarem nem condenarem os membros e amigos gays e lésbicas. Comprometemo-nos a pertencer ao ministério para e com todas as pessoas.

...

¶ 304.3. Embora as pessoas escolhidas pela Igreja para o ministério ordenado estejam sujeitas a todas as fragilidades e fraquezas da condição humana e às pressões da sociedade no geral, devem manter os mais elevados padrões de vida santa no mundo. A prática da homossexualidade é considerada por muitos como sendo incompatível com o ensinamento Cristão. Por conseguinte, os homossexuais confessos não devem ser certificados como candidatos, nem ordenados como ministros nem nomeados para servir na Igreja Metodista Unida. Assim sendo, a autoridade para discernir a adequação para a ordenação continua a ser da conferência anual conforme indicado sob ¶ 33 da Constituição, seguido dos procedimentos para a candidatura conforme indicado no Livro de Disciplina, e a autoridade para fazer as indicações continua ser do bispo, após o processo consultivo para determinar a adequação de tal nomeação.

....

Emendar ¶ 310.2.d), a nota de rodapé lá referida, nota de rodapé 3, começando na página 232 como se segue:

¶ 310.2.d), Nota de rodapé 3. ...

A Conferência Geral, em resposta às expressões em toda a Igreja relativamente à homossexualidade e ordenação, reafirma a presente linguagem da *Disciplina* relativamente ao carácter e empenho das pessoas que procuram ordenação e afirma os seus elevados padrões.

Durante mais de 200 anos, têm sido colocadas as Questões de Wesley aos candidatos à ordenação...

...

Nos Princípios Sociais, a Conferência Geral disse que nós “não apoiamos a prática da homossexualidade e consideramos esta prática incompatível com o ensinamento Cris-

tão”. Além disso, os ~~Princípios declaram que~~ “afirmamos a santidade do matrimônio pactual que é expressado em amor, apoio mútuo, empenho pessoal e fidelidade partilhada entre duas pessoas que estão casadas uma com a outra um homem e uma mulher. Cremos que as bênçãos de Deus se baseiam neste casamento, que é tradicionalmente entre um homem e uma mulher, independentemente se há filhos ou não desta união. Rejeitamos as normas sociais que assumem diferentes normas para mulheres em vez de homens no casamento”. Também, “afirmamos a integridade de pessoas solteiras e rejeitamos todas as práticas sociais que discriminam ou atitudes sociais que são prejudiciais a pessoas porque são solteiras”.

...

¶ 341.6. Cerimônias que ~~celebrem uniões homossexuais não serão realizadas pelos nossos ministros e não serão conduzidas em nossas igrejas~~ casamentos entre duas pessoas comprometidas uma com a outra conforme ¶ 161.C podem ser realizadas pelos pastores da Igreja Metodista e outras pessoas autorizadas no Livro da Disciplina somente com o seguimento do processo conforme ¶340.2.a)(3)(a).

¶ 403.1.c) Uma visão para a Igreja. A função do bispo é liderar toda a Igreja na reivindicação da sua missão em criar discípulos de Jesus Cristo para a salvação eterna das pessoas e para a transformação do mundo. O bispo lidera ao discernir, inspirar, criar estratégias, equipar, implementar e avaliar o cumprimento da missão da Igreja. Trabalhar em cooperação com o Concílio de Bispos, o gabinete e a liderança leiga e do clero da conferência anual, e os membros professores da igreja, para impelir toda a Igreja a mover-se para a visão de partilhar Cristo com o mundo no cumprimento da nossa missão, para o discipulado fiel e para “um caminho ainda mais excelente” de ser povo de Cristo no mundo.

...

f)...O bispo partilha com outros bispos a supervisão de toda a Igreja através do Concílio de Bispos...

¶ 406.3. Missões especiais - O Concílio de Bispos pode, com o consentimento do bispo e concordância do comité jurisdicional ou da conferência central sobre o episcopado, atribuir um dos seus membros durante um ano a uma responsabilidade especial da igreja, considerada de importância suficiente para o bem-estar de toda a Igreja. Neste caso, um bispo será libertado das suas responsabilidades presidenciais dentro da área do episcopado para esse mandato. Outro bispo ou bispos, no activo ou na reforma, ~~e não necessariamente da mesma conferência jurisdicional ou central,~~ serão nomeados ~~pelo Concílio de Bispos sob recomendação do~~ pelo Colégio de Bispos da jurisdição envolvida para assumir responsabilidades presidenciais durante esse período intercalar.

¶ 407. Vaga no Cargo de Bispo - Uma vaga no cargo de bispo pode ocorrer devido a morte, reforma (¶ 408.1, .2, .3), saída (¶ 408.4), procedimento judicial (¶ 2712), licença (¶ 410.1) ou baixa médica (¶ 410.4). No caso da atribuição de um bispo à supervisão presidencial de uma área episcopal terminar devido a qualquer uma das causas acima, a vaga será ocupada ~~pelo Concílio de Bispos sob nomeação dos bispos activos da~~ pelo Colégio de Bispos da jurisdição ou conferência central em questão...

¶409.1....No entanto, quando um bispo reformado é designado ~~pelo Conselho~~ por um Colégio de Bispos para uma área episcopal vaga ou partes de uma área ao abrigo das disposições de ¶¶ 409.3, 410.1 ou 410.3, esse bispo pode funcionar como bispo residente na relação efectiva.

¶ 410. Licenças—1. Licença- Um bispo pode usufruir de uma licença por um motivo justificável durante um prazo até seis meses, em consulta com o comité de área sobre episcopado e com a aprovação do Colégio de Bispos, e o comité sobre episcopado da conferência jurisdicional ou central, ~~e o comité executivo do Concílio de Bispos.~~ Durante o período em que for concedida essa licença, o bispo deve ser libertado das suas responsabilidades episcopais e outro bispo escolhido ~~pela comissão executiva do Concílio~~ pelo Colégio de Bispos deverá presidir na área episcopal. O salário e outros subsídios devem ser assegurados através do Fundo Episcopal.

...

3. Licença sabática- Um bispo que tenha servido, pelo menos, dois quadriênios pode obter uma licença sabática inferior a um ano para um programa de estudo ou renovação em consultoria com o comité sobre episcopado da área e com a aprovação do Colégio de Bispos, e o comité sobre episcopado da conferência jurisdicional ou central, ~~e o comité executivo do Concílio de Bispos.~~ Durante o período no qual a licença sabática é permitida, os bispos serão libertados das suas responsabilidades presidenciais na área episcopal, e outros bispo ou bispos serão atribuídos ~~pelo Concílio~~ pelo Colégio de Bispos para assumir os deveres presidenciais. O bispo receberá meio salário e, onde aplicável, subsídio de alojamento durante o período de licença.

4. Baixa médica - Os bispos que por motivo de saúde não possam temporariamente trabalhar, podem receber uma licença por um motivo justificável inferior a seis meses em consultoria com o comité sobre episcopado da área e com a aprovação do Colégio de Bispos, e o comité sobre episcopado da conferência jurisdicional ou central, ~~e o comité executivo do Concílio de Bispos.~~ Durante o período em que for concedida essa licença, o bispo deve ser libertado das suas responsabilidades episcopais e outro bispo escolhido ~~pela comissão executiva do Concílio~~ pelo Colégio de Bispos deverá presidir na área episcopal. O salário e outros subsídios devem ser assegurados através do Fundo Episcopal. Se, findo o período de seis meses, o bispo ainda não for capaz de realizar totalmente

o seu trabalho devido ao seu problema de saúde, deverão ser aplicados benefícios de incapacidade e disponibilizados a esse bispo, através do programa de benefícios.

¶ 414.8. Promover e apoiar o testemunho evangélico de toda a Igreja.

¶ 415.6. Consagrar os bispos, ordenar os presbíteros e diáconos, consagrar os ministros diaconais, comissionar as diaconisas, os missionários nacionais e os missionários, e ver se os nomes das pessoas comissionadas e consagradas foram inseridos nos relatórios da conferência e se as credenciais correctas foram fornecidas a essas pessoas. ~~Como as consagrações são actos de toda a igreja, t~~ O texto e rubricas devem ser utilizadas no formato aprovado pela Conferência Geral.

¶ 422. Concílio de Bispos-1. Os bispos, ~~apesar de eleitos pelas conferências jurisdicionais ou centrais,~~ são eleitos superintendentes gerais de toda a Igreja.

...

4. O Concílio de Bispos ~~pode designar um dos seus membros para visitar outra área episcopal ou igreja relacionada com Metodismo. Quando isso sucede, o bispo será reconhecido como representante acreditado do Concílio de Bispos e, quando requisitado pelo bispo residente ou presidente nessa área ou Igreja, pode exercer aí funções de episcopado:~~

Eliminar ¶ 512 na totalidade.

Eliminar ¶ 524.3.f) na totalidade.

Inserir um novo ¶ 2501.4 como se segue:

¶ 2501.4 Não obstante qualquer outra porção do Capítulo Seis Secção I em contrário, durante um período com início a 1 de Janeiro de 2020, e terminando a 31 de Dezembro de 2020, todas as disposições de fideicomisso que se aplicariam de outro modo a igrejas locais da Igreja Metodista Unida, serão suspensas para permitir que aquelas igrejas que escolham fazê-lo possam descontinuar a sua identificação como Metodistas Unidos em lei e união e para reter a posse da sua propriedade, real e pessoal, tangível e intangível. As igrejas que escolham retirar-se da Igreja Metodista Unida de acordo com esta disposição têm de, imediatamente após exercer esta opção, remover de todos os edifícios, estruturas, literatura, publicações, publicações online e outras representações públicas todos e quaisquer sinais Metodistas Unidos, emblemas, logótipos e outras formas de identificação enquanto Metodistas Unidos. A decisão de separação de acordo com esta disposição tem de ser apoiada por, pelo menos, dois terços (2/3) dos membros presentes e votantes numa conferência de igreja realizada como indicado em ¶ 248 e na qual o superintendente do distrito presida, ou numa conferência de igreja local como indicado em ¶ 2527 em que presida o superintendente de distrito.

¶ 2702. 1. Um bispo, membro do clero de uma conferência anual (¶ 369), pastor local, clero numa local-

ização honrosa ou administrativa, ou ministro diaconal podem ser julgados quando acusados (sujeito ao estatuto de limitações em ¶ 2702.4) de uma ou mais das seguintes infracções: (a) imoralidade incluindo mas não se limitando a, não ser celibatário enquanto indivíduo ou não fiel em um casamento; ~~heterossexual(b) práticas declaradas pela Igreja Metodista Unida como incompatíveis com a doutrina Cristã, incluindo mas não se limitando a:~~ assumir a prática homossexual; ~~ou conduzir cerimónias que celebrem uniões homossexuais; ou o desempenho de cerimónias de casamento do mesmo sexo;~~ (c) crime; (d) desobediência à ordem e disciplina da Igreja Metodista Unida, (e) disseminação de doutrinas contrárias aos padrões estabelecidos da doutrina da Igreja Metodista Unida, (f) relacionamentos e/ou comportamentos que enfraqueçam o ministério de outro pastor; (g) abuso infantil, (h) abuso sexual; (i) má conduta sexual, (j) assédio, incluindo mas não se limitando ao assédio racial e/ou sexual; (k) discriminação racial ou de género; ou (l) má conduta fiscal.

Fundamentação:

Acaba com os julgamentos sobre a homossexualidade, e retém a autoridade das conferências anuais em discernir a adequação para ordenação e regionaliza o episcopado. Os bispos retêm a autoridade para as nomeações. O clero e igrejas locais retêm a consultoria das nomeações. O clero determinará quem deve casar com quem. As igrejas locais têm um ano para se retirar da IMU, levando consigo a propriedade.

¶406.3.

Número de petição: 90081-¶406.3-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Legislação executória para um Caminho A Seguir Unido (Petição 90050)

Todos os actos legislativos seguintes terão efeito se, quando, e apenas se a seguinte emenda ao ¶ 27 da Constituição da Igreja Metodista Unida for certificada pelo Concílio de Bispos. *[A emenda proposta pode ser encontrada na Petição # 90050.]*

¶ 406.3. Missões especiais- No caso de ser atribuído mais do que um bispo reformado para cumprir as responsabilidades presidenciais numa área episcopal, ~~o Fundo Episcopal a jurisdição~~ será responsável pela diferença entre as pensões pagas aos bispos reformados e a remuneração de um bispo no activo. Esta missão pode ser renovada durante um segundo ano através de um voto de dois terços do Concílio de Bispos e um voto de maioria do comité sobre episcopado central

ou jurisdicional, e o consentimento do bispo e do Colégio de Bispos envolvido. O bispo assim nomeado irá continuar a receber o salário e apoio normais.

¶¶408.1.d) Se, no entanto, o bispo reformado aceitar qualquer uma das atribuições de responsabilidade para com a igreja na sua ampla acepção, o Conselho Geral de Finanças e Administração, após consulta com o Concílio de Bispos, definirá um nível de compensação que não exceda um máximo determinado pela Conferência Geral, em recomendação do Conselho Geral de Finanças e Administração, com o custo de remuneração a cargo da ~~do Fundo Episcopal~~ jurisdição onde o bispo é membro no Colégio de Bispos: (1) atribuição de natureza especial com relacionamento directo e responsabilidade do Concílio de Bispos, ou (2) atribuição a uma agência geral ou instituição de ensino superior relacionada à Igreja Metodista Unida. A atribuição de bispos reformados a instituições de ensino superior relacionadas à Igreja Metodista Unida deve ser da iniciativa das instituições, com serviço que não ultrapasse as idades de reforma obrigatória das instituições.

Se um bispo é atribuído a uma agência geral ou a uma instituição de ensino superior relacionada à Igreja Metodista Unida, essa agência geral ou instituição de ensino superior relacionada à Igreja Metodista Unida pagará 50 por cento da diferença entre a compensação estabelecida pela GCFA para a posição. A agência geral ou instituição de educação superior relacionada com a Igreja Metodista Unida deverá assumir toda a responsabilidade pelas despesas operacionais e de viagens do bispo relacionadas com a tarefa.

A compensação de qualquer atribuição especial cessará após o bispo ter atingido a idade de reforma obrigatória para todos os ministros ordenados (¶ 358.1) ou ter concluído a missão, o que ocorrer primeiro, excepto que os bispos reformados eleitos pelo Concílio de Bispos como Secretário Executivo ou Oficial Ecuménico podem continuar a ser compensados por tal(ais) missão(ões) durante o termo do cargo. ~~Nenhuma atribuição a uma jurisdição, conferência central, conferência anual ou agência não Metodista Unida se qualificará para compensação adicional do Fundo Episcopal de acordo com este parágrafo.~~ O estatuto de um bispo reformado numa atribuição especial deve ser, para fins de alojamento e outros benefícios, o mesmo de um bispo reformado.

...

¶ 408.2.b) Reforma vocacional - Um bispo que tenha servido, pelo menos, oito anos no episcopado pode procurar a reforma por motivos vocacionais e pode ser reformado pelo comité de episcopado jurisdicional ou da conferência central sob recomendação do Colégio de Bispos envolvido. Tais bispos receberão as suas pensões como indicado em ¶ 408.2a. Se a entidade empregadora providenciar ou disponibilizar seguro de saúde aos funcionários, então o bispo que se reforme ao abrigo desta disposição será segurado de acordo com esse

programa, quer o bispo tenha de pagar ou não o prémio dessa cobertura, e ~~o Fundo Episcopal~~ a jurisdição não irá assumir obrigações futuras para providenciar seguro de saúde ao bispo e à sua família...

...

¶¶408.3.b) Um bispo, por motivos de saúde, pode ser reformado entre sessões da conferência jurisdicional ou central por um voto de dois terços do comité sobre episcopado da conferência jurisdicional ou central após recomendações do terço de membros do Colégio de Bispos envolvido. O bispo afectado, após pedido, terá direito a uma avaliação da sua condição de saúde por uma equipa de diagnóstico profissional antes da acção do Colégio de Bispos envolvido. Será dada notificação de acção para reformar pelo presidente e secretário do comité sobre episcopado da conferência jurisdicional ou central ao secretário ~~do Conselho~~ Colégio dos Bispos e o tesoureiro ~~do Fundo Episcopal~~ da jurisdição. O recurso desta acção pode ser apresentado ao Conselho Judicial, sendo aplicável o disposto sobre notificações no ¶ 2716. Após tal reforma, o bispo receberá uma pensão na medida do permitido pelo Programa de Segurança de Reforma de Clérigos ou o Programa de Pensão Episcopal Global (ou, em qualquer caso, qualquer plano ou programa de reforma ou pensão de bispos), como se apliquem. ~~(Em vigor no final da Conferência Geral 2012)~~

¶ 410. Licenças—1. Licença- Um bispo pode usufruir de uma licença por um motivo justificável durante um prazo até seis meses, em consulta com o comité de área sobre episcopado e com a aprovação do Colégio de Bispos, e o comité sobre episcopado da conferência jurisdicional ou central, e o comité executivo do Concílio de Bispos. Durante o período em que for concedida essa licença, o bispo deve ser libertado das suas responsabilidades episcopais e outro bispo escolhido pela comissão executiva do Concílio de Bispos deverá presidir na área episcopal. O salário e outros subsídios devem ser assegurados ~~através do Fundo Episcopal~~ como providenciado pela jurisdição.

¶ 410.4. Baixa médica - Os bispos que por motivo de saúde não possam temporariamente trabalhar, podem receber uma licença por um motivo justificável inferior a seis meses em consultoria com o comité sobre episcopado da área e com a aprovação do Colégio de Bispos, e o comité sobre episcopado da conferência jurisdicional ou central, e o comité executivo do Concílio de Bispos. Durante o período em que for concedida essa licença, o bispo deve ser libertado das suas responsabilidades episcopais e outro bispo escolhido pela comissão executiva do Concílio de Bispos deverá presidir na área episcopal. O salário e outros subsídios devem ser assegurados ~~através do Fundo Episcopal~~ como providenciado pela jurisdição. Se, findo o período de seis meses, o bispo ainda não for capaz de realizar totalmente o seu trabalho devido ao seu problema de saúde, deverão ser aplicados benefícios

de incapacidade e disponibilizados a esse bispo, através do programa de benefícios.

¶ 413.3.d)(iii). Todos os custos associados com as acções realizadas de acordo com o parágrafo (ii), acima, serão pagos pelo ~~Fundo Episcopal~~ pela jurisdição ou conferência central em que o bispo seja membro no Colégio de Bispos.

¶ 440. Financiamento—O financiamento dos ministérios ecuménicos e inter-religiosos da Igreja será provido pelo Concílio de Bispos em uma ou mais rubricas claramente identificadas no ~~orçamento do Fundo Episcopal cujo pedido~~ no orçamento da Administração Geral cujo pedido é apresentado à Conferência Geral.

¶ 450. Financiamento – Em colaboração com o Concílio de Bispos, o Comité da Fé e Ordem irá propor o seu orçamento como parte do ~~Fundo Episcopal da Administração Geral~~ para ser aprovado por parte da Conferência Geral.

¶ 548. Bispos em Relação de Reforma—1. Um ministro ordenado que tenha servido um cargo ou parte de um cargo como bispo numa conferência central onde o termo episcopado tenha prevalecido irá, após reforma da relação efectiva no ministério, receber um subsídio do ~~Fundo Episcopal de Administração~~ num valor que o Conselho Geral de Finanças e Administração determine para os anos durante os quais o ministro ordenado tenha servido como bispo.

¶ 614.1.b) ~~O conselho irá reportar à conferência anual, em cada sessão, a contribuição do Fundo Episcopal à conferência anual através da metodologia aprovada pela Conferência Geral e irá incluir no seu orçamento recomendado de apoio ao clero a quantia determinada pelo tesoureiro do Conselho Geral de Finanças e Administração, como necessário, para cumprir esta contribuição.~~

¶ 619.1.a)(5) O tesoureiro da conferência irá enviar todos os meses para o tesoureiro do Conselho Geral de Finanças e Administração as quantias recebidas durante o mês para o ~~Fundo de Administração Geral, o Fundo Episcopal, o Fundo de Cooperação Interdenominacional, o Fundo Faculdade Negra, o Fundo de Educação Ministerial, Doações Especiais de Serviço Mundial, Doações Especiais Prévias, oferendas especiais da Igreja (¶ 262), apelos especiais em toda a igreja (¶ 819) e todas as outras causas gerais não indicadas.~~

¶ 621. Distribuição de contribuições—Cada conferência anual irá determinar que plano e método serão usados na distribuição das contribuições aos vários distritos e cargos ~~para o Fundo Episcopal para o apoio dos bispos da jurisdição.~~ (¶ 817.1), para o apoio dos superintendentes de distrito e reivindicadores da conferência e para o Fundo de Compensação Equitativa (¶ 625).

¶ 805.6. Apoio financeiro—a) O apoio financeiro dos fundos da igreja geral para o trabalho do conselho terão

as seguintes origens: (1) uma atribuição proporcional do Fundo de Administração Geral, numa quantia determinada pela Conferência Geral; (2) custos fixos face ao Fundo de Serviço Mundial, ~~o Fundo Episcopal~~, o Fundo de Cooperação Interdenominacional e outros fundos gerais que a Conferência Geral possa autorizar, sob recomendação do conselho. Os custos fixos serão proporcionais às receitas do fundo.

¶ 806.1.a) O conselho efectuará recomendações à Conferência Geral relativamente à quantia e distribuição ~~do Fundo Episcopal~~ e do Fundo de Administração Geral e, em consultoria com a Mexa Conexional, outros fundos gerais contribuídos.

¶ 808. Pagamentos de Fundos Contribuídos da Conferência—1. O tesoureiro do Conselho Geral de Finanças e Administração irá, no prazo máximo de noventa dias antes da sessão de cada conferência anual ou assim que possível, transmitir ao bispo presidente, ao presidente do conselho da conferência sobre finanças e administração e ao tesoureiro da conferência uma declaração sobre as contribuições à conferência para o Fundo de Serviço Mundial, o Fundo de Administração Geral, ~~o Fundo Episcopal~~, o Fundo de Cooperação Interdenominacional, o Fundo Educação Ministerial, o Fundo Faculdade Negra, o Fundo Universidade de África e outros fundos como possam ter contribuído para a Conferência Geral.

¶ 810. Definição de Fundos Gerais—1. Os termos fundo(s) geral(ais) e fundo(s) geral(ais) da Igreja, onde quer que surjam no *Livro da Disciplina*, referem-se a: Fundo de Serviço Mundial; o Fundo de Administração Geral; ~~o Fundo Episcopal~~; o Fundo de Cooperação Interdenominacional; o Fundo de Educação Ministerial; o Fundo Faculdade Negra; o Fundo Universidade de África; Doações Especiais do Serviço Mundial; Doações Especiais Prévias gerais; o Fundo Comunhão Mundial; o Fundo Dia de Relações Humanas; o Fundo Dia do Estudante Metodista Unido; o Fundo Domingo UMCOR¹⁶; Fundo Domingo Paz com Justiça; Fundo de Ministérios Nativos Americanos; o Fundo de Serviço da Juventude; e outros fundos que possam ter sido criados pela Conferência Geral e terem sido autorizados pela Conferência Geral a serem obtidos em toda a igreja.

Eliminar ¶ 818, incluindo o título, na sua totalidade.

¶ 1806.12. Os seguintes fundos da Igreja serão usados para o marketing da agência central em toda a igreja: Fundo de Serviço Mundial (¶ 812.1), Fundo Universitário Africano (¶ 806.2), Fundo de Colégio Negro (¶ 815), ~~Fundo Episcopal~~ (¶ 818.1); Fundo de Administração Global (¶ 813), Fundo de Cooperação Interdenominacional (¶ 819), Fundo de Educação Ministerial (¶ 816), Dia das Relações Humanas (¶¶ 824.1 e 263.1), Domingo UMCOR (¶¶ 821, 824.2 e 263.2), Domingo Ministérios Nativos Americanos (¶¶ 824.6 e 263.6), Domingo Paz com Justiça (¶¶ 824.5 e 263.5), Domingo Co-

munhão Mundial (§§ 824.4 e 263.3), Dia do Estudante Metodista Unido (§§ 824.3 e 263.4), o Avanço de Cristo e a sua Igreja (§§ 822 e 823), Doações Especiais de Serviço Mundial (§ 820), Domingo Educação Cristã (§ 265.1), Domingo Cruz Dourada (§ 265.2), Domingo Vida Rural (§ 265.3), Domingo Conscientização da Invalidez (§ 265.4), Fundo de Serviço da Juventude (§ 1208) e todos os outros fundos da Igreja geral aprovados pela Conferência Geral, bem como quaisquer apelos de emergência autorizados pelo Concílio de Bispos e o Conselho Geral de Finanças e Administração (§ 819).

¶ 2712.6. Um bispo suspenso do seu cargo poderá reivindicar o Fundo Episcopal o programa de apoio episcopal estabelecido pela conferência jurisdicional ou central em termos de salário, habitação, pensão e outros benefícios relacionados. Um bispo removido do seu cargo não poderá reivindicar o Fundo Episcopal o programa de apoio episcopal estabelecido pela conferência jurisdicional ou central, excepto como indicado especificamente por essa conferência em termos de salário, habitação, pensão e outros benefícios relacionados a partir da data de tal remoção.

Fundamentação:

A regionalização do episcopado não será concluída até cada jurisdição ter de suportar os custos dos seus bispos.

¶4.

Número de petição: 90082-¶4-C-G; Carr, Jeffrey A. - St. Louis, MO, USA.

Inclusão

¶ 4. Artigo IV, após: “Todas as pessoas independentemente da raça, cor, nacionalidades, estado ou condição económica . . .” Acrescentar: “ou orientação sexual”

Fundamentação:

Jesus nunca mencionou a homossexualidade no Novo Testamento, e as poucas referências obscuras à mesma nas Escrituras são definidas dentro dos contextos cultural e textual, longe do presente dia, proponho por isso que o *Livro da Disciplina* de 2016 seja alterado como requerido.

¶161.G.

Número de petição: 90083-¶161.G-G; Ryder, Jack E. - La-Grange, IL, USA. 1 Petição Similar

Sexualidade humana

¶ 161. II. A COMUNIDADE APOIANTE

G) *Sexualidade Humana* - Defendemos que a sexualidade é o dom de Deus para todas as pessoas. Apelamos a todos que façam uma gestão responsável desse dom sagrado.

~~Embora todas as pessoas sejam seres sexuais quer sejam casados ou não, as relações sexuais são confirmadas apenas com a aliança do casamento monogâmico e heterossexual.~~

Lamentamos todas as formas de comercialização, abuso e exploração sexual. Fazemos um apelo para aplicação global rigorosa de leis que proibam a exploração sexual de crianças e uma protecção, orientação e aconselhamento adequados para crianças vítimas de abuso. Todas as pessoas, independentemente da idade, sexo, estado civil ou orientação sexual, têm direito a ter os seus direitos humanos e civis e a serem protegidos contra a violência. A Igreja deve apoiar a família no fornecimento de formação adequada à idade no que diz respeito à sexualidade para crianças, jovens e adultos.

Defendemos que todas as pessoas são indivíduos de valor sagrado, criados à imagem de Deus. Todas as pessoas precisam do ministério da Igreja nas suas lutas para a realização humana, bem como a assistência espiritual e emocional de uma comunhão que permite conciliar relacionamentos com Deus, com os outros e consigo próprio. ~~A Igreja Metodista Unida não tolera a prática da homossexualidade e considera essa prática incompatível com a doutrina Cristã. Defendemos que a graça de Deus está disponível para todos. Procuraremos viver juntos em comunidade Cristã, acolhendo, perdando e amando uns aos outros, como Cristo nos amou e nos aceitou. Imploramos às famílias e igrejas para não rejeitarem nem condenarem os membros e amigos gays e lésbicas. Comprometemo-nos a pertencer ao ministério para e com todas as pessoas.~~³

3. Consultar a Decisão do Conselho Judicial 702

Fundamentação:

Este é o caminho a seguir mais fácil, uma vez que esta acção elimina as restrições relacionadas com a orientação sexual. Desta forma, não existe condenação nem condecoração da homossexualidade. Não é necessário qualquer texto adicional, uma vez que as conferências continuam a decidir quem é ordenado e o clero continua a decidir quem casa.

¶161.

Número de petição: 90084-¶161-G; Crockett, Douglas E. - Highland Springs, VA, USA.

Um Novo Plano da Disciplina

Emendar a introdução e os parágrafos A, C e G do ¶ 161 como se segue:

¶ 161. II. A COMUNIDADE APOIANTE

Em Cristo, a Igreja Metodista Unida é uma comunidade apoiante para todas as pessoas que ajudam a salvar almas e equipar discípulos. Tentamos ser uma comunidade preenchida e animada pelo poder e dons do Espírito Santo. Reafirmamos a verdade da Escritura e a centralidade do evangelho. Comprometemo-nos novamente com o trabalho da nossa função tradicional e preciente de ser uma luz entre as nações e protagonistas da mensagem de necessidade de fé em Jesus Cristo para a vida eterna.

A comunidade cultural mais ampla providencia o potencial para levar os seres humanos a serem o melhor da sua humanidade. Acreditamos que temos a responsabilidade de inovar, patrocinar e avaliar novas formas de comunidade que encorajem o desenvolvimento de todo o potencial nos indivíduos. O principal para nós é a compreensão do evangelho de que todas as pessoas são importantes, pois são seres humanos criados por Deus e amados através e por Jesus Cristo e não porque mereceram significado. Apoiamos climas sociais em que as comunidades humanas são mantidas e fortalecidas em nome de todas as pessoas e o seu crescimento, e em que os direitos humanos básicos de todas as pessoas a serem, a ser tornarem, a serem cuidadas, a cuidarem de si, a orientarem a sua vida, a proteger a sua vida, a buscar a felicidade e receber o perdão sejam respeitados. Também encorajamos todos os indivíduos a serem sensíveis para com outros ao usar linguagem adequada quando se referem a todas as pessoas. A linguagem de natureza depreciativa (relativamente a raça, nacionalidade, antecedentes étnicos, género, sexualidade e diferenças físicas) não reflecte o valor de uns para os outros e contradiz o evangelho de Jesus Cristo.

A) Cultura e Identidade — Acreditamos que a nossa identidade principal é sermos filhos de Deus. Essa identidade origina construções sociais e culturais, das quais advêm quer impactos positivos, quer negativos sobre a humanidade e sobre a Igreja. A identidade cultural evolui ao longo da nossa história, das tradições e das experiências. A Igreja pretende abraçar em plenitude e alimentar espiritualmente as competências e a formação cultural, como forma de ser totalmente um só corpo, expresso de múltiplas maneiras. Cada um de nós tem múltiplas identidades de igual valor, que se cruzam para formar o nosso ser. Afirmamos que nenhuma identidade ou cultura tem mais legitimidade do que qualquer outra. Apelamos à Igreja para contestar qualquer hierarquia de culturas ou de identidades. Somos desafiados através das relações dentro e entre as culturas e temos a responsabilidade de aprender uns com os outros, mostrando respeito mútuo pelas nossas diferenças e semelhanças, ao mesmo tempo que vivenciamos a diversidade de perspectivas e de pontos de vista.

Não aprovamos tudo na cultura, mesmo os excessos e utilizações indevidas que têm objectivos nobres entre os seres humanos. Reconhecemos que a capacidade de determinar quando devemos opor-nos a normas culturais ou não é algo contínuo. A Igreja, no passado, em parte e por vezes na sua totalidade, falhou em cumprir na prática e política os ideais culturais e bíblicos de protecção igual e direitos humanos básicos, em termos de justiça social. Os nossos erros em tais julgamentos do passado não justificam erros no presente. Nem os nossos erros do passado nos dão confiança de que não estamos a cometer no presente, ou não iremos inadvertidamente cometer tais erros no futuro, e estar erradamente com ou contra a cultura. A nossa igreja, pela graça de Deus, em muitos casos, tem estado do lado dos princípios bíblicos e ideais culturais da protecção igual e direitos humanos básicos. Pedimos à Igreja que continue o trabalho para atingir esse objectivo.

A) Comportamento homossexual - O comportamento homossexual, caso seja considerado um pecado ou que possa ser um pecado se mal utilizado ou utilizado em excesso, não é pior, nem é pior castigo sobre nós, as nossas pessoas ou a nossa nação do que as atrocidades que permitimos, apoiámos ou suportámos no passado e pelas quais mais tarde e agora nos arrependemos.

Sobre o casamento e ordenação homossexual, acreditamos, de acordo com os nossos ideais bíblicos e culturais de protecção igual e direitos humanos básicos, que devemos apoiar as políticas e leis na cultura que afirmam os direitos humanos básicos de todas as pessoas. Não acreditamos que a moralidade cultural de um período histórico em particular, incluindo o que parece ser a moralidade da Bíblia, tem direito à nossa lealdade acima dos valores bíblicos sobre os quais toda a moralidade tem de ser construída.

Comprometemos a nossa igreja aos direitos dos homossexuais em se casarem. Isto não é uma aprovação do casamento homossexual como alternativa ao casamento heterossexual entre heterossexuais, mas é uma afirmação dos direitos dos homossexuais serem quem são e exercerem os seus direitos humanos básicos enquanto homossexuais.

¶ 161. II.

C) Casamento—Afirmamos a santidade da aliança do casamento que é expressada através amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade compartilhada entre ~~um homem e uma mulher~~ dois adultos em livre consentimento. Cremos que as bênçãos de Deus baseiam-se em tal casamento, independentemente se há filhos ou não desta união ou os dois são heterossexuais. Rejeitamos as normas sociais que assumem padrões diferentes entre mulheres e homens, no casamento. Apoiamos as leis da sociedade civil que definem o casamento como a união de um homem e uma mulher.²

2. Ver Decisão do Conselho Judicial 694.

¶ 161. II.

G) Sexualidade Humana—Defendemos que a sexualidade é o dom de Deus para todas as pessoas. Apelamos a todos que façam uma gestão responsável desse dom sagrado.

Embora todas as pessoas sejam seres sexuais quer sejam casados ou não, as relações sexuais são confirmadas apenas com a aliança do casamento monogâmico e heterossexual.

Lamentamos todas as formas de comercialização, abuso e exploração sexual. Fazemos um apelo para aplicação global rigorosa de leis que proíbam a exploração sexual de crianças e uma protecção, orientação e aconselhamento adequados para crianças vítimas de abuso. Todas as pessoas, independentemente da idade, sexo, estado civil ou orientação sexual, têm direito a ter os seus direitos humanos e civis e a serem protegidos contra a violência. A Igreja deve apoiar a família no fornecimento de formação adequada à idade no que diz respeito à sexualidade para crianças, jovens e adultos.

Defendemos que todas as pessoas são indivíduos de valor sagrado, criados à imagem de Deus. Todas as pessoas precisam do ministério da Igreja nas suas lutas para a realização humana, bem como a assistência espiritual e emocional de uma comunhão que permite conciliar relacionamentos com Deus, com os outros e consigo próprio. A Igreja Metodista Unida não aprova ou condena a prática da homossexualidade e alguns Metodistas Unidos consideram essa prática incompatível com a doutrina Cristã. Defendemos que a graça de Deus está disponível para todos. Procuraremos viver juntos em comunidade Cristã, acolhendo, perdando e amando uns aos outros, como Cristo nos amou e nos aceitou. Imploramos às famílias e igrejas para não rejeitarem nem condenarem os membros e amigos gays e lésbicas. Comprometemo-nos a pertencer ao ministério para e com todas as pessoas.³

3. Ver Decisão do Conselho Judicial 702.

Emendar o terceiro parágrafo ¶ 304 como se descreve:
¶ 304. Qualificações para Ordenação—

3. Embora as pessoas escolhidas pela Igreja para o ministério ordenado estejam sujeitas a todas as fragilidades e fraquezas da condição humana e às pressões da sociedade no geral, devem manter os mais elevados padrões de vida santa no mundo. A prática da homossexualidade é incompatível pode não ser compatível com algum ensinamento Cristão mas a aceitação de uma prática na Igreja onde seja proibido na Escritura é certamente compatível com a prática Cristã. Assim, os homossexuais assumidos l numa relação monogâmica comprometida em casamento, ou análoga ao casamento onde o casamento homossexual seja proibido, não serão podem ser certificados como candidatos, ordenados como ministros, ou e nomeados para servir na Igreja Metodista Unida.²

1. “Homossexual praticante confesso” é entendido como significar que uma pessoa reconhece abertamente diante de um bispo, superintendente distrital ou comissão distrital do

ministério ordenado, Junta do Ministério Ordenado ou sessão de clérigos que é homossexual praticante. Consultar Decisões do Conselho Judicial 702, 708, 722, 725, 764, 844, 984, 1020.

~~2. Consultar decisões do Conselho Judicial 984, 985, 1027, 1028~~

Emendar o segundo parágrafo e nota de rodapé 3 do ¶ 310 como se segue:

¶ 310. Candidatura e certificação para ministério licenciado e ordenado- . . .

2. Os candidatos que procurem tornar-se certificados para ministério ordenado ou licenciado irão: . . .

d) concordar para o bem da missão de Jesus Cristo no mundo e a testemunha mais eficaz do evangelho, e em consideração da sua influência como clero, fazer uma dedicação completa deles próprios aos mais elevados ideais da vida Cristã, como definido em ¶¶ 103-105; 160-166. Para isso, aceitam desde já exercer um auto-controlo responsável através de hábitos pessoais que conduzam a um corpo são, a uma maturidade mental e emocional, fidelidade no matrimónio em relação pactual e abstinência no celibato, responsabilidade social e crescimento em graça e no conhecimento e amor de Deus.³ A igreja local é encorajada a ajudar os candidatos com as despesas da candidatura;

(FN) 3. Ao adoptar as afirmações em ¶¶ 304.2 e 310.2d sobre a responsabilidade moral e social de ministérios ordenados, a Conferência Geral procura elevar os padrões ao solicitar um compromisso moral mais exaustivo por parte do candidato e para um exame mais cuidadoso e preciso de candidatos por parte de comités distritais e juntas do ministério. A legislação não implica de modo algum que o uso do tabaco seja uma questão moralmente indiferente. À luz da prova desenvolvida contra o uso do tabaco, o ónus da prova seria sobre todos os utilizadores para mostrar que o seu uso do mesmo é consistente com os mais elevados ideais da vida Cristã. De igual modo, relativamente às bebidas alcoólicas, o ónus da prova seria sobre os utilizadores mostrarem que a sua acção é consistente com os ideais de excelência de mente, pureza do corpo e comportamento social responsável.

Por isso, as alterações aqui não amenizam a visão tradicional que concerne o uso do tabaco e bebidas alcoólicas por ministros ordenados na Igreja Metodista Unida. Pelo contrário, solicitam padrões mais elevados de auto-disciplina e formação de hábito em todas as relações pessoais e sociais. Solicitam dimensões de compromisso moral que vão muito mais além de quaisquer práticas específicas que podem ser listadas. (Ver Decisão do Conselho Judicial 318.)

A Conferência Geral, em resposta às expressões em toda a Igreja relativamente à homossexualidade e ordenação, reafirma a presente linguagem da Disciplinare reconhece que alguns se opõem à ordenação de homossexuais mas reafirma o seu compromisso para com a Escritura relativamente ao carácter e empenho das pessoas que procuram ordenação e afirma os seus elevados padrões para todos.

Durante mais de 200 anos, têm sido colocadas as Questões de Wesley aos candidatos à ordenação, incluindo “. . . Têm uma compreensão clara e profunda; um julgamento certo nas coisas de Deus; uma concepção justa da salvação pela fé? . . .” (§ 310). Todos os candidatos concordam dedicar-se totalmente aos ideais mais elevados da vida Cristã e para este fim concordam “em exercitar um auto-controlo responsável, por hábitos pessoais que levam à saúde corporal, maturidade mental e emocional, integridade em todas as relações pessoais, fidelidade no casamento e celibato, responsabilidade social e crescimento em graça e o conhecimento e amor de Deus” (§ 304.2).

O carácter e compromisso dos candidatos para o ministério ordenado é descrito ou examinado em seis locais no *Livro da Disciplina* (§§ 304, 310.2, 324, 330, 333 e 335). Estes dizem em parte: “Apenas aqueles que têm carácter moral inquestionável e piedade genuína, com conhecimento profundo das doutrinas fundamentais do Cristianismo e fé no cumprimento dos seus deveres devem ser eleitos para membros totais” (§ 333).

A afirmação na ordenação (§ 304.2) declara: “*A Igreja espera que aqueles que procuram ordenação se dediquem totalmente aos ideais mais elevados da vida Cristã . . . [e a] acordar em exercer o auto-controlo responsável por hábitos pessoais. . .*”.

Existem oito passos cruciais no exame dos candidatos. Eles são:

(1) O auto-exame do indivíduo que procura ordenação quando ele ou ela responde ao chamamento de Deus no compromisso pessoal para com Cristo e a sua igreja.

(2) A decisão do comité das relações pastor-paróquia, que faz a primeira recomendação para a conferência do cargo quando um membro procura tornar-se um candidato para ministério ordenado.

(3) A decisão da conferência do cargo, que tem de recomendar o candidato.

(4) A decisão do comité distrital sobre o ministério ordenado, que tem de recomendar o candidato para a Junta do Ministério Ordenado da conferência e, onde aplicável, a decisão da conferência distrital.

(5) A decisão da Junta do Ministério Ordenado, que tem de recomendar a ordenação do diácono e membros provisionais. Ver Decisões do Conselho Judicial 513, 536, 542.

(6) A decisão dos membros do clero da conferência anual, que têm de eleger candidatos para os membros provisionais.

(7) A recomendação da Junta do Ministério Ordenado para a ordenação do diácono ou anciãos e membros totais.

(8) A eleição para a ordenação de diáconos ou anciãos e membros totais por parte dos membros do clero da conferência anual.

Todos os membros do clero da conferência anual são responsáveis pelo carácter e eficácia da conferência anual em todo o seu ministério.

A Conferência Geral tornou claro nas “Normas Doutrinárias e a Nossa Tarefa Teológica” (Parte III da *Disciplina*) que as Escrituras, tradição, experiência e razão são nossas directrizes. “Os Metodistas Unidos compartilham com outros Cristãos a convicção de que a Escritura é a principal fonte e critério para a doutrina Cristã”.

Nos Princípios Sociais, a Conferência Geral disse que nós “não apoiamos ou condenamos a prática da homossexualidade e alguns consideram esta prática incompatível com o ensinamento Cristão”. Adicionalmente, os Princípios afirmam que “afirmamos a santidade da aliança do casamento que é expressada através amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade compartilhada entre ~~um homem e uma mulher~~ dois adultos em livre consentimento. cremos que as bênçãos de Deus baseiam-se em tal casamento, independentemente se há filhos ou não desta união ou os dois são homossexuais.”

Rejeitamos as normas sociais que assumem diferentes normas para mulheres em vez de homens no casamento”. Também, “afirmamos a integridade de homossexuais e pessoas solteiras e rejeitamos todas as práticas sociais que discriminam ou atitudes sociais que são prejudiciais a pessoas porque são homossexuais ou solteiras.”

A Conferência Geral afirma nota a sabedoria do nosso legado expresso nas disposições disciplinares relacionadas com o carácter e empenho dos ministérios ordenados. Contudo, acreditamos, de acordo com os nossos ideais bíblicos e culturais de protecção igual e direitos humanos básicos, que devemos apoiar as políticas e leis na cultura que afirmam os direitos humanos básicos de todas as pessoas. Não acreditamos que a moralidade cultural de um período histórico em particular, incluindo o que parece ser a moralidade da Bíblia, tem direito à nossa lealdade acima dos valores bíblicos sobre os quais toda a moralidade tem de ser construída. Entre esses valores estão a “protecção igual e direitos humanos básicos”. A Igreja Metodista Unida afastou-se das proibições dos actos específicos, pois tais proibições podem ser infundáveis. Afirmamos a nossa confiança na comunidade actual e o processo pelo qual ordenamos ministérios.

No nosso pacto somos solicitados a confiar uns nos outros à medida que recomendamos, examinamos e elegemos candidatos para o ministério ordenado e membros da conferência. Ver Decisão do Conselho Judicial 480.

Emendar os parágrafos seis e sete e a nota de rodapé 35 do § 341 como se segue:

¶ 341. Conduta não autorizada—

~~6. Cerimônias que celebrem uniões homossexuais não serão realizadas pelos nossos ministros e não serão realizadas nas nossas igrejas.³⁵~~

7. 6. Nenhum pastor voltará a ser batizado. A prática da renovação do batismo não está em conformidade com a acção de Deus no batismo e não é coerente com a tradição Wesleyana e os ensinamentos históricos da igreja. Por conseguinte, o pastor deve aconselhar todas as pessoas que procurem a renovação do batismo a participar num ritual de reafirmação dos votos baptismais.

35. Ver Decisão do Conselho Judicial 1115.

Alterar o parágrafo 19 do ¶ 613 como se segue:

¶ 613. Responsabilidades—O conselho terá a autoridade e responsabilidade de realizar as seguintes funções:

19. Para garantir que nenhuma junta de conferência anual, agência, comité, comissão ou conselho concederá fundos da Igreja Metodista Unida a qualquer comunidade ou grupo gay que promova a sexualidade sem o benefício do casamento ou utilizará de algum modo esses fundos para promover a aceitação da ~~homossexualidade~~ sexualidade sem o benefício do casamento ou violar o compromisso expresso da IMU de “não rejeitar ou condenar membros e amigos gays e lésbicas” (¶ 161G). O conselho terá o direito de impedir esses gastos. Esta restrição não irá limitar o ministério da Igreja em resposta à epidemia de VIH, nem irá excluir o financiamento para diálogos ou eventos educativos onde a posição oficial da Igreja seja representada de forma justa e igual.⁵⁹

59. Ver Decisão do Conselho Judicial 1054.

Emendar o parágrafo introdutório e nono e nota de rodapé 13 do ¶ 806 como se segue:

¶ 806. Responsabilidades Fiscais—Todos os valores contribuídos por uma igreja local a quaisquer fundos gerais da Igreja, como indicado ou definido no ¶ 810.1, e tais outros fundos que possam ter sido autorizados pela Conferência Geral serão detidos pelo conselho e distribuídos apenas para apoiar os ministérios dos respectivos fundos. O conselho será responsável perante a Igreja Metodista Unida através da Conferência Geral em todos os assuntos relacionados com a recepção, aplicação e comunicação de tais fundos, e as agências que recebem tais fundos serão fiscalmente responsáveis perante o conselho. No exercício da sua responsabilidade fiscal, o conselho terá a autoridade e responsabilidade de realizar as seguintes funções: . . .

9. Será responsável por garantir que nenhuma junta de conferência anual, agência, comité, comissão ou conselho concederá fundos da Igreja Metodista Unida a qualquer comunidade ou grupo gay que promova a sexualidade sem o benefício do casamento ou utilizará de algum modo esses fundos para promover a aceitação da ~~homossexualidade~~ sexualidade sem o benefício do casamento ou violar o compromisso expresso da Igreja Metodista Unida de “não rejeitar ou condenar membros e amigos gays e lésbicas” (¶ 161G). O

conselho terá o direito a parar com tais despesas.¹³ Não limitará o ministério da Igreja em resposta à epidemia do VIH.

13. Consultar decisões do Conselho Judicial 597, 1264.

Emendar o primeiro parágrafo de ¶ 2702 e rodapé 13 como se segue:

¶2702. 1. Um bispo, membro do clero de uma conferência anual (¶ 370), pastor local,⁹ clero numa localização honrosa ou administrativa, ou ministro diaconal podem ser julgados quando acusados (sujeito ao estatuto de limitações em ¶ 2702.4)¹⁰ por uma ou mais das seguintes infracções: . . .

(b) práticas declaradas pela Igreja Metodista Unida como sendo incompatíveis com os ensinamentos Cristãos,¹² ~~incluindo, mas não limitado a: ser um homossexual praticamente; ou realizar cerimônias que celebrem uniões homossexuais; ou realizar cerimônias de casamento do mesmo sexo;~~¹³ (g) abuso infantil;¹⁵ (h) abuso sexual;¹⁶ i) conduta sexual indevida¹⁵ incluindo a utilização ou posse de pornografia, (j) assédio, incluindo, mas não limitado a assédio racial e/ou sexual; (k) discriminação racial ou de género; ou (l) comportamentos fiscais indevidos.

9. Ver Decisão do Conselho Judicial 982.

10. O estatuto de limitações entrou em vigor como lei de forma potencial a partir de 1 de Janeiro de 1993. Todas as alegadas violações que ocorrerem antes desta data estão prescritas. Consultar decisões do Conselho Judicial 691, 704 e 723. . . .

12. Consultar decisões do Conselho Judicial 702, 984, 985, 1185.

13. ~~A linguagem começando com “incluindo mas não limitado a . . .” surgiu inicialmente no Livro da Disciplina de 2004, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2005.~~

Fundamentação:

Não acreditamos que a moralidade cultural de um período histórico em particular, incluindo o que parece ser a moralidade da Bíblia, tem direito à nossa lealdade acima dos valores bíblicos sobre os quais toda a moralidade tem de ser construída. Entre esses valores estão a “protecção igual e direitos humanos básicos”.

¶00.

Número de petição: 90085-¶00-C-!-G; Boyette, Keith - Spotsylvania, VA, USA.

Plano de Separação da IMU N.º1 - Boyette - Constitucional

EMENDAS CONSTITUCIONAIS (requer 2/3 dos votos)

1. Adicionar novo ¶ 62, com o título “Plano de Separação”, como uma nova “Divisão VI - Dissolução” como se segue:

¶ 62. Plano de Separação - Todas as disposições da Constituição em conflito e o *Livro da Disciplina* ficam desde já suspensos com o objectivo de implementar um plano de separação. A separação dará lugar a, pelo menos, duas novas entidades, uma delas fornecendo plena inclusão para pessoas LGBTQ+ no casamento e na ordenação, e outra mantendo os actuais ensinamentos e disposições da igreja no que concerne o casamento e a ordenação de pessoas LGBTQ+. Podem ser propostas outras entidades por grupos na fase da implementação inicial. Disposições que não entrem em conflito com a implementação do plano continuarão em vigor até que a Igreja Metodista Unida declare a sua cessação. Na conclusão da implementação, todos os activos e passivos da Igreja Metodista Unida terão sido equitativamente divididos entre duas ou mais entidades, as quais se tornarão as denominações sucessoras, deixando de existir a Igreja Metodista Unida.

2. Emendar ¶14, como se segue:

¶ 14. Artigo II. - A Conferência Geral deverá reunir-se uma vez a cada quatro anos em data e local determinados pela Conferência Geral ou pelas suas comissões devidamente autorizadas. A alteração na declaração anterior deverá entrar em vigor no final da Conferência Geral em 2016. A Conferência Geral de 2020 irá reunir-se apenas para implementar o plano de separação.

[Legislação executória é encontrada na Petição N.º 90086.]

Fundamentação:

Existem diferenças irreconciliáveis na Igreja Metodista Unida que criam uma crise existencial. A separação libertaria a igreja dessas diferenças, permitindo que as entidades resultantes avancem no ministério, pois são levadas por Deus.

¶2800.

Número de petição: 90086-¶2800-!-G; Boyette, Keith - Spotsylvania, VA, USA.

Plano de Dissolução da IMU #2 - Boyette - Legislação executória

[As seguintes disposições seriam colocadas em vigor apenas se a Petição #90085 (Novo Para. 62 e Emendar o Para. 14) for colocada em vigor através dos votos da conferência anual pelo Concílio de Bispos.]

O processo seguinte é promulgado para implementar a emenda constitucional que permite um plano de separação. O secretário da Conferência Geral trabalhará em conjunto com os bispos, de modo a assegurar que a votação na ratificação destas alterações constitucionais começa com as sessões da

conferência anual regularmente programada depois do dia 1 de Abril de 2019, e estará concluída em 31 de Março de 2020. O Concílio de Bispos irá certificar-se se esta emenda foi adoptada assim que possível após 1 de Abril de 2020, e o mais tardar até 30 de Abril de 2020.

1. O Concílio de Bispos supervisionará a implementação do plano e servirá de centro de informação para o clero e as congregações que desejem afiliar-se numa entidade diferente daquela escolhida pela sua conferência anual.

2. *Equipas fundadoras*—Antecipando a aprovação da emenda constitucional, a sessão especial da Conferência Geral de 2019 elegerá (subsequentemente à aprovação da emenda pelos dois terços exigidos) uma equipa de dez pessoas para cada nova entidade que deseje formar, composta por quatro leigos, quatro membros do clero e dois bispos. As nomeações serão feitas por escrito ao secretário da Conferência Geral numa lista de dez para cada entidade, iniciando-se depois da adopção da emenda e concluindo-se a tempo de as serem publicadas, no mínimo, 24 horas antes da eleição. Acompanhando cada uma das listas haverá uma breve declaração dos princípios formativos distintos da entidade proposta para ser formada como lista de candidatos. Cada grupo da nova entidade é responsável por assegurar que a sua lista de candidatos é composta por pessoas que concordam com os princípios formativos dessa entidade proposta. A sessão plenária da Conferência Geral especial de 2019 determinará por maioria de voto se certifica ou não cada lista de candidatos e a entidade proposta, sem alterações.

3. *Documentos descritivos*—Nos 14 meses após o final da sessão especial da Conferência Geral de 2019, cada equipa escreverá e aprovará uma descrição da visão e da missão para a sua entidade em particular, incluindo um resumo de uma página. Estes documentos serão o guia inicial para a tomada de decisões pelos bispos, conferências anuais, clero, congregações e instituições eclesiais sobre a entidade com a qual se afiliarão. Os documentos descritivos serão divulgados publicamente quando o Concílio dos Bispos confirmar que as respectivas emendas constitucionais foram ratificadas.

4. *Afiliação episcopal*—a) Desde que a emenda constitucional que permite que o plano avance tenha sido adoptada, o mais tardar até 30 de Junho de 2020, cada bispo Metodista Unido no activo ou aposentado será eleito para uma das entidades descritas nos documentos descritivos (Parte 3). Estas selecções serão consideradas pelo Concílio de Bispos e tornadas públicas até 30 de Junho de 2020. Os bispos relacionar-se-ão tanto com a nova entidade como a sua jurisdição geográfica anterior até que a transição esteja concluída.

b) Após 30 de Junho de 2020, o Colégio de Bispos para cada uma das novas entidades pode convocar e iniciar os trabalhos com a respectiva Equipa Fundadora para planear a nova entidade.

5. Afiliação da conferência anual—a) Até 30 de Junho de 2021, a votação será por voto secreto em cada conferência anual a cuja nova entidade essa conferência anual irá pertencer. Bastará uma simples maioria de votos. O voto de cada conferência anual será confirmado pelo Concílio de Bispos dos Bispos e será definitivo. Se a conferência anual não obtiver a maioria dos votos por se reunir a qualquer uma das novas entidades, a conferência anual afiliar-se-á com a entidade que receba a pluralidade dos votos, e os activos e os passivos da conferência serão divididos entre as respectivas entidades, segundo a Parte 11.

b) Cada conferência anual elegerá também uma delegação para a conferência organizadora da sua entidade seleccionada, consistindo de igual número de delegados que foram eleitos para a Conferência Geral anterior. Se forem eleitos membros do clero que indiquem posteriormente o seu desejo de se afiliarem a outra entidade, esses membros do clero perderão a capacidade de elegibilidade para servir. Os membros laicos tornar-se-ão não elegíveis para servir se a igreja local a que pertencem votar para se afiliar a outra entidade. As conferências anuais elegerão números suficientes de delegados de reserva para garantir delegação total. Pode ser proposta legislação por cada conferência anual para a conferência organizacional da sua nova entidade.

6. Afiliação congregacional—a) As congregações continuarão automaticamente a pertencer à conferência anual a que pertenciam antes, a menos que a congregação tome medidas para modificar as afiliações. As congregações que optem pela dissidência da afiliação da sua conferência anual terão até 28 de Fevereiro de 2022 para indicar, por maioria de voto secreto de uma conferência de igreja devidamente convocada (§ 248), a sua decisão de serem colocadas numa conferência anual de outra entidade. Se a congregação não obtiver maioria de votos para se reunir às novas entidades, a congregação afiliar-se-á com a entidade que receba a pluralidade dos votos. Qualquer grupo minoritário dentro de uma congregação pode organizar uma nova congregação para se afiliar com uma entidade diferente. Todas as congregações dissidentes continuarão a fazer parte da sua anterior conferência anual até que esteja concluída a conferência organizadora da nova entidade.

b) As igrejas que desejem mudar de afiliação para outra entidade depois de 28 de Fevereiro de 2022, podem fazê-lo apenas de acordo com as disposições da entidade a que pertencem na altura e a entidade com a qual desejam afiliar-se.

c) As igrejas dissidentes em cada conferência anual convocarão uma conferência para a sua entidade, consistindo de membros leigos da conferência anual original dessas congregações ou das suas alternativas eleitas, juntamente com os membros do clero que tenham indicado o seu desejo de se

afiliarem com essa entidade. Esta conferência especial terá lugar entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2022. Esta conferência especial elegerá um membro do clero e um membro leigo e membros suplentes para servir na conferência organizadora da entidade.

7. Afiliação dos membros do clero—a) Os membros do clero terão até ao dia 31 de Março de 2022 para notificar o seu bispo do seu desejo de servir numa outra entidade. O seu bispo enviará o nome desses membros do clero ao Colégio dos Bispos da entidade receptora. A filiação na conferência continuará na anterior conferência até que a transferência para outra conferência anual se concretize.

b) Subsequente à sua afiliação original, mas pelo menos 30 dias antes para a conferência organizadora da nova entidade, os membros do clero podem ser eleitos para trocar de afiliação, para o que será necessária aprovação de uma maioria da Equipa Fundadora e Colégio dos Bispos da nova entidade (votando como um só). Após a data limite de 30 dias ou depois de a nova entidade estar formada, os membros do clero podem optar por renunciar à sua entidade original e unir-se a outra, conforme as disposições da sua entidade original e condicionados pelas disposições da nova entidade a que se desejam unir.

c) Todos os benefícios de pensões obtidos pelos membros do clero na Igreja Metodista Unida permanecerão intactos, seja qual for a entidade sucessora a que se afilem, suportados pelos activos da Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde ou sua(s) organização(ões) sucessora(s) e sucessor(es) do membro do clero da conferência anual anterior.

8. Conferências organizadoras—a) Os colégios dos bispos das respectivas novas entidades convocarão uma conferência organizadora especial para cada uma das novas entidades. As conferências realizar-se-ão durante o mês de Maio de 2023.

b) Na conferência organizadora para cada entidade, serão adoptados a constituição e estatutos sociais da entidade. A entidade decidirá se deseja continuar com bispos e conferências anuais e, nesse caso, como serão configurados. Cada entidade encarregar-se-á da supervisão, conexão e nomeação pastoral sobre a área de países na qual a entidade possui congregações.

c) Cada entidade criará o seu próprio sistema para apoiar os membros do clero que desejem mudar de afiliação na obtenção da situação de nova entidade, na obtenção de uma nomeação na nova entidade e/ou na obtenção de uma nomeação transaccional. Os membros do clero podem continuar a servir numa entidade diferente da nova entidade onde desejam afiliar-se até que a nomeação esteja na nova entidade. Durante o tempo desta nomeação transaccional, cumprirão as disposições da entidade na qual estão nomeados.

9. Afiliação institucional—Qualquer instituição relacionada com a igreja que seja afiliada, mas não propriedade, numa conferência anual ou jurisdicional, pode optar por mudar a sua afiliação e relação com a Igreja seguindo a organi-

zação das novas entidades e da possível redefinição dos limites da conferência anual. A instituição, pelos seus próprios processos internos, pode optar por continuar a afiliação com a conferência anual ou jurisdicional ou conferência central à qual estava afiliada antes, mudar a sua afiliação para uma nova entidade, procurar afiliação em múltiplas entidades ao mesmo tempo ou retirar completamente a filiação da igreja. Um pedido da instituição para se afiliar com uma entidade diferente ou conferência anual, jurisdicional ou conferência central diferente da sucessora a sua conferência original está contingente de aprovação por essa entidade ou conferência.

10. *Propriedade congregacional*—A cláusula de fideicomisso de cada propriedade de congregação local será de propriedade e administrada pela entidade com a qual a igreja local optar por se afiliar (§§ 2501, 2503). Qualquer uma das novas entidades pode optar por modificar ou dispensar totalmente a cláusula de fideicomisso. Todos os activos e passivos anteriormente incorridos por uma congregação local continuarão com essa congregação, seja qual for a afiliação, com base na maioria ou pluralidade de votos da conferência de igreja. Esta disposição não excluirá, no entanto uma negociação voluntária dividindo alguns ou todos os activos e passivos da congregação entre porções separadas da congregação.

11. *Propriedade da conferência anual*—Os activos e os passivos de propriedade de uma conferência anual permanecerão nessa conferência. As igrejas locais e membros do clero desistindo de uma conferência anual para se unirem a nova entidade estão a renunciar a todas as acções individuais dos activos ou passivos dessa conferência, excepto para passivos de pensões pertencentes ao clero. Quando os votos da afiliação da conferência segundo a Parte 5(a) for inferior a 75 por cento, os activos e passivos da conferência serão divididos proporcionalmente entre as respectivas entidades, com base no número de membros professantes originais que sejam membros de cada nova entidade a partir de 30 de Maio de 2023. Os activos assim divididos não serão inferiores a, e os passivos assim divididos não serão superiores a, montantes constantes dos livros na altura em que as novas entidades são organizadas (30 de Maio de 2023).

12. *Propriedade jurisdicional ou da conferência central*—Os activos e os passivos de propriedade de anteriores jurisdições e conferências centrais da Igreja Metodista Unida serão assumidos pela entidade seleccionada por pluralidade de voto do número agregado de membros nas várias conferências centrais dessa anterior jurisdição ou conferência central. Quando os votos da afiliação agregada for inferior a 75 por cento, os activos e passivos da conferência serão divididos proporcionalmente entre as respectivas entidades, com base no número de membros professantes originais que sejam membros de cada nova entidade a partir de 30 de Maio de 2023. Os activos assim divididos não serão inferiores a, e os passivos assim divididos não serão superiores a, montantes constantes dos livros na altura em que as novas entidades são organizadas (30 de Maio de 2023).

13. *Propriedade da igreja geral*—a) Os activos e os passivos detidos pelos conselhos e agências da Igreja Metodista Unida serão registados a partir de 30 de Maio de 2023. Esses activos e passivos serão divididos entre as várias novas entidades com base no número de membros professantes originais unindo-se a cada nova entidade a partir de 30 de Maio de 2023.

b) A Junta Geral de Pensões e Benefícios de Saúde, Casa Editora e/ou a Comissão de Auxílio Metodista Unida podem optar por se tornar corporações sem fins lucrativos independentes que servem mais do que uma das novas entidades formadas. Essa decisão requererá uma maioria de dois terços (2/3) dos seus conselhos de administração e uma maioria de votos da conferência organizadora de cada nova entidade a ser servida. Os activos e os passivos detidos por essas agências (servindo pelo menos duas das novas entidades) não serão divididos entre as entidades a serem por eles servidas, mas detidos pela agência a fim de continuar a servir. Se todas as novas entidades não estiverem a ser servidas por uma dada agência, os seus activos e passivos serão divididos entre a própria agência e as novas entidades que não está a servir, com base no número de membros professantes originais que sejam membros de cada nova entidade a partir de 30 de Maio de 2023.

14. *Arbitragem*—a) A todos os níveis (conferência anual até à Igreja geral), a divisão de activos e passivos será obtida através da negociação entre as partes envolvidas, tendo o cuidado de honrar as restrições impostas pelos fundos e trusts designados. Empresas de contabilidade e/ou mediadores podem ser contratadas neste processo, com os custos inerentes partilhados entre as entidades envolvidas seja a que nível for.

b) Eventuais disputas decorrentes da divisão de activos e passivos serão ajustadas por meio de arbitragem do Conselho Judicial. Cada conferência anual, jurisdicional ou central o nova entidade apresentará o seu caso por escrito, e o Conselho tomará a decisão final de uma divisão equitativa de activos e passivos. As despesas com assembleias extraordinárias ou de viagem incorridas pelo Conselho para tais fins serão suportadas pelas conferências envolvidas na arbitragem. A decisão do Conselho é final e decisiva e não haverá direito a recurso aos tribunais seculares. O Conselho Judicial concluirá a sua arbitragem até 31 de Dezembro de 2025.

c) Disputas emergentes da adequada implementação deste plano podem ser objecto de recurso ao Comité Jurisdicional de Recursos e depois ao Conselho Judicial pelas partes envolvidas. Os custos desses recursos devem ser partilhados pelas partes. A decisão do Conselho Judicial é final e não será objecto de recurso aos tribunais seculares.

d) A distribuição de activos e passivos terá lugar logo que seja possível, com base nos termos negociados pelas partes envolvidas. Os acordos negociados estarão em vigor em todas as instâncias até 31 de Dezembro de 2024. Se um acordo não puder ser concluído até 31 de Dezembro de 2024, será auto-

maticamente alvo de arbitragem com o Conselho Judicial. As partes podem submeter um processo de arbitragem vinculativa antes dessa data por mútuo consentimento.

e) As várias corporações ou organizações detentoras de propriedades da Igreja Metodista Unida dissolverão a sua corporação ou organização quando todos os activos e passivos tiverem sido distribuídos às novas entidades. A Conferência Geral e todas as outras organizações não incorporadas e não detentoras de propriedades da Igreja Metodista Unida cessarão a partir de 30 de Maio de 2023.

f) Os membros dos Comitês Jurisdicionais de Recurso e o Conselho Judicial e substitutos em vigor a 31 de Dezembro de 2022 continuarão a servir até 31 de Dezembro de 2025, independentemente da entidade a que estejam afiliados, para fins de serem ouvidos em recurso e resolverem as disputas de propriedades relacionadas com a implementação deste plano (Partes 14b-d).

15. Datas de implementação—Serão observadas as seguintes datas limite:

1 de Abril de 2019 — Início dos votos para ratificação do início nas conferências anuais

31 de Março de 2020 — Conclusão dos votos para ratificação nas conferências anuais

30 de Abril de 2020 — Data limite para as Equipas Fundadoras submeterem os seus documentos descritivos ao Concílio de Bispos

30 de Abril de 2020 — Data limite para o Concílio de Bispos certificar os resultados do voto para ratificação; divulgação pública dos documentos descritos para cada entidade

30 de Junho de 2020 — Os Bispos têm de indicar publicamente com que entidade se irão afiliar; o Colégio dos Bispos de cada nova entidade começa a trabalhar com a Equipa Fundadora respectiva para planear a nova entidade

30 de Junho de 2021 — data limite para as conferências anuais votarem em qual entidade se afiliam; eleição dos delegados para conferências organizadoras

28 de Fevereiro de 2022 — data limite para as congregações locais votarem para se unirem a outra entidade que não a aprovada pela sua conferência anual

31 de Março de 2022 — data limite para o clero indicar ao seu bispo qual a entidade a que desejam afiliar-se com

30 de Junho de 2022 — data limite para as congregações dissidentes enquanto grupo de conferência anual eleger delegados para a entidade na qual se afiliam

Maio de 2023—as conferências organizadoras são realizadas para as novas entidades

30 de Maio de 2023—registo de todos os activos e passivos sujeitos a divisão; a Conferência Geral e todas as outras organizações não detentoras de propriedades da Igreja Metodista Unida cessam; o número de membros professantes da Igreja Metodista Unida que se uniram a cada congregação na nova entidade deve ser comunicado ao órgão regente dessa

entidade; começam as negociações sobre dividir os activos e responsabilidades da conferência anual, jurisdicional, conferência central e da igreja geral, onde necessário.

31 de Dezembro de 2024—data limite para acordos negociados sobre a divisão de activos e passivos

31 de Dezembro de 2025—data limite para a arbitragem estar concluída pelo Conselho Judicial

Fundamentação:

Existem diferenças irreconciliáveis na Igreja Metodista Unida que criam uma crise existencial. A separação libertaria a Igreja dessas diferenças, permitindo que as entidades resultantes avancem no ministério, pois são levadas por Deus.

¶4.

Número de petição: 90087-¶4-C-G; McRoberts, Sean - Iowa City, IA, USA.

Inclusão

Emendar o ¶4:

. . . nenhuma conferência ou outra unidade de organização da Igreja será estruturada para excluir qualquer membro ou qualquer organismo constituinte da Igreja, devido à raça, cor, nacionalidade, ~~estatuto~~ competência, orientação sexual, identidade sexual ou condição económica nem será negado a qualquer membro o acesso a um lugar igualitário na vida, no culto ou na administração da Igreja devido à raça, género, cor, nacionalidade, competência, idade, estado civil, orientação sexual, identidade sexual ou condição económica.

¶2702.1.

Número de petição: 90088-¶2702.1-G; McRoberts, Sean - Iowa City, IA, USA.

Delitos imputáveis

Emendar ¶ 2702.1:

Um bispo, membro do clero de uma conferência anual (¶ 370), pastor local, clero numa localização honrosa ou administrativa, ou ministro diaconal podem ser julgados quando acusados (sujeito ao estatuto de limitações em ¶ 2702.4) de uma ou mais das seguintes infracções: (a) imoralidade, incluindo mas não se limitando, não ser celibatário enquanto indivíduo ou infiel num casamento heterossexual; (b) ~~práticas declaradas pela Igreja Metodista Unida como incompatíveis com a doutrina Cristã, incluindo mas não se limitando a: ser auto-confesso da prática homossexual; ou realizar cerimónias que celebrem uniões homossexuais; ou o desempenho de cer-~~

~~imónias de casamento do mesmo sexo;~~(c) crime; (d) desobediência à ordem e disciplina da Igreja Metodista Unida; . . .

¶161.C.

Número de petição: 90089-¶161.C-G; Malone, Donald M. - Washington, DC, USA.

Práticas Sexuais

A. Emendar ¶ 161.C) para o seguinte:

C)*Casamento*-Afirmamos a santidade da aliança do casamento que é expressada através amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade compartilhada entre ~~um homem e uma mulher~~ dois cônjuges da mesma sexualidade que estão mutuamente atraídos. Cremos que as bênçãos de Deus baseiam-se em tal casamento, independentemente se há filhos ou não desta união. Rejeitamos as normas sociais que assumem padrões diferentes entre mulheres e homens, no casamento. ~~Apoiamos as leis da sociedade civil que definem o casamento como a união de um homem e uma mulher.~~

B. Emendar o segundo e quarto parágrafos ¶ 161.G) como se segue:

Embora todas as pessoas sejam seres sexuais quer sejam casados ou não, as relações sexuais são confirmadas apenas com a aliança de um casamento monógamo, ~~casamento heterossexual~~ entre pessoas da mesma sexualidade que sejam mutuamente atraídas uma pela outra.

.....

..... reconciliar as relações com Deus, com outros e com o próprio. A Igreja Metodista Unida não tolera ~~a prática da homossexualidade~~ actos e práticas homossexuais por heterossexuais e considera-os ~~essa prática~~ incompatíveis com a doutrina cristã. Afirmamos que

C. Emendar ¶ 304.3. como se segue:

..... os mais elevados padrões de vida sagrada no mundo. ~~A prática da homossexualidade é~~ Os actos homossexuais ou práticas por homossexuais são incompatíveis com o ensinamento Cristão. Por conseguinte, ~~os homossexuais confessos~~ pessoas heterossexuais que se envolvam em tais actos ou práticas não devem ser certificados como candidatos, nem ordenados como ministros ou nomeados para servir na Igreja Metodista Unida.

D. Eliminar nota de rodapé 1. até ¶ 304.3.

E. Emendar ¶ 310.2.d) nota de rodapé 3 [o terceiro parágrafo de texto que surge na p. 232 da *Disciplina* 2016 impressa] como se segue:

A Conferência Geral, em resposta a expressões em toda a Igreja relativamente a homossexualidade actos ou práticas homossexuais e ordenação, reafirma

F. Emendar ¶ 310.2.d) nota de rodapé 3 [o último parágrafo de texto que surge em p. 233 da *Disciplina* 2016 impressa] como se segue:

Nos Princípios Sociais, a Conferência Geral disse que nós “~~não apoiamos a prática da homossexualidade~~ actos homossexuais e práticas por heterossexuais e considera ~~esta prática~~ estas incompatíveis com o ensinamento Cristão”. Adicionalmente, os Princípios indicam que “afirmamos a santidade da aliança do casamento que é expressada através de amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade compartilhada entre ~~um homem e uma mulher~~ dois cônjuges da mesma sexualidade que estão mutuamente atraídos. Acreditamos

G. Em ¶ 341., eliminar o sub-parágrafo 6.

H. Emendar ¶ 613.19. como se segue:

Garantir que nenhum conselho, agência, comité, comissão ou conselho da conferência anual ~~dá~~ usa fundos da Igreja Metodista Unida ~~a qualquer caucus ou grupo gay, ou de outro modo utiliza estes fundos para promover a aceitação da homossexualidade~~ actos homossexuais ou práticas por heterossexuais ou viola

I. Emendar ¶ 806.9. como se segue:

Será responsável por garantir que nenhum conselho, agência, comité, comissão ou conselho da conferência anual ~~dá~~ usa fundos da Igreja Metodista Unida ~~a qualquer caucus ou grupo gay, ou de outro modo utiliza estes fundos para promover a aceitação da~~ homossexualidade actos homossexuais ou práticas por heterossexuais ou viola

J. Emendar sub-parágrafo (a) do ¶ 2702.1. como se segue:

(a) imoralidade incluindo, mas não limitado a, não ser celibatário enquanto indivíduo ou não ter fé num casamento heterossexual;

K. Emendar o sub-parágrafo (b) do ¶ 2702.1. como se segue:

(b) práticas declaradas pela Igreja Metodista Unida como incompatíveis com a doutrina Cristã, incluindo mas não se limitando a: ~~ser auto-confesso da prática homossexual; ou conduzir cerimónias que celebrem uniões homossexuais; ou o desempenho de cerimónias de casamento do mesmo sexo~~ realizar actos sexuais ou práticas que sejam inconsistentes com a sexualidade de uma pessoa;

Fundamentação:

A nossa Igreja não ama pessoas cuja atracção a membros do mesmo sexo seja resultado inato da sua sexualidade biológica minoritária, pois ama os membros de maioria biológica heterossexual. O estado biológico homossexual é fixado aquando do nascimento, mesmo se tal não for aí aparente.

Assim, violamos o Segundo Grande Mandamento. Deus pode punir . . .

¶304.3.

Número de petição: 90090-¶304.3-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Caminho a Seguir Totalmente Inclusivo - Habilidades para Ordenação - Brooks

Emendar ¶ 304.3 como se segue: Embora as pessoas escolhidas pela Igreja para o ministério ordenado estejam sujeitas a todas as fragilidades e fraquezas da condição humana e às pressões da sociedade no geral, devem manter os mais elevados padrões de vida santa no mundo. ~~A prática da homossexualidade é incompatível com o ensinamento Cristão. Por conseguinte, os homossexuais confessos não devem ser certificados como candidatos, nem ordenados como ministros ou nomeados para servir na Igreja Metodista Unida.~~

Fundamentação:

Na resposta ao chamamento do evangelho para a Igreja, enquanto corpo de Cristo, para serem totalmente inclusivas para todas as pessoas, as porções da *Disciplina* que têm impacto negativo nas vidas de pessoas LGBTQ devem ser removidas.

¶310.2d.

Número de petição: 90091-¶310.2d-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Caminho a Seguir Totalmente Inclusivo - Notas de Rodapé da Candidatura - Brooks

Emendar ¶ 310.2.d) Nota de Rodapé 3 como se segue:

...

A Conferência Geral, em resposta às expressões em toda a Igreja relativamente à ~~homossexualidade e ordenação~~, reafirma a presente linguagem da *Disciplina* relativamente ao carácter e empenho das pessoas que procuram ordenação e afirma os seus elevados padrões.

...

Nos Princípios Sociais, a Conferência Geral disse que nós ~~“não apoiamos a prática da homossexualidade e consideramos esta prática incompatível com o ensinamento Cristão”~~. ~~Adicionalmente, os Princípios indicam que~~ “afirmamos a santidade da aliança do casamento que é expressada através amor, apoio mútuo, compromisso pessoal e fidelidade compartilhada entre duas pessoas um homem e uma mulher. Creemos que as bênçãos de Deus baseiam-se em tal casamento, independentemente se há filhos ou não desta união. ...

Fundamentação:

Na resposta ao chamamento do Evangelho para a Igreja, enquanto corpo de Cristo, para serem totalmente inclusivas para todas as pessoas, as porções da *Disciplina* que têm im-

pacto negativo nas vidas de pessoas LGBTQ devem ser removidas.

¶2702.1.

Número de petição: 90092-¶2702.1-G; Brooks, Lonnie D. - Anchorage, AK, USA.

Caminho a Seguir Totalmente Inclusivo - Transgressões Imputáveis - Brooks

Emendar ¶ 2702. 1 conforme se segue:

Um bispo, membro do clero de uma conferência anual (¶ 370), pastor local, clero numa localização honrosa ou administrativa, ou ministro diaconal podem ser julgados quando acusados (sujeito ao estatuto de limitações em ¶ 2702.4) de uma ou mais das seguintes infracções: (a) imoralidade, incluindo mas não se limitando, não ser celibatário enquanto indivíduo ou infiel num casamento ~~heterossexual~~; (b) práticas declaradas pela Igreja Metodista Unida como incompatíveis com a doutrina Cristã, ~~incluindo mas não se limitando a: ser auto-confesso da prática homossexual; ou realizar cerimónias que celebrem uniões homossexuais; ou a realização de cerimónias de casamento do mesmo sexo; ...~~

Fundamentação:

Na resposta ao chamamento do Evangelho para a Igreja, enquanto corpo de Cristo, para serem totalmente inclusivas para todas as pessoas, as porções da *Disciplina* que têm impacto negativo nas vidas de pessoas LGBTQ devem ser removidas.

¶47.

Número de petição: 90093-¶47-C-!-G; Berggren, Ken - Calhoun, KY, USA.

Plano Anual de Voto de Confiança COB N.º1

Emendar ¶ 47, como se segue:

¶ 47. Artigo III.—Deverá existir um Concílio de Bispos composto por todos os bispos da Igreja Metodista Unida. O conselho deve reunir-se, pelo menos, uma vez por ano e planejar a supervisão geral e promoção dos interesses temporais e espirituais de toda a Igreja e para implementar as regras, regulamentos e responsabilidades prescritos e impostos pela Conferência geral e de acordo com as disposições estabelecidas neste Plano da União.

O conselho realizará uma provação anual para cada bispo. A provação consistirá de uma declaração do bispo providenciando os motivos pelos quais devem manter o cargo e, depois, um voto de confiança por parte do conselho. Nos anos em que os bispos são eleitos, essas provações serão realizadas

após a última conferência jurisdicional e antes de os novos bispos estarem instalados. As provações podem ser realizadas electronicamente através de e-mail ou outros modos de comunicação instantânea, sem a presença física de todos os bispos. O apoio de uma maioria de três quartos dos bispos no activo no conselho será requerida para manter o cargo de bispo. O voto pode ser imediatamente recorrido verbalmente, por escrito via e-mail ou outro modo de comunicação instantânea pelo bispo em questão, ou qualquer outro bispo no conselho. Após a declaração de recurso ser considerada pelos bispos no activo, um segundo voto de confiança com os mesmos requisitos é final.

Fundamentação:

Esta alteração permite que os bispos se supervisionem uns aos outros. Delineia um simples procedimento para expressar o seu apoio pelos outros. É chamada de provação e recurso para evitar conflitos com ¶ 20. Se um bispo perder apoio de uma minoria significativa dos seus colegas, o afastamento é pedido.

¶50.

Número de petição: 90094-¶50-C-G; Berggren, Ken - Calhoun, KY, USA.

Plano Anual de Voto de Confiança COB N.º2

Emendar ¶ 50, como se segue:

¶ 50 Artigo VI.—Os bispos, tanto activos como reformados, da Igreja da Irmandade Unida Evangélica e da Igreja Metodista Unida na altura em que a união é consumada, devem ser bispos da Igreja Metodista Unida. Os bispos da Igreja Metodista eleitos pelas jurisdições, os bispos activos da Igreja da Irmandade Unida Evangélica aquando da união e os bispos eleitos pelas jurisdições da Igreja Metodista Unida devem ter mandatos vitalícios com a aprovação do Concílio de Bispos. Cada bispo eleito por uma conferência central da Igreja Metodista deve ter esse mandato conforme a conferência central que o elege, com a aprovação do Concílio de Bispos. A conferência jurisdicional conexional elegerá uma comissão permanente sobre o episcopado que consistirá de um delegado clérigo e leigo de cada conferência anual, sob nomeação da delegação da conferência anual. A comissão irá rever o trabalho dos bispos, confirmar o seu carácter e administração oficial, e reportar à conferência jurisdicional conexional as suas conclusões as acções que a conferência considere adequadas no seu poder constitucional. A comissão recomendará as nomeações dos bispos para as suas respectivas residências para acção final pela conferência jurisdicional conexional. O disposto acima não exclui a adopção pela Conferência Geral

de disposições para o Concílio de Bispos responsabilizar os seus membros individuais pelo seu trabalho, quer como superintendentes gerais, quer como presidentes e residentes de áreas episcopais.

Fundamentação:

Esta alteração tornará a aprovação do Concílio de Bispos um dos requisitos para manter o bispo no cargo. Confere ao conselho a autoridade para afastar um bispo que tenha quebrado o pacto com os seus colegas. Se um bispo perder apoio de uma minoria significativa dos seus colegas . . .

¶401.

Número de petição: 90095-¶401-G; Berggren, Ken - Calhoun, KY, USA.

Plano Anual de Voto de Confiança COB N.º3

Emendar ¶ 401 como se segue:

¶ 401. Tarefa—A tarefa de fiscalizar na Igreja Metodista Unida é da responsabilidade do bispo e estende-se ao superintendente distrital. . . . A liderança formal na Igreja Metodista Unida, localizada nos cargos de superintendência, é uma parte integrante do sistema de um ministério itinerante e requer a aprovação de toda a Igreja expressa num voto de confiança anual por parte do Concílio de Bispos.

Fundamentação:

Esta alteração adiciona às qualificações de um bispo o apoio de toda a Igreja que é melhor expresso pelos seus colegas do conselho. Se um bispo perder o apoio de uma minoria significativa dos seus colegas, o afastamento é solicitado.

¶413.1.

Número de petição: 90096-¶413.1-G; Berggren, Ken - Calhoun, KY, USA.

Plano Anual de Voto de Confiança COB N.º4

Emendar ¶ 413.1 como se segue:

¶ 413. Queixas Contra Bispos—1. A liderança episcopal na Igreja Metodista Unida partilha com todas as outras pessoas ordenadas a sagrada confiança da sua ordenação. O ministério dos bispos como disposto no *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida* também flui do evangelho como ensinado por Jesus Cristo e proclamado pelos seus apóstolos (¶ 402). Um bispo deve manter a aprovação e apoio por parte dos colegas no Concílio de Bispos. Sempre que um bispo vio-

lar essa confiança ou for incapaz de cumprir as suas responsabilidades, a permanência no ofício episcopal ficará sujeita a revisão. Esta revisão está acima do voto de confiança anual do Concílio de Bispos. Esta revisão terá como objectivo primeiro a resolução justa de possíveis violações desta confiança sagrada, na esperança de que a obra de justiça, reconciliação e cura de Deus possa ser realizada.

Fundamentação:

O voto de confiança proposto pelo Concílio de Bispos não é o mesmo que uma “queixa” mas pode resultar na perda do cargo uma vez que, com esta proposta, todos os bispos devem manter a aprovação do conselho. Se um bispo perder apoio de uma minoria significativa dos seus colegas, o afastamento . . .

¶2702.2.

Número de petição: 90097-¶2702.2-G; Berggren, Ken - Calhoun, KY, USA.

Plano Anual de Voto de Confiança COB N.º5

Emendar ¶ 2702.2 como se segue:

2. Um bispo, membro do clero de uma conferência anual, ou ministro diaconal pode ser levado a julgamento quando o órgão adequado recomenda a rescisão involuntária. O voto de confiança anual do Concílio de Bispos em cada bispo (descrito em ¶ 47) será considerado um julgamento e recurso quando resulta numa rescisão involuntária.

Fundamentação:

Este parágrafo clarifica que o voto de confiança proposto pelo Concílio de Bispos pode resultar na perda do lugar do bispo, uma vez que o processo é um julgamento e recurso. Se um bispo perder apoio de uma minoria significativa dos seus colegas, o afastamento é garantido.

¶413.1.

Número de petição: 90098-¶413.1-!-G; Berggren, Ken - Calhoun, KY, USA.

Poder Administrativo da Conferência Geral

Emendar ¶ 413.1 e 501, como se segue:

¶ 413. Queixas Contra Bispos—1. A liderança episcopal na Igreja Metodista Unida partilha com todas as outras pessoas ordenadas a sagrada confiança da sua ordenação. O ministério dos bispos como disposto no *Livro da Disciplina da Igreja Metodista Unida* também flui do evangelho como

ensinado por Jesus Cristo e proclamado pelos seus apóstolos (¶ 402). Sempre que um bispo violar essa confiança ou for incapaz de cumprir as suas responsabilidades, a permanência no ofício episcopal ficará sujeita a revisão. Esta revisão terá como objectivo primeiro a resolução justa de possíveis violações desta confiança sagrada, na esperança de que a obra de justiça, reconciliação e cura de Deus possa ser realizada. Se a Conferência Geral apresentar a queixa, então a revisão e resolução serão realizadas pela conferência anual escolhida pela Conferência Geral.

¶ 501. Definição de Poderes—A Conferência Geral tem poder legislativo total sobre todas as matérias distintamente conexiais (ver ¶ 16, Divisão Dois, Secção II, Artigo IV, A Constituição). Não tem ~~ou~~ mas algum poder administrativo executivo. Quando a Conferência Geral cria uma queixa contra um bispo, jurisdição, conferência anual ou outra entidade Metodista Unida, também especifica um local para procurar uma resolução justa por julgamento ou outro processo numa conferência anual neutra dentro das conferências centrais. As custas desse processo serão suportadas pela Conferência Geral.

Fundamentação:

Isto permite que a Conferência Geral seja responsabilizada por aquelas entidades MU que desafiam a *Disciplina*. Uma vez que não nos entendemos nos Estados Unidos, está na altura de procurar ajuda de irmãos e irmãs mais sábios nas conferências centrais que são dinâmicos.

¶49.

Número de petição: 90099-¶49-C-!-G; Berggren, Ken - Calhoun, KY, USA.

Jurisdição das Parcerias da Conferência Central

Emendar ¶ 49 como se segue:

¶ 49. Artigo V.—As jurisdições e conferências centrais formarão parcerias em cada quadriénio. Estas parcerias podem rodar de acordo com um programa:

2020) Congo Ocidental, Norte Central da Alemanha, Nordeste-Ocidente África, Sudeste-Filipinas, Europa Central Sul-Central e Sul, África-Norte da Europa e Euroásia

2024) Ocidente-Norte da Europa e Euroásia, Norte-Centro Congo, Nordeste-Alemanha, Sudeste-Ocidente África, Central Sul-Filipinas, Central e Sul da Europa-África

2028) Ocidente-África, Norte Norte-Central Europa e Euroásia, Nordeste-Congo, Sudeste-Alemanha, Central Sul-Ocidente África, Filipinas-Central e Sul da Europa

2032) Ocidente-Central e Sul da Europa, Central Norte-África, Nordeste-Norte Europa e Euroásia, Sudeste-Congo, Central Sul-Alemanha, Ocidente África-Filipinas

2036) Ocidente-Filipinas, Central Norte-Central e Sul da Europa, Nordeste-África, Sudeste-Norte da Europa e Euroásia, Central Sul-Congo, Alemanha-Ocidente África

2040) Ocidente-África, Central Norte-Filipinas, Nordeste-Central e Sul da Europa, Sudeste-África, Central Sul-Norte da Europa e Euroásia, Congo-Alemanha

2044) Ocidente-Alemanha, Norte Central-Ocidente África, Nordeste-Filipinas, Sudeste-Central e Sul da Europa, Central Sul-África, Norte da Europa e Euroásia-Congo.

Os bispos eleitos numa conferência jurisdicional serão enviados para o seu parceiro de conferência central e os bispos eleitos na conferência central serão enviados para o seu parceiro jurisdicional, excepto se não tiverem uma jurisdição. As conferências centrais sem parceiro jurisdicional podem juntar-se a outra conferência não alinhada, ou podem eleger os seus bispos.

As conferências jurisdicionais reunir-se-ão ao mesmo tempo que a sua conferência central parceira, mantendo ligações através de e-mail e outras formas de comunicação instantânea, tal como conferência por vídeo através da internet. A jurisdição irá suportar o custo destas ligações electrónicas.

Os bispos terão supervisão residencial nas conferências centrais ou jurisdicionais nas quais são eleitos ou para onde são enviados ou para onde são transferidos. Os bispos podem ser transferidos de uma jurisdição para outra jurisdição para supervisão presidencial e residencial sob as seguintes condições: (1) A transferência dos bispos pode ter duas bases: (a) uma jurisdição que recebe um bispo por transferência de outra jurisdição pode transferir para essa jurisdição ou para uma terceira jurisdição um dos seus próprios bispos elegíveis para transferências, de modo que o número transferido por cada jurisdição será equilibrado pelo número que é trans-

ferido desse local; ou (b) uma jurisdição região pode receber um bispo de outra jurisdição e não transferir um membro do seu próprio Colégio de Bispos. (2) Nenhum bispo será transferido, excepto se esse bispo o tiver consentido. (3) Nenhum bispo pode ser elegível para transferências, a não ser que o bispo tenha servido um quadriénio na jurisdição que elegeu ou recebeu o bispo no episcopado. (4) Todas as transferências devem exigir a aprovação da maioria de votos dos membros presentes e a votação dos comités jurisdicionais do episcopado das jurisdições envolvidas. Após os procedimentos acima terem sido realizados, o bispo transferido tornar-se-á um membro do Colégio de Bispos destinatário e será sujeito a nomeação residencial por essa conferência jurisdicional conexional.

Um bispo pode ser atribuído pelo Concílio de Bispos para serviço presidencial ou outro serviço temporário em outra jurisdição do que aquela que elegeu ou recebeu o bispo, desde que o pedido seja realizado por uma maioria dos bispos na jurisdição do serviço proposto.

No caso de emergência em qualquer conferência jurisdicional ou central devido à morte ou invalidez de um bispo ou outro motivo, o Concílio de Bispos pode designar um bispo de outra jurisdição ou conferência central para o trabalho da dita jurisdição ou conferência central, com o consentimento de uma maioria dos bispos dessa jurisdição ou conferência central.

Fundamentação:

As parcerias fortalecem as ligações na igreja global. Os bispos podem ser missionários, apóstolos, ministros transculturais. Um processo similar ao COWF resultaria na medida em que os conservadores aprenderiam como lidar com a liderança progressiva e os progressivos comunicam com os tradicionalistas ponderados. Dizemos que unidade é valiosa. Estas parcerias provam o que dizemos.

Notas

Notas

